



RELATÓRIO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS - 2015

PLANO PLURIANUAL – PPA - 2016-2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2016



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR ORDEM DE REALIZAÇÃO:
ITAPIRANGA – SÃO MIGUEL DO OESTE – DIONÍSIO CERQUEIRA – SÃO LOURENÇO DO OESTE E QUILOMBO – MARAVILHA – PALMITOS CHAPECÓ – XANXERÊ – CONCÓRDIA E SEARA – JOAÇABA – CAÇADOR VIDEIRA – CAMPOS NOVOS – LAGES E SÃO JOAQUIM – ITAJAI BRUSQUE – BLUMENAU – TIMBÓ – IBIRAMA – ITUPORANGA – RIO DO SUL – TAIÓ – CURITIBANOS – CANOINHAS – MAFRA – JARAGUÁ DO SUL- JOINVILLE – GRDEFPOLIS – LAGUNA – TUBARÃO E BRAÇO DO NORTE- CRICIÚMA – ARARANGUÁ



APRESENTAÇÃO

Pelo 17º ano consecutivo, o Poder Legislativo Estadual, representado pela Comissão de Finanças e Tributação e Coordenadoria do Orçamento Estadual, cumprindo prerrogativas constitucionais estabelecidas no art.165 da Constituição Federal, nos artigos 47 e 120, § 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101 de 2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 157 de 1997, vem ao encontro direto com os municípios catarinenses, por meio da realização das Audiências Públicas Regionais, em cumprimento das diretrizes constitucionais estabelecidas na Lei Complementar nº 157 de 1997, com a criação do Orçamento Estadual Regionalizado.

Já em vigor a nova Constituição, o Poder Legislativo Estadual foi gradativamente, por força de dispositivos insertos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, recuperando as suas prerrogativas deixando de ser simples homologador das propostas orçamentárias submetidas à sua apreciação.

Neste contexto, os Deputados catarinenses, numa decisão unânime, aprovaram as Emendas Constitucionais nºs 11, 12 e Emenda Constitucional nº70, abrindo caminho para implantação e realização das Audiências Públicas Regionais, a cargo do Poder Legislativo a fim de, subsidiar o processo legislativo em matérias orçamentárias.

Quanto ao atendimento da Emenda Constitucional nº70, aprovada por esta Casa Legislativa, em 18 de dezembro de 2014, determinando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias fixe o valor a ser destinado as prioridades que serão eleitas nas Audiências Públicas Regionais promovidas pela Assembleia Legislativa do Estado, e que torna impositiva a sua execução, ressaltamos que a mesma ensejou por parte do Poder Executivo, pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade com a proposta de Medida cautelar, através da Procuradoria Geral do Estado, junto ao Supremo Tribunal Federal, razão pela qual a LDO não contemplou dispositivo para tal finalidade.



Trata-se de um trabalho eminentemente técnico, traduzindo os dados colhidos nessas audiências, de forma ordenada, transparente e legitimamente democrática, em conformidade com a moderna atividade parlamentar sócio-política.

O presente relatório traz as reivindicações das comunidades catarinenses, apresentadas nas 32 Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, realizadas no período de 22/06 a 26/06; 06/07 a 10/07 e 06/08 e 07/08, do corrente ano.

Ao encaminharmos este Relatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, e a todos seus Membros, em tempo, esperamos que o mesmo se constitua em preciosa contribuição para a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2016, para o exercício de 2016, uma vez que vem democratizar a participação da sociedade catarinense na elaboração das peças orçamentárias do Estado.



ÍNDICE

- Mesa Diretora.	10
- Comissão de Finanças e Tributação	10
- Equipe Técnica	11
- Cronograma das Audiências Públicas	13
- Metodologia das Audiências Públicas	15
1ª Audiência Pública Regional – Itapiranga.	16
- Conselheiros e Nº de Participantes.	16
- Fotos Audiência Pública	17
- Prioridades.	18
- Lista de Presença.	19
- Ata Audiência Pública	22
2ª Audiência Pública Regional –São Miguel do Oeste.	31
- Conselheiros e Nº de Participantes.	31
- Fotos Audiência Pública	32
- Prioridades.	33
- Lista de Presença.	34
- Ata Audiência Pública	38
3ª Audiência Pública Regional – Dionísio Cerqueira.	46
- Conselheiros e Nº de Participantes	46
- Fotos Audiência Pública.	47
- Prioridades.	48
- Lista de Presença.	49
- Ata Audiência Pública	52
4ª Audiência Pública Regional – São Lourenço do Oeste e Quilombo.	60
- Conselheiros e Nº de Participantes	60
- Fotos Audiência Pública	61
- Prioridades.	62
- Lista de Presença.	64
- Prioridades.	67
- Lista de Presença	68
- Ata Audiência Pública.	76
5ª Audiência Pública Regional – Maravilha	84
- Conselheiros e Nº de Participantes	84
- Fotos Audiência Pública	85
- Prioridades.	86
- Lista de Presença	87
- Ata Audiência Pública.	94



6ª Audiência Pública Regional – Palmitos.	103
- Conselheiros e N ^o de Participantes.	103
- Fotos da Audiência Pública.	104
- Prioridades.	105
- Lista de Presença.	106
- Ata Audiência Pública	110
7ª Audiência Pública Regional – Chapecó	116
- Conselheiros e N ^o de Participantes	116
- Fotos Audiência Pública	117
- Prioridades..	118
- Lista de Presença	119
- Ata Audiência Pública	122
8ª Audiência Pública – Xanxerê.	130
- Conselheiros e N ^o de Participantes.	130
- Fotos Audiência Pública	131
- Prioridades..	132
- Lista de Presença.	133
- Ata Audiência Pública	137
9ª Audiência Pública Regional – Concórdia e Seara.	143
- Conselheiros e N ^o de Participantes	143
- Fotos Audiência Pública.	144
- Prioridades.	145
- Lista de Presença	146
- Prioridades.. Seara	150
- Lista de Presença	151
- Ata Audiência Pública	152
10ª Audiência Pública Regional – Joaçaba	159
- Conselheiros e N ^o de Participantes	159
- Fotos Audiência Pública	160
- Prioridades.	161
- Lista de Presença.	162
- Ata Audiência Pública	166
11ª Audiência Pública Regional – Caçador.	175
- Conselheiros e N ^o de Participantes.	175
- Fotos Audiência Pública	176
- Prioridades.	177
- Lista de Presença	178
- Ata Audiência Pública	181
12ª Audiência Pública Regional – Videira.	189
- Conselheiros e N ^o de Participantes	189
- Fotos Audiência Pública	190



- Prioridades.	191
- Lista de Presença.	192
- Ata Audiência Pública.	199
13ª Audiência Pública Regional – Campos Novos.	209
- Conselheiros e Nº de Participantes	209
- Fotos Audiência Pública	210
- Prioridades.	211
- Lista de Presença	212
- Ata Audiência Pública	216
14ª Audiência Pública Regional – Lages e São Joaquim.	225
- Conselheiros e Nº de Participantes	225
- Fotos Audiência Pública	226
- Prioridades.	227
- Lista de Presença	228
- Ata Audiência Pública	236
15ª Audiência Pública Regional – Itajaí.	245
- Conselheiros e Nº de Participantes	245
- Fotos Audiência Pública	246
- Prioridades.	247
- Lista de Presença	248
- Ata Audiência Pública	251
16ª Audiência Pública Regional – Brusque	257
.	
- Conselheiros e Nº de Participantes	257
- Fotos Audiência Pública	258
- Prioridades.	259
- Lista de Presença	260
- Ata Audiência Pública.	264
17ª Audiência Pública Regional – Blumenau.	271
- Conselheiros e Nº de Participantes	271
- Fotos Audiência Pública	272
- Prioridades.	273
- Lista de Presença	274
- Ata Audiência Pública	278
18ª Audiência Pública Regional – Timbó	283
- Conselheiros e Nº de Participantes	283
- Fotos Audiência Pública	284
- Prioridades.	285
- Lista de Presença	286
- Ata Audiência Pública.	289



19ª Audiência Pública Regional – Ibirama	295
- Conselheiros e Nº de Participantes	295
- Fotos Audiência Pública	296
- Prioridades.	297
- Lista de Presença	298
- Ata Audiência Pública	302
20ª Audiência Pública Regional – Ituporanga	309
.	
- Conselheiros e Nº de Participantes	309
- Fotos Audiência Pública	310
- Prioridades.	311
- Lista de Presença	312
- Ata Audiência Pública.	319
21ª Audiência Pública Regional – Rio do Sul.	326
- Conselheiros e Nº de Participantes	326
- Fotos Audiência Pública	327
- Prioridades.	328
- Lista de Presença	329
- Ata Audiência Pública.	332
22ª Audiência Pública Regional – Taió	340
- Conselheiros e Nº de Participantes	340
- Fotos Audiência Pública	341
- Prioridades.	342
- Lista de Presença	343
- Ata Audiência Pública.	347
23ª Audiência Pública Regional – Curitibanos.	353
- Conselheiros e Nº de Participantes	353
- Fotos Audiência Pública	354
- Prioridades.	356
- Lista de Presença	356
- Ata Audiência Pública.	360
24ª Audiência Pública Regional – Canoinhas	366
- Conselheiros e Nº de Participantes	366
- Fotos Audiência Pública	367
- Prioridades.	368
- Lista de Presença	369
- Ata Audiência Pública.	374
25ª Audiência Pública Regional – Mafra.	383
- Conselheiros e Nº de Participantes	383



- Fotos Audiência Pública	384
- Prioridades.	385
- Lista de Presença	386
- Ata Audiência Pública.	389
26ª Audiência Pública Regional – Jaraguá do Sul	397
- Conselheiros e Nº de Participantes	397
- Fotos Audiência Pública	398
- Prioridades.	399
- Lista de Presença	400
- Ata Audiência Pública.	403
27ª Audiência Pública Regional – Joinville.	409
- Conselheiros e Nº de Participantes	409
- Fotos Audiência Pública	410
- Prioridades.	411
- Lista de Presença	412
- Ata Audiência Pública.	415
28ª Audiência Pública Regional – Grande Florianópolis.	422
- Conselheiros e Nº de Participantes	422
- Fotos Audiência Pública	423
- Prioridades.	424
- Lista de Presença	425
- Ata Audiência Pública.	429
29ª Audiência Pública Regional – Laguna	437
- Conselheiros e Nº de Participantes	437
- Fotos Audiência Pública	438
- Prioridades.	439
- Lista de Presença	440
- Ata Audiência Pública.	445
30ª Audiência Pública Regional – Tubarão e Braço do Norte	452
- Conselheiros e Nº de Participantes	452
- Fotos Audiência Pública	453
- Prioridades.	454
- Lista de Presença Tubarão	456
- Prioridades	459
- Lista de Presença Braço do Norte	460
- Ata Audiência Pública.	462
31ª Audiência Pública Regional – Criciúma.	473
- Conselheiros e Nº de Participantes	473



- Fotos Audiência Pública	474
- Prioridades.	475
- Lista de Presença	477
.	
- Ata Audiência Pública.	488
32ª Audiência Pública Regional – Araranguá	497
- Conselheiros e Nº de Participantes	497
- Fotos Audiência Pública	498
- Prioridades.	499
- Lista de Presença	501
- Ata Audiência Pública.	504



MESA DIRETORA – 17ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider - 1º Vice-Presidente

Deputado Leonel Pavan - 2º Vice-Presidente

Deputado Valmir Comin- 1º Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt- 3º Secretário

Deputado Mario Marcondes- 4º Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira- Presidente

Deputado Darci de Matos - Vice-Presidente

Deputado Antonio Aguiar - PMDB

Deputado Dirceu Dresch - PT

Deputado Gean Loureiro - PMDB

Deputado José Milton Scheffer - PP

Deputado Kennedy Nunes - PSD

Deputado Nikolas Reis - PDT

Deputado Patricio Destro - PSB



EQUIPE TÉCNICA

COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

Adilor Guglielmi- Coordenador

Getúlio Dorta de Melo
João Maria Gomes da Silva
Jorge Blank
Miguel Donizete Baby
Nelson Henrique Moreira
Nivaldo César Senes Santos
Vera Lúcia Pereira Pacheco
Walter Euclides Damasco

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Dalva Adonis Rogério
Gerson da Rosa
Luiz Gonzaga de Lima
Vilson Elias Vieira

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Fábio Queiroz
Miriam Zomer
Marcelo Espinoza
Alexandre Back
Vitor Santos
Diego Souza
Jessica Camargo
Monique Serafim
Daniela Legas
João Guedes
Ariane Dorigatti
Jorge Araújo
Lucas Giron
Maria Helena Saris
Denise Felix
Oberdan Correa



COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

Almerinda Lemos Thomé

Eduardo Delvalhas dos Santos

Carla Greco Granato

Ilka Maria Fretta

Sabrina Roberta Schmitz

Siomara Gonçalves Videira

COORDENADORIA DE EVENTOS

Cláudio Fernando Wolff

Cinthia Sché Viegas

Izabela Brand Flores

Jane Zeni Damázio dos Santos

Marcela Diniz dos Santos

Nicoli Madeira

Soraya Boabaid

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Anderson Vilmar Martins

Elias Bruno Steinbach

Luiz Roberto da Silveira

Thiago Verzola Paes



CRONOGRAMA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS - 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado **Gelson Merisio** e o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, Deputado **Marcos Vieira**, com base no Art. 120, § 5º A, da Constituição Estadual; Art. 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000; e Arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 157/97, e § 3º do Art. 295 do Regimento Interno da ALESC, convidam Vossa Senhoria para participar das Audiências Públicas Regionais para o Plano Plurianual 2016-2019 e Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016, com o seguinte cronograma:

DATA/HORA	JURISDIÇÃO DAS SEC. DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	LOCAL	
22/06/15 Segunda-feira 9h30min	Itapiranga	Auditório da Câmara Municipal Rua São Jacó, 211 – Centro ITAPIRANGA	Equipe I
22/06/15 Segunda-feira 14:h30min	São Miguel do Oeste	Auditório da Unoesc Campus A BlocoF Rua Oiapoc,211- Bairro Agostini SÃO MIGUEL DO OESTE	Equipe II
22/06/15 Segunda-feira 18h30minh	Dionísio Cerqueira	Auditório da Prefeitura Municipal Rua Santos Dumont,413-Centro DIONÍSIO CERQUEIRA	Equipe I
23/06/15 Terça-feira 9h30min	São Lourenço do Oeste e Quilombo	Auditório da Câmara Municipal Rua Duque de Caxias, 522 – Centro SÃO LOURENÇO DO OESTE	Equipe II
23/06/15 Terça-feira 14h30min	Maravilha	Auditório da Câmara Municipal Rua 15 de Novembro, 817 – Centro MARAVILHA	Equipe I
23/06/15 Terça-feira 18h30min	Palmitos	Auditório da SDR - Palmitos Rua Padre Manoel da Nobrega, 568 PALMITOS	Equipe II
24/06/15 Quarta-feira 9h30min	Chapecó	Salão de Atos - Bloco H - Unochapecó Av.Senador Atílio Fontana 591-E Efapi CHAPECÓ	Equipe I
24/06/15 Quarta-feira 14h30min	Xanxerê	Auditório da Câmara Municipal Rua Rui Barbosa,238 – Centro XANXERÊ	Equipe II
24/06/15 Quarta-feira 18h30min	Concórdia, Seara	Ass. Catarinenese Criadores Suínos Rua do Comércio,655 - Centro CONCÓRDIA	Equipe I
25/06/15 Quinta-feira 9h30min	Joaçaba	Auditório da ACIOC Rua Getúlio Vargas, 193 - Centro JOAÇABA	Equipe II
25/06/15 Quinta-feira 14h30min	Caçador	Auditório Câmara Municipal Rua Fernando Machado, 139 – Centro CAÇADOR	Equipe I
25/06/15 Quinta-feira 18h30min	Videira	Auditório da Câmara Municipal Av.Manoel Roque, 99-Bairro Alvorada VIDEIRA	Equipe II
26/06/15 Sexta-feira 9h30min	Campos Novos	Auditório da Câmara Municipal Rua Coronel Lucidoro, 1301 – Centro CAMPOS NOVOS	Equipe I
26/06/15 Sexta-feira 14h30min	Lages e São Joaquim	Auditório da CCJ - UNIPLAC Av.Castelo Branco,170-B-Universitário LAGES	Equipe II
06/07/15 Segunda-feira	Itajaí	Auditório da Prefeitura Municipal Rua Edmundo Heusi,48 – Centro	Equipe I



9h30min		ITAJAÍ	
06/07/15 Segunda-feira 14h30min	Brusque	Auditório da Câmara Municipal Rua Eduardo Von Burtner, 65 Praça das Bandeiras – Centro BRUSQUE	Equipe II
06/07/15 Segunda-feira 18h30min	Blumenau	Auditório Câmara Municipal BLUMENAU	Equipe I
07/07/15 Terça-feira 9h30min	Timbó	UNIASSELVI- Auditório Rafaello Sanzio TIMBÓ	Equipe II
07/07/15 Terça-feira 14h30min	Ibirama	Auditório da Câmara Municipal Rua 11 de Março, 42 – Centro IBIRAMA	Equipe I
07/07/15 Terça-feira 18h30min	Ituporanga	Auditório da E.E. B.Aleixo Dellagiustina Rua 24 de setembro, 388- Santo Antonio ITUPORANGA	Equipe II
08/07/15 Quarta-feira 9h30min	Rio do Sul	Auditório do Bloco G - UNIDAVI Rua Doutor Guilherme Gemballa, 13 - Jardim América RIO DO SUL	Equipe I
08/07/15 Quarta-feira 14h30min	Taió	Auditório da Câmara Municipal Rua Coronel Feddersen, 1640 TAIÓ	Equipe II
08/07/15 Quarta-feira 18h30min	Curitibanos	Auditório da Câmara Municipal Rua Archias Gans, 288– Centro CURITIBANOS	Equipe I
09/07/15 Quinta-feira 9h30min	Canoinhas	Auditório da Câmara Municipal Rua Três de maio, 150 – Centro CANOINHAS	Equipe II
09/07/15 Quinta-feira 14h30min	Mafra	Plenário da Câmara Municipal Rua Coronel José Severiano Maia, 44 MAFRA	Equipe I
09/07/15 Quinta-feira 18h30min	Jaraguá do Sul	Centro Empresarial de Jaraguá do Sul Rua Octaviano Lombardi, 10 Bairro Czerniewicz JARAGUÁ DO SUL	Equipe II
10/07/15 Sexta-feira 9h30min	Joinville	Auditório da Câmara Municipal A. Hermann August Lepper, 1100 Bairro - Saguacú JOINVILLE	Equipe I
10/07/15 Sexta-feira 14h:30min	Grande Florianópolis	Auditório do Plenarinho da ALESC	Equipe II
06/08/15 Quinta-feira 9h30min	Laguna	Auditório da Câmara Municipal Rua Roberto Pedro Prudêncio LAGUNA	Equipe I
06/08/15 Quinta-feira 15h	Tubarão, Braço do Norte	Salão Nobre - UNISUL– Bloco A Avenida José Acácio Moreira, 787- Bairro Dehon TUBARÃO	Equipe I
07/08/15 Sexta-feira 9h30min	Criciúma	Auditório da SDR - Criciúma Rod. SC – 443, Km 01, nº670 Bairro Próspera - Criciúma	Equipe I
07/08/15 Sexta-feira 15h	Araranguá	Auditório da Câmara Municipal Rua Espediconário Iracy Luchina, 253 Bairro Urussanguinha - Araranguá	Equipe II

METODOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS – 2015

PPA – Plano Plurianual- 2016-2019 LOA – Lei Orçamentária Anual para 2016

As Audiências Públicas será coordenadas pelo Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, ou por um Deputado membro da Comissão Coordenadora do Orçamento, com a metodologia abaixo descrita:

- Credenciamento;
- Abertura;
- Composição da Mesa pelo Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado Deputado Marcos Vieira e demais Autoridades presentes;
- Exposição dos Objetivos da Audiência Pública por um técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc;
- Exposição por Técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda;
- Trabalho em Grupo:
 - ✓ Assessoria da Coordenadoria do Orçamento Estadual coordenará os trabalhos visando elencar as prioridades que serão priorizadas para o Plano Plurianual – PPA 2016-2019 e Lei Orçamentária Anual - LOA de 2016.
 - ✓ O grupo de trabalho elegerá dois representantes para fazerem parte da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado (Titular e Suplente), e um destes apresenta em plenário as prioridades aprovadas em seu grupo de trabalho.
- O Presidente da Comissão Coordenadora Deputado Marcos Vieira, convida o representante do grupo de trabalho de cada Secretaria Regional, para fazer a leitura das prioridades elencadas para inclusão no Plano Plurianual PPA – 2016-2019 e Lei Orçamentária - LOA 2016.



RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS PARA PLANO PLURIANUAL 2016 - 2019/ LOA - 2016

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2015

1ª- AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: ITAPIRANGA

Data: 22/06/15

Horário: 09:30h Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório Câmara Municipal**
Rua São José, 211 - Centro
Itapiranga.

CONSELHEIROS:

Titular: *Enói Scherer –Prefeito Tunapolis*

Suplente: GABRIEL ANTONIO CELUPPI – VEREADOR ITAPIRANGA

Total de participantes: 68





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ITAPIRANGA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção, ampliação e reforma de escolas - sdr - Itapiranga Conclusão e ampliação do projeto bentevi – sdr - Itapiranga
2	Construção ou aproveitamento de espaço de acolhimento de idosos na regional da – sdr - Itapiranga
3	Implementação de internet de qualidade(banda larga) nas escolas estaduais – sdr - Itapiranga
4	Construção reforma e ampliação das unidades policiais – sdr - itapiranga
5	Implementar as redes de atendimento da região do extremo oeste, contemplando os hospitais existentes com investimento e custeio – sdr - Itapiranga
6	Concluir a regionalização das especialidades de média e alta complexidade no hospital regional terezinha gaio basso de são miguel do oeste – sdr - Itapiranga
7	Melhoramento da infraestrutura na comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar – sdr - Itapiranga
8	Necessidade de instalação de rede trifásica (principalmente no meio rural) em todos os municípios de abrangencia - sdr - Itapiranga
9	Pavimentação da rodovia da fronteira que liga itapiranga/tunápolis/paraíso – sdr - i Itapiranga
10	Revitalização/ elaboaração de projeto de engenharia para pavimentação sc-283, trecho itapiranga/mondaí – sdr - Itapiranga
11	Investimento em captação e rede de distribuição de água e esgotos nos municípios – sdr - Itapiranga

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ITAPIRANGA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação da rodovia da fronteira que liga Itapiranga/tunápolis/Paraíso – sdr - Itapiranga
2	Implementar as redes de atendimento da região do extremo oeste, contemplando os hospitais existentes com investimento e custeio – sdr - Itapiranga
3	Melhoramento da infraestrutura na comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar – sdr - Itapiranga



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITAPIRANGA

Municípios: Itapiranga, Iporã do Oeste, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Mojim dos Contos	Itapiranga
02	Alípio Alves	D. Ceryqueira
03	Letícia Rodrigues	Epitafio
04	GILBERTO LORUM	Iporã
05	Guilherme Brauns dos Santos	Epitafio
06	Sergio L. Guebel	Itapiranga
07	Gilberto P. P.	ITAPIRANGA
08	GABRIEL CERUPPI	Itapiranga
09	Ricardo E. Buchim	Buchim ITAP.
10	Almirante S. S.	Itapiranga
11	Filo Lauro Bernanger	Itapiranga
12	ANCIUSE CICH	Itapiranga
13	Cláudio Dal Bosco	Itapiranga
14	Anni Motho	Iporã do Oeste
15	VALTEIR DAL BOSCO	Iporã do Oeste
16	ELÓI BEILKE	Itapiranga
17	MARINO RAMOS	Itapiranga
18	Darci de Souza	Iporã
19	MARINO SPIES	ITAPIRANGA
20	Morina Brendi Pinguete	Itapiranga
21	Amil B. Bach	Itapiranga
22	Mário Heck	Iporã do Oeste
23	ENIO EICH	Iporã do Oeste



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITAPIRANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Camundo Jergütz	Ipoema do Oeste
25	Vitor Ritter	São João Batista
26	Georgio Luis Theisen	SÃO JOÃO DO OESTE
27	Lúcia Marx Mek	Ipoema do Oeste
28	Roni. Mauri R. de Oliveira	Roni
29	Claudir J. Lorenzini	Santa Helena
30	Valmor Reis	Ipoema do Oeste
31	Alfonso Reis	Ipoema do Oeste
32	Afonso Zeig	Itapiranga
33	Joni S. Fleckler	Itapiranga
34	Leon. Schubert	Itapiranga
35	Milton Simão	Itapiranga
36	Jacinta Maria Nyland	Itapiranga
37	Isauro Oswald	"
38	Alejo Cordeiro	Itapiranga
39	Silvia Fahn	Itapiranga
40	Sueli da Bortel	Itapiranga
41	Antonio Rodrigo Bortel	"
42	VILMAR PLACESKI	ITAPIRANGA
43	Jane da Rosa	"
44	Edgar Hickmann	Itapiranga
45	Camille Schäfer	ITAPIRANGA
46	Miguel A. Schneider	ITAPIRANGA
47	Václav Luis Welter	São João do Oeste
48	MAURO DE MORAIS	Concórdia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITAPIRANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	JORGE WELTER	ITAPIRANGA
50	LAERTON THIEL	ITAPIRANGA
51	Eduardo Hummel	ITAPIRANGA
52	Pedro Baldina	Itapiranga
53	Janete Souto Brixner	Itapiranga
54	Sandro Luiz Jensen	Fpolis.
55	Arnão José Rhoden	Itapiranga.
56	Milton Reus	S. José Oeste
57	Hugo Zehnerburg	Itapiranga
58	Zachar Sérgio Stokowski	ITAPIRANGA
59	Rudi A. Rosal	Itapiranga
60	Marcos Vinícius	Fpolis
61	Rolf Drebing	São José do Oeste
62	Luciane Carmunatti	Alesc
63	Geni R. Haas	Itapiranga
64	Emoi Scherer	Tupacatiara
65	DARCELI DRESCOWSKI	Itapiranga
66	Rogério Weiss	Itapiranga
67	Kennedy Nunes	Fpolis - Alesc.
68	Leonardo Brandt	Suo
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE ITAPIRANGA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIRANGA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2015, ÀS 9H30MIN**

Aos 22 dias do mês de junho de 2015, às 9h30min, no auditório da Câmara de Vereadores de Itapiranga, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itapiranga e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a primeira audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o senhor Miguel Aloísio Schneider, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga; o senhor Milton Simon, Prefeito de Itapiranga, representando os demais Prefeitos da Regional; o senhor Valmor Reis, Vice-Prefeito de Iporã do Oeste, representando os demais Vice-Prefeitos da Regional; o Vereador Gabriel Celuppi, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, a mestre de cerimônias registrou a presença do senhor Ilton Vogt, Prefeito de Iporã do Oeste; do senhor Enói Scherer, Prefeito de Tunápolis; do senhor Sérgio Luís Theisen, Prefeito de São João do Oeste; do senhor Inácio Oswald, Vice-Prefeito de Itapiranga; da Vereadora Loni Sehn Heckler, de Itapiranga; do Vereador Alcério Ferreira Cardoso, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga; da Vereadora Ani Reichert Haas, de Itapiranga; do Vereador Gelson Petry, de Itapiranga; do Vereador Marino Spies, de Itapiranga; do Vereador Afonso Utzig, de Itapiranga; da senhora Janete Soethe Brixner, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Itapiranga; do senhor Ivo Ritter, Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos de Itapiranga; do Vereador Edgar Hickmann, de Itapiranga; do senhor Auri Mathias, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Iporã do Oeste; da senhora Cristina Valdeci Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria



de Estado da Fazenda; do senhor Jorge Welter, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; do senhor Gilberto Cerutti, analista de planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Paulo Cesar Salum, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e do soldado BM Evandro Kummer, representando o Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga. Após o registro, convidou o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, abriu a audiência pública do Orçamento Regionalizado cumprimentando todos os componentes da mesa e os demais presentes e agradecendo a presença dos técnicos da Assembleia Legislativa, que estavam ali dando o apoio necessário para a realização das audiências, bem como dos técnicos da Secretaria da Fazenda. Afirmou que aquela era a primeira audiência pública do Orçamento Regionalizado que estava sendo realizada naquele ano, de um total de 32 audiências, e listou os Municípios nos quais ainda seriam realizadas as audiências naquela semana (São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, Maravilha, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Caçador, Videira, Campos Novos e Lages). Ressaltou que naquele ano a Alesc estava realizando um maior número de audiências, quase que uma por Regional, em função de que além das três ações que teriam que escolher para serem inseridas no Orçamento 2016, também teriam que elaborar o novo PPA 2016/2019, quando seriam escolhidas doze ações dentre aquelas definidas pela Secretaria da Fazenda, pois que já havia sido feito um levantamento em cada Regional. Disse que o objetivo principal das audiências públicas do Orçamento Regionalizado era fazer com que cada uma das Regionais escolhesse as doze ações para o PPA 2016/2019, das quais seriam escolhidas três para a LOA 2016, e que era muito importante todos terem clara aquela discussão, pois que seriam traçados os destinos para os próximos quatro anos da Regional de Itapiranga, que englobava as cidades de Itapiranga, Tunápolis, Santa Helena, Iporã do Oeste e São João do Oeste. Finalizou a sua manifestação perguntando se todos os Municípios daquela Regional de Itapiranga estavam presentes, e todos os representantes dos Municípios se manifestaram levantando a mão. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os componentes da mesa e os demais presentes e de forma objetiva disse que a Alesc, mais uma vez, estava indo às diferentes regiões do Estado para ouvir as lideranças e conhecer as principais demandas de cada local. Afirmou que aquela era uma forma extremamente participativa e democrática de a comunidade opinar, o que engrandecia cada vez mais o processo do Orçamento Regionalizado, e que daquela maneira o Estado tinha mais facilidade de acertar os seus investimentos, sejam para o PPA ou para a LOA. Salientou que apesar de ser daquela região e conhecê-la bem, não queria pautar nenhuma demanda, mas, sim, ser o interlocutor entre a região e a Alesc, ajudando a contemplar o que ali seria levantado. Concluiu a sua fala desejando um bom trabalho a todos e dizendo que esperava que fosse definido o que era de fundamental importância ao povo daquela Regional de Itapiranga. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e a equipe de servidores da Alesc, dizendo que todos faziam aquele trabalho com muito zelo e determinação. Reportando-se ao que havia dito o Deputado Padre Pedro, reafirmou que os Deputados estavam ali para acolher as ações e depois acompanhar a sua execução, e fez menção a várias demandas que existiam naquela região, como a federalização da 283 e da 163, que eram prioridades - o Prefeito Milton fez a proposta ao Deinfra de fazer um convênio e pegar as máquinas; na saúde era a área da oncologia a prioridade, explicando que Chapecó atendia atualmente 1.900 casos na oncologia, sendo que 900 pessoas eram daquela região do extremo oeste, o que se tornava muito desgastante tanto para o paciente quanto para quem levava e trazia o paciente depois do tratamento. Afirmou que o câncer era a doença que mais fazia o ser humano sofrer e que a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) era a de que um centro atendesse no máximo 900 pessoas. Portanto, fez questão de frisar que se saísse a oncologia no Hospital Regional, Chapecó ficaria com a metade dos atendimentos daquela área que atualmente existiam, ficando assim dentro dos padrões da OMS e melhorando a situação para o



paciente. Contou que um amigo seu estava na Prefeitura de São Miguel do Oeste e uma pessoa precisava ir a Chapecó, mas não tinha ambulância, então como estava indo para lá levou aquele paciente em seu carro, mas que na volta chorou lembrando das vezes que teve que parar na estrada em função das dificuldades daquele paciente. Falou que havia quinze dias esteve ali participando da inauguração da Apae, e aproveitou para parabenizar o Vilmar Piacessi e toda a sua equipe pelo trabalho que fizeram. Finalizou a sua manifestação pedindo desculpas por ter se alongado, dizendo que estava na Alesc para acompanhar as demandas e brigar por elas e desejando um bom trabalho a todos. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa**, que iniciou a sua fala cumprimentando todos os componentes da mesa e os demais presentes e dizendo que aquela era uma manhã de trabalho. Afirmou que aquela região tinha muitas prioridades, mas que não conseguiriam contemplar todas elas, surgindo por conta daquilo o questionamento de que aquela seria mais uma reunião para escolher o que era prioritário e que depois ficaria só no papel. Confessou ter participado de outras audiências públicas e em muitas delas as pessoas questionavam, assim como ele também se questionava, que estavam fazendo mais uma reunião para escolher prioridades e que depois o governo só cumpriria se quisesse, mas salientou que naquela oportunidade, pela primeira vez, existia um fator diferente daquele que existia nas outras audiências, já que naquele ano 1% do Orçamento do Estado de Santa Catarina seria colocado de forma impositiva, ou seja, a segurança seria maior por parte do governo quanto ao cumprimento daquilo que a região havia definido. Informou que o governo havia ido para as regiões, através dos Secretários, e feito o levantamento prévio das prioridades, e que naquele momento a Assembleia Legislativa, por imposição legal, também estava ouvindo a sociedade com o intuito de definir as ações para o PPA e para a LOA, e que ninguém melhor do que eles que viviam o dia a dia da máquina pública para apontar o que era prioritário. Afirmou que também já tinha sido Prefeito e tinha consciência do desgaste sofrido por estarem ali todos os dias respondendo à sociedade, por isso sabiam o que a região necessitava dentro do grau das prioridades. Salientou que participaria mais das audiências daquela região do oeste e extremo oeste e que por estarem ali no dia a dia sabiam muito das prioridades que aquela região tinha, pois que muitas já faziam parte da pauta do seu trabalho. Afirmou que os Deputados Estaduais não tinham o poder da caneta para determinar que tal prioridade fosse executada, mas tinham o poder fiscalizatório e, acima de tudo, tinham a obrigação de ouvir a sociedade organizada para que aquelas prioridades elencadas servissem de base não só do discurso, mas também da cobrança de todos os Parlamentares, pois afinal aquela era a sua função também, ou seja, além de legislar, tinham a obrigação de ser a voz do catarinense e de representá-lo no governo do Estado e no Parlamento catarinense. Encerrou a sua participação afirmando que todos podiam contar com a sua dedicação e o seu apoio nas questões que envolviam o Estado. Na sequência, fez uso da palavra a **Deputada Estadual Luciane Carminatti, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes e disse que era uma alegria muito grande participar da primeira da série de 32 audiências do Orçamento Regionalizado. Ressaltou que estavam com problemas em todas as rodovias, tendo em vista que tinha ido de Chapecó até ali pela SC-283 e que também tinha furado o pneu do seu carro devido às péssimas condições da estrada, citando que há muito tempo havia uma discussão para que ela fosse revitalizada, recuperada, inclusive no trecho de Chapecó a Águas de Chapecó, esperando que o governo executasse aquela obra ainda em 2015. Em relação à BR-282, para a qual já foi anunciada a sua recuperação com valores na ordem de R\$ 60 milhões, disse que as obras estavam bastante atrasadas e que os Deputados teriam que fazer uma autocrítica. Abordou duas questões que considerava importantes: primeiro disse que a Constituição de 1988 garantia dois modelos de representação política, sendo uma a representação do voto, a representatividade dos eleitos, e a outra a participação das pessoas, e que aqueles dois eixos existiam naquela audiência, muito embora o desafio maior era colocar o povo nas audiências, cujo debate já vinha fazendo a respeito de qual a dificuldade que a população tinha em participar. A segunda consideração feita foi no sentido de que quando eram debatidos os vários temas da região, o ligado à rodovia sempre aparecia e acabava tomando a maior proporção. E afirmou



que ali mesmo já havia conversado com um cidadão a respeito de Sede Capela e que o Prefeito Milton também lhe havia manifestado em Florianópolis a sua preocupação com os quase 30 quilômetros daquela rodovia estadual, pois que o Estado não fazia convênio e o Município não tinha condições de fazer, e a população pagava a conta daquilo. Dito isso, afirmou que aquele era um problema que tinham que enfrentar e que se não saísse dali como uma deliberação gostaria de propor que os Parlamentares presentes assumissem junto com o Prefeito Milton o desafio de resolver o problema de Sede Capela. Em relação ao Hospital Regional, disse que o Deputado Maurício havia falado muito bem e que estavam fazendo um debate em Chapecó com relação à quimioterapia pediátrica, que também era outro grande problema. Explicou que atualmente os adultos saíam dali em direção a Chapecó e que as crianças iam até Florianópolis, o que era mais grave ainda, mesmo havendo um hospital materno-infantil em Chapecó em condições do ponto de vista de equipamentos públicos e estrutura para sediar a quimioterapia pediátrica. Afirmou que aquela era uma luta que os Deputados do oeste, independentemente de partido, tinham que abraçar, e salientou que a Constituição dizia que a saúde tinha que estar ao acesso da população, entendendo por acesso estar mais perto. Registrou também que além das rodovias e da saúde, existia a questão da educação, e fez referência ao encerramento do prazo naquela semana para que todos os Municípios e os Estados tivessem os seus Planos Municipais e Estaduais de Educação. Disse que os Municípios daquela região estavam bem adiantados nos seus Planos Municipais, em muitos dos quais tinha participado dos debates, mas que o Plano Estadual de Educação tinha dado entrada na Assembleia Legislativa apenas na semana anterior. Afirmando ser o primeiro plano que Santa Catarina teria na área da educação prevendo a educação para dez anos, como Deputada e professora apresentou um cronograma à Comissão de Educação, Cultura e Desporto prevendo debates regionais para a apresentação do Plano Estadual de Educação a fim de que os Municípios pudessem contribuir, envolvendo tanto a rede pública quanto a rede privada e em todos os níveis de modalidade de ensino. Informou que o debate começaria a partir de julho e terminaria em outubro, a fim de que no mês do professor, em outubro, o Plano Estadual de Educação estivesse aprovado, e aproveitou para convidar todos a participar dos debates, alegando que não seria um processo fácil, mas que era preciso ter uma meta, caso contrário entrariam 2016 sem aprovar o Plano. Reportando-se ao desafio do Orçamento, afirmou serem sabedores que vinha uma peça prévia do Executivo, como era de praxe, mas que era preciso fazer o debate na Alesc sobre a renúncia fiscal, assunto que muito a preocupava. Disse que os Prefeitos haviam ficado felizes quando uma parte dos R\$ 400 milhões tinha ido para os Municípios, e que se poderia imaginar o que significava no orçamento uma renúncia fiscal de R\$ 5 bilhões, segundo a previsão. Concluiu a sua manifestação salientando que era a favor do benefício às empresas, mas que era preciso discutir seriamente a renúncia fiscal na receita da Saúde, da Educação e das transferências municipais, sob pena dos Municípios estarem perdendo recursos. Logo após manifestou-se o **Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes e disse que discutir Orçamento do Estado, debater investimentos, era discutir o projeto que se queria para o Estado. Afirmou que procurava participar do maior número possível de audiências, porque acreditava que no debate do Orçamento é que se definia o rumo que Santa Catarina iria tomar, razão pela qual a responsabilidade de todos era muito grande, e que o seu compromisso era respeitar e lutar pelas demandas que seriam levantadas, apesar de saber que elas eram em número muito maior do que de fato existia de recursos, fato este que acontecia tanto no Município, como no Estado e na União, sendo necessário fazer um debate muito grande nesse sentido. Salientou que algumas pautas maiores eram levantadas que não só a de infraestrutura, que normalmente era a mais próxima a eles, como o debate das grandes políticas estaduais em áreas como educação, conforme já tinha sido levantado, entendendo que educação era importante para o futuro do Estado e que tinha que ser uma das prioridades, principalmente se o desejo era mudar a questão da violência, dos jovens em conflito com a lei; outro grande tema era a segurança pública, sobre o qual eram realizadas várias audiências públicas para debater a questão e nas quais eram exigidos investimentos, como a contratação de mais profissionais, local adequado para os menores infratores, existindo aí a defesa da redução da maioria penal, que



coloca os pequenos junto com os grandes, mas fez questão de ressaltar que era possível ter estrutura para os jovens, até porque o jovem podia ser preso por até três anos, mas que o problema era prendê-lo e não ter lugar para colocá-lo. Informando que a segurança pública era o grande gargalo, disse que diariamente recebiam pressão da sociedade a respeito desse tema segurança pública. Citou como outro tema a área da saúde, afirmando que não era possível admitir que o povo oestino continuasse a se deslocar para o litoral, sendo necessário melhorar o investimento naquela região, sendo preciso trabalhar mais na prevenção, uma vez que a maioria dos Municípios gastava quase que 30% com despesas no curativo. Disse que era preciso melhorar a educação nas escolas, a alimentação, pois a população estava obesa, que era preciso investir mais no processo preventivo, trabalhar com os grupos da terceira idade, com os grupos de mulheres, caso contrário o percentual de gasto dos Municípios seria de 50% no curativo. Relacionou como outro grande tema a agricultura, dizendo que era o carro-chefe na questão do desenvolvimento da economia regional, e relacionou alguns itens que necessitavam ser revistos, como a saída de mais de oitenta servidores da Epagri, ocasionando o desmonte do centro de pesquisa da Epagri; como a necessidade de estruturação da Cidasc, e relatou que na última sexta-feira tinha participado de uma audiência pública em Chapecó na qual tinham sido discutidos os problemas sanitários que estavam acontecendo com os cavalos, razão pela qual era preciso estruturar aquelas empresas para continuar no rumo do fortalecimento da agricultura. Ressaltou que como as demandas eram muito grandes, infelizmente muita coisa estava sendo repassada aos Municípios, e que a Deputada Luciane havia levantado uma questão muito importante, que era a necessidade de se rediscutir o tema da renúncia fiscal. Disse que era importante dar incentivo às empresas para que se instalassem no Estado, mas que aquela situação não poderia durar eternamente, assim como era preciso atuar mais na questão da sonegação, e citou o sistema Lava Jato em que grandes grupos econômicos não pagavam seus impostos, sonegavam, somente os pequenos é que pagavam, questionando o fato de que se uma ou duas empresas devessem mais de R\$ 100 milhões para a União, o que aconteceria com o Estado. Concluiu aquela sua colocação dizendo que era preciso apertar o cerco para que aquele cobertor ficasse um pouco maior, caso contrário ficariam naquele impasse de ter grandes desafios e não ter investimentos. Finalizando a sua manifestação, citou como outro desafio a enfrentar a melhoria da gestão do Estado, sendo um dos pontos a redução dos gastos com cargos de confiança, pois que apesar de estarem ali com o compromisso de lutar pelas políticas para a região, era preciso também lutar por outras políticas que dessem a segurança de um futuro com qualidade. Fez uso da palavra, na sequência, o **Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos os presentes e disse que estava iniciando o mandato de Deputado Estadual com muita energia e, acima de tudo, com sentimento público, tendo muito o que aprender, principalmente quanto à prerrogativa de legislar e fiscalizar e de cooperar com os atos do Poder Executivo, já que era aquela a sua verdadeira função como Parlamentar. Afirmou que era muito importante participar das audiências para ouvir das lideranças as demandas existentes na região, apesar de já conhecer muitas, e citou algumas grandes bandeiras que considerava importantes, como a educação, dizendo que qualquer mudança passava pela educação; e como a saúde, em que era preciso proceder à sua descentralização para acabar com a “ambulancioterapia”, pois que um paciente saía do extremo oeste e ia para Chapecó ou até mesmo para Florianópolis, o que era inaceitável, porque saúde não era doença, mas prevenção, devendo esta estar próxima do cidadão. Disse que o Grande Oeste estava bem representado na Alesc, pois eram doze Deputados eleitos por aquela região, o que caracterizava um importante momento, tendo em vista que no passado era difícil ter um Deputado do oeste, razão pela qual acreditava que estava bem distribuída no Estado a questão da representatividade. Considerando ser importante aquela oportunidade que a Alesc promovia em todo o Estado para ouvir da população as suas demandas, disse que também era importante fazer o debate sobre a questão da inovação tecnológica, sobre o desenvolvimento econômico da região pensando na questão da geração de emprego e renda, assim como o da segurança pública, em cujo tema era preciso avançar. Ao encerrar a sua manifestação, disse que a participação cada vez maior da sociedade naquelas audiências dava a todos a responsabilidade de pensar uma Santa Catarina com mais qualidade de vida; que aquele debate



para eleger as prioridades para a região era importante a fim de que os recursos do Estado fossem melhor aplicados; e parabenizou o Deputado Marcos Vieira por conduzir aquele momento importante de ouvir as pessoas, desejando um bom debate a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes e disse que de 2007 a 2009, período em que iniciou como Deputado, tinha acompanhado todas as audiências do Orçamento Regionalizado, criado através de uma lei feita à época pelo então Deputado Estadual Carlito Merss, do PT de Joinville, por acreditar no debate com as lideranças e com a comunidade sobre a peça orçamentária, afirmando que talvez não fosse dado tanto valor quanto se deveria àquela grande ferramenta. Fazendo um adendo, disse que era Deputado não só de Joinville, porque teve a satisfação de fazer votos em 286 Municípios, e que estava ali retribuindo aquele apoio por Toda Santa Catarina, como dizia Luiz Henrique, mas que também estava ali como membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc. Retomando o seu raciocínio, disse que em 2009 havia se frustrado com aquele processo do Orçamento Regionalizado, porque se ouvia a região e o governo simplesmente ignorava todo o trabalho, mas que tinha retornado e acompanharia aquelas 32 audiências em função de que o Orçamento tinha se tornado impositivo, ou seja, aquele tempo em que estavam investindo na peça orçamentária seria respeitado. Concluiu a sua manifestação dizendo que os Deputados estavam ali para ouvir a comunidade levantar as suas demandas e junto com a coletividade garantir os recursos necessários para as prioridades dos Municípios da Regional. Logo após, fez uso da palavra o **senhor Miguel Aloísio Schneider, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itapiranga**, que saudou os presentes e agradeceu o convite da Alesc para participar daquele evento, fazendo um cumprimento especial aos seus colegas da SDR de Itapiranga e às lideranças dos cinco Municípios que atenderam o convite e ali se encontravam para contribuir naquele processo. Disse que através do governo do Estado e da SDR o primeiro passo para a construção do PPA 2016/2019 tinha sido dado, pois que mais de oitenta lideranças dos cinco Municípios – e muitos ali se encontravam – tinham estado na SDR escolhendo as prioridades para o governo do Estado, sendo que naquele momento a Alesc ali se encontrava para concluir o trabalho, momento no qual parabenizou todos os Deputados Estaduais por fazerem aquele importante trabalho. Salientou que estavam àquela mesa doze representantes da região oeste, aos quais pedia que as prioridades escolhidas pela população tivessem o apoio de todos, principalmente quando fossem votadas na Alesc. Afirmou que tinham problemas e que muitas vezes era preciso assumir também sua cota de responsabilidade e tentar ajudar a melhorar aquele processo, mas considerava importante a integração entre Legislativo e Executivo, nas três esferas, para que o sucesso fosse alcançado e os cinco Municípios de abrangência da SDR (Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Santa Helena e Iporã do Oeste) tivessem um desenvolvimento maior e os seus principais problemas fossem sanados entre 2016 e 2019. Fez questão de relatar um ponto que considerava muito importante, qual seja, que mais de 60% das demandas levantadas para o PPA 2012/2015 tinham sido parcial ou totalmente atendidas, acreditando que mesmo com dificuldades um passo importante tinha sido dado, esperando que no PPA 2016/2019 tivessem um percentual maior. Finalizou a sua participação dizendo que a Alesc tinha dado o exemplo de que o Estado começava pelo extremo oeste ao realizar ali a primeira reunião do Orçamento Regionalizado, esperando que a atenção número um do governo também fosse para o extremo oeste e o oeste de Santa Catarina. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Milton Simon, Prefeito de Itapiranga, representando os demais Prefeitos da Regional**, que saudou os presentes e desejou boas-vindas a Itapiranga, Berço Nacional da Oktoberfest, onde havia 37 anos tinha começado na comunidade de Linha Presidente Becker a festa da cultura germânica. Aproveitando a oportunidade daquele momento que considerava inédito, histórico e importante, em função de estarem presentes tantos Deputados, que eram os interlocutores da sociedade, disse que na área da infraestrutura a região estava sendo esquecida pelos governos federal e estadual, e que era preciso olhar para o oeste catarinense de maneira diferenciada. Teceu comentários a respeito da situação lastimável de várias estradas daquela região, exemplificando com a que liga a região da fronteira, Itapiranga, Tunápolis fazendo um corredor até Dionísio Cerqueira, que por muitos anos foi



considerada prioridade, mas que até aquele momento nada tinha se concretizado; com a questão da federalização da 163, relatando que na semana anterior havia discutido sobre a agilização do processo e que era necessário fazer um inventário; e com a 283, a estrada da fronteira - e ali estavam moradores de Sede Capela, de Linha Chapéu, de Linha Dourada que poderiam comprovar -, que começava em Itapiranga e terminava em Concórdia, sendo que o trecho até a cidade de Mondaí não tinha pavimentação asfáltica, estando completamente esquecida pelo governo, sendo necessário urgentemente realizar convênio com o Município de Itapiranga para a sua manutenção, e reforçou a sua posição dizendo que nos momentos de dificuldades financeiras era preciso unir forças para achar caminhos, ou seja, que através de convênio o Deinfra poderia ceder as máquinas para que a rodovia fosse recuperada. Disse que outra questão importante dizia respeito ao videomonitoramento, que ainda não tinha sido liberado para nenhum Município da região, e que aquele fato também gerava um sentimento de abandono nas comunidades da SDR de Itapiranga. Afirmou que apesar de todo aquele sentimento, acreditava naquele momento e na importância de estarem ali socializando e buscando prioridades para a região. Lembrou que no ano anterior tinham passado por uma das piores enchentes no Município de Itapiranga e que haviam priorizado somente um projeto, sendo que o Município, por conta própria, havia recuperado a área da saúde, que tinha sido extremamente atingida, a Prefeitura, bem como outros espaços necessários, totalizando o valor próximo a R\$ 1 milhão em recursos investidos pelo Município de Itapiranga, e que o governo do Estado tinha investido apenas R\$ 50 mil na única prioridade de Itapiranga, que era recuperar a Avenida Uruguai, já que o trecho tinha sido muito atingido pela cheia e levava à maior agroindústria da região, por onde necessariamente entrava a matéria prima e saía o produto industrializado. Fazendo um apelo aos Deputados presentes, pediu que priorizassem aquela questão no governo do Estado e também no governo federal para que Itapiranga não ficasse fora daquele importante recurso. Encerrou a sua manifestação parabenizando os Deputados pela iniciativa, pedindo que olhassem pela região e desejando um bom evento a todos. O **senhor Valmor Reis, Vice-Prefeito de Iporã do Oeste, representando os demais Vice-Prefeitos da Regional**, cumprimentou os presentes e disse que as demandas da região eram grandes. Afirmou que muitos Deputados já tinham sido Prefeito e sabiam das necessidades daquela área, salientando que realmente não se fazia mais saúde com 15%, mais educação com 25%, fora os outros segmentos, sendo necessário o apoio dos Deputados, do governo do Estado e do governo federal para que aquelas demandas se tornassem realidade, já que os Municípios não estavam conseguindo mais se sustentar. Concluiu a sua participação agradecendo a presença dos Deputados, que ali estavam para ouvir as demandas da região, e desejou um bom trabalho a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **Vereador Gabriel Celuppi, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga**, que cumprimentou os presentes e salientou que precisariam muito do apoio do Secretário da SDR depois que fossem escolhidas as demandas. Disse que já tinham sido citadas várias demandas da região e que assim como a Alesc realizava aquelas audiências públicas, a Câmara de Vereadores também fazia pelas comunidades do interior reuniões itinerantes buscando sugestões e ouvindo a população. Afirmou que a população de Itapiranga era muito organizada, que o povo era trabalhador e que das trinta demandas já colocadas pela SDR, muitas eram de infraestrutura, mas que a população também buscava usina de asfalto regional para asfaltar o interior, rede trifásica, porque a propriedade do interior cresceu e precisava de mais investimento e energia, e tratamento oncológico ou especialidades médicas. Encerrou a sua manifestação dizendo que Itapiranga precisava de mais atenção e que agora poderiam sonhar alto em função de o orçamento ser impositivo, e que com as lideranças regionais e o povo trabalhando alcançariam sucesso nas suas reivindicações. Desejou um bom dia a todos. O **senhor Presidente**, na sequência, disse que encerraria a primeira etapa dos trabalhos, que compreendeu a fala dos membros da mesa, a fim de que fosse dado seguimento à segunda etapa, que era a exposição dos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda e da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc, para em seguida o grupo proceder à discussão e à escolha das doze ações para o PPA e das três para a LOA. Antes, porém, dirigindo-se especialmente ao Prefeito Milton Simon, teceu comentários no sentido de que a Alesc, além de trabalhar constantemente na resolução de grandes e graves problemas do Estado, também trabalhava na elaboração e aprovação de leis de interesse dos



Municípios, e citou uma de sua autoria, o Projeto de Lei 448/2013, que fixou novos critérios de redistribuição do ICMS do valor agregado, que recebeu aprovação unânime de todos os Deputados que representavam o Grande Oeste catarinense. Disse que no passado, em cima de tudo o que era produzido em Itapiranga e exportado, o Município tinha prejuízo no retorno do ICMS, mas que com a aprovação do referido projeto de lei, Municípios como Itapiranga, São Miguel do Oeste e outros tantos passaram a ter um retorno maior de ICMS, e aproveitou aquele momento para agradecer a Deputada Luciane Carminatti e os Deputados Mauro de Nadal, Maurício Eskudlark, Padre Pedro Baldissera, Moacir Sopelsa, Neodi Saretta, Gelson Merisio e Valdir Cobalchini o apoio à aprovação do projeto de lei. Observou que além das audiências públicas e do trabalho individual de cada Deputado ou do trabalho por bancada, leis em favor dos Municípios que produziam também eram votadas na Alesc, e para que todos tivessem a compreensão exata do que estava falando, disse que ao sair de Itapiranga um *container* de produtos industrializados, a nota fiscal de transferência saíria a preço de custo para Itajaí e o ICMS para Itapiranga seria relativo ao da nota fiscal de preço de custo, mas quando a mercadoria era exportada para algum país da América do Norte, da Europa ou da Ásia, o ICMS da nota fiscal complementar não retornava para Itapiranga, ficando com a cidade que exportava, que era Itajaí, razão pela qual aquele Município, ao longo dos anos, tinha adquirido o *status* de cidade com maior PIB de Santa Catarina em prejuízo das cidades produtoras. Assim, ponderou que se cabia o ônus à cidade de Itapiranga, teria que caber também o bônus, que era o retorno do ICMS, e por aquela razão o projeto de lei teve um debate amplo durante um ano, culminando com a sua aprovação por parte de todos os Deputados. Fez questão de frisar, conforme já tinha dito, que a Alesc, além do trabalho individual ou coletiva por bancada, também votava projetos de interesse de Itapiranga e de dezena de outros Municípios. Isso posto, disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado, que se revestiam de grande importância para o Parlamento catarinense e para o Executivo estadual. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupo para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. De imediato, passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Itapiranga. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele



momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*O grupo se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Itapiranga.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Itapiranga:

1	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR de Itapiranga
2	Conclusão e ampliação do projeto Bem-Te-Vi – SDR de Itapiranga
3	Construção ou aproveitamento de espaço de acolhimento de idosos na Regional – SDR de Itapiranga
4	Implementação de internet de qualidade (banda larga) nas escolas estaduais – SDR de Itapiranga
5	Construção, reforma e ampliação das unidades policiais – SDR de Itapiranga
6	Implementar as redes de atendimento da região do extremo oeste, contemplando os hospitais existentes com investimento e custeio – SDR de Itapiranga
7	Concluir a regionalização das especialidades de média e alta complexidade no Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, de São Miguel do Oeste – SDR de Itapiranga
8	Melhoramento da infraestrutura na comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar – SDR de Itapiranga
9	Necessidade de instalação de rede trifásica (principalmente no meio rural) em todos os Municípios de abrangência – SDR de Itapiranga
10	Pavimentação da Rodovia da Fronteira que liga Itapiranga/Tunápolis/Paraíso – SDR de Itapiranga
11	Revitalização / elaboração de projeto de engenharia para pavimentação da SC-283, trecho Itapiranga/Mondaí – SDR de Itapiranga
12	Investimento em captação e rede de distribuição de água e esgotos nos Municípios – SDR de Itapiranga

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Itapiranga:

1	Pavimentação da Rodovia da Fronteira que liga Itapiranga/Tunápolis/Paraíso – SDR de Itapiranga
2	Implementar as redes de atendimento da região do extremo oeste, contemplando os hospitais existentes com investimento e custeio – SDR de Itapiranga
3	Melhoramento da infraestrutura na comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar – SDR de Itapiranga

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Itapiranga: como titular, o senhor Enoir Scherer; e como suplente, o senhor Gabriel Antônio Celuppi. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, convidou o Deputado Kennedy Nunes para proceder ao encerramento da audiência. O **senhor Presidente ad hoc, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, agradeceu a participação de todos, disse que agora com o Orçamento impositivo aquelas obras estariam garantidas e não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



2ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **SÃO MIGUEL DO OESTE**

Data: 22/06/15

Horário: 14:30min – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Unoesc Campus A Bloco F**
Rua Oiapoc, 211 – Bairro Agostini
São Miguel do Oeste

CONSELHEIROS:

Titular: *Volmir José Giumbelli – Gerente de administração financeira - Belmonte*

Suplente: NEURA FACHI – LICITAÇÃO - SÃO MIGUEL DO OESTE

Total de participantes: 86





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SÃO MIGUEL DO OESTE

PRIORIDADES PPA-2016-2019

01	Falta de serviços credenciados na região no atendimento oncológico e ampliação do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso.
02	Falta de UTI neonatal.
03	Falta de equipamentos de imagem e serviços para as especialidades de alta complexidade.
04	Falta de um CASEP
05	Falta de efetivo
06	Falta de Posto da Polícia Militar Rodoviária Estadual, e manutenção da estrutura física, cabeamentos tecnológicos e ampliação das instalações de segurança pública nos municípios (Batalhões, Delegacia, Destacamentos nos 35 municípios da Região do Extremoeste).
07	Falta de políticas de manutenção das rodovias.
08	Falta energia trifásica na área rural.
09	Implantação de centro de inovação tecnológica - SDR - São Miguel do Oeste
10	Aquisição de área para construção do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas.
11	Deficiência na manutenção, adequação e modernização das escolas.
12	Falta de equipes multiprofissionais para atender as competências específicas, diante dos problemas que estão presentes na escola e que não são de caráter somente pedagógico.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SÃO MIGUEL DO OESTE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Falta de serviços credenciados na região no atendimento oncológico e ampliação do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso.
2	Falta energia trifásica na área rural.
3	Implantação de centro de inovação tecnológica - SDR - São Miguel do Oeste



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO MIGUEL DO OESTE

Municípios: São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Neody SAPOTTA	Dep Estadual
02	<i>[Handwritten signature]</i>	Sen. M.O.
03	Walter José Galvão	DESCANSO
04	MARCO M. BORTOLOTO	DESCANSO
05	Valter F. Cay	Assessoria Dep. Est
06	<i>[Handwritten signature]</i> Carlos Wagner Soares	S.M.O.
07	Jéssica J. Magalhães	S.M.O.
08	Antônio Rizzo	S.M.O.
09	RYAN SCHÜTZ	DEP. MAURO
10	Deiga F. Santos	S.M.O.
11	Valdeir B. Barros	S.M.O.
12	Cláudio Tessaro	DESCANSO
13	Pe. Pedro Baldinera	Guaraciaba
14	Eloir VOIGT	GUARACIABA
15	VITOR CARLOS D'AGOSTINI	S.M.O.E.S.T.E
16	TIARAJU LUIS GOLDSCHMIDT	S.M.O.E.S.T.E
17	Lilian Lucia Lucotti (Tel. 2000)	S.M.O.E.S.T.E
18	MAURICIO EKUDJARK	S.M.O.
19	Volmir J. Giambelli	SDR-S.M.O.
20	Gizeli Vizzotto	Asscom - SDR-S.M.O.
21	JORGE WELTER	ACESC
22	Danielo Baron	SDR-S.M.O.
23	Maria G. Vedley	Procur. Juríd.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO MIGUEL DO OESTE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	João Rudiniy Sturua	SMO
205	CARLOS LAZZARETTI	SDR
206	Reis M. S. Silimberti	SDR
207	MAURO DE MAIAL	SDR
208	Moani Mantelli	GERED.
209	MAURO VENTURUSO MROCITA	SDR
300	Wagner Ringe	SMO
301	Luiz Sergio	SMO
302	Paulo R. Silva	SMO
303	EVERALDO DE BORTI	SMO
304	Olimpio GALVÃO	SMO
305	Paulo Roberto	SMO
306	Silvio Dolmagro	SDR
307	TASSO BRATHOWSKI	COJUR
308	LACRIZ BICCH	PMRV
309	JOSEFR MONTANA	SDR
400	Justiano Zanoff Mattar	Vereador
401	Simone Thomas	Assist. Social.
402	Josecar Vidoni	GERED
403	Wilson TRAVISA	SDR Sen
404	ALEX PENTUSATTI	SINTESE SMO
405	Cláudio J. Rosa	Fzls
406	Guilherme Kraus dos Santos	Polto.
407	Andrea L.R. Brescioni	Prefeitura SMOeste
408	Sirlei Carvalho Rito Ramos	SDR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIENCIA PUBLICA - 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO MIGUEL DO OESTE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	RODRIGO SANTAMARIA SABER	SMO
50	JOSE MARIA RIES	SUD
51	MARCIO SOBERT	SMO
52	RANGE GATHEMANN	SMO
53	KOMMEDY NUNES	JOI
54	ANGELINI SALLAS	SMO
55	CESAR VALDEA	DEPUTADO,
56	MIRIAN CRUZ	SPOLIS
57	LAUCIANE CARMINATH	Deputado Est.
58	SANDRA BATAGLIM DAILA COSTA	SMO
59	ANDRINI S. PARRIPINI	SMD
60	DIRCEU DRESCHI	dep. Estadual
61	HELENA RIZZI	Bellona
62	JEAN LARA	Florianópolis
63	WILSON CORONA	n u l l
64	CESTÁLIO FREZZER	Chopão
65	PAULO C. SOUZA	TC#/SC
66	VALNIR AMILIO SCHARNOSTKI	s.m.o.
67	CILIA BRANCA	Guaraciaba
43		
44		
45		
46		
47		
48		



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO MIGUEL DO OESTE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
68	Leonardo Brandt	SMS
69	Luciana M.P. Ballinat	Deslanso
70	Uelso	Caracur
71	MARI DA ROSA	PREFEITURA
72	Gustavo de Togni	Câmara Guaraciaba
73	Nevo Wilk	S.M. Oeste
74	Daniel Silva	S. M. O
75	Ailton Fontana	Guaraciaba
76	Alípio Alves	de Coropneiro
77	Sandro Luiz Favero	
78	JONAS MARCELO RMON	
79	Flora Reis Palu	
80	Sonia Moroni	
81	Sênior Scheller	
82	Jhonat Anselm	
83	Juês Soprano	
84	Keldelino Torres	
85	Heure Faeli	
86	HENRIQUE G. MUXFADT	
87		
88		
89		
90		
91		
92		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM 22 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H30MIN

Aos 22 dias do mês de junho de 2015, às 14h30min, no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), *campus* São Miguel do Oeste, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de São Miguel do Oeste e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a segunda audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Narcizo Parisotto, Vice-Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o senhor Wilson Trevisan, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste; o senhor João Carlos Valar, Prefeito de São Miguel do Oeste, representando a Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc); a Vereadora Cristiane Regina Zanatta Massaro, Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste; o senhor Vitor Carlos D'Agostini, Reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); o Vereador Valnir Camilo Scharnoski, presidente da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (Uvesc); e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Hélio José Daltoé, Prefeito de Descanso; Cleomar Pisoni, Vice-Prefeito de Belmonte; Márcio Bortolotto, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Vereador do Município de Descanso; Deoclides Dalla Rosa, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura de São Miguel do Oeste; Everaldo Di



Berti, Secretário Municipal de Esportes de São Miguel do Oeste; Capitão Laerte Bieger, comandante da 7ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária de Iporã do Oeste; 2º tenente do Corpo de Bombeiros João Rudini Sturm, representando o Major Marcelo Fiório, comandante do 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina; Carlos Magno Chaves, diretor da Fundação Municipal de Cultura de São Miguel do Oeste (Funcultura); Jorge Welter, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; Lilian Lucia Lucotti, assessora parlamentar, representando o senhor Vereador José Jair Giovenardi, de São Miguel do Oeste; Amauri Salles, gerente da Casan de São Miguel do Oeste; Alex Pertussatti, 1º secretário-geral do Sintespe; Rodrigo Saber, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina; e Paulo Cesar Salum, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Após o registro, convidou a fazer uso da palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Alesec, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, deu início à audiência pública cumprimentando os presentes, a imprensa, todos os componentes da mesa e demais autoridades. Antes de iniciar seu pronunciamento, solicitou que os participantes da audiência viessem mais para frente no auditório. Disse ser um prazer e uma alegria estar mais uma vez ali, novamente na condição de Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, presidindo mais uma audiência do Orçamento Regionalizado. Agradeceu em especial a participação dos doze Deputados ali presentes, o que demonstrava a importância que a Assembleia Legislativa dava às audiências do Orçamento Regionalizado. Informou ser aquela a segunda audiência pública que estavam realizando e que a intenção era fazê-las na maioria das regionais de Santa Catarina, como ocorreu em 2013. Disse que aquela audiência pública se revestia de dupla importância: escolher as doze ações do Plano Plurianual para o quadriênio 2016/2019, e dentre elas escolher as três ações para o Orçamento de 2016. Informou, em seguida, como transcorreria o andamento da audiência e solicitou aos Deputados e autoridades que fossem rápidos em suas manifestações, para que a discussão fosse otimizada e pudessem escolher as doze ações do PPA e as três do Orçamento. Deu boas-vindas a todos, agradecendo especialmente ao Reitor da Unoesc por mais uma vez ceder aquele espaço e também aos servidores da Assembleia Legislativa por seu suporte e apoio. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesec**, que após as saudações iniciais disse que pretendia ser objetivo em sua fala para que o tempo fosse dedicado ao objetivo maior da reunião. Falou que o Orçamento Regionalizado era um dos poucos instrumentos de participação direta da sociedade catarinense e que, apesar de ainda não estar em plena execução, havia sido dado um passo importante quando da aprovação de uma emenda constitucional no ano anterior, apesar de ainda faltar a sua regulamentação. Disse que precisavam fortalecer aqueles mecanismos de participação direta da comunidade e que as obras ali elencadas seriam prioritárias na região e defendidas pelas lideranças. Comprometeu-se não só em ajudar a defender a inclusão das prioridades no Orçamento, mas também em defender que recursos sejam alocados para que as prioridades, de fato, sejam executadas. Colocando-se à disposição, desejou um bom trabalho a todos e despediu-se. Em seguida, fez uso da palavra o senhor **Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que saudou Deputados, autoridades e demais presentes e falou do prazer e da satisfação de poder voltar a São Miguel do Oeste. Afirmou estar pelo quinto mandato consecutivo como Deputado, e que por isso se lembrava da luta incansável do ex-Deputado Gilmar Knaesel para a preservação do Orçamento Regionalizado, acrescentando que em alguns momentos não fora dada a devida atenção por parte do governo e até mesmo por parte das próprias autoridades. Em contrapartida, disse ter percebido que há cerca de dois mandatos, felizmente, o governo do Estado passara a dar a devida atenção e o devido respeito ao Parlamento catarinense no que se referia à questão do Orçamento Regionalizado. Lembrou que em 2000 a arrecadação do Estado era de R\$ 167 milhões e que atualmente era de R\$ 1,8 bilhão, complementando que isso havia ocorrido graças à pujança, à determinação e ao espírito



empreendedor do catarinense, que havia feito com que Santa Catarina se tornasse um Estado diferenciado dos demais da Federação. Disse que, apesar de as demandas sempre serem maiores que os recursos arrecadados, precisavam ter a responsabilidade de priorizar o que era importante. Despedindo-se, afirmou ser aquele um momento importante para a população apreciar e debater suas prioridades e, com isso, aplicar devidamente os recursos que eram fruto dos impostos pagos por todos. Ato contínuo, a palavra foi passada ao **senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que após os cumprimentos disse que o grande valor da reunião era a Assembleia Legislativa, em número significativo, fazer-se presente para acolher as demandas da região de São Miguel do Oeste. Disse que aquela talvez fosse uma das mais importantes ferramentas para discutir as prioridades em nível de região. Falou, com muita alegria, que estavam saindo de um momento de descrédito para um momento de esperança, pois nos últimos anos tinham sido feitos investimentos mais acentuados nas prioridades regionais, acrescentando que competia a todos, Deputados, Prefeitos e lideranças regionais, cobrar a execução das mesmas. Desejou um bom trabalho a todos e despediu-se. A palavra, em seguida, foi passada para a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa**, que saudou todos e agradeceu ao Reitor o espaço cedido. Observou que a presença dos Deputados ali não significava que eles estavam apenas ouvindo, mas também colocando o seu trabalho e compromisso à disposição, no sentido de levarem as bandeiras elencadas como prioridades na região. Chamou a atenção para o fato de que já tinham um calendário do Plano Estadual de Educação na Assembleia Legislativa, por requerimento de sua autoria, acrescentando ter ele sido aprovado na Comissão de Educação e que seu debate seria feito ao longo de dezessete seminários estaduais. Convidou todos, em nome do Presidente da Comissão de Educação, Deputado Cobalchini, a conhecerem e se envolverem no debate do primeiro Plano Estadual de Educação. Mencionou a importância que tinha a discussão do Orçamento, apesar de todos saberem que o que vinha do Executivo já era uma peça pronta, podendo o Executivo acolher as sugestões de cada região. Opinou que precisavam, no futuro, fazer um debate mais aprofundado sobre a renúncia fiscal, justificando que o orçamento previsto para 2015 era em torno de R\$ 21 bilhões e que o previsto para 2016 era em torno de R\$ 25 bilhões, sendo que, desse recurso, em torno de R\$ 5 bilhões eram renúncia fiscal. Concluiu que às vezes ficavam discutindo as migalhas, mas não discutiam a renúncia fiscal. Afirmou que a renúncia fiscal beneficiava algumas empresas, mas que ela devia ser mais bem discutida para, quem sabe, beneficiar empresários de pequeno e médio porte de todas as regiões do Estado. Falou que aquela discussão não seria feita naquele momento, mas que gostaria de deixar sua contribuição para que logo tivessem a coragem de fazer o debate sobre a renúncia fiscal. Despediu-se, desejando uma boa reunião a todos. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa**, que após os cumprimentos iniciais agradeceu especialmente ao Reitor da Unoesc por sempre ter sido prestativo quanto a temas importantes e que clamavam a participação da população. Ressaltou a importância daquele momento em que a sociedade civil organizada, através das suas lideranças políticas e da sociedade empresarial, tinha de sugerir, dentro do Orçamento do Estado, aquilo que eram suas prioridades para os próximos quatro anos e também para o ano seguinte. Disse que a imprensa sempre perguntava se a sociedade teria a oportunidade de poder dizer aquilo que esperava do governo de Santa Catarina, e que a resposta era que sim, mas no momento oportuno. Afirmou ser aquele o motivo pelo qual faziam a convocação de todos que tivessem interesse em algum tema: para que levassem a sua ideia, que era importante. Contou ter ouvido pela manhã o pronunciamento do Secretário Regional de Itapiranga, no qual ele dizia que mais de 60% daquilo que haviam votado fora cumprido pelo governo do Estado de Santa Catarina. Disse perceber que a voz da população estava surtindo efeito junto ao governo do Estado e que os Deputados, independente do partido a que pertenciam, a favor ou contra o governo, somavam forças nos momentos de reivindicar, complementando que todos eles lutavam, cobravam e exigiam do governo o cumprimento daquelas metas. Informou que eles não tinham a força da caneta para fazer



o empenho e determinar o pagamento, mas que seu trabalho de fiscalização e cobrança era permanente. Desejou a todos uma tarde muito proveitosa e pediu que contassem com seu apoio como Deputado Estadual. Em seguida, foi convidado para fazer uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou todos e disse que, apesar de os Deputados terem cada um sua linha ideológica e de pensamento, eram muito unidos nos objetivos comuns ao Estado de Santa Catarina. Disse que via ali a sociedade da região representada na audiência, independente do número de pessoas presentes. Falou que a maioria das demandas elencadas pelo Orçamento Regionalizado vinha sendo atendida pelo governo do Estado e que trabalhavam pelo Orçamento impositivo, apesar de o Orçamento já vir sendo quase que impositivo. Com relação às demandas especiais na área da segurança em São Miguel do Oeste, comentou existirem postes de monitoramento e câmeras fincados nas esquinas da cidade há três anos e que até o momento não estavam funcionando, explicando com isso que muitas vezes viam a vontade do governo, existia o recurso, mas também existia a ineficiência na hora de executar a obra. Comentou que uma das principais lutas da atualidade era a oncologia, relatando que Chapecó atendia 1.900 pessoas com câncer de todo o oeste catarinense, e que aproximadamente 1.800 pessoas deslocavam-se a Chapecó para o tratamento. Salientou que o recomendável pela Organização Mundial da Saúde era de 900 atendimentos e que a região de São Miguel do Oeste, pelos números, fazia 900 atendimentos. Explicou que se a oncologia passasse a funcionar ali, conseguiria atender aquela demanda e haveria um grande avanço para a sociedade catarinense e para as famílias, já que o câncer era a doença mais dura e que mais submetia o ser humano a um período de dificuldade e dor. Ressaltou que se conseguissem fazer com que as pessoas não precisassem estar dentro de ambulâncias rumo a Chapecó ou Florianópolis, já haveria um grande avanço. Finalizou seu pronunciamento afirmando que o importante era a reunião técnica e as definições que seriam feitas, complementando que os Deputados seriam apenas os porta-vozes e os soldados para brigarem pela execução do projeto. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc**, que cumprimentou todos e disse estar muito feliz por estar fazendo a rodada das reuniões do Orçamento Regionalizado com uma das garantias pelas quais tanto lutou em 2007, 2008 e 2009, que era a questão do Orçamento impositivo. Com relação à representatividade dos que estavam ali presentes, participando da audiência, falou que todos iriam sentir um pouco do que os Deputados sentiam quando iam votar alguma matéria, pois eram apenas 40 Deputados representando a vontade dos 295 Municípios de Santa Catarina. Contou estar vindo da primeira reunião do Orçamento Regionalizado, em Itapiranga, e sugeriu que todos já fossem fazendo seu próprio *lobby* para garantir suas propostas, pois em Itapiranga um Prefeito havia levado pessoas suficientes para garantir suas reivindicações através do voto direto da população. Despediu-se desejando uma excelente tarde a todos. Dando prosseguimento, a palavra foi passada para o **senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que estavam vivendo um momento muito rico em Santa Catarina, pois estavam dando oportunidade ao povo catarinense de decidir suas prioridades. Falou que era naquela região de fronteira, no extremo oeste de Santa Catarina, que começava o Estado e que por isso a região era de grande importância. Afirmou que os Deputados ali presentes seriam os sentinelas, principalmente na hora do voto, e que ali seria decidido o futuro do povo catarinense e o que seria prioritário para os 295 Municípios do Estado de Santa Catarina. Informou que na audiência de Itapiranga o Secretário Regional falara que em média 60% do último PPA fora cumprido e sugeriu que agora passassem para 70% de assertividade. Parabenizou o povo do oeste pela luta e pujança e ressaltou alguns temas importantes para a região, como a questão da inovação tecnológica e a diminuição da ambulancioterapia na área da saúde. Frisou a necessidade de diminuir o sofrimento das pessoas que muitas vezes precisavam se deslocar do extremo oeste para Chapecó e para Florianópolis, para buscarem atendimento. Citou ainda como importantes temas a serem



tratados o da segurança e a questão das BRs e SCs da região. Colocou-se à disposição de todos e despediu-se. Em seguida, foi convidado para fazer uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**, que após as saudações iniciais disse que a sobra da condição de investimentos circulava em torno de R\$ 1 bilhão, avaliando tratar-se de um valor baixo que precisava ser melhorado, pois as demandas eram muitas. Citou temas importantes a serem discutidos como prioritários, tais como: infraestrutura para a região, mais segurança pública, investimentos na educação e na saúde, geração de emprego, fomento à agricultura familiar. Lembrou, ainda, o enfraquecimento de empresas públicas como a Cidasc e o papel da Epagri para desenvolver novas atividades econômicas para a região na área da agricultura familiar. Comentou que, felizmente, os mais de R\$ 11 bilhões em recursos liberados pelo governo federal para Santa Catarina, via empréstimo, ajudaram bastante a resolver uma série de gargalos que havia no Estado. Corroborou o questionamento feito pela Deputada Luciane Carminatti a respeito da necessidade de discutirem a renúncia fiscal, citando ainda temas polêmicos como sonegação fiscal e investimentos em cargos de confiança no Estado. Finalizando seu pronunciamento, falou que os presentes àquela audiência haviam sido chamados para ajudar e que os Deputados estavam ali para assumir o compromisso de continuar na luta para valorizar o oeste catarinense e fazer os investimentos necessários. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Narcizo Parisotto, Vice-Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou membros da mesa, autoridades nominadas pelo protocolo e demais presentes. Lembrou a importância da reunião, afirmando que todos estavam ali representando os sonhos e projetos de sua cidade. Comentou ter ouvido na audiência uma manifestação afirmando que cerca de 60% das solicitações foram atendidas, e depois ter ouvido do Deputado Valduga a sugestão de tentarem chegar a 70%, acrescentando que deveriam tentar chegar a 90% ou 100% de realização dos projetos priorizados. Adiantou, outrossim, que se ainda não haviam alcançado os almejados 100% não era por omissão dos Deputados, que vinham com voz ativa solicitando as prioridades da região. Logo após, a palavra foi passada ao **senhor Wilson Trevisan, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste**, que após as saudações agradeceu a presença de todos e disse que praticamente todos os Deputados que ali estavam haviam participado da elaboração do PPA. Contou terem feito uma discussão bastante aprofundada no dia anterior a respeito dos problemas da região, com o auxílio de equipes técnicas e utilizando matrizes de priorização. Pediu para depois apresentar ali aquele relatório e que ele fosse incluído no PPA. Despedindo-se, afirmou que todos que participaram da reunião estavam de acordo com o que havia sido elaborado para a região. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor João Carlos Valar, Prefeito de São Miguel do Oeste, representando a Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc)**, que cumprimentou todos e disse estar muito feliz, pois através do bom diálogo a região se desenvolvia. Observou que se não tivessem feito reuniões importantes para ouvir a comunidade, a região não teria um hospital regional, não teria asfalto, não teria a universidade, o Instituto Federal. Falou que a presença dos Deputados era muito importante, mas que em São Miguel do Oeste não podiam sonhar com projetos que não tinham como ser feitos, justificando que o dinheiro estava ficando cada vez mais escasso. Informou que a comunidade tinha preocupações e pedidos a fazer em três áreas fundamentais: saúde, educação e segurança pública. Com relação à área da saúde, afirmou ser muito melhor trazerem ao Hospital Regional alguns profissionais, do que levarem milhares de pessoas a Chapecó, Florianópolis, Passo Fundo e Pato Branco. Relatou, inclusive, que o carro do gabinete do Prefeito João Valério Trevisan servia para levar muitos pacientes a Chapecó e Florianópolis, e que em muitos dias da semana aquilo acontecia. Falou que tudo era importante, mas que precisavam decidir o que era mais importante para que o investimento fosse feito de forma mais rápida. Comentou estar ali representando também os dezenove Prefeitos da Ameosc e que haviam falado muito das obras e ações para a região. Observou ter comentado com os Deputados Maurício e Mauro que existia na região uma ligação



entre dois Municípios, dois Estados e dois países e que não se estava dando bola para aquilo, acrescentando que se tratavam de milhares de pessoas cruzando a fronteira entre o Município de Paraíso, em Santa Catarina, e o Município de São Pedro, na Argentina, na província de Misiones, e que não havia qualquer estrutura alfandegária no local. Assim sendo, solicitou que fossem envolvidos na questão tanto o Estado quanto a União, a Polícia Federal, a Receita Federal e também a Cidasc, exemplificando que Santa Catarina era um Estado livre de febre aftosa, mas que se ocorresse qualquer problema por falta de estrutura alfandegária poderia haver um grande prejuízo a todos. Reiterou seu pedido afirmando que aquilo tudo não dependia de muito dinheiro, mas de organização para controlar todo o povo que estava circulando, pois ali era como uma porta do Mercosul, com entrada e saída de turistas e divisas de um país para o outro. Contou que o asfalto do outro lado havia chegado na ponte do rio Peperi-Guaçu, mas que o da SC-282, que inicia em Florianópolis, termina em Paraíso, e que por isso estava sendo usada a ponte antiga. Deixou claro que já existia um projeto novo de uma ponte nova, mas que iria demorar ainda muitos anos para tudo ser concluído. Frisou novamente a urgência em se legalizar a questão alfandegária na região e despediu-se. Em seguida, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Vereador Valnir Camilo Scharnoski, presidente da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (Uvesc)**, que saudou todos e pediu que as prioridades elencadas fossem cumpridas. Com relação às prioridades, afirmou que o cumprimento de apenas 60% delas era muito pouco e que era necessário aumentar a porcentagem e alcançar os 100% de assertividade. Cumprimentou em especial o senhor Vitor D'Agostini, Reitor da Unoesc, parabenizando-o não por sua ascendência naquele espaço, mas por todo o trabalho feito pela Universidade na região, ressaltando tudo aquilo que, no anonimato da instituição, era feito sob o comando do Reitor. Registrou haver duas prioridades urgentes para a região: melhoria da saúde e da estrutura da malha viária. Com relação a esse último item, explicou não terem mais rodovias, principalmente federais, e que aquilo era um problema que vinha ocasionando mortes e transtornos, acrescentando que a deficiência da SC-163 e da SC-282, de São Miguel do Oeste a Chapecó, tinha aumentado muito. Despediu-se de todos solicitando que tudo o que ali fosse apresentado pela população como prioridade fosse levado em conta e respeitado. Prosseguindo, a palavra foi passada para a **senhora Vereadora Cristiane Regina Zanatta Massaro, Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste**, que cumprimentou nominalmente as autoridades à mesa e os demais presentes. Disse ser aquele um momento de reflexão para diagnosticarem as prioridades da região. Afirmou colocar-se no lugar dos Parlamentares, que precisavam levar as reivindicações ao Executivo para, juntos, buscarem os recursos para que as prioridades fossem atendidas. Parabenizou os representantes sindicais que ali estavam presentes representando a classe, acrescentando que a unidade de cidadania tinha que se fazer presente em todos os momentos, pelo bem da população. Destacou que os Parlamentares representavam a soberania popular e eram os para-choques dos anseios da população, motivo pelo qual apreciava todo aquele trabalho e dedicação. Desejou que naquela tarde tivessem muito discernimento para buscarem as prioridades essenciais à região, e referiu-se ao Secretário Regional Wilson Trevisan afirmando que ele havia feito um bonito trabalho de articulação, o que facilitaria o trabalho de todos. Destacou a importância de desenvolverem a área da saúde na região, mas que os agentes políticos precisavam realizar um trabalho de articulação com todas as áreas públicas, num movimento de prevenção. Explicou que a prevenção envolvia todas as áreas, exemplificando que a pessoa que se dedicava mais ao esporte teria outros índices em relação à própria saúde, pois haveria a conscientização de uma vida mais saudável. Falou que a questão da segurança pública também era muito importante e que estavam trabalhando de forma articulada com o Ministério Público e o Poder Judiciário. Quanto à questão do Casep, disse que precisavam ressocializar os jovens, resgatando-os e colocando-os em um caminho mais viável, conforme esperado pela sociedade. Destacou que, naquele momento, buscava somar forças com todos os presentes e aproveitou a oportunidade para parabenizar os Parlamentares pelo trabalho realizado até ali. Desejou sucesso a todos e despediu-se. Encerrando a primeira etapa da audiência pública, o **senhor Vitor Carlos**



D'Agostini, Reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), fez uso da palavra. Iniciou seu pronunciamento saudando todos e dizendo que se sentia envaidecido pelo fato de o espaço da instituição ter sido escolhido para o evento. Colocou à disposição da Assembleia Legislativa e também de toda a comunidade ali presente os espaços da instituição, para que dela pudessem participar, usufruir, representar e se fazerem representados. Contou ser, ele próprio, uma testemunha viva das audiências regionalizadas, pois delas participava havia mais de dez anos, complementando que todo aquele esforço era feito não somente pelos Deputados e servidores da Assembleia, mas também por toda a comunidade. Mencionou que as prioridades debatidas eram efetivamente atendidas e que aquele momento de participação talvez fosse o único para uma comunidade que estava distante dos poderes constituídos devido à questão geográfica, apesar de muito bem representada por todos os seus Deputados. Finalizou seu pronunciamento agradecendo sua participação e colocando novamente a Unoesc à disposição dos Deputados e de toda a comunidade. Ato contínuo, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniram em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de São Miguel do Oeste. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de São Miguel do Oeste.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de São Miguel do Oeste:

01	Falta de serviços credenciados na região no atendimento oncológico e ampliação do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso.
02	Falta de UTI neonatal.



03	Falta de equipamentos de imagem e serviços para as especialidades de alta complexidade.
04	Falta de um Casep
05	Falta de efetivo
06	Falta de Posto da Polícia Militar Rodoviária Estadual, e manutenção da estrutura física, cabeamentos tecnológicos e ampliação das instalações de segurança pública nos Municípios (Batalhões, Delegacia, destacamentos nos 35 Municípios da Região do extremo oeste).
07	Falta de políticas de manutenção das rodovias.
08	Falta energia trifásica na área rural.
09	Implantação de centro de inovação tecnológica - SDR - São Miguel do Oeste
10	Aquisição de área para construção do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas.
11	Deficiência na manutenção, adequação e modernização das escolas.
12	Falta de equipes multiprofissionais para atender as competências específicas, diante dos problemas que estão presentes na escola e que não são de caráter somente pedagógico.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de São Miguel do Oeste:

01	Falta de serviços credenciados na região no atendimento oncológico e ampliação do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso.
02	Falta energia trifásica na área rural.
03	Implantação de centro de inovação tecnológica - SDR - São Miguel do Oeste

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para São Miguel do Oeste: como titular, o senhor Volmir José Giumbelli; e como suplente, a senhora Neura Fachi. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente *ad hoc*, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que disse que aquele havia sido um trabalho extraordinário e que pudessem contar com o trabalho dos Deputados na Assembleia. Agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



3ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **DIONÍSIO CERQUEIRA**

Data: 22/06/15

Horário: 18h30min – Terça-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Prefeitura Municipal**
Rua Santos Dumont,413- Centro
Dionísio Cerqueira

CONSELHEIROS:

Titular: Branca Moreira Maron Bertomoni-Secretaria Reginal

Suplente: Antonio Plinio de Castro Silva- Prefeito –SÃO José do cedro

Total de participantes: 57





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - DIONÍSIO CERQUEIRA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Adequação/melhoria/supervisão infraestrutura do aeroporto de Dionísio Cerqueira.
2	Estadualização, pavim e manut tr S José Cedro/Palma Sola/Princesa/Dion Cerqueira/Anchieta/B Bonita
3	Implantação e melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água - SDR - Dionísio Cerqueira
4	Estruturação das áreas industriais e empresariais e apoio a pequena e média empresa - SDR - Dionísio Cerqueira.
5	Ampliação e melhoria da rede de energia para área rural e urbana
6	Estruturação dos hospitais para atendimento na média e alta complexidade - SDR - Dionísio Cerqueira
7	Construção e manutenção de abrigos para idosos
8	Expansão da UDESC - SDR - Dionísio Cerqueira
9	Apoio a agricultura familiar - SDR - Dionísio Cerqueira
10	Revitalização de toda SC que liga São Jose do cedro ao município de Princesa
11	Implantação do sistema de esgoto sanitário - SDR - Dionísio Cerqueira
12	Construção e manutenção de um Centro de Acolhimento de Crianças e Adolescentes

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - DIONISIO CERQUEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Estadualização, pavim e manut tr S José Cedro/Palma Sola/Princesa/Dion Cerqueira/Anchieta/B Bonita
2	Adequação/melhoria/supervisão infraestrutura do aeroporto de Dionísio Cerqueira.
3	Estruturação dos hospitais para atendimento na média e alta complexidade - SDR - Dionísio Cerqueira



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: DIONÍSIO CERQUEIRA

Municípios: Dionísio Cerqueira, Anchieta, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	ACI PESTES DE OLIVEIRA	Dionísio Cerqueira
02	Paulo Fusilger	Dionísio Cerqueira
03	VALOARZ TRONON	ANCHIETA
04	Flávio Berte	D. Cerqueira
05	Alipio Alves	D. Cerqueira
06	JOÃO L. DONNELLO	PALMA SOLA
07	ROSIMARI B. DE OLIVEIRA	S. J. Cedro
08	Amo Paulo T. Gonçalves	D. Cerqueira
09	Bianca M. Bultroni	D. Cerqueira
10	Manaly Coço	D. Cerqueira
11	Emanuela Lambert	D. Cerqueira
12	Sabete Terzinha Guetto Gonçalves	D. Cerqueira
13	Rosane G. Andrade Jausa	D. Cerqueira
14	Alexandro José Krüger	D. Cerqueira
15	Tânia R. dos Santos	S. J. Cedro
16	Marlene Behnenberge	S. J. Cedro
17	Naldomiro Rodrigues	Guarujá do Sul
18	PEDRINHO CASARI	S. J. CEDRO
19	NEZI SARETTA	Deputado Estadual
20	Suena Rigo	Journalista Alex
21	Práxis de Antas	Práxis
22	Pe Pedro Baldissina	Pe Pedro
23	Gilberto Selzer	José



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: DIONÍSIO CERQUEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Juliano Veito	Dionísio C.
25	JONES TOMAZI	JOINVILH
26	KENNEDY NUNES	Palmas sul
27	Domingos LOCATESE	Palmas sul
28	Ederlso Zanazzi	Gr. Du. Sul
29	Ygor Sulyan	S. CERQUEIRA
30	TONATO IVAN	D. Cerqueira
31	Roseni Jones Forte	D. C.
32	ARNA FORTES	D. C.
33	Robi Wille	PRINCESSA
34	LEIDI DAIANE AMANN	PRINCESSA
35	Olavir de Barros	PRINCESSA
36	Andre Pinheiro	PRINCESSA
37	Ademilson Noronha	D. C.
38	José dos Santos	D. C.
39	Abelardo Anacleto	D. C.
40	Regino Bortolotto	D. C.
41	Douglas Fernando Sabot de Mello	ACESC
42	JORGE WELTER	D. C.
43	Sej Vanderlei	D. C.
44	ci. Adriano	D. C.
45	Alan Oliveira	D. C.
46	Guilherme Paiva dos Santos	Sel. / Epolis
47	Walmir de Luffo	D. C.
48	Caetano Lazzaretti	F. Poliz



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: DIONÍSIO CERQUEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Valentin B. <i>etc</i>	
50	ALLAN KREUTZ	D.
51	Sergio R. Schepfer	<i>[Signature]</i>
52	Jheral Anseher	<i>[Signature]</i>
53	Elendino Zomardes	<i>[Signature]</i>
54	Antonio Pires de Castro Filho	S. Carlos
55	Sandro Luiz Favero	<i>[Signature]</i>
56	Edinglo Rocco	<i>[Signature]</i>
57	SILVAN BRITZ	<i>[Signature]</i>
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2015, ÀS 18H30MIN

Aos 22 dias do mês de junho de 2015, às 18h30min, no auditório Paulo Freire da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública os representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Dionísio Cerqueira e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019. Destas, três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Alesc. A senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, por meio da Comissão de Finanças e Tributação, a terceira audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesc; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alesc; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Alesc; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado da Alesc; a senhora Bianca Moreira Maranh Bertamoni, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Dionísio Cerqueira; o senhor Flavio Berte, Vice-Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira; o senhor Olasir Brasil, Vereador do Município de Dionísio Cerqueira, representando todos os Vereadores de Dionísio Cerqueira; o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa; e o Vereador Valentim Borges da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Dionísio Cerqueira. Na sequência, a mestre de cerimônias registrou a presença das seguintes pessoas: senhor Luiz Fernando Zobot de Mello, Secretário Municipal de Agricultura de Dionísio Cerqueira; 3º sargento Vanderlei Kaktin Soares, representando o 1º tenente Nolan Rafael Volkweis, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Dionísio Cerqueira; senhora Leni Mello, Secretária Municipal de Educação de Dionísio Cerqueira; senhor



José Carlos Foiatto, Prefeito de Guarujá do Sul; senhor Domingos Lírio Locatelli, Prefeito de Palma Sola; senhor Ari Prestes de Oliveira, Prefeito de Anchieta; senhor André Primaz, Vice-Prefeito do Município de Princesa; senhor Ademilson Ramão, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Princesa; Vereador Valderéz Izoton, Presidente da Câmara do Município de Anchieta; Vereador Paulo Fusieger, 2º Secretário da Câmara de Vereadores do Município de Anchieta; Vereador Romeu Montagner, do Município de Dionísio Cerqueira; senhor Neri Luiz Welter, Secretário Municipal de Transportes e Obras de Guarujá do Sul; senhor Gilberto Ceuseler, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Dionísio Cerqueira; senhor Paulo Cesar Salum, auditor Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Jorge Welter, secretário Parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Vereador Allan Edgard Kreutz, do Município de Dionísio Cerqueira; e senhor Plínio de Castro, Prefeito de São José do Cedro. Após fazer o registro, convidou para fazer uso da palavra e para conduzir os trabalhos da audiência pública o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. O senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch, cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes e disse que era uma alegria aos membros da Comissão de Finanças e Tributação estarem na SDR de Dionísio Cerqueira debatendo, consultando e levantando as demandas, os desafios da região. Informou que aquela era a terceira reunião do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa, coordenado pela Comissão de Finanças e Tributação, sendo que a primeira tinha sido naquela manhã em Itapiranga; a segunda, à tarde, em São Miguel do Oeste; e à noite, ali. Acrescentou que seria uma grande jornada com 32 atividades em todo o Estado, sendo que o governo do Estado, através da Secretaria de Administração, já havia feito um levantamento para o Plano Plurianual e o que eles iriam fazer ali, naquela noite, se somaria às prioridades que a região tinha que construir, tanto na LOA quanto no PPA. Ainda acrescentou que o número significativo de Deputados naquela reunião demonstrava o empenho e o compromisso de todos para, com a escolha das prioridades, construir o que era melhor para a região a ser incluído no Orçamento. A seguir, informou que a reunião se daria em três etapas: a parte da oitiva dos componentes da mesa, a parte técnica da escolha das prioridades e, por fim, o encerramento da audiência com a indicação dos conselheiros titular e suplente da Regional. Dando continuidade à reunião, na pessoa da senhora Bianca, Secretária da SDR de Dionísio Cerqueira, cumprimentou todas as lideranças da região e o Vice-Prefeito Flávio, do mesmo Município, agradecendo a cedência do espaço da Prefeitura para a realização daquela audiência. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa, que saudou todos os presentes e, de forma objetiva, disse que aquele era um momento extraordinário porque a Assembleia Legislativa estava presente nas regiões do Estado para ouvir e, ao mesmo tempo, receber as demandas de cada Regional. Disse, ainda, que aquela era uma ferramenta estratégica do Orçamento Regionalizado, a qual envolvia a comunidade, e que eles, enquanto Assembleia Legislativa, estavam ali não só para assumir um compromisso, mas para informar que a comunidade podia contar com os Parlamentares Estaduais. Ato contínuo, ressaltou que aquilo que fosse priorizado ali passaria pela Assembleia Legislativa e receberia o aval e a fiscalização dos Deputados para a sua efetiva execução a fim de que se tornasse realidade. Assim sendo, encerrou dizendo que as demandas eram grandes na saúde, na agricultura, na infraestrutura; que quem conhecia efetivamente a região era cada um dos presentes; e que os Deputados estavam ali afim de ouvir as pessoas e de assumir o compromisso de lutar para que as prioridades se tornassem realidade. E desejou um bom trabalho a todos e agradeceu a oportunidade daquela integração. Na sequência, fez uso da palavra o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da



Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc, que cumprimentou todos os presentes e disse que entendia ser aquele um momento muito importante porque a sociedade podia se manifestar. Informou que na audiência de São Miguel do Oeste havia contado a todos que, quando era Vereador em Joinville, em uma das reuniões o questionamento era sobre a pouca presença das pessoas nas reuniões da Câmara de Vereadores, e que um senhor lhe disse que votou em alguém para que esse alguém o representasse. Desse modo, afirmou que naquela noite se poderia pensar que havia poucas pessoas ali, mas que a Regional de Dionísio Cerqueira estava muito bem representada através das suas lideranças regionais. A seguir, disse que as pessoas envolvidas naquele processo teriam a responsabilidade de escolher as doze prioridades do Plano Plurianual e, dessas doze, as três que estarão no Orçamento de 2016. Ressaltou que estavam ali, como em anos anteriores, devido à Lei do Orçamento Regionalizado, de autoria do ex-Deputado Carlito Merss; que, até então, se dependia do Relator para garantir no Orçamento as prioridades de cada região; e que, depois de o Congresso Nacional aprovar o Orçamento Impositivo das Emendas, eles aproveitaram para aprovar o projeto que transforma em impositivas as emendas ao Orçamento. Dessa maneira, pela primeira vez, eles tinham certeza que as ações seriam executadas por lei impositiva. Declarou que na audiência daquela manhã as pessoas ficaram chateadas por não terem feito a política certa e terem perdido para o Prefeito, que foi inteligente, levou um monte de gente para eleger as prioridades que eles queriam, e ganhou. Por fim, desejou uma boa discussão a todos e frisou estarem ali os Deputados a fim de ouvi-los e de garantir, em Florianópolis, as prioridades que eles elegeram para constar do Orçamento. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alesc, que iniciou sua manifestação cumprimentando os componentes da mesa e os demais presentes, e destacando, de forma breve, a importância daquele evento. Reiterou as palavras do Deputado Kennedy quanto à questão de terem um projeto de emenda constitucional, já aprovado, que garantia o Orçamento impositivo, o qual dependia apenas de regulamentação na Comissão de Finanças e Tributação. Em seguida, disse que era importante a participação de todos naquele momento porque 1% do Orçamento impositivo representava mais de R\$ 220 milhões a serem distribuídos por meio do Orçamento Regionalizado e que aquele era um valor significativo. Observou que na parte da manhã daquele dia o Secretário de Desenvolvimento Regional de Itapiranga disse que lá havia sido cumprido mais de 60% daquilo que tinha sido elencado no Orçamento, mas que deveria ser 100%, pois era a vontade de todo mundo. Disse, ainda, que todos que foram ali dar sugestões e discutir as prioridades foram ouvidos pelo Governo, que atendeu as suas reivindicações, e ressaltou que todos estavam cientes do que era prioridade ou não para a região. Observou que no dia a dia, trabalhando a região de atuação de cada Deputado, sabia dos problemas das rodovias estaduais, da saúde, das melhorias que faltavam na educação, mas que o importante naquela noite era ouvir e formalizar a vontade da comunidade de forma apolítica. Desse modo, todos os Deputados, que representavam o povo de Santa Catarina na Assembleia, iriam bater à porta do Governo do Estado, do Secretário para cobrar a execução das prioridades da Regional de Dionísio Cerqueira. Reiterou a importância da participação dos presentes na escolha das três prioridades para o Orçamento de 2016 e das doze prioridades que farão parte do PPA 2016/2019. Finalizando, desejou um bom trabalho a todos e assumiu o compromisso de trabalhar as prioridades elencadas junto ao Governo do Estado para que sejam efetivamente executadas. Na sequência, fez uso da palavra o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc, que, após saudação de praxe, disse que aquele era um momento importante para a região poder sugerir e indicar obras prioritárias ao Estado de Santa Catarina. Ressaltou que era um dos poucos momentos em que podiam opinar sobre as prioridades a serem inseridas no Orçamento do Estado, mesmo que ainda não fosse obrigatória a sua execução, mas que a partir da escolha da prioridade aquela obra deixava de ser o pedido de um Vereador, ou de um Prefeito, ou de um Deputado, e passava a ser prioridade regional debatida, decidida e encaminhada ao Orçamento. Frisou que eles tinham que fortalecer aquele mecanismo nos Municípios para ajudar a sugerir obras



e serviços à região, observando que naquela noite contavam com a presença de Deputados de todas as regiões de Santa Catarina porque precisavam trabalhar em conjunto. Em seguida, contou ter o Deputado Maurício levado à tribuna da Assembleia, dias atrás, algumas fotos da BR-282, e que ele teve a oportunidade de dizer que trafegava pela BR-282 e que havia notado que conforme ia se afastando de Florianópolis a manutenção da BR-282 ia ficando pior, quanto mais longe da Capital, não parecendo a mesma BR, mas que havia cobrado aquela falta de manutenção do ex-superintendente do DNIT. Informou que fez aquela exemplificação para mostrar que estavam distantes da Capital e que o grito deles tinha que ser maior a fim de serem ouvidos na hora de definir as prioridades para a região, tendo assim um Estado igualitário no atendimento das suas prioridades. Encerrou desejando que fossem firmes naquela luta. Ato contínuo, fez uso da palavra o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, que saudou os presentes e disse que estava ali uma equipe de Deputados que lutavam juntos por todo o Estado de Santa Catarina. Comentou sobre a importância da representatividade da região, através das suas lideranças ali presentes. Reiterou a manifestação do Deputado Neodi Saretta quanto às fotos que havia levado à Assembleia; registrou ser o Deputado Padre Pedro parceiro na cobrança quanto à questão das BRs, que estavam uma calamidade, junto ao senhor Vissilar Pretto, superintendente do DNIT em Santa Catarina; e afirmou até aquele momento o superintendente ainda não tinha dado retorno a respeito das obras nas BRs, o que era uma cobrança de todos os Deputados daquela região e de outras regiões do Estado. Disse que seria breve a fim de oportunizar à equipe do Orçamento um amplo debate para a escolha das prioridades da região, que era o mais importante naquela m seguida, lembrou que abraçaram uma prioridade na área da Secretaria da Saúde que era criar a oncologia no Hospital Regional de São Miguel, observando que eram atendidos em Chapecó 900 casos de câncer do extremo oeste, que 900 pessoas da região passavam pelos buracos da 163, da 282, às vezes em ambulâncias superlotadas, sem condições de uso, e que o recomendável pela Organização Mundial da Saúde era um centro de atendimento de oncologia para atender até 900 pessoas, sendo que Chapecó atendia 1.800 pessoas. Informou que o projeto já estava aprovado na Secretaria de Saúde e que achava que a ampliação do Hospital seria aprovada na Regional de São Miguel do Oeste, mas não sabia se havia ficado entre as prioridades. Fazendo questão de testemunhar o trabalho que estava sendo feito por todos, registrou vários Deputados terem ido a várias Secretarias lutar por pleitos da região, num trabalho conjunto, e observou que os Parlamentares poderiam fazer o Orçamento sem estarem ali, mas que a força de cada um deles, a representatividade de cada um era a força que os Deputados tinham para defender os pleitos da região. Ao finalizar a sua manifestação, pediu desculpas por ter se alongado e agradeceu por aquela oportunidade. Dando continuidade à audiência pública, fez uso da palavra, o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Alesc, que cumprimentou todos os presentes e disse que era muito importante aquele momento que estavam vivendo no Estado de Santa Catarina, principalmente na região do extremo oeste, até porque ele sempre falava que Santa Catarina começava pelo extremo oeste catarinense. Ainda, cumprimentou os servidores da Alesc que estavam organizando aquele trabalho por todo o Estado de Santa Catarina para que o PPA fosse a locomotiva das políticas públicas do Estado. Observou que aquela era uma importante região de fronteira e que deveria ser olhada com mais carinho, coisa que a Assembleia Legislativa estava fazendo naquele momento, frisando que os Deputados precisavam ser informados pelas SDRs do andamento das ações priorizadas pelo PPA, e que o Secretário de Itapiranga havia dito que aproximadamente 60% do último PPA já havia sido contemplado. A seguir, disse que o Estado de Santa Catarina vivia um momento muito importante porque todos os Deputados estavam irmanados no objetivo de melhorar a qualidade de vida do povo catarinense. Disse, também, que tinham diversas políticas públicas para discutir, tais como, a questão da diminuição da “ambulancioterapia”; a questão das estradas; a questão de geração emprego e renda; a questão da inovação tecnológica, que tinha alternativas de desenvolvimento econômico vocacionadas a cada região do Estado. Ressaltou ser o grande desafio pensar o futuro



para as próximas gerações, pois era sabido por todos que viviam ciclos na economia e na questão social, comentando ser aquele o seu primeiro mandato e estar com muita força, com muita energia e, acima de tudo, com grande sentimento público de lutar pelo povo catarinense. Encerrou o seu pronunciamento colocando-se à disposição de todos. Na sequência, fez uso da palavra o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os presentes e contou estar no quinto mandato, mas aprendendo sempre porque a vida era um eterno aprendizado. Informou que o ex-Deputado Carlito havia sido o promotor do *start* daquele processo, mas que, na opinião dele, um dos grandes entusiastas do Orçamento Regionalizado havia sido o Deputado Gilmar Knaesel, com quem compartilhou diversos momentos nos últimos dez anos já que enquanto os governos iam se sucedendo não davam o devido respeito ao Parlamento de Santa Catarina. Registrou estarem vivendo um momento singular e ele ter feito um comparativo entre a arrecadação do Estado em 2000, que era R\$ 167 milhões e de atualmente, que era R\$ 1.8 bilhão, o que significava um Orçamento de aproximadamente R\$ 24 bilhões para o ano de 2016, ou seja, R\$ 24 bilhões durante o ano. Em seguida, frisou ser aquele um grande momento em que o Parlamento oportunizava condições de as lideranças representarem os seus segmentos, enaltecendo o trabalho dos técnicos e dos servidores da Assembleia Legislativa por fazerem um trabalho de aparelhamento, dando sustentabilidade técnica para que os Deputados pudessem desenvolver os seus trabalhos. Informou, ainda, que naquela região cerca de 20% das ações elencadas foram, ou estavam sendo, executadas, observando que em outras regiões do Estado a média de execução das obras era de 46%. Frisou, também, precisarem cada vez mais intensificar aquele gesto de oportunizar o debate às entidades para que essas ajudem os Deputados a fazer a sua parte no Parlamento, na colcha de retalhos que era o Orçamento do Governo do Estado. Por fim, agradeceu a oportunidade de se manifestar e disse que esperava que aquela fosse uma grande e boa reunião. Em seguida, fez uso da palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, que saudou os componentes da mesa e os demais presentes. Disse que queria fazer duas menções: em primeiro lugar, em nome dos professores que estavam presentes ali, informou que, com relação ao Plano Estadual de Educação enviado pelo Poder Executivo na semana anterior, que não seria cumprido o prazo conforme previa o Plano Nacional de Educação, já que o Plano deveria ser aprovado até o dia 24 de junho do deste ano. Desse modo, havia apresentado à Comissão de Educação da Assembleia, presidida pelo Deputado Valdir Cobalchini, um calendário de discussões do Plano Estadual de Educação porque tinha certeza que os professores não o conheciam. Assim sendo, queriam promover dezessete seminários regionais com o objetivo de debater o Plano Estadual de Educação, que era do interesse de todos, e queriam tê-lo aprovado em outubro, no Dia do Professor. Em segundo lugar, falou um pouco do Orçamento previsto para o corrente ano, já em execução, na ordem de R\$ 20 bilhões, informou que a estimativa para o próximo ano era na ordem de R\$ 25 bilhões. Acrescentando, ressaltou ser preciso discutir a renúncia fiscal, que anualmente beirava a ordem de R\$ 5 bilhões em Santa Catarina, o que interferia diretamente nas receitas municipais. Disse, ainda, que havia sido muito bem trabalhada a questão da região do extremo oeste; que ela costumava dizer que a sensação que tinha era de que havia dois mapas em Santa Catarina, um de Florianópolis até Lages, e o outro de Lages até o extremo oeste catarinense; e que aquelas audiências permitiam que as regiões elencassem as suas prioridades. Desejando um bom debate a todos, colocou-se à disposição para defender os interesses da região. Prosseguindo a audiência pública, fez uso da palavra o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os presentes e disse que era um momento importante a realização daquela audiência pública que iria tratar dos destinos de alguns Municípios naquela noite, tais como Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Princesa, Cedro, Anchieta e Palma Sola. Depois de fazer um levantamento das lideranças presentes, afirmou que das audiências realizadas naquele dia a da Regional de Dionísio Cerqueira estava com o time completo. Em seguida, observou que a cada dia que passava as demandas aumentavam, como a estadualização da rodovia que ligava São José do



Cedro, passando por São Valentim, até Palma Sola; a rodovia que liga Dionísio, passando pelo distrito de Jorge Lacerda, até Princesa; e, indo mais adiante, a efetivação da rodovia da fronteira, margeando desde o seu nascedouro até o seu desaguar no rio Uruguai, que é o rio Peperi-Guaçu. Desse modo, disse que eram demandas daquela natureza que eles teriam a oportunidade de decidir em favor da região, alertando que a Secretaria de Estado da Fazenda já havia feito o levantamento das ações que poderiam ser inseridas no novo PPA para o quadriênio 2016 a 2019. Acrescentou que, das ações levantadas pela Secretaria da Fazenda, naquela noite eles poderiam escolher, conforme determina o regulamento das audiências públicas, doze ações para o Plano Plurianual (PPA); que, dessas doze ações, escolheriam três para serem inseridas no Orçamento de 2016; e que, se após a realização daquelas audiências públicas a Secretaria da Fazenda não acatasse a sugestão de inclusão de alguma daquelas ações, seja no PPA ou na Lei Orçamentária Anual, a Comissão de Finanças, da qual a maioria dos Deputados ali presentes fazia parte, colocaria de forma impositiva no PPA e na LOA para ser votada em plenário, já que aquele era um acordo feito entre os quarenta Deputados da Assembleia Legislativa. Prosseguindo a sua manifestação, ressaltou que devido ao trabalho da Assembleia Legislativa, por intermédio dos Deputados, o Poder Executivo estava executando a cada ano uma quantidade maior de ações, com uma média de 40% das ações executadas. Frisou que os Deputados estavam presentes ali devido à importância daquele momento, e por isso iriam continuar exigindo do Poder Executivo a execução das ações escolhidas por eles em benefício da comunidade que eles representavam. Finalizou desejando a todos uma boa audiência. A seguir, o senhor Presidente Dirceu Dresch concedeu a palavra ao Vereador Valentim Borges da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Dionísio Cerqueira, que, após os cumprimentos de praxe, expressou a satisfação que estavam sentindo de terem ali os seus representantes, os Deputados, que enriqueciam aquele local onde foram buscar as reivindicações da região, e desejou, em nome de todos os cerqueirenses, que todos fossem bem-vindos àquela reunião. Ressaltou que aquele era o momento de aproveitarem muito bem a fim de apresentarem as necessidades que tinham para a região, e finalizou desejando um bom trabalho a todos. Em seguida, fez o uso da palavra o Vice-Prefeito Flávio Berte, Prefeito em exercício de Dionísio Cerqueira, que, após saudar os presentes, registrou que devido à presença maciça da representação dos Prefeitos de todas as regiões de Dionísio Cerqueira e à seleta representação do Parlamento catarinense se podia dimensionar a importância daquele momento para o extremo oeste catarinense. Enfatizou a necessidade de fazerem uma força-tarefa junto ao DNIT para a recuperação das estradas que davam acesso a Dionísio Cerqueira, além de outras demandas, dizendo que diante de acidentes constantes devido ao perigo daquele trajeto aquela era uma das reivindicações prioritárias para a região e para a comunidade. Desse modo, esperava que em conjunto os Deputados cobrassem uma posição emergencial do governo do Estado para o atendimento da região. Aproveitando para se colocar à disposição de todos a fim de juntos definirem as prioridades que eram demandas dos Municípios para atender à região, despediu-se desejando um bom trabalho a todos. Ato contínuo, o senhor Presidente justificou que a senhora Bianca, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional, havia se retirado devido a um probleminha de saúde. Em seguida, teceu algumas palavras sobre aquele momento, informando que eles haviam debatido e acompanhado o desenvolvimento do Orçamento do Estado na Comissão e que estavam fazendo um grande esforço para participar das audiências públicas regionais. Acrescentou que as demandas da região estavam incluídas tanto no Plano Plurianual quanto no Orçamento, mas que eles também tinham grandes temas regionais, tais como a saúde, que era um tema importantíssimo; a educação, que era importante para o futuro do Brasil e que tinha de ser prioridade dos governantes; a segurança pública, com o fortalecimento da estrutura da segurança pública do Estado; a assistência social, que era um tema em que em Santa Catarina ainda estava muito distante do ideal; o tema da energia, as energias renováveis; e outros grandes gargalos que tinham em Santa Catarina. Na sequência, reiterou que precisavam enfrentar a questão levantada pela Deputada Luciane Carminatti sobre a renúncia fiscal, a sonegação fiscal e várias outras denúncias nos diversos níveis de governo, em empresas que sonegam impostos, e disse



que esses recursos faltam para as políticas públicas. Declarou que o Fundam havia dado uma aquecida nas obras municipais, mas que era um recurso via BNDES; que, como disse o Deputado Marcos Vieira, ainda tinham o caminho da fronteira, a ligação de Palma Sola a São José do Cedro, e outras grandes demandas de infraestrutura; e que os Deputados estavam ali com o compromisso de lutar pelas prioridades da região na Assembleia Legislativa. Na sequência, encerrou a primeira etapa da audiência pública agradecendo ao Deputado Marcos Vieira por ter possibilitado a ele coordenar aquela reunião e também agradecendo aos demais Deputados, à Deputada e às demais lideranças pela participação naquela reunião. Assim sendo, passou a palavra ao senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda, e que, depois disso, se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Desse modo, de imediato passou a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar naquela discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente, explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início, afirmando que 2015 era o último ano do PPA vigente, que começou em 2012, e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Acrescentando, frisou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio do corrente ano, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades existentes. Ainda frisou que a Secretaria da Fazenda, juntamente com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, analisou os problemas existentes e propôs soluções para eles, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Dionísio Cerqueira. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região, que a discussão seria pautada; e finalizou a sua manifestação dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição de todos para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia) disse que a partir daquele momento os presentes se reuniriam para debater as prioridades a serem elencadas para o PPA e para a LOA. Na sequência, suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado. *(Os grupos de trabalho se reuniram a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Dionísio Cerqueira.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia) retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Dionísio Cerqueira para o PPA 2016/2019:

1	Adequação/melhoria/supervisão infraestrutura do aeroporto de Dionísio Cerqueira.
2	Estadualização, pavimentação e manutenção do trecho de São José do Cedro/Palma Sola/Princesa/Dionísio Cerqueira/Anchieta/Barra Bonita.
3	Implantação e melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água – SDR Dionísio Cerqueira.
4	Estruturação das áreas industriais e empresariais e apoio à pequena e à média



	empresa – SDR Dionísio Cerqueira.
5	Ampliação e melhoria da rede de energia para áreas rural e urbana.
6	Estruturação dos hospitais para atendimento na média e alta complexidade – SDR Dionísio Cerqueira.
7	Construção e manutenção de abrigos para idosos.
8	Expansão da Udesc – SDR Dionísio Cerqueira.
9	Apoio a agricultura familiar – SDR Dionísio Cerqueira.
10	Revitalização de toda SC que liga São José do Cedro ao Município de Princesa.
11	Implantação do sistema de esgoto sanitário – SDR Dionísio Cerqueira
12	Construção e manutenção de um centro de acolhimento de crianças e de adolescentes.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Dionísio Cerqueira para a LOA 2016:

1	Estadualização, pavimentação e manutenção do trecho São José do Cedro/Palma Sola/Princesa/Dionísio Cerqueira/Anchieta/Barra Bonita.
2	Adequação/melhoria/supervisão infraestrutura do aeroporto de Dionísio Cerqueira.
3	Estruturação dos hospitais para atendimento na média e alta complexidade – SDR Dionísio Cerqueira

Ato contínuo, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia) anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Dionísio Cerqueira: como titular, a senhora Bianca Moreira Maran Bertamoni; e como suplente, o senhor Plínio de Castro. Após o relato das prioridades elencadas e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que agradeceu a participação de todos; que, mais uma vez, ressaltou a importância daquele momento; e que, como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.] [Revisão: Denise V. Silva]

DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



4ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regionais: **SÃO LOURENÇO DO OESTE E**

QUILOMBO

Data: 23/06/15

Horário: 9h – Terça-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua Duque de Caxias, 522 - Centro
São Lourenço do Oeste

CONSELHEIROS: SÃO LORENÇO DO OESTE

Titular– Celá Bonadiman- Gerente de Administração e Finanças e Contabilidade

Suplente - Maria da Graça Baledi Nomeira- Gerente de Saúde

CONSELHEIROS QUILOMBO:

Titular:Luis Fernandinando Pacazza-Gerente de Educação

Suplente: Adriano Boaretto- Gerente de Administração

Total de participantes: São Lourenço do Oeste: 51

Quilombo:159

Total:210





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SÃO LOURENÇO DO OESTE

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

01	Reformar, equipar, ampliar e buscar recursos junto a SES e MS para manutenção do Hospital da Fundação.
02	Revitalização das escolas, contemplando: readequação da infraestrutura física, (rede elétrica, lógica e hidráulica), instalação de laboratórios científicos (equipamentos e infraestrutura) e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não possuem e melhoria dos existentes.
03	Revitalização da rodovia SC-305, trecho SLO x Campo Erê.
04	Construção de Unidade Prisional Avançada (UPA) e/ou Presídio.
05	AGUA NO CAMPO: Estimular projetos de proteção, captação, armazenamento e aproveitamento de águas superficiais e da chuva; Desenvolver projetos de captação, tratamento e distribuição de água para as comunidades do interior.
06	Monitoramento efetivo e constante do Estado em relação a implantação do SUAS, sobretudo na garantia de equipe mínima de referência, construção e aquisição de equipamentos para os Centros de Referência de Assistência Social e Programas de Capacitação Profissional.
07	Plano de desenvolvimento socioeconômico a nível regional, com apoio das entidades (SEBRAE, SENAC) na região, e incentivar que os governos municipais trabalhem em conjunto com essas entidades para planejar e investir melhor os recursos para o desenvolvimento das MPE da região. Criar parques industriais com infraestrutura completa e incentivo em linhas de crédito/ recursos para investimento local, tendo como exemplo a sociedade garantidora de crédito para multiplicar recursos.
08	Ampliação e reforma da 5ª Companhia da Polícia Militar.
09	Criação de Programa de Sanidade Animal.
10	Pavimentação de vias rurais e construção de pontes.
11	Manter recursos financeiros para a construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde, renovação da frota para transporte de pacientes dos municípios e manutenção dos serviços.
12	Implantação de uma extensão da UDESC.



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SÃO LOURENÇO DO OESTE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Reformar, equipar, ampliar e buscar recursos junto a SES e MS para manutenção do Hospital da Fundação.
2	Revitalização das escolas, contemplando: readequação da infraestrutura física, (rede elétrica, lógica e hidráulica), instalação de laboratórios científicos (equipamentos e infraestrutura) e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não possuem e melhoria dos existentes.
3	Revitalização da rodovia SC-305, trecho SLO x Campo Erê.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

STA DE PRESEÇA SDR: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Municípios: São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupia, Novo Horizonte, São Bernardino.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Mouro Helen	SL Oeste
02	WALTER J. PEDERSETTI	SLO
03	EDILSO P. RANZAN	SLO
04	Vanice A. G. Baldissere	SLO
05	Ed. J. K.	SLO
06	Felici Bonadina	SHO
07	Denair Moxhem	N. H.
08	Guilherme Prous	Seb / Epolis.
09	Gilberto C. R. X.	Epolis
10	Salvo Luiz Favero	Epolis
11	Gregson Mourão	SLO
12	Vitor K. Coman	SLO São Lourenço
13	Jane P. Zanin	SLO São Lourenço
14	Diogo Menegatti	SLO S.L.O
15	Mauri A. Bertamini	S. LOURENÇO
16	Franciele Walker	São Bernardino
17	Agustina Menegatti	SLO
18	Juliana Balatin	SDR SLO
19	NEOCI SAZETA - DEPUTADO ESTADUAL C.	
20	JORGE WELTZ	ACESC
21	Luís Digo 76	ACESC
22	Roger Romão Minim	SLO
23	P. Pedro Baldossere	Corumbá



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

STA DE PRESENÇA SDR: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Hélio Vicari Jr	CAMPO ERÊ
25	ANGELO GALLINA	S.L.O.
26	EU MARIOTT	N.H.
27	John P. Olim	S.L. O
28	Roberson Fernando Grassi	S.L.O.
29	Jaqueline Apª Venial	SLO
30	VENÍCIO EDUARDO CAVINATO	SLO
31	Felipe Alipio Jr	S.L.O.
32	CARLOS LAZZAROTTI	FLORES
33	Denize M C Rouzan	SLO
34	TOME FRANCISCO ETHEL	SLO
35	RONILTON BERTOLLO	CHAPÉU
36	LUCIANE MARIA CARIVATTI	CHAPÉU
37	Meunigashin	S.L
38	Orício Ethel	SL
39	Márcio Lima	SL
40	MARCO DO MARAL	CUNHA PORÃ
41	MILTON. P. NASCIMENTO	CAMPO ERÊ SP
42	DAYAN SCHLITZ	CUNHA PORÃ
43	JONES TOMAZI	NOVA ERECHIM.
44	ALEX TARDETTI	SLO
45	NAIVE RONANI	SLO
46	Paulo Scalegatta	FURINA
47	Bolívar Japur Minga	FLORES
48	WANGRAH KONRAD	FLORES



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

STA DE PRESENÇA SDR: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Refal Coelho	SDR
50	NIRIVALDO F. HOMEM	SDR
51	Paulo César Salomo	J.
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - QUILOMBO

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

01	Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital São Bernardo.
02	Pavimentação asfáltica sobre o leito natural entre os municípios de União do Oeste e Quilombo.
03	Construção de um centro de acolhimento regionalizado para atendimento de mulheres, idosos, crianças e adolescentes com direitos violados, localizado no município de maior demanda – Quilombo.
04	Pavimentação asfáltica sobre o leito natural entre os municípios de Jardinópolis e Quilombo – Santiago/São Domingos 1,7 Km.
05	Aquisição de veículos, reforma e ampliação das unidades de saúde municipais.
06	Apoio a infraestrutura Turística Regional.
07	Construção e ampliação de escolas (Formosa do Sul, Irati, Quilombo, Ceja Jurema Savi Milanez e João Paulo.
08	Apoio à rede municipal, construção de creches,
09	Construção de centro de eventos regional – Quilombo.
10	Apoio para construção de centro Cultural nos municípios.
11	Cofinanciamento para construção de CRAS nos municípios de Irati, Jardinópolis e Santiago do Sul e Quilombo centro.
12	Ampliação da rede de distribuição, reservatórios e bombeamento para o abastecimento de água em toda região.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - QUILOMBO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital São Bernardo.
2	Pavimentação asfáltica sobre o leito natural entre os municípios de Jardinópolis e Quilombo – Santiago/São Domingos 1,7 Km.
3	Ampliação da rede de distribuição, reservatórios e bombeamento para o abastecimento de água em toda região.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Municípios: Quilombo, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	JAKSON CASTELLI	Quilombo
02	Zahiti Eces	" "
03	Andréia Fuco	Quilombo
04	Fabiane Gardo	Quilombo
05	Maíse Guidini	Quilombo
06	Veloni Balon	"
07	ADRIANO BARREIRO	"
08	LUIS F. RAZZA	"
09	VILSO CASAGRANDA	Quilombo
10	Kerley Backus	Quilombo
11	SÃO GOMES FERREIRA	Jarvisópolis
12	ALDERI NADALET	Jardinópolis
13	Adriano José Mauro	Jardinópolis
14	Nádia Nadaleti	Jardinópolis
15	Mauro RISSO	Jardinópolis
16	Alex Ferroni	Irati
17	Paulo Rezende	Irati
18	Nedim Guedes	Jardinópolis
19	Zicari Souza	IRATI
20	Ed. Jansen	Irati
21	Romilda Brenner	Irati
22	W. Plenz	Jarvisópolis
23	Guilherme Mauro	Irati/Set.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Gilberto Cenc X.	Fpolis
25	Darceu Driesta.	"
26	Valnei A. de Lima.	Jardinópolis
27	Arguedo Lira	Jardinópolis
28	Davies Bolts	Jardinópolis
29	JURACI TEXINA TORTELLI FORESTI	JARDINOPOLIS
30	Amalia D Moterle	Jardinópolis
31	Dani	
32	Estevão Dalvitt	
33	Ricardo Moterle	Jardinópolis
34	Isabel Benilacova	Jardinópolis
35	Alcides Betelot	Jardinópolis
36	Voldemir orlandini	Jardinópolis
37	Luiz S. de F.	Jardinópolis
38	Eric Nathan Gregolin Ponseno	Jardinópolis
39	Valdir Antonio Wiedelting	Santiago do Sul
40	Luiz S. Emorini	Jardinópolis
41	Mariano Kelly	Curitiba
42	Julio Augusto	União do Oeste
43	Vitorio Gubert	União do Oeste
44	Susane Cavalho	União do Oeste
45	Francisco Raube	União do Oeste
46	Volmir Pappo	
47	Ademir Lourenço	Jardinópolis
48	Elio Serefini	União do Oeste



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Ferni Paussa	Quilombo
50	Daiane Dall Agnol	Quilombo
51	Aline T. Dall Agnol	Quilombo
52	Andrei J. Dall Agnol	Quilombo
53	Geisene J. F. F. F.	Quilombo
54	Rijny Perigo	Quilombo
55	Macedo Jamella	Quilombo
56	Cláudio Mes. D. Bz	Quilombo
57	Selma M. S. Sasso	Quilombo
58	Marina Z. Klein	Quilombo
59	Gessica Castaldello	Quilombo
60	Jelvan A. Sca	Quilombo
61	Zeni F. Canabarro	Quilombo
62	Maise Cristine Rejahn	Quilombo
63	Luana Franca	Quilombo
64	Mariete Franca	Quilombo
65	Marli V. Steffens	Quilombo
66	Frete Mes Sca	Quilombo
67	Mario Teckio	Quilombo
68	Celso A. Bz	Quilombo
69	Luiz Castaldello	Quilombo
70	José Sca	Quilombo
71	Wilson Menascini	Quilombo
72	Daniel Dall Agnol	Quilombo
73	Wilson Tomello	Quilombo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
124	Heriberto Gloriano	
125	Maria Olinda Rodrigues Caus.	
126	Waldino Sasso	Jardineira
127	Alcin Barro	
128	Ulmar Medeiros	Jardineira
129	Messa Pucci	Jardineira
130	Carine Ruc	Santiago do Sul
131	Davai Passera	Jardineira
132	Vandulli Comi	Santiago do Sul
133	Blauzeri Verriol	Santiago do Sul
134	Volmar Satile	Santiago do Sul
135	Waldemar P. Sasso	Quilombo
136	Armen Jozinato Canton	Quilombo
137	Dorlei Pelinson	Quilombo
138	Fonez n.d.A Dalla Costa	Quilombo
139	Raiedon: ogiani	Qlo.
140	Yamy Luiz Paul	Qlo
141	Justino Neterk	Sabo
142	Bruno Reganfredo	Quilombo
143	Neu Brant	Quilombo
144	Genete Catuzzi	Quilombo
145	Elaine Sasso	Quilombo
146	Kels Reganfredo	Quilombo
147	Sergio Luis Ferrari	Quilombo
148	Waldemar P. Sasso	Quilombo
	Dionni Fortti	Quilombo SE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Deet. Nadaleth	Jardínópolis
100	Tárisa B. Mascarello	Jardínópolis
101	Julio Osorio	Jardínópolis
102	Cassio Bolli	Jardínópolis
103	Claudinei Mariano Nossal	Jardínópolis
104	Genilei Benilacqua	Jardínópolis
105	Grandu Serraglio	Jardínópolis
106	Severino Pazinato	Jardínópolis
107	Marcis Bobolito	Jardínópolis
108	Assis S. Nello	Jardínópolis
109	André Af. Zamarchi	Santiago SC
110	Alci Z. Fatin	Jardínópolis
111	Agulino Gomes	
112	José R. Rosário	Pinópolis
113	Cabo Matiello	União do Oeste
114	Justina Passa	União do Oeste
115	Juan Carlos Giroto	União do Oeste
116	Marcos Rodrigues	União do Oeste
117	Valdemir Roscio	União do Oeste
118	Udair Sumanotto	União do Oeste
119	Maria da Graça Romão	União do Oeste
120	Stevan Rubele	União do Oeste
121	José E. Casari	União do Oeste
122	Luiz Carlos	União do Oeste
123	TIAGO DE PARIS	SANTIAGO DO SUL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Frederico P. Bernami	Jardimopalis
75	Isabelina Metelz	Jardimopalis
76	Valer J. Souza	
77	ADEMIR CASANOVA	SANTIAGO DO SUL
78	Odete Rivaudo	Santiago do Sul
79	Adry Gregolon	Santiago do Sul
80	Guilherme Dall Agnel	Quilombo
81	Augusta F. Souza	Quilombo
82	Peggy Tedcho	Quilombo
83	Enedris Carraz	Quilombo
84	Bianca Raelli Béz	Bianca Béz
85	Patience Klein	Quilombo
86	Pro. N. J. J. J. J.	Fornells do Sul
87	Lucimara Passera	Quilombo
88	Luízia G. Sansera	"
89	Milânia Sansera	Quilombo
90	Osmar Castell	Quilombo
91	Reinaldo O. S. S.	Quilombo
92	Alimar Gentilini	Santiago do Sul
93	Dyrcus Klein	Quilombo
94	Régis T. Catuzzi	Quilombo
95	Osmar Castell	Quilombo
96	Osmar Bort	Quilombo
97	Osmar Bort	Quilombo
98	Maximino Sansera	Quilombo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: QUILOMBO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
149	Rafael Ribeiro	1
150	Domingos Machado	
151	Luís Carlos Martins	
152	Mário T. B. da Silva	
153	EUPRÁDIO PARIS	Jardinópolis



Lista Presença SDR - Duilombo

154 - Orla Soletta

155 - MAURO de NASAL

156 - ~~André~~ ~~Em~~

157 - João Carlos Peres

158 - Jaqueline Maria Bellame

159 - JAMES ALBERTI

União d'Aoste

UNIA PRA.

Duilombo

Jordão de

Jacupiranga

"



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E QUILOMBO, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM 23 DE JUNHO DE 2015, ÀS 9H

Aos 23 dias do mês de junho de 2015, às 9h, no auditório da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de São Lourenço do Oeste, de Quilombo e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a quarta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa; Walmor José Pederssetti, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de São Lourenço do Oeste; Jaksom Castelli, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de Quilombo; Edu Antonio Borges, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Lourenço do Oeste; Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão e Presidente da Amnoroste, Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense; o senhor Adilor Guglielmi, coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa; Odete Rissardo, Vereadora do Município de Santiago do Sul; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Volmir Sotille, Prefeito do Município de Santiago do Sul; Alcir Luza, Prefeito do Município de Jupiá; Neuri Brunetto, Prefeito do Município de Quilombo; Sadi Gomes Ferreira, Prefeito do Município de Jardinópolis; Celso Matiello, vice-Prefeito do Município de União do Oeste; Vereador Alcir Ferrari, Presidente da Câmara Municipal de Irati; Mariuni Tessaro, Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços do Município de Jardinópolis; Paulo Rezende, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Jardinópolis; Mauro Risso, Secretário Municipal da Saúde do Município de Jardinópolis; Juraci Foresti, Secretária de



Educação, Cultura e Esportes do Município de Jardinópolis; Alderi Nadaletti, vice-Prefeito do Município de Jardinópolis; Vereador Diane Fortti, Presidente da Câmara Municipal de Quilombo e Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Oeste de Santa Catarina; Vereador Ademir Casanova, Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Sul e presidente da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina, Acanor; Vereador Agostinho Assis Menegatti, vice-Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste; Vereador Davi Frigotto, da Câmara Municipal de Jardinópolis; Vereadora Hilda Comunello Ogliari, da Câmara Municipal de Quilombo; Vereador Volnei Alves de Lima, da Câmara Municipal de Jardinópolis; Vereador Lenoir Moschen, da Câmara Municipal de Novo Horizonte; Vereador Valdemir Dambrowski, da Câmara Municipal de Irati; Vereador Dirceu Sordi, da Câmara Municipal de Irati; Vereador Vilmar Alberti, da Câmara Municipal de Jardinópolis; Vereador Edilson Paulo Ranzan, da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste; Vereador Jaime Bortolotto, da Câmara Municipal de Jardinópolis; Vereadora Odete Rissardo, da Câmara Municipal de Santiago do Sul; Roger Oliveira, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina; Adir Natalino Bertuzzi, gerente da Epagri em São Lourenço do Oeste, representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina; Gerson Meurer, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Natalino Lázare; Jorge Welter, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; Jaksom Castelli, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de Quilombo. Após o registro, convidou a fazer uso da palavra o **Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que inicialmente registrou a presença da Deputada Estadual Luciane Carminatti. Em seguida, solicitou que a senhora Odete Rissardo, Vereadora do Município de Santiago do Sul, tomasse assento à mesa, no sentido de representar as demais Vereadoras presentes na audiência pública, e pediu aos homens uma calorosa salva de palmas às mulheres. Cumprimentou a imprensa e os participantes que vieram dos Municípios pertencentes à regional de São Lourenço do Oeste, e também os dos Municípios que pertencem à regional de Quilombo, União do Oeste, Jardinópolis, Irati, Formosa do Sul e Santiago do Sul, e da regional de São Lourenço do Oeste, as cidades de Campo Erê, São Bernardino, Jupiá, Galvão, Coronel Martins e Novo Horizonte. Após cumprimentar os integrantes da mesa, explicou que a Assembleia Legislativa estava se dirigindo a todas as regionais de Santa Catarina com o intuito de reunir a sociedade civil organizada com os Poderes Públicos constituídos com a finalidade de verificar quais são as principais demandas de cada um dos Municípios, de cada uma das regiões, para que se discutisse e ao final da audiência fossem escolhidas as doze ações para incluir no PPA e na LOA. Disse que nos últimos três anos, durante as audiências do OER, foram escolhidas as três ações já inseridas no PPA a serem incluídas no orçamento do ano seguinte. Falou que em 2015 era o término do Plano Plurianual vigente, PPA, o que tornava obrigatória a discussão para as doze ações do novo PPA de Santa Catarina no quadriênio 2016/2019 e que o governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, já fizera o levantamento de quais as demandas que deveriam constar no PPA, e que a Assembleia tem a prerrogativa de escolher doze ações para incluir no PPA. Pediu a atenção de todas as lideranças presentes àquela audiência, explicando a metodologia de trabalho que seria empregada na reunião. Após essa abertura, passou a palavra ao **Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que saudou as autoridades e os demais presentes. Comentou que começara no OER há algum tempo, juntamente com o seu criador, o Deputado Carlito Mers, e o Deputado Gilmar Knaesel, grande entusiasta na época, lembrado que a arrecadação do Estado era de R\$ 167 milhões, e que atualmente aquele valor era de R\$ 1,8 bilhão, aumentando em dez vezes a arrecadação de Santa Catarina. Disse que o orçamento para o ano de 2016 era de R\$ 24 bilhões, mas que as demandas sempre eram maiores do que disponibilidade que o Poder Público detém. Porém, ressaltou que só quem se organizava levava os recursos. Comentou que havia percebido que existia uma grande reivindicação das pessoas presentes em relação à estrada que liga Quilombo a



Jardinópolis, uma extensão de 15 quilômetros, com um orçamento de R\$ 20 milhões, observando que por ali passava a economia de grande parte do oeste de Santa Catarina. Parabenizou as pessoas pela organização e pela presença, o que demonstrava que estavam ali alimentando um sentimento de esperança, provando que a população ainda acreditava nos bons políticos. Disse que nos últimos dez anos o governo passara a dar uma atenção muito maior ao OER, e que esperava que os encaminhamentos escolhidos pudessem se concretizar brevemente. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, registrou a presença do Deputado Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ato contínuo, passou a palavra ao **Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que cumprimentou todos. Falou que a discussão sobre o orçamento, dos rumos dos investimentos do dinheiro público e dos rumos dos impostos eram uma tentativa de trazer a população para mais perto do debate do orçamento do Estado. Comentou que os Deputados tinham encarado o desafio de rodarem o Estado fazendo o debate, trazer as grandes demandas das regiões e assumir o compromisso de tanto a LDO quanto o PPA serem aprovados. Disse que desde 2011 estava na pauta a recuperação do asfalto de São Lourenço até Chapecó, trajeto que já estava pronto, o que demonstrava que as coisas eram conquistadas quando havia luta. Afirmou que era um grande cobrador do Estado, já que esse não executava a maioria das obras, mas que havia ocorrido muitos avanços nesse sentido. Contudo, lembrou que o cobertor ainda era curto, pois existiam muitas demandas, citando a segurança pública, a saúde, a educação, a valorização dos servidores, a agricultura familiar, que necessitavam investimentos, além dos problemas de infraestrutura. Finalizando sua fala, salientou que a arrecadação também precisava ser discutida, de onde vinha o dinheiro, citando a renúncia fiscal, os incentivos fiscais, a sonegação de impostos e a melhora da gestão do Estado, o qual deveria aplicar mais nas pontas e menos no meio, reduzir os cargos de confiança no Estado, aplicando mais em outros segmentos do Estado. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, chamou para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Mauro de Nadal. Logo após, falou o **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que cumprimentou todos. Disse que a população tinha, através do OER, a oportunidade de manifestar quais eram as suas prioridades. Afirmou que as pessoas do oeste e do meio oeste catarinense às vezes tinham que falar um pouco mais alto para poderem ser ouvidas por quem elaborava os orçamentos do Estado, salientando que o OER era uma ferramenta muito importante. Parabenizou o Prefeito Neuri pela mobilização da população, que estava trazendo reivindicações importantes àquela audiência, as quais seriam incluídas no orçamento do Estado nos próximos quatro anos. Citou que, quando fora Prefeito de Concórdia, fizera o orçamento participativo no qual 1.182 obras e ações foram realizadas pela decisão da comunidade, fazendo assim um governo melhor, mais transparente e que atendia aos interesses da população, e não aos interesses dos poucos que governam o Estado e os Municípios. Ato contínuo, passou a palavra ao **Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que após fazer seus cumprimentos à mesa, disse que, como Parlamentar, teve a oportunidade de implementar o OER, conseguindo assim democratizar o acesso ao recurso público, atendendo com eficiência e qualidade as necessidades da população. Falou que assim os Municípios de Santa Catarina poderiam elencar, através das suas regionais, as principais demandas e necessidades que deveriam ser atendidas pelo governo. Comentou que o Estado estava avançando na execução das prioridades escolhidas pelas regionais, pois os governos haviam conseguido compreender e avançar na execução. Disse que existiam gargalos em todas as esferas, federal, estadual e municipal, mas que a ferramenta do OER deveria ser cada vez mais valorizada para que um dia 100% das escolhas da população fossem realizadas. Afirmou que havia demandas em vários setores, como a educação, a saúde, a infraestrutura e a agricultura, e que caberia ao público presente na audiência fazer a escolha de quais setores seriam priorizados. Dando sequência à audiência, falou



a **Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Alesc**, que cumprimentou todos. Parabenizou o Município de São Lourenço do Oeste, pois esse já havia aprovado, inclusive na Câmara de Vereadores, o Plano Municipal de Educação, dizendo que o Plano Estadual de Educação era o primeiro plano estadual que Santa Catarina teria na área da educação. Comentou que esperava que o plano fosse aprovado, apesar do atraso da entrega ao governo. Informou que o plano seria apresentado em dezessete seminários regionais, e aproveitou convidando todos para participarem desses seminários. Falou que naquela audiência do OER estava evidente que uma comunidade sairia vencedora, pois havia se organizado para participar da escolha das prioridades. Lembrou que na área de assistência social havia sido aprovada a construção de um centro de acolhimento regionalizado para o atendimento de mulheres, idosos, crianças e adolescentes, prioridade que havia sido escolhida no ano anterior para o PPA e que ainda não havia sido construído. Explicou que os Deputados não votavam na escolha das prioridades, apenas ouviam a população para que, quando votassem o orçamento na Assembleia, pudessem respeitar as escolhas dela, dizendo que as pessoas do oeste tinham a sensação que as coisas chegavam mais tarde, em menor quantidade e menor prioridade, citando que as pacientes continuavam a ir para o litoral em ambulâncias, que a Udesc levava mais de trinta anos para chegar ao Oeste. Finalizando, comentou que a previsão de orçamento para Santa Catarina em 2016 era de R\$ 25 bilhões, sendo que desse valor R\$ 5 bilhões eram renúncia fiscal e o Estado não poderia abrir mão daquele montante que poderia ser distribuído pelos Municípios do Estado, e salientou a necessidade de serem discutidos todos os projetos de renúncia fiscal enviados pelo governo. Retomando a palavra, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, registrou a presença do Vereador Alex Tardetti, da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste; Tomé Francisco Etges, ex-Prefeito do Município de São Lourenço do Oeste; Vereador Carlos Conteratto, Presidente da Câmara Municipal de Jupiá. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc**. Após os habituais cumprimentos, disse que era muito prático e que estava presente para ouvir a população. Comentou que ficara feliz ao saber que já existia a mobilização de uma das comunidades, pois o voto das pessoas seria decisivo na escolha das prioridades. Falou que estava cumprindo seu terceiro mandato e que rodou o Estado participando das audiências do OER. Porém, confessou que tinha parado de participar, pois havia se cansado de mobilizar as pessoas e o governo não cumprir as prioridades, pois o orçamento não era impositivo. Terminou sua fala, salientando que naquele momento o governo teria que obrigatoriamente cumprir as obras, ou sofreria com as sanções da lei, fazendo valer a pena todo o esforço da Alesc e da população para elencar as prioridades do Estado. Ato contínuo, o senhor Presidente passou a palavra ao **Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa**, que afirmou estar feliz pela presença de tantas pessoas, pois estavam ali representando seus pleitos, destacando as presenças das regionais de Quilombo e de São Lourenço do Oeste. Disse que aquele momento era muito importante, avaliando que o voto dos presentes teria muito mais peso que o voto dos Deputados na Assembleia Legislativa quando eles analisarem o orçamento de Santa Catarina. Deu conhecimento que todos os Deputados tinham um acordo, o qual era capitaneado pelo Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, de que nenhum Deputado proporia emenda ao orçamento, justamente para fazer valer a vontade da população. Informou que as emendas feitas pelos Deputados seriam todas as escolhidas pela população, que os Deputados não fariam adaptações e alterações em Florianópolis, prevalecendo somente a vontade da população. Afirmou que uma das prioridades naquele dia seriam as “rodovias do castigo”, como a SC-283, que liga Concórdia a Mondaí, a rodovia de São Lourenço, São Bernardinho, Campo Erê, pois a execução dessas rodovias tinha sido cobrada exaustivamente e que elas deveriam estar presentes entre as prioridades escolhidas. Observou que existia um desgaste físico muito grande dos pacientes que precisavam se descolar até Chapecó para o tratamento do câncer, o mesmo ocorrendo com os doadores de sangue. Por fim, afirmou que, independentemente de partidos políticos, todos os Deputados lutariam pela execução das obras elencadas pela



população, ressaltando que aquele processo ainda estava em amadurecimento, mas que em breve todo o orçamento de Santa Catarina seria impositivo, o que seria excelente para os Municípios e para o Estado. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, chamou para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa. Após, passou a palavra ao senhor **Walmor José Pederssetti, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de São Lourenço do Oeste**, que afirmou que a SDR de São Lourenço do Oeste havia cumprido todas as etapas que foram solicitadas na reunião realizada em Lages, reunindo os representantes dos Municípios para a escolha das prioridades da SDR daquela região. Logo após falou o senhor **Jaksom Castelli, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de Quilombo**, que cumprimentou todos. Pediu que as pessoas que vieram do Município de Quilombo levantassem a mão, constatou que eles vieram em grande número para aquela reunião do Orçamento Regionalizado. Disse que o Município de Quilombo havia conseguido ter três emendas no orçamento, justamente pelo fato de haver uma SDR naquele Município. Comentou que muitas vezes as SDRs eram criticadas, mas que era a melhor forma de descentralizar os recursos. Lembrou que até pouco tempo as pessoas de Quilombo não iam para Jardinópolis, para União do Oeste, para São Domingos, para Águas Frias e para Sul Brasil nos dias de chuva, e que no dias atuais aquilo já era possível, pois com o trabalho da SDR aquelas obras haviam sido conquistadas, assim como o complexo de segurança, o centro tecnológico e os recursos para o hospital. Informou que mais de R\$ 150 milhões estavam sendo investidos na SC-157, a segunda maior obra do Estado. Afirmou que o maior auxílio que o governo dava para o oeste de Santa Catarina eram os incentivos fiscais, importantíssimos para manter, por exemplo, a agroindústria na região. Dando prosseguimento à reunião, o senhor Presidente passou a palavra ao **Vereador Edu Antonio Borges, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Lourenço do Oeste**. Após seus cumprimentos iniciais, disse que aquele debate do OER era de fundamental importância para a região, sendo um instrumento muito importante. Comentou que naquele momento São Lourenço do Oeste estava recebendo uma comitiva de Deputados, o que era muito difícil de ocorrer. Solicitou que os Deputados olhassem com muito carinho para as decisões elencadas pela região, pedindo que fossem realizados investimentos em rodovias, em segurança pública, em saúde e em educação, já que pouco era investido naquele sentido no oeste de Santa Catarina, comentando que sempre o litoral era mais beneficiado pelo governo. Em seguida falou o **Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da AleSC**, que disse ser aquele um momento muito importante para Santa Catarina, principalmente para o oeste, pois o OER estava levando políticas públicas para todo o Estado, e não somente para o litoral. Ressaltou que muitos Deputados, inclusive de outras regiões, mostravam-se preocupados com os assuntos do oeste catarinense. Afirmou que as prioridades, que eram discutidas pelas lideranças e pela comunidade, deveriam passar por questões como a saúde, pois existiam problemas como a “ambulancioterapia”; falou também sobre a questão das estradas, pois havia dificuldade de locomoção entre as cidades, problema antigo daqueles Municípios. Disse que 60% do que estava no PPA havia sido contemplado no Município de Itapiranga, mas avaliou que esse percentual deveria avançar ainda mais, talvez até 90% para que as políticas públicas em áreas como a saúde, a educação e a segurança pública pudessem ser efetivadas, oferecendo melhores condições aos trabalhadores do Estado. Finalizando, colocou-se à disposição de todos. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, comunicou que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do



Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento tanto à Regional de São Lourenço do Oeste quanto à Regional de Quilombo. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*Os grupos de trabalho se reúnem para escolher as ações prioritárias para as SDRs de São Lourenço do Oeste e de Quilombo.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de São Lourenço do Oeste:

01	Reformar, equipar, ampliar e buscar recursos junto a SES e MS para manutenção do Hospital da Fundação.
02	Revitalização das escolas, contemplando: readequação da infraestrutura física, (rede elétrica, lógica e hidráulica), instalação de laboratórios científicos (equipamentos e infraestrutura) e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não possuem e melhoria dos existentes.
03	Revitalização da rodovia SC-305, trecho SLO x Campo Erê.
04	Construção de Unidade Prisional Avançada (UPA) e/ou Presídio.
05	Água no campo: Estimular projetos de proteção, captação, armazenamento e aproveitamento de águas superficiais e da chuva; Desenvolver projetos de captação, tratamento e distribuição de água para as comunidades do interior.
06	Monitoramento efetivo e constante do Estado em relação à implantação do Suas, sobretudo na garantia de equipe mínima de referência, construção e aquisição de equipamentos para os Centros de Referência de Assistência Social e Programas de Capacitação Profissional.
07	Plano de desenvolvimento socioeconômico em nível regional, com apoio das entidades (Sebrae, Senac) na região; incentivar que os governos municipais trabalhem em conjunto com essas entidades para planejar e investir melhor os recursos para o desenvolvimento das MPE da região. Criar parques industriais com infraestrutura completa e incentivo em linhas de crédito/recursos para investimento local, tendo como exemplo a sociedade garantidora de crédito para multiplicar recursos.



08	Ampliação e reforma da 5ª Companhia da Polícia Militar.
09	Criação de Programa de Sanidade Animal.
10	Pavimentação de vias rurais e construção de pontes.
11	Manter recursos financeiros para a construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde, renovação da frota para transporte de pacientes dos Municípios e manutenção dos serviços.
12	Implantação de uma extensão da Udesc.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de São Lourenço do Oeste:

01	Reformar, equipar, ampliar e buscar recursos junto a SES e MS para manutenção do Hospital da Fundação.
02	Revitalização das escolas, contemplando: readequação da infraestrutura física, (rede elétrica, lógica e hidráulica), instalação de laboratórios científicos (equipamentos e infraestrutura) e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não possuem e melhoria dos existentes.
03	Revitalização da rodovia SC-305, trecho SLO x Campo Erê.

Logo após, anunciou os conselheiros escolhidos para São Lourenço do Oeste: como titular, o senhor Celoi Bonadiman; e como suplente, a senhora Maria da Graça Balvedi Nomura. Dando continuidade à audiência, fez a leitura das doze prioridades para o PPA 2016/2019 aprovadas pela Regional de Quilombo:

01	Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital São Bernardo.
02	Pavimentação asfáltica sobre o leito natural entre os Municípios de União do Oeste e Quilombo.
03	Construção de um centro de acolhimento regionalizado para atendimento de mulheres, idosos, crianças e adolescentes com direitos violados, localizado no Município de maior demanda – Quilombo.
04	Pavimentação asfáltica sobre o leito natural entre os Municípios de Jardinópolis e Quilombo – Santiago/São Domingos, 1,7 Km.
05	Aquisição de veículos, reforma e ampliação das unidades de saúde municipais.
06	Apoio a infraestrutura Turística Regional.
07	Construção e ampliação de escolas (Formosa do Sul, Irati, Quilombo, Ceja Jurema Savi Milanez e João Paulo.)
08	Apoio à rede municipal, construção de creches.
09	Construção de centro de eventos regional – Quilombo.
10	Apoio para construção de centro cultural nos Municípios.
11	Cofinanciamento para construção de Cras nos Municípios de Irati, Jardinópolis e Santiago do Sul e Quilombo centro.
12	Ampliação da rede de distribuição, reservatórios e bombeamento para o abastecimento de água em toda região.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Quilombo:

01	Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital São Bernardo.
02	Pavimentação asfáltica sobre o leito natural entre os Municípios de Jardinópolis e Quilombo – Santiago/São Domingos 1,7 Km.
03	Ampliação da rede de distribuição, reservatórios e bombeamento para o abastecimento de água em toda região.

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Quilombo: como titular, o senhor Luiz Ferdinando Pacazza; e como suplente, o senhor Adriano Boaretto. Após a leitura das prioridades elencadas, registrou a presença do Deputado Estadual João Amin, que chegara à audiência em sua



parte final. Nada mais havendo a tratar, o **senhor Deputado Estadual, Valmir Comin** agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



5ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **MARAVILHA**

Data: 23/06/15

Horário: 14h30min – Terça-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua XV de Novembro, 817
Centro
Maravilha

CONSELHEIROS:

Titular: Rosimar Maldaner-Prefeita -Maravilha

Suplente: Valci Dalmaso-Secretario Regional

Total de participantes:165





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - MARAVILHA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Manutenção da UTI do hospital São José - SDR - Maravilha
2	Construção da Delegacia Regional - SDR - Maravilha
3	Ligação asfáltica Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha - BR-282
4	Construção, reforma e ampliação de escolas e adequação dentro dos padrões de segurança - SDR - Maravilha
5	Pavimentação asfáltica de São Miguel da Boa Vista a Romelândia SC492 - SDR - Maravilha
6	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros de Maravilha em local estratégico - SDR - Maravilha
7	Fortalecimento dos hospitais filantrópicos da região - SDR - Maravilha
8	Transformação de Pelotão para companhia da Polícia Militar de Maravilha - SDR - Maravilha
9	Construção de instituição regionalizada de longa permanência para idosos - SDR - Maravilha
10	Revitalização da rodovia SC 160 - SDR - Maravilha
11	Pavimentação do trecho da Linha Alto Recreio/Sul Brasil até a SC 159 – Jardinópolis - SDR - Maravilha
12	Contorno viário da SC 160, acesso a Saudades/Pinhalzinho - SDR - Maravilha

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - MARAVILHA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Manutenção da UTI do hospital São José - SDR - Maravilha
2	Ligação asfáltica Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha - BR-282
3	Construção, reforma e ampliação de escolas e adequação dentro dos padrões de segurança - SDR – Maravilha



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Municípios: Maravilha, Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Serra Alta, Sul Brasil e Tigrinhos.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Gregg Kirch	Sul Brasil
02	Antonio Ami	Sul Brasil
03	Dacilio	n n
04	Liane	Sul Brasil
05	Cláudia	x x
06	Václav Milgalič	n n
07	Václav Šambrník	- -
08	Lúcia Lúcia	- -
09	Arboreo Marinho	n n
10	afonso alberto	x x
11	Ricardo Tomaz	
12	Roberto	Sul Brasil
13	Rosângela Vendrame	Maravilha
14	Luiza Bentin	Maravilha
15	Alci DALMOSO	M.H.
16	Dani Thomaz	M.H.
17	Zenaida Bore Kowatz	M.H.
18	Elisandro Schlindwein	M.H.
19	Alcimar A. LAZEN	M.H.
20	Leoni Jubert	Sul Brasil
21	Charlaine Kreuz	Bom Jesus do Oeste
22	Adriana Estefani	Bom Jesus do Oeste
23	Sérgio Forani	M.H. (Maravilha)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Paulo dos Santos	Santa Rosa
25	Ado Antonio dos Anjos Jr	Itauna - SMO
26	Edgar Augusto	Sul Brasil
27	Rafael	"
28	Abraão Teodoro	"
29	Sandya Casagallo	Saudades
30	Vandeli Galvão	S. Brasil
31	VALDIR TOSETO	SUL BRASIL
32	Edo Mariani	Sul Brasil
33	Jorge Amaro	Sul Brasil
34	Gilmar Juth	Itauna
35	MIRCON FRÜHAUF	Itauna
36	Valdeci Saul	Ronelândia
37	ELANDES SCHLIANDRECKI	Promissão
38	Robson Luiz Scholtze	Promissão
39	Luiz Klauk	Ronelândia
40	Antonio Martins TIGLIANO	
41	João José	S + DO PROGRESSO
42	Márcio dos Santos	S.T.P. do Progresso
43	Breno M. F. de M. V.	S.T.P. do Progresso
44	Sidnei Carlos BERNHARD	GERED SDR MH.
45	MARCO DE MORAIS	CP
46	JOVANY ROUC	MHA-SC
47	Sandra Nemovski	Pro
48	Emmanuel	MH



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Rosimar Maldaner	Maravilha
50	José Roberto Siqueira	"
51	Dr. Paulo Roberto Van	Itaceminha
52	Adolfo Schneider	MH
53	Arduim de S. Belchior	MH
54	Getúlio Gremião	Chopico
55	Elisabeth S. Tatolo	MH
56	Pablo Tortato	MH
57	Paulo S. Sauer	MH
58	Paulo S. Sauer	MH
59	São Antonio Enlo	Somocote
60	Tomato K. Wodefell	MH
61	Marici Adriani Mieth	Itaceminha
62	Juceli Passos Giacomin	Maravilha
63	AIRTON A. REINEHR	Bom Jesus do Oeste
64	ELTON H. SILVA	Bom Jesus do Oeste
65	Carlos Coimbra	MH
66	João Paulo Gubert	Sul Brasil
67	Felício José Fozzianni	Bom J. Oeste
68	WALTER NAJGUSZKI	Bom Jesus do Oeste
69	Eliziane M. Simionato	Maravilha
70	Sergio Bourscheim	Maravilha
71	Francieli Bousco	Flora do Sertão SC
72	Samara R. Fambrary	Flora do Sertão
73	Aureo V. Welser	Bom J. do Oeste



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Moximino Triches	San Jerônimo
75	NEOL SARETA	Deputado Estadual
76	Fidélis A. de Campos	Maravilha
77	CLAUDIR BAROSA	IRACEMINHA.
78	FRANZ BORG	ROMELÂNDIA
79	Juarez Furtado	Ronshendia
80	Luiz Ceccoli	Serra Alta.
81	Lesius Cecconelli	San Manoel
82	FRANZ BORG	Pinhelinho
83	FRANZ BORG	Pinhelinho
84	Marlene B. Nunes	Maravilha
85	Rosane Mochler	Maravilha
86	Marisa Vendruscolo	Maravilha
87	Vitória Maria Schenberger	Maravilha
88	HEEBERT N. SCHOENBERGER	Fl.
89	JEAN LARA	FLORIANÓPOLIS
90	Wilson Coronei	" "
91	Sergio Ducet Jr	S. D. BOA VISTA
92	Silma Sebastião	MH.
93	Franciele Borges	MH
94	Keli Hubner	Sul. Brasil.
95	Luiz K. Lepati	" "
96	Osni Dal Poz Jr	" "
97	Vanete Steffens	Maravilha
98	Fabiano Moratelli	Florianópolis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Aperson ZITTON	ZOMBEIANDI
100	Alberto Monfín	II
101	Molton Brunel	Tigritches
102	Kaciane Bauermann	Maravilha
103	Simão Roberto Glendi	Maravilha
104	Lucia Fagnetto	Maravilha
105	Derli de Rocha	Jupia
106	Paulo C. Salomon	Jupia
107	Jacinto J. Krenz	Jupia
108	ALEXANDRE SCITUI	Maravilha
109	JOÃO BRANCO	SARADAPES
110	Pedro Ademir dos Santos	SMda Boa Vista
111	Eder Moraes	Maravilha
112	MARLENE LUIZ ALVARO	SMOOR
113	Carlos JAZZARETTI	f. POLS -
114	Odair Batistello	MH
115	EVO (ZADIA)	MH
116	Dinei Stallen	MH
117	MILTON PIRES	MH
118	Odinara Becker	MH
119	Lurdes D. Vendrame	MH
120	Cristiane S. Sansigolo	B.J.O.
121	Sirlei D. D'Ambrós	B.J.O.
122	Alexandra dos S. Vargas	B.J.O.
123	Elisandra Cesari de Moraes	B.J.O.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
124	Selinete H. Dickel	BJO
125	Silene Seelig Reinehr	BJO
126	Leisi R. Wandschee	BJO
127	Yrinea Leschini	BJO
128	Sudnei L. Walter.	BJO
129	Folnício Zepherin	BJO
130	Fausto Siedt.	BJ
131	Amaraiz J. Walter	BJO
132	Selma W.	BJO
133	Franco Farias	PZO
134	Mônica Wellington Rüdiger	Modelo
135	Yrinea Henker	Modelo
136	JORGE WELTER	ALESC
137	Ricardo Maldaner	Modelo
138	GILBERTO CERONHA	Itajaí
139	Bosi Mari	Itajaí
140	Renato BAURMANN	MIT
141	Georgina Ramozzi Keller	Modelo
142	Robson J. Furtado	Itajaí
143	Edouard L. Vieira	Saltinho
144	Luiz Hilda Macez	Saltinho
145	Angela Ha. G. Kuhn	Saltinho
146	Saári G. G. G.	Pinheiro
147	Leoni Schaefer	Maravilha
148	Buarcene Pertuzatti Bunes	UH.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MARAVILHA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
149	Marines Pasquali	MH
150	Nadir Luiz Pandolfo	STP
151	Volmir Cecer	
152	JONES TOMAZI	Nova Friburgo
153	Janiara Ceccon	

154 IVANORO FAÉ

Bom Jesus do Oeste

155 Antonio Nascimento

Bom Jesus do Oeste

156 Rosilene Mohr

Saudades

157 - Kristiane Giller

Saudades

158 - Joani E. Wickert

Modelo

159 - Ivone Jaci Santolin

Bom Jesus do Oeste

160 -

161 - Rosi E. Zanetti

ros@mulh.sdr.sc

162 - Neiva T. Kleinschmitt

Pinhalzinho gov.br.

163 Wani S. K. Matelli

Pinhalzinho

166 SELECIO BRTH

SERRA ALTA

165 Pedro Antônio Murgat.

Serra Alta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE MARAVILHA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
MARAVILHA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H30MIN**

Aos 23 dias do mês de junho de 2015, às 14h30min, no auditório da Câmara de Vereadores de Maravilha, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Maravilha e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a quinta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Narcizo Parisotto, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o senhor Valci Dal Maso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha; a senhora Rosimar Maldaner, Prefeita de Maravilha; o Vereador Odair José Batistello, Presidente da Câmara de Vereadores de Maravilha; o senhor Jeovany Folle, presidente da Associação Empresarial do Município de Maravilha; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, registrou a presença do senhor Airton Antônio Reinehr, Prefeito de Bom Jesus do Oeste; do senhor Bruno Roberto Pan, Prefeito de Iraceminha; do senhor Valdoci Saul, Prefeito de Romelândia; do senhor Gilnei Guth, Prefeito de São Miguel da Boa Vista; do senhor Eder Marmitt, Prefeito de Sul Brasil; do senhor Elton Henrique da Silva, Vice-Prefeito de Bom Jesus do Oeste; do senhor Celso Fazzioni, Vice-Prefeito de Sul Brasil; do Coronel PM Aldo Antônio dos Santos Junior, Comandante da 9ª Regional da Polícia Militar de São Miguel do Oeste; do senhor



Hermes Henrique Braga, Defensor Público de Maravilha; do Vereador Remi Antônio Sulzbacher, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinhalzinho; do Vereador Lauri Sebastião Gonçalves da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Saltinho; do Vereador Sérgio Bourscheid, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Maravilha; da Vereadora Eliana Maria Simionato, de Maravilha; do Vereador Eder Moraes, de Maravilha; da Vereadora Leisi Rauber Wadoscheer, de Bom Jesus do Oeste; do Vereador José Cremonini, de Sul Brasil; do Vereador Antônio Manfrin, de Tigrinhos; do Vereador Volnei Weschenfelder, de Nova Erechim; do Vereador Esmael Barpp, de Romelândia; do Vereador Juarez Furtado, de Romelândia; do Vereador Jandir Perosso, de Santa Terezinha do Progresso; do Vereador Vanderlei Gallina, de Sul Brasil; do Vereador Flandes Schindwein, de Romelândia; do Vereador Leonei Gubert, de Sul Brasil; do Vereador Rubens Martins, de Sul Brasil; do senhor Luiz Klauck, Secretário Municipal de Agricultura de Romelândia; da Vereadora Janiara Keller Ceccon, Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste; do senhor Valdecir Tosetto, Secretário Municipal de Administração de Sul Brasil; da senhora Rosana Dalmolin Vendrame, gerente de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura da SDR de Maravilha, representando o senhor Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca Moacir Sopelsa; da senhora Zenaide Borre Kunrath, gerente de Educação da SDR de Maravilha; do senhor Jorge Welter, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; do senhor Paulo César Salum, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; do senhor Sadi Antônio Enlo, coordenador regional do Iprev de São Miguel do Oeste; do senhor Mircon Frühauf, gerente regional da Epagri; do senhor Ricardo Maldaner, Prefeito de Modelo; da Vereadora Cecília Rambo Geller, de Modelo; do senhor Gilberto Cerutti, analista de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; e da senhora Cristina Valdeci Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda. Após o registro, convidou o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes, parabenizando-os por ali estarem, e disse que era bom ver aquele auditório lotado, pois significava que a comunidade estava interessada em participar da escolha das doze demandas para o PPA e das três para a LOA. Fez questão de registrar que os Deputados Mauro de Nadal, Dirceu Dresch, Maurício Eskudlark, Padre Pedro Baldissera, Narcizo Parisotto, Valmir Comin, Neodi Saretta, Kennedy Nunes, Cesar Valduga e a Deputada Luciane Carminatti estavam desde o dia anterior participando daquela jornada, quando se iniciou o trabalho das audiências públicas do Orçamento Regionalizado em Itapiranga, porque também consideravam importante participar daquele processo. Reafirmou que aquela audiência era muito importante, tendo em vista que além das três ações que seriam escolhidas para o Orçamento do próximo ano, fariam a escolha das doze ações que comporiam o PPA daquela Regional para o quadriênio 2016/2019; e observou que a Secretaria de Estado da Fazenda, através das SDRs, já tinha adiantado o processo no Estado e feito o levantamento daquilo que a sociedade queria ver resolvido, sendo que naquele momento a Regional de Maravilha deveria fazer a escolha das doze ações. Constatando que a mesa das autoridades era praticamente composta por homens, convidou a Vereadora Cecília Rambo Geller, de Modelo, para fazer parte, e pediu uma salva de palmas para todas as mulheres. Explicou a dinâmica da audiência dizendo que ela seria feita em etapas, sendo que na primeira seriam ouvidas as autoridades da mesa e, na segunda etapa, seria ouvido o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), que era o coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa e faria a discussão técnica das ações e a sua votação, encerrando com a leitura de todas as demandas elencadas. Isso posto, passou de imediato a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os membros da mesa e os demais presentes e disse que a Alesc se fazia presente mais uma vez em



todas as regiões para ouvir as principais demandas de cada Regional. Afirmou que como Parlamentar e membro da Mesa da Alesc, estava ali para ouvir aquelas demandas e assumir o compromisso de dar o devido encaminhamento no Orçamento do Estado buscando a sua execução. Salientou que nos últimos anos houve avanços quanto à execução daquilo que era priorizado nas Regionais, mas que ainda não tinham chegado ao ideal, que era a execução de 100% das ações elencadas, e desejava contribuir com aquele processo na Regional de Maravilha. Finalizou a sua manifestação desejando um bom trabalho a todos. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Narcizo Parisotto, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que seria muito breve em respeito aos representantes dos quatorze Municípios que ali se encontravam para reivindicar e levar aos Deputados seus projetos. Afirmou que a população estava ali em busca de um sonho, mas que se sonhassem juntos poderiam concretizá-lo, e que lutaria para que aquilo fosse possível. Salientou que vários segmentos da sociedade se encontravam participando daquela audiência, cada um querendo a sua parcela, e que os Deputados tinham a responsabilidade e o compromisso de bem representá-los na Alesc e de encaminhar ao Executivo as demandas que seriam levantadas, trabalhando para que fossem executadas. Manifestou que o ideal seria que pudessem concretizar 100% das reivindicações do Estado, ponderando que o processo era lento, mas não impossível, tendo em vista já terem tornado o Orçamento Regionalizado impositivo. Concluiu a sua fala desejando paz, alegria e saúde a todos e que pudessem voltar aos seus lares em paz. O **senhor Presidente** se manifestou dizendo que nem todos os Deputados que ali se encontravam compunham a Comissão de Finanças e Tributação, mas tendo em vista a grande importância daquelas audiências do Orçamento Regionalizado, os Deputados que faziam parte de outras Comissões também ali se encontravam, a exemplo do Deputado Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, tema sempre presente nas audiências do Orçamento Regionalizado. Dito isto, passou a palavra ao **Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes e agradeceu a Deus por estarem ali reunidos participando daquele momento especial. Disse que seria muito simples desenvolver aquele processo do Orçamento Regionalizado na Capital, mas acreditava que a união de forças das lideranças daquela região faria com que alcançassem êxito nas suas demandas. Afirmou que era obrigação dos Deputados defender aqueles pleitos, tanto na inclusão do Orçamento quanto na sua execução, já que estavam lá para lutar pelas escolhas da população, e registrou outras necessidades que tinha a região, para as quais todos os Deputados tinham que lutar em conjunto. Citou como exemplo a situação calamitosa das BRs 282, 163 e 158, e informou que no dia anterior tinha mandado mensagem para o diretor do DNIT, recebendo como resposta que haviam começado um tapa-buraco, conforme havia se comprometido, e que a mesma empresa havia ganho para fazer o recapeamento da 282, de São Miguel do Oeste até Ponte Serrada, mas que sobre a 163 eles teriam uma reunião com a Sul Catarinense para que concluísse a obra ou chamariam a seguinte colocada para fazer a obra. Observou que outra luta sua dizia respeito à oncologia, ação que havia sido incluída na Regional de São Miguel do Oeste, e explicou que do extremo oeste eram atendidas em Chapecó 1.800 pessoas, quando a Organização Mundial da Saúde determinava que o número de atendimentos em um local fosse de 900, e que com a implantação no Hospital Regional as pessoas deixariam de pegar a estrada para fazer seu tratamento. Disse que aquela população já tinha a maior média de vida do Brasil, de 78,1 anos, e queria estrada, saúde, educação, tranquilidade, sendo seu dever como gestor público proporcionar aquilo à população. Encerrou a sua fala dizendo que era uma alegria grande estar ali e que junto com todos os Deputados trabalharia na Alesc para a execução daquelas questões; e pediu que Deus iluminasse todos, desejando uma boa-tarde. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e fez uma referência especial à Prefeita Rosimar Maldaner, cumprimentando-a pela beleza da cidade que administrava. Afirmou que em todas as audiências realizadas até aquele momento a participação da



comunidade tinha sido grande, o que era um sinal de que a população estava preocupada com o investimento do recurso público, e disse que queria discutir as prioridades para o desenvolvimento da região, pois geraria mais oportunidades para aquele povo do interior do Estado. Disse que se tivessem que levantar as prioridades de forma individual, teriam com certeza mais de 30 por Município, mas que aquela Regional já tinha priorizado 35 ações, das quais precisariam escolher 12 para o PPA e destas, 3 para o Orçamento 2016; e salientou que o hospital de Maravilha, que tinha uma UTI regional, era quase um hospital regional e precisava de recursos para custeio todos os meses, mas que se fosse colocado dentro das prioridades, o hospital sairia em primeiro lugar, porque todos sabiam da sua importância. No seu entendimento, talvez as verbas de custeio tivessem que ser tratadas de maneira diferenciada dentro do Orçamento - e não sabia se isso podia ser feito -, até para que se conseguisse prestigiar três importantes investimentos, mas mantendo aquele que era um dos mais importantes para a região, assim como também as reformas de escolas, que sabia tinham recursos disponíveis na Secretaria de Estado da Educação, mas que quando se elencava as doze ou as três prioridades, quase sempre aparecia o item escola, que eram muito importantes, mas que sempre pegavam investimentos que poderiam significar, dentro de um processo regional, um investimento com aproveitamento até maior, não ficando restrito unicamente nos Municípios. Finalizou a sua manifestação salientando que o importante era a presença da comunidade, que o que tinha sido enumerado como prioridade no passado tinha sido cumprido quase que na sua maioria, que o trabalho dos Deputados, independente de partido político, era cobrar do governo do Estado o cumprimento do que seria escolhido pela região, e desejando um bom trabalho a todos. Seguindo, o senhor Presidente passou a palavra ao **Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que aquele era um momento delicado, pois seriam discutidos os rumos da aplicação do dinheiro público, mas fez questão de ressaltar que a demanda era sempre muito maior do que a realidade disponível, tendo em vista que existia muita coisa acumulada de anos que precisava ser resolvida, e fez referência à importância do momento em que os Deputados Carlito Merres, Gilmar Knaesel e outros decidiram por criar aquela legislação do Orçamento Regionalizado. Manifestou estarem naquele roteiro de audiências convencidos de que tinham uma grande tarefa junto com a comunidade, que era discutir as prioridades dentre as demandas existentes, e citou algumas delas, como as da área da saúde, exemplificando com o hospital de Maravilha, com a questão da saúde preventiva, já que se estava gastando muito dinheiro no curativo e não na prevenção; como as da área da segurança pública, que necessitava de mais efetivo, mais estrutura para as Polícias Militar e Civil, locais para colocar os adolescentes em conflito com a lei, tendo em vista que atualmente não existiam, razão pela qual a sociedade desejava a redução da maioria penal; as da área da educação, sempre dita prioritária; como as voltadas às políticas sociais, manifestando a existência de reclamações de que o Estado precisava ajudar mais os Municípios naquela área; as da área da agricultura e da agricultura familiar, tendo em vista ser a grande alavanca de investimento e de desenvolvimento da região, com o fortalecimento da Epagri, da Cidasc; como as da área da infraestrutura, com recuperação de rodovias, e citou uma pauta antiga de Bom Jesus do Oeste para Maravilha. Afirmou que o desafio era grande e que era necessário discutir de onde vinham os recursos, como aperfeiçoar a gestão pública para diminuir o processo de desvio de dinheiro público, e muitas vezes eram mais cargos de confiança do que servidor atendendo na ponta a população, era a questão da renúncia fiscal muito grande no Estado, já que quando se abria mão de dinheiro do Estado e dos Municípios era menos dinheiro para investir e atender a população, e outros desafios existentes em termos de gestão da máquina pública. Ressaltou que os Deputados estavam ali assumindo o compromisso com todos de depois aprovar as emendas propostas pelas regiões e concluiu a sua manifestação deixando um grande abraço a todos e pedindo que Deus os iluminasse. Na sequência, manifestou-se o **Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os componentes da mesa e os demais presentes e disse que era uma satisfação estar ali novamente. Afirmou que estava



no seu quinto mandato como Deputado e sempre tinha sido um crente e otimista com relação ao Orçamento Regionalizado, processo que tinha iniciado com o então Deputado Carlito Merss e que teve como um dos seus maiores entusiastas o então Deputado Gilmar Knaesel, mesmo nos momentos em que os governos subestimavam a questão. Salientou que nos últimos dez anos aquele processo do Orçamento Regionalizado havia tido respeito por parte do governo, tanto que a execução das demandas levantadas tinham chegado em algumas regiões a mais de 64%, numa média geral de 46%. Disse que no passado o Estado arrecadava R\$ 167 milhões e que atualmente o valor era de R\$ 1,8 bilhão, sendo que a previsão do Orçamento para 2016 era de aproximadamente R\$ 24 bilhões no ano, mas que as demandas eram muito maiores do que o disponível, razão pela qual era necessário ter responsabilidade e ser consciente para fazer a aplicação do dinheiro público, procurando errar o menos possível. Afirmou que quando se falava em demandas, a primeira coisa que vinha à memória era a área da infraestrutura, tanto que dos R\$ 10 bilhões, mais de R\$ 4,5 bilhões seriam necessários para a malha viária do Estado, e que também se falava em saúde, em segurança, em educação, mas que pouco se falava em geriatria, em terceira idade – e esperava chegar aos 93 anos com saúde. Registrou que se fossem verificados os indexadores de trinta anos atrás, no cômputo do PIB populacional se veria que existia um número reduzido de idosos, uma gama considerável de jovens e muitas crianças, e que atualmente o processo estava se dando de maneira inversa, citando que 78,1 anos era a expectativa de vida dos catarinenses. Finalizou a sua manifestação dizendo que era importante fazer aquela reflexão, pois era preciso começar a ter iniciativas quanto a preparar orçamentos, estruturar a área da geriatria e adequar os asilos para que se pudesse envelhecer saudavelmente. Desejou que todos tivessem uma excelente reunião. O **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes, manifestou a sua alegria por estar ali discutindo o que era prioridade para aquela região e disse que no passado, antes de ser Prefeito de Concórdia, tinha sido Deputado Estadual na época em que tinha sido instituído o Orçamento Participativo, mas que quando foi Presidente da Alesc teve a oportunidade de fortalecer e criar o grupo da coordenação, processo este que se demonstrou importante ao longo do tempo. Afirmou que depois de ser Prefeito, em 2010, já querendo voltar a ser Deputado, havia acompanhado quase todas as audiências do Orçamento Regionalizado pelo oeste e o discurso na época era que ele tinha enfraquecido. Tanto aquilo era verdade que ao assumir como Deputado em 2011 havia um número expressivo de Deputados pensando em acabar com o Orçamento Regionalizado, de todas as bancadas com assento na Alesc, mas que graças à persistência de alguns Deputados, como Gilmar Knaesel, Marcos Vieira e outros, a situação mudou e atualmente a defesa do Orçamento Regionalizado era unânime na Alesc. Observou que era necessário ter mecanismos de participação da sociedade e que aquele espaço era o lugar no qual se podia debater regionalmente com a Alesc, que ali estava bem representada com vários Deputados não só daquela região, mostrando a importância que davam para aquela audiência, e disse, também, que era importante escolher com carinho as prioridades daquela região, porque aquilo daria maior força aos Deputados para cobrarem a sua execução. Encerrou a sua manifestação desejando uma boa reunião. O **Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, cumprimentou todos os membros da mesa e os demais presentes, enalteceu o trabalho da imprensa, pois que dava publicidade e transparência às ações da Alesc, e elogiou o trabalho realizado pelos servidores da Assembleia Legislativa, dizendo que era um quadro qualificado que só orgulhava os catarinenses. Afirmou que aquele era um momento muito importante, pois que seriam discutidas as ações para o PPA daquela região do Grande Oeste num orçamento impositivo de 1%, o que deveria representar dentro dos R\$ 24 bilhões aproximadamente R\$ 240 milhões a serem direcionados às prioridades que seriam elencadas. Citou como uma das grandes prioridades a questão da saúde, e exemplificou com a ampliação do hospital e sua UTI, com a área da oncologia e outras especialidades, tendo em vista que muitos moradores tinham que se deslocar a Chapecó e até a Capital buscando auxílio. Disse que outra prioridade estava ligada à infraestrutura, e citou o



trecho de Bom Jesus do Oeste a Maravilha, o qual economizaria praticamente 36 quilômetros de estrada, significando tempo e dinheiro da população que por ali transitava; e que também era importante fazer o debate pelo Estado sobre a inovação tecnológica, que já estava ultrapassando até o turismo, em função do desenvolvimento econômico através da geração de emprego e renda. Concluiu a sua manifestação reforçando a sua posição de que o debate sobre inovação tecnológica precisava ser feito em todo o Estado e desejando uma boa audiência pública a todos. O **Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e, em forma de brincadeira, disse que estava preocupado pelo fato de não ter visto detector de metais nas portas, já que tinha certeza que a briga naquela audiência ia ser muito boa, tendo em vista que ali estavam representados quinze Municípios ligados àquela SDR, e que ali estava Nova Erechim, sendo que somente doze prioridades seriam elencadas para quatro anos e três para o próximo ano. Afirmou que em Itapiranga já tinha dado uma briga boa, que em São Lourenço do Oeste o Município de Quilombo esteve presente em grande número de munícipes e provocado uma boa discussão e acreditava que ali também teriam um debate muito bom, e informou que ali a comunidade decidiria suas prioridades e os Deputados assumiriam o compromisso de aprovar na Alesc. Disse que era muito bom estar em Maravilha, na Cidade das Crianças, e parabenizou o Presidente da Câmara de Vereadores de Maravilha e todos os demais Vereadores pelo belíssimo prédio da Câmara, dizendo que assim eles faziam o Parlamento mais forte. Finalizou a sua manifestação pedindo que Deus desse sabedoria a todos. O **senhor Presidente** esclareceu o Deputado Kennedy Nunes que o Município de Nova Erechim participaria no dia seguinte da Regional de Chapecó, mas que ali se encontravam os Vereadores Fabiano Paulo Moratelli e Volnei Weschenfelder (Nei), daquela cidade. Logo depois, passou a palavra ao **senhor Valci Dal Maso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha**, que cumprimentou os membros da mesa e os demais presentes, parabenizando os Deputados que ali se encontravam em grande número, o que fazia com que aquela audiência fosse mais comprometedor, e disse que trazia um abraço a todos do Governador Raimundo Colombo e do Vice-Governador Pinho Moreira. Fez um agradecimento especial ao Vereador Odair José Batistello, Presidente daquela Câmara de Vereadores, e demais Vereadores pela cedência do espaço para realizar aquela audiência, bem como a reunião anterior do PPA, salientando que sempre que se precisava a Câmara estava à disposição. Afirmou que estavam aprendendo a participar dos governos, porque ao longo da ditadura não se tinha o direito de escolher, mas que a partir da democracia tinha sido dada ao povo a oportunidade de participar dos destinos das comunidades, que era a chamada democracia participativa, e que naquele momento estavam fazendo uma prática do exercício da democracia. Informou que havia dias tinham escolhido 35 prioridades para aquela região e que realmente seria uma luta escolher somente 12 para o PPA, sendo que muitas já estavam no PPA 2011-2015, mas que não tinham sido concretizadas, a exemplo também do que estava na LOA 2015, pois que nem tudo tinha sido realizado. Salientou que a partir de 2010 o oeste de Santa Catarina, pelo movimento econômico, estava crescendo acima da média do Estado, que o agronegócio havia transformado o oeste catarinense, e citou alguns dados: que em 2012 o crescimento foi de 12%, em 2013 em torno de 18%, em 2014, apesar das dificuldades, a Regional cresceu 14% do movimento econômico dos quatorze Municípios; que Santa Catarina era o quarto produtor de leite do País, sendo que o Grande Oeste era responsável por 73% da produção, mas que para aquele desenvolvimento era preciso dar a estrutura adequada, razão pela qual talvez a lista de prioridades da região fosse grande. Disse também, reforçando tudo o que já tinham falado, que da 116 para baixo tudo acontecia, sendo difícil ir para o oeste os investimentos, mas sabia que os Deputados e ele, que era governo, brigavam para que as coisas também fossem para o oeste, e salientou que tinha ficado triste quando soube da informação que a ferrovia havia chegado até a divisa com o Paraná, com São Paulo e aquela região estava ficando fora novamente. Ressaltou que o oeste era o maior produtor de proteína animal, mas que era preciso levar até lá a proteína vegetal para que fosse transformada em proteína animal para



levar aos portos, e que Santa Catarina era um dos grandes exportadores, estava em primeiro lugar em muitas exportações, era produtor, e acreditava que mereciam também os investimentos. Encerrando a sua manifestação, disse que a Regional tinha várias demandas, mas que com habilidade e através do consenso, já que tinham que pensar no desenvolvimento regional, haveriam de escolher o que beneficiaria todos, pois precisavam fazer com que as coisas acontecessem no oeste catarinense. O **senhor Presidente** esclareceu dizendo que se na Regional de Maravilha haviam sido relacionadas pela Secretaria de Estado da Fazenda 35 demandas e ali escolheriam 12 prioridades, aquilo não significava que as demais 23 demandas seriam excluídas. Salientou que apenas seriam escolhidas as 12 prioritárias, as mais importantes da região para que o governo desse início imediatamente, se assim tivesse condições. Após as explicações, passou a palavra à **senhora Rosimar Maldaner, Prefeita de Maravilha**, que cumprimentou todos e desejou as boas-vindas à Cidade da Criança. Afirmou que era um dia muito importante para aquelas comunidades, pois seriam escolhidas as prioridades para a Regional, e informou que a reunião havida para levantar as 35 ações tinha sido muito debatida, tendo em vista que a região estava crescendo e as demandas eram muitas, razão pela qual era necessário naquele dia terem maturidade para escolher das 12 prioridades. Concluiu a sua manifestação parabenizando todos os Municípios presentes e cumprimentando os Deputados que ali se encontravam, dizendo que estavam indo ao encontro dos problemas de cada região; e desejou um bom encontro a todos. O **senhor Presidente** agradeceu a cessão do espaço pela Câmara de Vereadores para a realização daquela audiência e passou a palavra ao **Vereador Odair José Batistello, Presidente da Câmara de Vereadores de Maravilha**, que cumprimentou os presentes e disse que era uma honra para Maravilha receber os Deputados naquele espaço que era de muito trabalho e de muita democracia. Afirmou que estavam participando de uma audiência que alavancaria prioridades para a Regional e que iria levar o oeste novamente ao desenvolvimento, o que era uma situação almejada por todos, já que a região estava muito carente daquelas ações. Agradeceu também a participação das lideranças locais, pois que estariam trazendo as muitas reivindicações daquela região, mas tinha certeza que com habilidade conseguiriam elencar as prioritárias, e finalizou a sua participação dizendo que acreditava que dali sairiam bons encaminhamentos. O **senhor Presidente** informou que a Vereadora Cecília Rambo Geller, de Modelo, abriu mão de falar, razão pela qual passou naquele momento a palavra ao **senhor Jeovany Folle, presidente da Associação Empresarial do Município de Maravilha**, que saudou todas as autoridades e disse que para aquela tarde eram necessárias duas palavras: sensibilidade, para que se pudesse elencar efetivamente aquilo que era prioridade para a Regional, e responsabilidade, para que se fizesse com que aquelas prioridades fossem realmente executadas. Afirmou que representava a iniciativa privada e que por vezes escutava que o tempo das coisas na política era diferente do tempo das coisas na iniciativa privada, mas explicou que o tempo era igual tanto para uma área quanto para outra e que seriam três as prioridades que deveriam ser concluídas até o final de 2016, portanto estariam naquele dia elencando as prioridades para que depois pudessem fiscalizar. Encerrou a sua manifestação desejando um bom trabalho a todos e agradecendo a oportunidade. O **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades, explicando que para coordenar a próxima etapa dos trabalhos, que consistia numa exposição por parte dos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda e da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc, e na discussão e votação das doze ações para inclusão no PPA 2016-2019 e das três para a LOA 2016, faria uso da palavra o senhor Adilor Guglielmi (Dóia). O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima das 35 ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado da Fazenda, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas



doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Saliou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Maravilha. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo de trabalho se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Maravilha.)* Após um amplo debate, foram encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia) relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Maravilha:

1	Manutenção da UTI do Hospital São José - SDR Maravilha
2	Construção da Delegacia Regional – SDR Maravilha
3	Ligação asfáltica Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha - BR-282
4	Construção, reforma e ampliação de escolas e adequação dentro dos padrões de segurança - SDR Maravilha
5	Pavimentação asfáltica de São Miguel da Boa Vista a Romelândia SC-492 – SDR Maravilha
6	Construção do quartel do Corpo de Bombeiros de Maravilha em local estratégico – SDR Maravilha
7	Fortalecimento dos hospitais filantrópicos da região - SDR Maravilha
8	Transformação de Pelotão para Companhia da Polícia Militar de Maravilha – SDR Maravilha
9	Construção de instituição regionalizada de longa permanência para idosos – SDR Maravilha
10	Revitalização da rodovia SC-160 - SDR Maravilha
11	Pavimentação do trecho da Linha Alto Recreio/Sul Brasil até a SC-159 – Jardinópolis - SDR Maravilha
12	Contorno viário da SC-160, acesso a Saudades/Pinhalzinho – SDR Maravilha

Em seguida, relatou as três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Maravilha:

1	Manutenção da UTI do Hospital São José – SDR Maravilha
2	Ligação asfáltica Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha – BR-282



3	Construção, reforma e ampliação de escolas e adequação dentro dos padrões de segurança - SDR Maravilha
---	--

- Pavimentação asfáltica de São Miguel da Boa Vista a Romelândia SC-492 - SDR Maravilha;
- Pavimentação do trecho da Linha Alto Recreio/Sul Brasil até a SC-159 – Jardinópolis – SDR Maravilha.

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Maravilha: como titular, a senhora Rosimar Maldaner; e como suplente, o senhor Valci Dal Maso. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros, devolveu a palavra ao senhor Presidente para que o mesmo procedesse ao encerramento da audiência. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, agradeceu a participação de todos, disse que a próxima audiência seria em Palmitos abrangendo aquela Regional, e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.]*

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



6ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **PALMITOS**

Data: 23/06/15

Horário: 18h30min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da SDR-Palmitos**
Rua Padre Manoel da Nobrega, 568

PALMITOS

CONSELHEIROS:

Titular: Mario Alceu Poiterra - Secretário Regional

Suplente: Márcia Rejane Hirsch - Vereadora

Total de participantes: 74





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - PALMITOS

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Fortalecimento dos hospitais da regional com verbas de custeio e investimentos em equipamentos, e pessoal técnico especializado para operar os equipamentos.
2	Construção de um lar regional para abrigar idosos.
3	Revitalização da SC 283 com a construção de refúgios e paradas cobertas de ônibus ao longo da rodovia, trevo alemão (divisa São Carlos Palmitos) mais trevos de acesso e terceira pista onde necessário
4	Revitalização das escolas, contemplando: readequação da infraestrutura física, instalação de laboratórios científicos e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não possuem e melhoria dos existentes.
5	Investimento em energia elétrica redes trifásicas nas zonas rurais e urbanas.
6	Estação de tratamento de esgoto para os municípios da regional (Saneamento Básico).
7	Fortalecer pequenas empresas e indústrias locais, através de incentivos fiscais.
8	Programas de apoio a jovens rurais visando mitigar os efeitos da sucessão familiar.
9	Ampliar o número de câmeras de vigilância nos municípios, e disponibilizar pessoas qualificadas para operar as mesmas 24 horas, com a contratação de estagiários e/ou servidores da reserva.
10	Construção de pavilhões industriais, incubadoras
11	Maior efetivo das Polícias Militar e Civil.
12	Melhorias na captação, armazenamento e distribuição de águas nas propriedades rurais

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - PALMITOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Fortalecimento dos hospitais da regional com verbas de custeio e investimentos em equipamentos, e pessoal técnico especializado para operar os equipamentos.
2	Construção de um lar regional para abrigar idosos.
3	Revitalização da SC 283 com a construção de refúgios e paradas cobertas de ônibus ao longo da rodovia, trevo alemão (divisa São Carlos Palmitos) mais trevos de acesso e terceira pista onde necessário



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: PALMITOS

74 participantes

Municípios: Palmitos, Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza e São Carlos.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	<i>[Handwritten signature]</i>	Ag. Chapecó
02	<i>[Handwritten signature]</i>	Mondai
03	<i>[Handwritten signature]</i>	Palmitos
04	Ademir Henschel	Palmitos
05	MIRCON FRÜHAUF	PALMITOS
06	Mirna Baniatti Rigotti	São Carlos
07	JOSIANI FAUVEDO	São Carlos
08	Claudio R. Bemurgo	Itas
09	Tomaz E. Hubner	Cunha Porã
10	Pedro Baldim	Caibi
11	Rosimari Ramos de Chiveira	Palmitos
12	GILBERTO CERONI	EPOLIS
13	JORGE WELTZ	ACESE
14	Paulina Parinetti	Sec. Adm. Itas
15	AGOSTINHO NOS	Mondai
16	VANIR CATTIN	Palmitos
17	Claudio R. Bemurgo	Palmitos
18	AIRTON BOLDINI	C. Porã
19	Edmar	C. Porã
20	Sirio Egon Koch	
21	<i>[Handwritten signature]</i>	Palmitos
22	Nina Yam	Caibi
23	Yair Schena	PALMITOS



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: PALMITOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Dav Jooq Eng	Palmitos
25	NORBERTO PAULO GONZATTI	Palmitos
26	MAURICIO ESKUDARK	SMO
27	Sadi Antonio Lolo	Smo
28	Munir deun Rutter	Palmitos
29	RINERDO TOLIN	Palmitos
30	Vilson M. Sogall	Palmitos
31	Elior José Lázaro	Palmitos
32	DARLAN KO FERRARI	Palmitos
33	Rui Dutra	Palmitos
34	ALBENIZ VARELLA	Palmitos
35	Mauricio Balazari	Palmitos
36	Franciele Baggio	Palmitos
37	Julia J. Fajolo	Palmitos
38	Rozeli Juscel Fucaga	Palmitos
39	Luiz P. Baldo	Palmitos
40	Suziana Esmeuzel	Palmitos
41	Gilberto Nicolini	Palmitos
42	Marcia Rejane Hirsch	Palmitos
43	VALDIR JOSÉ ROVER	S. CARLOS
44	Andréia F. Schenatto	Palmitos
45	Josima Correia	Riqueza
46	Gláucia Amadeu Bozzi	Riqueza
47	Juz Carlos Ceccon	Palmitos
48	Janice m. Besson	Caibé



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: PALMITOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Simara R.S. Balbuid	São Carlos
50	Luciano Cardozo	Caibé
51	Lelete de Jesus.	Palmitos
52	Galvan Gomes	Ribeira
53	DELANO FERREIRI	PALMITOS
54	JONES TOMAZI	NOVA ERECTION
55	RENATO MATOS DA SILVA	CAIBÉ
56	Isabel C. D. da Silva	Palmitos-SDR
57	Lauriane Carmiralt	ARESC/CAIBÉ
58	Miriam Cruz	Chapadão
59	Adriano P. Simões	Palmitos
60	Suzana pomholt	Mondair SC
61	Marisa M. G. Flach	Mondair SC
62	Kelvin P. G. Biondo	S. CARLOS S.C.
63	Franciele C.S. Casaril	Palmitos
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: PALMITOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
64	Gabriel Caudoff	Caibi
65	Thomas Fachinello	Palmitos
66	Christiana S. Fachinello	Palmitos
67	Imreus Jacob	Palmitos
68	Sandro Luiz Favero	FRONS.
69	Zolmi S. Loureiro	Palmitos
70	SEVERINO R. BERRIDO	Palmitos
71	Valdecir de Faria	PALMITOS
72	DAYAN SCHÜTZ	C. PORÃ
73	DIRCEU DRESCH	Dep. Est.
74	MARCO DE MARAL	Dep. Deputado
75		
76		
77		
78		
79		
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE PALMITOS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
PALMITOS EM 23 DE JUNHO DE 2015, ÀS 18H30MIN**

Aos 23 dias do mês de junho de 2015, às 18h30min, no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Palmitos, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a sexta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa; o senhor Mário Alceu Peiter, Secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos; o senhor Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Jairo Ebeling, Prefeito de Cunha Porã; Dilair Menin, Prefeito de Caibi; Valmor Cemin, Vice-Prefeito de Mondaí; Loivo Peiter, Vice-Prefeito de Riqueza; Gilmar Ceccon, Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Cunha Porã; Tânia de Fátima Henchen, Secretária de Saúde de Palmitos; Vereador Dair Jocely Enge, de Palmitos; Vereador Jair José Schena, de Palmitos; Vereador Astir Bruckmann, de Palmitos; Vereador Claudemir Felchilcher, de Palmitos; Vereador Moacir Delazere, de Palmitos; Vereador Albeniz Varella, de Caibi; Itamar Fachinetto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitos;



Sadi Antônio Erlo, coordenador regional de Previdência do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev); Juarez Pontes, diretor do *campus* São Carlos do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); Mircon Fruhauf, gerente regional da Epagri em Palmitos; Lírio Egon Koch, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cunha Porã; e Jorge Welter, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini. Após o registro, convidou a fazer uso da palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Alesc, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa**, deu início à audiência pública cumprimentando os presentes, a imprensa, os servidores da Assembleia, todos os Deputados e demais autoridades à mesa. Afirmando que deveria haver mais mulheres à mesa além da Deputada Luciane Carminatti, e também a representatividade de Vereadores, convidou para juntarem-se à mesa de autoridades o Vereador Rineldo Domingos Perin, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, e também a Vereadora Márcia Rejâne Hirsch, de Palmitos. Disse ser aquela a sexta reunião do Orçamento Regionalizado e que a Assembleia Legislativa, todos os anos, realizava o ciclo de audiências do Orçamento Regionalizado para escolher três ações do PPA a serem inseridas no Orçamento do ano seguinte, como ocorrera em 2011, 2012 e 2013. Informou, entretanto, que em 2015 o ciclo seria de 32 audiências públicas, uma quantidade bem maior. Deixou claro que a realização da audiência seria revestida de dupla finalidade: a escolha das três prioridades a serem inseridas no Orçamento Regionalizado, e também a escolha das doze prioridades para serem incluídas no Plano Plurianual para o quadriênio 2016 a 2019. Afirmou ser de extrema importância a participação de todos ali, sob a coordenação da Assembleia Legislativa, que fazia com que os poderes constituídos e também a sociedade civil organizada pudessem discutir e escolher as ações a serem incluídas no Orçamento e no PPA. Explicou que a audiência pública ocorreria em duas etapas: a primeira, com a manifestação dos Deputados e demais autoridades à mesa; e a segunda, com a apresentação dos técnicos do Orçamento Regionalizado e da Fazenda, sob a coordenação do senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Por fim, registrou a presença do senhor Ademar Henchen, ex-Prefeito de Palmitos, e chamou para fazer uso da palavra a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa**. Após suas saudações iniciais, solicitou que se levantasse o senhor Juarez Pontes, diretor do *campus* São Carlos do Instituto Federal de Santa Catarina, polo que estava para ser inaugurado na semana seguinte. Falou da importância que tinha o ensino profissionalizante e técnico, parabenizando o senhor Juarez e, em seu nome, toda a sua equipe. Parabenizou igualmente o Prefeito e os Vereadores de Palmitos pela aprovação do Plano Municipal de Educação dentro do prazo previsto, complementando que o Plano Estadual de Educação também estava em debate na Assembleia Legislativa. Informou que iriam apresentar o Plano Estadual em todas as regiões do Estado para que todos o conhecessem e pudessem ter para a próxima década um plano de educação que fosse construído com os catarinenses. Reforçou a importância daquele momento e disse que o povo do oeste muitas vezes se sentia prejudicado, pois os governantes do Estado sempre eram de outras regiões, acrescentando que naquela construção cultural e política os recursos haviam sido mais concentrados nessas outras regiões. Falou que o Orçamento era uma forma de as regiões aparecerem, porque três prioridades de cada regional passariam a incorporá-lo, fazendo com que o Estado de Santa Catarina também fosse enxergado a partir daqueles debates. Despediu-se desejando um profundo debate a todos, afirmando que na Assembleia os Deputados assumiriam as pautas eleitas pela região. Ato contínuo, o **senhor Presidente** aproveitou a oportunidade para registrar a presença do Vereador Kelen Rodrigo Giongo, de São Carlos. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que após os cumprimentos disse que o objetivo central da audiência era colher as demandas da região da Secretaria Regional de Palmitos. Comentou ser aquele um momento extraordinário, complementando ter podido construir aquela mesma experiência quando eleito



Prefeito de Guaraciaba por dois mandatos, ocasião em que implantou o Orçamento participativo em seu Município. Falou que aquilo era algo que se diferenciava, pois era a comunidade que apontava as ações e ao mesmo tempo fazia mais de perto a cobrança. Finalizando seu pronunciamento, avaliou que o Estado tinha avançado nos últimos anos, apresentando uma evolução na aplicação das ações, mas que era necessário evoluir mais ainda e por tal motivo estavam ali presentes tantos Parlamentares. Prosseguindo, o **senhor Presidente** registrou a presença das Vereadoras Suzana Bornholdt e Marisa Flach, ambas de Mondaí, e passou a palavra para o **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que, após as saudações iniciais, afirmou ser aquele um trabalho feito com gosto, porque no final o resultado era compensador e deixava todos felizes. Analisou que o Orçamento bem poderia ser feito pela Fazenda na Capital do Estado e que poderiam os Deputados simplesmente levar os pleitos da região até lá, mas que a Assembleia ia à região por respeito à comunidade, acrescentando que a presença de todos ali era o que fortalecia os pedidos que seriam feitos. Realçou que mais de 60% das prioridades vinham realmente ocorrendo e que aquilo era bastante importante. Reiterou que os Deputados iam até ali por respeito a todos, tanto os Parlamentares que tinham sua base na região como os que não a tinham, mas que trabalhavam pela região por terem assumido um compromisso perante todo o Estado de Santa Catarina. Despedindo-se, afirmou que a força estava na participação de todos naquele Orçamento Regionalizado. Em seguida, a palavra foi passada para o **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e informou que na Comissão de Finanças da Alesc debatiam permanentemente diversos temas, como a arrecadação do Estado, os recursos existentes, a participação da sociedade nos rumos dos investimentos de Santa Catarina, a fiscalização, o combate à sonegação fiscal, a renúncia fiscal, a redução de cargos de confiança, a ampliação de concursos públicos, entre outros. Falou que aquele era o grande debate do Orçamento e que as pessoas ali presentes tinham uma grande responsabilidade porque definiriam as demandas da região e o futuro do Estado. Citou alguns temas fortes a serem examinados, como a questão da infraestrutura, das rodovias, os programas e políticas nas áreas de saúde, educação e segurança pública, o tema da agricultura familiar e o papel da Epagri e da Cidasc. Comentou estarem todos ali, Deputados, Prefeitos, Vereadores, lideranças e sindicalistas, com a grande responsabilidade de discutir tudo aquilo, para que juntos pudessem acertar o caminho para o futuro de Santa Catarina e da região. Despediu-se de todos comprometendo-se a defender na Assembleia Legislativa as propostas escolhidas pela região. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar**, que saudou todos e disse estar muito feliz por estar vendo cada vez mais, no decorrer das audiências, o envolvimento das pessoas. Contou que no Município de Maravilha uma senhora havia lhe perguntado o que era o PPA, e aproveitou a oportunidade para explicar que havia duas peças: o Plano Plurianual, que era o que o governo pretendia fazer nos próximos quatro anos, e o Orçamento, que eram as metas para o ano. Ressaltou a importância do Plano Plurianual em relação ao Orçamento, justificando que só se conseguia colocar no Orçamento do ano aquela obra que já estivesse prevista no Plano Plurianual. Durante sua fala, apontou para uma menina na plenária e perguntou à mãe da garota quantos anos ela tinha. Ao saber que tinha apenas 6 anos de idade, explicou que tudo o que estavam discutindo ali, naquela audiência, valeria até quando a menina completasse 10 anos de idade. Dessa forma, convidou todos a pensarem na importância daquela reunião para o futuro e o bem-estar de todos. Parabenizou todos pela presença e despediu-se. Prosseguindo, foi passada a palavra ao **senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e disse ficar muito feliz porque a cada ano que passava aquele processo diferenciado de escolha de investimentos para Santa Catarina se aprimorava ainda mais e se solidificava como uma grande ferramenta democrática para o Estado. Avaliou que os Deputados



Estaduais estavam todos empenhados no objetivo de fazer valer aquilo que era definido em todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Comentou terem votado no ano anterior, na Assembleia Legislativa, um projeto de emenda constitucional que havia sido muito importante para fazer com que aquilo que a região escolhesse fosse impositivo, no sentido de que o governo tinha a obrigação de investir naquilo que fosse definido nas reuniões do Orçamento Regionalizado. Afirmou que a consolidação do Orçamento impositivo dependia somente da regulamentação do projeto que já havia sido aprovado, que era a emenda constitucional, e que a competência para tal regulamentação era do Presidente da Comissão de Finanças. Antecipou acreditar que a regulamentação aconteceria até o final daquele ano, explicando que todos os Deputados estavam trabalhando naquele sentido. Observou ser aquela a sexta reunião do Orçamento Regionalizado e que os Municípios estavam se fazendo representar em todas as reuniões, o que aprimorava o processo democrático. Disse que se pedissem para cada representante do Município elencar vinte ou trinta prioridades, teriam até mais prioridades, mas que o Orçamento comportava poucas: apenas três para 2016 e doze para os próximos quatro anos. Finalizando seu pronunciamento, declarou que gostaria de ser Governador do Estado e seguir 100% daquilo que fosse definido pela região, explicando que aí, sim, trabalharia com prioridades reais e não com imaginárias, pois estaria atendendo todos e fazendo uma região feliz. Fazendo uso da palavra, o **senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, após os cumprimentos iniciais, parabenizou os servidores da Assembleia Legislativa pelo belo trabalho que vinham fazendo, pois estavam qualificando cada vez mais o debate. Disse ser muito importante aquele momento que viviam através do PPA, pois 1% do Orçamento de quase R\$ 25 bilhões, que equivalia a um total de R\$ 240 milhões, seria aplicado através do Orçamento impositivo. Citou alguns pontos a serem debatidos, como a questão da revitalização das escolas da rede estadual, a segurança pública, o aumento do efetivo, o fortalecimento dos hospitais regionais em detrimento da ambulancioterapia, o investimento em saneamento básico e também em educação. Lembrou a presença do senhor Valter Gallina à frente da Casan, afirmando que ele estava promovendo investimentos e não o sucateamento da Companhia, acrescentando que precisavam investir também em saneamento básico para melhorar a qualidade de vida da região, pois prevenção era sinônimo de saúde. Elencou outros temas prioritários para a região, como a manutenção da rodovia 283 e a inovação tecnológica, com a implantação de treze centros tecnológicos no Estado. Despedindo-se, parabenizou todos pela iniciativa e ressaltou a garra dos Deputados que ali estavam para ouvir a população e poder dar sua contribuição na Assembleia Legislativa. Na sequência, foi ouvido o **senhor Mário Alceu Peiter, Secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos**, que saudou os presentes e disse ser aquele um momento importante, pois a SDR de Palmitos, representando oito Municípios, tinha que decidir as prioridades para melhorar a qualidade de vida da população da região. Afirmou estar muito feliz com a presença das lideranças de todos os Municípios, que ali estavam para reivindicar aos Deputados aquilo que a região realmente precisava. Deixou claro que ele, na qualidade de Secretário Regional, representando o governo, estava ali ao lado da população, ao lado de Prefeitos e Vereadores, para que pudessem escolher realmente as metas que viessem ao encontro das necessidades dos Municípios daquela Regional. Deixou a todos um abraço e despediu-se. Em seguida, a palavra foi passada para o **senhor Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos**, que cumprimentou todos e disse que lhes honrava muito a presença dos Deputados em Palmitos, naquele momento histórico que viviam. Observou que quanto mais as pessoas participavam, mais próximos da realidade chegavam, e desejou que pudessem integrar no Orçamento Regionalizado, sem utopia, tudo aquilo que era efetivamente o anseio da comunidade. Comentou que às vezes as pessoas pensavam em ações grandiosas e acabavam se iludindo porque não aconteciam. Finalizando seu pronunciamento, rogou que naquela noite prevalecessem como prioridades tudo o que fosse alvo de ação efetiva, ou seja, aquilo que realmente pudesse ser feito para contemplar Palmitos e os oito Municípios que faziam parte daquela Secretaria de Desenvolvimento Regional. Encerrando a primeira etapa da audiência pública, foi chamado para fazer uso da palavra o **senhor Vereador**



Rinaldo Domingos Perin, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, que após as saudações iniciais disse ser importante discutir as ações para a região de Palmitos e parabenizou a Assembleia Legislativa por aquele momento. Em nome dos Vereadores, de todos os que estavam na base e viviam todos os dias as reivindicações da população, solicitou que aquelas ações, quando definidas como prioridades, realmente saíssem do papel. Comentou que todos os dias os Vereadores eram cobrados, e deixou novamente um apelo a todos os Deputados ali presentes para que as ações em prol da população fossem realmente efetivadas. Pediu empenho ao governo do Estado e aos Deputados, e despediu-se. Ato contínuo, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Palmitos. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de São Miguel do Oeste.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Palmitos:

01	Maior efetivo das Polícias Militar e Civil.
02	Fortalecimento dos hospitais da regional com verbas de custeio e investimentos em equipamentos, e pessoal técnico especializado para operar os equipamentos.
03	Melhorias na captação, armazenamento e distribuição de águas nas propriedades rurais
04	Construção de um lar regional para abrigar idosos.
05	Revitalização das escolas, contemplando: readequação da infraestrutura física,



	instalação de laboratórios científicos e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não possuem e melhoria dos existentes.
06	Investimento em energia elétrica redes trifásicas nas zonas rurais e urbanas.
07	Estação de tratamento de esgoto para os municípios da regional (Saneamento Básico).
08	Fortalecer pequenas empresas e indústrias locais, através de incentivos fiscais.
09	Programas de apoio a jovens rurais visando mitigar os efeitos da sucessão familiar.
10	Ampliar o número de câmeras de vigilância nos municípios, e disponibilizar pessoas qualificadas para operar as mesmas 24 horas, com a contratação de estagiários e/ou servidores da reserva.
11	Revitalização da SC 283 com a construção de refúgios e paradas cobertas de ônibus ao longo da rodovia, trevo alemão (divisa São Carlos Palmitos) mais trevos de acesso e terceira pista onde necessário
12	Construção de pavilhões industriais, incubadoras

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Palmitos:

01	Fortalecimento dos hospitais da regional com verbas de custeio e investimentos em equipamentos, e pessoal técnico especializado para operar os equipamentos.
02	Construção de um lar regional para abrigar idosos.
03	Revitalização da SC 283 com a construção de refúgios e paradas cobertas de ônibus ao longo da rodovia, trevo alemão (divisa São Carlos Palmitos) mais trevos de acesso e terceira pista onde necessário

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para a Regional de Palmitos: como titular, o senhor Mário Alceu Peiter, Secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos; e como suplente, a senhora Vereadora Márcia Rejâne Hirsch. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente**, que disse que aquele havia sido um trabalho extraordinário e que pudessem contar com o trabalho dos Deputados na Assembleia. Agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



7ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **CHAPECÓ**

Data: 24/06/15

Horário: 9h30min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Salão de Atos- Bloco H- Unochapecó**
Avenida Senador Atilio Fontana, 591-E
Efapi
Chapecó

CONSELHEIROS:

Titular: *Adriana Revisan Weissheiner-Funcionaria Publica Estadual*

Suplente: *Alceu Mozzioni-Prefeito*

Total de participantes: 63





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CHAPECÓ

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Ampliação do Hospital Regional do Oeste (HRO) e construção de passarela ligando a ala nova à antiga - SDR - Chapecó
2	Adequação e melhorias do aeroporto de Chapecó - SDR - Chapecó
3	Aumento do efetivo da Segurança Pública, da Cidasc e da Epagri - SDR - Chapecó
4	Implantação ou adaptação de centro de referência atendimento/diagnóstico/terapia - SDR - Chapecó
5	Reabilitação/aumento da capacidade da SC-283, trecho Chapecó/Planalto Alegre/Águas de Chapecó/Palmitos - SDR – Chapecó
6	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR – Chapecó
7	Manutenção do hospital regional Lenoir Vargas Ferreira - SDR - Chapecó
8	Construção do contorno viário leste - SDR - Chapecó
9	Pavimentação da SC-484, trecho Caxambu do Sul – Guatambu - SDR – Chapecó
10	Política de fomento agricultura familiar e produção de alimento orgânico - SDR – Chapecó
11	Construção de nova subestação de recepção e distribuição de energia - SDR – Chapecó
12	Melhorias nas redes de energia elétrica rural com cabeamento protegido em toda a extensão rural nos Municípios da SDR Chapecó

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CHAPECÓ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Ampliação do Hospital Regional do Oeste (HRO) e construção de passarela ligando a ala nova à antiga - SDR - Chapecó
2	Adequação e melhorias do aeroporto de Chapecó - SDR - Chapecó
3	Aumento do efetivo da Segurança Pública, da Cidasc e da Epagri - SDR - Chapecó



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CHAPECÓ

Municípios: Chapecó, Águas Frias, Caxambú do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambú, Nova Erechim, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Gilson F. P. Novato	Chapecó
02	IVAN CARLOS CHIAPINOTTO	CHAPECÓ
03	Nelson H. Moreira	Chapecó
04	NGORO SARETTA - Dep. Estadual	
05	EDSON MALAUFNE	CHAPECÓ
06	Márcio A. Dutra	UFFS
07	Weyll Santos	UDESC
08	Mauro Landavalli	SDR-CH.
09	Leopoldo Beltrão de Matos	DPE-SC - CH
10	Paula P. L. Moreno	DPE-SC - CH.
11	Giullia G. Vizzotto	chapecó
12	Waldri	Chapecó
13	IVAN T. BARBUSSAN	CHAPECÓ
14	VALMIR J. LOMAN	Chapecó
15	CARLOS AZZARETTI	F. P. G. S.
16	DARCELI DRESCH	
17	Helen V. B. Brubaker	F. P. G. S.
18	Waldemar Maciel	Chapecó
19	Allen Nappier	Cord. Alta
20	Elaine Z. Paves	Guatambú
21	Gilberto A. Tomasi	Caxambú do Sul
22	Marilise Salvagni	chapecó
23	Luiz Fernando Schubert	Chapecó



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CHAPECÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Leonardo Colpini	Chapecó
25	William S. Quintzel	Chapecó
26	Biancarco Roschotta	CIMAÇÕES
27	Sandra Bergoni	Cond. Alta
28	Mozé Piteirinha	CH
29	Saulo Boloncelli	CH
30	Ydair Rampanelli	Chapecó
31	Elcio Karli	chapecó
32	André Griegolo	Chapecó
33	Vojano Milk	Chapecó
34	Andrey J. Junatha	Chapecó
35	Roni Maria R. de Oliveira	SEF - Apolis
36	CHILBERTO CERUZA	SEF Apolis
37	Fernando Carlos Mauro	Chapecó
38	SEAN LARA	FUORITA
39	M ^{te} Aparecida L. Carrillo	Chapecó
40	Liza Dalchicron	Chapecó
41	Getulio Guem (L)	Chapecó
42	Milcon Aroux	FUORITA
43	Armino do Nascimento	SDR
44	Paulo C. Solner	J.
45	Maria de Lourdes Beben	SDR
46	Osmar Buss	Pres. Chapecó
47	Claudio A Jacosti	UNOCHAPECÓ
48	Renij. William Rossa	CHAPECÓ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CHAPECÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Leila J. Antonini de Souza	CHAPECÓ
50	Adriana Trevisan Weissheimer	Chapecó
51	Mauro Dondab	ALESC
52	JORGE WELTER	ALESC
53	Cláudio da Silva	Chapecó
54	Jonas Sander Grech	Chapecó
55	Maio Junior Bianchi	Chapecó
56	Carissiana Telles Nasamente	Chapecó
57	Suzelza Louzinhá Oco	Chapecó
58	Maria Aparecida da Rocha	Cresol Credi Chapecó
59	Jair Martins	Chapecó S.C
60	ALAIR LUCAS	CHAPECO
61	Osvaldo (Oswaldo)	CHAPECO
62	NEISAJO KROMBAUER	Chapecó
63	JOAO Amin	FROLIS
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE CHAPECÓ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ NO DIA 24 DE JUNHO DE 2015, ÀS 9H30MIN

Aos 24 dias do mês de junho de 2015, às 9h30min, no auditório da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), em Chapecó, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública os representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019. Destas, três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Alesc realizando, por meio da Comissão de Finanças e Tributação, a sétima audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Alesc; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Narciso Parisotto, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Alesc; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc; o senhor Américo do Nascimento Junior, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó; o senhor Luciano José Buligon, Vice-Prefeito de Chapecó; a senhora Maria Aparecida Caovilla, magnífica Vice-Reitora da Unochapecó; o senhor Odilon Luiz Poli, magnífico Reitor da Unochapecó; o senhor Ivaldo Pizzinato (Gringo), Subprefeito da Região da Efapi; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Na sequência, a mestre de cerimônias registrou a presença das seguintes pessoas: senhor Cláudio Jacoski, Vice-Reitor de Planejamento da Unochapecó; senhor Paulo Balancelli, assessor de Relações com os Municípios do Oeste da Casan/Chapecó; senhor Andrey Junior Gnoatto, auditor da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), representando o senhor Vincenzo Francesco Mastrogiácomo, presidente da Fundeste; senhor Capitão André Luiz Grigulo, representando o Coronel Júlio César da Silva, Comandante do 6º Batalhão de Bombeiros Militar de Chapecó; senhora Izelda Terezinha Oro, presidente do



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Chapecó; senhor Alceu Mazzioni, Prefeito do Município de Cordilheira Alta; senhora Paula Pereira da Costa Moreira, Defensora Pública do Município de Chapecó; senhor Eloir Eugênio Pavão, Secretário Municipal de Administração de Guatambu; senhora Sandra Bergamin, diretora-presidente da Cooperfamiliar de Chapecó e executiva da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Santa Catarina (Unicafes/SC); Ivan Carlos Chiapinotto, representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura; senhor Ivan Baldissera, gerente do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar da Epagri; senhor Mauro Zandavalli, gerente Regional da Secretaria Municipal de Agricultura de Chapecó; senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Jorge Welter, secretário Parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Paulo Cesar Salum, auditor Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; senhor Giancarlo Moschetta, gerente de Saúde Bucal, representando a senhora Cleidenara Maria Mohr Weirich, Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó; senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento, da Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; e senhor Ivaldo Pizzinato, superintendente da Região da Grande Efapi, da Prefeitura de Chapecó. Após fazer o registro, convidou para fazer uso da palavra e para conduzir os trabalhos da audiência pública o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes citados pelo protocolo. Informou que, atendendo solicitação do Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, iria presidir aquela audiência pública a fim de ouvir as demandas dos Municípios da região para o Plano Plurianual e para o Orçamento de 2016. Desse modo, teriam duas tarefas naquela manhã, pois, mesmo que as Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda já tivessem feito levantamento das prioridades da região, os Deputados e os demais presentes tinham a responsabilidade de aprovar o Orçamento e o Plano Plurianual em 2015. Acrescentou que estavam fazendo um roteiro de 32 audiências públicas, que aquela era a sétima audiência daquela semana e que foram iniciadas na última segunda-feira, em Itapiranga, a fim de haver a escolha de três prioridades da região para o Orçamento 2015/2016 e a escolha das doze prioridades para o Plano Plurianual 2016/2019. A seguir, explicou como se desenvolveria a reunião, sendo a primeira etapa uma saudação dos componentes da mesa e a segunda etapa os trabalhos técnicos da coordenação do Orçamento, liderado pelo ex-Deputado Dóia Guglielmi. De maneira breve, saudou todos os citados pelo protocolo e disse que discutir o Orçamento era uma tarefa complexa devido às grandes demandas do Estado nas áreas de infraestrutura, de políticas públicas e sociais, de segurança, de saúde, de educação e em outras áreas, assim como precisavam debater o papel que exerciam as empresas públicas, como a Cidasc, a Epagri, a Casan, a Celesc, e fortalecer a Defensoria Pública. Ainda disse que, como o Orçamento era pequeno, a sociedade também precisava ajudá-los a refletir sobre como incrementar a arrecadação de recursos, combatendo a sonegação fiscal, discutindo a renúncia fiscal e outros temas. Esclareceu que, quando a Assembleia Legislativa tomava a decisão de ouvir a comunidade, estavam assumindo o compromisso de respeitar, na aprovação do Orçamento, as prioridades definidas pelas regiões e abrindo mão de propor emendas ao Orçamento. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa iniciando pelo **Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes; realçou, de forma objetiva, estarem vivendo um momento estratégico importante com a realização daquelas audiências públicas por todo o Estado; e disse que era um momento diferenciado porque seriam as lideranças locais que iriam apontar as principais demandas da população. Destacando que,



mais uma vez, o Parlamento catarinense estava presente fazendo a interlocução entre a comunidade local e o Governo do Estado, ponderou que os Deputados poderiam apontar uma série de necessidades importantes para a região, mas os Parlamentares queriam ouvir os presentes, pois eles conviviam com aquela realidade no dia a dia –, e os Deputados contribuiriam para a execução do que fosse priorizado no Orçamento. A seguir, observou que houve avanços na questão de investimentos por parte dos governos nos últimos anos, mas que o objetivo de todos era atingir 100% de execução das ações elencadas como prioridades das Regionais. Frisou que com a mudança do Orçamento para impositivo acreditava que seria executado tudo aquilo que fosse prioridade para as diferentes regiões do Estado. Finalizando, agradeceu a oportunidade de se manifestar e desejou um bom trabalho a todos, com discernimento para apontarem o que fosse mais importante para a região. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou os componentes da mesa e os demais presentes. De forma breve, relatou ter viajado mais de 800 quilômetros para estar ali, saindo de Criciúma, e disse que estava em seu quinto mandato consecutivo de Deputado Estadual. Confessou que no início do processo em alguns momentos não teve expectativa de que o Orçamento pudesse vingar, até pelo descaso dos governos que se sucederam, porém estava sentindo, de dez anos para cá, uma expectativa extremamente favorável porque o governo estava respeitando as decisões consentidas nos Orçamentos Regionalizados. Lembrando que em 2001, no seu primeiro mandato, a arrecadação do Estado estava em uma média de R\$ 167 milhões e que passados todos aqueles anos a arrecadação chegava à casa de R\$ 1.8 bilhões, disse que falavam em um Orçamento de aproximadamente R\$ 24 bilhões para 2016, o que era muito recurso, mas que as demandas eram maiores do que a disponibilidade do governo para investir. Acrescentando, registrou ser aquele um momento singular e terem sido executadas em algumas regiões mais de 64% das obras elencadas no Orçamento e em outras, um pouco mais de 20%, perfazendo a média de 46% de execução das obras do Orçamento Regionalizado. Ressaltou que o Orçamento estava acontecendo de forma positiva, que o objetivo era alcançar a marca dos 100% de execução das ações, e que com as emendas impositivas ao Orçamento Regionalizado, as quais deveriam ser regulamentadas pela Comissão de Finanças e Tributação, o poder de convencimento para isso seria ainda maior. Encerrando, desejou boa reunião a todos, com encaminhamentos práticos e objetivos, sem falsas perspectivas, para que se pudesse escolher, dentre as doze prioridades elencadas, as três prioridades para 2016. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra à **Deputada Estadual Luciane Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos os participantes daquela reunião, nominou importantes lideranças presentes na audiência e observou que estavam tratando de um valor do Orçamento na ordem de R\$ 25 bilhões para o ano de 2016 e que decidiriam sobre um quarto daquele valor de R\$ 25 bilhões, mas que era ainda pouco. Acrescentando, afirmou que também precisavam discutir o grosso do Orçamento, independentemente de pertencer ao governo ou de ser oposição. Na sequência, informou que ao conferir a parte dos anexos da LDO constatou uma estimativa de R\$ 5 bilhões de renúncia fiscal e que ela não era contra a renúncia fiscal, porém havia todo um debate disso que deveria ser feito porque se estava falando de R\$ 5 bilhões, e eles estavam ali decidindo R\$ 220 milhões, R\$ 250 milhões – não que aquele valor não fosse importante. Acrescentou dizendo que isso era importante porque a história de construção das políticas públicas em Santa Catarina era um modelo concentrador dos equipamentos públicos, e o oeste estava sempre brigando para ser percebido. Perguntando o porquê daquilo, ela mesma respondeu que era preciso equilibrar o Estado, independentemente de região, e que todos os cidadãos tinham que ser valorizados. Prosseguindo, ressaltou que aquele modelo concentrador permitiu que o oeste ficasse muito aquém daquilo que necessitava; enfatizou que o debate era importante porque todas as regiões compareciam ao Orçamento Regionalizado para definir as suas prioridades; e frisou que os Deputados não votavam ali, mas eles iriam acolher o sentimento da região na hora do debate. Por fim, desejou um bom trabalho a todos e agradeceu a atenção dispensada a ela. Em seguida, fez uso da palavra o



Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação, que cumprimentou todos os presentes e disse que iria explicar o significado de PPA, pois em Palmitos havia sido questionado por uma senhora que não soube dizer Plurianual. Desse modo, explicou valer o Plano Plurianual por quatro anos, mas de dois em dois anos era feita uma revisão dele, e se a ação não estivesse no Plano Plurianual eles não conseguiriam garanti-la no Orçamento vigente. Continuando, informou que o Plano Plurianual estaria vencendo em 31 de dezembro de 2015 e que o Plano Plurianual que eles iriam debater passaria a valer a partir de 1º de janeiro de 2016, até 31 de dezembro de 2019. Ato contínuo, contou haver na reunião de Palmitos uma menina de seis anos no colo da mãe, acrescentando que ele tinha informado que aquilo que fosse decidido lá valeria até ela completar dez anos de idade, ou seja, era uma responsabilidade muito grande o que faziam naquela audiência. Afirmando que na opinião dele a briga ali seria bonita porque teriam que escolher 12 prioridades das 50 ações elencadas pela SDR daquela região, disse que aquele era um exercício de cidadania que estavam fazendo. Finalizando, desejou que Deus iluminasse a todos ao decidirem aquilo que valeria até 31 de dezembro de 2019, e agradeceu a oportunidade dada a ele. Prosseguindo a audiência pública, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Narcizo Parisotto, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas**, que, após os cumprimentos de praxe, disse que – como já havia falado em outras audiências – os Deputados consideravam aquelas audiências importantes, algo muito sério, pois todos que ali estavam representavam uma comunidade, um segmento da sociedade com responsabilidade e compromisso de lutar por algo que eles ainda não tinham, e que seria respaldado pelos Deputados na hora da votação na Assembleia Legislativa. Desse modo, acrescentou que os presentes estavam pensando cada um na sua cidade, na região que representavam e, ao retornarem aos seus Municípios, queriam voltar com algo positivo para a comunidade. A seguir, comentou estarem os 40 Deputados, na Assembleia Legislativa, empenhados em atender as demandas das regiões, mas ele não se contentava em saber que uma região havia sido atendida em 30%, em 15%, em 50%, porque aquele percentual não representava o anseio da população. Assim sendo, os Deputados lutariam com garra e determinação para que as obras fossem executadas, observando que era um sonhador, um visionário, e acreditava que com a união de todos chegariam a 100% das ações implementadas. Encerrou parabenizando os presentes que se deslocaram da sua região até ali para lutar por suas prioridades; afirmando que não faltaria empenho dos Deputados ali presentes para fazer com que o Executivo realizasse, quiçá, 100% das prioridades elencadas; e desejando aos presentes um feliz retorno aos seus Municípios. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alesc**, que iniciou a sua manifestação cumprimentando todos os componentes da mesa e os demais presentes, e adiantando que seria crítico nas suas palavras. Em seguida, confessou que até a noite anterior estava feliz com as reuniões do Orçamento Regionalizado devido à participação de todos os Municípios no circuito de discussões; e informou que haviam começado em Itapiranga, na segunda-feira, e até a noite anterior, em Palmitos, todos os eventos tiveram a casa cheia e uma discussão amadurecida. Afirmando que circulava por todos os Municípios da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó, e que, na grande maioria dos Municípios, o pessoal dizia que quando havia algum recurso do Governo do Estado ia tudo para Chapecó, observou que quando o povo tinha a oportunidade de discutir os investimentos para as regiões ele não aparecia para o debate. Ponderou que mais de 60% do que estava posto no Orçamento, através das audiências do Orçamento Regionalizado, o governo estava cumprindo, sendo que atualmente existia um fator novo, o projeto de emenda constitucional que haviam votado no ano anterior e que iria impor ao Governo o cumprimento de no mínimo 1% naquilo que fosse escolhido como prioridade das regiões. Frisou que isso não era pouca coisa, pois o Orçamento do Estado chegava perto de R\$ 25 bilhões ao ano; que, descontando as autarquias, a Celesc, sobrava perto de R\$ 14 bilhões; e que destes era tirado 1% para ser investido na região. Assim sendo, disse que era importante a participação do povo na discussão e na escolha das prioridades. Informando que no dia anterior, em



São Lourenço, a Regional de Quilombo tinha levado 173 pessoas para participarem da discussão e que havia sido um debate acalorado, acrescentou que Quilombo saiu de lá com a sua meta atingida, pois eles elegeram aquilo que desejavam que fosse investido na região, e que aquela era a importância da discussão do Orçamento Regionalizado. Dito isso, parabenizou os que estavam ali para discutir e escolher as prioridades da região, através daquele modelo democrático e amadurecido que precisava avançar cada vez mais, e finalizou desejando bom trabalho a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Aleesc**, que, após os cumprimentos de praxe, homenageou o ex-Deputado Dóia, que não havia conseguido se eleger por questões de cálculo de cotação, mas tinha feito 41 mil votos, ou seja, mais votos do que seis dos Deputados que estavam à mesa, e afirmou que ele estava fazendo um excelente trabalho, independentemente do cargo de Deputado. A seguir, disse que o mecanismo do Orçamento Regionalizado era importante porque dava oportunidade de a comunidade escolher as prioridades para a região, e que o Orçamento Regionalizado estava quase morrendo no final de 2010, 2011, mas alguns Deputados resolveram insistir com aquele mecanismo – grupo no qual ele se incluía – e atualmente era uma unanimidade entre os 40 Deputados, tanto que ganhou força e já tinha emenda constitucional para que o Orçamento Regionalizado fosse impositivo. Além do que aquela era uma oportunidade dos Deputados acompanharem as discussões e a escolha das ações para a Regional, e, depois, na hora da votação na Assembleia os Deputados defenderiam aquilo que fosse escolhido para a região. Finalizou desejando uma boa reunião a todos. Ato contínuo fez uso da palavra o **Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Aleesc**, que cumprimentou todos os presentes e registrou a importância do trabalho que os servidores da Assembleia Legislativa estavam realizando em todas as audiências que estavam acontecendo no Estado. Registrou, ainda, a sua alegria pela discussão do PPA ter começado no oeste de Santa Catarina, pois havia sido muito esclarecedor o que significava o PPA e a importância do 1%, dos R\$ 25 bilhões, ser impositivo, resultando em R\$ 240 milhões a serem distribuídos nas regiões de Santa Catarina. Dito isso, comentou estarem vivendo um momento rico na região de Chapecó ao debaterem as muitas prioridades regionais, tais como a questão de custeio e investimentos na saúde; dos centros de referência para o tratamento da dependência química, que era o mal do século; da revitalização das escolas da rede estadual; do turismo; da inovação tecnológica, pois em Santa Catarina eram 13 centros tecnológicos e precisavam de parcerias junto ao governo federal para criar o centro tecnológico de Chapecó, observando que o futuro passava pela questão da inovação tecnológica; da geração de emprego e renda; da revitalização das SCs; da segurança pública; do contorno viário leste, para diminuir o fluxo na cidade; e de saneamento, de mais investimento na Casan. Dizendo que estava estreando na Assembleia com muita energia e sentimento público de lutar pelo povo do oeste de Santa Catarina, agradeceu a oportunidade de se manifestar e, por fim, acrescentou que esperava que tirassem bons encaminhamentos para o PPA dos próximos quatro anos. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que era uma alegria muito grande estar naquele ambiente universitário onde por muitos anos havia lecionado Direito e que aquele era um ambiente de crescimento das pessoas. Disse, ainda, que a representatividade dos Municípios que estavam ali era forte, através das suas lideranças, e corroborou as palavras do Deputado Kennedy de que a população elegia os seus representantes para que eles a representassem com responsabilidade. Desse modo, informou que com responsabilidade conseguiram o Hospital Regional de Chapecó e outros avanços para o oeste do Estado, e que atualmente o Governo estava investindo quase R\$ 50 milhões no Hospital. Informou, também, que em São Miguel do Oeste havia sido aprovada no Orçamento a oncologia para o Hospital de São Miguel, pois Chapecó atendia 1.900 casos de câncer do oeste catarinense, quando a Organização Mundial da Saúde dizia que o recomendável era um centro de oncologia atender até 900 pessoas, e que, com a criação do centro de oncologia São Miguel do Oeste poderia atender 900 casos de câncer. Encerrando a sua manifestação, observou que



tudo o que fosse posto no Orçamento era importante e que se eles estavam ali era porque queriam mudar a situação existente; frisou que os Deputados que estavam ali entendiam que era importante participar daquele momento brigando pelas questões da região; e desejou uma boa reunião a todos. Ato contínuo fez uso da palavra o **senhor Luciano José Buligon, Vice-Prefeito de Chapecó**, que, em nome do Prefeito José Cláudio Caramori e dos demais Prefeitos da região, cumprimentou os presentes. Dirigindo-se à senhora Cida, disse que estava relembrando o ano de 2008, quando ocupava o cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional e foi aprovada a participação do Estado no Hospital Regional. Disse, ainda, que então fizeram uma reunião para que aquilo fosse cravado no Orçamento Regionalizado, promovido pela Assembleia, e que aquela ideia cresceu e chegou àquela obra que deveria ser inaugurada em breve, atendendo o sudoeste do Paraná e o noroeste do Rio Grande do Sul. Em seguida, afirmou que era um cidadão que acreditava na capilaridade que a Assembleia podia trazer para aquela região que era a mais longínqua da Capital, e que quando o Governo trazia o calor dos seus recursos eles se sentiam muito bem. Dito isso, ressaltou que estavam indo muito bem com relação ao governo do Estado, tanto que naquele dia, às 16h, o Governador iria atendê-los para um projeto, um *case*, partindo da região – não só de Chapecó –, que poderia tomar vulto estadual. Lembrando as palavras da Deputada Luciane quando disse que o Orçamento do Estado em 2006 era R\$ 5 bilhões e meio e que atualmente era R\$ 24 bilhões, avaliou ocorrer isso porque o Estado de Santa Catarina estava indo muito bem em uma política acertada e, acima de tudo, em um *case* de desenvolvimento regional nunca visto no País. A seguir, ressaltou que Santa Catarina era um mosaico, com a participação de cada uma das regiões naquele desenvolvimento grandioso, e que era referência por ser a 5ª ou a 6ª economia do País. Finalizando, agradeceu a oportunidade de se manifestar e observou que, apesar de não haver um grande número de pessoas, era um grande número de representantes, informando que a senhora Leila Janine Antonini de Souza, Secretária Municipal de Articulação Institucional de Chapecó, acompanharia a audiência até o seu final. Ato contínuo fez uso da palavra o **senhor Américo do Nascimento Junior, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó**, que, após os cumprimentos de praxe, comentou não poder deixar registrar, em nome do Governador Raimundo Colombo, a importância da sinergia das instituições. A seguir, informou que há menos de doze dias debateram o PPA da SDR de Chapecó e encaminharam as prioridades para o governo do Estado; que, passados dez dias, ele via ali quase 30% dos Deputados da Assembleia Legislativa em Chapecó, brincando que no oeste as conversas iam ecoando e nas Regionais onde tiveram audiências já foram passando às comunidades a presença maciça dos Deputados Estaduais nas reuniões, aos quais agradeceu a atenção dispensada à região. Continuando, enalteceu a representatividade naquele evento e acrescentou que na discussão do PPA tinham feito dois módulos; que fizeram num módulo dois grupos, um em que separaram por setor – saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento econômico, energia – e outro com os grupos temáticos que debateram as prioridades daqueles setores; e que no segundo módulo estavam todos os componentes de todos os grupos que validaram as reais prioridades da região. Assim sendo, tinha certeza que, após iniciarem os trabalhos, eles teriam uma reunião rápida, positiva e pró-ativa devido à organização das prioridades que seriam eleitas. Encerrou agradecendo a oportunidade de se manifestar. Na sequência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, agradeceu à Universidade por sempre acolher a Assembleia para discutir o Orçamento, e, dando continuidade à audiência pública, concedeu a palavra ao **senhor Odilon Luiz Poli, magnífico Reitor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)**, que saudou os presentes e disse que era uma honra ceder aquele espaço para debater o Orçamento, que significava discutir as reivindicações sobre o desenvolvimento da região. Dito isso, acrescentou que eles, na condição de universidades comunitárias, tinham preocupação com o desenvolvimento de modo prioritário, explicando ter vindo de uma reunião de Secretários de Educação que estavam pensando o desenvolvimento da educação regional. A seguir, afirmou que eles se solidarizavam com o esforço de bem direcionar os recursos do Estado; que se colocavam como parceiros, de modo muito singelo,



cedendo aquele espaço; e que queriam participar daquilo para que o Estado de Santa Catarina e a região oeste se desenvolvessem muito bem. Finalizou agradecendo a oportunidade de poder se manifestar. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, reiterou os agradecimentos feitos pela cedência do espaço e também agradeceu aos servidores da Alesc que estavam colaborando com aqueles eventos e prestando um grande serviço ao povo catarinense. Informando que estavam concluídas as manifestações da mesa, passou a palavra ao senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, para conduzir a parte técnica do Orçamento Regionalizado. Na sequência, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e registrou a presença do Deputado Estadual João Amin. Em seguida, disse que era uma satisfação estar participando, juntamente com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Informando que, naquela etapa dos trabalhos, passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda, acrescentou que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três ações para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar naquela discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente, explicou o significado do PPA e de que forma o seu processo de construção teve início, afirmando que 2015 era o último ano do PPA vigente, que começou em 2012, e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Em seguida, ressaltou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constavam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que, como a base do PPA era resolver problemas, no mês de maio a Secretaria da Fazenda realizou eventos regionais, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, para que a sociedade civil organizada formulasse as principais dificuldades da região. Frisou que a Secretaria da Fazenda, juntamente com órgãos setoriais como a Saúde, a Educação, a Segurança Pública e outros, analisou os problemas existentes e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento tanto à Regional de Seara quanto à Regional de Concórdia. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil e pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada. Por fim, disse que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição de todos para balizar aquela discussão ou até mesmo para minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** informou que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e com os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho reuniram-se para escolher as ações prioritárias para a SDR de Chapecó.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)**, assumiu a terceira etapa dos trabalhos e pôs em votação as prioridades elencadas pela plenária, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, relatou as doze prioridades aprovadas para o PPA 2016/2019.

1	Ampliação do Hospital Regional do Oeste (HRO) e construção de passarela ligando a ala nova à antiga – SDR Chapecó.
2	Adequação e melhorias do aeroporto de Chapecó – SDR Chapecó.
3	Aumento do efetivo da Segurança Pública, da Cidasc e da Epagri – SDR Chapecó.
4	Implantação ou adaptação de centro de referência



	atendimento/diagnóstico/terapia – SDR Chapecó.
5	Reabilitação/aumento da capacidade da SC-283, trecho Chapecó/Planalto Alegre/Águas de Chapecó/Palmitos – SDR Chapecó.
6	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR Chapecó.
7	Manutenção do hospital regional Lenoir Vargas Ferreira – SDR Chapecó.
8	Construção do contorno viário leste – SDR Chapecó.
9	Pavimentação da SC-484, trecho Caxambu do Sul/Guatambu – SDR Chapecó.
10	Política de fomento à agricultura e à produção de alimento orgânico – SDR Chapecó.
11	Construção de nova subestação de recepção e distribuição de energia – SDR Chapecó.
12	Melhorias nas redes de energia elétrica rural com cabeamento protegido em toda a extensão rural nos Municípios – SDR Chapecó.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Chapecó para a LOA 2016:

1	Ampliação do Hospital Regional do Oeste (HRO) e construção de passarela ligando a ala nova à antiga – SDR Chapecó.
2	Adequação e melhorias do aeroporto de Chapecó – SDR Chapecó.
3	Aumento do efetivo da Segurança Pública, da Cidasc e da Epagri – SDR Chapecó.

Na sequência, anunciou os conselheiros escolhidos para Chapecó: como titular, a senhora Adriana Trevisan; e como suplente, o senhor Alceu Mazzioni. Após o registro dos conselheiros, passou a palavra ao senhor Presidente para este finalizar a audiência. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, agradeceu a participação de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Revisão: Denise V. Silva]

DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **XANXERÊ**

Data: 24/06/15

Horário: 14h30min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua Rui Barbosa, 238
Centro
Xanxerê

CONSELHEIROS: *Titular: Ivan Marques - Secretário*

Suplente: Clarice Rodigheri Schneider – Vereadora – Bom Jesus

Total de participantes: 90





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - XANXERÊ

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

01	Falta de pavimentação asfáltica na SC-350 que liga Abelardo Luz a Passos Maia
02	Falta de pavimentação o que dificulta o escoamento da produção na SC-154 que liga o Trevo de Vargeão a Ipumirim.
03	Investimentos no Hospital Regional São Paulo, no município de Xanxerê.
04	Construção da Sede Própria da 5ª Gersa em Xanxerê com doação do terreno por parte do Município ou Estado.
05	Falta de um batalhão que atenda a Regional de Xanxerê
06	Falta de espaço físico no Presídio Regional de Xanxerê
07	Falta de equipamentos para o monitoramento de clima e equipamentos de recuperação de solo.
08	Revitalização de trevos, acostamentos e inclusão de perimetrais nas laterais da Rua 27 de fevereiro e na SC-480.
09	Falta de reforma, ampliação e acessibilidade nas escolas da Regional.
10	Abastecimento e construção de sistema de água nas propriedades rurais em períodos de estiagem.
11	Construção da Policlínica de Referência para atender a Média e a Alta Complexidade dos 21 municípios da Regional de Saúde de Xanxerê. Além disso, dispor de serviço especializado em ortopedia e urologia.
12	Falta de sede própria para as Delegacias de Polícia Civil nos municípios de Xaxim, Vargeão, Entre Rios, Marema.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - XANXERÊ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Falta de pavimentação asfáltica na SC-350 que liga Abelardo Luz a Passos Maia
2	Falta de pavimentação o que dificulta o escoamento da produção na SC-154 que liga o Trevo de Vargeão a Ipumirim.
3	Investimentos no Hospital Regional São Paulo, no município de Xanxerê.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: XANXERÊ

90 participantes

Municípios: Xanxerê, Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacú, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Domingo [assinatura]	Xaxerê
02	Guilherme Moura dos Santos	Fpolis/SEF
03	NEOLDO SARETTA	Dep. Estadual.
04	Syroneo Rigio	Flonominópolis
05	Claudemir Basquina	Faxinal dos Guedes
06	Rodrygo de Oliveira	Faxinal dos Guedes
07	LUIZ CARLOS CHARINOTTO	AB. Luz
08	Antônio [assinatura]	
09	[assinatura]	A.B. Luz
10	Rosimari R. de Oliveira	SEF/Fpolis
11	Gláucia José Bóclio de Faria	
12	José Tenório	Xaxerê
13	MILBENTO CERUHI	SEF. Fpolis
14	Luís Pedro Baldissin	Ouricuru
15	Christon Fogliari	Blumense
16	Oliver Costello	P. Serrada
17	Parcelino Montenegro	Fax. dos Guedes
18	Sergio Luiz Muntz	AB. Luz
19	Odair de Lencastre	AB. Luz
20	IVONE SIRIVO	Xanxerê
21	ANA ACÁLIA SIRIVO	Xanxerê
22	Antônio Luiz B. L. de Castro	Xanxerê
23	Laudemir Sprigo	Fax. Guedes



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: XANXERÊ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	VALMOR FIAMETTI	Flores do Sul
25	Eronides Paul Peiro	Lajeado Grande
26	gilete v. de silva	Ab. Bay
27	Carolina Debion de Jesus	XXÊ
28	Genesio Teó	XXÊ.
29	Cislei Menegolla	XXÊ
30	Oscar Mastarello	XXÊ
31	Wanderley de há	Fornal das Pedras
32	Flávia A. Cadame	FAZENDAS.
33	Fernando Pilatti	Fazenda dos Guadalupe
34	Zhanet Anzchov	chapeco
35	Derli de Rocha	Junco
36	CARLOS LAZZARETTI	Foz de Itaipua
37	JUAN MANGU	ITAPUA
38	Clarice Podighini Schneider	[Signature]
39	ANTONIO JOSÉ TEDESCO	[Signature]
40	Francinele Silve	Itapua
41	Rodinaldo Luiz de Oliveira	[Signature]
42	JORGE WELTER	VALESC
43	Judeide Clara	Jorja
44	Heitor V.S. Brinkmann	Fpolis
45	Felicio S. Posicio	Felicio Posicio - Morema
46	MARCO DE NAZARI	[Signature]
47	JADER ADRIEL ZUKELI	[Signature]
48	Simpio Z. Schaffer	[Signature]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: XANXERÊ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	fonquina m. monego	xaxé
50	George Damonski Guss	Xaxé
51	José Leonir Co da	Xaxé
52	Miguel Chaves	Abelardo Luz
53	Odete Pavan	Atalaia - Xaxé
54	Uldesmael Cordeiro	Chapico
55	PAULO BARDI	Xaxé CASAN
56	Custiano Fersti	Xaxerê
57	Norma Maria	Xaxerê
58	SANDRO FERRARO	S. DEOS
59	Ana Claudia de Luz	São Domingos
60	Jean Bemos	Xaxerê
61	João Amiri	FROLIS
62	Francine Rinaldi	Xaxé
63	Jandro Luiz Favem	GRANIS
64	OSVALDO ALVES	Xaxerê
65	Paulo C. Solner	Xaxerê
66	Ducivônia Doluste	Xaxerê
67	Kelson Martins dos Santos	Xaxerê
68	MAURICIO ESTRELA	DEPOITADO
69	Francoise E. Andrade	Xaxé
70	Rodrigo Viçosa	Xaxerê
71	Calaz E. de Souza mes	Xaxerê
72	Felipe Treppini	Xaxerê
73	Ormar Moura	CHAPICO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: XANXERÊ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Wilson Mantovani	74
75	Rafael Cortellini	Xanxerê
76	Valei Giomull	P. Maria
77	Eduardo Coppini	P. Denada
78	DAVAN SCHÜTZ	C. PORÃ
79	Carlos Poletto	XERÊ
80	Ademir Gasparini	XERÊ
81	Rodrigo Vielas	Polis - Sleso
82	ADENILSO BIASIS	XANXERÊ
83	Celso José Rivas	XANXERÊ
84	Sr. Neusa L. Luiz	Xanxerê
85	Isaete J. ORESO	Vaxim
86	Francisco Soares	Vaxim
87	FRANCISCO JOSÉ FONTANA	Jupi
88	Rafael Sampa	Rafael Sampa
89	Valmir Vanzelli	XANXERÊ
90	Rose Mary Sara	XANXERÊ
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE XANXERÊ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ
EM 24 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H30MIN

Aos 24 dias do mês de junho de 2015, às 14h30min, no auditório da Câmara Municipal de Xanxerê, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Xanxerê e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a oitava audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual João Amin; o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Eduardo Coppini, Prefeito do Município de Ponte Serrada; Gelson Saibo, Vice-Prefeito do Município de Xanxerê; Otílio da Câmara, Presidente da Câmara de Vereadores e Prefeito em exercício do Município de Abelardo Luz; Olívio Cortellini, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Ponte Serrada; Flademir Cadore, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Faxinal dos Guedes; Sandro Figueiró, Vice-Prefeito do Município de São Domingos; Fernando Callfass, Vereador do Município de Xanxerê e Delegado de Polícia da Comarca de Xaxim; Nelsi Giombelli, Vereador do Município de Passos Maia; Laudemir Sprícigo, Vereador do Município de Faxinal dos Guedes; Cirlei Menegolla, Vereadora do Município de Xanxerê; Cristian Cagliari, Vereador do Município de Ponte Serrada; Darcelino Montieri, Vereador do Município de Faxinal dos Guedes; Osvadir Alves, Secretário de Saúde do Município de Passos Maia; Fábio Pasini, Secretário de Agricultura do Município de Marema; Leandro de Prá, Secretário de Agricultura do Município de Faxinal dos Guedes; Ivone Sirino, Vereadora do Município de Xanxerê; Sérgio Luiz Muniz, Secretário de Administração do Município de Abelardo Luz; Antônio Luiz Barreto Lins de Castro, Defensor Público da Comarca de Xanxerê; Sidinei Mesnerovicz, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Dirceu Dresch; Adir Natalino Bertuzzi,



gerente da Epagri de Xanxerê; Valmor Fiametti, gerente administrativo, representando o Secretário de Estado da Agricultura e Pesca, Moacir Sopelsa; Jorge Welter, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; Carlos Lazzaretti, chefe de gabinete, representando o Deputado Estadual Valmir Comin; Jonas Lemos, secretário parlamentar, representando o Deputado Federal Pedro Uczai; Genésio Téó, presidente da Fundação Unoesc e Vice-Reitor da Unoesc; Fábio Lunkes, diretor do Hospital Regional São Paulo; Jean Carlos Lemos, representando a Deputada Estadual Luciane Carminatti; Adenilso Biasus, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xanxerê; Flávio Filappi, Vereador do Município de Xanxerê; Paulo Cesar Salum, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Fernando Pilatti, diretor de Serviços Urbanos da Prefeitura do Município de Faxinal dos Guedes. Após o registro, convidou a fazer uso da palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Alesc, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, iniciou a audiência pública convidando para fazer parte da mesa a Vereadora Clarice Scheineder, do Município de Bom Jesus, para melhor representar as mulheres da região. Reiterou que aquela audiência pública tinha o intuito de cumprir o dispositivo constitucional de escolher as doze ações a serem incluídas no PPA para o quadriênio 2016/2019, além de escolher três ações do PPA a serem incluídas no Orçamento do Estado no próximo ano. Explicou como seria o andamento daquela audiência e passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que disse ser aquela uma grande oportunidade para que fossem definidas as obras prioritárias da região. Afirmou que todos os Deputados defendiam a execução das obras do OER de maneira igualitária, que não havia divisão partidária dentro da Alesc quando se tratava da execução das principais reivindicações do Estado, lembrando que o Orçamento Regionalizado é um dispositivo democrático que visa o bem comum da população. Disse, ainda, que se uma das prioridades não estiver no PPA, os Deputados da Alesc haviam firmado um compromisso de incluir e aprovar essa proposta na Comissão de Finanças, por emenda do próprio Relator. Desejou boa sorte a todos e parabenizou os que vieram escolher as obras prioritárias para a região de Xanxerê naquela tarde. Ato contínuo, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc**, que disse que, por ser jornalista, gostava de explicar mais detalhadamente as coisas, comentando que em algumas audiências do OER nos anos anteriores percebera que muitos cidadãos não sabiam o que era o Plano Plurianual, enaltecendo ser importante que todos compreendessem como funcionavam os mecanismos do Estado. Afirmou que aquela audiência era um momento especial, pois escolheria as prioridades para o quadriênio 2016/2019, e que as doze prioridades que seriam escolhidas naquele momento se refletiriam pelos próximos quatro anos nas obras realizadas nas cidades da região. Ressaltou que obra que não estivesse descrita no PPA não poderia entrar no Orçamento do ano, pois uma coisa estava ligada à outra, pedindo que todos tivessem sapiência para escolher as obras mais importantes para aquela região. Em seguida, falou o **senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que afirmou ser este um dos mais importantes momentos de discussão do Orçamento do Estado, porque as lideranças das regiões se reuniam, discutiam e apontavam as doze prioridades que norteariam os próximos quatro anos do planejamento orçamentário de Santa Catarina. Disse que depositava uma confiança muito grande nas escolhas feitas pelos moradores da região porque somente eles conheciam as angústias, os problemas e as coisas boas que aconteciam nas suas comunidades. Informou que os Parlamentares estavam ali para acolher as escolhas da população e posteriormente fazer o devido encaminhamento delas para serem contempladas no PPA e no Orçamento do Estado. Logo após, falou o **senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa**, que afirmou ser aquele era um momento rico e importante, salientando a questão de o PPA ser



impositivo, 1% sobre o orçamento de Santa Catarina, o que geraria cerca de R\$ 245 milhões para serem aplicados de acordo com as prioridades elencadas. Destacou a importância do debate entre todos os segmentos da sociedade no sentido de serem definidas as prioridades de todas as regiões e que elas deveriam ser vocacionadas às questões regionais. Citou áreas que deveriam ser prioritárias, como segurança pública, custeio das estruturas da saúde, inovação tecnológica no Estado, saneamento, lembrando que, entre outros problemas existentes no Estado de Santa Catarina, aquela região sofria muito nos períodos de estiagem. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, registrou a presença do senhor Idair Antonio Orso, Prefeito do Município de Xaxim; Rafael Calza, Prefeito em exercício do Município de Bom Jesus; Ideraldo Sorgato, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xaxim; Fabio Moschetta, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Município de Xanxerê. Dando seguimento à reunião, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alesc**, que avaliou ser o Orçamento Regionalizado uma ferramenta muito importante, pois contava com a participação efetiva da população para a discussão e posterior escolha das prioridades da região, e disse ter ficado entristecido pela participação ínfima da população dos Municípios do entorno de Chapecó na audiência do OER lá realizada, comentando que depois muitos reclamavam da falta de investimentos quando aquele era o momento de reivindicar investimentos por parte do governo. Disse que não eram poucos os recursos que seriam disponibilizados e que muito em breve o Orçamento passaria a ser impositivo, sendo 1% do Orçamento geral do Estado para investir nas regiões mais distantes da Capital. Comentando que muitos desacreditavam no OER porque as prioridades escolhidas não eram executadas, afirmou que relatos recentes de Secretários Regionais davam conta de que o governo vinha executando cerca de 60% das prioridades eleitas, o que fazia valer o esforço das pessoas ali presentes. Em seguida, falou o **senhor Deputado Estadual Mauricio Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc**, que disse que por ter sido Vereador por oito anos conhecia aquela luta, afirmando que os Vereadores eram os para-choques por estarem mais próximos da população. Salientou que embora o auditório na Câmara não estivesse lotado naquele momento, havia uma representatividade significativa nas pessoas que estavam ali, pois todos estavam representando as suas comunidades, assumindo a responsabilidade no lugar de milhares pessoas no processo de escolha das prioridades do Orçamento estadual. Disse que a maioria das obras escolhidas nos anos anteriores haviam sido realizadas, citando que o hospital recebera recursos e que as rodovias receberam investimentos, principalmente por terem sido incluídos no OER. Afirmou que os Deputados estavam presentes na audiência por espontânea vontade, pois tinham compromisso com a região e queriam participar daquele processo. Ato contínuo, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual João Amin, membro da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc**, que disse que dos Municípios da região que haviam sido recentemente atingidos pelos desastres naturais, Xanxerê fora o que sofrera o susto maior, mas que com a ajuda da população e das autoridades locais, tudo seria resolvido e a cidade reverteria a situação. Pediu que os representantes da comunidade que iriam fazer as escolhas importantes para o PPA tivessem a responsabilidade de se comprometer com o futuro da região, prometendo que os Deputados Estaduais cobrariam do governo do Estado que as prioridades escolhidas se tornassem realidade. Por fim, agradeceu à população da região a participação naquela audiência. Fazendo uso da palavra, o **senhor Ivan Marques, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê**, informou que a Secretaria Regional de Xanxerê vinha há algum tempo se reunindo no intuito de buscar alternativas e os melhores caminhos e apontamentos para serem discutidos naquela reunião do OER. Comentou que tinha consigo uma análise dos resultados das escolhas do PPA do ano anterior e o que realmente havia sido resolvido pelo governo do Estado, havendo um balanço que demonstraria a importância daquelas ações. Em seguida, a palavra foi concedida ao **senhor Ademir Gasparini, Prefeito do Município de Xanxerê**, que comentou que a presença de vários Deputados naquela reunião



mostrava o prestígio de Xanxerê perante a Assembleia Legislativa, ressaltando ser aquele um dia muito importante para a região. Disse que as doze prioridades da Regional já haviam sido escolhidas, afirmando que de nada adiantariam aquelas escolhas se elas não fossem incluídas no PPA do próximo quadriênio. Informou que as escolhas compreendiam praticamente todas as áreas da administração pública, o que justificava a importante presença das pessoas naquela reunião, avaliando que embora a quantidade fosse pouca, havia muita qualidade e muita representatividade da região. **O senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, agradeceu aos Vereadores da Câmara Municipal de Xanxerê a cessão do auditório e passou a palavra ao **senhor Vereador Wilson Martins dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Xanxerê**, que disse ser naquele tipo de evento que a comunidade poderia dizer aquilo que queria ver priorizado, executado pelo Estado, dando ainda o aval ao projeto que seria trabalhado pela Comissão. Destacou o trabalho valoroso do Secretário Regional Ivan Marques, que fazia a ligação dos Municípios com o governo do Estado, desejou uma boa tarde de trabalho e sucesso à Comissão. Em seguida, falou o **senhor Oscar Martarello, presidente da Associação Empresarial de Xanxerê (Acix)**, que parabenizou todos pelo trabalho, lembrando que Xanxerê era a terra do tornado. Disse que os trabalhos de recuperação da cidade já estavam bem avançados e que o Município estava sendo reconstruído graças ao trabalho da comunidade e ao apoio de pessoas do Estado e de fora do Estado também. Informou que além das doze prioridades elencadas, estava sendo apresentado um ofício de mais de cinquenta empresários que estavam às margens da SC-480 e da Rua 27 de fevereiro, que empregavam mais de mil e cem funcionários, pedindo trevos, acostamentos e inclusão de perimetrais naquele local de acesso a Xanxerê, comentando que isso seria um possível cartão postal para o Município. Finalizando essa parte da audiência pública, falou a **senhora Vereadora Clarice Rodigheri Schneider, do Município de Bom Jesus**, que agradeceu aos servidores da SDR que ajudaram na elaboração daquele plano muito importante para a região, afirmando esperar que as prioridades pudessem ser elencadas naquela tarde. Pediu que as ações escolhidas fossem efetivamente realizadas durante os próximos quatro anos e salientou a importância daquela região para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Pediu também o empenho dos Deputados para a aprovação das propostas e para a realização delas. Ato contínuo, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa da audiência e desfez a mesa dos trabalhos para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, disse que era uma satisfação participar, junto com os Deputados Estaduais, das audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019, e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizara no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública e outros, analisou os problemas e propôs



soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Xanxerê. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada, e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Xanxerê.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, aprovadas pela Regional de Xanxerê:

01	Falta de pavimentação asfáltica na SC-350, que liga Abelardo Luz a Passos Maia
02	Falta de pavimentação asfáltica na SC-154, no trecho que liga o Trevo de Vargeão a Ipumirim, o que dificulta o escoamento da produção.
03	Investimentos no Hospital Regional São Paulo, no Município de Xanxerê.
04	Construção da Sede Própria da 5ª Gersa em Xanxerê com doação do terreno por parte do Município ou Estado.
05	Falta de um batalhão que atenda a Regional de Xanxerê
06	Falta de espaço físico no Presídio Regional de Xanxerê
07	Falta de equipamentos para o monitoramento de clima e equipamentos de recuperação de solo.
08	Revitalização de trevos, acostamentos e inclusão de perimetrais nas laterais da Rua 27 de Fevereiro e na SC-480.
09	Falta de reforma, ampliação e acessibilidade nas escolas da Regional.
10	Abastecimento e construção de cisterna de água nas propriedades rurais em períodos de estiagem.
11	Construção da Policlínica de Referência para atender a Média e a Alta Complexidade dos 21 Municípios da Regional de Saúde de Xanxerê. Além disso, dispor de serviço especializado em ortopedia e urologia.
12	Falta de sede própria para as Delegacias de Polícia Civil nos Municípios de Xaxim, Vargeão, Entre Rios, Marema.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Xanxerê:

01	Falta de pavimentação asfáltica na SC-350 que liga Abelardo Luz a Passos Maia
02	Falta de pavimentação asfáltica na SC-154, no trecho que liga o Trevo de Vargeão a Ipumirim, o que dificulta o escoamento da produção.



03	Investimentos no Hospital Regional São Paulo, no município de Xanxerê.
----	--

Em seguida, anunciou os conselheiros escolhidos para Xanxerê: como titular, o senhor Ivan Marques; e como suplente, a senhora Clarice Rodigheri Schneider. Após o registro das prioridades elencadas e nada mais havendo a tratar, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquógrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
Presidente

9ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regionais: **CONCÓRDIA E SEARA**

Data: 24/06/15

Horário: 18h30 min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Ass.Catarinense Criadores Suínos**
Rua do Comércio , 655
Centro
Concórdia

CONSELHEIRO CONCÓRDIA:

Titular: *Claudirlei Dorini-Prefeito*

SUPLENTE: JOÃO GIRARDI-PREFEITO

CONSELHEIRO SEARA:

TITULAR: *VALDIR ZANELLA-PREFEITO*

SUPLENTE: PEDRO BRINGHENTI VICE-PREFEITO

Total de participantes: Concórdia: 98

Seara: 18

Total: 116





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CONCÓRDIA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Reabilitação/aumento da capacidade SC-283, tr BR-153 - Concórdia/Seara/Chapecó/São Carlos/Palmitos/Mondaí – SDR de Concórdia
2	Construção do contorno viário de Lindóia do Sul – SDR de Concórdia
3	Pavimentação da SC-469 a SC-390 – Alto Bela Vista/Peritiba – SDR de Concórdia
4	Pavimentação do acesso à Barra Bonita/Alto São Pedro/Ipira – SDR de Concórdia
5	Pavimentação da estrada para Linha Pinhal a Presidente Castelo Branco – SDR de Concórdia
6	Reabilitação da SC 390 compreendendo o trecho Piratuba/Ipira/Peritiba até a BR-153 - SDR de Concórdia
7	Construção de silos – SDR de Concórdia
8	Construção de nova estação e melhoria dos equipamentos de abastecimento de água – SDR de Concórdia
9	Construção e manutenção de clínica de especialidades – SDR de Concórdia
10	Construção de sede do IML/IGP – SDR de Concórdia
11	Aquisição e manutenção de UTI Móvel – SDR de Concórdia
12	Recuperação/Revitalização da SC-135 do Município de Piratuba – SDR de Concórdia

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR- CONCÓRDIA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Construção de sede do IML/IGP – SDR de Concórdia
2	Aquisição e manutenção de UTI Móvel – SDR de Concórdia
3	Recuperação/Revitalização da SC-135 do Município de Piratuba – SDR de Concórdia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIAS PÚBLICA – 2013

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CONCÓRDIA**

Municípios: Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castelo Branco.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO ASSINATURA
01	TULIO TAURUS SILVA	Ffódis
02	ADENIR A. MARCON	Concórdia - SC
03	MARCIAVO COMADI	CDTA - SC
04	Nezi Saretta - Dep Est.	Concórdia - SC
05	GIOVANI RIBEIRO LOPES	PIRATUBA-SC
06	DJO WEGGER	PIRATUBA SC
07	MAURO VIVAR	Concórdia
08	Dulzy Marccon	Concórdia
09	Orlan Guiliani	Concórdia.
10	Adilson Fogaça	Ffódis
11	PEARO BRIGHEIPI	LINDÓIA DO SUL
12	Sando Luiz Favero	Ponte Serrada.
13	FRANÇO LADANINHO	Concórdia.
14	NEUMI SANTHIER	Concórdia
15	PAULO PASTORI	"
16	JOAO GIRARDI	Concórdia
17	ANTONIO JOSE BEGUIN	Concórdia.
18	Dine Pontes	Concórdia
19	Dejane Lazzaratti	Concórdia
20	Clarice Sulenta	Concórdia
21	MARINIS ADOME	CDTA.
22	Geni A. Saritta	CDTA
23	Roslene Fochesatto	Concórdia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIAS PÚBLICA – 2013

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CONCÓRDIA**

Municípios: Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO ASSINATURA
01	TULIO TAURAKI SULEZ	Ffodis
02	ADENIR A. MARCON	Condi - sc
03	MARCIAO COMADI	CDTA - SC
04	Nezi Saretta - Dep Est.	CA - SC
05	GIOVANI RIBEIRO LOTES	PIRATUBA SC
06	DJO WEGEN	PINZOBEL SC
07	MAURO VIVAR	Concórdia
08	Deryy Marcon	Concórdia
09	Arlan Guiliani	Concórdia
10	João Jorge	Flóris
11	PERO BRICHETTI	LINDÓIA DO SUL
12	Sandro Luiz Favero	Ponte Serrada
13	FRANÇO LADANARO	Concórdia
14	NEUMI SANHIER	Concórdia
15	PAULO PASTORI	"
16	JOAO GIRARDI	Concórdia
17	ANTONIO JOSE BEGON	Concórdia
18	Dirce Pontes	Concórdia
19	Dejane Lazzaratti	Concórdia
20	Cláudia Sulenta	Concórdia
21	MARCO ADAM	CDIA
22	Geni A. Saretta	CDIA
23	Roslene Fochescho	Conc



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIAS PÚBLICA – 2013

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CONCÓRDIA**

		1º Município
24	Comun. Gulian	Colia
25	Rodrigo Barros	Colia / Aic.
26	Rogério L. P. P. P. P.	Colia / SC
27	Paulo SIMIONI	CDIA
28	Rogério Luiz MANEY	CDIA
29	Buciano R. Fischer	Concórdia
30	Marcos Vinícius	/
31	Maria Inês	Concórdia
32	Marilene Grametti Stuan	Concórdia
33	Anderson Guzzatto - Concórdia	ASSESSOR MASSOCCO
34	Analu Alonço	Jornalista
35	NEIVA PIOLA	CONCÓRDIA
36	CARLOS R. GROSS	CONCÓRDIA
37	Luanda M. Sant'Ana	Concórdia
38	Valdomiro Tafarel	Concórdia
39	José Luiz	Concórdia
40	DEBS. MARIA FILHO	FPOUS
41	JANIO DE OLIVEIRA	CDIA
42	LUISINHO LAZZAROTTO	IPIRA
43	Rosane Kunen	Concórdia
44	Wagner de Souza	Concórdia
45	Antônio Litigara	Concórdia
46	Edson Michelon	Concórdia
47	Eds. - [Signature]	A.B. Vista
48	José [Signature]	A.B. Vista
49	Araceli Butel	Concórdia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIAS PÚBLICA – 2013

LISTA DE PRESENÇA SDR: **CONCÓRDIA**

50	Bruno A. M. Bilho	Concórdia
51	Nildo B. P.	Concórdia
52	Elisio Puffel	Piratuba
53	Mauro S. Mio	Concórdia
54	Wilson S. L.	Piratuba
55	Vereador Wilmar Lamoretto	Concórdia
56	Vereador Luiz G. Gomes	Piratuba
57	Desconhecido - Maurício Eijatto	Concórdia
58	ROBERTO K. PEREIRA - MUNIC	Concórdia
59	JOSÉ VALDOMIRO NICODÉM	Ipuaçu
60	José Admar Torzelli	Itaúna
61	José de Lima	Itaúna
62	Luiz Gomes	Itaúna
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SEARA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Reabilitação/Aumento da capacidade da SC-283, trecho BR-153/Concórdia/Seara/Chapecó - SDR de Seara
2	Pavimentação da SC-154, trecho Ipumirim - BR-282 - SDR de Seara.
3	Acesso às comunidades rurais SC-465 Arabutã até o distrito de Nova Estrela - SDR de Seara.
4	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR de Seara
5	Criar incentivo com recurso não vinculado, ao modelo FUNDAM, para investimentos na área de saúde - SDR de Seara
6	Ampliar a capacidade e a infraestrutura da rede elétrica no meio rural (trifásica) - SDR de Seara
7	Construção de centros multiuso nos Municípios de Seara e Lindóia do Sul - SDR de Seara
8	Construção de centro educacional regional – SDR de Seara
9	Implantar projetos e ações para o enfrentamento da estiagem na captação e reserva de água - SDR de Seara
10	Apoio às atividades esportivas e culturais nos Municípios de abrangência da SDR de Seara
11	Construção de sedes da APAE nos Municípios de Seara e Lindóia do Sul
12	Aquisição de ambulâncias para suporte aos Municípios da Regional de Seara.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SEARA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Reabilitação/Aumento da capacidade da SC-283, trecho BR-153/Concórdia/Seara/Chapecó - SDR de Seara
2	Pavimentação da SC-154, trecho Ipumirim - BR-282 - SDR de Seara
3	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR de Seara



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SEARA

Municípios: Seara, Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial e Xavantina.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Neogy SAPETA - Dep. Gibson	Seara
02	ANDREI TECCIO	Seara
03	Marcos Sotomaior	Seara
04	Valério Franchetti	Floriano
05	FREDY G. MUELLER	SEARA
06	Diego Benvenuti	Seara
07	Anderson Moron	Seara
08	PEPO PARIZOTTO	LINDÓIA DO SUL
09	PEPO BRINCHETTI	LINDÓIA DO SUL
10	JALDIR ZAMELLA	Ipumirim
11	Gilmar Berti	Ipumirim
12	Sergio Berti	Arvoredo
13	Osmar José Simon	Ipumirim
14	Felipe R. Belli	Seara
15	Sandra Luiz Favero	FLORIANO
16	Marcos S. Magneira	Seara
17	Alfeu Mustenberg	Arabutã
18	Garcia Rissio (Dep.)	LAGEADO
19		
20		
21		
22		
23		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE CONCÓRDIA E SEARA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2015, ÀS 18H30MIN

Aos 24 dias do mês de junho de 2015, às 18h30min, no auditório da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), em Concórdia, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Concórdia e de Seara e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades de cada Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a nona audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa e Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro; o senhor Fábio Luís Ferri, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) de Concórdia; o senhor João Girardi, Prefeito de Concórdia; o Vereador Renato Vortmann, Presidente da Câmara de Vereadores de Arabutã, representando os demais Vereadores presentes; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, fez o registro da presença da Vereadora Marli Buzelato, Presidente da Câmara de Vereadores de Piratuba; do senhor Ivair Rodrigues, Secretário Municipal de Administração de Piratuba; da senhora Cátia Tessmann Reichert, Prefeita de Alto Bela Vista; do senhor Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim; do senhor Claudirlei Dorini, Prefeito de Piratuba; do senhor Mauri Lenhardt, Vice-Prefeito de Piratuba; do senhor Wagner Luís Bee, gerente de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia; do senhor Andrei Tecchio, gerente de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara; da senhora Marise Fries, diretora-presidente da Companhia Hidromineral de Piratuba; do senhor Milton Rosset, gerente de Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de



Concórdia; do senhor Jorge Welter, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; do senhor Wolmir de Souza, assessor parlamentar, representando o Deputado Federal Valdir Colatto; do senhor Valmor Fiametti, gerente Administrativo-Financeiro do Programa SC Rural, representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca; do senhor José Saretta, diretor de Indústria e Comércio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Concórdia; do senhor Volnei César Magedanz, diretor Administrativo e Financeiro da Associação Empresarial de Concórdia; do senhor Gilmar Luiz Monticelli, superintendente da Fundação de Cultura de Concórdia; do senhor Marcelo Nogueira, Delegado Regional de Polícia do Município de Concórdia; do Vereador Osmar José Simon, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipumirim; do senhor Gilmar Biffi, Secretário Municipal de Administração de Ipumirim; do senhor Sérgio Luiz Bernardi, Vereador de Ipumirim; do senhor Ruimar Scortegagna, Secretário Municipal de Agricultura de Concórdia; da senhora Ivanete Potrich, Vereadora de Piratuba; do senhor Luiz Carlos Gomes, Vereador de Piratuba; do senhor Alcides Gomes, Vereador de Piratuba; do senhor Ivo Weber, Vereador de Piratuba; do senhor Celso José de Souza, Vereador de Piratuba; do senhor Anildo Longo, Vereador de Piratuba; do senhor Neuri Antonio Santhier, Vice-Prefeito de Concórdia; do senhor Pedro Ari Parizotto, Prefeito de Lindóia do Sul; do senhor Pedro Bringhamti, Vice-Prefeito de Lindóia do Sul; do senhor Emerson Ari Reichert, Prefeito de Ipira; da senhora Márcia Dupont, Secretária Municipal de Agricultura de Piratuba; do senhor Jucimar de Moura, Secretário Municipal de Obras de Piratuba; do senhor Vianeí Fritsch, Secretário Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico de Piratuba; do senhor Ladi Cowacicz, Secretário Municipal de Saúde de Piratuba; e da senhora Gelci de Souza, Secretária Municipal de Turismo de Piratuba. Ato contínuo, convidou o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado cumprimentando as autoridades e os demais presentes, bem como agradecendo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) a cedência daquele espaço para que estivessem ali reunidos, e os servidores da Assembleia Legislativa, que ao longo daqueles dias estavam prestando um excelente serviço de infraestrutura às audiências. Explicou estarem ali realizando a nona audiência do Orçamento Regionalizado, já tendo feito nas Regionais de Itapiranga, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, Maravilha, Palmitos, Chapecó e Xanxerê, e que nos próximos dois dias estariam realizando mais cinco audiências, totalizando naquela semana quatorze audiências públicas que cobriam todo o oeste catarinense, sendo que na segunda semana de julho estariam realizando mais um ciclo de audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Afirmou ser importante ver aquele local lotado, pois que a comunidade estaria participando da escolha das ações que seriam inseridas no Orçamento do Estado, e salientou a dupla importância daquele ciclo de audiências, não só em função da escolha das três ações que seriam inseridas no Orçamento do Estado, mas sobretudo em função da escolha das doze ações que seriam direcionadas ao Plano Plurianual (PPA) 2016/2019. Informou que a Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da sua equipe técnica, já tinha feito o levantamento das demandas do Estado e que era sobre as ações das Regionais de Concórdia e Seara que os participantes iriam definir quais as mais importantes para serem colocadas no PPA do quadriênio 2016/2019, das quais três seriam incluídas no Orçamento do Estado de 2016. Em seguida, fez questão de cumprimentar individualmente os Deputados que se faziam presentes e agradeceu a participação de todos, dizendo que desde a primeira audiência o quorum de Deputados tem tido uma média de dez Parlamentares. Constatando que aquela mesa de trabalhos era eminentemente machista e com o intuito de homenagear as mulheres, convidou para fazer parte da mesa a senhora Maria Luísa Lasarim, vice-presidente da Associação Empresarial de Concórdia, e a senhora Vereadora Rosicler Benincá, Presidente da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista, pedindo uma salva de palmas a todas as



mulheres presentes. Finalizou a sua manifestação dizendo que aquela audiência seria feita em etapas e que primeiramente seria ouvida a mesa. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que aquelas audiências públicas do Orçamento Regionalizado eram tão importantes que a Assembleia Legislativa havia suspenso as sessões daquela semana para que os Deputados pudessem participar daquele momento. Fez questão também de cumprimentar os representantes da Defensoria Pública que ali se encontravam, dizendo que recebiam um bom apoio da Alesc, mas que era importante ajudar a reforçar o trabalho da Defensoria Pública a fim de que pudessem melhor se estruturar. Afirmou que o Orçamento Regionalizado era a oportunidade de a comunidade indicar as obras prioritárias para a região, e que mesmo sendo um mecanismo que ainda não reproduzia 100% do que havia sido decidido, estava ganhando força. Relembrou que no início de 2011 aquele processo do orçamento participativo quase que se encerrou, mas que alguns Deputados lutaram contra o seu encerramento e atualmente era unanimidade entre todos a importância do Orçamento Regionalizado. Repetiu o que já havia dito na audiência realizada em Xanxerê a um repórter, ou seja, que apesar de cada Deputado ser de um partido e de uma região, as obras elencadas coletivamente, através de uma audiência pública, seriam prioridades da Regional, havendo o compromisso da Alesc, caso o Governador não contemplasse o Orçamento com as prioridades escolhidas, de fazer essa inclusão através de emenda da Comissão de Finanças e Tributação e não de forma individual. Afirmou que aquele fato era muito importante e que a sua presença naquela audiência se revestia de muita satisfação, pois debateriam as prioridades e escolheriam as que seriam as grandes bandeiras de luta. Finalizou a sua manifestação desejando uma boa reunião a todos. O **senhor Presidente** retomou a palavra e disse que queria completar a fala do Deputado Neodi Saretta. Afirmou que a Alesc havia aprovado uma emenda à Constituição do Estado tornando o Orçamento Regionalizado impositivo, faltando apenas a sua regulamentação, o que era de competência privativa da Comissão de Finanças e Tributação, e informou que os membros da referida Comissão já haviam acordado que no segundo semestre de 2015 o projeto de lei seria elaborado para que até o final do ano fosse levado à deliberação, razão pela qual não poderiam dizer que as ações escolhidas naquele momento seriam de caráter impositivo. Concluiu ressaltando que o projeto de lei sendo sancionado, existiriam os critérios fixados pela lei complementar que tornariam as ações definidas pelo Orçamento Regionalizado impositivas, sob pena de a sua não execução ser decretada responsabilidade civil das autoridades estaduais. Dando seguimento, passou a presidência dos trabalhos da audiência do Orçamento Regionalizado ao Deputado Estadual Neodi Saretta, tendo em vista ser ele natural daquela cidade. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Neodi Saretta**, agradeceu a gentileza do Deputado Marcos Vieira por ter cedido a presidência daqueles trabalhos e, de imediato, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os componentes da mesa, a imprensa e os demais presentes e explicou resumidamente que o PPA atual, feito há quatro anos, estava vencendo em 31 de dezembro de 2015, e que as ações que ali seriam definidas davam o direito de o governo, ou por emendas do Parlamento, colocar obras e itens no Orçamento de 2016, mas que se não constassem do PPA, não poderiam ser executadas, mesmo tendo recursos. Afirmou que a escolha das doze prioridades para o PPA tinha que ser algo muito bem pensado, porque valeriam para dali a quatro anos, e exemplificou aquela importância se referindo à presença do menino Gabriel, de 6 anos, dizendo que quando ele tivesse 10 anos o que ali seria definido ainda estaria valendo. Encerrou a sua manifestação pedindo a Deus que desse sabedoria para que fizessem as melhores escolhas e desejou bom trabalho a todos. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa e Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira**, que cumprimentou todos os presentes e disse que estavam ali para ouvir a comunidade e



buscar sugestões a fim de que pudessem levar adiante o trabalho desenvolvido na Assembleia. Afirmou que a Assembleia Legislativa, havia alguns anos, tinha democratizado um pouco mais o processo do Orçamento ao buscar a participação da população através do Orçamento Regionalizado, e que naquele momento tinham avançado um pouco mais ao torná-lo impositivo; e observou que certamente a partir do próximo ano o governo seria obrigado a executar as obras escolhidas pela comunidade. Finalizou a sua participação desejando êxito à reunião. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e disse que aquela era uma audiência muito importante, pois que seriam elencadas as prioridades para a região, e que a força política em conjunto trabalharia no sentido de fazer com que aquelas obras saíssem do papel, buscando superar as expectativas e fazendo com que a região se desenvolvesse mais ainda, uma região que era exemplo para o Estado pelo seu empreendedorismo e cooperativismo. Encerrou a sua fala parabenizando os presentes por estarem ali, o que fazia com que aquelas audiências se tornassem cada vez mais fortes, e parabenizando os organizadores do roteiro das audiências, que fazia com que os Deputados ficassem menos tempo na Alesc e percorressem mais o Estado, ouvindo as demandas de cada região. A seguir, o **Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa**, cumprimentou todos os presentes e disse que estava ali para prestigiar aquele momento, que representava a legitimação da vontade das regiões. Afirmou que a Assembleia Legislativa, ao longo dos anos, fez com que aquele processo democrático fosse tomando força e se tornasse perene, registrando a vontade majoritária em relação às obras necessárias para cada região. Esperava que as decisões que ali seriam tomadas fossem acertadas e que as escolhas fossem as melhores para contemplar o anseio da maioria da população. Disse que também estava ali porque no dia seguinte estariam realizando o seminário sobre o Fundo da Infância e do Adolescente, oportunidade em que seria explicado que cada pessoa física poderia doar 6% do seu imposto devido ao Fundo municipal e que cada pessoa jurídica poderia deixar 1% do orçamento para os projetos, e informou que eram R\$ 80 milhões por ano que Santa Catarina poderia deixar no Estado ao invés de mandar para Brasília, mas que aquilo dependia da agilidade de se fazer bons projetos. Concluiu a sua manifestação dizendo que a classe política estava bem representada para estimular que os projetos fossem feitos e desejou uma excelente noite a todos, com boas escolhas. O **Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, cumprimentou todas as autoridades e os demais presentes e disse que estavam vivendo um momento muito importante, pois que seriam discutidas as prioridades para cada região do Estado, dentro de um Orçamento de R\$ 24,8 bilhões, sendo escolhidas doze prioridades para o período de quatro anos. Citou algumas áreas que necessitavam ser debatidas, como a área da saúde, com a necessária diminuição da chamada “ambulancioterapia” e com a implementação de UTI móvel; como a área do desenvolvimento econômico, com a geração de emprego e renda; como a área da inovação tecnológica; da segurança pública; da infraestrutura, em relação às estradas e aos contornos viários. Finalizou a sua manifestação parabenizando os Deputados pelo quorum dado àquela audiência, o que caracterizava a importância do PPA e da LDO, para os quais seriam definidas as prioridades. O **Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc** cumprimentou os presentes e parabenizou o Deputado Marcos Vieira pela organização das audiências públicas, as quais estavam tendo muita adesão por parte de todas as lideranças. Disse que aquele ato da Assembleia Legislativa era muito importante para o futuro da região, pois a Alesc vinha ao encontro da população para ouvir as suas reais necessidades para os próximos quatro anos, razão pela qual era imprescindível a participação de todos, já que aquele era um momento histórico do qual dependia o futuro das próximas gerações. Encerrou sua fala colocando-se à disposição para que, juntos, construíssem o futuro do Estado. Dando seguimento, o **senhor Presidente** retomou a palavra e registrou a presença dos Vereadores de Concórdia Arlan Guliani,



Gilberto Antônio Romani e Rogério Luciano Pacheco, e do Vereador Mauro Mendes, Presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, convidando-o para fazer parte da mesa. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Fábio Luís Ferri, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Concórdia**, que cumprimentou os presentes e disse que tanto a SDR de Concórdia quanto a SDR de Seara haviam se dedicado muito àquele trabalho de levantar as principais demandas, e esperava que os Deputados pudessem apoiá-los naqueles pleitos a fim de que desenvolvessem a região, levando uma melhor qualidade de vida às pessoas que trabalhavam e pagavam seus tributos. Informou que estavam na casa da ACCS, a qual estaria realizando na Expoagro o 1º Leilão Nacional de Suínos transmitido pelo Canal Rural, o que demonstrava o potencial econômico e financeiro da região, e concluiu desejando que aquela noite fosse produtiva e que os pleitos da região fossem contemplados. Logo após, fez uso da palavra o **senhor João Girardi, Prefeito de Concórdia**, que saudou os membros da mesa e os demais presentes e justificou a ausência da senhora Laci Grigolo, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (Amauc). Afirmou que era uma alegria estar ali e contar com tantos Deputados, que naquela semana estavam percorrendo o Estado para ouvir os reclamos das regiões, e explicou que na semana anterior haviam tido uma reunião na Amauc com todos os Prefeitos para discutir ações coletivas, numa preparação para aquele momento em que seriam elencadas doze ações que julgavam importantes para o PPA. Disse esperar que as prioridades que ali seriam elencadas tivessem de fato sequência e fossem executadas, porque eram obras de fundamental importância para o desenvolvimento de toda a região; e afirmou também que os dezesseis Prefeitos da Amauc haviam aprovado duas moções, que talvez até fossem elencadas dentro das prioridades, mas que faria a entrega dos dois ofícios à mesa. Finalizou a sua manifestação desejando sucesso à audiência. Em seguida falou a **senhora Maria Luísa Lasarim, vice-presidente da Associação Empresarial de Concórdia**, que cumprimentou as autoridades da mesa e os demais presentes e disse que era uma honra estar participando daquela audiência e compartilhando aquele importante momento, pois em conjunto estariam decidindo doze obras para a região. Afirmou que como empresária de Concórdia esperava que dentre as doze ações que seriam elencadas também estivessem contempladas as ações demandas pela Associação Empresarial; e concluiu a sua participação desejando uma excelente decisão a todos e salientando que era extremamente relevante a participação de todos para os próximos quatro anos da região. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Neodi Saretta**, retomando a palavra, disse que para encerrar as falas da mesa e para representar os Vereadores presentes, em deferência às mulheres, já que à mesa estavam três Presidentes de Câmara de Vereadores, concederia a palavra à **Vereadora Rosicler Benincá, Presidente da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista**. Iniciando a sua manifestação, a Vereadora Rosicler Benincá cumprimentou todos os presentes e disse que era muito importante ver a comunidade ali reunida debatendo o melhor para a região, e esperava que do debate que seria realizado fossem escolhidas as prioridades que realmente a região precisava para o bem daquela população. Encerrou a sua fala desejando um bom trabalho a todos. O **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. Antes, porém, fez questão de salientar que o senhor Adilor Guglielmi, conhecido como Dóia, deveria estar ali participando como Deputado, já que tinha feito 41 mil votos, mais do que 20 Deputados eleitos, mas que em função do coeficiente eleitoral não havia sido eleito. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Registrou a presença dos técnicos Guilherme Kraus dos Santos, Cristina Valdeci Rodrigues, Rosi-Mari Ramos de Oliveira e Gilberto Cerutti, da Secretaria de Estado da Fazenda, e justificou a ausência da senhora Gládis Regina Bizolo dos Santos, Secretária da SDR de Seara. Explicou que naquela etapa dos trabalhos



passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizadas as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento tanto à Regional de Seara quanto à Regional de Concórdia. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** registrou a presença do Vereador Edilson Massocco e da Vereadora Marilane Fiametti Stuaní, de Concórdia, e disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram a fim de escolher as ações prioritárias para as SDRs de Concórdia e de Seara.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Concórdia:

1	Reabilitação/aumento da capacidade SC-283, trecho BR-153 - Concórdia/Seara/Chapecó/São Carlos/Palmitos/Mondaí – SDR de Concórdia
2	Construção do contorno viário de Lindóia do Sul – SDR de Concórdia
3	Pavimentação da SC-469 a SC-390 – Alto Bela Vista/Peritiba – SDR de Concórdia
4	Pavimentação do acesso à Barra Bonita/Alto São Pedro/Ipira – SDR de Concórdia
5	Pavimentação da estrada de Linha Pinhal a Presidente Castelo Branco – SDR de Concórdia
6	Reabilitação da SC-390, compreendendo o trecho Piratuba/Ipira/Peritiba até a BR-153 – SDR de Concórdia
7	Construção de silos – SDR de Concórdia
8	Construção de nova estação e melhoria dos equipamentos de abastecimento de água – SDR de Concórdia
9	Construção e manutenção de clínica de especialidades – SDR de Concórdia
10	Construção de sede do IML/IGP – SDR de Concórdia
11	Aquisição e manutenção de UTI Móvel – SDR de Concórdia
12	Recuperação/Revitalização da SC-135 do Município de Piratuba – SDR de



	Concórdia
--	-----------

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Concórdia:

1	Construção de sede do IML/IGP – SDR de Concórdia
2	Aquisição e manutenção de UTI Móvel – SDR de Concórdia
3	Recuperação/Revitalização da SC-135 do Município de Piratuba – SDR de Concórdia

Para a Regional de Seara, fez o relato das doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019:

1	Reabilitação/Aumento da capacidade da SC-283, trecho BR-153/Concórdia/Seara/Chapecó - SDR de Seara
2	Pavimentação da SC-154, trecho Ipumirim / BR-282 – SDR de Seara.
3	Acesso às comunidades rurais SC-465 Arabutã até o distrito de Nova Estrela - SDR de Seara.
4	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR de Seara
5	Criar incentivo com recurso não vinculado, ao modelo FUNDAM, para investimentos na área de saúde - SDR de Seara
6	Ampliar a capacidade e a infraestrutura da rede elétrica no meio rural (trifásica) - SDR de Seara
7	Construção de centros multiuso nos Municípios de Seara e Lindóia do Sul - SDR de Seara
8	Construção de centro educacional regional – SDR de Seara
9	Implantar projetos e ações para o enfrentamento da estiagem na captação e reserva de água - SDR de Seara
10	Apoio às atividades esportivas e culturais nos Municípios de abrangência da SDR de Seara
11	Construção de sedes da APAE nos Municípios de Seara e Lindóia do Sul
12	Aquisição de ambulâncias para suporte aos Municípios da Regional de Seara.

Logo após, relatou as três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Seara:

1	Reabilitação/Aumento da capacidade da SC-283, trecho BR-153/Concórdia/Seara/Chapecó - SDR de Seara
2	Pavimentação da SC-154, trecho Ipumirim / BR-282 – SDR de Seara
3	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR de Seara

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Concórdia: como titular, o senhor Claudirlei Dorini; e como suplente, o senhor João Girardi. Para Seara, os conselheiros escolhidos foram o senhor Valdir Zanella, como titular; e o senhor Pedro Bringhenti, como suplente. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Neodi Saretta**, que disse que as decisões tomadas naquela audiência davam mais força para que os Deputados lutassem pela concretização das ações elencadas, além de tantas outras existentes e necessárias ao pleno desenvolvimento de cada região. Agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] [Leiturista: Almerinda Lemos Thomé]

DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: JOAÇABA

Data: 25/06/15

Horário: 9h30min –Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da ACIOC**
Rua Getúlio Vargas, 193
Centro
Joaçaba

CONSELHEIROS:

Titular: Ricardo Grando-Secretario Regional

Suplente: Waldemar Ronssem Junior –Gerente Administrativo e financeiro.

Total de participantes: 82





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - JOAÇABA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção ampliação e reforma de escolas SDR-Joaçaba
2	Criação de instituição regionalizada de longa permanência para idosos.
3	Construção de Complexo de Segurança Pública no município de Treze Tílias Capinzal e Catanduvas.
4	Construção do contorno viário Joaçaba-Luzerna-Herval d'Oeste.
5	Construção sede IGP (com Laboratório).
6	Efetivação do contorno viário Ouro-Capinzal (priorizar a Ponte).
7	Ampliação e Regionalização do Aeroporto Santa Terezinha, de Joaçaba.
8	Construção do Centro de Reabilitação física, auditiva e ostomizados.
9	Criação de Escola de formação regionalizada: PM e BM.
10	Política de fomento a agricultura familiar e alimento orgânico - SDR – Joaçaba.
11	Pavimentação da Estrada ao Distrito Alto Alegre/Lindenberg e Capitel Santo Antônio
12	Implantação da UTI neonatal SDR-Joaçaba

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - JOAÇABA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Criação de instituição regionalizada de longa permanência para idosos.
2	Construção de Complexo de Segurança Pública no município de Treze Tílias Capinzal e Catanduvas.
3	Efetivação do contorno viário Ouro-Capinzal (priorizar a Ponte).



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOAÇABA

82 participantes

Municípios: Joaçaba, Água Doce, Capinzal, Catanduvás, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Vilton Lima	Herval d'Oeste
02	Jonas F. Frozza	H. D'OESTE
* 03	Nº 090 Saretta Dep.	Estrela
04	Luiz Nova	Jaboa
05	Maclaire Trento	Treze Tílias
06	Oracião S. Duarte	Capinzal
07	ROBERTO SAMPAIO	CAMPOS NOVOS
08	PEDRO CALZA	T. TIÍLIAS
09	Mário Gregório	Joaçaba
10	Túlio CESAR JASSI	Joaçaba
11	GENSON RAUWILINI	IBICARÉ
12	Salette Mattos	Capinzal
13	Waldemar Roussem Junior	Joaçaba
14	Daiara Bertoldi	Erval Velho
15	Patrícia R. Corduro	LUZERNA
16	Jair Scatena	JOAÇABA
17	Juliane Perotoni	Catanduvás
18	Keli S.P. Thunus	Capinzal
19	Orion Selin Feijundes	Capinzal
20	Luciano Savari	26 BPM
21	Wilson Luiz JARIUS	Capinzal
22	Marane Colombelli	Joaçaba
23	Ademir Zanetti	Joaçaba



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOAÇABA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Imã Adelaide Frigo	Capinzal
25	ANDEIR Isganzella	Capinzal.
26	Olina Casagrande Rech.	Capinzal.
27	JONES SCARAVONATI	Cotanduba
28	Jones morais	Juzema
29	Eudides Riquetti	JOAÇABA
30	RICARDO GRANDO	"
31	Jino A. Joca.	Cotanduba
32	Cotanduba - Carolina Bittencourt.	Ctra.
33	Francisco morais Lopes	Joaçaba.
34	VITOR FACCI	OUR-O.
35	DERCI DE ALBUQUERQUE	OUR-O-SC
36	Eulo Balvedi	Joaçaba
* 37	MAURICIO EDUARDO	DECUZADO Dep.
* 38	KENNEDY NUNES	Jamille Dep. B.
* 39	Vicente caropreso	Jaraguá Dep. B.
40	Quêda Soares de Paula	Itajaí
* 41	JITON	Itajaí Dep. B.
42	KLESER MARCIO NORA	LABORA'
43	GILBERTO CERUFFI	SEF Itópolis
44	Ghnot Anshev	Chopico'
45	Paulo C. Selmer	J.
46	Ana Paula Andrade	Bagé-SC
47	GABRIEL RIBEIRO	LAGES-SC
48	Flávio Vieira Junior	Itajaí Alex



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOAÇABA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Nei Vedel de Souza	H. O.
50	ADRIANO ZOCOLI	CAPINZAL
51	FNUIE GIRELLI	PIRATUBA
52	MOISES DIERSMANN	LUZERNA
53	Alice Paponini	Botonduros
54	JORGE WALTER	ACESC
55	Geila Ribeiro	GERED - SDR
56	Neusa de Mattos Barbosa	GERED - SDR
57	Valmor Franzeffi	SAR
58	Adriana Chiamelua	Herval d' Oeste
59	Dy Sommer T. Alus	Joaçaba
60	Magalle Hall	Joaçaba
61	Natzi Trento Boldrin	Joaçaba
62	ESDR BALOGSD	Joaçaba
* 63	GABRIEL RIBEIRO	LAGES
64	Sergio Meacini de Nascimento	Herval d' Oeste
65	Alberto Lupatini	SAR
66	Luiz José Nodari	H. O.
67	Juliano Pedrini	Joaçaba
68	Charine Fernanda Vivian	Joaçaba
69	FRANCISCO M. M. AQUINO?	IPIRANGA
70	AGUINALDO GIOVANI CONTE	HERVAL D' OESTE
71	Rosi Maria R. de Oliveira	SEF / Fpolis
* 72	Dep. Estadual Antônio Aguiar	- D. Est.
* 73	Dep. Marcos Vieira	- D. Est.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOAÇABA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Nei Vedel de Souza	H. O.
50	AOLIANO ZOCOLI	CAPINZAL
51	FNUIE GIRIZZI	PIRATUBA
52	MOISES OIERSMANN	LUZERNA
53	Alice Pagonini	Botonduros
54	JORGE WALTER	ACESC
55	Geila Ribeiro	GERED - SDR
56	Neusa de Mattos Barbosa	GERED - SDR
57	Valmor Franzeffi	SAR
58	Adriana Chiamelua	Herval d' Oeste
59	Dy Sommer T. Alus	Joaçaba
60	Magalle Hall	Joaçaba
61	Natzi Trento Boldrin	Joaçaba
62	ESDR ALONSO	Joaçaba
* 63	GABRIEL RIBEIRO	LAGES
64	Sergio Meacim de Nascimento	Herval d' Oeste
65	Alberto Lupatini	SAR
66	Luiz José Nodari	H. O.
67	Juliano Pedrini	Joaçaba
68	Charine Fernanda Vivian	Joaçaba
69	FRANCISCO M. M. AQUINO?	IPIRANGA
70	AGUINALDO GIOVANI CONTE	HERVAL D' OESTE
71	Rosi Maria R. de Oliveira	SEF / Fpolis
* 72	Dep. Estadual Antônio Aguiar	- D. Est.
* 73	Dep. Marcos Vieira	- D. Est.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE JOAÇABA, REALIZADA NO
MUNICÍPIO DE JOAÇABA EM 25 DE JUNHO DE 2015, ÀS 9H30MIN**

Aos 25 dias do mês de junho de 2015, às 9h30min, no auditório da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense de Joaçaba (Acio), por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc; o Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Alesc; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Alesc; o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; o senhor Ricardo Euclides Grandó, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba; o senhor Moisés Diersmann, Prefeito de Luzerna e presidente da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc), representando os demais Prefeitos; o Vereador Adriano Zocoli, de Capinzal, representando os demais Vereadores presentes; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Kleber Mércio Nora, Prefeito de Jaborá; Vitor Faccini, Prefeito do Município de Ouro; Andevir Isganzella, Prefeito de Capinzal; Vereador Gerson Palavicini, Presidente da Câmara de Vereadores de Ibicaré; Wilson Luiz Farias, Vice-Prefeito de Capinzal; Vereador Jonas Moraes, de Luzerna; Vereador Francisco Moreira Lopes, de Joaçaba; Derci de Araújo, Secretário de Administração do Município de Ouro; Vereador Sérgio Moacir do Nascimento,



de Herval d'Oeste; Vereador Neri Vidal de Souza, de Herval d'Oeste; Vereador Davi José Frozza, de Herval d'Oeste; Tulio Cesar Dassi, gerente regional da Epagri; Tenente-Coronel Lucimar Savaris, Comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina; Irmã Adelaide Frigo, diretora do Hospital Nossa Senhora das Dores, de Capinzal; Capitão Diego Sommer, representando o Comando do 11º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina; Valmor Fiametti, gerente administrativo, representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; Eulo Balvedi, coordenador de planejamento, representando o senhor Rafael Laske, Prefeito de Joaçaba; e Paulo Cesar Salum, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Após o registro, convidou a fazer uso da palavra e conduzir os trabalhos o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando os presentes, a imprensa, os servidores da Assembleia Legislativa, todos os Deputados que ali se encontravam e demais autoridades à mesa. Comentou que em todas as audiências públicas que haviam ocorrido ao longo da semana era constante a grande presença dos Deputados, concluindo que se estavam presentes era porque davam importância ao evento. Afirmou que em todas as audiências tiveram um quórum extraordinário, com a presença maciça de praticamente todos os Municípios da região, que traziam seus Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais membros da sociedade civil organizada. Homenageou as mulheres presentes convidando para fazer parte da mesa de autoridades a senhora Gisa Giacomini, Prefeita de Catanduvas, e ofereceu a ela uma calorosa salva de palmas. Informou que a Assembleia Legislativa estava ali cumprindo o preceito constitucional de estar presente em todas as regiões do Estado com o intuito de reunir os Poderes Públicos constituídos e a sociedade civil organizada para que pudessem escolher três ações a serem incluídas no Orçamento de 2016 e também doze ações para o Plano Plurianual, o PPA, referentes ao quadriênio 2016-2019. Acrescentou, ainda, que após a primeira etapa da audiência pública os senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, demais autoridades presentes e sociedade civil organizada se reuniram para discutir a escolha das ações. Explicou que a Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da sua Diretoria do Orçamento, já havia percorrido o Estado e feito o levantamento geral das demandas e ações que deveriam compor o novo PPA, tendo chegado ao número de 25 ações para a Regional de Joaçaba, das quais escolheriam 12 prioritárias para serem destacadas no PPA de 2016 a 2019. Anunciou como se daria a audiência, primeiro com a oitiva das autoridades à mesa; depois com a fala dos técnicos da Assembleia Legislativa seguida pela dos técnicos da Secretaria da Fazenda, tudo sob a coordenação do senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Deu novamente boas-vindas a todos e, na sequência, chamou para fazer uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da AleSC**, que saudou todos e disse que a mesa estava bastante representativa, o que era sinal da importância da reunião e também um aviso para que todos fossem breves em suas falas. Comentou que o que estavam trazendo de bom era a possibilidade de a região indicar suas prioridades, com a grande diferença de que depois de escolhidas elas não seriam mais responsabilidade do Prefeito ou do Vereador, mas de todos os Deputados, que na Assembleia Legislativa zelariam para que todas fossem fielmente cumpridas. Disse, entretanto, que não se tratava de simplesmente a comunidade levantar a prioridade e a obra já estar executada, alertando para o fato de que ainda existia um longo caminho pela frente, mas que o começo era aquele, pois se as ações não constassem no Orçamento, certamente não seriam atendidas. Informou terem aprovado, no final do ano anterior, uma emenda constitucional tornando impositivas, isto é, obrigatórias as decisões tomadas no Orçamento Regionalizado, complementando que ainda faltava a regulamentação por uma lei complementar e também tratarem a questão da separação dos recursos, mas que



estavam ali dando o passo inicial naquela conquista. Em seguida, a palavra foi passada para o **senhor Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Alesc**, que cumprimentou todos e informou que paralelamente àquele grande seminário também estavam realizando, sob sua coordenação, por ser o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, um seminário macrorregional sobre a aplicação do dinheiro do Fundo da Infância e da Adolescência. Falou que estava percorrendo o Estado com aquele seminário para aperfeiçoar as Comissões Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e estimular as pessoas. A respeito do tema, comentou que sua proposta era, em vez de enviar o dinheiro para Brasília, deixar 6% do imposto de renda das pessoas físicas e 1% do das pessoas jurídicas no Município, a serem investidos em projetos que beneficiassem as políticas em relação à criança e ao adolescente. Concluindo, disse que o era aperfeiçoamento democrático da Assembleia Legislativa, ocorrido com o passar dos anos, que tinha trazido a possibilidade de estarem ali definindo, de maneira impositiva, as prioridades para a região. Ato contínuo, o **senhor Presidente** registrou a presença da senhora Chaiene Vivan, gerente executiva da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (Acio), e a convidou para fazer parte da mesa. Prosseguindo, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc**, que cumprimentou nominalmente os componentes da mesa, em especial o Deputado Kennedy Nunes, pois ele era natural de um Município rico e que conseguia recursos muito mais facilmente que os da região oeste. Salientou ser ótimo o Deputado Kennedy estar ali para perceber que a região oeste precisava de muito mais investimentos por parte do governo do Estado e do governo federal. Falou que aquela região era eminentemente agrícola, além de ser a maior produtora de suínos e a segunda maior produtora de frango do Brasil. Avaliou que a base da economia da região era a agricultura e que ela estava em efervescência, pois enquanto outros setores da indústria indicavam crescimento negativo durante o ano, o agronegócio indicava um crescimento de aproximadamente 1,5% positivo. Concluiu, então, que precisavam direcionar as ações da região ao setor produtivo, ao setor do desenvolvimento econômico. Observou trazer consigo há muitos anos, tendo exercido diversas funções executivas, o conceito de que o caminho mais curto, mais rápido e mais justo para se fazer justiça social era promover o desenvolvimento econômico. Disse ser um Deputado que representava a região de Videira e associou-se aos demais Deputados presentes em defesa dos pleitos que fossem definidos naquela manhã. Concluindo seu pronunciamento destacando que eles que eram políticos, detentores de cargos eletivos, que representavam o governo do Estado, tinham diversas missões, mas que a principal delas era atuar em favor das pessoas e fazê-las mais satisfeitas e felizes. Despediu-se desejando que aquela audiência pudesse, ao final, realmente tornar as pessoas mais felizes. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** convidou para fazer parte da mesa o senhor Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, e em seguida passou a palavra para o **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc**, que após as saudações iniciais ressaltou ter o Deputado Marcos Vieira sido autor de um projeto muito importante para Santa Catarina, tendo recebido o apoio integral de todos os Deputados. Explicou que o referido projeto foi para mudar a questão do ICMS, que antes era 90% para Itajaí e 10% para os Municípios que tinham a responsabilidade, o ônus de dar educação e saúde aos munícipes trabalhadores, sendo que os Municípios de onde saía a exportação é que estavam levando os recursos, o que tinha feito com que Itajaí passasse a ser o Município com a maior arrecadação do Estado, superando até mesmo Joinville e Blumenau. Disse ser aquele um momento importante no qual a Secretaria da Fazenda tinha definido 25 prioridades para incluir no Orçamento, sendo que a região tinha o poder de escolher, entre essas, 3 prioridades. Falou que, para a alegria de todos, quase 70% das inclusões no Orçamento tinham sido



efetivamente executadas no período da inclusão, concluindo que não estavam escolhendo sem terem um resultado objetivo. Renovou seu compromisso com a região e com o Estado e despediu-se. Prosseguindo, a palavra foi passada para o **senhor Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc**, que cumprimentou todos e falou que todos os Deputados tinham a oportunidade de apresentar suas emendas na Assembleia Legislativa com relação à questão orçamentária do PPA. Afirmou que todos lutavam por alguma obra ou serviço que viesse a beneficiar a sociedade, mas que era necessário buscar a prioridade maior entre todas, pois muitas vezes não havia recursos suficientes para viabilizar tudo o que a região pretendia. Agradeceu a todos que participavam do evento e desejou que pudessem expressar ali o pensamento de sua região para que pudessem ser colhidas as principais prioridades. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Alesc**, que após as saudações iniciais disse estar feliz com o fato de as audiências do Orçamento começarem pelo oeste do Estado. Comentou que viviam um momento muito rico e que aproximadamente R\$ 250 milhões seriam investidos nas prioridades a serem escolhidas pelas Regionais. Complementou, ainda, que viviam um momento muito rico com relação à questão dos treze centros tecnológicos, à inovação tecnológica no Estado de Santa Catarina, e que aquilo refletia na geração de emprego e renda. Falou que a saúde também era uma grande prioridade, pois havia hospitais na região que precisavam de custeio e também de investimentos. Citou como importantes a revitalização das escolas da rede estadual; a segurança pública, com o pedido de mais quartéis e de aumento de efetivo; a questão da revitalização das SCs e do aumento dos contornos viários. Comentou que prioridades eram muitas, mas que deveriam eleger apenas três para serem efetivadas a partir de 2016, acrescentando que a responsabilidade era de todos: sociedade, Prefeitos, Vereadores e lideranças que se faziam presentes. Na sequência, a palavra foi passada para o **senhor Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc**, que cumprimentou os presentes e falou da importância daquela audiência, pois estavam levando a Assembleia Legislativa para perto das autoridades e lideranças do meio oeste catarinense. Avaliou que o Orçamento Regionalizado era a oportunidade de participação das lideranças na construção do futuro do Estado, complementando que as decisões eram tomadas pelas pessoas que viviam na localidade, que conheciam todas as dificuldades e as reais necessidades que o Poder Público deveria priorizar para melhorar a vida da comunidade. Frisou ser aquele um dia muito importante, um símbolo, um marco, pois o futuro da região de Joaçaba seria decidido para que as próximas gerações tivessem mais oportunidades, mais segurança, mais viabilidade de investimentos, de crescimento e de desenvolvimento. Despedindo-se, instou todos a participarem da construção do Orçamento Regionalizado para que pudessem contribuir cada vez mais para o crescimento do Estado. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc**, que saudou todos e justificou a ausência do Deputado Valdir Cobalchini por ter se submetido a uma pequena cirurgia no dia anterior. Falou que, pela primeira vez, o que decidissem ali seria impositivo e que pela primeira vez iria realmente acontecer o que a comunidade determinasse em suas prioridades. Avaliou ser aquele um momento importante porque, também pela primeira vez, tinham credibilidade e os Deputados, a Assembleia Legislativa e o seu Presidente, Deputado Gelson Merisio, tinham certeza de que seriam honradas as prioridades. Comentou já ter participado de muitas daquelas reuniões e que as prioridades nunca tinham acontecido, mas que agora era diferente porque tinham o Governador Raimundo Colombo, que também estava comprometido com o Orçamento. Observou que aquilo mostrava a vontade de todos em fazer com que o crescimento do Estado de Santa Catarina não acontecesse somente no litoral, região onde o desenvolvimento era mais facilitado em virtude



dos portos, da BR-101 e do melhor escoamento das exportações. Considerou que o interior do Estado precisava ser revitalizado e despediu-se. Prosseguindo, foi passada a palavra ao **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc**, que cumprimentou os presentes e aproveitou a oportunidade para agradecer à equipe de apoio e ao Deputado Dóia, que haviam trazido alguns dados interessantes. Registrou que aquela era a reunião com o maior número de mulheres e parabenizou-as por isso. Informou que estavam fazendo a décima audiência do Orçamento Estadual Regionalizado e que até aquele momento já haviam sido ouvidos 105 Municípios, 1.118 pessoas e que tinham sido colocadas 30 prioridades para o Orçamento para o ano de 2016 e 120 prioridades para o PPA 2016-2019. Lembrou a fala do Deputado Lázare quando disse que ele, Deputado Kennedy, era de uma região rica, o litoral, mas que aquilo dependia do ponto de vista, pois quando se falava em empregabilidade até podia ser rica, mas quando se falava em proteína animal e agricultura o meio oeste e oeste ganhavam das demais regiões. Comentou que Santa Catarina era um mini Brasil e que havia de tudo no Estado. Observou que a decisão que tomariam ali valeria pelos próximos quatro anos e que na audiência do dia anterior esteve presente o menino Gabriel, de 6 anos de idade, considerando em seguida que a decisão que tomassem valeria até o momento em que Gabriel completasse 10 anos de vida, o que era muito sério. Concluiu seu pronunciamento afirmando que quando as pessoas levantassem as mãos no momento da votação, teriam ali o peso da vida de muitas pessoas da região. Fazendo uso da palavra, o **senhor Ricardo Euclides Grando, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba**, saudou todos e, em tom de brincadeira, afirmou que na Regional de Joaçaba só havia funcionárias mulheres e que por isso havia muitas delas ali. Complementou a brincadeira afirmando que, dos gerentes, só dois eram homens e podia acontecer de algum deles ainda estar em dúvida, o que levou todos a rirem muito. Relembrou que em 2011 esteve em uma sessão da Assembleia Legislativa quando da elaboração do PPA para a Regional de Joaçaba, tendo sido naquela ocasião elencadas algumas prioridades. Recordou-se de que, na oportunidade, tinham listado o Hospital Universitário Santa Terezinha, onde o governo Raimundo Colombo havia investido R\$ 5 milhões, e que no momento ele estava pronto, dependendo apenas de alguns detalhes; citou também o polo da Udesc em Joaçaba, que estava pronto e esperando apenas os equipamentos, devendo ser inaugurado em poucos dias; a rodoviária de Joaçaba, que já fora entregue havia mais de um ano, assim como o acesso Adolfo Ziguelli, no qual foram colocados R\$ 9,2 milhões com recursos do Fundam e estava 90% conclusivo. Frisou, com isso, ser absolutamente importante a ajuda da Assembleia que vinha prestando um relevante serviço para o Estado de Santa Catarina com aquela iniciativa. Disse ter certeza de que as demais prioridades que seriam estabelecidas naquele dia seriam perseguidas pelo governo do Estado. Observou que, até mesmo em função da questão demográfica, o oeste catarinense acabava ficando com menos representatividade, e que por esse motivo todos aqueles que ajudavam eram absolutamente importantes. Falou que a iniciativa aprovada pela Assembleia sobre a questão do ICMS tinha sido um ponto absolutamente relevante e que em Herval d'Oeste tinham uma circunstância crítica naquele sentido. Agradeceu a todos e, colocando a SDR à disposição, despediu-se. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, agradeceu a participação do Secretário Grando e passou a esclarecer um pouco mais sobre a lei de sua autoria que havia sido referendada e apoiada por todos os Deputados da Assembleia Legislativa. Explicou que após a fusão da Sadia com a Perdigão, que tinha gerado a BRF, por questão de economia administrativa as grandes empresas do agronegócio de Santa Catarina tinham passado a construir suas filiais nas cidades portuárias, ou seja, criavam entrepostos de exportação nas cidades portuárias. Prosseguindo, disse que com a criação dessas filiais e entrepostos alfandegários nas cidades portuárias, as empresas passaram a fazer a transferência dos



produtos industrializados, dos Municípios que os industrializavam para as cidades portuárias, emitindo nota fiscal com preço de custo, acrescentando que o ICMS gerado dessa nota fiscal retornava 100% para o Município produtor. Afirmou, entretanto, que ao se concretizar a exportação, o entreposto alfandegário de uma agroindústria - de Herval d'Oeste, de Salto Veloso, de Videira, de Capinzal, de Concórdia, de Seara, por exemplo - emitia uma nota fiscal complementar, e que o ICMS gerado por aquela nota fiscal complementar ficava com a cidade portuária, com a cidade que exportava, e não retornava para a cidade produtora. Comentou terem feito um levantamento e visitado muitos Prefeitos, e que os Prefeitos estavam reclamando que ao Município produtor cabia o ônus, enquanto o bônus era destinado somente ao Município exportador. Complementando aquele raciocínio, avaliou que quem tinha de recuperar a rodovia rural quando a indústria ia buscar na propriedade rural a matéria-prima era o Município que industrializava; que quando um trabalhador ficava doente, era a saúde pública do Município produtor que tinha que prestar o serviço; que para a mulher trabalhadora que tinha filhos os Prefeitos precisavam aumentar a quantidade de vagas nas creches dos Municípios produtores. Concluiu, com isso, ser pertinente a elaboração de um projeto de lei exatamente no sentido contrário: a empresa poderia continuar transferindo a mercadoria da matriz para o entreposto com preço de custo, normal, mas ao ser emitida a nota fiscal complementar, 90% desse imposto retornaria para o Município produtor, obrigatoriamente. Acrescentou ainda que, com a lei, se a indústria não fizesse aquele ajuste de contas, a Secretaria de Estado da Fazenda o faria no mês subsequente, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade civil. Afirmou que aquilo não valia somente para o agronegócio. Citou como exemplo a Tigre e perguntou o que seria da economia de Joinville se aquela empresa viesse a montar um entreposto alfandegário em São Francisco do Sul ou em Itajaí ou em Navegantes. Fez o mesmo exercício citando a poderosa Weg de Jaraguá do Sul, mundial, e o que aconteceria se montasse um entreposto para fazer aquela prática contábil em Itajaí, complementando que seria um desastre para Jaraguá do Sul. Dito isso, afirmou que os Municípios de Santa Catarina, em especial os do oeste, estavam sendo beneficiados com aquela lei. Prosseguindo, disse que tinham um segundo projeto de lei de extrema importância para Santa Catarina e que beneficiaria não apenas os Municípios, mas também o Estado. Com relação a esse segundo projeto, explicou que Santa Catarina tinha somente 6,6 milhões de habitantes e que não era um Estado considerado um grande consumidor de produtos de prateleira. Disse que, ao contrário de São Paulo, Rio, Minas, Bahia, Rio Grande e Paraná, que eram consumidores de produtos de prateleira, Santa Catarina era um grande consumidor de matéria-prima, que aqui era industrializada para depois serem mandados aos grandes centros consumidores os produtos acabados, chamados produtos de prateleira. Analisou não haver em Santa Catarina, por exemplo, grandes centros de distribuição da Phillips do Brasil, da Nestlé, da GM, mas que se fossem a São Paulo, Rio ou Minas, encontrariam nesses Estados centros de distribuição da BRF Sadia e Perdigão, da JBS Seara, da indústria cerâmica de Santa Catarina, da Tigre, da Weg, enfim, das grandes indústrias catarinenses. Explicou que isso significava que as indústrias catarinenses também estavam transferindo para aqueles grandes centros de distribuição o que se produzia no Estado, a preço de custo, e que era emitida uma nota fiscal de transferência, mas que o valor agregado não estava incluído. Prosseguindo, explicou que somente depois, quando o produto saía dos centros de distribuição da Sadia, da Perdigão, da Weg, da Tigre, das cerâmicas, para o consumidor direto, para os atacadistas, que era emitida uma nota fiscal complementar e o imposto ficava na cidade de destino. Anunciou, então, que seu projeto de lei, previsto para o segundo semestre, era exatamente no sentido de fazer voltar para Santa Catarina aquilo que era de direito do catarinense, isto é, que o imposto gerado por aquilo que fosse produzido em Santa Catarina ficasse em Santa Catarina. Dando continuidade, passou a palavra ao **senhor Moisés Diersmann, Prefeito de Luzerna e presidente da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc)**, que



cumprimentou todos e, dirigindo-se ao Deputado Marcos Vieira, parabenizou-o pela atitude, afirmando que era aquele tipo de ação que todos esperavam de um legislador, que ao ver uma incoerência na lei logo tomava uma atitude em benefício da população. Parabenizou todos, igualmente, pela atitude de tornarem o Orçamento impositivo, acrescentando que não era fácil para o Executivo garantir a execução financeira. Solicitou aos Deputados que o 1% dos R\$ 240 milhões anteriormente mencionados fosse distribuído de forma igualitária entre as regionais. Contou que o falecido Senador Luiz Henrique havia tomado, há oito anos, a atitude de distribuir entre as regionais R\$ 500 mil, para que elas pudessem produzir seus Planos de Desenvolvimento Econômico focados na inovação. Acrescentou que R\$ 500 mil para a região de Joinville era pouco, mas que para regiões como Quilombo e Itapiranga era uma quantia que fazia toda a diferença. Calculou que se dividissem os R\$ 240 milhões entre 33 regionais, seriam R\$ 7 milhões para a Regional de Joaçaba, e repetiu que para Municípios como Joinville, Florianópolis ou Blumenau, R\$ 7 milhões não fariam qualquer diferença, mas que para uma região pequena, R\$ 7 milhões eram fundamentais. Afirmou ser de fundamental importância, ao elencarem as prioridades para a região, saber quanto de recursos lhes seria destinado para 2016. Advertiu, ainda, que como Prefeito não podia criar a falsa ilusão de que tudo o que fosse definido ali seria concretizado, dando como exemplo o ocorrido no ano anterior no Município de Luzerna, do qual era Prefeito. Contou ter feito na localidade um Orçamento extremamente participativo, com toda a comunidade, com a definição das prioridades, mas que ao chegarem à metade do ano precisou cortar todos os investimentos, pois o Município tinha apenas 1% de receita e 16% a mais de despesas. Reiterou que precisavam ter clareza na hora de fazerem a divulgação das prioridades para a população, pois precisavam esclarecer que se o Município tivesse uma boa arrecadação e o orçamento fosse cumprido, certamente a meta seria garantida, mas que também poderia ocorrer o contrário. Comentou que, como representantes, precisavam dialogar de forma clara e transparente, e despediu-se. Encerrando a primeira etapa da audiência pública, foi chamada para fazer uso da palavra a **senhora Chaiene Vivan, gerente executiva da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (Acioc)**, que desejou boas-vindas a todos em nome da diretoria da Acioc e de seu presidente, senhor Mircon Roberto Becker. Informou que a Associação Empresarial, desde 2010, chamava as entidades, as pessoas da classe empresarial e os civis para que debatessem as prioridades da região, acrescentando que no ano anterior haviam elencado seis prioridades, que foram apresentadas nas eleições para os candidatos em nível estadual e federal. Comentou haver três prioridades principais que eram bandeiras da Acioc, todas embasadas num debate conjunto com entidades principalmente das cidades de Joaçaba, Herval e Luzerna: o contorno viário, que vinha sendo debatido há 38 anos; o Hospital Universitário Santa Terezinha (Hust), que precisava de investimentos para que as pessoas pudessem ser tratadas na região, sem necessidade de deslocamento até o litoral; e o polo de inovação tecnológica. Disse saber que muitas vezes faziam um trabalho de formiguinha, mas que aquele era um fórum importante para a melhoria da região. Afirmou que o desejo da Acioc era que aquilo que fosse definido ali pudesse ser realmente efetivado, com obras sendo iniciadas e concluídas, proporcionando um retorno à população. Disse confiar no governo do Estado e, despedindo-se, agradeceu a presença de todos e colocou a Associação Empresarial à disposição. Ato contínuo, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniram em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações



definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda tinha realizado no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Joaçaba. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Joaçaba.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Joaçaba:

01	Construção ampliação e reforma de escolas SDR-Joaçaba.
02	Criação de instituição regionalizada de longa permanência para idosos.
03	Construção de Complexo de Segurança Pública no município de Treze Tílias Capinzal e Catanduvas.
04	Construção do contorno viário Joaçaba-Luzerna-Herval d'Oeste.
05	Construção sede IGP (com Laboratório).
06	Efetivação do contorno viário Ouro-Capinzal (priorizar a Ponte).
07	Ampliação e Regionalização do Aeroporto Santa Terezinha, de Joaçaba.
08	Construção do Centro de Reabilitação física, auditiva e ostomizados.
09	Criação de Escola de formação regionalizada: PM e BM.
10	Política de fomento a agricultura familiar e alimento orgânico - SDR – Joaçaba.
11	Pavimentação da Estrada ao Distrito Alto Alegre/Lindenberg e Capitel Santo Antônio.
12	Implantação da UTI neonatal SDR-Joaçaba.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Joaçaba:

01	Criação de instituição regionalizada de longa permanência para idosos.
02	Construção de Complexo de Segurança Pública no município de Treze Tílias Capinzal e Catanduvas.
03	Efetivação do contorno viário Ouro-Capinzal (priorizar a Ponte).

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Joaçaba: como titular, o senhor Ricardo Grando, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba; e como suplente, o



senhor Waldemar Ronssem Junior, gerente administrativo e financeiro. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente *ad hoc*, Deputado Estadual Romildo Titon**, que disse que aquele havia sido um trabalho extraordinário e que pudessem contar com o trabalho dos Deputados na Assembleia. Agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



11ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: Caçador

Data: 25/06/15

Horário: 14h30min – Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua Fernando Machado, 139
Centro
Caçador

CONSELHEIROS:

Titular: *Imar Rocha – Secretário Regional*

Suplente: *Gilson Francisco Kollross-Advogado*

Total de participantes: 54





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CAÇADOR

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Pavimentação da rodovia de ligação Timbó Grande/Caçador - SDR - Caçador
2	Pavimentação da SC-462, trecho Matos Costa BR-153 - SDR - Caçador
3	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR - Caçador
4	Construção de um centro de atendimento a idoso – SDR - Caçador
5	Implantação do contorno viário norte de Caçador – SDR - Caçador
6	Construção do hospital regional de Caçador – SDR - Caçador
7	Implantação do sistema de esgoto sanitário nos municípios de abrangência – SDR - Caçador
8	Regionalização do abrigo da mulher, vítima de violência – SDR - Caçador
9	Construção de unidade de tratamento oncológico – SDR - Caçador
10	Construção de rede energia trifásica nas propriedades rurais – SDR - Caçador
11	Ampliação e melhoria da infra-estrutura do aeroporto de Caçador – SDR - Caçador
12	Construção de um centro de comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros – SDR - Caçador

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CAÇADOR

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Construção de unidade de tratamento oncológico – SDR - Caçador
2	Pavimentação da rodovia de ligação Timbó Grande/Caçador - SDR - Caçador
3	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR - Caçador



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAÇADOR

Municípios: Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	NEGI SARETA - Dep. Estadual	
02	Valpério de Paula Vereador	Caçador
03	Miltono J. J. J. J.	ALESC
04	FRANCISCO M M de ARAUJO	PIRA
05	Glaci Pereira	Comora
06	Celi M.M. Bede	Caçador
07	JEAN CARLO RIBEIRO	SDR CAÇADOR
08	PAULO R. GONCALVES	SEC. EDUCAÇÃO/CAÇADOR
09	Alexandre Boggio	Caçador
10	Pedro Knapinski	
11	Oswaldo T. Schultze	Caçador
12	Plínio A. Santos	Caçador
13	Maí Vojoso	Caçador
14	ADERIO M. DOS SANTOS	Caçador
15	José de Souza	Caçador
16	Constância M. M. M.	ALESC
17	Wilson B. B.	Caçador
18	Odilio Neves	Caçador
19	JUNIO G. DOS SANTOS	Caçador
20	Antonio Rubião Schmitz	Caçador
21	Antônio do Silveira	Caçador
22	José de Souza	
23	Vanderlei Dalrymple	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAÇADOR

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	IMAR ROCHA	CAÇADOR
25	GILSON F. KOLLER	CAÇADOR
26	Luiz Carlos Pereira	Caçador
27	Sandra Spautz	SDR Caçador
28	NEWTON MARCEL SANTOS	SDR CAÇADOR
29	Mordene P.S. Zolner	Pref. Caçador
30	Denilson Escangik	Caçador
31	VALTAN J.L. VARGAS	CAÇADOR
32	Daniel Tenconi	Caçador
33	FABIANO LOCATELLI	CAÇADOR
34	JORGE VETTOR	ALCESC
35	Juanir-José Pagotto	Ass. M. Rec. Alvorada
36	Alvo José Bonochendi	M. Neto
37	Sandro Luiz Kauer	Ituporanga
38	Dorivaldo BUFFON	CAÇADOR
39	AMIRIA DIAS	Caçador
40	Renato Vogt	Caçador
41	Sirlei Brugliu	CAÇADOR
42	Thermelinda	Caçador
43	MOACIR D'ÁGOSTINI	CAÇADOR
44	Marcos Souza	CAÇADOR
45	Selma Kauer	Caçador
46	EMILSON RANCIHA	MACIEZINHA
47	ARNALDO BERTOLINI	" "
48	Douglas Mogueiro	Caçador



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAÇADOR

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Rosi mari R. de Oliveira	SEF-Fpolis.
50	Gilberto Cervi	SEF-Fpolis
51	Carina Marmil	Caçador
52	Leio Vilas Boas da Costa Pacheco	Caçador
53	Carneiro	Caçador
54	André Augusto	Caçador
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE CAÇADOR, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR NO DIA 25 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H30MIN

Aos 25 dias do mês de junho de 2015, às 14h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez da Câmara Municipal de Caçador, em Caçador, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Caçador e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **A senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima primeira audiência pública Regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finança e Tributação; o Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura; o Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; o Deputado Estadual Antonio Aguiar, líder do PMDB na Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o senhor Imar Rocha, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador; a senhora Luciane Regina Pereira, Vice-Prefeita do Município de Caçador, representando o senhor Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito de Caçador; o Vereador Flávio Henrique dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Caçador; magnífico Reitor Adelcio Machado dos Santos, da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp); o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Regionalizado. Logo após, fez o registro da presença dos Vereadores de Caçador Fernando Scolaro, Vice-Presidente da Câmara Municipal; Moacir D'Agostini, Neri Vezaro, Wilson Luiz Binotto e Valmor de Paula, e Vereadora Glaci Pereira; senhora Sirlei Braghini, presidente da União das Associações de Moradores de Caçador; senhor Fabiano Locatelli, Delegado Regional de Polícia Civil de Caçador; senhor Paulo Gonçalves, Secretário Municipal de Educação de Caçador; senhor Jean Carlo Ribeiro, Gerente de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador, representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado de Agricultura e Pesca; senhor Daniel Tenconi, diretor Regional do Serviço Social da Indústria de Caçador; senhor Vanderlei Dalpiaz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira; senhora Lucimar Schultz, presidente do Conselho de Direitos da Mulher do Município de Caçador; senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhora Cristina Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do PPA da



Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Jorge Welter, secretário parlamentar, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; senhor Alvir Tomacheuski, Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Matos Costa; senhor Valtair José Cardoso de Vargas, presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Caçador; senhor Odelir Neves, presidente da Associação das Microempresas de Pequeno Porte do Vale do Contestado; senhor Emerson Zanella, Prefeito de Macieira; senhor Paulo Cesar Salum, auditor Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de SC; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretária de Estado da Fazenda; Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; e Defensores Públicos Caio Vilas Boas da Costa Pacheco e Elaine Masnik, de Caçador. Após o registro, convidou para fazer uso da palavra e para conduzir os trabalhos da audiência pública **o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa**, cumprimentou todos os presentes e citou nominalmente os Deputados: Natalino Lázare, Neodi Saretta, Gean Loureiro, Antonio Aguiar, que estavam acompanhando as reuniões do Orçamento Regionalizado. A seguir justificou a ausência do Deputado Valdir Cobalchini, tendo em vista que o mesmo havia passado por um procedimento médico naquela data. Também agradeceu ao Vereador Flávio Henrique dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Caçador, que cedeu o plenário da Câmara para a realização daquela reunião do Orçamento Regionalizado. Antes de continuar, fez um levantamento dos Municípios que se faziam representar na plenária, pedindo que as pessoas levantassem a mão quando ele chamasse o nome do Município. Prosseguindo, disse que aquela era a décima primeira audiência pública do Orçamento Regionalizado que a Assembleia Legislativa estava realizando naquela semana. Fez um breve relatório das audiências que haviam realizado desde segunda-feira, começando por Itapiranga, estavam iniciando aquela em Caçador, e informou que à noite ainda teriam audiência em Videira, e no dia seguinte, pela manhã, Campos Novos e, à tarde, Lages. Continuando disse que na segunda semana de julho teriam mais quatorze audiências públicas do Orçamento Regionalizado; finalizando, aquele ciclo de audiências, na primeira semana de agosto o sul do Estado. Afirmou que fez questão de fazer um levantamento acerca da presença dos representantes de todos os Municípios que compunham a Regional de Caçador, porque havia lhe causado surpresa a ausência das autoridades públicas constituídas e da sociedade civil organizada naquela audiência pública, que era a com menor público, tendo em vista que todas as outras se revestiram de amplo sucesso, com a presença maciça dos senhores Deputados, das autoridades constituídas e da população. Observou que talvez aquilo demonstrasse que os Municípios estivessem ausentes porque não estavam interessados em ver as suas ações contempladas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual. Desse modo, em razão da Guerra do Contestado, em 1912, Caçador havia sido a última região do Estado a iniciar o seu processo de industrialização, por isso, precisava muito dos poderes públicos constituídos para resolver seus grandes e graves problemas. Prosseguindo, disse que a Assembleia realizava aquele círculo de audiências públicas para cumprir um preceito constitucional que era o de escolher três ações que constavam no PPA para serem inseridas no Orçamento do Estado de 2016. Ressaltou que, no ano corrente, o ciclo de audiências públicas se revestia de dupla importância, porque iriam definir as doze prioridades a serem escolhidas para o Plano Plurianual do quadriênio 2016/2019, reiterando a importância da presença maciça das autoridades constituídas e da sociedade civil organizada naquele evento onde iriam decidir o destino da Regional de Caçador para os próximos quatro anos. Explicou que, dentre todas as ações já selecionadas pela Secretaria da Fazenda, iriam escolher doze prioridades para Plano Plurianual e, dessas doze, elencariam três prioridades para o Orçamento de 2016. Informou que o Orçamento Regionalizado ainda não era impositivo como eles desejavam, mas já haviam aprovado uma Emenda à Constituição do Estado, a qual inseria na Constituição os artigos 120A e 120B, tornando as ações do Orçamento Regionalizado impositivas, mas faltava a sua regulamentação, que deveria ser feita através de Lei Complementar, que era uma prerrogativa da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia - da qual alguns Deputados presentes aqui fazem parte -, e contou que já haviam acordado na Comissão que no próximo semestre o projeto de Lei iria tramitar na Comissão e, se aprovado, seria levado para deliberação final do plenário da Assembleia Legislativa. Outrossim, sendo sancionado o projeto pelo Governador, no



ciclo de audiências públicas de 2016, as ações escolhidas tanto para o PPA quanto para o Plano Plurianual seriam impositiva, e explicou que isso significava que o Poder Executivo seria obrigado a cumprir as ações colocadas no Orçamento, sob pena de responsabilidade civil. Ressaltou que o trabalho da Comissão de Finanças era tornar cada vez mais importante as ações do Orçamento Regionalizado e que, ao longo dos últimos anos, essas ações estavam sendo cumpridas de forma rápida. Assim sendo, para completar traçou um paralelo entre o que era realizado há dez anos, numa média de 20% das ações executadas pelo Poder Executivo, e que, atualmente estava na marca de 42% a 45% de execução das ações escolhidas para o PPA e a LOA. Em seguida, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc**, que saudou todos os presentes e dirigindo-se ao Reitor disse que a ida dele a Caçador tinha, além da função parlamentar, um sentimento nostálgico, porque havia sido ali que havia se formado em Letras e o primeiro aluno da antiga Fearpe. Prosseguindo, de maneira rápida, disse que não iria falar sobre o objetivo daquela audiência, que havia sido bem explanado pelo Deputado Marcos Vieira, mas reafirmou aquilo que discutia na Assembleia Legislativa, especialmente na Comissão de Agricultura e Política Rural, da qual era o Presidente, que eles viviam na região do oeste e do meio-oeste de Santa Catarina uma situação privilegiada em função da pujança da agricultura, mas, ao mesmo tempo, eram carentes em diversos setores na logística, no que se referia a obras de infraestrutura e estavam longe de ter aquilo que mereciam para crescer e se desenvolver, e que as ações do governo tinham que ser mais presentes, mais consistente. Reconheceu o esforço do Governo Raimundo Colombo, mas que era tênue a ação governamental para a região. Desse modo, ele e o Deputado Aguiar estavam falando para o Deputado Gean Loureiro que o oeste ainda tinha muito a oferecer pela sua vocação de empreender no setor agrícola, no agronegócio da pequena propriedade de Caçador rumo a Matos Costa, rumo a Canoinhas, onde havia muitos campos que precisavam de programas de investimento na agricultura. Afirmou que precisavam rediscutir a questão agrícola de Santa Catarina onde tinham as grandes agroindústrias e as grandes cooperativas que eram o alicerce da economia catarinense, e colocava o Estado em primeiro lugar como produtor de suínos no País; e, em segundo lugar, como produtor de aves no País, no entanto, essas atividades todas correspondiam ao trabalho de oito mil propriedades que produziam um plantel de oito milhões de suínos, quatro milhões de bovinos e de 160 milhões de aves. Dito isso, frisou que tinham inúmeras propriedades à disposição, que estavam descobertas de assistência técnica, que não tinham investimento, observou ainda que não era por culpa dos órgãos estabelecidos, que faziam um trabalho excelente, mas era devido ao número reduzido de pessoal que não prestavam mais aquele serviço de extensão, de visita e de planejamento às propriedades. Feito o registro, disse que, desde que foi Prefeito em Arroio Trinta, acreditava que a alternativa de melhora de vida era através da educação, através do trabalho, do investimento no setor produtivo que, na opinião dele, era a maneira mais certa de se chegar à justiça social. Concluindo, devotava fé de que daquela audiência surgiriam ideias e planos que iriam transformar aquela realidade da região e levá-los a patamares maiores no crescimento do Estado, da região de Caçador e do Brasil. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc**, que cumprimentou os presentes que estavam ali para debater as prioridades da região a serem contempladas no Orçamento. Disse que, como eram vários Deputados, iria fazer uma pequena saudação para registrar que eles estavam realizando aquelas reuniões, oportunizadas pela Assembleia Legislativa, para definirem as prioridades do PPA e da LOA, e, conforme o Deputado Marcos havia falado, além da importância da emenda constitucional impositiva tinha também o aspecto político das obras que fossem decididas como prioridades da região. Frisou o compromisso dos Deputados de lutar para que essas prioridades constem no Orçamento do Estado, na hora da votação na Assembleia Legislativa, para que de fatos essas obras sejam executadas. Assim sendo, desejou um bom trabalho a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc**, saudou os servidores da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa que, liderados pelo Deputado Marcos Vieira, estavam preparando as audiências para ouvir a sociedade catarinense, através de todas as Regionais definidas no Estado. Falou que aquele era um trabalho que permitia a Assembleia Legislativa ir ao encontro da população através das



audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Dirigindo-se ao Deputado Natalino, que era Deputado da região, disse que mesmo tendo base eleitoral na Grande Florianópolis, sabiam da importância do desenvolvimento de todo o Estado, porque, se as regiões não se desenvolvessem, os problemas recairiam em Florianópolis. Acrescentou que Santa Catarina, apesar das dificuldades, tinha um diferencial por trabalhar o desenvolvimento nas regiões, não permitindo que os assuntos estratégicos dependessem da Capital ou de outras cidades maiores. Prosseguindo, reiterou que o papel da audiência pública era ouvir aqueles que ali estavam com o objetivo de deferir as metas a serem estabelecidas no PPA e na LOA e a execução delas. Dando seguimento, saudou os colegas Deputados e fez referência à Comissão de Turismo, observando que a área ambiental talvez fosse uma das mais importantes para o desenvolvimento da agricultura, da suinocultura em Santa Catarina, e precisava estar envolvida em todas as ações para que tenham agilidade nas licenças; para que tenham uma política de equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico gerando o desenvolvimento sustentável. Relatou que, naquele dia, o senhor Oderli Neves, presidente da Associação dos Micro e Pequenos Empresários da região, lhe contou o trabalho que foi feito para a regularização dos chapeadores da região de Caçador, buscando a legalização ambiental das atividades dos micros e pequenos empresários, ressaltando a importância daquele depoimento à Comissão, que serviria de exemplo para todo o Estado. Dando continuidade saudou nominalmente o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Imar Rocha; a Vice-Prefeita de Caçador, Luciane Regina Pereira, informando que o Prefeito Beto, de Caçador, estava em missão buscando recursos para o Município e que ele era um exemplo para todo o Estado de Santa Catarina pelo trabalho que a administração dele estava realizando; e também os demais componentes da mesa. A seguir, reafirmou a obrigação que tinha, como membro da Comissão de Finanças e Tributação, de participar das audiências públicas nas regiões para que os investimentos não fossem definidos em gabinetes, e sim, juntamente com a comunidade, frisando que aquela era uma oportunidade deles aperfeiçoarem a peça orçamentária, sendo que atualmente se atingiu quase 50% das ações executadas e, a cada ano, o percentual aumentava. Acrescentou que, muitas vezes, a decisão que a comunidade estabelecia nas audiências se tornavam prioritárias para o governo. A seguir, fez uma menção especial ao Deputado Valdir Cobalchini, Presidente de seu Partido e Deputado da cidade de Caçador, e desejou sucesso a todos naquela audiência. Reiterou que todos os Deputados estavam na Assembleia à disposição de todos para colaborar. Encerrou dando os parabéns à Comissão e à Assembleia pelo trabalho desenvolvido. Na sequência, fez uso da palavra **o Deputado Estadual Antonio Aguiar, líder do PMDB na Assembleia Legislativa**, que após os cumprimentos de praxe, fez uma saudação a todos os presentes. Ato contínuo, disse que todas as audiências públicas que eles realizaram em anos anteriores, foram de pouca credibilidade, pois não existia Orçamento impositivo. Observou que aquela era a maior e mais importante audiência pública do Município de Caçador e da região, porque naquele dia iriam decidir as prioridades a serem incluídas no PPA para os próximos quatro anos. Frisou que aquela era uma reunião importante e de credibilidade, porque a continuidade do que eles decidissem, para Caçador e para a região, seria contemplada pelo Governador Raimundo Colombo, porque estava na lei, e que os Deputados iriam fiscalizar o cumprimento daquelas ações para a Regional de Caçador. A seguir, depois de identificar-se para a plenária, informou que através da liderança do PMDB - Deputado Estadual Valdir Cobalchini- realizaram uma reunião importante sobre uma ação especial que já estava sendo desenvolvida no bolsão da pobreza da BR-116, que passavam por Caçador, Lages e Canoinhas. Informou que era uma ação para que o governo do Estado criasse ICMS diferenciado para o desenvolvimento daquela região. Comentou que aquela era uma região lutadora que não conseguia fazer com que o governo olhasse para ela. Desse modo, eles podiam ter a certeza de que todos os Deputados estavam olhando por Caçador, por Canoinhas, por Joaçaba, para que todos tivessem uma qualidade de vida melhor. Encerrou agradecendo a oportunidade. Dando seguimento, fez uso da palavra **o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou o Deputado Marcos Vieira, os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, disse que foi bom as audiências do Orçamento terem começado pelo oeste e meio-oeste catarinense, que aquele era um momento muito importante para o Estado de Santa Catarina, porque dava a



oportunidade da população decidir o futuro das cidades e, conseqüentemente, do Estado. Explicou que discutir o PPA era discutir um Orçamento de R\$ 24.8 bilhões do Estado de Santa Catarina, e que aquela decisão passava pela participação da população. Enfatizou que era uma forma democrática de debater as principais demandas, as principais políticas públicas, que tinham que ser implantadas em Santa Catarina e naquela região, e que seriam executadas através do PPA, a partir do ano que vem. Observou que, segundo informações do senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento, 46%, 47% do último PPA já havia sido executado, o que era, na opinião dele, um grande avanço, mas precisavam avançar mais, e aquele avanço dependia muito da decisão deles na escolha das prioridades, e da vontade de todos os Deputados de dar publicidade e transparência das ações do governo do Estado, através daquela audiência pública. Prosseguindo, reiterou que era um momento importante onde se discutia a questão da saúde, da segurança pública, das SCs, do turismo, da inovação tecnológica pensando em geração de emprego e de renda. Dirigindo-se ao senhor Dóia, disse que na economia eles viviam ciclos, como o ciclo da madeira, o da agropecuária, o da agroindústria, mas tinham que buscar inovação e desenvolvimento econômico para as próximas gerações. Deu os parabéns aos presentes que prestigiavam aquela audiência e agradeceu a oportunidade. A seguir, fez uso da palavra **o senhor Imar Rocha, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador**, que saudou o Deputado Marcos Vieira, seu ex-companheiro no governo de Luiz Henrique Silveira, e lembrou que muitas vezes estiveram juntos resolvendo os problemas que o Governador Luiz Henrique apresentava e exigia que fossem resolvidos, não interessava como. Cumprimentou os componentes da mesa dos trabalhos e os demais presentes e, dirigindo-se ao Deputado Marcos Vieira, argumentou que talvez a pouca assistência ali fosse devido ao abandono em que a região se mantinha há cem anos. A seguir, comentou sobre um artigo veiculado, há poucos dias, no Diário Catarinense sobre a pobreza, e lá estava colocado que, dos seis Municípios mais pobres de Santa Catarina, quatro eram daquela região, Matos Costa, Leblon Régis, Calmão e Timbó Grande; apenas dois Municípios, São José do Cerrito e, senão estava enganado, Cerro Negro, não era da região deles. Prosseguindo, informou que aquela região tinha o menor IDH de Santa Catarina, e que os outros Municípios que compunham a Regional de Caçador eram: Rio das Antas, Caçador e Macieira. Comentou que o IDH de Caçador era menor do que o do Rio das Antas, sendo que esse destoava da região, em razão da proximidade com a cidade de Videira e que a atividade do agronegócio era forte, mas que o restante dos Municípios era muito pobre, e era preciso que o governo do Estado e o governo federal os tratassem de forma diferente. Contou que esteve várias vezes em Brasília buscando recursos, quando Prefeito, e que os Ministros não acreditavam que o Município dele fosse pobre, porque Santa Catarina era o Estado mais desenvolvido do Brasil, e informou que ele tinha cópia de um estudo feito, na época do Presidente Fernando Henrique, pelo Ministério do Desenvolvimento, no qual eles figuravam como o Nordeste brasileiro, em Santa Catarina; e, como era, no Rio Grande do Sul, a região das Missões. Desse modo, reiterou que eles deveriam ser tratados de forma diferente; que eles precisavam ter uma educação mais avançada. Continuando, disse que uma das três prioridades que eles tinham elencado para a região era a construção e reforma das escolas, porque a educação era uma forma de desenvolvimento para a região. A seguir, justificou que a ausência do representante de Timbó Grande era devido à distância entre uma cidade e a outra, e relatou que eles estiveram reunidos com todos os Municípios, há poucos dias, e que cada um havia levado a sua prioridade, que estava elencada entre as doze prioridades do PPA, e que dessas haviam destacado as três prioridades para a LOA, que eram: a ligação de Timbó Grande e Caçador; reconstrução e ampliação das escolas; e a construção de uma unidade de tratamento de oncologia, porque a região deles era a com maior índice de câncer em toda Santa Catarina - ele não sabia a razão daquele índice -, e o tratamento era feito em Joaçaba ou Lages. Finalizando, disse que eles eram humildes até para pedir e esperavam contar com o apoio dos senhores Deputados nas reivindicações para a região. Agradeceu a oportunidade e desejou um bom trabalho a todos. Ato contínuo, fez uso da palavra **a senhora Luciane Regina Pereira, Vice-Prefeita do Município de Caçador, representando o senhor Gilberto Amaro Comazzeto, Prefeito de Caçador**, que cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, disse que era covardia falar depois do senhor Imar, e que ele já havia feito o pedido por todos. Desse modo,



deu as boas-vindas a todos e desejou que tivessem uma tarde bastante produtiva. Prosseguindo, fez questão de ler, para todos, a definição correta de uma audiência pública: “que era uma das formas de participação e controle popular da administração estadual que visava informar, discutir, tirar dúvidas, ouvir e registrar propostas de solução para os desafios da região.” Justificou que infelizmente não haviam conseguido mobilizar todas as pessoas, e que poucas sabiam do poder que tinham para escolher as prioridades da região, mas tinha certeza que a cada nova audiência feita teriam mais participação. Desejou uma boa tarde de trabalho a todos. A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **Magnífico Reitor Adelcio Machado dos Santos, da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)**, que cumprimentou todos os presentes. A seguir, informou que no ano corrente se comemorava o aniversário da Magna Carta - primeira Constituição feita na Inglaterra -, e curiosamente ela havia sido criada justamente pela gestão tributária, pela gestão financeira do Estado Inglês. Prosseguindo, deu uma aula de história sobre o que havia levado à criação da Carta Magna e ao constitucionalismo. Enfatizou que o Parlamento e os Parlamentares estavam ligados à democracia, e que existiam várias modalidades de democracia, e observou que sem o órgão Legislativo, sem a Assembleia Legislativa, sem a Câmara Municipal não haveria democracia. Desse modo, e a partir da Constituição da Magna Carta, ela foi o modelo usado para se criar o constitucionalismo no ocidente. Continuando, disse que era extremamente importante, naquele momento, que declarassem a importância do Poder Legislativo, como instituição representativa e a sua capacidade de vitalidade. Prosseguindo, explicou ainda que, inicialmente, na Grécia as reuniões eram feitas nas praças, e atualmente o Parlamento se revitalizava e se reciclava fazendo as audiências públicas para ouvir as pessoas justamente na questão financeira que foi a raiz que levou ao surgimento da Magna Carta. Desse modo, o Parlamento demonstrava ser uma instituição com vitalidade que conseguiu superar muitos desafios contra regimes totalitários ao longo dos anos, fortalecendo-se, o que demonstrava que a legitimidade estava a par da eficiência que atualmente era a caixa de ressonância das questões populares. Concluindo, acrescentou que acreditava que era o momento da sociedade civil organizada prestar apoio à Assembleia Legislativa e à Câmara Municipal para que as audiências fossem representativas com um grande número de participantes, sendo que eles, enquanto Universidade, faziam campanha desenvolvendo que existiam instrumentos institucionais, mas que cada um deveria fazer a sua parte. Reiterou ainda que acreditava que aquele era o momento de todos valorizarem aquela audiência e entenderem que era a maneira de construir aquilo que gerou a Carta Magna, uma gestão financeira a altura do que queriam. Encerrou agradecendo a oportunidade e desejou que a audiência, do próximo ano, tivesse uma densidade popular maior. A seguir, o senhor Presidente, concedeu a palavra ao **Vereador Flavio Henrique dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador**, que, ao cumprimentar os presentes agradeceu a deferência de Caçador sediar uma das audiências públicas do Orçamento do Estado, e comentou que, em anos anteriores, Caçador não havia sido contemplado no Orçamento, e era uma briga muito grande. Prosseguindo, cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes, em especial a senhora Sirlei Braghini, presidente da União das Associações de Moradores de Caçador, representando todos os conselhos comunitários da cidade naquela audiência pública. Disse que considerava a Lei Orçamentária extremamente importante, porque era ali que nascia as ações e as obras. Explicou que se as ações não estivessem contempladas no PPA, na LDO e, posteriormente, na LOA, não seriam realizadas. Registrou que atualmente aquela lei disciplinava o Orçamento, e que o Prefeito e o Governador não faziam aquilo que era a vontade deles, eles tinham que obedecer àquela lei. Desse modo, parabenizou a comunidade presente, porque era ali que nasciam as obras, e reiterou que não adiantava lá na frente querer determinar alguma ação importante, pois se não estivesse contemplada no Plano Plurianual, aperfeiçoada na LDO, e, posteriormente, na LOA não seria realizada. Disse que considerava o PPA a mais importante das leis, porque além de contemplar os três últimos anos das administrações, contemplava o primeiro ano do mandatário seguinte e aquilo havia feito com que muitas obras que ficavam inacabadas nos Municípios, nos Estados e no Brasil, porque quem assumia acabava mudando as suas prioridades e muitas vezes não concluía as obras. Complementou que atualmente com o PPA, o mandatário seguinte tinha que, no primeiro ano da sua gestão, concluir aquele PPA e cumprir o Orçamento do seu antecessor.



Na sequência, justificou que acreditava que a pouca participação dos Municípios vizinhos fosse devido ao fato de que há poucos dias haviam realizado uma audiência pública com o governo do Estado, com os Prefeitos e que as pessoas haviam deliberado as doze prioridades que deveriam ser incluídas no Orçamento, e talvez eles achassem que não fosse importante comparecer ali, do que ele discordava. Reiterando que se estivesse contemplado no Orçamento do Estado ao chegar à Assembleia Legislativa os Deputados teriam mais força, mais condições de aprovarem o Orçamento. Agradeceu a oportunidade e disse que eram bem-vindos à Câmara Vereadores que estaria sempre à disposição de todos. A seguir, o senhor Presidente, atendendo a solicitação do Deputado Estadual Natalino Lázare, concedeu-lhe a palavra ao senhor **Deputado Estadual Natalino Lázare**. Informou dizendo que fez questão de registrar que eles haviam buscado em Caçador o secretário da Comissão de Agricultura e Política Rural, o senhor André Francisco Canalle que estava entre eles. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, comunicou que estava encerrada a primeira fase da audiência e desfez a mesa dos trabalhos convidando o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)**, para assumir a coordenação da parte técnica da audiência. **O senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas Regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos Regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, juntamente com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento tanto à Regional de Caçador. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo de trabalho se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Caçador.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o senhor Adilor **Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Caçador para o PPA 2016/2019:

1	Pavimentação da rodovia de ligação Timbó Grande/Caçador – SDR- Caçador
2	Pavimentação da SC-462, trecho Matos Costa BR-153 - SDR- Caçador
3	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR- Caçador
4	Construção de um centro de atendimento a idoso - SDR- Caçador
5	Implantação do contorno viário norte de Caçador - SDR- Caçador
6	Construção do hospital Regional de Caçador - SDR- Caçador



7	Implantação do sistema de esgoto sanitário nos Municípios de abrangência - SDR- Caçador
8	Regionalização do abrigo da mulher, vítima de violência - SDR- Caçador
9	Construção de unidade de tratamento oncológico – SDR Caçador
10	Construção de rede de energia trifásica nas propriedades rurais - SDR- Caçador
11	Ampliação e melhoria da infraestrutura do aeroporto de Caçador - SDR- Caçador
12	Construção de um centro de comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros - SDR- Caçador

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Caçador para a LOA 2016:

1	Construção de unidade de tratamento oncológico – SDR Caçador
2	Pavimentação da rodovia de ligação Timbó Grande/Caçador – SDR- Caçador
3	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR- Caçador

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para a Regional de Caçador: como titular, o senhor Imar Rocha; e como suplente, o senhor Gilson Francisco Kollross. Após o relato das prioridades elencadas e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra **ao senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, que agradeceu a participação de todos, e, mais uma vez, ressaltou a importância daquele momento para definir onde o Governo deveria investir na região, e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]*

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



12ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **VIDEIRA**

Data: 25/06/15

Horário: 18h30min- Quinta-Feira

Local Audiência Pública: **Auditório da Câmara Municipal**
Avenida Manoel Roque ,99 Bairro Alvorada
Videira

CONSELHEIROS:

Titular: Dorival Carlos Borga-Secretário Regional

Suplente: Josiane Zago -Assessora de Comunicação

Total de participantes: 141





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - VIDEIRA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

01	Pavimentação rodovia de contorno de Fraiburgo até Frei Rogério (sc 451).
02	Pavimentação da rodovia de arroio trinta a macieira (sc 455, trecho macieira sc 453.
03	Revitalização da rodovia de Fraiburgo até a rodovia br116.
04	Revitalização da rodovia de Fraiburgo até a rodovia br470.
05	Implantação de uma rede de coleta e tratamento e destino final do esgoto na cidade de videira, atendendo 60% da demanda do município.
06	Reforma e adequação das estruturas hospitalares existentes.
07	Subestações e linhas de transmissão para o município de Fraiburgo.
08	Construção de moradias populares na área urbana e rural.
09	Neutralizar a emissão de gás metano para a atmosfera / subsidiar os juros para aquisição de biodigestores.
10	Formação de parcerias com consórcio cisamarp / implantação de policlínica e centro de reabilitação física e visual // viabilizar a habilitação de alta complexibilidade em ortopedia/ traumatopedia e neuro
11	Reforma para adequação de 9 refeitórios nas escolas da rede estadual da região // construção/reforma de ginásios de esportes em 9 escolas de educação integral da rede estadual de ensino, que são: E.E.B. Padre bruno pokolm, E.E.B.. Anita brasileira, E.E.B.. Josefina c. Andrade, E.E.B.. Inspetor eurico rauen, E.E.B.. Anísio rachadel, E.E.B.. 25 de maio, E.E.B.. Gov. Bornhausen, E.E.B.. Madre terezinha, E.E.B.. Bela vista
12	Instalar redes de energia trifásica na área rural

OBS: a 7- prioridade elencada será contemplada caso a 3 for executada em 2015.

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação rodovia de contorno de fraiburgo até Frei Rogério (SC 451).
2	Revitalização da rodovia de Fraiburgo até a rodovia br116
3	Reforma e adequação das estruturas hospitalares existentes.
4	Subestações e linhas de transmissão para o município de Fraiburgo.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015 *150 participantes
LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Municípios: Videira, Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Alexio Aguiar	Pinheiro Preto
02	Rafael Testolin	Videira
03	Francisco R. Macchietti	Videira
04	Moisés Adolfo Bonia Filho	Videira
05	Carlo Panceri	Videira
06	Josiane Zago	Videira
07	Therese de Souza	Videira
08	Sandro Concorato	Videira
09	Antonio Valmir Bunn	Videira
10	Sam Santos	Videira
11	Waldemar A. Andres	Tangará
12	Luciano Paganini	Iomerê
13	Amelisa Derisio Manteani	Videira
14	ELIAS BOÇOIS	VIDEIRA
15	MAURO SAUTINI	"
16	Julia m. Maurício	Arroio Trinta
17	Terezinha C. Sartor	Iomerê
18	Agostinho Rossato	Arroio Trinta
19	Edgar Piccoli	P. Preto
20	MARIO LUIZ MILANI	
21	SPRIVAL CARLOS BORGES	
22	DAJIM TAVEL BORGES	
23	Millo Borges	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Lucas Goelinko	Araxós Santa
25	Vatto Lins	V. DA
26	Vilson Grazzoni	Ube - Araxós
27	Nelson Harasawa	Tangará
28	Nilu King	Freiburgo - SC
29	Nilton Luis Panerri	Videira
30	Daniel Drexler	Freiburgo
31	Michelle Guzman	Videira
32	Marlise Boesing	VIDEIRA
33	Carmem M.T. Bressan	Tangará
34	Leopoldo Bertoni	Videira
35	Desair Redner	Pinheiro Preto
36	GILBERTO CERUFI	SET. FLORES
37	Solano W. Lemat	GEREN
38	Carlos A. Zogo	Videira
39	Margara Quei Grandi	Araxós
40	Paulo C. Schum	
41	PAULO EDUARDO ROCHA FARIAS JR	CAVOINHAS
42	Robinar Rutenello	P. Ruto
43	Euclides Cruz	Tangará
44	Ana Paula Mafra Dalmolin	Videira
45		Pinheiro Preto
46	Beulanda	
47	WALTER REICHERT	Videira
48	Adriano Bello	Videira



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Clime Perazzi Buratto	Videira
50	Graci A. Mezardes	Oda
51	Emelina P. Ferreira	Videira
52	Susane Fundati	Videira
53	Ademilton A. Einsweiler	P. Pato.
54	TIAGO RUM.	VIDEIRA
55	SERGIO A. RENCÍ	UDA
56	FERNANDO J. FARIAS	VDA
57	Maria Emília Juliana Dunes	UDA
58	Elio J. do Prado	CATAS
59	Ricardo Emilio Sart	Videira
60	Rafael Guzzo	Videira
61	Juan Beyer	P. Bento
62	João F. Gianello	Videira
63	Adriane Santos	Videira
64	Maria Miria Rambo Silva	Tangará
65	Rita de Cássia Soares	Videira
66	Bruno DE SOUZA BRANCHER	VIDEIRA
67	Leonardo Moura	Videira
68	Francine Zan	Videira
69	Tronei Rambo	Videira
70	Soraine Uedini	Videira
71	Geacardos Ferrinetti Flores de Matos	Videira
72	Khalli Mendonça Bivatti	UDA
73	MATHEUS LAZARE	ALDESC



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Alfonso da Raffin	Videira
75	Luiz Capel	Videira
76	Christiano J. G. da Silva	Videira
77	Agnes Togni	Videira
78	GIUSEPPE BOSUENI	"
79	WILMAR CARELLI	"
80	Bandes B. Nunes de Sá (Bundus)	Videira
81	VALMOR LUIZ DALL'AGNOL	Videira
82	ANTONIO CARLOS DE SOUZA	VIDEIRA
83	Andréia Ap. Bento	Videira
84	Felipe Luiz Moriggi	Videira
85	João Paulo Ten	A. 30
86	Luiz A. Bion	A. 30
87	Christian Zimmer	Vda - SC
88	Leandro Ficht	Vda - SC
89	Rosmar J. Fomina	Vda - SC
90	SIRNEI P. S. RAGO	VDA - SC
91	Matheus Pigo	VDA - SC
92	Fabiano G. Vanz	VDA - SC
93	Ana Paula Gallas	Videira
94	Paulo César Stroh	Videira
95	Beto Martins	Videira
96	Edmir A. Bahr	Videira
97	Flamion W. Cas	VIDEIRA
98	Claudio W. S.	Videira



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
124	Elair Kluckmann do Souza	Videira
125	Joziane R. Manenti	Videira
126	Jussara S. de G. Alves	Videira
127	Genilda J. Zaep	Videira
128	José C.	Videira
129	JORGE WELTA	ALESC
130	Veni José Rubini	STIMMME
131	Juraci Buntarullo	35621266 Pf
132	CONSTÂNCIO ALBERTO JAMES MACIEL	ALESC
133	Juvenal Gomes de Sousa	FB 60
134	Erivo Credebeter	FB 60
135	Rodrigo de Jesus	Fb 60
136	Sandra Roche	Videira
137	Chelisa Rocha	Videira
138	FRANCISCA DA SILVA	Videira
139	Idalberto Santana	S. Uda.
140	RICARDO MEZIERES	Videira
141	Luís de F. Silva	Videira
142		
143		
144		
145		
146		
147		
148		



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
142	Marise Zumbado Rombo	Vidua
143	João J. de Souza	Vidua
144	Luiz Felipe Schuler	Vidua
145	Georgina M. R. Dulal	Vidua
146	Luiz Carlos	Vidua

147-154 - George L. de
 148-155 - Alcidis Felchulcher
 149-156 - Antonio Sengenier
 150-157 - Flávia Camo
 151 - Alexandre Parizzotto

A 30
 A Tur. for.
 A-tutor
 A + recmtr
 Viduira



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: VIDEIRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Lucas Rigo	Videira
100	Leiso Furlanetto	Videira
101	Ivan Roberti	Videira
102	Charmar Bellen	Videira
103	Saudemir Favorem	Videira
104	Maris Schaitl	Videira
105	RACHEL FRANCIO	Videira
106	Jema Andraani	Videira
107	Selair Grandi	Videira
108	Joaquim	Videira
109	Andressa Gaudin Roque	Videira
110	Lucas Rafael Ribeiro da Silva	Videira
111	Marcia F. Ribeiro	Videira
112	Raquelma Carmello	Salto Veloso
113	Traci Strazzo	Frederico Westphalen
114	Jose Elias Onorato	Salto Veloso
115	Pedro Nilton	Salto Veloso
116	Pedro S. Silva	Salto Veloso
117	Jakeli Marques	Videira
118	Jaqueline Dias	Videira
119	Christiane dos Passos	Videira
120	Stefanie Peduto	Videira
121	Luana Petrich	Videira
122	Sandro Luiz Favero	Videira
123	Jucene B. Bento	Videira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE VIDEIRA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA
EM 25 DE JUNHO DE 2015, ÀS 18H30MIN**

Aos 25 dias do mês de junho de 2015, às 18h30min, no auditório da Câmara Municipal de Videira, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Videira e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, décima segunda audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa, da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Líder do PMDB da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; Dorival Carlos Borga, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira; Wilmar Carelli, Prefeito de Videira; Ivo Biazollo, Prefeito de Fraiburgo; Cris Zimmer, Presidente da Câmara de Vereadores de Videira; Vereador João Paulo Térci, Presidente da Câmara Municipal de Arroio Trinta; Gelmir Antonio Barh, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira; Antonio Carlos de Souza, vice-reitor da Unoesc – Campus de Videira; Adilor Guglielmi, coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Euclides Cruz, Prefeito de Tangará; Luciano Paganini, Prefeito de Iomerê; Euzébio Vieceli, Prefeito de Pinheiro Preto; Milto Borga, Vice-Prefeito de Iomerê; Pedro Sezi Silva, Vice-Prefeito de Salto Veloso; Ivan Bogoni, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto; Luiz Augusto Biava, Vereador de Arroio Trinta; Pedro Milani,



Vereador de Salto Veloso; Clarimar Raimundo Bettoni, Vereador de Videira; Sandro Caregnato, Vereador de Videira; José Carlos Oneda, Secretário de Administração de Salto Veloso; Rudimar Cornelli, Secretário Municipal de Saúde de Salto Veloso; Valmor Luiz Dall'agnol, Secretário Municipal de Administração de Videira; Nilce Pinz, Secretária de Saúde de Fraiburgo; Joaquim Tadeu Borges, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fraiburgo; Maria Eneida Furlindresch, Secretária Municipal de Saúde de Videira; Igor de Siqueira de Araújo, Delegado Regional de Videira; Mário Milani, gerente da Cidasc de Videira; Celso Panceri, presidente do Sindicato da Indústria de Vinho de Santa Catarina; Celso Francisco Testolin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Videira e Iomerê; Francisco Marcheti, presidente da Comunidade Terapêutica São Francisco; Antônio Valmor Bunn, engenheiro-agrônomo, representando o presidente da Cooperativa Agropecuária Videirense, Coopervil, Luis Vicente Suzin; Vilson Giazzoni, presidente eleito da Associação Comercial de Videira; Paulo Cesar Salum, auditor-fiscal do Tribunal de Contas de Santa Catarina; Jorge Welter, representando o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; Alessandro Cantelli, defensor público da Comarca de Joaçaba. Após o registro, convidou a fazer uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que cumprimentou a todos. Disse que as audiências do OER estavam sendo realizadas no sentido de fazer a revisão do PPA e de escolher três ações extraídas do PPA que seriam incluídas no Orçamento do Estado do ano seguinte. Comentou que em 2015 as audiências do OER tinham dupla importância, pois também seriam priorizadas doze ações que seriam incluídas do PPA do quadriênio 2016/2019. Comentou que as audiências do OER vinham percorrendo o oeste catarinense, registrando que das doze audiências realizadas até aquele momento, somente na regional de Caçador o público havia sido decepcionante, pois apenas um Prefeito e uma Vice-Prefeita fizeram-se presentes. Afirmou que os Deputados Estaduais estavam prestigiando as reuniões, e que a Assembleia estava pressionando ano após ano o Poder Executivo, fazendo com que a cada ano a porcentagem de obras concluídas fosse aumentando significativamente. Disse ainda que a Alesc havia aprovado no ano de 2014 uma emenda constitucional que tornava o Orçamento Regionalizado impositivo, faltando ainda a sua regulamentação, o que ocorreria em breve graças aos trabalhos feitos na Assembleia Legislativa em favor da sociedade catarinense. A seguir, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos. Falou que era uma satisfação muito grande receber os Deputados Estaduais, os Prefeitos da região em Videira, afirmando que nunca houve na história a reunião dos sete Prefeitos daquela SDR, demonstrando o respeito que eles tinham com os ideais e necessidades da população. Fez um relato das suas ações na Assembleia, afirmando que estava atuando na área do Magistério, tratando de temas como o Plano Estadual de Educação e o Plano de Carreira do Magistério, estudando melhores alternativas para o desempenho e a vidas dos professores do Estado. Disse que se reuniu com o presidente da Udesc para as tratativas do início do ensino universitário público na região de Videira, e que vinha discutindo o modelo universitário das universidades, principalmente as ligadas ao Sistema Acafe, que não podiam continuar tendo o tratamento que estavam recebendo do Estado. Comentou que havia desafios enormes na área da saúde, pois não existia nenhum procedimento público, nem de média e nem de alta-complexidade naquela SDR, o que deflagrava a carência daquela região. Lembrou que aquela região era o berço da quinta maior agroindústria produtora de alimentos do mundo, a BRF, e que oeste de Santa Catarina possuía um plantel de nove milhões de suínos, quatro milhões e meio de bovinos, além de um plantel permanente de cento e sessenta milhões de aves, sendo grande parte da região de Videira; mesmo assim, disse que havia muitas necessidades a serem perseguidas. Afirmou que criara, juntamente com o Deputado Cesar Valduga, na Comissão de Agricultura, um elenco de ações, como o Fórum Permanente da Agricultura Familiar e do Agronegócio Catarinense, com a participação de todas as segmentos e entidades



envolvidas naquele processo, possibilitando uma tomada de ações que facilitassem a vida do agronegócio e do homem do campo. Afirmou que existiam inúmeros desafios naquela área, como a preocupação com a sanidade, com o saneamento, com a logística e especialmente com os transportes, pois as estradas da região estavam esburacadas e mereciam uma atenção especial por parte do governo do Estado. Disse que o caminho mais curto para se chegar à justiça social era o desenvolvimento econômico, pois a disponibilidade de recursos econômicos trazia segurança e felicidade às pessoas, dizendo que não havia maior alegria para um pai do que ver seu filho feliz. Comentou que havia a iminência da saída da Cidasc da região, o que não poderia ocorrer, pois a Cidasc era de fundamental importância, assim como a Polícia Ambiental, necessária para a preservação do meio ambiente. Contou que os empresários fizeram uma missão, reunindo-se com o presidente da Fatma, no sentido de criar uma coordenadoria da Fatma na região, o que agilizaria as licenças, importantes para as construções realizadas por lá. Finalizando sua fala, afirmou ter alguns projetos em andamento, os quais, estava estudando. Contou que Santa Catarina produzira 35 milhões de quilos de uva, sendo que 30 milhões eram produzidos na região do Vale do Rio do Peixe; porém, contou que o Estado comprava do Rio Grande do Sul cerca de dez a quinze milhões de quilos de uva, o que mostrava que muitos investimentos ainda necessitavam ser feitos. Entrou com a indicação para a criação da frente parlamentar da fruticultura para a região, pois a fruticultura era o caminho do futuro do Estado e convidou os Parlamentares para serem parceiros e assinarem a moção para a criação da referida frente, entregando-a a Presidência da audiência. Ato contínuo, o senhor Presidente registrou a presença de Alcdir Felchilcher, Prefeito de Arroio Trinta; Rodrigo de Lara, Vereador de Fraiburgo; Joarez Lidani, Vereador de Arroio Trinta; Itacir Biava, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Transporte de Arroio Trinta. Comentou a respeito da Udesc, dizendo que esta fora criada por um grande visionário catarinense, o Governador Celso Ramos. Após discorrer a respeito da história da Guerra do Contestado, a qual fizera que o meio-oeste e o extremo oeste catarinense não pertencessem ao Estado do Paraná, e sim à Santa Catarina. Afirmou que o Ex-Governador Hercílio Luz que praticou o primeiro gesto de integração do território catarinense quando construiu a Ponte Hercílio Luz, ligando o continente à Ilha de Santa Catarina. Contou que Celso Ramos, no intuito de manter a integridade do território catarinense, criou três grandes instituições, a Udesc, o Besc e a Celesc; além disso, contou que o Ex-Governador criou a Secretaria do Oeste de Santa Catarina, no sentido de desenvolver aquela região mais rapidamente. Afirmou que a região do Contestado fora a que mais sofrera na história de Santa Catarina, e que a Udesc havia sido criada para fomentar o desenvolvimento naquela região, contudo, ela não foi instalada na região e que seus cursos estavam centralizados no litoral, em Florianópolis e em Joinville, e que a Udesc deveria estar presente no oeste do Estado. Disse que fizera um projeto de lei, aprovado por unanimidade na Alesc, a respeito do valor agregado sobre o que era produzido e exportado no Estado, partindo de Videira, de Salto Veloso, de Herval do Oeste, de Capinzal e de Concórdia. Falou que quando os produtos provenientes dessa região chegavam à região portuária, eram emitidas notas fiscais com preço de custo, fazendo com que o ICMS fruto daquela nota fiscal retornasse àquela região. Disse que, após de ser efetuada a exportação, era emitida a nota fiscal complementar do valor agregado, do valor final de venda para o exterior, os tributos concernentes aos Municípios produtores não estavam voltando à região. Sendo assim, criara a Lei que obrigava que 90% do ICMS gerado voltassem àqueles Municípios que industrializavam e importavam produtos e que possuíam o ônus de manter o custo das suas indústrias. Comentou a respeito de outro projeto, o qual traria de volta o ICMS sobre tudo o que era industrializado no Estado e remetido aos centros de distribuição do País, explicando que Santa Catarina não possuía centros de distribuição de produtos acabados, como o da Phillips e o da GM, que existem em São Paulo e em outros grandes centros consumidores do Brasil. Falou que com esse projeto o ICMS dos produtos feitos em Santa Catarina, que estavam ficando nos centros urbanos e trazendo sérios prejuízos ao Estado, voltaria à Santa Catarina e aos



seus Municípios, fazendo justiça ao árduo trabalho dos produtores da região. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, passou a presidência da audiência pública ao Deputado Estadual Natalino Lázare. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Natalino Lázare**, pediu para que o Deputado Marcos Vieira assinasse a concordância da criação da Frente Parlamentar da Fruticultura. Feito isso, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou a todos. Parabenizou a comunidade, pela sua representatividade, pois os que estavam ali participariam da escolha de prioridades do orçamento do Estado. Contou que o debate do OER dava a oportunidade de a população escolher quais eram as obras mais urgentes para a região. Comentou que naquela audiência estavam presentes muitos políticos e funcionários públicos, pessoas que conheciam a respeito do tema orçamento, contando que o que era feito em um Município dependiam muito da arrecadação, e que o enfrentamento de problemas, como as enchentes, muitas vezes cortavam o aporte de investimentos que seriam investidos pelas Prefeituras. Comentou que a capacidade de ação dos políticos era pequena, pois não podiam criar nenhum projeto de lei que criasse despesas para o governo, nem que mexesse nas despesas, e que as emendas feitas pelos Deputados e anexas ao Orçamento eram feitas pelo Governador somente caso ele quisesse, pois era ele quem fazia a peça orçamentária. Falou que muitas vezes participara de audiências como aquela e se revoltara, pois eram escolhidas as prioridades e o governo não as executava, deixando a Assembleia em situação difícil. Afirmou que a Assembleia resolvera inverter aquele papel, através da emenda impositiva, que valeria a partir de 2016, e que o governo teria a obrigação de executar as prioridades escolhidas naquela reunião, o que conferia maior importância àquela audiência pública. Afirmou que todos tinham seus motivos de luta, e tentavam fazer da melhor maneira possível, pedindo que as pessoas tivessem inteligência e responsabilidade de escolherem o que era melhor para a região. Dando sequência à audiência pública, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Antônio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Líder do PMDB na Assembleia Legislativa**, que cumprimentou a todos parabenizando a grande presença da população, que demonstrava o seu interesse pelos assuntos do Município de Videira e pelo desenvolvimento da região. Comentou que já estava no seu quinto mandato como Deputado, e que participara de inúmeras audiências do Orçamento Regionalizado, afirmando que nunca vira tamanha credibilidade como naquela reunião, pois fora aprovado na Alesc o Orçamento impositivo, que daria a responsabilidade do Governador executar as ações, respeitando as prioridades da comunidade. Falou que, como médico, entendia de saúde, e que deveria haver mais recursos destinados ao atendimento de alta complexidade, lembrando que quando fora Prefeito de Canoinhas resolvera o problema da região criando um consórcio municipal, que se chama *Cisamurc*, que tem plantão de emergência 24 horas, atendimento pelo SUS de anestesia, ortopedia, cirurgia-geral, obstetrícia e pediatria. Afirmou que o repasse de verbas era responsabilidade do governo federal, que não repassava os recursos, os 10% do governo federal na área da saúde. Disse que a Alesc estava apresentando uma PEC para aumentar os 12% constitucionais da saúde para 15% e que fizeram uma emenda constitucional que destinava as sobras do Orçamento da Assembleia Legislativa e do Poder Judiciário fossem para os hospitais filantrópicos. Ressaltou que 182 hospitais filantrópicos resolviam 70% dos problemas da saúde do Estado, pois atendiam pelos SUS e recebiam muito pouco. Demonstrou seu apoio à frente parlamentar da fruticultura, dizendo que estava lutando por dias melhores, dando oportunidade de uma vida mais digna aos familiares e amigos. Em seguida o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa**, que cumprimentou todos. Disse que o Estado estava vivendo um momento muito rico, por conta do PPA e do Orçamento impositivo. Comentou que Santa Catarina tinha um orçamento previsto de R\$ 24,8 bilhões, do qual 1% iria para o Orçamento impositivo, sendo mais um instrumento a favor do desenvolvimento de Santa



Catarina. Disse que era natural de Campos Novos, da Barra do Leão, mas representava o Estado inteiro, e que lutaria pela região do Vale do Rio do Peixe. Desse modo, comentou sobre a inovação tecnológica dizendo que os centros tecnológicos trariam avanços para a economia do Estado. Indo além, disse que a fruticultura, a agricultura e a agroindústria, eram importantes para a região; que na saúde tinha à questão da ambulancioterapia e precisava de mais investimento para os hospitais; que na segurança pública precisava aumentar o efetivo; que precisavam de investimentos nas rodovias, como por exemplo, pavimentação da rodovia do contorno Fraiburgo até Frei Rogério, ou a reforma da BR 116. Parabenizou todos pela participação naquela audiência pública. Em seguida foi passada a palavra ao **senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que cumprimentou os integrantes da mesa. Disse que ocupara cinco mandatos de Vereador e que sabia da importância daquele trabalho, e que também ocupara sete secretarias municipais quando o Dário Berger fora prefeito de Florianópolis, conhecendo assim a fundo a máquina da Prefeitura e a necessidade do suporte para que os investimentos pudessem ocorrer. Falou que os Prefeitos economizavam, reduziam o custeio, mas a capacidade de investimentos continuava a ser pequena. Comentou que as prefeituras dependiam dos recursos da União e do Estado para poderem concretizar as obras necessárias para a comunidade. Disse que as escolhas do Orçamento do Estado poderiam ter sido feitas nos gabinetes dos Deputados ou na Comissão, entre os nove participantes, mas a Assembleia estava percorrendo o Estado no sentido de haver transparência e participação da população. Afirmou que quando fora presidente da Fatma tomou conhecimento da necessidade de se buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, gerando o desenvolvimento sustentável. Disse que se os problemas da saúde da região não fossem sanados, acabariam refletindo em problemas na rede da saúde do litoral, afirmando que não poderia haver desigualdade no nível de desenvolvimento econômico entre as regiões do Estado. Ato contínuo, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Dorival Carlos Borga, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira**, que cumprimentou a todos. Salientou o trabalho do Deputado Estadual Natalino Lázare, afirmando que a escolha da população na escolha desse Parlamentar como representante da região foi um grande êxito, dizendo que depositava a sua confiança naquele processo de representação da região, que também contava com os Deputados Estaduais Romildo Titon e Valdir Cobalchini; assim, afirmou que a região estaria cada vez mais presente dentro da gestão do Estado. Contou que no oeste o suor rolava e o coração batia forte, pois havia muito trabalho sendo realizado naquela região, citando o trabalho árduo de todos os Prefeitos. Disse que através da união haveria o fortalecimento para superar os desafios existentes, e que momentos como aquele demonstravam a importância dos homens públicos, que se faziam parceiros na elaboração do PPA e a escolha das prioridades do Orçamento, garantindo os rumos e o futuro da região. Comentou que na primeira etapa de elaboração do PPA 154 pessoas ajudaram a elaborar aquele processo, seguindo a metodologia da Secretaria de Planejamento, chegando ao resultado que seria apresentado naquela reunião. Afirmou que estava despendendo seu tempo em prol do desenvolvimento da região, e que o governo do Estado e a Alesc estavam dando exemplo de manifestação de administração participativa, de construção conjunta, e que o planejamento estava sendo feito com a participação efetiva da sociedade catarinense. Comentou que a região, a 9ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, contribuíra para o desenvolvimento de Santa Catarina, estando Videira sempre como um dos principais Municípios em termos econômicos. Confessou que Videira estava vivendo um momento complicado havendo uma evasão de recursos, sem diminuir a produção, e pediu que os Deputados ajudassem na recuperação da economia do Município com mais recursos. Disse que era preciso que o processo legislativo desse suporte e retorno justo à região, revertendo a situação que estava prejudicando aquela regional. Logo após foi passada a palavra ao **senhor Wilmar Carelli, Prefeito do Município de Videira**, que cumprimentou a todos. Afirmou que aquela audiência do Orçamento



Regionalizado demonstrava um grande avanço no que poderia ocorrer no âmbito da administração estadual, parabenizando a Assembleia Legislativa pela iniciativa. Disse que os Municípios viviam em uma penúria há vários anos, pelo que o governo federal havia feito com os recursos do FPM, Fundo de Participação dos Municípios, com a isenção do IPI em alguns produtos para poder conter a inflação. Comentou que os recursos recebidos eram escassos, reverenciando o Deputado Marcos Vieira pela audácia de apresentar o projeto de lei que repararia muitos dos problemas enfrentados pelas agroindústrias. Disse que o não repasse do ICMS às agroindústrias da região estava trazendo muito sofrimento à economia do Município. A respeito do projeto de lei apresentado pelo Deputado Marcos Vieira, disse que as empresas teriam que emitir uma nota complementar no final do ano, afirmando que dificilmente aquelas empresas emitiriam aquelas notas fiscais complementares, pois estavam amparadas na Lei Kandir caso decidissem não emitir, pedindo que algo fosse feito a respeito, pois era importante que a emissão dessas notas ocorresse. Falou que o pacto federativo sempre fora uma perspectiva de mudança daquela situação difícil que a administração pública enfrentava, embora tivesse dúvidas de que ele viesse de fato a acontecer, pois proporcionaria uma nova redistribuição de tudo o que era arrecadado de impostos no Brasil, sendo que cerca de 60% a 65% ficavam com o governo federal, enquanto os Municípios ficavam com a menor parcela, e pediu que o Congresso votasse aquela reforma em breve. Falou que, caso o problema da transferência dos produtos para os centros de distribuição e dos produtos que são destinados à exportação fossem resolvidos, voltaria a facilitar a administração dos Municípios, sendo a redenção para os Prefeitos da região. Pediu para acrescentar dois itens às ações pontuadas pelas regionais, ou que, pelo menos, fossem registrados pela audiência. Falou que há poucos dias havia ocorrido a inauguração do novo traçado do contorno sul, uma obra muito importante para a região, e que havia idealizado a abertura de uma nova via, uma alça no outro lado da cidade, na chegada do acesso vindo de Fraiburgo. Disse que o acesso, a partir das imediações do Country Clube e que vai até o bairro Farrroupilha, necessitava que a sua pavimentação fosse incluída no PPA daquele ano, caso fosse possível, pois havia um fluxo constante e um grande movimento de utilização naquela via; por último, fez outra proposição, afirmando que havia uma preocupação com os agricultores do interior do Município, pois se falava na Prefeitura que os agricultores possuíam somente a rede monofásica de eletricidade. Comentou que os Municípios eram formados por pequenas propriedades, e por essa razão quase toda a sua área era produtiva. Afirmou que esses produtores vinham evoluindo em seus negócios, tornando necessária a implantação da rede trifásica nas suas propriedades, pedindo que o governo tomasse alguma atitude naquele sentido, o que seria de suma importância para a região. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor Presidente comentou que o Deputado Moacir Sopelsa estivera na Comissão de Agricultura e Lhe assegurara que o governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e da Celesc, estava construindo um projeto para substituir as antigas redes de energia elétrica, trocando a rede monofásica pela rede trifásica. Em seguida fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa**, que dirigindo-se ao Prefeito Vilmar Carelli, disse que não tinha nenhuma dúvida quanto ao projeto de lei e afirmou à eficácia e à aplicabilidade da lei, que praticava a justiça tributária, devolvendo os recursos a quem tem o ônus da produção. Falou que a empresa, depois de fazer a transferência e emitir a nota de preço de custo, obrigatoriamente teria que emitir a nota fiscal complementar do valor agregado; caso não o fizesse, a Secretaria da Fazenda faria o ajuste do recolhimento do ICMS, mesmo que a nota complementar não seja emitida ou a nota seja emitida com o ICMS para outro destino. O senhor Wilmar Carelli disse que temia pela batalha jurídica que poderia ser travada. Em resposta, o Deputado Estadual Marcos Vieira disse que isso não ocorreria, explicando que o ICMS era definido pela Constituição federal, de que 75% são dos Estados e 25% são dos Municípios; porém, a Lei Complementar Federal 63 determina que dos 25% ao que os



Municípios têm direito, 75% estarão definidos os critérios da sua distribuição. Falou que os 25% restantes possuíam um critério de distribuição feito por lei estadual, e como não havia renúncia de imposto e nem de receita, e sim critério de redistribuição de ICMS, a competência também podia ser do Poder Legislativo e da Comissão de Finanças. Confessou que não era um especialista na matéria, mas um estudioso dos problemas no sentido de poder apresentar uma solução. Falou que aquele era um caso específico, em que lhe trouxeram um problema, ele estudara e consultara especialista e finalmente chegara a uma solução viável com o projeto de lei. Logo após, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Ivo Biazollo, Prefeito do Município de Fraiburgo**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Iniciou sua fala afirmando que a região oeste era literalmente esquecida por todos os governos estaduais que passaram pelo Poder Executivo catarinense, abandono que resultou em grandes perdas em todas as áreas sociais, como a educação e a saúde. Com relação à saúde, disse que os Prefeitos gastavam 23.4%, na média do Estado, da arrecadação em saúde; que o governo federal afirmava que passava 6%, mas que na verdade passava 4.2%. Afirmou que o Estado também não tinha repassado os recursos, sobrando a conta para os Prefeitos. Disse que a administração da saúde para Prefeitos estava na UTI e que eles não poderiam deixar o povo sem a saúde, por isso precisavam da ajuda dos Deputados. Comentou que a rodovia que estava sendo reivindicada por Fraiburgo beneficiaria todos os Municípios da região, beneficiando a exportação, por diminuiria em 65 quilômetros a viagem dos caminhoneiros que levavam os produtos da região aos locais de exportação. Ato contínuo, foi passada a palavra à **senhora Vereadora Cris Zimmer, Presidente da Câmara de Vereadores de Videira**, que cumprimentou a todos. Comentou que os Deputados presentes àquela audiência perceberam o desabafo das pessoas, pois a região vinha sofrendo demais e pedia socorro. Em nome da população da região, pediu que os Deputados não se esquecessem da região, que vinha sendo esquecida por muitos anos, valorizando a luta dos empresários da região, que lutavam pela sobrevivência da economia daqueles Municípios. Finalizando, disse que esperava que fossem tomadas decisões de suma importância para a região, agradecendo à Alesc e aos Deputados Estaduais pela iniciativa. Por último, foi passada a palavra ao **senhor Antonio Carlos de Souza, Vice-Reitor da Unoesc, campus de Videira**, que saudou os integrantes da mesa e o público presente. Como administrador e como professor, destacou que a administração, como ciência, tinha aproximadamente cem anos, citando que o Conselho Regional de Administração, juntamente com Conselho Federal de Administração, estava completando cinquenta anos de história no Brasil. Contou que a administração nascera como pública, mais ou menos cinco mil anos antes de Cristo, juntando povos e tribos que se uniram para buscar soluções para os seus problemas em comum. Comentou que todos deveriam estar unidos, pessoas e Municípios, pois seria egoísmo caso um morador de Videira não se importasse com os problemas que ocorressem nos Municípios vizinhos, pois todos estavam, de alguma forma, interligados. Disse que uma audiência pública servia principalmente para se ouvir o povo, cumprimentando os Deputados Estaduais e as demais autoridades pela realização daquela importante reunião. Falou que a esperança de ver concretizadas as ações que seriam escolhidas naquele momento estava estampada no rosto dos que ali estavam. Afirmou que muitos políticos tomavam decisões orçamentárias pensando apenas na próxima eleição e na oportunidade de se reelegerem; contudo, pediu que houvesse uma visão mais estadista por parte dos governantes, uma visão de longo prazo que prega que precisamos plantar hoje para colher esses frutos daqui há dez ou vinte anos. Disse que estava ali representando a vontade de muitos empresários, de muitos professores, de muitos profissionais liberais; enfim, de muita gente de povo. Colocou a Unoesc à disposição de todos, contando que a universidade tinha alunos de Arroio Trinta, de Salto Veloso, de Videira, de Tangará e Iomerê, e que sentia na pele os problemas de cada um. Finalizou dizendo que esperava que as ações elencadas como prioridades da região fossem executadas pelo governo do Estado, pois o Município não poderia esperar até 2017 para vê-las atendidas. Dando seguimento à reunião, fez uso da palavra o **senhor Gelmir Antonio Barh,**



presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira (Aciav), que cumprimentou a todos. Enalteceu o Orçamento Estadual Regionalizado, afirmando que aquele processo era um verdadeiro exemplo da descentralização do Estado. Comentou que ficara muito feliz em saber que cerca de 50% das propostas estavam sendo executadas. Meta que deveria ser ampliada, pedindo que as prioridades que não fossem elencadas no Orçamento Regionalizado continuassem a ser incluídas como demandas das Prefeituras, pois as demandas não escolhidas também eram urgentes e prioritárias, dado ao descaso que enfraquecera a economia da região durante os últimos anos. Falou que havia a necessidade de renovação na política do Estado, principalmente em relação às atitudes, pois a democracia nacional vivia uma situação muito delicada, requerendo uma mudança de atitude, o que faria a região voltar a crescer econômica e socialmente. Disse que os empresários e os políticos não podiam confundir dificuldades, o que todos enfrentavam, com inércia e com falta de competência, o que estava ocorrendo de maneira gradativa em nível federal e também em nível estadual. Convidou a todos a participarem, nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro em Videira, de uma grande feira voltada ao empreendedorismo, convocando a presença de todos naquele evento. Contou que das demandas apresentadas, deveriam ser observadas questões de orçamento, do que é realmente urgente e prioritário, afirmando que o meio empresarial estava disposto a fazer a sua parte, investindo e continuando a acreditar no futuro econômico dos Municípios, o que refletiria no crescimento da economia da região e do Estado. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Natalino Lázare**, declarou que ele mesmo fizera a indicação na Alesc para que aquela reunião do OER ocorresse no Município de Videira. Passou a palavra ao **senhor Vereador João Paulo Térci, Presidente da Câmara Municipal de Arroio Trinta**, que cumprimentou os Deputados Estaduais, as autoridades e o público presente. Disse que era uma satisfação contar com seis Deputados Estaduais naquela audiência, agradecendo pela presença de todos na discussão o PPA do Estado de Santa Catarina. Retomando a palavra o **senhor Presidente, Deputado Estadual Natalino Lázare**, antes de encerrar aquela parte da audiência pública, contou que fizera uma pesquisa no seu perfil do Facebook, onde 90% dos participantes disseram que a segurança pública era a sua maior preocupação. Ato contínuo, disse que estava encerrada a primeira etapa da audiência e desfez a mesa dos trabalhos para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, disse que era uma satisfação participar, junto com os Deputados Estaduais, das audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniram em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019, e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizara no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública e outros, analisou os problemas e propôs



soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Videira. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada, e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Videira.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, pela Regional de Videira:

01	Pavimentação da rodovia de contorno de Fraiburgo até Frei Rogério (SC- 451).
02	Pavimentação da rodovia de Arroio Trinta a Macieira (Santa Catarina-455, trecho Macieira SC-453.)
03	Revitalização da Rodovia de Fraiburgo até a rodovia BR-116.
04	Revitalização da Rodovia de Fraiburgo até a rodovia BR-470.
05	Implantação de uma rede de coleta, tratamento e destino final do esgoto na cidade de Videira, atendendo 60% da demanda do Município.
06	Reforma e adequação das estruturas hospitalares existentes.
07	Subestações e linhas de transmissão para o Município de Fraiburgo.
08	Construção de moradias populares na área urbana e rural.
09	Neutralizar a emissão de gás metano para a atmosfera / Subsidiar os juros para aquisição se biodigestores.
10	Formação de parcerias com consórcio Cisamar / Implantação de policlínica e centro de reabilitação física e visual / Viabilizar a habilitação de alta complexibilidade em ortopedia, traumatologia e neuro
11	Reforma para adequação de 9 refeitórios nas escolas da rede estadual da região / Construção/reforma de ginásios de esportes em 9 escolas de educação integral da rede estadual de ensino, que são: EEB Padre Bruno Pokolm, EEB Anita Brasileira, EEB Josefina C. Andrade, EEB Inspetor Eurico Rauen, EEB Anísio Rachadel, EEB 25 de Maio, EEB Gov. Bornhausen, EEB Madre Terezinha e EEB Bela Vista
12	Instalar redes de energia trifásica na área rural

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Videira:

01	Pavimentação da rodovia de contorno de Fraiburgo até Frei Rogério (SC-451).
03	Revitalização da Rodovia de Fraiburgo até a rodovia BR-116.
06	Reforma e adequação das estruturas hospitalares existentes.
07*	Subestações e linhas de transmissão para o Município de Fraiburgo.

*OBS: a prioridade número 07 será contemplada caso a prioridade número 03 seja executada em 2015.



Em seguida, anunciou os conselheiros escolhidos para Videira: como titular, o senhor Dorival Carlos Borga; e como suplente, a senhora Josiane Zago. Após o registro das prioridades elencadas e nada mais havendo a tratar, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Natalino Lázare**, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Leitura final: Almerinda Lemos Thomé]

**DEPUTADO ESTADUAL NATALINO LÁZARE
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



13ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: CAMPOS NOVOS

Data: 26/06/15

Horário: 09h30min- Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua Coronel Lucidoro, 1301
Centro
Campos Novos

CONSELHEIROS:

Titular: Nelson Cruz-Prefeito

Suplente: Lucimar Antonio Salmoria-Prefeito Abdon Batista

Total de participantes: 85





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CAMPOS NOVOS

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Revitalização e acessos das SCs de abrangência da – SDR – Campos Novos
2	Pavimentação da SC-452, trecho Vargem - Abdon Batista – SDR – Campos Novos
3	Construção e expansão da UDESC – SDR – Campos Novos
4	Construção de unidade habitacionais nas áreas urbana e rural – SDR – Campos Novos
5	Construção, reforma e ampliação dos equipamentos (CRAS E CREAS) – SDR – Campos Novos
6	Apoio da FAPESC para a implantação e manutenção da Incubadora de empresas da região de atuação da - SDR – Campos Novos
7	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR – Campos Novos
8	Ampliação de subestações, apoio da CELESC à implantação e manutenção de rede trifásica de alimentação nos municípios na área rural pertencentes a região de atuação da – SDR – Campos Novos
9	Construção de ala feminina na Unidade Prisional Avançada – SDR – Campos Novos
10	Construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para os Hospitais de abrangência da SDR de Campos Novos – SDR – Campos Novos
11	Construção de CASEP – SDR – Campos Novos
12	Construção de centro multiuso nos municípios – SDR – Campos Novos

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação da SC-452, trecho Vargem - Abdon Batista – SDR – Campos Novos
2	Revitalização e acessos das SCs de abrangência da – SDR – Campos Novos
3	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR – Campos Novos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAMPOS NOVOS

Municípios: Campos Novos, Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	NGA SARETTA	Deputado Estadual
02	dele Maximiano	C. NOVOZ
03	Senador Rigo	Florianópolis
04	marlio P. Paulgorn	C. NOVOZ
05	DAVID JOSÉ SAUER	C. NOVOZ
06	Ano Paulo Cruz	C. NOVOZ
07	Aluor gely	Vargem
08	Patrícia Tomazini Pelestin	C. NOVOZ
09	Enyerson Carzullo	
10	Stilbaldo Euchi Schmidt	Campos Novos
11	Deacilio Costa	Campos Novos
12	Náya Apo Almeida	Campos Novos
13	Nelson Carafa	C. NOVOZ
14	Hilário de Góes	Vargem
15	Rui TOMAZONI	C. NOVOZ
16	Romildo TOST	C. NOVOZ
17	Miguel A de Souza	SMEC Campos Novos
18	Mércia R. Pitt	SMEC C. NOVOZ
19	João Nilo Maciel	SDR - C. NOVOZ
20	rodi S. de Gibe	SDR - C. NOVOZ
21	Leoneia das NS Geller	8ª GERSA
22	Ros. MARI R. de Oliveira	SEF - Fpolis.
23	Luiz Carlos Turchetto	SDR - GERED



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAMPOS NOVOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	GILBERTO CERUFF.	SEF. Fpolis
25	Camila Belkin gomes	SDR Campos Novos
26	Thera Lucia S. Brolezzi	CEJA C.N.
27	Paulo C. Solim	J.
28	Jairine fat de feins	CRIOCA-RÓDIO
29	MARCOS S. OLIVEIRA	MONTE CARLO
30	Altemir WARGUOS	MONTE CARLO
31	OSMAR MARQUES	MONTE CARLO
32	Orlando Cordero	Monte Carlo
33	Direen J. de Jesus	
34	GLÓRIAS BUSATO	Itaipava
35	Basilio Jacinto	Itaipava
36	Miguel Felício	Itaipava
37	MELISSA Cruz	C. Novos
38	Cláudia A. Dutra Duli	C. Novos.
39	Ironete S. Trombeta	b. Novos
40	Diana Ap. gomes	Errepolis
41	Jairo Luft	C. Novos.
42	JOSE DEZEN BEVILACQUA	C. NOVOB.
43	ROBERTO SAMPHIO	C. NOVOB.
44	Agostin Busato	A. Batista
45	RENE O. LUSO	A. Batista
46	Beto Martin	SEF.
47	Josmar Palavras	A. Batista
48	GABRIEL Ribeiro	LAGESS



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAMPOS NOVOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Azeite Antonio da Rosa	Beuronópolis
50	Amilto Galvão de Azeite	Beuronópolis
51	Janderson Faverin	A. 30
52	Spilício de Azeite	C. N.
53	Daniela Gi Ruypp Fleck	"
54	Lucimar Tereza Ferra	C. N.
55	Magdalena C. Lima	C. N.
56	Polavilson Teller	C. N.
57	Willi de Azeite	"
58	M. (Fernando R. Weilmorbida)	C. N.
59	Claudia Veloso H. Gni	C. N.
60	Márcia Bezzi Ramos	C. N.
61	Fleides de Azeite	C. N.
62	Paulo Cesar Bezzi	Zortea
63	Paulo José Francisco	Zortea
64	Augusto M. Zampieri	Zortea
65	Angélica de Azeite	Monte Carlo
66	Rafael de Ramos	C. N.
67	JOÃO VALDONIA DA SILVA	C. N. 00
68	Adilson V. Alves da SILVA	C. N. 00
69	Doris JDO LATTO	M. Carlo
70	Luciana de S.	M. Carlo
71	Maria Fungaro	M. Carlo
72	Maria Leon	Campos Novos
73	Wesley Vinotto	Campos Novos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CAMPOS NOVOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Moacyr de Santa Ceolho Neto	Campos Novos
75	Leonardo Ferraz Santos	Campos Novos
76	NELSON LUIZ DE TAUBA	Campos Novos
77	NELSON GASPARI N JR	Campos Novos
78	Antonio	Campos Novos
79	Donald de Oliveira	Campos Novos
80	DIZEN J. ROIZER.	Campos Novos
81	Sylvio A. Zanuncio	Campos Novos
82	Cláudio Durli	Campos Novos
83	Melson Medeiros	Campos Novos
84	Odilon Zanetti	Campos Novos
85	Jose Tadeu Juzatti	Campos Novos
86		
87		
88		
89		
90		
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE CAMPOS NOVOS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS NO DIA 26 DE JUNHO DE 2015, ÀS 9H30MIN**

Aos 26 dias do mês de junho de 2015, às 9h30min, no Plenário Domingos Rigo, da Câmara Municipal de Campos Novos, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Campos Novos e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima terceira audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro; o Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o senhor Vilibaldo Erich Schmid, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos; o senhor Nelson Cruz, Prefeito de Campos Novos; o Vereador Nelson Carafa, Presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, registrou a presença do senhor Alcides Mantovani, gerente de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável da SDR de Campos Novos, representando o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca Moacir Sopelsa; do senhor Paulo José Francescki, Prefeito de Zortéa; do senhor Lucimar Antônio Salmória, Prefeito de Abdon Batista e Presidente da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (Amplase); do senhor Clóvis José Busatto, Prefeito de Ibiã; do senhor Marcos Nei Correa Siqueira, Prefeito de Monte Carlo; do senhor Jairo Luft, Vice-Prefeito de Campos Novos; do senhor Osmar Marques, Vice-Prefeito de Monte Carlo; do Vereador Rui Jorge Tomazoni, de Campos Novos; do Vereador Rene Orestes Antonio Celso, de Abdon Batista; do Vereador Maurílio Castro Campagnoni, de Campos Novos; do Vereador Orávio Cordeiro, Presidente da Câmara de Vereadores de Monte Carlo; do Vereador Altamir Marques da Silva, de Monte Carlo; do senhor Miguel Felicette, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



Administrativa de Ibiã; do senhor Helio José Gasparet, presidente do PSDB do Município de Vargem; do senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; da senhora Cristina Valdeci Rodrigues, gerente de Elaboração e Acompanhamento do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; da senhora Rosi-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Paulo César Salum, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; do Vereador Adavilson Telles, de Campos Novos; do senhor Willi Waldemar Kern, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Brunópolis; do senhor Ademil Antônio da Rosa, Prefeito de Brunópolis; e do senhor Moacyr de Souza Coelho Neto, Defensor Público de Campos Novos. Após o registro, convidou o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, iniciou a sua manifestação desejando um bom dia a todos e agradeceu o Presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos pela cedência daquele espaço, os servidores da Assembleia Legislativa por estarem ao longo daquela semana emprestando o apoio necessário para o êxito das audiências públicas do Orçamento Regionalizado e os Deputados pela presença, fazendo questão de salientar o alto número de Parlamentares presentes nas audiências, que tiveram início em Itapiranga, passando por São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, Maravilha, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Caçador, Videira, no momento em Campos Novos e depois em Lages, as quais encerrariam o primeiro ciclo de 14 audiências de um total de 32. Fez questão de cumprimentar nominalmente todos os Deputados presentes e os demais membros da mesa, agradecendo a presença de todos, e ao constatar que naquela mesa só estavam homens, convidou a senhora Inês Pegoraro Schons, Prefeita de Celso Ramos, para também fazer parte da mesa, comentando que estava reparando um erro comumente cometido pelos homens. Após os cumprimentos iniciais, afirmou que a Alesc, por imperativo de lei, obrigava-se a cada ano a percorrer as diversas regiões do Estado, através das audiências públicas do Orçamento Regionalizado, com o intuito de reunir os Poderes Públicos constituídos e a sociedade civil organizada para discutir e aprovar as ações de cada uma das regiões e inseri-las no Orçamento do Estado. Disse que era daquela maneira que estavam sendo realizadas as audiências públicas nos últimos três anos, mas que neste ano a função era dupla, pois além de procederem à escolha das três ações prioritárias para o Orçamento do Estado, tinham que também escolher as doze ações para serem colocadas no Plano Plurianual dos quatro anos seguintes, o qual iria gerir os destinos dos catarinenses, tendo em vista que o atual PPA se encerraria no dia 31 de dezembro de 2015. Afirmou que a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Planejamento, através dos seus técnicos, já haviam realizado reuniões em todas as regiões do Estado para fazer um levantamento prévio das demandas e que na Regional de Campos Novos 51 ações tinham sido levantadas, dentre as quais 12 seriam escolhidas para o PPA. Salientou que os presentes naquela audiência poderiam estar se perguntando se o governo do Estado teria que executar as prioridades que ali seriam definidas, explicando que ainda não era obrigatório mas que lhe causava satisfação ver que ao longo do tempo tinha crescido o percentual de execução das ações que a Alesc, por intermédio daquelas audiências, colocava no PPA e na LOA. Informou que no passado o governo não realizava mais do que 15%, 17% do que era decidido nas audiências e que atualmente, fruto do trabalho dos Deputados e da pressão que exerciam sobre o governo do Estado, o percentual tinha aumentado, o que poderia ser constatado com a marca alcançada de 45% de resolução no ano anterior em relação às ações escolhidas por intermédio das audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Disse acreditar que não levaria muito tempo para que o governo do Estado executasse 100% do que era escolhido como prioridade nas audiências do Orçamento Regionalizado porque em 2014 tinha sido aprovada uma alteração acrescentando à Constituição do Estado dois artigos que tornavam impositivas as ações escolhidas



nas audiências do Orçamento, acrescentando que isso ainda não se podia colocar em prática porque faltava regulamentação, o que deveria acontecer até o final de 2015. Explicou que além da competência ser privativa, no âmbito interno da Alesc, da Comissão de Finanças e Tributação, o Poder Executivo também poderia enviar um projeto de lei complementar à Alesc tratando da regulamentação dos artigos 120 A e 120 B, que tornam impositivas as ações. Assim, se o projeto de lei tivesse toda a sua tramitação em 2015 com a consequente sanção do Governador no final do ano, no próximo ano as ações escolhidas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado em Santa Catarina seriam incluídas na LOA de forma impositiva. Disse ainda que se não fossem executados os projetos inseridos, ao Poder Executivo poderia ser imputada responsabilidade civil em razão da negativa de execução dos projetos e das obras nas ações inseridas e escolhidas pela comunidade. Prosseguindo, explicou que aquela audiência transcorreria em duas etapas, a primeira para ouvir as autoridades que compunham a mesa e a segunda para ouvir os técnicos da Assembleia Legislativa e da Secretaria Fazenda, com a consequente abertura da discussão e posterior votação das ações a serem incluídas no PPA e na LOA, complementando que no final seria feito o relato do que ficou definido. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que, após cumprimentar os presentes, disse esperar que ao término daquela audiência pública estivessem comemorando as escolhas feitas pela região. Fez um cumprimento especial ao Deputado Marcos Vieira, salientando que ele era o coordenador de todo aquele debate da questão orçamentária e que conduzia com muita competência todo o processo, e ao amigo Dóia, informando que ele era o coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa e comentando que para ele Dóia ainda era Deputado, dizendo que infelizmente a legenda o havia deixado com quarenta e poucos mil votos na primeira suplência. Dirigindo-se aos Parlamentares, disse que todos conheciam a região e sabiam do potencial dela e da sua grande produção de grãos, lembrando que a região havia recebido da própria Alesc o título de Celeiro Catarinense e que era Campos Novos que tinha a maior capacidade de armazenamento. Disse, ainda, que tinham ali aproximadamente dez cooperativas, que a região era o centro cooperativista do Estado e tinha uma bacia leiteira muito grande, salientando o desenvolvimento da área da suinocultura, já tendo ali o frigorífico iniciado pela Copercampos, atualmente BRF; a grande produção de gado, aves, ovos. Informou que a região se destacava também na área empresarial pela força, coragem e determinação daquela população, e que com aquilo cativaram a simpatia de muitos governos que os ajudaram, pois entenderam que ali dava um retorno muito expressivo para a economia do Estado de Santa Catarina. Lembrando que naquele momento estavam ali reunidos para definir as muitas prioridades, enumerou várias obras que já tinham sido priorizadas no passado e realizadas, como o asfalto de Ibicuí; o asfalto de Abdon Batista; a rodovia da 470, no acesso de Zortéa; o acesso ao Município de Brunópolis, na sede e no Distrito de Marombas; a construção da Delegacia Regional; o IML, que praticamente estava instalado, faltando apenas o concurso de alguns profissionais; o Cedup de Abdon Batista e muitas outras obras, afirmando que eram muito gratos por aquilo e comentando que sempre existiam ações que não eram prioridades e esperavam na fila para virar prioridade. Salientou a importância daquele momento pelo fato de a comunidade estar escolhendo o que considerava prioridade e disse que em muitos lugares existia disputa, acrescentando que não era pelo fato de alguma prioridade não estar entre as três que não iria acontecer, porque ela já poderia estar na prioridade do governo, no plano de trabalho do Governador. Disse que não se arriscava a dar palpite naquelas reuniões porque aquele momento era para a comunidade escolher mas que percebia que em muitas reuniões as pessoas perdiam a oportunidade de colocar ações importantes por falta de informação. Deu como exemplo escolher como prioridade os convênios com hospitais, explicando que aquilo não precisava constar entre as prioridades porque era um convênio que o Governador fazia se desejasse, em qualquer Município. Reiterou que não havia necessidade de queimar prioridade com algo que poderia acontecer sem ela estar elencada, como reforma de escolas e outras tantas, afirmando ser preciso sempre analisar isso.



Prosseguindo, disse que em todas as Regionais seria feita aquela discussão, cujo resultado seria levado à Alesc, para a Comissão de Finanças e Tributação, finalizando com a inclusão no Orçamento. Fez questão de ressaltar que tinham conquistado uma grande vitória, haja vista serem os Prefeitos e Vereadores limitados em suas emendas, pois tudo que gerava despesa era inconstitucional, salientando que no Orçamento Regionalizado tinha sido reservada a fatia de 1% do Orçamento, o que o tornava impositivo e fazia com que o governo fosse obrigado a executar. Encerrou a sua manifestação desejando uma boa reunião a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** agradeceu a participação do Deputado Romildo Titon e registrou a presença do Vereador Irineu Armando Osório Junior, o Piratuba, de Campos Novos; do senhor Leonardo Farias Santos, diretor da Fundação Hospitalar Doutor José Athanásio, de Campos Novos; e do senhor Nelson Gasperim Júnior, Prefeito de Vargem; fazendo questão de ressaltar que os oito Prefeitos da Regional de Campos Novos estavam presentes (Campos Novos, Vargem, Abdon Batista, Celso Ramos, Zortéa, Ibian, Monte Carlo e Brunópolis). Parabenizou todos e afirmou que a audiência pública iria se revestir do mais absoluto sucesso em razão do quórum constituído pelas lideranças e pela sociedade civil organizada ali presentes. Pedindo licença aos seus colegas Deputados, tomou a liberdade de passar a presidência dos trabalhos ao Deputado Romildo Titon, que conhecia profundamente a região, para que conduzisse a audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Romildo Titon**, agradeceu a deferência e manifestou a sua felicidade por conduzir aquela audiência, dizendo que talvez não estivesse à altura da sabedoria e do conhecimento do Deputado Marcos Vieira. De imediato, passou a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos os presentes e reforçou a importância daquela audiência pública pela oportunidade de serem escolhidas as prioridades para a Regional, afirmando que todos, em conjunto, lutariam para que elas fossem executadas. Disse que aquelas ações deixariam de ser prioridades de apenas um Deputado, um Prefeito, para serem uma prioridade coletiva, com o compromisso da Alesc, caso não constasse no Orçamento do Estado, de garantir a sua execução por emendas. Reafirmou que aquele era um processo importante, assim como a presença da comunidade, que ia ensinando um pouco da cultura da participação de forma mais direta nas ações do governo. Concluiu a sua manifestação parabenizando todos pela mobilização e desejando um bom trabalho. Em seguida, manifestou-se o **Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os componentes da mesa, os demais presentes e especialmente os servidores da Fazenda e da Alesc por fazerem um belo trabalho e qualificarem as audiências. Disse que aquele era um momento muito importante porque dava oportunidade para a população definir o seu futuro e que aquilo tinha feito com que a Alesc propusesse o orçamento impositivo, que nada mais era do que distribuir 1% do Orçamento de R\$ 24,8 bilhões para todas as Regionais. Citou como exemplo, entre as várias demandas, a inovação tecnológica, salientando que eram treze centros tecnológicos em Santa Catarina que proporcionavam geração de emprego e renda. Disse que era camponovense, da Barra do Leão, e que costumava falar que tinham vivido vários ciclos na economia, como o extrativismo da madeira, da agropecuária, que era muito forte, afirmando que tinham que ir em frente e que aquilo tudo também passava pela inovação tecnológica. Apontou a saúde como outra grande prioridade tendo em vista a existência da “ambulancioterapia”, o que ocasionava um sofrimento maior das pessoas, além da necessidade de investimentos no Hospital Nossa Senhora da Salete, o custeio dos hospitais, este, segundo ele um debate que precisava ser feito por ser um desafio muito grande. Também citou a infraestrutura das estradas, como a 452, a 390 até a BR-470, o trevo da 470, a pavimentação do acesso da Barra do Leão a Campos Novos, fazendo questão de frisar que a decisão era da comunidade e que os Deputados estavam ali como facilitadores para somar e engrandecer cada vez mais aquela região. Encerrou a sua participação desejando sucesso à audiência e registrando que o seu assessor parlamentar Roberto Sampaio também ali se encontrava e que era ele que representava o seu mandato naquela região. Fez uso da palavra em seguida o **Deputado Estadual Natalino Lázare**,



Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os presentes, especialmente o seu amigo Alcides Mantovani, e parabenizou o Deputado Marcos Vieira pela organização das audiências e condução dos trabalhos. Disse estar feliz por se encontrar em Campos Novos, uma cidade contemplada por Deus por ter uma topografia excelente, afirmando que isso lhe possibilitava uma expansão maior ainda que a atual e que seu destaque no contexto social e econômico do Estado e do País era graças ao seu povo trabalhador e empreendedor. Manifestou o seu desejo de serem levadas a efeito as prioridades ali elencadas para que a comunidade pudesse continuar nessa caminhada brilhante de construir o progresso daquela terra. Mencionou a entrevista do americano James Whittaker, o primeiro a alcançar o topo do Monte Everest, que, ao lhe perguntarem sobre a sensação de ter sido o primeiro homem a chegar ao topo da montanha mais alta do mundo, respondeu que era uma sensação gostosa mas que não tinha graça nenhuma chegar ao topo sozinho, que o bom era levar outras pessoas junto ao topo, afirmando que a forma com que o Deputado Marcos Vieira estava conduzindo os trabalhos do Orçamento Regionalizado dava oportunidade de todos chegarem ao topo e verem seus sonhos realizados. Finalizando a sua manifestação, desejou sucesso a todos e, dirigindo-se ao Presidente da audiência, Deputado Romildo Titon, disse que era da região de Videira e que ele poderia contar com o seu trabalho para a realização dos sonhos daquelas pessoas. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc**, que saudou todos os presentes e parabenizou o Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, pelo resultado alcançado nas audiências públicas realizadas na região do Grande Oeste do Estado. Afirmou que aquele evento da Assembleia Legislativa era muito importante não apenas porque o Poder estava abrindo as portas da sua Casa, mas porque estava indo ao encontro das comunidades para que estas decidissem suas prioridades, a fim de que construíssem em conjunto o Orçamento Regionalizado. Disse que a participação de todos era fundamental, que as lideranças locais é que sabiam quais eram as demandas prioritárias para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nos próximos anos e afirmou que não poderia ser um técnico em Florianópolis a dizer o que era prioritário, lembrando que estava sendo criado em Santa Catarina o Orçamento impositivo para fazer com que o Executivo incluísse o que havia sido escolhido pela Regional. Contando que era de Lages e que estava exercendo o seu primeiro mandato como Deputado Estadual, externou a sua felicidade em poder participar daquele processo do Orçamento Regionalizado, e, reportando-se ao Dóia, disse que ele vinha desenvolvendo seu trabalho de maneira brilhante, com conhecimento do Parlamento e trazendo muito estímulo aos novos Deputados, registrando que ele não era Deputado por apenas 37 votos, pois que tinha feito 41 mil votos. Ressaltou que eram Deputados com história, como o Deputado Romildo Titon, que faziam com que todos tivessem mais ânimo para trabalhar pelos catarinenses. Reiterou que Campos Novos era o grande celeiro de Santa Catarina e que tinha muito a crescer ainda e registrou que o nosso Estado, por ser o maior produtor de suínos e frangos do Brasil e a quarta bacia leiteira do País, para alimentar essas aves e animais tinha que exportar milho e soja do Centro-Oeste, salientando que o alto custo do frete acabava aumentando todo o custo na cadeia de produção em Santa Catarina. Diante desse quadro, disse que precisavam crescer e que tinham condições para tal, a fim de poder alimentar os animais e trazer mais desenvolvimento para Santa Catarina, avaliando ser esse o grande desafio do Poder Público catarinense em relação às regiões do planalto norte, planalto sul e serra catarinense. Concluiu a sua manifestação colocando-se à disposição para fazer parte do desenvolvimento da região junto com os demais Deputados e as lideranças locais, torcendo para que fossem elencadas três prioridades realmente relevantes para aquela Regional. Na sequência, falou o **Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc**, que saudou os presentes e disse que estavam todos ali prestigiando o Deputado Romildo Titon, um permanente e atento defensor dos interesses das comunidades daquela região. Afirmou que a Alesc era um pouco do Deputado que representava a região e de outros 39 que colaboravam com ele para que as coisas acontecessem. Fazendo referência a cada um dos Deputados ali



presentes, disse que o Deputado Valduga vinha de Chapecó e estava conhecendo todo aquele trabalho; que o Deputado Gabriel Ribeiro já tinha sido Secretário Regional e era da região serrana; que o Deputado Natalino Lázare, de Videira, era uma pessoa também com experiência; que o Deputado Marcos Vieira, com grande experiência do Parlamento, já tinha sido Secretário de Estado e presidia melhor que qualquer um a Comissão de Finanças pelo seu conhecimento administrativo e técnico e pela sua capacidade de articulação, sendo de todo o Estado de Santa Catarina e não só de Florianópolis, o que causou risos em todos; que o Deputado Saretta, de Concórdia, também já tinha sido Prefeito; enfim, que todos estavam colaborando com o Deputado Titon naquele momento. Rememorando um fato ocorrido em 2013, contou que em 19 de junho de 2013 estava para ser recebido naquela Casa Legislativa para participar de uma audiência pública, quando sofreu um acidente de carro e quase veio a falecer, e que depois de ter passado por 21 cirurgias até aquele momento e feito quase mil sessões de fisioterapia, estava ali sem cadeira de rodas, sem muletas, sem andador, registrando, emocionado, que muitos naquela Casa tinhamorado por sua recuperação e que tinha tomado um carinho especial por todos. Disse que quando a vida apresenta dificuldades, os valores se sobrepõem, a família se une, os amigos ficam mais perto e a fé aumenta, acrescentando que sempre que estava naquela Câmara se recordava positivamente daquela passagem na sua vida. Disse ainda que era muito bom ver a comunidade reunida para discutir as prioridades para aquela região quando poderiam ter sido escolhidas em gabinete, ressaltando que o entendimento do Parlamento catarinense era que todos tinham que ser ouvidos e participar do processo. Salientou que o Deputado tinha outras lutas que poderia fazer individualmente pela região mas que aquele era um momento mais transparente e coletivo, porque dali viria grande parte dos recursos para as principais obras que seriam realizadas. Pediu que todos participassem e acreditassem naquele processo e afirmou que o sucesso das audiências públicas do Orçamento Regionalizado fazia com que a responsabilidade do governo aumentasse e a dos Deputados, de cobrar, também aumentasse, pois a sociedade civil reunida nessas audiências públicas assim acreditava, razão pela qual tinham que corresponder àquela credibilidade. Encerrou a sua manifestação desejando sucesso à audiência e colocando-se à disposição, afirmando que aquela região estaria apoiada por todos para poder ter os melhores investimentos. Logo após, fez uso da palavra o **senhor Vilibaldo Erich Schmid, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos**, que cumprimentou todos os presentes e disse que tinha assumido a responsabilidade, democraticamente, de dar oportunidade a todos os Municípios integrantes daquela SDR na elaboração do Orçamento. Salientou a importância de se ter representantes da região na Alesc e disse que no trabalho prévio que fizeram, dividido em 6 eixos, haviam recebido 51 sugestões de ações. Fazendo questão de registrar a sua opinião pessoal, afirmou que o IDH dos Municípios e das Regionais deve ser o indicador para que os Municípios sejam contemplados tanto com as três prioridades ou as doze do PPA como também no trabalho ordinário dos Deputados, acrescentando que em função disso deixariam com cada um dos Deputados as 51 sugestões, para que fossem encaminhadas. Disse que no indicador da Secretaria da Fazenda eram os Municípios da SDR que estavam investindo mais recursos próprios no índice de investimento dos Municípios, que não era nem a União, nem o Estado, informando que das 36 SDRs, aquela SDR era a que mais investia recursos próprios, através dos Municípios, em infraestrutura, em saúde, em educação, em agricultura e em segurança. Em nome da sua equipe da SDR, fez um agradecimento especial aos Deputados por estarem ali e por levarem ao governo do Estado as necessidades da região. Também agradeceu os Prefeitos por terem participado com suas equipes do seminário regional realizado em Campos Novos. Concluiu a sua manifestação parabenizando todos e dizendo que a participação dos gestores e da comunidade significava um anseio muito grande pela sistemática de levar ao Executivo e ao Legislativo as ações para cada Regional, registrando a sua certeza de que tinham avançado na forma de gestão através das Secretarias Regionais, das gestões municipais e da Assembleia Legislativa. Na sequência, manifestou-se o **senhor Nelson Cruz, Prefeito de Campos Novos**, representando os demais Prefeitos presentes, que saudou todos, especialmente o Deputado



Romildo Titon, afirmando ser ele o grande guerreiro que lutava por todas as reivindicações e um grande batalhador para que elas fossem realizadas. Agradeceu a presença de todos e disse que aquele plenário cheio representava a ansiedade e a preocupação de que o orçamento descentralizado tivesse continuidade, ação iniciada no governo Luiz Henrique quando foram criadas as Regionais, porque os recursos tinham começado a chegar no interior, nos pequenos Municípios. Disse que tinha que dar aquele depoimento porque tinha sido Prefeito na época em que o Governador assumiu isso, registrando que a partir de então começou a descentralização e os recursos começaram a ser investidos nos pequenos Municípios, ação que estava tendo continuidade. Afirmou serem importantes as audiências para levar as reivindicações da região para serem incluídas no Plano Plurianual, registrando que no seminário regional estavam reunidas as lideranças dos oito Municípios que compunham a SDR e que cada um trouxe a sua reivindicação, totalizando 51 demandas, frisando que cada Prefeito fazia economia para poder investir naqueles pontos fundamentais e destacando que a vinda de dinheiro da União ou do Estado complementava o orçamento e fazia com que pudessem desenvolver algo diferenciado e ainda maior para o Município. Lembrou que quando foi asfaltado o acesso a Tangará o alívio foi geral e informou ao Deputado Valduga que o acesso da Barra do Leão já estava pronto, não precisando mais estar no PPA, e que também já estavam feitos os projetos da ampliação da UTI, da sala de imagem, dos treze leitos psiquiátricos, de uma pediatria nova, os quais estavam na Anvisa para aprovação e para ser licitado em seguida, sendo um dinheiro garantido através do governo do Estado. Dito isso, aproveitou para agradecer o governo por sempre participar e apoiar aquela região. Ressaltou ser importante continuar com aquele trabalho e que era preciso a interferência dos Deputados para que cada Município tivesse uma obra do governo do Estado e realizasse algo diferente para a sua população. Finalizou a sua participação agradecendo a presença de todos, especialmente dos sete Deputados que ali se encontravam, e reafirmou que o Município de Campos Novos era o celeiro catarinense e o décimo sexto em contribuição de ICMS para o Estado. Logo após, fez uso da palavra o **Vereador Nelson Carafa, Presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos**, representando os demais Vereadores presentes, que destacou a importância das audiências públicas e disse que já tinha participado das duas reuniões sobre o assunto e que naquele dia estava trazendo para a plenária decidir as prioridades, afirmando que era muito importante a comunidade participar daquele momento, pois que teriam a oportunidade de definir as prioridades para os Municípios. Desejou boas-vindas a todos e colocou-se à disposição para colaborar, já que era representante da população no âmbito de Município e que após definir as prioridades cobraria para que fossem realizadas. Finalizando as manifestações da mesa, o **senhor Presidente** também agradeceu ao Vereador Nelson a cedência daquele espaço para que pudessem realizar aquela audiência pública e concedeu a palavra à **senhora Inês Pegoraro Schons, Prefeita de Celso Ramos**, neste ato representando as mulheres presentes, que cumprimentou todos os membros da mesa e os demais presentes e reafirmou o que muitos já tinham dito sobre a importância daquele momento. Disse que a obra da 390, que ligava Celso Ramos a Anita Garibaldi, à região serrana, à Capital, ao Estado do Rio Grande do Sul, estava prestes a ser executada graças ao empenho do Deputado Gabriel e do Deputado Titon, pedindo o apoio dos demais Deputados para a sua região. Avaliou que a obra mais importante para Celso Ramos e também para Campos Novos era a realização da 390, afirmando que estava ali para trabalhar em conjunto com seus colegas no intuito de priorizar outras obras que também eram importantes. Saliu que depois de estarem ali no Orçamento, a parte mais importante era o empenho dos Deputados, representantes do povo, que falariam em nome de todos ao Governador e na Assembleia Legislativa. Concluiu a sua manifestação parabenizando o trabalho realizado pelos Deputados e desejando uma boa audiência a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Romildo Titon**, disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa, que consistia no debate a respeito das doze ações para o PPA, das quais três seriam dirigidas ao



Orçamento de 2016. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)**, coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Registrou a presença dos técnicos Guilherme Kraus dos Santos, Cristina Valdeci Rodrigues, Rosi-Mari Ramos de Oliveira e Gilberto Cerutti, da Secretaria de Estado da Fazenda, explicou que havia alguns dias a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional tinha realizado um seminário no qual as lideranças dos Municípios abrangidos tinham definido 51 prioridades, que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos e que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela SDR, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Dito isso, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019, e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizara no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública e outros, tinha analisado os problemas e proposto soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Campos Novos. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil e pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada. Finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR de Campos Novos.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Campos Novos:

1	Revitalização e acessos das SCs de abrangência da SDR Campos Novos
2	Pavimentação da SC-452, trecho Vargem-Abdon Batista – SDR Campos Novos
3	Construção e expansão da Udesc – SDR Campos Novos
4	Construção de unidades habitacionais nas áreas urbana e rural – SDR Campos Novos
5	Construção, reforma e ampliação dos equipamentos (CRAS E Creas) – SDR Campos Novos
6	Apoio da Fapesc para a implantação e a manutenção da incubadora de empresas da região de atuação da SDR Campos Novos
7	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR Campos Novos
8	Ampliação de subestações, apoio da Celesc à implantação e manutenção de rede trifásica de alimentação nos Municípios na área rural pertencentes à região de atuação da SDR Campos Novos
9	Construção de ala feminina na Unidade Prisional Avançada – SDR Campos Novos



10	Construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para os hospitais de abrangência da SDR de Campos Novos – SDR Campos Novos
11	Construção de Casep – SDR Campos Novos
12	Construção de centro multiuso nos Municípios – SDR Campos Novos

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Concórdia:

1	Pavimentação da SC-452, trecho Vargem-Abdon Batista – SDR Campos Novos
2	Revitalização e acessos das SCs de abrangência da SDR Campos Novos
3	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR Campos Novos

Em seguida, anunciou os conselheiros escolhidos para Campos Novos: como titular, o senhor Nelson Cruz; como suplente, o senhor Lucimar Antônio Salmória. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Romildo Titon**, que mais uma vez agradeceu a participação de todos e ressaltou a importância daquele momento de discussão, elogiando o Betão pelo debate levantado a respeito da Udesc e dizendo que aquele item não cabia ao Orçamento do governo, mas ao da Udesc, já que tinha orçamento próprio. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.]*

**DEPUTADO ESTADUAL ROMILDO TITON
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



14ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **LAGES E SÃO JOAQUIM**

Data: 26/06/15

Horário: 14h30min – Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da CCJ-UNIPLAC**
Câmara Municipal
Av. Castelo Branco, 170 B Universitário
Centro
Lages

CONSELHEIROS:

Titular: Helder Tadeu Couto Corrêa-Gerente Administrativo

SUPLENTE: DENILSON LUIZ PADILHA- GERENTE REGIONAL DE AGRICULTURA

Total de participantes:

Lages 100

São Joaquim 62

Total Geral: 162





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - LAGES

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

01	Pavimentação sc-390 Coxilha Rica.
02	Revitalização do trecho Otacilio Costa a br-282.
03	Construção de uma policlinica.
04	Ligação asfáltica entre Anita Garibaldi/Celso Ramos.
05	Construção de casas na área urbana e rural.
06	Reforma e ampliação de escolas – sdr-Lages.
07	Reforma e ampliação do hospital Tereza Ramos.
08	Construção de cras nos municípios da região.
09	Pavimentação asfáltica sc-320 Anita Garibaldi/Abdon Batista.
10	Construção de um colégio militar para Lages.
11	Construção de novas delegacias de polícia civil no planalto serrano.
12	Ampliação do sistema de vídeo monitoramento.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - LAGES

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Revitalização do trecho Otacilio Costa a br-282.
2	Ligação asfáltica entre Anita Garibaldi/Celso Ramos.
3	Reforma e ampliação do hospital Tereza Ramos.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGES

Municípios: Lages, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Paineira, Ponte Alta e São José do Cerrito.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	NEILON VALDUJO	LAGES
02	Marcos de Carvalho	Lages
03	Pe. Edmar José de Souza	E. B. S.
04	Luana Ramos Parzani	Lages
05	Érli A. Camargo	Lages
06	Paulo C. Salmer	Lages
07	MARCO CESAR ASSINK SEF/SE	LAGES
08	Helton T. Costa Consi Sen	LAGES
09	ARNONDO GARCIA	LAGES
10	JOÃO ALBERTO DUARTE	LAGES
11	Vídel MAD. J. MATOS.	ANITA GARIBALDI
12	Relis NAVIETZ	Anita Garibaldi
13	Antonio Luiz Duarte	Lages
14	ROBERTO SIECELLI	ANITA GARIBALDI
15	GILBERTO PERUZZI	SEF, Fpolis
16	Paulo Roberto de Souza	Paineira
17	Adriano Bezerra	Anita Garibaldi
18	ELMAR NEUWALD	LAGES/EPAGRI
19	Ironel Quiqueti Bastos	Lages/Gab. Dep. Gabriel
20	Sérgio Torres de Souza	Lages
21	MARCELO F. de Almeida	Lages
22	Neli Cristini	Lages
23	Somier Moura	Lages



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL
AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGES

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Sustae P. R. Lins	Lages
25	Luciana Lapisbrando	"
26	FABIO N. PERCIN	"
27	Evelyn Ronconi	Lages
28	Debora Aparecida Joncal,	Lages
29	Wagner G. G. Ramos	Lages
30	JUANO PAULO BRUNO	Uru
31	Onesias Lops	Lages
32	Lauro Santos	LAGES
33	Itaci V. de Souza	Lages
34	Edenias S. U.	Lages
35	Denilson Luiz Padilha	Lages (SDR)
36	Adriano de Souza	
37	Roberto Alberto Goncalves dos Reis	LAGES
38	Mariana Carmelito dos S. Moaço	LAGES/
39	Aline Lops Fonseca	Lages
40	Marcos Antonio de Souza	Lages
41	João Carlos	Lages
42	Luciano M. G. Santos	LAGES
43	Waldir A. de Oliveira	
44	Jose Matos	Anita-Grisbaldi
45	Edesio D. Antunes	Anita Grisbaldi
46	EVERSON ANTUNES	"
47	WILLY BRUN FILHO	"
48	Paulo Roberto	"



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGES

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Silvia Kley Varela	Cerro Negro
50	FERNANDO H. DE OLIVEIRA	CERRO NEGRO
51	Geleto Rogério Boqueirob	Lages
52	Leomardo Grand Diny Figueiredo	Lages
53	Carla Silveira	Lages
54	Claudineia Nilton de Oliveira	Lages
55	José José Wainik	Lages - GIDAR
56	Marily Inelani Andrade	Lages - FCJA
57	LUIZ CARLOS PINHEIRO	LAGES
58	Sebastião B. dos Santos	Palmeira
59	Romildo Rodrigues	Palmeira
60	Robson Reckziegel	Lages
61	Zeli de Jesus José Carlos	Lages
62	Sonia de Fatima Souza	Lages
63	Gilmar Gibano da Silva	Lages
64	Rita Silvéria Costa	Capão Alto
65	Moisés SAUVAN	Lages
66	Carrossa Schutz	LAGES
67	Silvia Bircania	Rocaina do Sul
68	Rose AP Andrade Oliveira	Rocaina Sul
69	Regina Amado	
70	José	Lages
71	Regimari C. R. Beppin	Lages
72	JOÃO VIEIRA JUNIOR	Capão Alto
73	João Carlos de Foz	ASDF



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGES

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Ingemar Byberg mota	Cerro Negro
75	Luís R Branco	LAGES
76	NARA MARIA KUTN Göcks	LAGES - FCJA
77	CAIRO Roberto R Souza	Lages -
78	Daniela Anselmo Machado	Lages
79	Simone Paula Ferreira	Bocaina
80	BENJAMIN LARROSA	Flores
81	Wallis Gislen	Lages
82	Anderson Amaro de Lij	OTA COSTA
83	José José Xouvi	OTA COSTA
84	ALFREDO NOGUEIRA DOS SANTOS	LAGES
85	Que Vieira Dec. Simão	Lages
86	ELIO BRUNO	Lages
87	ARMEN ZAVITO	LAGES
88	Edmaris M. Tapanati	B. de Sora
89	Walter T. ...	Lages
90	JULIANO CHIONCHI	LAGES
91	AGESSANDER JOSE DE SOUZA	LAGES
92	DIONATO SOUZA	OTA COSTA
93	JOREE ROBERTO CARLIA	Lages
94	IRAMAR DOS SANTOS	Lages
95	AZIZ ABOU HATEM	LAGES
96	EDSON AMARAL DE SOUZA	OTACIANO COSTA
97	FRANCISCO PIERRE P. AUES	C. PINTO vereador
98	Caio R.A. Bacci - 27ª fure	Lages
99	Cesar Javiera	Floresópolis
100	BI ... ENSURE HUBG	Lages



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SÃO JOAQUIM

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

01	Execução do Asfaltamento da SC-370 Rio Rufino/Urubici.
02	Construção do contorno viário na cidade de São Joaquim.
03	Construção e aparelhamento de um Hospital Regional em um dos municípios da SDR com seus respectivos profissionais.
04	Pavimentação do trecho entre Petrolândia e BR 282 (SC 110).
05	Criação de uma Policlínica Ambulatorial Intermunicipal.
06	Ampliação/Implantação do Saneamento Básico dos seis municípios.
07	Melhorar os acessos para as Viniculas e Pontos Turísticos, assim como dos Pontos Turísticos da Serra do Corvo Branco e Rio do Rastro.
08	Construção de uma Rede de Iluminação na SC-390 entre São Joaquim e Bom Jardim da Serra, até o topo da Serra do Rio do Rastro.
09	Aumento de Câmeras de Videomonitoramento e de Efetivo Policial incluindo ampliação do PROERD.
10	Implantação de Escola em tempo integral.
11	Fortalecimento das Unidades de Pesquisa da Estação Experimental de São Joaquim.
12	Revitalização urbana da SC-390 perímetro urbano em Bom Jardim da Serra.

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SÃO JOAQUIM

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Execução do Asfaltamento da SC-370 Rio Rufino/Urubici.
2	Construção do contorno viário na cidade de São Joaquim.
3	Construção e aparelhamento de um Hospital Regional em um dos municípios da SDR com seus respectivos profissionais.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO JOAQUIM

Municípios: São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Jefferson Brito Monteiro	SJ
02	Eloy Rodrigues Rabelho	Bom Jardim
03	Stanie Telaci da Silva	Bom Jardim
04	Rosimari R. de Oliveira	SEF. P.ópolis
05	Rafael Mendes	R. Rufino
06	Pedro Costa	R. Rufino
07	Juscélio R. Moraes	R. Rufino
08	Luiz Carlos de Brito	Rio Rufino
09	Adriano V. Antunes	Paimon.
10	Leandro de Almeida	São Joaquim
11	Patrícia Mariana da Silva	São Joaquim
12	Luiz Carlos de Brito	São Joaquim
13	Ademir de Souza Junior	Rio Rufino
14	Luiz G. Costa	SÃO JOAQUIM
15	Sonia Oselaine	Rio Rufino
16	Silvo Romualdo	Rio Rufino
17	Estelina C. Medeiros	Rio Rufino
18	Eli Fatima Gallo Costa	Rio Rufino
19	Jabrana R. Souza	Rio Rufino
20	Altamira do Souza Dias	Rio Rufino
21	Kataryia Costa Sillito	
22	Adelmo R. de Souza	Urubici
23	Vilson Kefner	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO JOAQUIM

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Allina G. T. F. L.	Bom Retiro
25	NARCISO LEA NARCISO	
26	Luiz Carlos Pfeifer	RUNIPLA C.
27	Lucio Coete	Rio Rufino
28	Getálio Costa Neto	Rio Rufino
29	Salesio Assunção	Rio Rufino
30	Elenis Costa	Rio Rufino
31	BERNARD J. MALLEL	Ituporanga
32	CESAR ALBUQUERQUE	Ituporanga
33	EVERSON COULHART	Guaraciaba
34	Imylerly Cristofari	Ituporanga
35	Alvares	São Joaquim
36	Alvares	
37	Acila Sorgerine Zanetti	São Joaquim
38	Antônio Carlos Varela	Bom Retiro
39	Orly de Souza	Bom Retiro
40	Luiz Carlos Freyrius	Bom Retiro
41	José Paulo Oliveira	Rio Rufino
45	Amelina dos Passos Juniors	Rio Rufino
48	Edson A. N. Arruda	
47	David C. de Lima	Bom Retiro
48	José Carlos Zucchi	Bom Retiro
49	Henrique B. Soria	Bom Retiro
50	José A. Lima	Bom Retiro
53	Alceu Dias Antunes	Ituporanga



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: SÃO JOAQUIM

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
52	Katiana L Sangaletto	Rio Rufino
53	Ignatius Cesário	
54	Djia Ribas	Rio Rufino
55	Mariza Costa	Urubici
56	Guilherme Resício	Rio Rufino
57	Fátima Maria Cabral	Bom Retiro
58	Thiago Dujino	Zogés
59	FREDERICK KAMBUCH	LAGES
60	RONALDO DUARTE	LAGES
61	João Ghigari	Florianópolis
62	Carla Cruz	São Joaquim
63		
64		
65		
66		
67		
68		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 14ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO AS REGIONAIS DE LAGES E SÃO JOAQUIM, REALIZADA NO
MUNICÍPIO DE LAGES EM 26 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H30MIN**

Aos 26 dias do mês de junho de 2015, às 14h30min, no auditório da Universidade do Planalto Catarinense (CCJ – Uniplac), *campus* Lages, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Lages e de São Joaquim e a sociedade civil organizada, com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima quarta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc; o Deputado Estadual Fernando Coruja, membro da Comissão de Saúde, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Alesc; o Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; a Deputada Federal Carmen Zanotto; o senhor João Alberto Duarte, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages; a senhora Solange Scortegagna Pagani, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim; o senhor Antônio Arcanjo Duarte, Prefeito de Lages, representando os demais Prefeitos da Regional de Lages; o senhor Humberto Luiz Brighenti, Prefeito de São Joaquim, representando os demais Prefeitos da Regional de São Joaquim; o Vereador Juliano Polese, de Lages, representando os demais Vereadores da Regional de Lages; o Vereador Antônio Carlos da Rosa, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Joaquim, representando os demais Vereadores da Regional de São Joaquim; o senhor Luiz Carlos Pflieger, Reitor da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac); e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Ademar De Bona Sartor, Prefeito de Rio Rufino, representando a Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures); Padre Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul; Sirlei Kley Varela, Prefeita de Cerro Negro; Albino Gonçalves Padilha, Prefeito de Bom Retiro; Sônia Regina Cardoso Oselame, Vice-Prefeita de Rio Rufino; Sebastião Ribeiro dos Santos, Vice-Prefeito de Palmeira; Rita Silvânia Costa, Vice-Prefeita de Capão Alto;



Vereadora Mariza Costa, Presidente da Câmara de Vereadores de Urubici e presidente da União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana (Uveres); Vereador Ademir Luiz Bergamo, de Anita Garibaldi; Vereador Silvio Vieira Antunes, Presidente da Câmara de Vereadores de Painei; Vereador Thiago Oliveira, de Lages; Vereador Elói Bassin, de Lages; Vereador Antonio Carlos Varela, de Bom Retiro; Vereador Olavo Francisco Costa, de São Joaquim; Vereador Adelmo Ribeiro de Souza, de Urubici, representando o senhor Fidelis Schappo, Prefeito de Urubici; Vereador Lucio Copetti, de Rio Rufino; Vereador João Vieira Junior, de Capão Alto; Vereador Luiz Carlos Ferreira, de Bom Retiro; Vereador Jaime Afonso Cabral, de Bom Retiro; Vereador Orly de Souza, de Bom Retiro; Vereador Mauricio Yamashiro, de São Joaquim; Vereador Lotario Costa Neto, de Rio Rufino; Vereador Romildo Rodrigues, de Palmeira; Vereador Dercílio Alves de Arruda, de Painei; Vereador Luis Carlos de Liz, de Rio Rufino; Vereador José Matos, de Anita Garibaldi; Vereador Juscelino Ribeiro Moraes, de Rio Rufino; Vereador Pedro Costa, de Rio Rufino; Vereador Rafael Manoel Mendes, de Rio Rufino; Vereador Valdir Alves de Oliveira, de Anita Garibaldi; Vereador Roberto Viecelli, de Anita Garibaldi; Vereador Celio Leonildo Xavier, de Anita Garibaldi; Vereador Videlmar José de Matos, de Anita Garibaldi; Vereador Jefferson Antonio Biolo Monteiro, de São Joaquim; Moisés Savian, Secretário Municipal de Agricultura e Pesca de Lages; Lotário Costa Filho, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Rio Rufino; Vilson Kuhnen, Secretário Municipal de Obras e Viação de Rio Rufino; Ivanor Barbosa, Secretário Municipal de Agricultura de Cerro Negro; Salezio Mendes, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Rio Rufino; Eloy Rodrigues Padilha, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Bom Jardim da Serra; Coronel Zinder José Guedes Cardoso, comandante da 2ª RPM de Lages; Paulo Cesar Salum, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Volnei Loreno Hasse, Defensor Público do Núcleo Regional de Lages; Denilson Luiz Padilha, gerente de Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages, representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca; Willy Brun Filho, coordenador regional da Fatma; Fernando Henrique de Oliveira, representando o Deputado Estadual Dirceu Dresch; Capitão Frederick Rambusch, comandante da 4ª Companhia de Polícia Militar Ambiental de Lages; Gerci Lima, secretário parlamentar, representando o senhor Vereador Mário Hoeller de Souza (Marião), de Lages; Avelino dos Passos Junior, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Rio Rufino; Vereador João Paulo Oliveira, de Rio Rufino; Vereador Elói Bassin, de Lages; e Edson Athayde da Silva, vice-presidente estadual da União de Negros pela Igualdade Racial (Unegro). Após o registro, convidou para fazer uso da palavra o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Alesec**, que cumprimentou os presentes, a imprensa, os Deputados que ali estavam, todos os componentes da mesa e demais autoridades. Agradeceu ao Reitor Luiz Carlos Pflieger, de antemão, a cessão das dependências da Uniplac para que a Assembleia Legislativa pudesse ali realizar aquela audiência pública. Comentou terem ali um bom quórum, com a participação de muitos Vereadores, mas que não poderia deixar de dar destaque às mulheres. Por esse motivo, chamou para compor a mesa a Vereadora Mariza Costa, Presidente da Câmara de Vereadores de Urubici e presidente da União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana (Uveres), para que representasse na mesa todas as mulheres presentes no evento. Aproveitou a oportunidade para registrar a presença do Vereador Henrique Leone Farias, de Bom Retiro; do Vereador José Alfeu Ferreira, de Bom Retiro; do Vereador Daniel Lins, de Bom Retiro; do Vereador José Carlos Pereira, de Bom Retiro; e do senhor João Ghizoni, representando a senhora Angela Albino, Secretária da Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina. Disse que aquela era a 14ª audiência pública do Orçamento e que o quórum dos Deputados e Deputadas vinha sendo excelente. Deixou ali seus agradecimentos à sociedade civil organizada e aos Poderes Públicos constituídos, que tinham participado maciçamente das audiências públicas do



Orçamento Regionalizado. Informou que no total seriam 32 audiências públicas e que ao terminarem aquela primeira etapa de quatorze audiências teriam se reunido com aproximadamente 150 Municípios e 1.600 lideranças da BR-116 até o extremo oeste de Santa Catarina, incluindo a região serrana até Bom Jardim da Serra, todos eles decidindo seus destinos para os próximos quatro anos, com a elaboração do novo PPA para o quadriênio 2016-2019. Considerou serem audiências públicas que se revestiam da mais alta importância, nas quais a população escolhia as demandas prioritárias a serem incluídas no Plano Plurianual e no Orçamento do Estado do ano seguinte. Explicou que a audiência pública seria realizada em duas etapas: a primeira delas compreendia a fala dos senhores Deputados, da senhora Deputada Federal e das demais autoridades que compunham a mesa, e a segunda etapa teria início com a apresentação dos técnicos da Assembleia e da Secretaria da Fazenda. Disse que logo após haveria a ampla discussão e a escolha das ações a serem incluídas no PPA e na LOA, sendo que toda a segunda etapa seria coordenada pelo senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Comentou que a população ainda duvidava que as ações escolhidas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado realmente seriam executadas por parte do Poder Executivo. Considerou que se fizessem um levantamento dos últimos quatorze anos, constatariam que não mais do que 15% de todas as ações eram resolvidas pelo Poder Executivo estadual. Disse, entretanto, que como fruto da persistência e do trabalho dos Deputados da Assembleia Legislativa, ao longo dos últimos anos o Poder Executivo vinha fazendo com que as ações escolhidas nas audiências do Orçamento Regionalizado tivessem resolução. Como prova disso, informou que no levantamento feito no ano anterior mais de 45% de todas as ações inseridas no Orçamento do Estado tiveram suas obras iniciadas ou resolvidas na sua totalidade. Falou que aquilo ainda não era o desejado, mas era um começo, e que os Deputados da Assembleia Legislativa estavam avançando cada vez mais para verem 100% das ações inseridas de forma impositiva sendo executadas pelo Poder Executivo. Contou que em 2014 havia aprovado, na Assembleia Legislativa, uma emenda constitucional inserindo os artigos 120, *a*, e 120, *b*, na Carta Magna de Santa Catarina, tornando impositivas todas as ações do Orçamento Regionalizado em Santa Catarina. Explicou que ainda era necessária a regulamentação da emenda através de um projeto de lei complementar a ser elaborado pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, e que após o projeto iria a plenário para a deliberação final dos quarenta Deputados. Contou que já havia um acordo de líderes dentro da Casa Legislativa para a aprovação daquele projeto de lei complementar regulamentando os artigos 120, *a*, e 120, *b*, da Constituição do Estado. Explicou que, após a aprovação em plenário, encaminhariam o projeto para sanção ou veto do Governador João Raimundo Colombo, e que se ele o aprovasse de pronto, sancionando a lei, todos já teriam a partir de 2016, a impositividade das ações a serem incluídas ou na revisão do PPA ou na Lei Orçamentária Anual. Frisou a importância daquela audiência e o ganho extraordinário que a Assembleia Legislativa dava para toda a sociedade catarinense. Em seguida, convidou para fazer uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc**, que após as saudações iniciais externou sua alegria em poder estar ali naquele dia, na sua região serrana, concluindo as SDRs de Lages e São Joaquim em conjunto com a Assembleia Legislativa para discutirem o Orçamento Regionalizado. Falou que o Orçamento não era uma fantasia e que as decisões que tomassem ali seriam obrigatoriamente cumpridas pelo Executivo catarinense durante os próximos quatro anos. Reiterou a importância da participação de todos, pois eram os cidadãos que enfrentavam as dificuldades do dia a dia da região e por isso sabiam as reais necessidades de seus Municípios. Disse que a Assembleia Legislativa, sob a liderança do Presidente Gelson Merisio e do Deputado Marcos Vieira, vinha fazendo aquele roteiro no Estado inteiro, acrescentando que estavam na 14ª audiência e que ainda teriam outras 18 pela frente, nas quais ainda percorreriam as regiões norte,



sul e litoral de Santa Catarina, fechando um ciclo de 32 audiências. Pediu que todos participassem e fossem voz ativa durante aquele dia de reunião. Desejou uma ótima reunião a todos e colocou-se à disposição para trabalharem em conjunto. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Estadual Gabriel Ribeiro. Dando seguimento à audiência pública, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gabriel Ribeiro**, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc**, que saudou nominalmente todas as autoridades à mesa, em especial o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador daquele trabalho em equipe, complementando que uma grande mobilização não acontecia por acaso e que era necessário haver muito preparo e organização, o que vinha acontecendo com maestria pela Comissão presidida pelo Deputado Marcos Vieira. Teceu saudações especiais, igualmente, à Deputada Federal Carmen Zanotto, com quem afirmou ter a grata experiência de exercer o mandato de Deputado Federal por certo período. Disse que os serranos tinham como representante uma das Deputadas Federais mais experientes do Congresso Nacional, não só por seu conhecimento da área da saúde, mas pelo seu conhecimento e capacidade de defesa da região. Falou que a Assembleia Legislativa, naqueles encontros, se tornava mais democrática e transparente, pois seria mais fácil, menos trabalhoso e haveria um menor investimento se os Deputados recebessem o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária em seus gabinetes e definissem na Assembleia, longe das lideranças e da comunidade, as ações prioritárias de cada região. Reforçou que a Assembleia permitia uma transparência maior quando ouvia as pessoas em suas regiões. Comentou que a presença do grande número de lideranças, de Prefeitos, de Vereadores, da comunidade, aumentava ainda mais a responsabilidade de os Deputados cobrarem do Executivo que aquilo que fosse decidido ali pudesse ser efetivamente realizado. Sugeriu que todos aproveitassem o momento para exercer a democracia na plenitude e definir em conjunto as prioridades da região. Informou que naquele dia o PMDB, seu partido, teria um grande encontro, pois estava tendo início a Jornada da Unidade em Balneário Camboriú, às 20 horas. Disse que o único Deputado do PMDB que pedira licença para não participar fora o Deputado Coruja, pois ele havia dito que tinha a obrigação de ficar na audiência do Orçamento Regionalizado até o final. Finalizou seu pronunciamento desejando muito sucesso a todos e afirmando que a serra catarinense tinha dois Deputados, o Coruja e o Gabriel, que orgulhavam muito a sua representação, e que ainda havia outros 38 Deputados na Assembleia ajudando a defender os interesses da região. Após, a palavra foi passada ao **senhor Deputado Estadual Fernando Coruja, membro da Comissão de Saúde, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Alesc**, que cumprimentou os presentes e disse que viviam um momento político, no mundo todo, de muita descrença na maneira como se fazia política. Afirmou estarem atravessando uma crise e que era preciso mudar, evidentemente, mas que ninguém sabia exatamente por onde começar. Falou que a democracia representativa estava muito fragilizada, mas que se havia algo que ainda iria perdurar em qualquer modelo era a participação popular, porque ninguém poderia governar ou aceitar um governo em que não houvesse tal participação. Opinou que a liberdade era um valor muito maior que a vida, a educação ou a saúde, porque as pessoas entregavam a vida pela liberdade e por ela lutavam, mas ninguém fazia revoluções ou saía dando tiros pela saúde ou pela educação, o que demonstrava que a participação popular era fundamental. Lembrou que aquele modelo de participação estava evoluindo e que havia a proposta de um Orçamento impositivo que ainda precisava ser aperfeiçoado. Informou que o modelo precisava ser mudado e que estava trabalhando para apresentar uma proposta de alteração do pacto federativo a partir da Assembleia, explicando que era preciso modificar o modelo de forma que os Municípios tivessem mais recursos e pudessem ter maior autonomia na realização de seus projetos. Despediu-se desejando a todos boas escolhas e comprometendo-se a trabalhar por sua região. Fazendo uso da palavra, o **senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Presidente da**



Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa, saudou todos e disse que viviam um momento muito importante no qual discutiam o Orçamento do Estado, que equivalia a cerca de R\$ 24,8 bilhões, sendo que 1% desse montante seria distribuído entre as Regionais do Estado, através do Orçamento impositivo. Comentou que até então aproximadamente 46% do PPA anterior fora atingido, o que era um grande avanço, mas que precisavam avançar ainda mais e chegar a 100% de efetividade. Observou que tinham um IDH baixo em muitos Municípios da região e que aquele mal precisava ser combatido através de um bom trabalho social aliado ao desenvolvimento econômico, com o fortalecimento da economia e a geração de emprego e renda. Citou como prioritária a questão da inovação tecnológica, pois haveria a criação de treze centros tecnológicos que permitiriam buscar novas frentes de desenvolvimento econômico alternativas à agropecuária, à agroindústria e ao ciclo do extrativismo da madeira. Elencou outras ações que deveriam ser discutidas pela região, tais como: atenção à área da saúde, com a diminuição da ambulancioterapia e melhoria de equipamentos nos hospitais; manutenção das BRs e SCs; fortalecimento de órgãos do Estado como a Epagri e a Cidasc. Falou que todos tinham que elencar as principais prioridades e que aquilo era uma responsabilidade muito grande, sendo necessário renovar atitudes e dar às pessoas oportunidade para serem ouvidas. Parabenizou todos que estavam ali naquela tarde e desejou uma boa reunião a todos. Em seguida, a palavra foi passada para a **senhora Deputada Federal Carmen Zanotto**, que saudou todos e agradeceu em especial ao Reitor pela cedência do espaço para uma ação de natureza pública tão importante quanto aquela que viviam ali. Disse que, como Parlamentar de Lages e da região, ficava muito feliz por ter a oportunidade de estar ali ouvindo as demandas da sua comunidade, e lembrou quando diziam o quão importante seria terem um Governador da região serrana. Comentou que, na condição de Parlamentar, lhe cabia a tarefa de acompanhar todas as demandas da sociedade civil organizada, acrescentando que faria aquilo exercitando seu papel de ouvinte para, em momento posterior e se necessário, deliberar através de emendas de bancada ou de emendas individuais. Agradeceu e despediu-se. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor João Alberto Duarte, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages**, que cumprimentou os presentes e disse terem realizado o PPA alguns dias atrás, naquele mesmo local, momento em que haviam levantado as prioridades da região. Comentou terem recebido a informação de que as obras que estavam em andamento não entrariam no PPA, mas que os colegas da Secretaria da Fazenda que ali se encontravam haviam dito que não era aquele o entendimento. Observou terem precisado fazer algumas alterações para dar prioridade às doze obras da sua região e lembrou que algumas questões tiveram que ficar de fora por serem de responsabilidade do Município. Como obras prioritárias para a Regional de Lages e que contemplavam não apenas a região serrana, mas também o meio oeste e o Vale do Itajaí, citou a ampliação do Hospital Tereza Ramos e também o aeroporto de Correia Pinto. Falou que o PPA era um trabalho importante que a Assembleia Legislativa o realizava com muita competência. Contou terem feito pela manhã uma coletiva com toda a imprensa lageana, momento em que tinham feito um relato das ações do governo do Estado na região. Falou que os números eram significativos e que era muito importante terem um Governador serrano, lageano, pois com certeza seu olhar para a região seria diferenciado, acrescentando que por ter ele sido Prefeito de Lages por três vezes, sabia muito bem quais eram as necessidades de todos os Prefeitos vizinhos. Comentou, além disso, que o Governador sempre aportava recursos para que as estradas do interior estivessem em boas condições e os produtores pudessem transportar suas colheitas e safras. Deixou a todos um grande abraço e colocou a Secretaria Regional à disposição. Dando seguimento, fez uso da palavra a **senhora Solange Scortegagna Pagani, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim**, que saudou os presentes, autoridades e sociedade civil organizada. Disse que a Secretaria de Estado da Fazenda muito havia ajudado no primeiro momento do Plano Plurianual do Executivo, quando tiveram um dia inteiro de discussões dedicadas à escolha das prioridades. Comentou que muito tinham a agradecer ao Governador João Raimundo Colombo



por tudo o que haviam conquistado na SDR de São Joaquim, com o aporte de recursos muito expressivos em diversos segmentos, principalmente na área da infraestrutura. Citou as principais prioridades elencadas para a Regional de São Joaquim: o asfaltamento da SC-370, de Rio Rufino a Urubici; a construção do contorno viário na cidade de São Joaquim; o pedido de um hospital regional; a pavimentação do trecho entre Petrolândia e a BR-282; a revitalização do trecho urbano de Bom Jardim da Serra. Comentou serem muitas as questões e que estavam ali acreditando no modelo impositivo para que todos aqueles projetos fossem realizados em prol da qualidade de vida do cidadão na serra catarinense. Prosseguindo, a palavra foi passada para o **senhor Antônio Arcanjo Duarte, Prefeito de Lages, representando os demais Prefeitos da Regional de Lages**, que saudou todos e afirmou haver naquele espaço vários Prefeitos e Vereadores que traziam nos ombros a carga de cada Município e também os sonhos de que suas obras fossem realizadas. Comentou que eram 32 audiências do Orçamento Regionalizado em Santa Catarina e que ali podia perceber que tais audiências iam se tornando cansativas. Observou que os Municípios eram divididos por limites territoriais, mas que o sonho de terem uma região melhor unia todos, independente de a melhoria se dar em São Joaquim, São João do Pelotas, Campo Belo, Anita Garibaldi ou Correia Pinto. Pediu que os Deputados Coruja e Gabriel e a Deputada Federal Carmen Zanotto tivessem voz firme e forte na defesa da região serrana e despediu-se. Depois, fez uso da palavra o **senhor Humberto Luiz Brighenti, Prefeito de São Joaquim, representando os demais Prefeitos da Regional de São Joaquim**, que cumprimentou os presentes e falou que em administração pública não havia milagres e não se fazia nada com discurso, mas com dinheiro. Alertou para o fato de que precisavam ser muito coerentes ao elencar as prioridades da região serrana, explicando que se levassem em consideração o Orçamento do Estado de R\$ 24 bilhões, do qual receberiam 1% para investimentos, seriam em torno de R\$ 250 milhões a serem divididos entre as 36 regiões do Estado, resultando em cerca de R\$ 7 milhões para cada região. Calculou que, para a região serrana, ainda haveria a divisão daqueles R\$ 7 milhões entre os 18 Municípios que compunham a Regional, fazendo com que chegassem a um valor em torno de R\$ 40 mil por Município. Comentou que aquele era um cálculo rápido, “de padaria”, e que esperavam que a Assembleia se empenhasse. Comentou que não estava fácil ser Prefeito, principalmente de cidades pequenas que tinham que viver de pires na mão, implorando aquilo que lhes era de direito. Dirigindo-se ao Deputado Fernando Coruja, solicitou que ele levasse sua proposta do pacto federativo para todo o Brasil, justificando que a única maneira de conseguirem tocar os Municípios em frente e resolverem pelo menos parte dos anseios da sociedade era se realmente tivessem dinheiro. Despediu-se desejando que aquela audiência pública não viesse a deixar todos frustrados quando a fizessem novamente, por não terem realmente atingido os objetivos almejados. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gabriel Ribeiro** agradeceu as colocações do Prefeito Brighenti e avaliou-as como de grande importância. Afirmou que a intenção do Orçamento impositivo era tornar obrigatória a execução das prioridades elencadas na LOA e no PPA. Encerrando a primeira etapa da audiência pública, passou a palavra para a **Vereadora Mariza Costa, Presidente da Câmara de Vereadores de Urubici e presidente da União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana (Uveres)**, que após as saudações iniciais parabenizou a Assembleia Legislativa e as Comissões por mais um Orçamento Regionalizado. Reportando-se à fala do Prefeito Brighenti, disse que não estava fácil administrar, mas que também não estava fácil legislar. Falou que 99% dos pedidos eram feitos aos Vereadores, que tinham que dar respostas à população, mas que muitas vezes o Executivo não lhes dava aquela resposta de que precisavam, o que fazia com que não pudessem atender os Municípios e seus eleitores. Pediu que dessem mais atenção aos Municípios menores e, dirigindo-se à Secretária Solange, informou que tinham um grande problema que era a ligação de Rio Rufino a Urubici, acrescentando saber que aquele projeto já fora refeito, estava pronto e o Governador tinha prometido que até o final do ano abriria a licitação. Dirigindo-se ao Secretário João, disse que



tinham dois grandes pedidos, também da Uveres: a ligação do Município de Anita Garibaldi ao Município de Celso Ramos, e também a ampliação do hospital. Aproveitou a oportunidade para convidar todos a participarem do Seminário Catarinense de Vereadores, que aconteceria nos dias 1º, 2 e 3 de julho, no qual estariam presentes os Deputados Coruja, Gabriel, Marcos Vieira e Gean Loureiro, a Deputada Carmen Zanotto, a Senadora Ana Amélia Lemos, oito Deputados Federais, o Presidente da Assembleia Merisio e o Tribunal de Contas, acrescentando que seria ali discutido o plano de manejo da araucária junto com o Paraná e Rio Grande do Sul, momento em que levariam uma proposta de emenda ao Código Ambiental para conseguirem aumentar o movimento econômico da araucária. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gabriel Ribeiro** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizadas as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento tanto à Regional de Lages quanto à Regional de São Joaquim. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para as SDRs de Lages e São Joaquim.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de São Joaquim:

01	Execução do Asfaltamento da SC-370 Rio Rufino/Urubici.
02	Construção do contorno viário na cidade de São Joaquim.



03	Construção e aparelhamento de um Hospital Regional em um dos municípios da SDR com seus respectivos profissionais.
04	Pavimentação do trecho entre Petrolândia e BR 282 (SC 110).
05	Criação de uma Policlínica Ambulatorial Intermunicipal.
06	Ampliação/Implantação do Saneamento Básico dos seis municípios.
07	Melhorar os acessos para as Viniculas e Pontos Turísticos, assim como dos Pontos Turísticos da Serra do Corvo Branco e Rio do Rastro.
08	Construção de uma Rede de Iluminação na SC-390 entre São Joaquim e Bom Jardim da Serra, até o topo da Serra do Rio do Rastro.
09	Aumento de Câmeras de Videomonitoramento e de Efetivo Policial incluindo ampliação do PROERD.
10	Implantação de Escola em tempo integral.
11	Fortalecimento das Unidades de Pesquisa da Estação Experimental de São Joaquim.
12	Revitalização urbana da SC-390 perímetro urbano em Bom Jardim da Serra.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de São Joaquim:

01	Execução do Asfaltamento da SC-370 Rio Rufino/Urubici.
02	Construção do contorno viário na cidade de São Joaquim.
03	Construção e aparelhamento de um Hospital Regional em um dos municípios da SDR com seus respectivos profissionais.

Relatou, a seguir, as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Lages:

01	Pavimentação SC-390 Coxilha Rica.
02	Revitalização do trecho Otacílio Costa a BR-282.
03	Construção de uma policlínica.
04	Ligação asfáltica entre Anita Garibaldi/Celso Ramos.
05	Construção de casas na área urbana e rural.
06	Reforma e ampliação de escolas – sdr-Lages.
07	Reforma e ampliação do Hospital Tereza Ramos.
08	Construção de cras nos municípios da região.
09	Pavimentação asfáltica sc-320 Anita Garibaldi/Abdon batista.
10	Construção de um colégio militar para Lages.
11	Construção de novas delegacias de polícia civil no planalto serrano.
12	Ampliação do sistema de vídeo monitoramento.



Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Lages:

01	Revitalização do trecho Otacílio Costa a BR-282
02	Ligação asfáltica entre Anita Garibaldi/Celso Ramos.
03	Reforma e ampliação do Hospital Tereza Ramos.

Anunciou, na sequência, os conselheiros escolhidos para a Regional de São Joaquim: como titular, o Vereador Rafael Manoel Mendes; e como suplente, o Vereador Adelmo R. de Souza. Prosseguindo, anunciou os conselheiros escolhidos para a Regional de Lages: como titular, o senhor Helder Tadeu Couto Corrêa, gerente administrativo, financeiro e de contabilidade; e como suplente, o senhor Denilson Luiz Padilha, gerente regional de Agricultura. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Gabriel Ribeiro**, que disse que aquele havia sido um trabalho extraordinário e que pudessem contar com o trabalho dos Deputados na Assembleia. Agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



15ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **Itajai**

Data: 06/07/15

Horário: 09h30min – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Av.Ver.Abrahão João Francisco,3825
Bairro Ressacada
Itajai

CONSELHEIROS:

Titular: Anna Carolina Cristofolini –Vice Presidente

SUPLENTE: CARLOS AUGUSTO ROSA-VEREADOR

Total de participantes: 72





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ITAJAÍ

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Aumento de leitos UTI adulto e neonatal – SDR - Itajaí
2	Incentivo hospitalar ao Hospital Ruth Cardoso – SDR - Itajaí
3	Construção e pavimentação do acesso viário Camboriú-Itapema / Itajaí-Camboriú / Camboriú-Brusque – SDR - Itajaí
4	Construção do 2º acesso ao município de Bombinhas – SDR - Itajaí
5	Construção e ampliação de escolas no período integral – SDR - Itajaí
6	Ampliação do espaço físico do Pequeno Anjo – SDR - Itajaí
7	Construção de Escola EM em Penha, Itapema e Porto Belo – SDR - Itajaí
8	Criação do Complexo de Segurança de Itajaí, Balneário Camboriú e Itapema – SDR - Itajaí
9	Incremento de pessoal: Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Militares – SDR - Itajaí
10	Construção de Centro de Treinamento, Formação e Pesquisa para Profissionais da Educação – SDR - Itajaí
11	Ampliação dos Cursos da UDESC – SDR - Itajaí
12	Aumento de leitos nos hospitais – SDR – Itajaí

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - SDR ITAJAÍ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Aumento de leitos UTI adulto e neonatal – SDR - Itajaí
2	Construção e pavimentação do acesso viário Camboriú-Itapema / Itajaí-Camboriú / Camboriú-Brusque – SDR - Itajaí
3	Construção de Escola EM em Penha, Itapema e Porto Belo – SDR - Itajaí



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: ITAJAÍ

Municípios: Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras e Porto Belo.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	IVIA Fátima RODRIGUES	BAL. PIÇARRAS
02	Elyane Resello	Itajaí
03	Antonio Rogério Vieira	Itajaí
04	André Schutti	B. Camboriú
05	Bonnie Leon	ALESC
06	Anna Carolina C. Martins	Itajaí
07	ANTONIO SERAEM VENCON	ALESC
08	WALTER dos Santos	SDR-Itajaí
09	André Luiz de Silva	SDR ITAJAÍ
10	CRISTOPHOS A. MACHADO	SDR ITAJAÍ
11	Kaita Helen Tustoni	Camboriú
12	Marcia Origa	Itajaí
13	Alvacir Paulo da Silva	Itajaí
14	Antônio A. Palma	ADEFI
15	Nadia R. Borges	ADDFI
16	JOHN KUHLMANN	ALESC
17	Jurcilio Weise	Navegantes
18	GILBERTO CENONI	SEF - Fpolis
19	Eclia Fátima Klever	Itajaí
20	Romulo Goulart	SEF/DIOR
21	Odilio VEIGA	ALESC
22	ARVALD Schmitt Neto	IT: GERJA / SDR ITAJAÍ
23	Antonio	Itajaí



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: ITAJAÍ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Giovani Felix	Itajaí
25	Mônica B. Rebelato	Itajaí
26	Luiz de Oliveira Pummiller	Itajaí
27	Jamara Beatriz Fortunato Bellon	Itajaí
28	Yárcia Maria Felber	Itajaí
29	FERNANDA SCHLATTER	ITAJAÍ
30	Hermendes R. Costa	Porto Belo
31	Dulce Amaral	Itajaí
32	Diáguas Cristiano	Itajaí
33	Fabiana Olami	Itajaí
34	Cristiano Mario Rffel	Itajaí
35	Maurício TMS Ozi	Itajaí
36	IRINEU BENTO	
37	Murilo Freitas	
38	Leonel Xavier	
39	JOSE ALEXANDRE	
40	Isabel Cristina C. Belizario	Belizario
41	Julio W. Radt	
42	Wilson Maas	
43	Cecília Carmen Vargas Silva	Porto Belo
44	Leoni dos Santos Sgarbi	Itajaí
45	Neusa M ^{te} U. Geraldi	Itajaí
46	Adelino no da Silva	Itajaí
47	Cícero Ecco	Camboiá
48	Silvio de Souza Lourenço	Itajaí



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: ITAJAÍ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	ARTHUR VIEIRA DE SOUZA	ITAPEMA
50	Adriano Vieira	Itajaí
51	Renato A. Loureiro	Itajaí
52	NEBOR FRANCIS SOUZA COELHO	Itajaí
53	Luciano GENS	Itajaí
54	Uelso Beulart	Itajaí
55	DIEGO CARLOS BERNARDI	Itajaí
56	Dine Heiduschmidt	Itajaí
57	Jaime Machado	Palhoça
58	Felipe Antonio Demos	Itajaí
59	ALBERTO JOSÉ WAPORUNA	Itajaí
60	LAURELINO LAMINI	Itajaí
61	FABRÍCIO MARINHO	Itajaí
62	Rafael Dezidério	Itajaí
63	Luiz R. Soares	Palhoça
64	Paulo J. B. A.	Itajaí
65	Rosane M. Cruz	Itajaí
66	TARCÍSIO ZANDELATO	Itajaí
67	RENALDO HORRAN V.	BAL. CAMB.
68	Donaco Couto	Itajaí
69	Demise Mano Rey	Itajaí
70	Paulo	Itajaí
71	ACESSÁRIO DE OLIVEIRA	Itajaí
72	MICHAEL GASPARIN	Itajaí
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE ITAJAÍ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ NO DIA 06 DE JULHO DE 2015, ÀS 9H30MIN

Aos seis dias do mês de julho de 2015, às 9h30min, no auditório Vereador Arno Cugnier da Câmara de Vereadores de Itajaí, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itajaí e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A senhorita **Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima quinta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; o Deputado Estadual Níkolás Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; a senhora Eliane Neves Rebello Adriano, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí; a senhora Anna Carolina Cristofolini Martins, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí; Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa. Logo após, fez o registro da presença dos Vereadores, José Alvercino Ferreira, Antônio Aldo da Silva, Giovanni Felix, Carlos Augusto da Rosa, e das Vereadoras Dulce Maria Amaral Pereira, Neusa Maria Vieira Geraldi, de Itajaí; e das seguintes pessoas: senhor Douglas Cristino da Silva, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Itajaí; senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretária de Estado da Fazenda; senhor Tarcísio Vais, assessor Parlamentar, representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima; senhor Alvacir Paulo da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região; senhor Antonio Alcedir Pagno, representando a Associação dos Deficientes Físicos da Foz do Itajaí; senhora Ivia Fátima Rodrigues, representando a Secretária Municipal de Saúde de Piçarras, senhora Lucimir Üller de Bitencourt; senhor Afonso Rogério Vieira, representando o senhor Artur de Jesus, Secretário Municipal de Agricultura de Itajaí; senhor Henrique Seccon, assessor parlamentar, representando do Deputado Estadual Romildo Titon; senhor Leonardo Cordeiro, Secretário Municipal de Governo e Planejamento Estratégico de Itapema; senhor Silvio de Souza Neves, representando a Secretaria Municipal da Saúde de Navegantes. Após o



registro, convidou para fazer uso da palavra e para conduzir os trabalhos da audiência pública o **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes, e agradeceu por estarem ali participando daquela audiência do Orçamento Regionalizado. Disse que estava presidindo aquela audiência pública com muito prazer, na impossibilidade do Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Explicou que teriam dois momentos naquela reunião, um, seria a ouvida dos componentes da mesa; e fez um parêntese para agradecer aos representantes da Câmara de Vereadores pela acolhida e pela cedência daquele espaço, e que o outro momento, seria um trabalho mais técnico, com a Coordenadoria do Orçamento, de discussão para tirar as doze prioridades para o Plano Plurianual de 2016/2019 e as três prioridades a serem elencadas e garantidas no Orçamento do Estado para 2016, para a região. Desse modo, tinha certeza de que aquela reunião seria muito produtiva, pois iria decidir as prioridades para a região nos próximos quatro anos. A seguir, passou a palavra ao Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa, saudou todos os presentes e, de forma objetiva, disse que era a primeira vez que participava de um debate daquela envergadura e importância para a sociedade, porque a Assembleia Legislativa, através da Comissão do Orçamento, estava cumprindo o seu papel de ir ao encontro da população ouvir e debater o que seria incluído no Orçamento para os próximos quatro anos, sendo que os Deputados poderiam trabalhar em cima das reivindicações da região. Assim sendo, colocou-se à disposição para atuarem e contribuírem com um orçamento significativo no PPA. Na sequência, antes de passar a palavra ao próximo orador, registrou a presença das seguintes autoridades: do senhor Cícero Leon Zucco De Miranda Pytlovanciw, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Camboriú, representando a Prefeita Luzia Coppi Mathias; do Vereador Nabor Afonso Arruda Coelho; do senhor Leonardo Cordeiro, Secretário Municipal de Governo e de Planejamento Estratégico, de Itapema; do senhor Silvio de Souza Neves, representando a Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes. Prosseguindo, informou que havia chegado à Presidência algumas propostas para serem incluídas no Orçamento, as quais passou ao Coordenador do Orçamento, Adilor Guglielme, para que fossem registradas nas prioridades. Dando continuidade, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa, cumprimentou os presentes e falou da importância daquele trabalho, do qual ele tinha dois aspectos a destacar: primeiro, escolher de fato as ações prioritárias e, segundo, a execução das obras. Prosseguindo, ressaltou que os políticos gozavam de pouco credibilidade junto à população. Desse modo, contou que foi Deputado Federal durante três mandatos e que, daqueles mandatos inteiros, dificilmente o governo executava mais de 15% das obras, ou seja, 85% não aconteciam. Discorreu que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina preocupada com a falta de credibilidade dos políticos, havia aprovado Emenda Constitucional - faltava ser regulamentada - para que as propostas do Orçamento Regionalizado passassem a ser impositivas, o que iria ocorrer a partir do próximo ano. Ressaltou que àquilo seria muito bom porque daria credibilidade a todos e observou que também era importante que as propostas fossem cabíveis para a região e dentro da estrutura orçamentária do Estado. Continuando, cumprimentou a disposição da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento, que estavam fazendo aquele itinerário pelo Estado inteiro para colher as prioridades de cada regional. Desse modo, iriam melhorar a credibilidade dos Parlamentares, assim como iria melhorar o atendimento que a sociedade catarinense esperava. Agradeceu a oportunidade. Em seguida, convidou a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa, a compor a mesa dos trabalhos, e concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Nícolas Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa**.



Fazendo uso da palavra, o Deputado Níkolos Reis, cumprimentou os componentes da mesa; nominalmente os Vereadores de Itajaí; e os demais presentes. Dirigindo-se a senhora Eliane Rebello e ao Vereador Douglas disse que certamente eles tinham muito a contribuir com aquela audiência pública, justamente por lidarem diuturnamente com os temas importantes de Itajaí, que também tinham relação com o Governo Federal. Observou que era importante consignar as entidades da sociedade civil organizada que estavam ali representadas, porque elas precisavam ser ouvidas no Orçamento Regionalizado, tendo em vista que prestavam um trabalho paralelo ao do Estado. Prosseguindo, disse que as entidades ofereciam serviços, tais como, trabalho de prevenção e promoção à saúde; no caso do Centro Público de Economia Solidária, com um embrião muito interessante dessa nova forma de fazer economia e de gerar recursos de maneira cooperada. Informou que, antes de ir para ali, havia feito uma visita protocolar ao Prefeito Jandir, retribuindo a gentileza que o mesmo havia lhe feito na ocasião de sua posse, e aproveitou para saber quais eram as prioridades que poderia pedir em nome da Prefeitura. O Prefeito pediu-lhe que fizesse referência aos trevos da Antônio Raio e da Jorge Lacerda, que tinham projetos e precisavam de recursos, para resolver de uma vez por todas o problema daquele acesso. Continuando, falou também da duplicação da Antônio Heil, que andava muito lenta, que precisava da atenção da Comissão de Finanças e Tributação e do governo do Estado; do efetivo policial; de reforma e ampliação das escolas; do Hospital Pequeno Anjo, que sofria pela falta de recursos. Feitas aquelas considerações, reiterou a importância do Orçamento impositivo, como uma vitória do povo catarinense, e que aquelas audiências públicas democratizavam o acesso aos recursos do Orçamento. A seguir, finalizou desejando uma boa audiência a todos, e comentou que ele estava Deputado em um curto período, mas que os Deputados que compunham àquela Comissão - e que tão bem representavam o Estado de Santa Catarina -, levariam os anseios da cidade para serem executados. Agradeceu a oportunidade. Na sequência, **o senhor Presidente**, registrou a presença dos Vereadores Rafael Dezideiro e Laudelino Lamim, de Itajaí. A seguir, concedeu a palavra **ao Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da AleSC**, que após os cumprimentos de praxe, observou que as prioridades praticamente já haviam sido elencadas pelo Deputado Níkolos Reis. Dito isso, fez um parêntese para dizer que havia chegado à Itajaí em 1977 para fazer a faculdade, tendo se formado pela Univali, e desde lá havia ficado muito ligado à região. Ressaltou que a ligação de Itajaí/Navegantes era uma luta antiga e possibilitaria que a população tivesse acesso de uma cidade a outra de forma mais rápida e mais barata, e era uma prioridade para a região. Reiterou a fala do Deputado Níkolos Reis sobre a ligação com Brusque e, referindo-se a fala do Deputado Serafim Venzon, sobre a credibilidade dos políticos, disse que os bons políticos tinham que fazer o trabalho de recuperação de credibilidade em Santa Catarina. Registro que, das obras elencadas, um percentual de 60% estava sendo realizado, que era um índice bom e o cidadão tinha de confiar. Observou que o cidadão queria coisas básicas como saúde, educação, atenção básica, atendimento de qualidade, que faltavam coisas elementares que transformavam a vida num caos. Afirmou que não era tão complicado a administração pública fazer o que deveria ser feito. Registrou a sua alegria e o compromisso, daqueles Deputados que estavam ali, com o aval da sociedade, na cobrança junto ao governo do Estado para que efetivamente as obras acontecessem. Agradeceu a oportunidade. Em seguida, **o senhor Presidente** disse que queria fazer um registro especial da presença do senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, e do senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretária de Estado da Fazenda, que eram os responsáveis por dar maiores informações nas reuniões técnicas. Ato contínuo, passou a palavra **à Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os integrantes da mesa e os demais presentes que estavam ali para discutir temas relevantes para a sociedade catarinense. A seguir, reforçou a fala e as propostas feitas pelos colegas Deputados que a antecederam, e frisou a importância de estarem com a sociedade civil discutindo o que era



prioridade para o Município e para a região. Reiterou que eles queriam somar e se juntar aquele feito, no sentido de buscar, cada vez mais, a qualidade de vida àquela cidade e àquela região com mais felicidade. Frisou a sua parceria no sentido de estar colaborando com todos os presentes. A seguir, o senhor Presidente, registrou a presença dos Vereadores: José Alvercino Ferreira, Antônio Aldo da Silva, e Giovani Felix, de Itajaí; e da Vereadora Dulce Maria Amaral Pereira, de Itajaí. Em seguida, **o senhor Presidente** concedeu a palavra **ao Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da AleSC**, cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Em seguida, pediu desculpas por ter se ausentado para conceder uma entrevista convidando a população de Blumenau a participar da próxima audiência pública. Registrou que aquele era um momento importante para que a população pudesse colocar a sua opinião, e para que Deputados e Vereadores pudessem saber exatamente o que cobrar do governo do Estado, daquilo que havia sido elencado como prioridade. Explicou que aquele não era um momento simbólico, mas sim, um instrumento importante que estabeleceria para eles, Parlamentares, o que realmente era prioridade para a região de Itajaí, e que deveria ser executado pelo governo do Estado. Discorreu sobre algumas ações importantes, tais como, as instalações do Hospital Marieta, questão da bacia de evolução para o Porto, a questão de infraestrutura, mas era a população deveria priorizar o que deveria constar do Orçamento do Estado. Afirmou que o País vivia um momento muito difícil de recessão e nessas horas era fundamental estabelecer as prioridades onde o governo do Estado não podia fazer cortes. Reiterou que aquilo que fosse priorizado no Orçamento deviria ser executado. Desse modo, ele entendia que tudo que fosse priorizado ali deveria ser executado, e aquele era o papel de cada um dos Parlamentares que foram eleitos para representar o povo. A seguir, **o senhor Presidente**, registrou a presença do senhor Reinaldo Kormann, Secretário Municipal de Articulação de Balneário Camboriú, representando o senhor Edson Periquito, Prefeito de Balneário Camboriú; e do senhor Tiago Rummler, da Defensoria Pública do Município de Itajaí. Na sequência, concedeu a palavra **à senhora Eliane Neves Rebello Adriano, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí**, cumprimentou os presentes por estarem ali para defender prioridades regionais que eram determinantes para o crescimento da região de maneira sustentável, e parabenizou a Assembleia Legislativa por ter sido sensível e ter ido à região ouvir a comunidade e as instituições. Dirigindo-se aos Deputados Leonel Pavan e Nícolas Reis, que eram da região, disse que esperava que dali saísse questões importantes e que a Assembleia às contemplasse no Orçamento. Falou da importância do Plano Plurianual, que ganharia mais força e credibilidade a partir do momento em que fosse impositivo. Relatou que a SDR de Itajaí havia chamado os nove Municípios que a compunham para a discussão sobre as ações a serem incluídas no PPA, com a participação forte de alguns Municípios e a ausências de outros, que isso fazia parte da cultura e da credibilidade que o Orçamento tinha no Brasil como um todo. De qualquer forma, aquela audiência era importantíssima para determinar questões já levantadas pelo governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Dirigindo-se ao Deputado Kennedy, disse que para àquela região era essencial à questão da saúde; a questão da educação, aumento do tempo do ensino médio - sendo que eles tinham na região 26 mil jovens fora da escola -, e afirmou que eles tinham que trabalhar para ter um turno integral, que contemple um currículo que possa satisfazer a necessidade do jovem e profissionalizá-lo; e a questão da segurança pública, que carecia de atendimento proporcional ao seu desenvolvimento econômico e ao fluxo migratório. Prosseguindo, disse que das doze prioridades elencadas, dentre elas deveriam escolher três prioridades para o Orçamento de 2016, observando que a Assembleia Legislativa era soberana para ratificá-las ou mudá-las. Acrescentou ainda que, elas contemplavam a saúde, a educação e a infraestrutura, no que dizia respeito aos acessos de Itapema a Porto Belo. Finalizou, dizendo que, após o detalhamento das prioridades, que ficassem a vontade para mudá-las, porque a vontade da maioria deveria prevalecer. Ato contínuo, **o senhor Presidente** passou a palavra à



senhora Anna Carolina Cristofolini Martins, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, cumprimentou os presentes e disse que quem a conhecia sabia que ela não era muito de protocolo. Prosseguindo, acrescentou que gostaria de fazer duas ressalvas, uma, com relação às associações, já citadas pelo Deputado Nícolas, e que, infelizmente, nem todas as cadeiras do auditório estavam preenchidas. Prosseguindo, disse que os Vereadores de Itajaí, tanto da situação quanto da oposição estavam presentes em número representativo. Ressaltou a Câmara de Vereadores de Itajaí, ao longo daquele mandato, criticava o governador do Estado em alguns encaminhamentos e proposições, que haviam chegado aos senhores Deputados, porque se tratava de uma cidade com mais de 200 mil habitantes. Reiterou que tinham problemas sérios na saúde; no efetivo em segurança pública; também nas escolas estaduais, que, além do período integral para as crianças, eles precisavam de melhor estrutura para os professores e para as crianças; também a questão da ponte ou túnel que desse acesso gratuito entre as duas cidades irmãs, Itajaí/Navegantes. Por fim, desejou que fossem todos bem-vindos à cidade e que Itajaí e àquela Casa estavam à disposição. Na sequência, **o senhor Presidente**, fez o registro da presença do senhor Arno Gesser Filho, gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma; e do senhor Alessandro de Oliveira, Auditor Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Feito o registro, disse que, terminada a fase da ouvida dos componentes da mesa, passaria à nova etapa da audiência, e concedeu a palavra **ao senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Itajaí. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, **o senhor Adilor Guglielmi (Dóia)**, disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR de Itajaí.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo,



o **senhor Adilor Gugliemi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Itajaí para o PPA 2016/2019:

1	Aumento de leitos UTI adulto e neonatal - SDR de Itajaí
2	Incentivo hospitalar ao Hospital Ruth Cardoso - SDR de Itajaí
3	Construção e pavimentação do acesso viário Camboriú-Itapema/Itajaí-Camboriú/Camboriú-Brusque - SDR de Itajaí
4	Construção do 2º acesso ao Município de Bombinhas - SDR de Itajaí
5	Construção e ampliação de escolas no período integral - SDR de Itajaí
6	Ampliação do espaço físico do Pequeno Anjo - SDR de Itajaí
7	Construção de Escola EM em Penha, Itapema e Porto Belo - SDR de Itajaí
8	Criação do Complexo de Segurança de Itajaí, Balneário Camboriú e Itapema - SDR de Itajaí
9	Incremento de pessoal: Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Militares - SDR de Itajaí
10	Construção de Centro de Treinamento, Formação e Pesquisa para Profissionais da Educação - SDR de Itajaí
11	Ampliação dos cursos da Udesc - SDR de Itajaí
12	Aumento de leitos nos hospitais - SDR de Itajaí

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Itajaí para a LOA 2016:

1	Aumento de leitos UTI adulto e neonatal - SDR de Itajaí
2	Construção e pavimentação do acesso viário Camboriú-Itapema/Itajaí-Camboriú/Camboriú-Brusque - SDR de Itajaí
3	Construção de Escola EM em Penha, Itapema e Porto Belo - SDR de Itajaí

Ato contínuo, anunciou também os conselheiros escolhidos para Itajaí: como titular, a senhora Anna Carolina Cristofolini Martins; e como suplente, o senhor Carlos Augusto Rosa. Após o registro das prioridades elencadas, passou a palavra ao senhor Presidente, Deputado Kennedy Nunes, para proceder ao encerramento. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, agradeceu a participação de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

**DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



16ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **BRUSQUE**

Data: 06/07/15

Horário: 14h30min – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório Câmara Municipal**
Rua Eduardo Von Burttner, 65
Praça das Bandeiras - Centro
Brusque

CONSELHEIROS:

Titular: Ewaldo Ristow Filho - Secretário da SDR

SUPLENTE: MATIAS KOHLER - PREFEITO GUABIRUBA

Total de participantes: 78





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - BRUSQUE

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Reforma e Ampliação da Escola João Boos e da Escola Osvaldo Reis. Jurisdição SDR.
2	Pavimentação da Rodovia SC-420 (Guabiruba – Gaspar Alto) até Blumenau.
3	Construção do Anel Viário de Tijucas.
4	Revitalização Rodovia Ivo Silveira.
5	Reforma e Ampliação da Escola Olivia Bastos.
6	Construção de um Centro Regional de Comercialização Solidário.
7	Construção de uma ponte ligando os Bairros de Cardoso e Ribanceiras do Sul. São João Batista
8	Abertura e Terraplanagem da Rodovia SC-486 (Ourinhos (Botuverá) a Cinema (Vidal Ramos)- com Construção de 2 pontes de Concreto).
9	Melhorias na Rodovia SC-408 (Major Gercinio a Leoberto Leal).
10	Pavimentação da Rodovia SC- 409 (Canelinha a Brusque) .
11	Pavimentação Asfáltica do Espraiado e Centro ao Santuário de Madre Paulina.
12	Implantação da Terceira Pista na Rodovia Gentil B. Archer (Brusque / S.João Batista)

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - BRUSQUE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Reforma e Ampliação da Escola João Boos e da Escola Osvaldo Reis. Jurisdição SDR.
2	Abertura e Terraplanagem da Rodovia SC-486 (Ourinhos (Botuverá) a Cinema (Vidal Ramos)- com Construção de 2 pontes de Concreto).
3	Implantação da Terceira Pista na Rodovia Gentil B. Archer (Brusque / S.João Batista)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: BRUSQUE

Municípios: Brusque, Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Neoz SAPPATA - Deputado Estadual	Florianópolis
02	Eliane Boeing	Florianópolis
03	Piero Thomaz	
04	Hedison Seligson	Brusque
05	Romualdo GOULART	SEF/DIOR
06	GILBERTO COSTA	SEF/Florianópolis
07	Nikolos Reis	Dep. Estadual
08	Helio C. Ezeel	Município: Brusque
09	Kennedy Nunes	ALASC
10	JOAN RÜHLMANN	ALASC
11	Josefina F. F. F. F.	Brusque
12	Maria de Lourdes Sabino	Brusque
13	Emilia P. Sabino	Brusque
14	Danie Regina Schury	Brusque
15	Lucas Henrique Drey	Brusque
16	Carlos Nello Fereschen	Florianópolis
17	LUIZ FERNANDO RHOEMENS	CANELINHA
18	Taiama Eberle	Brusque
19	WALDEMIR DALBOSCO	GUABIRUBA
20	EUCIDES DO PINTO	BRUSQUE
21	Josemar F. F.	NOVA TRENTO
22	Valdemir Luiz Quaiatto	NOVA TRENTO
23	João Soffily Coutinho	Florianópolis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: BRUSQUE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Maria Elizabet de Marculo Amorim	Brusque
25	Paulo Carrer Poge	Brusque
26	Rosely m. Ruelter	Brusque
27	IRINEU BENTO	BRUSQUE
28	Rodrigo Geronzi	Brusque
29	EWALDO MISTOW FILHO	BRUSQUE
30	Ricardo A. Capistrano	BRUSQUE
31	JACSON Luiz de Souza	BRUSQUE
32	VALENTIM HOECKER JUNIOR	BRUSQUE
33	Elton Gomes	Blumenau
34	PRESENÇA DEP. ANA PAULA LIMA	Lima - Blumenau
35	MARIO MARCONDES	Sr. José - Alenc
36	JONES BOSIO	Presidente PSD BR
37	Margarida	BRUSQUE
38	Silvia Emali Tavares	BRUSQUE
39	Valde Junc	VEREADOR
40	MAURICIO ESTANISLAU	DEPUTADO
41	Juliana Tq. Luiz	Brusque
42	Matias Keller	Brusque
43	HAMILTON J. DA SILVA	BRUSQUE
44	Rodolfo Benfante da Silva	BRUSQUE
45	Valdomiro da Mota	Brusque
46	Epilson Retendo Garcia	Brusque
47	Felipe Elias dos Santos	BRUSQUE
48	Valélio Heil Filho	BRUSQUE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BRUSQUE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Alessandro L. Laf	BRUSQUE
50	Márcio Fritzen	SÃO JOÃO
51	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
52	Diuse Strapper	Brusque
53	FRANCISCO ARI P. DOS ANJOS	Brusque
54	TC Moser Gomes Ribiero	BRUSQUE
55	João Bertoldi	CANELINHA
56	Ulrich Geat	BRUSQUE
57	SEBASTIÃO VENZON	BRUSQUE
58	Júlio A. Godoy	BRUSQUE
59	João Luiz Bolad. (Botuverá)	(Prefeito)
60	Valmor Costa	BOTUVERÁ
61	Paulo Schlinowski, fº	GUABIARÁ
62	Marcos Roberto Botelho	GUABIARÁ
63	Luiz Renato Vespeta	BRUSQUE
64	Luiz Henrique Kaminz	S. João Botelho
65	TACIÃO SILVA	S. JOÃO BOTELHO
66	Joel Grimm	CANELINHA
67	ANTÔNIO C. HOZAN	CANELINHA
68	ARMANDO G. WAGNER	S. JOÃO BOTELHO
69	ADILTO GOMES	TIJUCAS
70	Guilherme L. de	NOVA TRENTO
71	Carlos Gonzaga Silveira	Major Gercino/SC
72	MARIO FCO TACHINI	BOTUVERÁ
73	Ulrich Strapper	BRUSQUE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: BRUSQUE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Homar de Mendonça	Brusque
75	CARLOS P. DE LUZ	SDR BRUSQUE
76	Waldin da Silva Neto	Itaio do Leste Brusque
77	Professor Semin	BRUSQUE
78	ELDIR JOÃO REIS VICE PREFEITO	CANELINHA/SC
79		
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE BRUSQUE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE NO DIA 06 DE JULHO DE 2015, ÀS 14H30MIN

Aos seis dias do mês de julho de 2015, às 14h30min, no auditório da Câmara Municipal, em Brusque, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Brusque e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades de cada Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima sexta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Nícolas Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Mário Marcondes, 4º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro das Comissões de Ética e Decoro Parlamentar, de Trabalho Administração e Serviço Público, e Proteção Civil da Assembleia Legislativa;

o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o senhor Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito de Brusque; o senhor Ewaldo Ristow Filho, Secretário de Desenvolvimento Regional de Brusque; o senhor Moacir Giraldi, Vereador de Brusque, representando a Câmara Municipal de Brusque; o senhor Matias Kohler, Prefeito de Guabiruba; o senhor José Luiz Colombi, Prefeito de Botuverá; o senhor Valmor Costa, Presidente da Câmara Municipal de Botuverá; o senhor Valdemiro Dalbosco, Vereador de Guabiruba; o senhor Josemar Guilherme Franzoi, Vice-Prefeito de Nova Trento; o senhor Felipe Eilert dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Guabiruba; o senhor Alessandro André Moreira Simas, Vereador de Brusque; o senhor Valdeci Gomes Ferreira (Boiadeiro), Vereador de Guabiruba; o senhor Francisco Ari Plantes dos Anjos, Delegado Regional de Brusque; o Tenente-Coronel Moacir Gomes Ribeiro, Comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar de Brusque; o 1º Tenente Jacson Luiz de Souza, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Brusque; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), Coordenador do Orçamento do Orçamento Estadual. Logo após a composição da mesa, fez o registro da presença da senhora Márcia Elisabet de Marchi Amorim, presidente da Associação de



Artesãos de Brusque; do senhor Valdemir Luiz Quaiatto, Secretário de Administração e Finanças do Município de Nova Trento; do senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento e Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Pedro Tomás, presidente da Associação de Moradores do Ribeirão Tavares (Amorita); do senhor Euclides Pinho, tesoureiro, representando a Associação de Moradores do Loteamento Ema 2 e região; do senhor Sebastião Ernani Póia, presidente da APAE de Brusque; do senhor Jaci João Silva, Secretário de Administração e Finanças do Município de São João Batista; do senhor Valentin Hodecher Júnior, Defensor Público de Santa Catarina; do senhor Luiz Schlindwein Filho, Secretário de Esportes, Lazer e Assuntos para Juventude do Município de Guabiruba; da senhora Ivonir Zanatta Webster, Secretária de Saúde do Município de Brusque; do senhor Abel Grimm, Vereador de Canelinha; do senhor Antônio Carlos Flores, Vereador de Canelinha; do senhor Arlindo Guilherme Veber, Vereador de Canelinha; Adalto Gomes, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas. Ato contínuo, convidou o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. **O senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa,** deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado cumprimentando e agradecendo a presença dos presentes. Informou que estava representando o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, e salientou a dupla importância daquela audiência, não só em função da escolha das três ações que seriam inseridas no Orçamento do Estado, mas sobretudo em função da escolha das doze ações que seriam direcionadas ao Plano Plurianual (PPA), que valeria de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019. Mais uma vez agradecendo a presença de todos, avisou que não seria possível acrescentar itens ao Orçamento do ano seguinte se não estivessem garantidos no PPA que seria elaborado naquele momento e revisto daqui a dois anos, e reforçou a importância da decisão que seria tomada pela comunidade. Avisou que a audiência teria um primeiro momento de saudação inicial das autoridades e um segundo momento de escolha das prioridades coordenada pela equipe técnica da Alesc e da Secretaria da Fazenda. Registrou o recebimento de um documento, o qual entregou à equipe técnica para dar o devido prosseguimento, encaminhado pelo Fórum Brusquense de Economia Solidária que versava sobre o Projeto Brusque Solidário, como uma das propostas a ser discutida naquela audiência do Orçamento. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa,** que saudou os presentes e disse que a agenda itinerante da Assembleia pelas regionais tinha o objetivo de colher sugestões para o Orçamento do Estado. Destacou a importância da apresentação das prioridades pelas lideranças e frisou que mais importante do que ouvir era a Assembleia fazer cumprir tais prioridades, explicitando que cumprir e não cumprir era a razão de políticos terem caído em descrédito perante a sociedade. Complementando, disse que o motivo pelo qual os políticos eram vistos como mentirosos pela população era o fato de que somente 20% das prioridades elencadas no Orçamento eram efetivamente executadas. Dito isso, afirmou que a Assembleia tinha aprovado o Orçamento impositivo para as emendas regionalizadas e avisou que ainda não havia regulamentação para essa imposição, razão pela qual não poderia dizer que as ações escolhidas naquele momento seriam de caráter impositivo. Mas garantiu que, a partir da regulamentação do Orçamento impositivo, todas as emendas aprovadas seriam executadas, avaliando que essa seria uma forma de os políticos voltarem a ter credibilidade e de as lideranças analisarem bem as prioridades que escolheriam. Adicionou que estava ali para ouvir as prioridades da regional e que se empenharia, enquanto Parlamentar, para fazê-las acontecer, reforçando que o Orçamento impositivo devidamente regulamentado seria de extrema valia para todos. Concluindo, agradeceu a presença de todos e desejou uma boa tarde de trabalho



aos presentes. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** explicou estarem ali realizando a décima sexta audiência do Orçamento Regionalizado, já tendo realizado em Itapiranga, na região oeste, naquela mesma manhã em Itajaí e que realizariam naquela noite em Blumenau, seguindo com as audiências até sexta-feira daquela semana. A seguir, passou a palavra ao **Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc**, que saudou os presentes e afirmou que aquela era uma importante oportunidade para que a regional verificasse aquilo que o governo do Estado iria estabelecer como prioridade. Ressaltou que, mesmo no atual momento de crise pelo qual passavam os governos municipais, estaduais e federal, com cortes nos custos e nos investimentos, era justamente naquele momento que a comunidade deveria definir e mostrar para o governo do Estado o que poderia ser cortado e o que deveria permanecer no Orçamento. Afirmou que os Parlamentares trabalhariam para que as emendas elencadas chegassem as vias de fato e que aquele era o trabalho a ser realizado na audiência: de definição de prioridades para a região. Encerrando, colocou-se à disposição de todos, parabenizou-os pela participação, destacou que aquela era uma missão muito importante para o futuro da região e desejou bom trabalho e que Deus abençoasse a todos. Na sequência, o **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e, dizendo que o objetivo não era as falas das autoridades, mas a definição das prioridades, registrou a satisfação de continuar com o mecanismo do Orçamento Regionalizado, um dos poucos instrumentos existentes em Santa Catarina que, de fato, participava diretamente das decisões do governo. Acrescentou que uma das ações da Assembleia Legislativa era ir até as comunidades buscar as prioridades importantes para o desenvolvimento das regionais. Reiterando as palavras dos Deputados Kennedy Nunes e Serafim Venzon, disse que os Parlamentares estavam lutando para que o Orçamento se tornasse uma regra obrigatória a ser cumprida e que já tinham aprovado uma emenda à Constituição do Estado tornando o Orçamento impositivo, e que, a partir da regulamentação, se tornaria, de fato, obrigatório. Ao analisar os levantamentos de obras executadas e não executadas dos anos anteriores, independentemente da obrigatoriedade, relatou que a efetivação das obras estava na média de 50%, avaliando que sem a oportunidade de discussão do Orçamento as regionais não teriam nem esses 50% de obras realizadas. Encerrando, disse acreditar na eficiência das audiências do Orçamento, parabenizou os presentes e desejou bom trabalho a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Ivanor de Mendonça, Secretário de Educação do Município de Brusque, e do senhor Carlos Gonzaga Silveira, Secretário de Planejamento do Município de Major Gercino. Prosseguindo, passou a palavra ao **Deputado Estadual Mário Marcondes, 4º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e afirmou que aquele era um momento importante para ouvir as necessidades dos Municípios e eleger as prioridades mesmo em momento de crise. Desejou que as prioridades posteriormente elencadas saíssem do papel e que o Governador conseguisse cumpri-las. Ressaltou que aquele era um dia de discussão e que esperava que as escolhas fossem as melhores para contemplar o anseio da população. Destacou a responsabilidade do momento e focou que, na escolha das necessidades, os olhos estivessem voltados para todos os Municípios da região e não somente para um Município, para que a região pudesse se desenvolver. Encerrando, desejou uma boa tarde de trabalho a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** informou que, além das prioridades, estariam elegendo dois representantes, um titular e um suplente, que apresentariam as prioridades aprovadas pela regional. Relatou que na audiência em Maravilha os participantes lotaram o local onde qual tinha sido realizada a reunião do Orçamento, e que, em São Lourenço do Oeste, o Município de Quilombo tinha levado dois ônibus lotados de munícipes para garantir a inserção de uma obra, demonstrando a força de uma região que por estar amplamente representada tinha conseguido seu intento de inserir tal obra nas doze prioridades elencadas para aquela região. Após, foi concedida a palavra à **Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de**



Saúde da Assembleia Legislativa, que saudou todos e disse que a Assembleia Legislativa, uma vez ao ano, realizava as audiências do Orçamento Regionalizado e que, há muito tempo, a função do Orçamento era discutida como forma de resgate do Orçamento participativo. Contou que a ideia do Orçamento tinha vindo do Deputado Carlito Merss, que em 1997 tinha se interessado por discutir as obras do Estado nas regiões, nas cidades, porque tinha considerado a importância de conhecer as reais necessidades dos munícipes. Lastimando que algumas obras decididas pela comunidade não eram realizadas pelo governo do Estado, contou que, após inúmeros debates na Casa Legislativa, os Parlamentares tinham aprovado o Orçamento impositivo, explicando, assim como outros Deputados fizeram anteriormente, que as obras decididas para o PPA seriam dever do Estado executar. Ainda afirmou ser aquele um momento de fundamental importância para a reivindicação de obras para a regional, para as cidades que compunham a Secretaria de Desenvolvimento Regional, avisando do término da Secretaria que passaria a ser uma agência, esperando que dessa forma se tornasse mais ativa e trouxesse resultados à comunidade, pois as cidades estavam carentes de obras governamentais na saúde, na infraestrutura, na segurança pública, nas políticas públicas de prevenção, na educação, na estrutura da defensoria pública. Enfatizou que era por tudo o que tinha dito que estava ali participando daquela reunião e que nem tudo o que fora decidido e elencado pela SDR teria que ser imposto. Então, justificou a presença naquela audiência das senhoras representantes da Economia Solidária, mencionadas no início da audiência pelo Presidente, que lá estavam para propor a construção de um centro de economia solidária, obra que não estava elencada pela SDR, e defendeu a inclusão de tal obra no PPA. Concluindo, estimou que saíssem da reunião com boas escolhas e que tudo o que fosse decidido fosse realizado pelo governo do Estado, parabenizou todos pela presença e afirmou que os Deputados lá estavam para defender as decisões tomadas pela comunidade. De imediato, o **Deputado Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, fazendo uso da palavra, agradeceu a Deus por estarem ali naquele momento discutindo o Orçamento e saudou os presentes. Comentou sobre a sua chegada ao local da audiência, dizendo que foi abordado pelos Comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que o questionaram sobre o número de policiais que iriam para a região. A eles respondeu que aquela era uma prioridade estadual e não regional e salientou a importância da participação e da preocupação dos Comandantes. Contou que tinha participado, no dia anterior, de uma palestra, na qual tinham conversado sobre o atual momento de desconfiança da população frente à política, dando razão para tal sentimento. Mencionou as palavras ditas pelo Deputado Serafim Venzon na audiência realizada naquela manhã na cidade de Itajaí, de que a cada dez obras, oito ou nove não eram executadas. Dito isso, argumentou como a população iria acreditar num político que incluía um projeto no papel, mas não o realizava. E afirmou que 70% do que estava incluído no Orçamento era executado, exemplificando a duplicação da Rodovia Antônio Heil que inúmeras vezes tinha sido incluída no Orçamento e recentemente tinha sido executada. Ainda falou sobre a segurança, analisando que o melhor a ser feito era seguir à risca o planejamento, ter tranquilidade na exposição do que poderia ou não ser feito e dar atenção às pessoas. Destacou que, muitas vezes, por detalhes, os cidadãos eram magoados e mal atendidos, quando na verdade não queriam muita coisa, e sim, simplesmente, ter pleno acesso aos seus direitos. Ressaltou a importância da legitimação dos direitos da população e afirmou que os Deputados iriam afiançar e brigar pela execução das obras para a regional previstas no Orçamento. Concluindo, desejou uma boa tarde a todos e que Deus os iluminasse. Em seguida, fez o uso da palavra o **Deputado Estadual Nícolas Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que saudou todos os presentes e disse que aquele momento era importante para a região. Enfatizou que as audiências do Orçamento democratizavam a decisão das peças mais importantes do governo estadual: o PPA e a LOA. Defendeu a inclusão no PPA de emendas que diziam respeito à economia solidária e à Defensoria Pública. Afirmou que a discussão do Orçamento não se encerrava naquela audiência



e colocou seu gabinete à disposição para qualquer eventual conversa sobre aquele assunto, acreditando que os gabinetes de seus pares na Assembleia também estariam de portas abertas à comunidade. Desejou uma tarde de trabalho produtiva a todos e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. O **senhor Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito de Brusque**, cumprimentou todos, agradecendo-lhes pela presença naquele evento de grande importância para Brusque e região. Salientou a importância das prioridades para o Plano Plurianual e para o Orçamento de 2016. Assegurou que as prioridades que pleiteavam eram do conhecimento de todos da região e, por isso, disse ter certeza que aquela seria uma reunião produtiva. Por que a sociedade passava por um período pelo qual requeria ética, honestidade e liderança dos entes públicos, destacou a obrigação dos Parlamentares exercerem seus mandatos plenamente para que os mais desprovidos fossem contemplados com as obras orçadas. Mais uma vez agradeceu a presença de todos, deu certeza que cobraria do governo do Estado a realização das obras elencadas e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. Dando sequência à audiência, falou o **senhor Ewaldo Ristow Filho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque**, que saudou os presentes e, antes de entrar no assunto daquela audiência, pediu permissão ao Presidente para fazer um convite aos presentes. Obtendo permissão, convidou todos para participar do ciclo de palestras que a Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo do Estado estaria promovendo em Brusque a partir da semana seguinte àquela, especificamente nos dias 13, 20, 27 de julho e 10 de agosto, explicando que em cada dia dois Secretários de Estado estariam palestrando, e que após esse ciclo o Governador Raimundo Colombo faria uma reunião em Brusque. Ainda sobre esse assunto, avisou que os convites tinham sido encaminhados a quem de direito e que se, por ventura, não tivessem recebido, a inscrição para o evento poderia ser feita na Secretaria Regional. E entrando no assunto da audiência, contou que a Secretaria Regional de Brusque tinha passado por momentos de transição no primeiro semestre. Relatou que a SDR deveria ter realizado seminários desde fevereiro para elencar as prioridades, mais não os tinha feito em razão de problemas internos, mas que as lideranças da regional foram consultadas e listaram as doze prioridades e elegeram as três para o Orçamento do próximo ano. Concluindo, agradeceu a presença de todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Após, o **Vereador Moacir Giraldi, de Brusque, representante dos Vereadores presentes**, saudou todos e disse que a comunidade queria que as obras elencadas saíssem do papel porque os cidadãos estavam cansados de promessas e mais promessas. Frisou que o desejo da comunidade era a efetivação das obras elencadas e que somente daquela forma os políticos voltariam a ter credibilidade. Concluindo, agradeceu a oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos, desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho, e passou a presidência da audiência ao Deputado Estadual Serafim Venzon. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário do governo do Estado de Santa Catarina**, que saudou os presentes e disse que estavam vivendo um momento constitucional muito importante e que o governo do Estado teria que encaminhar à Assembleia Legislativa até o dia 30 de agosto o seu plano de governo para os próximos quatro anos, 2016-2019. Explicou que a elaboração desse plano foi feita de acordo com o que legislava a Constituição Estadual, que dizia respeito à abertura de espaço para a sociedade opinar acerca das ações prioritárias a serem incluídas no plano de governo; que o



governo do Estado tinha utilizado suas Secretarias Regionais para levantar junto às autoridades municipais e regionais as demandas que deveriam ser priorizadas e que caracterizariam o desenvolvimento da região; e que a Secretaria tinha organizado o material e o trazia para que juntamente com a Assembleia fossem referendadas e para que o governo estadual as colocasse no PPA e na LOA. Afirmou que era intenção do governo do Estado, daqui a quatro anos, concluir algumas obras e iniciar outras, avaliando que eram obras de infraestrutura vultosas que requeriam projetos, análise de viabilidade, análise de meio ambiente e, acima de tudo, recursos. Lembrando que o Estado estava dividido em 36 Secretarias Regionais, todas elas com necessidade de obras vultosas, disse que o Estado não teria condições de implantar todas as rodovias, por exemplo, mas que estariam sinalizadas para que o governo iniciasse os estudos de viabilidade, iniciasse os projetos e que as priorizasse porque eram obras elencadas pela comunidade. Encerrando, fez menção ao Projeto Brusque Solidário, comentado durante aquela audiência, e afirmou que, mesmo já escolhidas as doze prioridades, aquele projeto também entraria na discussão do grupo de trabalho que a partir daquele momento passaria a acontecer. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR de Brusque.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Brusque:

1	Reforma e ampliação da Escola João Boos e Escola Osvaldo Reis, da jurisdição da SDR
2	Pavimentação da Rodovia SC-420 (Guabiruba – Gaspar Alto) até Blumenau
3	Construção do anel viário de Tijucas
4	Revitalização da Rodovia Ivo Silveira
5	Reforma e ampliação da Escola Olívia Bastos
6	Construção de um centro regional de comercialização solidária
7	Construção de uma ponte ligando os bairros Cardoso e Ribanceiras do Sul, São João Batista
8	Abertura e terraplanagem da rodovia SC-486 (Ourinhos – Botuverá – a Cinema – Vidal Ramos) com construção de duas pontes de concreto
9	Melhorias na rodovia SC-408 (Major Gercino a Leoberto Leal)
10	Pavimentação da rodovia SC-409 (Canelinha e Brusque)
11	Pavimentação asfáltica do Espraiado e Centro ao Santuário de Madre Paulina
12	Implantação da terceira pista na rodovia Gentil B. Archer (Brusque- São João Batista)

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Brusque:

1	Reforma e Ampliação da Escola João Boos e Escola Osvaldo Reis, da Jurisdição da SDR
2	Abertura e terraplanagem da rodovia SC-486 (Ourinhos – Botuverá – a Cinema – Vidal Ramos) com construção de duas pontes de concreto
3	Implantação da terceira pista na rodovia Gentil B. Archer (Brusque- São João Batista)

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Brusque: como titular, o senhor Ewaldo Ristow Filho; e como suplente, o senhor Matias Kohler. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, convidou o Deputado Estadual Serafim



Venzon, para proceder ao encerramento da audiência. O **senhor Presidente *ad hoc*, Deputado Estadual Serafim Venzon**, informou a comunidade de Canelinha que já tinha recebido o projeto da pavimentação de Canelinha até o Moura e que na semana anterior tinha participado de uma audiência com o vice-presidente da Portobello, que lhe contou que estava fazendo contato com o Governador para que as obras daquela região saíssem do papel. Nada mais havendo a tratar, agradeceu mais uma vez a presença de todos e encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

**DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



17ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **BLUMENAU**

Data: 06/07/15

Horário: 18h30min – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua XV de Novembro, 55
Centro
Blumenau

CONSELHEIROS:

Titular: *Gilson de Souza-Gerente Administrativo*

Suplente: *Elisangela Cristiane dos Santos-Gerente de Projetos Geotécnicos.*

Total de participantes: 83





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - BLUMENAU

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção do contorno sul de Gaspar e Acesso a Blumenau – SDR – Blumenau
2	Expansão da UDESC para Blumenau
3	Construção, manutenção e ampliação de escolas – SDR – Blumenau
4	Ampliação da escola integral – SDR – Blumenau
5	Pavimentação da SC-108 – SDR – Blumenau
6	Pavimentação da SC-420 entre Blumenau e Guabiruba – SDR – Blumenau
7	Implantação do 2º Batalhão da Polícia Militar em Blumenau – região norte – SDR – Blumenau
8	Construção, ampliação e reforma das instalações das Polícias, Civil e Militar – SDR – Blumenau
9	Implantação de núcleo de defesa civil em comunidades – SDR – Blumenau
10	Reabilitação do roteiro rural Blumenau - Pomerode (vila Itoupava – SDR – Blumenau
11	Implantação e manutenção de obras, contra as cheias nos municípios de abrangência da SDR de Blumenau
12	Ampliação de recursos para custeio da atenção básica e assistência hospitalar

PRIORIDADES ELENADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - BLUMENAU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Ampliação de recursos para custeio da atenção básica e assistência hospitalar
2	Reabilitação do roteiro rural Blumenau - Pomerode (vila Itoupava – SDR – Blumenau
3	Pavimentação da SC-108 – SDR – Blumenau



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BLUMENAU

Municípios: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Saete Sbardelatti	Blumenau
02	Luiz Belos Martins Minis	Blumenau
03	Bonifácio Secan	ALÉS
04	Admar Nunes	Blumenau - SC
05	Jaques R. KRAMATSCHER	CONSEG NORTE -
06	Manoel da Jato Borges	SEDECI
07	MARIO ZIMPARS	AV. MOR.
08	Walmer Webermeister	VILA COOPA
09	Acmeirindo de Oliveira	V
10	Sergio M. Bernardino	Blumenau
11	Assistina Carvalho	Blumenau
12	Everton Torres	Blumenau
13	George Calil Canut Neto	Blumenau
14	JULIAN PLAUTZ	PMB-SEPLAN
15	WALTER SALVADOR.	CONSEG. JOTA
16	Juarez Foll	BLUMENAU
17	JOHN KUTENARO	MEC-C.
18	Gilson D. Souza	SDR BLUMENAU
19	Osni Luiz Baier	BLUMENAU FORUM A. 1234
20	Evangela C. dos Santos	PMB
21	Luiz Carlos Rocha	Blumenau / SEMUS
22	Ron. Jean Muller	Gaspar
23	YREMA BLUM	SEDEC



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BLUMENAU

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Ciro C. Arvintino	Gaspar
25	LUIZ KOERICH	BLUMENAU
26	ROGÉRIO KOERICH	u
27	CLAUDIO C. PEREIRA	BLU
28	Maria Regina S. Sar	Blu
29	Elson F. AUOSANI	Secom - BNU
30	TC Claudete Seduguhl	Blumenau
31	Aerson Luis Klock	BNU
32	Márcio Lieder	BNU.
33	MILTON CARLOS BÄHR	BNU.
34	João Wilrich	BNU
35	Genesis Becker	BNU.
36	Del João David Beune	BLU.
37	Maria Augusta Buttendy	SEMVIDES - BNU
38	Alexandra F. Bonelli	SEMVIDES. BNU
39	RONALDO WAN-DALL	BLUMENAU
40	Nea SARAIA	Dep Estadual.
41	Gliane Böeing	Fpolis
42	Luísa Feliciano	Blumenau,
43	Jandra m. Franúzia	Blumenau
44	GILBERTO CERUZI	SEF. Fpolis
45	Romualdo Gouhart	SEF/DIOR
46	Vânio F. Salm	BLU
47	Wagner Schanaider	BNU
48	Ronaldo Pereira	BNU



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BLUMENAU

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Paulo Costa	Blumenau
50	CLAUDIA TIRONI	BLUMENAU
51	VILMAR JOSE SEIXAS	Blum
52	Soly Waltrick Antunes FD	Gaspar
53	Edna M ^{te} Bostes	Blum
54	Arlete da Silva	Bl.
55	VANDERLEI MATEUS	Blum
56	Alexandre Fickler	Blum
57	Jean Zelpato	Blumenau
58	Charles Kepsky	Gaspar
59	José Rafael Corrêa	Blumenau
60	Vicente Augusto de Souza	PROEB/secteur
61	Mário Hilobrandt	Blumenau
62	RAMIRO FERREDES	Florianópolis
63	Ismael	Blum
64		Blumenau
65	Marc Rubia Cogiani	Blumenau
66	MAURICIO GORGONIA	Pomerose
67	Maurício Goli,	Blumenau
68	Ernesto N. Topazio	Blumenau
69	CESAR MARLOCH	Blumenau
70	Matheus Eduardo	Blumenau
71	Alexandre P. Comnha	Blumenau
72	Saionara Toze	Blumenau
73	FMA ROSA LIMA	Blumenau



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BLUMENAU

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Offen Gompz	Blumenau
75	OTO-VIEIRA	Blumenau
76	Suzana Alexandra Hardt	Pomerode
77	Albert S. Lima	Blumenau
78	Rise Marcelle Vilas Boas	Blumenau
79	Lania Velas Boas	SALVADOR.
80	Leonida M. Hostins	Gaspar
81	Josino Cardoso	Blumenau
82	Antonio Neves	Blumenau
83	Jeana Betina Stuhler	Blumenau
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE BLUMENAU, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
BLUMENAU NO DIA 6 DE JULHO DE 2015, ÀS 18H30MIN**

Aos seis dias do mês de julho de 2015, às 18h30min, no Salão Nobre Manoel da Luz Rampelotti da Câmara de Vereadores de Blumenau, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Blumenau e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Informou que a Assembleia Legislativa estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima sétima audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; o Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa; o senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, Secretário Municipal de Gestão Governamental de Blumenau, representando o Prefeito Napoleão Bernardes Neto; o senhor Gilson de Souza, gerente de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, representando o Secretário Cássio Murilo Chatagnier de Quadros; o Vereador Mário Hildebrandt, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, convidou o Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann**, abriu a audiência cumprimentando os presentes e convidando a Tenente-Coronel PM Claudete Lehmkuhl, Comandante da 7ª Região da Polícia Militar, para fazer parte da mesa, representando as mulheres junto com a Deputada Estadual Ana Paula Lima. Disse que aquela audiência pública tinha como objetivo elencar as doze prioridades para o PPA e as três para a LOA e que naquela primeira etapa dos trabalhos passaria a palavra aos membros da mesa para a saudação inicial.



Proseguindo, registrou a presença do senhor Júlio César de Souza, secretário-geral da subseção Blumenau, representando a OAB do Município de Blumenau; do senhor Marcelo dos Santos Longen, diretor de Projetos da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão de Blumenau, representando o Secretário Marcelo Schrubbe; do senhor Julian Plautz, diretor-geral da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Blumenau; da senhora Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau; do senhor Luiz Carlos Moreira Da Maia, gerente regional da Cidasc; da senhora Salete Sbardelatti, presidente da Associação dos Conselhos de Segurança (Conseg) de Blumenau; do senhor Luiz Cláudio Koerich, diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Cultural de Blumenau; do senhor Sérgio Maurici Bernardo, diretor de Comunicação, representando a senhora Sueli Adriano, coordenadora do Sindicato Único dos Servidores do Município de Blumenau; do senhor Henrique Seccon, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Romildo Titon; do senhor Iremar José Blum, diretor de Desenvolvimento Rural da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico de Blumenau, representando o Secretário Marcos Inácio Ruediger; do senhor Osni Luiz Bahr, presidente do Fórum de Segurança Pública do Município de Blumenau; e do Vereador Ciro André Quintino, de Gaspar. Em seguida, pediu aos integrantes da mesa que fossem breves nas suas manifestações para que o tempo fosse dedicado prioritariamente aos temas envolvendo as discussões do PPA e da LOA. Isso posto, passou a palavra ao **Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes, agradeceu a presença de todos e disse que a Alesc tinha que fazer o seu papel, que era ouvir a comunidade. Informou que recentemente a Alesc havia aprovado o orçamento impositivo, no qual 1% do Orçamento geral do Estado seria aplicado nas demandas surgidas das 32 reuniões do Orçamento Regionalizado, salientando que a presença de todos naquela audiência ajudaria na tomada das decisões mais oportunas dentro das necessidades e da quantidade financeira que o governo do Estado tinha para poder atender todas as SDRs. Encerrou a sua manifestação agradecendo mais uma vez a presença de todos e dizendo que os que estavam ali eram os atores principais das decisões que seriam discutidas naquela noite. Em seguida, manifestou-se o **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes e disse que aquela região, principalmente Blumenau, vivia um momento importante com a presença da Assembleia Legislativa, através de seus Deputados, nas diversas regiões de Santa Catarina para levantar as prioridades a serem inseridas no Orçamento do Estado. Concordeu com a fala do Deputado Estadual Aldo Schneider quando disse que o orçamento impositivo tinha se tornado um procedimento obrigatório, faltando apenas a sua regulamentação, e que ganhava força no momento da escolha das prioridades. Lembrou que mesmo não estando regulamentada a emenda constitucional, existia o compromisso da Alesc, através da Comissão de Finanças e Tributação, de as prioridades aprovadas naquela noite, caso não constassem no Orçamento do Estado, serem incluídas como emendas do Relator com o apoio de todos os Deputados. Destacou ser aquela audiência a terceira do dia e a décima sétima de um total de 32 que seriam realizadas, e finalizou a sua participação desejando um bom trabalho a todos. Logo após, falou o **Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos os presentes e afirmou que naquele dia escolheriam três itens prioritários para o ano de 2016, fazendo-os constar do Orçamento do Estado. Frisou que dentro do PPA, já previsto pela SDR de Blumenau, havia um item que considerava muito importante, qual seja, a ampliação da escola em período integral no Estado de Santa Catarina, avaliando ser aquela uma maneira prática de proteção à criança e ao adolescente extremamente positiva, pois contemplava a totalidade da formação da criança e sua proteção. Disse que também via dentro do PPA itens de preocupação do Estado e não somente de Blumenau, como o aumento do contingente da Polícia Militar e o reforço na área da saúde. Concluiu a sua manifestação pedindo o apoio de todos. O **senhor Presidente** retomou a palavra



e registrou a presença do senhor Soly Waltrick Antunes Filho, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Gaspar; do senhor Celso Marloch, presidente do Conselho de Segurança do Bairro Garcia, em Blumenau; do senhor Maurício Goll, intendente Distrital do Grande Garcia, em Blumenau; do senhor Vanderlei Mateus, diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Pró-Família de Blumenau, representando a presidente Karin Gouvea da Costa; do senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí; do senhor Alexandre Pereira Caminha, coordenador-geral do Procon do Município de Blumenau; da senhora Alessandra Fandaruff Bonelli, diretora de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Blumenau, representando o Secretário Valdecir Mengarda; e da Vereadora Cátia Hackbarth, de Blumenau. Dando continuidade às manifestações, passou a palavra ao **Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e salientou que era um prazer estar naquela Casa na qual esteve por doze anos. Informou que desde 2008, quando ainda era suplente de Deputado Estadual, participava dos debates do Orçamento Regionalizado e que atualmente o fazia com mais vigor e entusiasmo porque os Deputados tinham conseguido transformar a proposta em emendas impositivas. Disse, ainda, que como muitas pessoas perguntavam sobre a validade do orçamento participativo, iria resumir em poucas palavras a importância daquela ferramenta pedagógica que todos tinham em mãos. Explicou que o orçamento participativo era uma ferramenta didática, pois ensinava como funcionava a máquina do governo e dava à população um instrumento maior de fiscalização, já que por intermédio dele se podia fazer a medição da saúde financeira do erário público. Encerrou a sua manifestação comentando mais uma vez a importância do orçamento participativo por trazer uma proposta emblemática de equidade, pois fazia com que os recursos do governo estadual fossem pulverizados por todo o Estado, principalmente no interior, e pediu aplausos à Comissão de Finanças e Tributação da Alesc. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann**, antes de dar continuidade às manifestações, registrou a presença do senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; e do senhor Gilberto Cerutti, analista de planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda. Em seguida, passou a palavra à **Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes e advertiu que o trânsito congestionado na cidade de Blumenau necessitava de atenção urgente. Explicou que o Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa acontecia desde 1997, quando o então Deputado Estadual Carlito Merss, do Partido dos Trabalhadores, entendeu que a comunidade precisava ser ouvida e respeitada nas suas decisões e que desde então a Alesc vinha fazendo o esforço de ir às regiões para colocar as prioridades delas no Orçamento do Estado. Destacou que o Orçamento Regionalizado era um orçamento participativo, que isso já tinha existido em Blumenau, onde a comunidade se reunia para discutir suas necessidades, e, lamentando que aquilo não acontecesse mais, disse que o Estado estava se esforçando para garantir aquele processo. Informou que naquele ano de 2015 a Alesc tinha aprovado o orçamento impositivo, que faria com que o governo respeitasse as decisões e as obras elencadas em cada audiência, esclareceu haver possibilidade de se discutir e colocar em votação alguma outra obra que não estivesse elencada e disse que aquele era o momento em que seriam definidas as três ações para a LOA e as doze para o PPA. Deixando claro que as cinco cidades que compunham a SDR de Blumenau (Blumenau, Gaspar, Luiz Alves, Pomerode e Ilhota) se ressentiam da falta de investimento do governo do Estado, enumerou as áreas necessárias, como saúde, infraestrutura e segurança, razão pela qual a Alesc estava ali para ouvir e garantir a inclusão daquelas prioridades da região no Orçamento do Estado. Finalizou a sua manifestação agradecendo a presença de todos e afirmando que os Deputados cobriam do Executivo a realização das ações que ali seriam definidas. O **senhor Presidente** retomou a palavra e registrou a presença do senhor Gilson Avosani, representando o Secretário Municipal de Comunicação Social de Blumenau,



senhor Raimundo Mette; do senhor Ademar Nunes, vice-presidente do Conseg Setor Leste (Fortaleza e Região), do Município de Blumenau; do senhor Walter Salvador, presidente do Conseg Bairro da Velha, do Município de Blumenau; e do senhor Paulo Renato Kramatschek, vice-presidente do Conseg Setor Norte, do Município de Blumenau. Prosseguindo, pediu licença ao senhor Gilson de Souza, gerente de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, representando o Secretário Cássio Murilo Chatagnier de Quadros; ao senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, Secretário Municipal de Gestão Governamental de Blumenau, representando o Prefeito Napoleão Bernardes Neto; e à Tenente-Coronel PM Claudete Lehmkuhl, Comandante da 7ª Região da Polícia Militar, para que o Vereador Mário Hildebrandt falasse em nome de todos os demais componentes da mesa. Assim, passou a palavra ao **Vereador Mário Hildebrandt, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau**, que saudou os presentes e disse que era um prazer receber aquele debate naquela Casa, quando teriam que priorizar ações para colocar no PPA e na LOA, salientando que o desafio era executar o que fosse elencado. Afirmou que aquela Casa estava aberta para atender a comunidade e servir de espaço para debates, e concluiu a sua participação agradecendo a presença de todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades, explicando como se daria a segunda etapa da audiência. Disse que para coordenar a próxima etapa dos trabalhos, que consistia na exposição por parte dos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda e da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e na discussão e votação das doze ações para inclusão no PPA 2016-2019 e das três para a LOA 2016, faria uso da palavra o senhor Adilor Guglielmi (Dóia). O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação participar com os Deputados Estaduais daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Disse, também, que há poucos dias havia sido feito um seminário e que nele foram elencadas em torno de sessenta demandas, reiterando que naquele momento teriam que definir somente doze demandas para o PPA 2016-2019 e três para a LOA 2016. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupo para que a comunidade pudesse debater em cima das ações definidas previamente na reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Antes de encerrar a sua manifestação, registrou a presença do senhor Jovino Cardoso, Vice-Prefeito de Blumenau, e do amigo de muito tempo Vadinho. Dito isso, passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que aquele era um momento constitucional muito importante do ponto de vista do planejamento governamental. Afirmou que a cada quatro anos, por força constitucional, o governo do Estado tinha que encaminhar um planejamento do seu governo para a Alesc, o chamado Plano Plurianual (PPA), informando que aquele que discutiriam vigoraria de 2016 a 2019 e que para formular o planejamento o governo tinha se utilizado das estruturas das SDRs para a realização de seminários. Complementando, disse que na SDR de Blumenau o encontro aconteceu em maio, quando foram levantados os grandes problemas da região, e que naquele dia a Alesc estava ali para referendar aquele trabalho feito e orientar a comunidade na escolha das doze ações prioritárias para os próximos quatro anos. Pediu ao gerente da SDR de Blumenau, ali representando o Secretário Regional, que no momento do debate falasse a respeito do trabalho realizado, afirmando que foi um espaço democrático no qual o governo do Estado, junto com a comunidade, pôde fazer o levantamento das demandas, não sendo um trabalho de gabinete. Acreditando que o governo se empenharia em realizar as ações que ali seriam elencadas. Disse que cada uma das 36 Regionais estava elencando doze ações e isso totalizaria um volume muito grande, o qual, por sua vez demandaria um grande esforço do governo. Encerrou a sua manifestação desejando um bom trabalho a todos. Retomando a palavra, o **senhor Adilor**



Guglielmi (Dóia) disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*O grupo se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Blumenau.*) Após um acirrado debate, foram encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo e o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** fez o relato das doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Blumenau:

1	Construção do contorno sul de Gaspar e acesso a Blumenau – SDR Blumenau
2	Expansão da Udesc para Blumenau
3	Construção, manutenção e ampliação de escolas – SDR Blumenau
4	Ampliação da escola integral – SDR Blumenau
5	Pavimentação da SC-108 – SDR Blumenau
6	Pavimentação da SC-420 entre Blumenau e Guabiruba – SDR Blumenau
7	Implantação do 2º Batalhão da Polícia Militar em Blumenau – região norte – SDR Blumenau
8	Construção, ampliação e reforma das instalações das Polícias Civil e Militar – SDR Blumenau
9	Implantação de núcleo de defesa civil em comunidades – SDR Blumenau
10	Reabilitação do roteiro rural Blumenau - Pomerode (Vila Itoupava) – SDR Blumenau
11	Implantação e manutenção de obras contra as cheias nos Municípios de abrangência da SDR Blumenau
12	Ampliação de recursos para custeio da atenção básica e assistência hospitalar

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Blumenau:

1	Ampliação de recursos para custeio da atenção básica e assistência hospitalar
2	Reabilitação do roteiro rural Blumenau - Pomerode (Vila Itoupava) – SDR Blumenau
3	Pavimentação da SC-108 – SDR Blumenau

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Blumenau: como titular, o senhor Gilson de Souza; e como suplente, a senhora Elizangela Cristiane dos Santos. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros, devolveu a palavra ao senhor Presidente para que ele procedesse ao encerramento da audiência. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann**, agradeceu a participação de todos, repetiu que aquele era um momento muito importante e, não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.]

DEPUTADO ESTADUAL JEAN KUHLMANN
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



18ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **TIMBÓ**

Data: 07/07/15

Horário: 9h30min – Terça-Feira

Local audiência Pública.: **Auditório Rafallo Sanzio-**
Rua Blumenau,4664
Araponguinhas
Timbó

CONSELHEIROS:

Titular: Ditmar kambreck- Gerente Administrativo

Suplente: Juliana Moser- Gerente de Assistência Social

Total de participantes: 59





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - TIMBÓ

PLANO PLURIANUAL - PPA – 2016-2019

1	Criação de programas de proteção das nascentes.
2	Implantação das redes de esgoto sanitário.
3	Construção, reformas e ampliação de escolas.
4	Continuidade do anel viário SC-477/SC-416, ligação entre municípios de Ascurra/Indaial com Pavimentação asfáltica entre os Bairros Estação (Ascurra), e Warnow (Indaial) na região que abrange a 35 SDR.
5	Implantação de sistema integrado de informação das entidades e prefeituras através do consorcio AMMVI.
6	Incentivar e divulgar polo de tecnologia, ciência e Inovação nas indústrias.
7	Construções e melhorias de aquartelamento da PM e Bombeiros.
8	Atendimento de alta e média complexidade na área da saúde.
9	Construir Base Aérea Integrada entre Estado e Municípios.
10	Custeio para o Hospital Beatriz Ramos de Indaial.
11	Credenciamento dos leitos de saúde mental e outros na rede hospitalar da região
12	Revisão dos valores repassados para a manutenção do SAMU, bem como análise e readequação de serviços prestados.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - TIMBÓ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Continuidade do anel viário SC-477/SC-416, ligação entre municípios de Ascurra/Indaial com Pavimentação asfáltica entre os Bairros Estação (Ascurra), e Warnow (Indaial) na região que abrange a 35 SDR.
2	Atendimento de alta e média complexidade na área da saúde.
3	Custeio para o Hospital Beatriz Ramos de Indaial.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TIMBÓ

59 participantes

Municípios: Timbó, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Flávio Luis Junis	Fpolis
02	Vicente Casabrega	Jurep
03	Odival Fistorol	Ascurra
04	Alamir Mengarda	Iguai do Sul
05	Everton Torres	Sondaial
06	AUBERT LING	BLUMENAU
07	FRONZ ALDO MAURISENZ	INDAIAL
08	Ver. Santo Antonio	Sondaial
09	Eliane Böeing	Fpolis
10	NEONI SAPOTA	Deputado Estadual
11	Glauco Steinbocker Gomes	Timbó
12	Lucia Tatiana Kinner Inzer	Dr. Pedrinho
13	JEAN KUHLMANN	ALSC.
14	DELMAR KRAMBEC	SDR
15	Guilherme Augusto Voltolini	SDR
16	RAMIN FERNANDES	ALSC
17	Damira B. Valcomano	35º Gered Timbó
18	Hermínio Klock	UNIASSELI-
19	Mª Ulianice Harbes	35º GERED Timbó
20	Polenita Lenzi de Silva	RFCC - Timbó
21	Luete Maria Benini Floriani	RFCC - Timbó
22	WILSON DE CERTEZ	SEL - Fpolis
23	Romualdo Goulart	SEF/DIOR/Fpolis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TIMBÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	WALDEMAR FERREZ	Timbó
25	Artur Persuhn	A. Pedrinho
26	Claudia Almeida	Timbó
27	NICOWOLFF	B. Lumenan
28	MARCOS NASCIMENTO	TIMBÓ
29	JORGE AUGUSTO KRÜBER	TIMBÓ
30	Angela Maria Klemann	Indaial
31	Ana Paula Manfredi	Timbó
32	Margarete Piza Boppuello	Ascurra
33	Aurora Coelho	Indaial
34	Nikolas Reis	ALESC
35		ALESC
36	Maulen do Santo	Timbó
37	Hardy M. Poltronieri	APAETimbo
38	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
39	ARLINDO EWALD	Pouso Alegre
40	Arabel Antonieta Lenzi Moraes	B. Novo
41	FABIANO CARVALHO	INDAIAL
42	Ree Carla B. Murgenda	B. Novo
43	Roberto Santos	B. Novo
44	Leonel Vezen	Timbó
45	ALDO SCHINGLER	IBIRAMA
46	Fabiano Delcortani	Timbó
47	Carlos E. dos Reis	Itajaí
48	MARCELO CARVALHO	PARIÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TIMBÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	ANA PAULA LIMA	
50	WALDIR J. JUNIOR	
51	Jaimé Joel A. Jara	
52	JOÃO AMIN	
53	ALCIDES A. SOUZA	
54	MARCELL T. POZZO	ASURRA
55	DOUGLAS MARCHETTI	Timbó
56	Alexandra Guiderini Storti	Timbó
57	RODRIGO VIDAL	Florenópolis
58	Ulisses José Traves	Imaflora
59	Sergio Almi dos Santos	Indaial
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		

D.ESL

FPOC D.ES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 18ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE TIMBÓ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ NO
DIA 7 DE JULHO DE 2015, ÀS 9H30MIN

No dia 7 de julho de 2015, às 9h30min, no auditório Raffaello Sanzio, bloco V, do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), no *campus* Timbó, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública os representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Timbó e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **mestre de cerimônias, senhor Cláudio Fernando Wolff**, seguindo o protocolo, abriu o evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º-A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima oitava audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para tomar assento à mesa o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc); o Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Alesc; o Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura e membro da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa do Estado; a Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa Santa Catarina; o Deputado Estadual Nícolas Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; o senhor Laércio Demerval Schuster Junior, Prefeito de Timbó; a senhora Lúcia Steinheuser Gorges, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó; o senhor professor Hermínio Kloch, Magnífico Reitor do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi); e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Após compor a mesa dos trabalhos, o mestre de cerimônias convidou o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc, para conduzir os trabalhos da audiência pública. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, iniciou a audiência pública cumprimentando todos os presentes e dizendo que



estava contente com o grande número de mulheres na plateia. Ainda disse que aquela era a 18ª audiência do Orçamento e que até então a participação das mulheres ficava sempre aquém do que se precisava, acrescentando que, sendo assim, homenageava todas as mulheres presentes em nome da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, e pedindo aos participantes uma salva de palmas às mulheres presentes. A seguir, informou que a audiência pública seria realizada em duas etapas: no primeiro momento, iriam falar os Deputados e as autoridades que compunham a mesa dos trabalhos; e, no segundo momento, haveria as explicações do coordenador do Orçamento Regionalizado, o ex-Deputado Dóia Guglielmi, e dos técnicos da Secretaria da Fazenda, que, juntos, elencariam as prioridades da região e as colocariam em votação. Afirmando que a reunião do Orçamento Regionalizado de 2015 teria uma atração especial porque das doze prioridades escolhidas pela região para o Plano Plurianual três itens deveriam ir para a LOA, ressaltando que fariam uma escolha muito importante e que o papel dos Deputados, da Comissão de Finanças e Tributação, e da Assembleia Legislativa era o de proporcionar o amplo debate a fim de poderem fazer as escolhas desses itens. Na sequência, o senhor presidente registrou a presença do senhor Vereador Fabrício Dalcastagné, de Timbó; do senhor Vereador Waldemar Gebauer, de Timbó; do senhor Vereador Douglas Emanuel Marchetti, de Timbó; do senhor Vereador Jorge Augusto Krüger, de Timbó; do senhor Vereador Osvaldo Metzner (Santo Antonio), Vice-Presidente da Câmara de Indaial; da senhora Vereadora Margarete Pisa Bazzanella, de Ascurra; do senhor Prefeito Hartwig Persuhn, de Doutor Pedrinho; da senhora Vereadora Lúcia Fátima Kisner Moser, Presidente da Câmara de Doutor Pedrinho; da senhora Janete Maria Bérrri Floriani, presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó; do senhor Roberto Cardoso, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Benedito Novo, que estava representando o senhor Prefeito Jean Grudmann; da senhora Sharly Menestrina Poltronieri, secretária da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Timbó; do senhor Everton Torres, Defensor Público do Estado de Santa Catarina; da senhora Vereadora Aurora Coelho, de Indaial; e do senhor Fabiano Carvalho, membro da diretoria do Rotary Clube de Indaial. Prosseguindo a audiência pública, o senhor Presidente passou a palavra ao **Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que, após saudar os membros da mesa e todos os demais presentes, reiterou as palavras do Deputado Kennedy Nunes dizendo que aquela audiência pública, em Timbó, era um trabalho preconizado pela Constituição Estadual. Afirmou, entretanto, que em 2015 havia a novidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratava da obrigatoriedade de o Governo do Estado de Santa Catarina, no transcorrer da aplicação do exercício de 2016, aplicar no mínimo 1% de toda a receita corrente líquida do Estado de Santa Catarina nas emendas propostas pelo Orçamento Regionalizado. Deixando claro que conhecia o assunto desde a sua criação, em 2003, e que a Assembleia Legislativa cumpria o seu papel de ouvir a comunidade, lembrou que a execução do Orçamento cabia exclusivamente ao Executivo Estadual. Em seguida, disse que, por meio da regulamentação da PEC aprovada na Assembleia Legislativa, os Deputados iriam cobrar do Governador a aplicação do 1% em todas as regiões, para que em 2016 as três prioridades elencadas no Orçamento Geral do Estado, naquele dia, tivessem êxito. Dito isso, observou que a região de Timbó representava muito para o Parlamento catarinense, tanto que nove Deputados estavam prestigiando aquela audiência, estavam participando dela; e acrescentou que em termos de Estado a região era muito promissora e que Santa Catarina tinha uma dívida com aquelas comunidades porque elas representavam muito em termos de arrecadação. Por fim, agradeceu a participação dos presentes e colocou o seu gabinete à disposição de todos. A seguir, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que cumprimentou os Deputados, as autoridades e todos os demais presentes; e disse que a iniciativa da Assembleia Legislativa de ouvir a sociedade e de buscar os pleitos de cada Município mostrava o quanto é democrático o Poder Legislativo. Afirmando que quando foi Governador



cumpriu com o que tinha sido discutido anteriormente com a sociedade e que aquilo teve continuidade com o Governador Luiz Henrique, acrescentou esperar que o Governador Raimundo Colombo privilegiasse também todas as prioridades debatidas e escolhidas pela sociedade. Encerrando, observou que as prioridades apresentadas seriam encaminhadas e defendidas pelos Parlamentares; agradeceu a presença da plateia; e colocou-se à disposição de todos. Ato contínuo o senhor Presidente passou a palavra ao **Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Alesc**, que, após saudar os membros da mesa, cumprimentou em italiano, em alemão e em inglês os demais presentes. Em seguida disse que era médico, que estudou no Colégio Santo Antônio e que teve a oportunidade de apreciar a inteligência das pessoas daquela região, acrescentando que havia comentado com o seu assessor, o jornalista Flávio, como era bom viver na região de Timbó. Disse, ainda, que era de Blumenau, mas morava em Jaraguá do Sul aproximadamente há quarenta anos. Referindo-se à Deputada Ana Paula, lembrou que o interior do Estado era muito rico, cheio de beleza natural, e que as pessoas tinham muita força de vontade; e frisou que em Santa Catarina havia pequenos negócios, mas que as famílias se reuniam e formavam uma grande potência. Isso posto, afirmou que a Assembleia Legislativa estava ali para ajudar a debater sobre o tema em discussão, colocando o seu gabinete à disposição das comunidades para as questões do PPA e do Orçamento Estadual. Deixando claro que aquelas reuniões mostravam que ninguém mandava sozinho e que o povo reunido e organizado opinava sobre o que desejava e definia o que queria, observou que aquela era uma oportunidade ímpar de as pessoas escolherem, votarem, e definirem as três prioridades para 2016 e as doze para os próximos quatro anos. Dito isso, parabenizou a Assembleia Legislativa e o coordenador Dóia por conduzir com maestria aquele trabalho, capitaneado também pelo Deputado Marcos Vieira, que não pode se fazer presente, acrescentando que aquele dia era importante para as pessoas ali presentes escolherem os itens mais importantes da região. Por fim, destacou que a Deputada Ana Paula sabia da luta dos Deputados Estaduais pela mudança da Constituição Estadual para fazer o Estado gastar não apenas 12%, mas 15%, sendo que aquela era uma das grandes metas dos Parlamentares. Prosseguindo a reunião, a palavra foi passada ao **Deputado Estadual Jean Kulmann, membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que saudou e cumprimentou todos os presentes. Falou que todos tinham uma missão de escolher as doze ações para serem incluídas no PPA e três ações para serem incluídas na LDO. Acrescentou que aquela era a primeira etapa, mas não a mais difícil, porque a mais difícil seria fazer com que tudo se tornasse realidade. Em seguida, disse que não adiantava estar aqui lá apenas para se colocar no papel as prioridades mas que todos os representantes de classe se unissem para que essas prioridades se tornassem realidade e melhorar de forma efetiva a vida das pessoas. Parabenizou a todos, especialmente àqueles que depois daquela audiência estariam lutando para a efetivação das escolhas, independente de bandeira partidária e ideologia, e concluiu que as pessoas mais humildes devem ter uma atenção especial do Poder Público. **Retomando a palavra, o senhor Presidente** justificou a saída do Deputado Doutor Vicente daquela audiência para representar a Assembleia Legislativa em Jaraguá do Sul na inauguração de uma Vara da Justiça. Em seguida, concedeu a palavra à **senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Alesc**, que saudou todos os integrantes da mesa e demais presentes na audiência pública. Acrescentando, cumprimentou as senhoras Vereadoras Aurora Coelho, de Indaial, e Margarete Pisa Bazzanella de Acurra, e informou que elas estavam em todas as discussões do Orçamento Regionalizado levando as reivindicações dos Municípios da região. Disse ainda que naquele dia iriam tirar da SDR de Timbó as obras necessárias para a comunidade. Comentou que aquela era a 18ª reunião do Orçamento Regionalizado no Estado de Santa Catarina e que no dia anterior em Blumenau, a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau ao apresentar as



reivindicações da comunidade houve mudanças de algumas ações porque a comunidade percebeu que não havia sido contemplada o que tinha sido discutido na Secretaria de Desenvolvimento Regional. Esclareceu que Orçamento Regionalizado era uma forma do Orçamento Participativo e que todos sabiam que a comunidade devia ser ouvida e priorizar as reivindicações, pois os moradores de cada região sabiam dos problemas lá existentes. Falou que o Orçamento do Estado de Santa Catarina tinha que estar destinado às demandas elencadas como prioridades e manifestou-se dizendo que desde 1997, o ano em que foi criado o Orçamento Regionalizado pelo Deputado Estadual Carlito Merss, o mesmo estava sendo realizado daquela forma com o intuito de atender as prioridades elencadas. Ressaltou a importância do orçamento impositivo para que as obras sejam realizadas e disse que a senhora Lúcia Gorges, Secretária de Desenvolvimento Regional comentou que algumas obras ainda estavam em andamento. Desejando boas-vindas a todos, afirmou que a participação de todos era importante e imprescindível para que as obras discutidas e votadas fossem efetuadas, e agradeceu a todos a presença. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesec**, que saudou todos e registrou a importância do mecanismo do Orçamento Regionalizado, frisando que aquele era um instrumento que ainda estava sendo aperfeiçoado e que não estava como todos queriam, mas estava dando passos importantes para garantir à população catarinense a realização das obras, no caso as prioritárias para a região. Ressaltou que em 2015 as prioridades escolhidas no PPA seriam a garantia para a execução das obras dos próximos quatro anos. Destacou o compromisso da Assembleia Legislativa e esclareceu que a Comissão de Finanças e Tributação, por emenda do próprio Relator do Orçamento, fazendo a inclusão da prioridade, seria a garantia para constar a execução da obra no Orçamento do Estado. Reafirmou o compromisso dos Deputados Estaduais e disse que o Orçamento Regionalizado era o mecanismo fortalecido e a oportunidade para cada região indicar as suas prioridades. Desejou um bom trabalho a todos e parabenizou os que estavam debatendo as suas prioridades. Ato contínuo, fez uso da palavra o **Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano**, que cumprimentou os presentes e destacou a importância da participação de todos na audiência pública do Orçamento Regionalizado. Citou o problema da ponte pênclil da localidade de dona Clara e disse que ao discutirem as prioridades para o orçamento, a referida ponte seria um tema bastante significativo no sentido da escolha com a participação popular. Ao final, colocou-se à disposição de todos como neto de Indaial e representante do Partido Progressista na região. Em seguida, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **Deputado Estadual Nikolas Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que saudou os presentes e destacou a presença de um quarto dos Deputados Estaduais na audiência pública. Falou que a imposição para que o Orçamento fosse cumprido e consignado era um avanço para todas as regiões. Disse que as discussões durante a audiência serviriam para eleger as prioridades e que efetivamente as obras deveriam ser realizadas no curso dos mandatos de quem quer que fosse o Governador de plantão. Agradeceu e desejou uma profícua audiência pública. O **senhor Presidente**, passou a palavra para o **senhor Laércio Demerval Schuster Junior, Prefeito de Timbó**, que cumprimentou os presentes e disse que a participação popular era uma demonstração de democracia. Disse também que todos tinham o papel importante de elencar as prioridades da microrregião de Timbó para constar na Lei Orçamentária. Na sequência, em nome do povo timboense, agradeceu a vinda de todos à cidade e manifestou-se honrado em receber os convidados e participantes daquela audiência. Reforçou o pedido, solicitando o trabalho conjunto de todos para que as propostas colocadas no papel se tornassem realidade. Comentou que as famílias e as pessoas esperavam dos homens públicos ações fortes e verdadeiras para a melhoria das cidades. Agradeceu a todos pelo gesto de carinho e respeito com as famílias de Timbó. O **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito de Indaial, e passou a palavra para a **senhora Lúcia Steinheuser Gorges, Secretária de Estado de**



Desenvolvimento Regional de Timbó, que saudou todos e agradeceu suas presenças, manifestando alegria em poder participar da primeira reunião do PPA junto com a Assembleia Legislativa naquele Município. Concluiu sua manifestação ressaltando a importância do Orçamento Regionalizado e de se criar a cultura da participação popular naquele tipo de evento. Agradeceu a participação das autoridades naquele momento e a presença das pessoas da comunidade, realçando a grandeza da colaboração de cada um. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, convidou para fazer uso da palavra o **professor Hermínio Kloch, magnífico Reitor da Uniasselvi**, que iniciou seu pronunciamento saudando todos. Manifestou-se envaidecido e honrado pelo fato de o espaço da instituição ter sido escolhido para o evento e disse que a Uniasselvi possuía mais de 109 mil alunos distribuídos em cursos a distância em 48 polos e 6 *campi* presenciais. Agradeceu aos Deputados Estaduais o apoio ao projeto do artigo 170 da educação a distância. Disse ainda que no Estado de Santa Catarina a Uniasselvi trabalhava em dezessete polos de apoio presencial, gerando assim uma inclusão no ensino superior. Informou que aquele trabalho era o resultado de uma ação judicial, acompanhada pelo Deputado Estadual Mario Marcondes na Assembleia Legislativa com o apoio dos demais Deputados Estaduais. Reiterou o agradecimento aos Deputados Estaduais e disse que Santa Catarina podia incluir 1.280 novos alunos em função da bolsa do artigo 170, ressaltando que a Uniasselvi estava de portas abertas para atender e ajudar a comunidade no que fosse preciso. Desejou um bom trabalho e agradeceu a todos. Ato contínuo, o **senhor Presidente** comunicou que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, fazendo uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, Diretor de Planejamento Orçamentário do Governo do Estado de Santa Catarina**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista que a SEF elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começara em 2012, e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda tinha realizado no mês de maio com as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc. analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Timbó. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil e pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da



Fazenda. (Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Timbó.) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Timbó:

1	Criação de programas de proteção das nascentes.
2	Implantação das redes de esgoto sanitário.
3	Construção, reformas e ampliação de escolas.
4	Continuidade do anel viário SC-477/SC-416, ligação entre municípios de Ascurra/Indaial com pavimentação asfáltica entre os bairros Estação (Ascurra), Waenow (Indaial) na região que abrange 35 SDR.
5	Implantação de sistema integrado de informação das entidades e prefeituras através do consórcio AMMVI.
6	Incentivar e divulgar pólo de tecnologia, ciência e inovação nas indústrias.
7	Construções e melhorias de quartelamento da PM e bombeiros.
8	Atendimento de alta e média complexidade na área da saúde.
9	Construir Base Aérea integrada entre Estado e Municípios.
10	Custeio para o Hospital Beatriz Ramos de Indaial.
11	Credenciamento dos leitos de saúde mental e outros na rede hospitalar da região.
12	Revisão dos valores repassados para a manutenção do SAMU, bem como análise e readequação de serviços prestados.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Timbó:

1	Continuidade do anel viário SC-477/SC-416, ligação entre municípios de Ascurra/Indaial com pavimentação asfáltica entre os bairros Estação (Ascurra), e Waenow (Indaial) na região que abrange 35 SDR.
2	Atendimento de alta e média complexidade na área da saúde.
3	Custeio para o Hospital Beatriz Ramos de Indaial.

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Timbó: como titular, o senhor Ditmar Krambeck; e, como suplente, a senhora Juliana Moser. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, que agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e, como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt] [Leitura final: Denise V. Silva]

**DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



19ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **IBIRAMA**

Data: 07/07/15

Horário: 14h30min – Terça-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua 11 de Março, 42- Centro
Ibirama

CONSELHEIROS:

Titular: *Lourival Lunelli-Prefeito Vitor Meireles*

Suplente: EGON GABRIEL JUNIOR- PREFEITO DONA EMMA

Total de participantes: 90





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - IBIRAMA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Reforma e ampliação do Hospital Dr. Valdomiro Colautti de Ibirama - SDR - Ibirama
2	Ligação asfáltica ao município de Jose Boiteux - SDR - Ibirama
3	Ligação asfáltica entre Presidente Nereu a Brusque, sentido Vidal Ramos - SDR - Ibirama
4	Ligação asfáltica entre Vitor Meireles e o entroncamento com a BR-116 em Monte Castelo - SDR - Ibirama
5	Construção, reforma e ampliação de escolas - SDR - Ibirama
6	Conclusão da reforma do Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora de Presidente Getúlio - SDR - Ibirama
7	Revitalização do trecho de acesso da SC-110 ao Município de Lontras - SDR - Ibirama
8	Conclusão da ligação asfáltica entre Presidente Getúlio e Rio do Sul, via Ribeirão Tucano - SDR - Ibirama
9	Recuperação da rodovia SC-340, em toda sua extensão - SDR - Ibirama
10	Qualificação Técnica para o agricultor dos municípios de abrangência da SDR - Ibirama
11	Revitalização do complexo desportivo municipal Alfred Dahm, localizado no município de Dona Emma - SDR - Ibirama
12	Construção de um novo Centro de Eventos municipal e pavilhão de gado leiteiro no município de Presidente Getulio - SDR - Ibirama

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - IBIRAMA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Reforma e ampliação do Hospital Dr. Valdomiro Colautti de Ibirama - SDR - Ibirama
2	Revitalização do trecho de acesso da SC-110 ao Município de Lontras - SDR - Ibirama
3	Ligação asfáltica entre Vitor Meireles e o entroncamento com a BR-116 em Monte Castelo - SDR - Ibirama



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: IBIRAMA

Municípios: Ibirama, Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	CLOVIS GRANTZ	Ibirama
02	Leonel Krawinkel	José Boiteux
03	NILTON PINTO	IBIRAMA
04	Nea ^o SAPOTA - deputado estadual	IBIRAMA
05	THATIANA CARLA STABRE KETZER	IBIRAMA
06	Rosemei T. O. Braate	Ibirama
07	Olíane Böeing	Fpolis
08	Dionísio Galdino da Sil	Dalbergia
09	KENNEDY Neres	ALESC
10	Valdemar Petri	SECRETÁRIO
11	Henrique Seelen	ALESC
12	ORLANDO PEREIRA	JORNAL VALE DO NORTE
13	INO LUIZ RIZZOLI	WITMARSUM
14	Pedro Nodolon	W
15	Ana Carolina Dieblich Demmeich	Witmarsum
16	Lyfand Debelin	Witmarsum
17	Romualdo Goulart	DIOZ/SEF/FPOLIS
18	José de Souza	Srs. Nereu
19	Proprietária Dona J. de Souza	P. Nereu
20	Volair de Souza	P. Nereu
21	Armando Maumdrain	P. Nereu
22	César L. B. de Melo	Ibirama
23	Fulipe 1 - enciclopédia dos países	Ibirama



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: IBIRAMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	ROVELINO FUCHT.	Apicumã
25	JEAN CARLOS RIZZIERI	DONA EMMA.
26	JEAN KUHLMANN	ALCZC.
27	Igomar Bied	Suã
28	GILBERTO TASSI	DONA EMMA
29	Egon Gabriel Junior	Dona Emma
30	EDNA GÖSSER	DONA EMMA
31	ALDO JOÃO DA SILVEIRA	IBIRAMA
32	Carlos A. Barth	IBIRAMA
33	Márcia Kayser	Ibirama
34	Dante Bonin SR	u u
35	Franco M. ZUHAN	Jose Boiteux
36	Francisco ASSISIANO LOHR	IBIRAMA
37	MARIDENE COMET KRAUSE	IBIRAMA
38	Antonio Cando	FIGETULIO
39	MARCELO NEHRING	IBIRAMA
40	José A. KRIEGER	IBIRAMA
41	Roberto Carlos Lepiani	Presidente Getúlio
42	Rosimeire Jacinto	Ibirama
43	Neusa Ana Angioletti	Apicumã
44	Isolana Wippel	Ibirama.
45	Mariméusa Schroeder	Cupiumã
46	GILBERTO CERVA	SEF/Epolis
47	FERNANDO STÄNDINGER	IBIRAMA
48	Arletina Bertello	Jose Boiteux



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: IBIRAMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Regiane M. Stollmeier	José Boiteux
50	Imperio Viegas	José Boiteux
51	Roberto Surani	Ibirama
52	Amin Frazee	P. Getúlio
53	Rodrigues Villas	Floianópolis
54	Belso Montagna	Presidente Getúlio
55	Antonio Eduardo	Ibirama
56	Procimo Luis	Ibirama
57	MARCELLO Ohmeyer	Ibirama
58	Alessio R. Donato	Vitor Meireles
59	João Anin	ALESC
60	Nikolai	ALESC
61	ACESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
62	FINA PAULA LIMA	
63	JUJO SCHNEIDER	
64	Adriano Pato	Ibirama
65	ISMAR SANTOS	misc
66	Nilo Pato	P. Getúlio
67	JUJO PRATZ	P. Getúlio
68	LEONIR KUNZLI	Ibirama
69	Paulo E. de Souza Neto	Ipatis
70	Juliane Faria Knapp Justim	Bio do Sel
71	AMARILDO JOSÉ PETER	IBIRAMA
72	Naldemar Schaefer	IBIRAMA
73	MARCELO ROSSATO	Flores



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: IBIRAMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Leirivah Lunelli	Vitor Meireles
75	Odilson Schaeferberger	Pres. Nereu
76	Valdir Petris	Pres. Nereu
77	Luiz Carlos	Vitor Meireles
78	Paulo Roberto	
79	José Luiz	
80	CELYSO FISTAROL	Vitor Meireles
81	Edson	Vitor Meireles
82	Martinho Luóbil	Beutias
83	Dirceu Jerônimo	Vitor Meireles
84	João B. Magalhães	Vitor Meireles
85	Marcelo Salvador	Vitor Meireles
86	Miguel dos Santos	Pres. Nereu
87	Antônio S. Romanel	Pres. Nereu
88	GILSON F. DA SILVA	Vitor Meireles
89	Maria Pauli (St. Amélie)	Presidente Getúlio
90	LENSIR ERTING	
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 19ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE IBIRAMA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA NO DIA 07 DE JULHO DE 2015, ÀS 14H30MIN

Aos sete dias do mês de julho de 2015, às 14h30min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Ibirama, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Ibirama e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a décima nona audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para compor à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão Saúde da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa; o senhor Nelson Virtuoso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama; o senhor Francisco Asbreno Lohn, Prefeito em Exercício de Ibirama; o Vereador Nilton José Pinto, de Ibirama, neste ato representando o Vereador Valmor dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Ibirama; o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual; o Deputado Estadual Nícolas Reis, membro da Comissão de Finanças e Tributação. Após o registro, convidou a fazer uso da palavra e conduzir os trabalhos o senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Prosseguindo, disse que aquela reunião seria dividida em duas etapas: a primeira seria a oitiva dos componentes da mesa e, a seguir, a parte técnica, de escolha das doze prioridades para o PPA e, dessas doze, as três prioridades para a LOA de 2016, sob o comando do senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual e com o apoio dos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. Indo além, explicou a importância daquele momento aos presentes, pois a decisão deles



valeria até o dia 31 de dezembro de 2019, e observou que se não estivesse no PPA não poderia entrar no Orçamento do Estado. A seguir, convidou a fazer parte da mesa o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa e registrou a presença das seguintes autoridades: senhor Egon Gabriel Júnior, Prefeito de Dona Emma; Vereador Revelino Fucht, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Apiuna; senhor Wigand Debatin, Vice-Prefeito de Witmarsum; senhor Lourival de Carvalho, Vice-Prefeito de José Boiteux; senhor Gilberto Tassi, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento de Dona Emma; senhor Filipe Ponchielli dos Reis, Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação de Ibirama; senhor José de Souza, Secretário Municipal de Agricultura de Presidente Nereu; senhor Valdemar Petri, Secretário Municipal de Educação de Presidente Nereu; senhor Pedro Modolon, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos de Witmarsum; senhor Roberto Ferrari, diretor do Hospital Dr. Waldomiro Colautti, de Ibirama; Vereadores Adriano Poffo, Clóvis Braatz, José Vanderlei da Silva, Valdemar Schaefer, Nilton José Pinto, Gilson Ferreira da Silva, de Ibirama; Vereadoras Iracema Duwe, Marilene Collet Krause, Maria da Graça de Souza Feijó, de Ibirama; Vereador Fernando Staudinger, de Ibirama, representando o Secretário de Estado da Defesa Civil Milton Hobus; Vereador Omério Vaz, de José Boiteux; Vereadora Natalina Bertelli, de José Boiteux; Vereador Osmir Frare, de Presidente Getúlio; Vereador Igomar Lieck, de Dona Emma; Vereador Jean Carlos Rizzieri, de Dona Emma; senhor César Augusto Barbosa, médico veterinário, representando o senhor Luiz Carlos Moreira da Maia, gerente da Cidasc de Blumenau; Subtenente BM Celso Montagna, Comandante do Corpo de Bombeiro Militar do Município de Presidente Getúlio; soldado BM Marcelo Nehring, representando o Comandante do Corpo de Bombeiro Militar de Ibirama, 3º Sargento Marcos Duarte da Silva; senhor Alessandro de Oliveira, Auditor Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de SC; senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Henrique Seccon, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Romildo Titon; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Ingo Braatz, Vice-Prefeito de Presidente Getúlio; senhora Juliane Garcia Knapik Justen, neste ato representando o senhor César Lodi, gerente da Epagri da Regional de Rio do Sul; senhor Lourival Lunelli, Prefeito de Vitor Meireles. A seguir desejou que todos fossem bem-vindos àquela Casa. Prosseguindo, informou que, após a escolha das prioridades para a região, deveriam indicar um conselheiro titular e um conselheiro suplente para que acompanhassem a execução das obras no Orçamento. Lembrou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional já havia feito uma reunião onde elegeram as doze prioridades para a região, mas quem iria ratificar ou retificar seriam os presentes. Contou que em Timbó, dois dos itens elencados foram retirados para acrescentar dois novos itens. Dando continuidade, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa, que cumprimentou nominalmente todos os componentes da mesa e os demais presentes. Após, agradeceu a presença dos servidores estaduais de Santa Catarina que juntamente com os Deputados tinham a responsabilidade de melhorar a vida do cidadão através das ações do governo. Disse que aquela audiência pública regionalizada tinha vários objetivos. Relatou que desde 2003, quando o senhor Luiz Henrique da Silveira, se instalou na condição de governador do Estado, eles eram partícipes daquele trabalho, na condição de Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional. Observou que atualmente o trabalho deles era Legislativo, preconizado na Constituição do Estado, através de uma Emenda do Ex-Deputado Carlito Merss que entendeu, com o apoio dos demais Deputados, que a Assembleia Legislativa deveria ir às regiões ouvir a sociedade em relação aos investimentos públicos para cada região. Indo além, explicou que estavam cumprindo um preceito constitucional que, devido a uma PEC aprovada pelos Deputados, a partir do próximo ano um percentual do Orçamento seria impositivo, ou seja, o governo seria obrigado a aplicar, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida do Estado nas prioridades elencadas em cada região. Disse ainda que, o percentual obrigatório de 1% para



investimento poderia gerar de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões por ano para o Governo aplicar nas ações que fossem sugeridas pelos presentes. A seguir, agradeceu a cedência do espaço da Câmara de Vereadores e justificou a ausência do Prefeito de Ibirama, por questão de saúde. Prosseguindo, disse que acreditava que os presentes iriam definir o que fosse melhor para a região de Ibirama, e, ao agradecer a presença dos colegas Deputados por estarem em sua cidade, disse que esperava contar com o voto deles nas questões da região de Ibirama. Encerrou desejando uma boa reunião a todos. Retomando a palavra, o senhor Presidente, registrou a presença da senhora Martina Zucatelli, Prefeita de Lontras; do senhor Antonio Francisco Comandoli, Prefeito de Presidente Nereu; do Vereador Jason Kiefer, Presidente da Câmara de Vereadores de Lontras; do Vereador Davi Fernandes, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Presidente Nereu; do Vereador Valdir Petris, de Presidente Nereu; do Vereador Moacir dos Santos, de Presidente Getúlio. A seguir, passou a palavra ao Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa, que saudou todos os presentes e de forma objetiva disse que era a terceira vez que participava de uma reunião que discutia as prioridades da região. Prosseguindo, disse que a Assembleia fazia aquele debate de fundamental importância há anos. Indo além, explicou que aquela discussão democratizava e aproximava a Assembleia da população. Contou que quando era Vice-Governador no Governo Luiz Henrique, e depois, Governador, eles procuravam atender justamente os pleitos elencados em cada região. Comentou que tudo aquilo ainda era novidade para ele que estava no começo da vida como Deputado Estadual. Disse que esperava que os pleitos de cada cidade, após passarem por uma seleção, fossem aquilo que iria realmente atender a cada Município. Finalizando disse que esperava que o governo do Estado desse prioridade às ações discutidas pela sociedade, e que os presentes podiam contar com o apoio dele na hora da votação do Orçamento. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, registrou a presença do Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. A seguir, concedeu a palavra à Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes dizendo que era uma honra estar novamente em Ibirama. Prosseguindo, observou que um quarto da Assembleia Legislativa estava presente naquela audiência pública para debater com a comunidade as ações para a região. Registrou que acreditava que uma das prioridades a ser elencada era a de colocar mais recursos para ampliação e manutenção do hospital de Ibirama. A seguir, explicou que o Orçamento Regionalizado nada mais era do que ouvir a comunidade, e, por isso, os Deputados estavam ali para ouvi-los e discutir com eles as demandas de Ibirama e dos Municípios que compunham a SDR daquela região. Lembrou que apesar de terem elencadas doze ações, não era impossível elencar alguma outra ação importante para a região. Disse que depois de muitos debates - o Orçamento Regionalizado já constava como prioridade da Assembleia Legislativa desde o ano de 1997 -, os Parlamentares preocupados devido ao fato de discutirem com a sociedade as prioridades e, às vezes, essas não serem reconhecidas pelo governo do Estado de Santa Catarina, no ano anterior, eles haviam aprovado uma PEC que determina que pelo menos 1% do Orçamento do Estado fosse impositivo. Afirmou que com isso eles haviam ganhado muito, porque o governo tinha que dar prioridade às ações que os presentes escolhessem. Ressaltou que as cidades da SDR careciam, em muito, de algumas ações do governo, tais como, saúde, segurança pública, educação, infraestrutura. Reiterou que eles estavam ali para ouvi-los sobre as demandas para aquela região e sobre as doze prioridades para o Plano Plurianual 2016/ 2019 e as três prioridades para a LOA, 2016. Desejou um excelente debate a todos e agradeceu a presença deles. Ato contínuo, o senhor Presidente Deputado Estadual Kennedy Nunes, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Jean Kuhlmann, que pediu permissão para, na pessoa do Deputado Kennedy e na pessoa do Deputado Aldo, anfitrião da audiência pública, cumprimentar todos os presentes. A seguir, parabenizou todos que estavam ali, e disse que era uma alegria ver aquela Casa cheia, pois aquele era um



momento importante em que eles iriam escolher o que era prioridade para a região. Ressaltou que os governos municipais, estaduais e a União estavam fazendo cortes nos seus orçamentos e eles ali tinham a prioridade de dizer ao governo o que a região queria que fosse executado de fato. Prosseguindo, frisou que mais importante do que colocar no papel era a execução das prioridades, e que aquela era a missão dos Deputados eleitos pela população para fazer aquele trabalho. Desse modo, aquele dia, era o início de uma etapa muito longa, quer pelas doze prioridades colocadas no PPA, bem como pelas três prioridades para a LOA, pois elas representavam o sonho de uma parcela da sociedade e cabia aos Deputados trabalharem para que se tornasse realidade. Ressaltou ainda que os Vereadores tinham o papel fundamental de cobrar dos Deputados e do governo do Estado a execução das ações. Encerrou desejando que Deus abençoasse a todos e reiterou que não ficassem apenas naquela reunião, pois o difícil era torna realidade o que era mais importante para melhorar a vida das pessoas. Em seguida, o senhor Presidente, passou a palavra ao Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os integrantes da mesa e os demais presentes. A seguir, reiterou o que havida dito na audiência em Blumenau sobre a importância do orçamento participativo, não só pela perspectiva pedagógica, mas principalmente pelo papel fiscalizador de dimensionar a saúde do erário público. Indo além, disse que a importância do Orçamento Regionalizado estava em interiorizar os recursos do Orçamento do Estado, fazendo com que o Governo esteja presentes desde o extremo oeste até o extremo sul do Estado, pulverizando seus recursos e promovendo a equidade social. Observou que era por tudo aquilo que os Deputados se entusiasmavam com o projeto do Orçamento Estadual Regionalizado, principalmente a partir do ano seguinte, quando o Orçamento passaria a ser impositivo, quando de fato o governo deveria cumprir aquilo que ali fosse aprovado e ratificado pelos Deputados na Assembleia. Encerrou desejando um bom trabalho a todos. Ato contínuo, fez uso da palavra o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes que estavam ali prestigiando aquele ato importante da Assembleia Legislativa de ir a Ibirama para ouvir as reivindicações da região. Observou que era importante que as prioridades da região estivessem contidas no PPA e na LOA para que os Deputados pudessem cobrar do Executivo a execução das prioridades elencadas pela população. Desse modo, ressaltou que o auditório estava cheio e que aquilo demonstrava o comprometimento da comunidade na luta por melhorias para a região. Reiterou a importância daquele momento, sendo que praticamente um quarto dos Deputados do Legislativo estadual estava ali para respaldar o que fosse decidido pela comunidade. A seguir, o senhor Presidente, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os presentes. A seguir, aproveitou a oportunidade para convidar a todos para a 6ª Expoagro 2015, que aconteceria no final de semana em Ibirama. Prosseguindo, disse que era um prazer estar ali para colaborar na definição das prioridades regionais, compromisso assumido pela Assembleia Legislativa ao criar aquele instrumento de participação da sociedade no rumo das obras que o governo deveria executar. Registrou que estavam fazendo aquelas audiências em todas as regiões do Estado com o compromisso de, quando chegar o Orçamento do Estado na Assembleia Legislativa, se alguma das obras escolhidas ali como prioridade não estiver contemplada no Orçamento, incluí-la, através da Comissão de Finanças e Tributação, por emenda do Relator do Orçamento. Afirmou que aquela era a contribuição que os Deputados, independentemente de qual bancada representassem, tinham assumido e, por isso, a presença maciça deles nas audiências públicas. Agradeceu a oportunidade e desejou um bom trabalho a todos com a definição de boas obras para a região. A seguir, fez uso da palavra o Deputado Estadual Níkolás Reis, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Contou que estava ocupando uma cadeira na Assembleia Legislativa, por 60 dias, que pertencia ao Deputado Estadual Rodrigo Minotto, do



PDT, e colocou a bancada do PDT à disposição dos presentes. Ressaltou a importância do Orçamento Regionalizado e disse que a Assembleia Legislativa havia dado um passo importante ao consignar, na Constituição do Estado de Santa Catarina, que um percentual do Orçamento do Estado fosse impositivo, e observou que a Emenda Constitucional carecia de regulamentação. Frisou que, o que fosse consignado ali para o PPA e para a LOA, os Deputados iriam cobrar a sua execução do governo do Estado. Encerrou dizendo que era um prazer enorme estar ali e agradeceu a oportunidade. Dando continuidade, o senhor Presidente, passou a palavra ao Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, agradeceu a Deus por estarem reunidos naquele momento especial para discutir as prioridades da região. Prosseguindo, disse que a Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional haviam escolhido muitas prioridades para a região e o Orçamento Regionalizado dava o direito da comunidade regional escolher as prioridades para o PPA e a LOA de 2016. Indo além, observou que, das obras elencadas anteriormente, o índice de execução delas era de 60%. Prosseguindo, disse que havia um descrédito generalizado da classe política devido às promessas que não eram cumpridas. Disse que em Santa Catarina se fazia uma política do bem com razoabilidade e que pensava no bem do cidadão, e eles tinham que resgatar a credibilidade da classe política que era um problema em todos os níveis. Encerrou desejando um bom dia e agradeceu a oportunidade. Dando seguimento, fez uso da palavra o senhor Nelson Virtuoso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama, que após os cumprimentos de praxe, agradeceu a presença de todas as autoridades; e agradeceu a todos os gerentes da SDR que contribuíram no levantamento das prioridades dos nove Municípios que compunham a SDR de Ibirama, nos encontros com as autoridades e a comunidade regional. Prosseguindo, relatou que tiveram dois encontros nos quais elencaram 87 prioridades e, dessas, foram tiradas doze prioridades a serem incluídas no PPA de suma importância para o desenvolvimento da região. A seguir, disse que esperava contar com o apoio de cada uma das autoridades que estavam ali, na escolha e na execução das doze prioridades elencadas para o PPA da regional de Ibirama. A seguir, o senhor Presidente, concedeu a palavra ao senhor Francisco Asbreno Lohn, Prefeito em Exercício de Ibirama, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes que prestigiavam aquele momento importante para a região. Registrou que a cidade de Ibirama se sentia honrada em receber, naquele dia, um número tão grande de pessoas e um número expressivo de Deputados. A seguir, parabenizou a Assembleia Legislativa por aquele projeto importante que aproximava os Poderes das comunidades e das bases. Indo além, disse que era o momento deles apresentarem as suas reivindicações para que pudessem ter mais consistência na luta pela execução dos projetos relevantes para a região. Reiterou que Ibirama acolhia a todos de braços abertos e que retornassem sempre que quisessem. Informou ainda que ele estava à frente do Executivo Municipal, substituindo o Prefeito Osvaldo Tadeu Beltramini, por motivo de saúde, conduzindo as ações que precisavam serem desenvolvidas. Finalizou desejando uma tarde produtiva de trabalho. Na sequência, o senhor Presidente, concedeu a palavra ao Vereador Nilton José Pinto, de Ibirama, representando o Vereador Valmor dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Ibirama, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, disse que era uma alegria para eles terem dez Deputados na Câmara de Vereadores do Município de Ibirama, porque era a oportunidade deles apresentarem as reivindicações para a região. Ressaltou que governo do Estado, através da Assembleia Legislativa, estava na cidade de Ibirama colhendo o que a região precisava para ser incluído no Plano Plurianual. Desejou boas-vindas à Casa e se colocou à disposição de todos. Assim sendo, o senhor Presidente desfez a mesa dos trabalhos e concedeu a palavra ao senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela



etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, e que depois se reuniram em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão. A seguir, disse que o Estado de Santa Catarina estava vivendo um momento importante determinado pela Constituição Federal, que estabelecia que a cada quatro anos o governo do Estado encaminhasse à Assembleia Legislativa um projeto de lei contendo as ações que seriam executadas pelo PPA, as quais iriam vigorar de 2016 a 2019. Destacou que no projeto deveriam constar as grandes propostas do Governador e informou que a Constituição determinava que aquele planejamento fosse feito com a participação popular. Diante do exposto, disse que o governo do Estado, através das estruturas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, havia realizado no mês de maio um seminário na região e lá foram levantados os grandes problemas da região que deveriam ser enfrentados com o auxílio do governo do Estado. Assim sendo, dentre essas diversas demandas, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional chegou a um consenso que todas as doze demandas incluídas no PPA eram de suma importância e deveriam ser realizadas nos próximos quatro anos com o auxílio da Assembleia Legislativa. Desse modo, a partir do momento em que o governo do Estado as incluísse no Plano Plurianual, teriam a oportunidade de acompanhá-las mais de perto. Referindo-se a respeito das demandas ainda não serem impositivas, afirmou que o governo do Estado estava fazendo um grande esforço em atendê-las, até por que reconhecia a importância da participação popular. Disse ainda que, previamente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional havia consultado a população de Ibirama sobre as demandas da região, sendo que no dia em curso estavam ali para enumerá-las e colocá-las à apreciação de todos. Agradeceu a participação da SDR naquele processo de escolha e informou que eles haviam fornecido a metodologia que foi aplicada pela SDR. A seguir, agradeceu também aos técnicos da Epagri que haviam auxiliado naquele processo de análise dos grandes problemas da região e disse que as doze demandas elencadas pelos presentes seriam incluídas no Plano Plurianual e, dessas, três seriam incluídas no Orçamento de 2016. Encerrou desejando que voltassem dali a quatro anos com a notícia de que um grande número de ações foi executado. Retomando a palavra, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Ibirama.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia) retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Ibirama para o PPA 2016/2019:

1	Reforma e ampliação do Hospital Dr. Valdomiro Colautti de Ibirama – SDR de Ibirama
2	Ligação asfáltica ao Município de José Boiteux – SDR de Ibirama
3	Ligação asfáltica entre Presidente Nereu a Brusque, sentido Vidal Ramos – SDR de Ibirama
4	Ligação asfáltica entre Vitor Meireles e o entroncamento com a BR-116 – em Monte Castelo - SDR de Ibirama
5	Construção, reforma e ampliação de escolas – SDR de Ibirama
6	Conclusão da reforma do Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora de Presidente Getúlio – SDR de Ibirama
7	Revitalização do trecho de acesso da SC-110 ao Município de Lontras – SDR



	de Ibirama
8	Conclusão da ligação asfáltica entre Presidente Getúlio e Rio do Sul, via Ribeirão Tucano – SDR de Ibirama
9	Recuperação da rodovia SC-340, em toda sua extensão – SDR de Ibirama
10	Qualificação técnica para o agricultor dos Municípios de abrangência da SDR – Ibirama
11	Revitalização do complexo desportivo municipal Alfred Dahm, localizado no Município de Dona Emma - SDR de Ibirama
12	Construção de um novo Centro de Eventos municipal e pavilhão de gado leiteiro no Município de Presidente Getúlio – SDR de Ibirama

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Ibirama para a LOA 2016:

1	Reforma e ampliação do Hospital Dr. Valdomiro Colautti de Ibirama – SDR de Ibirama
2	Revitalização do trecho de acesso da SC-110 ao Município de Lontras – SDR de Ibirama
3	Ligação asfáltica entre Vitor Meireles e o entroncamento com a BR-116 – em Monte Castelo - SDR de Ibirama

Ato contínuo, anunciou os conselheiros escolhidos para Ibirama: como titular, o senhor Lourival Lunelli; e como suplente, o senhor Egon Gabriel Júnior. Após o registro das prioridades elencadas, passou a palavra ao Deputado Estadual Kennedy Nunes para que procedesse ao encerramento da audiência. O senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, agradeceu a forma cooperativa e democrática da participação de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.*] [*Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt*]

DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



20ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **ITUPORANGA**

Data: 07/07/15

Horário: 18h30min – Terça-Feira

Audiência Pública.: **Auditório da E.E.B. Aleixo Dellagiustina**
Rua 24 de setembro, 388
Ituporanga

CONSELHEIROS:

Titular Joel Longen- Prefeito Petrolândia

Suplente: José Gervasio Thol- Vereador-Ituporanga

Total de participantes: 167





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ITUPORANGA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Apoio as associações de agricultores, cooperativas e agroindústrias no âmbito da SDR de Ituporanga, através de estudos da viabilidade econômica de novas e das já existentes e o fortalecimento dos programas governamentais.
2	Construção de CRAS na SDR- Ituporanga.
3	Construção da E.E.B Cacilda Guimarães – Município de Vidal Ramos.
4	Reforma, ampliação, manutenção e aquisição moveis e equipamentos pedagógicos para escolas da rede estadual de ensino SDR-Ituporanga.
5	Apoio ao custeio dos sobre avisos do Hospital Bom Jesus de Ituporanga nas especialidades, pronto atendimento e UTI.
6	Apoio aos municípios para manutenção, revitalização e aquisição de equipamentos para Rodovias Municipais e Estaduais (urbanas e rurais) - SDR –Ituporanga.
7	Recuperação da SC-350 (Trecho Alfredo Wagner - Ituporanga), até o município de Rio do Sul.
8	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Chapadão do Lageado a BR-282 (via Ranchinho).
9	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Ituporanga e Atalanta.
10	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Petrolândia e a Rodovia BR-282.
11	Construção, implantação do Presídio Regional, do IGP - Instituto Geral de Perícia e do IML - Instituto Médico Legal, SDR Ituporanga.
12	Asfaltamento trecho Vidal Ramos a Botuverá

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ITUPORANGA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Apoio ao custeio dos sobre avisos do Hospital Bom Jesus de Ituporanga nas especialidades, pronto atendimento e UTI.
2	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Petrolândia e a Rodovia BR-282
3	Asfaltamento trecho Vidal Ramos a Botuverá



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Municípios: Ituporanga, Alfredo Wagner, Aurora, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Luís Cesar	Petrolândia
02	Romualdo Goulart	Dior/SEF/EPOLIS
03	Françisco Lourenço	Chapadão do Lageado
04	GILBERTO CERUTI	SEF/EPOLIS
05	Neodº SARETTA -	deputado estadual
06	Eliane Böing	Epolis
07	Selma Rosch	Aurora
08	José Braulio Sniaco	Chapadão Lageado
09	CASAR A. LOBI	EPAGM - Rio de Sul
10	Artur Rogério Thiesen	Professor
11	Sandra R. S. Thiesen	Orient. Educacional
12	maria Dimes	Ituporanga
13	VALMIR ROSA CORRÊA	- II -
14	MAZOR Jorc Schmitz	V. Ramos
15	SEBASTIÃO ROSA	ITUPORANGA
16	Lenir Schmitz Böing	Vidal Ramos
17	Denise Koerich Schmitz	Vidal Ramos
18	Ismael Schvolf	Imbuia
19	ALEXANDRE SCHAFFER	ITUPORANGA
20	Isabel Cristina Grahl	Ituporanga
21	Helena M. S. Selhaust	Aurora
22	Edmundo Deschamps	Aurora
23	Aranyto Sarda F.º	Petrolândia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Maurício Eskudark	DEPUTADO
25	Jean Kuhlmann	ALC-SC
26	Sandra Regina Dutra Monteiro	Petrolândia
27	Luciana Ab. B. Illesheim	Petrolândia
28	Luzia Loopes	Petrolândia
29	Eliana B. Kempner	Vidal Ramos
30	Roberto Charru	Ituporanga
31	James Klauber	Petrolândia
32	Rita Montini Port	Ituporanga
33	Almir Jordan	Ituporanga
34	Nara R. Zimmermann	Ituporanga
35	Marclo Clasen	Ituporanga
36	Caio de S. Mariani	Ituporanga
37	Jalmar Priese	Ituporanga
38	Idair Venâncio	Vidal Ramos
39	Vandaleia S. Ferrin	Imbuiz
40	Adelmo Pezar Ant. Fro	Ituporanga
41	Marie Estelina Santelmo	Ituporanga
42	Mãe Paula Pereira	Ituporanga
43	Sandra Ap. da Silva Kimb	Vidal Ramos
44	Carla S. de Cruz	Vidal Ramos
45	Rogério de S. A.	Ituporanga
46	ERIO JUNQUEIRO	Ituporanga
47	Arnaldo Thomaz	Ituporanga
48	Lenilda M. Xavier	Ituporanga



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Patrícia Dias Tabarelli	Vidal Ramos
50	Valquíria Xavier	Vidal Ramos
51	Jyngia D. Böing	Vidal Ramos
52	Luiz Henrique Duarte	Vidal Ramos
53	Guisele Backes Burg	Vidal Ramos
54	Daniela Rafaeli Cruz	Ituporanga
55	Lauriana Potholz	Ituporanga
56	Viviane Rosa Bennett	Ituporanga
57	Robi Martandei	Ituporanga
58	ADILSON TURVES	Ituporanga
59	Deonimar Klauz	Petrolândia
60	Wanda B. Baum	Vidal Ramos
61	Wagner Wull	Vidal Ramos
62	Patrícia James Weber	Petrolândia
63	Guionan S. Weber	Petrolândia
64	NERI FERMINO	IMBUÍ
65	Rose Guertelbold	Vidal Ramos
66	Cil Hoag	Vidal Ramos
67	Yara Hillenheim	Ituporanga
68	Dulma Roling	Ituporanga
69	Les J. Weber	Petrolândia
70	GERVASIO MACIEL	Ituporanga
71	RILARDO HEIN	SDR
72	Marcos Madaleno	CID. V. G. G. G.
73	Daniel M. Klupp	SDR 13 Itup.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Denise Steni	Ituporanga
75	Viviana Imaz	Ituporanga
76	Rony Klau Sant'Ana	Ituporanga
77	Vilmar da Silva	Petrolândia
78	Edmar da Silveira	Petrolândia
79	Edilson Marchade	Petrolândia
80	Joel Weyer	Petrolândia
81	José Volu Costa	Petrolândia
82	Diomir Alberto	Petrolândia
83	SÁBADO HORNIMANN (Hosiane Am. Jorus)	Ituporanga
84	Rosemeri Schmidt Schmitt	Petrolândia
85	Vera Lúcia Defora	Petrolândia
86	marlene Jaques Souza.	Vidal Ramos
87	Marie do Carmo de Souza	Petrolândia
88	Marcia Jaciel	chop. Lagoado
89	Raul Jesser	SDR Itup.
90	Cassiane Laurindo Garcia	SDR Ituporanga
91	Wlneide T. da Cunha Campos	A. Wagner.
92	Davio Souza	Petrolândia
93	Zaléria J. da Conceição	Ituporanga
94	PEDRO JAIME DOS SANTOS	A. WAGNER
95	Vando Leon Rossi	A. Wagner
96	Ulisses G. de Melo	Ituporanga
97	Vanessa Klumpp	Ituporanga
98	BRUNA LETÍCIA LONGEN	ITUPORANGA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Elly Roberto Curad	PEROZÂNDIA
100	Dr. Carlos de Jesus	Ituporanga
101	JOVENTINO P. ALVES	ATOLANDA
102	ADRI LUIZ DE SILVA	ITUPORANGA
103	Leandro Senhuk	Ituporanga
104	Paul Renato Mello	Ituporanga
105	Randerson Moura	Ituporanga
106	JOÃO SERGIO	Ituporanga
107	Juliano K. Pereira	Itup.
108	Maria Eduarda	maria e
109	WALTON SILVA	Ituporanga
110	BRUNO SCHNEIDER	ITUPORANGA
111	Georg	ITUPORANGA
112	Flávia de Souza	Ituporanga
113	Rafaela Weber	Ituporanga
114	Wesley Welho	Ituporanga
115	Rafael Felipe Haas Slonczewski	Ituporanga
116	Bruna Alves	"
117	Christiane Krueger	Ituporanga
118	Amagranis Santos Souza	"
119	Caroline Westphal	Ituporanga
120	Marcus / Bronze	"
121	Vilmar J. Velho	Ituporanga
122	Kenneth C. de Oliveira	" "
123	Pedro Haas Zanotto	" "



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
124	Carlo da Cruz	Ituporanga
125	Pelágia Krumm	Ituporanga
126	Sílvia R. S. Martins	Ituporanga
127	Jerônimo Tral	Ituporanga
128	John Elze	Petrolândia
129	Carlos Maurício Demarchi	Atalanta - SC
130	Tarciso E. HILLESIM	absente
131	In. Adeli Stupp	Ituporanga
132	Silvia Alice Schmidt	Petrolândia
133	Ana Carolina C. Caputran	Opus Petrolândia
134	Luana Efler	Vidal Ramos.
135	José Carlos Avelino	Vidal Ramos
136	MARCO HOFFMANN	Moreilândia
137	Vilmar de Souza	Petrolândia
138	Bruno R. Domingos	PETROLÂNDIA
139	Ataide Ambrósio	Petrolândia
140	FABRÍCIO LUCIANO CONCHOW-CIDASC	ITUPORANGA.
141	Bianca Caroline Stein	Ituporanga
142	Jurelia Aparecida Costa	Ituporanga
143	Jaci Demétrio Corrêa	Chap. Jaguado
144	Paulo Cordeiro	Chap. Jaguado
145	Antenor Schmitt	Petrolândia.
146	Polliana Müller Giacomini	Ituporanga
147	Tiago B. P. da	Ituporanga
148	maria nazare maggini	Alfredo Wagner



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ITUPORANGA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
149	Maizara C. dos Santos	Petrolândia
150	Essa Padilha	Petrolândia
151	Aguiar Boery Espino	S. Romel
152	Morim do Azevedo	Petrolândia
153	Denise Luiz Moreira	Petrolândia
154	Swam Petry	Ituporanga
155	Dionathom Bisewicz	Ituporanga
156	Luiz Henrique Storz	Ituporanga
157	Alexandre Marcos Heirich	Ituporanga
158	Moacir Rodrigo de Nascimento	Ituporanga
159	Ona M ^a de Andrade Kreusch	Imbuia
160	William Braian Gung	
161	RAMIRO FERNANDES	
162	Fraz Eges	Ituporanga
163	Márcia Cavallari	Santa Catarina
164	Nilson Rogério Costa	Ituporanga
165	Djice Heiderschmidt	Rathocá - Dep. Estadual
166	Arno A. Zimmermann	ITUPORANGA - SC - PREFEITO
167	Clayson	ITUPORANGA - SDR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 20ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE ITUPORANGA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
ITUPORANGA NO DIA 07 DE JULHO DE 2015, ÀS 18H30MIN**

Aos sete dias do mês de julho de 2015, às 18h30min, no auditório da Escola Estadual Básica Aleixo Dellagiustina, em Ituporanga, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Ituporanga e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades de cada Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Aquicultura e Pesca da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Jean Kuhlmann; o senhor Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente da Comissão de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa; o senhor Elias Souza, Secretário Regional de Ituporanga; a senhora Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa; o senhor Arno Alex Zimmermann Filho, Prefeito de Ituporanga; o senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário do governo do Estado, representando a Secretaria de Estado da Fazenda; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Ato contínuo, convidou o senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Disse da satisfação de a Comissão de Finanças realizar aquela que era a vigésima audiência pública do Orçamento, na qual seriam tomadas decisões importantes para o Plano Plurianual, que valeria de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de



2019, especificamente doze prioridades para o PPA, dentre as quais três prioridades para o Orçamento de 2016. Diante da importância da reunião, pediu a Deus que concedesse sabedoria à comunidade para elencar ações que visassem o melhor para a Regional. Informou que estava representando o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, e registrou a presença do senhor Irone Duarte, Vice-Prefeito de Petrolândia; do senhor Joel Logen, Prefeito de Petrolândia; do Vereador Nelson Schiestl de Petrolândia; do Vereador Rogério Domingues, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Petrolândia; da Vereadora Ires Schmitz Weber, Presidente da Câmara de Vereadores de Petrolândia; da senhora Adriana Barni Boing, Secretária Municipal de Saúde de Vidal Ramos; do senhor Tarcísio Edegar Hillesheim, Prefeito em exercício de Atalanta; do pastor Vilmar da Silva, presidente da Assembleia de Deus de Petrolândia; do senhor Naudir Antônio Schmitz, Prefeito de Alfredo Wagner; do senhor Lourimar Klauberg, Secretário de Transportes e Obras do Município de Petrolândia; do senhor Laercio da Cruz, Prefeito de Vidal Ramos; do Vereador Ismael Scheidt, Presidente da Câmara de Vereadores de Imbuia; do senhor João Schwambach, Vice-Prefeito de Imbuia; do senhor Cesar Augusto Lodi, gerente da Epagri de Rio do Sul; do senhor Lídio Cembranel, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; do senhor José Braulio Inácio, Prefeito de Chapadão do Lageado; do senhor Nabor José Schmitz, assessor parlamentar, representando o Secretário de Estado de Defesa Civil, Milton Hobus; do senhor Arnito Sardá Filho, Secretário de Administração do Município de Petrolândia; do senhor Marcelo Clasen, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ituporanga; do senhor Sebastião Rosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga; do senhor Nilvo Kuster, assessor parlamentar, representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima; da senhora Guisela Backes Burg, Secretária de Educação e Cultura do Município de Vidal Ramos; do senhor Almir Schafer, Secretário de Infraestrutura do Município de Ituporanga; do Vereador Juarez Kuhnen, de Vidal Ramos; da senhora Camila Boing Barni, Secretária de Turismo e Meio Ambiente do Município de Vidal Ramos; do senhor Fabrício Luciano Conchon, fiscal estadual agropecuário da Cidasc de Rio do Sul, representando o senhor Raul Imhof Junior, gerente regional da Cidasc de Rio do Sul; do senhor Alcide Amarante, Secretário de Agricultura do Município de Petrolândia; do senhor José Gervásio Tholl, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga; e da Tenente Polliana Müller Giacomini, Comandante do Corpo de Bombeiros do Município de Ituporanga. Avisou que a audiência teria um primeiro momento de saudação inicial das autoridades e um segundo momento de escolha das prioridades, coordenada pela equipe técnica da Alesc e da Secretaria da Fazenda, externando que conseguia ver, através daquela reunião, a criação da cultura de cidadania entre comunidade e Parlamentares na construção do Orçamento estadual, que anteriormente era feito somente por técnicos. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que iria se ater a dois vetores. Sobre o primeiro vetor, relatou que as Secretarias de Desenvolvimento Regional começaram a ter a prática de reunir a comunidade regional para discutir os seus pleitos e o que mais afligia o desenvolvimento das regiões após o advento da descentralização em 2003, e que passou a testemunhar, como secretário que era na época, a importância da participação popular e a efetiva concretização das demandas através do Orçamento Regionalizado. Salientou que o Orçamento, na época feito pelas SDRs e a comunidade civil organizada, atendia o preceito constitucional através de uma emenda à Constituição estadual de autoria do então Deputado Carlito Merss, que obrigava a Assembleia Legislativa a ir até as bases para ouvir a comunidade e inserir no Orçamento os pedidos por ela feitos. Sobre o segundo vetor, contou que em 2015 a Assembleia Legislativa, por unanimidade de votos, aprovou uma emenda impositiva que fazia com que o Governador investisse 1% da Receita Corrente Líquida do Estado arrecadada, algo em torno de R\$ 180 milhões por ano, nas 36 SDRs. Dito isso, afirmou que até aquela data a Assembleia ia até as regiões, ouvia as pessoas,



mas que somente após a regulamentação da PEC, provavelmente no próximo ano, era que todos veriam o fruto efetivo das obras elencadas pela região. Ainda disse que muito trabalho precisaria ser feito, principalmente com as demandas anteriormente elencadas e que não tinham sido contempladas, e que não poderiam deixar de reconhecer o avanço que ocorreu em todas as áreas na Regional de Ituporanga, como no segmento empresarial, na pavimentação asfáltica, na educação, na saúde. Finalizando, agradeceu a presença de todos e colocou seu gabinete à disposição para ser um dos porta-vozes dos interesses da Regional junto ao governo estadual e federal. Retomando a palavra o **senhor Presidente** registrou a presença da senhora Rosemere Scheidt Schmitt, Secretária de Educação e Cultura do Município de Petrolândia, e passou a palavra à **Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse da satisfação de estar na sua terra natal para discutir as demandas da região. Salientou que sua ida àquela reunião era no sentido de fortalecer o elo entre as demandas da comunidade e as demandas do governo estadual e do governo federal para estabelecer melhorias para os Municípios pertencentes à Regional. Reforçou que lá estava para somar esforços no sentido de lutar para a execução das prioridades e, encerrando, deixou um abraço a todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Em seguida, o **Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc**, saudou os presentes e disse que o papel aceitava tudo e que lá estavam para discutir e colocar no papel aquilo que a região entendia como prioridade, mas que o grande desafio era transformar esse papel em realidade, ou seja, era transformar as doze prioridades que seriam elencadas para o PPA e as três para o Orçamento de 2016 em realidade. Afirmou que os Deputados teriam, a partir das audiências do Orçamento, uma pauta para trabalhar junto ao governo do Estado e que iriam cobrá-lo constantemente. Parabenizou os que lá estavam porque construiriam o documento a ser encaminhado ao governo estadual, assim como os que continuariam trabalhando para tornar realidade as demandas elencadas no documento, no papel, destacando que somente se conseguiria melhorar a vida das pessoas ao fazer com que o governo investisse nas regiões, permitindo que elas se desenvolvessem com qualidade de vida para os munícipes. Terminando, pediu a Deus que abençoasse os presentes, desejou um bom trabalho e que todos pudessem ver no futuro as demandas elencadas no papel transformadas em realidade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença da senhora Valneide T. Cunha Campos, Secretária de Educação do Município de Alfredo Wagner; do senhor Paulo Cesar Rossi, Secretário de Agricultura do Município de Alfredo Wagner; e do senhor Ulisses Guimarães de Melo, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Ituporanga, e passou a palavra ao **Deputado Estadual Ismael dos Santos, Presidente da Comissão de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e parabenizou o Deputado Kennedy pela condução dos trabalhos. Contou que em 2002 tinha participado pela primeira vez, como Deputado suplente, de uma reunião do Orçamento Regionalizado, analisando que tinham evoluído muito de 2002 até aquele momento. Fazendo menção às palavras do Deputado Aldo Schneider, concordou com as colocações do Parlamentar, sobretudo no que se referia à proposta do Orçamento impositivo. Disse que aquelas reuniões eram importantes sob dois aspectos: o primeiro, porque via a reunião do Orçamento como uma ferramenta pedagógica, didática que ensinava ao cidadão comum como funcionava a máquina estatal, ressaltando que aquela era a proposta do OER, ou seja, imergir no mundo do governo e influenciar nas suas decisões; e o segundo, porque a considerava uma ferramenta de fiscalização que auxiliava a medir a saúde do erário público. Após aquelas palavras, destacou a importância do OER e o entusiasmo por participar daquela reunião e complementou que o Orçamento era a forma mais pragmática de aproximação da democracia representativa, através do Parlamento, da democracia direta, através do cidadão que opinava e fazia valer de fato as demandas da sua região. Concluindo, assim como fizera o Deputado Jean, desejou que as prioridades elencadas pela Regional de fato saíssem do papel e se tornassem realidade e desejou boa-noite e bom trabalho a todos. Retomando a palavra,



o **senhor Presidente** convidou para tomar assento à mesa de autoridades a Vereadora Ires Schmitz Weber, Presidente da Câmara de Vereadores de Petrolândia, para representar os Parlamentares municipais presentes na audiência, assim como todas as mulheres que lá estavam em grande número. Após, registrou a presença do pastor Adão Luiz da Silva, da Assembleia de Deus de Ituporanga; do senhor Joventino Camargo, presidente da Assembleia de Deus de Atalanta; e do senhor Márcio Maciel, Secretário de Administração e Planejamento do Município de Chapadão do Lageado. Dando continuidade, passou a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Aquicultura e Pesca da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e homenageou o ex-Deputado Gervásio Maciel, relatando que estavam juntos na Mesa Diretora quando da institucionalização do Orçamento Regionalizado. Disse da importância daquele momento no qual os munícipes teriam a oportunidade de trazer os projetos prioritários para a região, afirmando que posteriormente seriam assumidos como responsabilidade pela Assembleia Legislativa para garantir que fossem inseridos no Orçamento do Estado. Sinalizou como primeiro passo de execução de uma obra o fato de ela estar consignada no Orçamento e no PPA, e reforçou que a Assembleia estaria vigilante quanto à inclusão das prioridades no Orçamento pelo Estado, frisando que aquele era um compromisso da Assembleia. Encerrando, desejou bom trabalho a todos e que de fato fossem elencadas as ações realmente essenciais para a região. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença dos alunos do 3º ano da Escola de Educação Básica Aleixo Dellagiustina, agradecendo e ressaltando a importância dos jovens naquele momento de definição do Orçamento. Prosseguindo, passou a palavra ao **Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e agradeceu a Deus por aquele momento especial. Citou a inauguração de uma escola agrícola no oeste catarinense da qual tinha participado que contou com a presença massiva dos jovens daquela região. E contou que ao proferir àqueles estudantes as palavras de que de lá sairiam os mais diversos profissionais, entre eles políticos, foi surpreendido pela desaprovação dos jovens frente à classe política. Fez aquela citação para descrever que a classe política estava passando pelo grave problema de moralização no Brasil e para enfatizar que os políticos tinham a grande responsabilidade de inverter tal quadro. Dito isso, observou que, enquanto o Brasil crescia desenfreadamente, a corrupção parecia natural, sendo que a Lei de Licitação tinha sido criada para controlar a corrupção e, quando não podia controlar o agente público, as próprias empreiteiras acertavam quem ganhava qual licitação, pois o Estado catarinense era diferente em tudo. Explicando, disse que a média de vida do Estado era de 78,1 anos, a mais alta do país, e que os políticos catarinenses circulavam pelo Estado com o objetivo de atender todo o Estado e agiam com consciência e com responsabilidade. E destacou que, mesmo os Parlamentares catarinenses agindo com essa responsabilidade, a sociedade não os tinha como responsáveis porque não via as prioridades elencadas nos anos anteriores efetivadas, motivo pelo qual enalteceu que precisavam resgatar a credibilidade. Novamente disse que Santa Catarina era um Estado diferenciado, que tinham a enorme responsabilidade de fazer um orçamento realista, com obras que pudessem realmente acontecer. Quanto ao Orçamento Regionalizado, disse que tinham um trunfo: quase 70% das obras estavam sendo efetivamente realizadas. Parabenizou todos pela expressiva e representativa reunião, torceu para que decidissem pelo melhor para o Estado, deixou um abraço a todos, desejou bom trabalho a todos, pediu a Deus que os abençoassem e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. Após, fez uso da palavra o **senhor Arno Alex Zimmermann Filho, Prefeito de Ituporanga**, representando os demais Prefeitos presentes, que saudou os presentes e disse que torcia para que saíssem daquela reunião fortalecidos pelo crescimento da região do Alto Vale. Contou que no ano anterior tinha percorrido o oeste e o sul do Estado catarinense e que tinha percebido que o Estado estava mais presente, em termos de obras e ações, naquelas duas regiões e que o Alto Vale estava perdendo para as outras regiões em termo de atenção por parte do governo do Estado. Disse que a região, que era a área central do



Estado, estava carente de investimentos governamentais e salientou que as treze prioridades elencadas nas reuniões anteriores eram deveras necessárias para que Alto Vale conquistasse um lugar de destaque no cenário catarinense, porque era na Regional de Ituporanga que estava localizada o exemplo de agricultura familiar para Santa Catarina. Frisou que a região, os sete Municípios que compreendiam aquela SDR, era a Capital Nacional da Cebola, e lastimou que a região estava em detrimento perante as outras regiões. Mencionou a fala do Deputado Aldo, quando esse falou do percentual de 1% do orçamento impositivo, calculando que 1% daria 6 milhões, quatrocentos e cinquenta para cada SDR. Dito isso, enfatizou que queriam mais, que precisavam de mais; que os Municípios brasileiros passavam por uma crise nunca antes vivida no cenário brasileiro; que eram nos Municípios que os problemas e as riquezas eram gerados, e que os Prefeitos e os Vereadores, que estavam em constante contato com a população, estavam temporariamente na administração municipal, mas continuariam na região porque lá nasceram, foram criados e sempre ficariam no Alto Vale. Reforçou que queriam que o Alto Vale fosse fortalecido, prosperasse, mas para isso necessitavam de uma ação e de um retorno maior do Estado, porque as riquezas lá eram geradas e apenas 17% da receita voltavam para o Município, ficando o Estado com 23% e o restante com a União. Ainda disse que Santa Catarina era um exemplo positivo ao discutir o Orçamento Regionalizado com as regiões, mas tinham que avançar mais, tinham que levar não o lamento, mas os reclames para Florianópolis e para Brasília, porque nem 20% dos pleitos seriam atendidos. Disse ainda que sabiam que o Estado não tinha recursos, mas a União tinha, por isso precisavam iniciar a discussão do novo pacto federativo na região, sinalizando que aquele era um assunto mais sério do que os tratados naquela reunião e que a discussão teria que ir muito além, afirmando que aquele era apenas o início do debate do novo pacto federativo. Novamente disse que torcia para que de lá saíssem fortalecidos para buscar mais recursos para a região e não enfraquecidos porque os pleitos não foram realizados. Concluindo, desejou boa-noite, deixou um beijo a cada um e pediu a Deus que estivesse sempre presente. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença da senhora Joelma Pereira, diretora da Escola de Educação Básica Aleixo Dellagiustina, a quem agradeceu pelo espaço cedido para que aquela audiência se realizasse, e passou a palavra ao **senhor Elias Souza, Secretário de Desenvolvimento Regional de Ituporanga**, que saudou os presentes, agradecendo a presença de todos, e disse que a SDR tinha endossado o convite da Assembleia feito à SDR para estar presente naquela audiência ao convidar os Prefeitos e as entidades organizadas da Regional para também comparecer àquela reunião, avaliando que aquela era uma forma de demonstrar respeito pelos Deputados. Afirmou que ser Deputado não era uma missão fácil e a quem achasse que era aconselhou que se candidatasse ao cargo para vivenciar as dificuldades enfrentadas pelos Parlamentares. Por isso, reforçou que os Deputados mereciam todo o respeito, até porque estavam indo a todas as regiões do Estado para conhecer os anseios das comunidades. Agradeceu especialmente a presença dos estudantes do 3º ano da Escola de Educação Básica Aleixo Dellagiustina, salientando a importância dos jovens estarem em contato com os Deputados. Disse que todas as prioridades a serem discutidas naquela noite já eram discutidas há tempo pela comunidade, porque era na junção de forças que as coisas realmente aconteciam, motivo pelo qual lá estavam os Prefeitos e as lideranças dos Municípios pertencentes àquela Regional. Quanto às demandas da região, destacou obras de asfaltamento, ligação asfáltica, revitalização de rodovias, além de apoio à área da saúde, agrícola, segurança pública, educação e tantas outras. Falou da importância daquela audiência e contou que vinha, desde 2003, com a Assembleia e com o governo estadual, discutindo o Orçamento nas comunidades e que muitas coisas tinham sido realizadas, citando as obras efetivamente executadas para a Regional. Ressaltou que as lideranças tinham que acreditar, mesmo com a crise ética e moral pela qual o País passava, que valia a pena lutar pelo Brasil, que todos tinham que acreditar no Brasil e fazer a sua parte. Terminando, agradeceu a vinda da Assembleia Legislativa à região, parabenizou pelo trabalho, colocou a SDR à disposição de todos, e mais



uma vez agradeceu a presença de todos, dizendo estar satisfeito pelo número de participantes que, do seu ponto de vista, demonstrava respeito aos Deputados naquele dia muito importante para a Regional. Novamente com a palavra, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário do governo do Estado, representando a Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e, em nome da Secretaria de Estado da Fazenda, registrou que estava lá participando para acompanhar e auxiliar a SDR e a Alesc na realização daquela audiência. Disse que o planejamento governamental estava vivendo um momento muito importante. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Ituporanga. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e que era intenção do governo do Estado, daqui a quatro anos, concluir algumas obras e iniciar outras. Lembrando que o Estado estava dividido em 36 Secretarias Regionais, todas elas com necessidade de obras vultosas, disse que o Estado não teria condições de implantar todas as rodovias, por exemplo, mas que estariam sinalizadas para que o governo iniciasse os estudos de viabilidade, iniciasse os projetos e que as priorizasse. Finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR de Ituporanga.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Ituporanga:

1	Apoio às associações de agricultores, cooperativas e agroindústrias no âmbito da SDR de Ituporanga, através de estudos da viabilidade econômica de novas e das já existentes, e o fortalecimento dos programas governamentais
2	Construção de CRAS na SDR de Ituporanga
3	Construção da E.E.B. Cacilda Guimarães no Município de Vidal Ramos
4	Reforma, ampliação, manutenção e aquisição de móveis e equipamentos pedagógicos para escolas da rede estadual de ensino da SDR de Ituporanga
5	Apoio ao custeio dos sobreavisos do Hospital Bom Jesus de Ituporanga nas especialidades, pronto-atendimento e UTI



6	Apoio aos Municípios para manutenção, revitalização e aquisição de equipamentos para rodovias municipais e estaduais (urbanas e rurais) da SDR de Ituporanga
7	Recuperação da SC-350, trecho Alfredo Wagner – Ituporanga até o Município de Rio do Sul
8	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Chapadão do Lageado a BR-282 (via Ranchinho)
9	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Ituporanga e Atalanta
10	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Petrolândia e a rodovia BR-282
11	Construção, implantação do presídio regional do IGP e do IML na SDR de Ituporanga
12	Asfaltamento do trecho Vidal Ramos a Botuverá

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Ituporanga:

1	Apoio ao custeio dos sobreavisos do Hospital Bom Jesus de Ituporanga nas especialidades, pronto-atendimento e UTI
2	Terraplanagem, pavimentação asfáltica e supervisão entre o Município de Petrolândia e a rodovia BR-282
3	Asfaltamento do trecho Vidal Ramos a Botuverá

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Ituporanga: como titular, o senhor Joel Logen; e como suplente, o senhor José Gervásio Tholl. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, que agradeceu a presença de todos e o apoio dos servidores da Alesc, pediu a Deus que os abençoasse, desejou boa-noite e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.]

DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



21ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **RIO DO SUL**

Data: 08/07/15

Horário: 09h30min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório Bloco G-UNIDAVI**
Rua Doutor Guilherme Gembala, 13
Jardim América
Rio do Sul

CONSELHEIROS: Titular: José Constante-Prefeito

Suplente: Romildo Abraão Coelho-Presidente da AEA

Total de participantes: 54





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - RIO DO SUL

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR - Rio do Sul
2	Terrapl/pavim/OEA/superv estrada da Madeira, trecho Agrônômica / Trombudo Central – SDR – Rio do Sul
3	Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário para os municípios de abrangência da SDR - Rio do Sul
4	Escola em tempo integral - SDR - Rio do Sul
5	Manutenção/equipamento para saúde da região aos hospitais dos municípios de abrangência da SDR – Rio do Sul
6	Construção do anel viário sul em Rio do Sul e Construção de ponte transenvente em Agrônômica ligando a estrada da madeira a BR-470 - SDR - Rio do Sul
7	Revitalização da SC-112 ligando Trombudo Central/Atalanta -
8	Construção e manutenção de um centro de tecnologia e inovação em Rio do Sul
9	Aquisição de veículos para combate a incêndio para o Corpo de Bombeiro Militar em Trombudo Central - SDR - Rio do Sul
10	Construção de Espaços Esportivos, cobertos nos municípios da abrangência da SDR – Rio do Sul
11	Ampliação de rede de energia elétrica para trifásica nas áreas rurais aos municípios de abrangência da SDR – Rio do Sul
12	Construção de uma policlínica de referência regional - SDR - Rio do Sul

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - RIO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Revitalização da SC-112 ligando Trombudo Central/Atalanta- SDR - Rio do Sul
2	Terrapl/pavim/OEA/superv estrada da Madeira, trecho Agrônômica / Trombudo Central - SDR - Rio do Sul
3	Construção do anel viário sul em Rio do Sul e construção de ponte transenvente em Agrônômica ligando a estrada da madeira a BR-470 - SDR - Rio do Sul



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: RIO DO SUL

Municípios: Rio do Sul, Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	MARCO MARTINHO WLOCH	Rio do Sul.
02	HOMERIQUE GUZZON	ALESC
03	JOSE CONTINENTE	Agrolândia
04	URBANO JOSÉ DALANALE	Agrolândia
05	IVANIZ GONÇALVES	l.c.u.
06	RAUL IMHOFF JUNIOR	Rio do Sul
07	NEOCI SARETTA - Deputado	Estreito
08	ELIENNE BOKING	Fpolis
09	ALBAURO MIZ (assinado)	Rio do Sul
10	ROMUALDO ESTREITO	DROR/SEF/FPOLIS
11	GILBERTO CERUTTI	SEF / Fpolis
12	NILVO KUSTER	Horizonte
13	LIATTO LEMOS	Agrolândia
14	MAURÍCIO ESTUDARIN	DEPUTADO
15	JOÃO DA SILVA	ACITC T. Central
16	VILIS LAZOS ZUCCHI	Rio do Laurentino
17	VALDEMIR RO AUI	LAURENTINO
18	JOI CESAR DE MEDEIROS	LAURENTINO
19	FABIO DE OLIVEIRA	Agronômica
20	MARCO H. PIRES	Agrolândia
21	VICTOR MATTHEUS TEIXEIRA	Rio do Sul
22	ROMILDO ABRÃO COELHO	Agrolândia
23	JOSÉ THOMÉ	Rio do Sul



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: RIO DO SUL

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Ailton José Advogado-substituído CBMSC	Itapicuru Central
25	ANA PAOLA LIMA	Blumenau
26	Edeilda Silva	Rio do Sul
27	KENNETH LUNES	ALISC
28	RAMIRES CIMARDI	RIO DO SUL
29	CESAR A. LOBI	Rio do Sul
30	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
31	MILSON LUIZ	CBMSC
32	BRUNO Golin Spreverri	Rio do Sul
33	OSMAR PEREIRA HRAU	RIO DO SUL
34	Fábio Machado	Vereador TC
35	Geonima Gusman	Vereadora Tr. Central
36	Siegfried Haldebrand	Rio do Sul HRAU
37	Artur Hoffmann	Rio do Sul/Diretor Alde Boto
38	Claudio N. de Faria	Rio do Sul - Dm
39	EDUARDO A. MIZO	Rio do Sul
40	Lucio Bonfatti	Procurador
41	JEAN J. X. de L. Z.	Dir. no Sec
42	Leandro Schmitt	Rio do Sul
43	Rodrigo Villas	Trabalhador Alisc
44	Carlos E. de Souza Neto	Trabalhador Alisc
45	WAZO MIZO	Tr. Central
46	IVO TESTONI	AGRONOMIA
47	CESAR NETO	NO DIFUSORA
48	Agostinho Senen	Rio do Sul



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: RIO DO SUL

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	GABRIEL MURARO	Rio do Sul.
50	Roberto Duarte	Res. Getúlio
51	NICO WOLFF	Blumenau
52	MENCONI	Rio do Sul
53	Carice Wolniewicz	Be. Tromb. e Rio do Sul.
54	Michel F. Machado	Rio do Sul
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 21ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE RIO DO SUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE RIO
DO SUL NO DIA 8 DE JULHO DE 2015, ÀS 9H30MIN**

Aos oito dias do mês de julho de 2015, às 9h30min, no auditório do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), em Rio do Sul, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Rio do Sul e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima primeira audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; membro das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Ética e Decoro Parlamentar e de Proteção Civil; o senhor Mário Martinho Wloch, integrador de Ensino Médio e Profissional, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, senhor Ítalo Goral; o senhor Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito de Rio do Sul; o Vereador José Thomé, representando o Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Vereador Jeferson Vieira; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, convidou o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, abriu a audiência cumprimentando os



presentes e explicando a metodologia que seria aplicada àquela audiência. Disse que o trabalho estaria dividido em duas partes, sendo que no primeiro momento as autoridades da mesa fariam uma saudação e após a palavra seria passada ao senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, que faria a coordenação dos debates e o consequente relato das ações aprovadas para o PPA e para a LOA. Afirmou que aquele era um momento importante e que a audiência se revestia de um valor especial, pois que estariam escolhendo doze ações para o Plano Plurianual, que valeria de 2016 a 2019, dentre as quais três seriam direcionadas à LOA 2016, razão pela qual a decisão da plenária era fundamental. Convidou para fazer parte da mesa de autoridades a Vereadora Zeli da Silva, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, para que junto com a Deputada Ana Paula representassem as mulheres presentes, e registrou a presença do senhor Valdemiro Avi, Prefeito de Laurentino; do senhor Osmar Peters, presidente do Hospital Regional Alto Vale Rio do Sul, do Município de Rio do Sul; do Vereador Fabio Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Trombudo Central; do senhor José Constante, Prefeito de Agrolândia; do senhor Urbano José Dalcanale, Vice-Prefeito de Agrolândia; do Vereador Luiz Carlos Zanis, de Laurentino; do Vereador Ivanir Gonçalves (Peixe), de Agrolândia; do 2º Tenente BM Bruno Golin Sprovieri, Subcomandante do Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul; do senhor Albano Luiz Hammes, presidente do Conselho do Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Rio do Sul; do senhor José da Silva, o Zéquinha, presidente da Associação Empresarial do Município de Trombudo Central; do senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Gilberto Cerutti, analista de planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Alessandro de Oliveira, do Tribunal de Contas do Estado; do senhor Cesar Augusto Lodi, gerente regional da Epagri do Município de Rio do Sul; do senhor Marcionei Zucatelli, representando o Secretário de Estado da Defesa Civil Milton Hobus; do senhor Henrique Seccon, representando o Deputado Estadual Romildo Titon; do senhor Maro Heinz Piske, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Agrolândia; do senhor Romildo Abraão Coelho, presidente da Associação Empresarial do Município de Agrolândia; do senhor Lídio Cembranel, representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; do senhor Fábio de Oliveira, assessor da Câmara de Vereadores de Agronômica; do senhor Raul Imhof Júnior, gerente da Cidasc da Regional de Rio do Sul; da senhora Vereadora Geovana Gessner, de Trombudo Central; do senhor Jean Pier Xavier de Liz, Vice-Prefeito de Rio do Sul; do senhor José Ercolino Menegatti, Prefeito de Agronômica; e do senhor Ivo Testoni, Secretário Municipal de Administração de Agronômica. Feito o registro das autoridades presentes, lembrou a reunião feita pela SDR da qual tinha sido definida uma proposta de doze ações, mas que aquele plenário era soberano para fazer qualquer alteração. Afirmou que na audiência de Ituporanga, que contou com a presença de duzentas pessoas, alguns Prefeitos pertencentes àquela Regional tinham ido com ônibus lotados e trocado algumas prioridades, mas que ganharam no voto, e salientou que considerava aquela cultura de produzir o Orçamento muito interessante. Disse, também, que muitos tinham questionado na audiência de Ituporanga que os valores colocados não dariam para começar uma obra, de tão baixos, mas frisou que o importante era que a obra estivesse no PPA, não importando o valor colocado, pois que o governo só poderia colocar no Orçamento se estivesse no PPA. Dito isso, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e disse que estavam ali cumprindo o que determinava a Constituição do Estado, por proposição do então Deputado Carlito Merss, que era a Assembleia Legislativa ouvir a sociedade em reuniões públicas para que fossem inseridos no Orçamento do Estado os anseios das regiões, e que naquele ano de 2015 tinha sido aprovada pelos Deputados a emenda tornando o Orçamento Regionalizado impositivo. Para que não pairassem dúvidas, afirmou não existir ainda aquele mecanismo em Santa Catarina e que recentemente tinha sido criado no Congresso Nacional o Orçamento impositivo, através do



qual a Presidente da República tinha a obrigação de atender as emendas dos Parlamentares individualmente, mas que a Alesc tinha aprovado que 1% da Receita Corrente Líquida do Estado, algo em torno de R\$ 200 milhões, o Governador teria que investir nas emendas do Orçamento Regionalizado, quando o Orçamento impositivo estivesse regulamentado. Considerava um avanço aquela emenda, tendo em vista que desde 2003 a Alesc ouvia as demandas da comunidade, e observou que muitas ações já haviam sido realizadas em todas as regiões de Santa Catarina, inclusive no Alto Vale, mas que ainda tinham muitas demandas para serem atendidas. Prosseguindo, disse estarem ali cumprindo uma determinação da Constituição do Estado, que determinava à Alesc ouvir as demandas da região, portanto tinham que definir as ações para o orçamento impositivo, e afirmou que o governo do Estado teria de executar pelo menos uma ação de cada região. A seguir, exemplificou que no dia anterior, em Ibirama, dentre as três prioridades estava a ligação asfáltica entre Presidente Getúlio e Rio do Sul, uma reivindicação antiga, frisando que R\$ 200 milhões divididos por 36 Regionais não daria para fazer aquela obra, mas que era importante constar no Orçamento do Estado e que aquele valor serviria apenas como parâmetro. Encerrou a sua manifestação agradecendo a presença de todos e dizendo que seria o porta-voz daquelas reivindicações. Na sequência a palavra foi concedida à **Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que durante aqueles dias eles estavam se reunindo em todas as Regionais para que as comunidades definissem as prioridades para o PPA e para a LOA. Informou que o Prefeito de Agrolândia havia levado uma proposta e que se ela não estivesse contemplada entre as doze selecionadas para a região do Alto Vale do Itajaí, ele poderia fazer a defesa durante o debate. Afirmou que não era a primeira vez que a Alesc se encontrava no Alto Vale para aquele tipo de discussão e que o questionamento era sempre no sentido de que as prioridades eram definidas e nem sempre executadas, mas que a Alesc tinha aprovado o orçamento impositivo, a exemplo do Congresso Nacional que fez o orçamento impositivo para a saúde, sendo dever da Presidenta Dilma liberar todas as emendas parlamentares na área da saúde. Traçou uma rápida retrospectiva sobre o Orçamento Regionalizado dizendo que ele nada mais era do que o orçamento participativo, no qual geralmente as comunidades decidiam as obras as serem realizadas, e que o ex-Deputado Estadual Carlito Meres tinha resolvido trazer aquele processo para o Estado de Santa Catarina, o que acontecia desde 1997. Afirmou que era fundamental aquele debate da democracia, pois nada mais justo que ouvir a comunidade local para saber quais as suas prioridades, mas salientou que o governo do Estado estava deixando a desejar em muitas cidades, razão pela qual aquele era o momento certo para debater as questões da área da saúde, da área da inclusão social, da agricultura, sobre as obras de infraestrutura. Prosseguindo disse que para 2015 estava previsto o El Niño para aquela região, o que muito a preocupava, sendo necessário que todos ficassem atentos, inclusive o ex-integrante do Comitê de Bacia que via ali, para aquele problema que parecia seria violento, já que sofriam com aquilo havia muito tempo. Contou que o governo federal estava direcionando grandes recursos para a construção daquelas barragens e informou que no dia 15 de julho, na *Associação* dos Funcionários da **Empresa Industrial** Rex, em Braço do Trombudo, aconteceria uma audiência pública para apresentação e discussão sobre o impacto ambiental das barragens dos Rios Taió, Braço do Trombudo e o montante da cidade de Rio do Sul, para a qual convidava todos. Afirmou que a situação era preocupante e que alguns Municípios não estavam atentos àquilo, podendo ter como consequência a construção de mais uma barragem na região e também o aumento das barragens lá existentes. Reiterou o convite a todos para a audiência pública do dia 15 e desejou bom evento a todos, observando que não eram prioridades as doze sugestões feitas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, pois que se eles não concordassem poderia haver a modificação, como já havia acontecido nas cidades de Blumenau, Timbó, Ibirama, Ituporanga, mas tinha certeza que Rio do Sul iria ficar muito atento. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Jean Kuhlmann**,



que cumprimentou os presentes e disse que não queria ser redundante na fala, mas ressaltou que aquele momento era importante para colocar as ações no Orçamento e estabelecer as prioridades da região, mas que aquele era o primeiro passo e que o mais importante era continuar trabalhando para tornar aquilo realidade, a fim de transformar a vida das pessoas. Disse que aquela era a sua obrigação e que se colocava à disposição de todos, e encerrou desejando uma boa reunião, esperando que fossem persistentes para que tudo fosse executado e que com a união de todos poderiam cobrar do governo do Estado uma ação concreta. Dando continuidade, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou os componentes da mesa e os demais presentes e pediu para todos proteção a Deus. Afirmou que a SDR havia definido dezoito projetos para a região e que a plenária teria o privilégio de escolher, dentre eles, doze ações para o PPA e três para a LOA, sendo importante naquele momento a participação de todos, mas fez questão de frisar que mais de 60% do que tinha sido incluído no Orçamento Regionalizado efetivamente estava ocorrendo dentro do prazo previsto. Disse que os Deputados estavam ali manifestando o seu compromisso com a região, com os projetos elaborados, e com a defesa daqueles projetos lá na Assembleia Legislativa. Antes de finalizar a sua participação, saudou os colegas da segurança pública e os servidores da Alesc, que estavam ali dando todo o suporte àquelas audiências públicas, que tinham uma importância muito maior do que se podia imaginar para Santa Catarina e para a vida das pessoas, e desejou um grande trabalho a todos, reiterando que podiam contar com o seu compromisso. A seguir, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e em nome da brevidade disse que queria apenas registrar a importância daquele processo do Orçamento Regionalizado. Afirmou que era a oportunidade de a comunidade escolher as obras prioritárias para a região e ponderou que se algumas das prioridades elencadas ali não fossem contempladas no Orçamento do Estado, quando tramitasse o projeto na Assembleia Legislativa, por acordo dos Deputados da Comissão de Finanças e Tributação, seriam aquelas prioridades incluídas através de emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com o apoio de todos os Deputados. Ressaltou que a cultura da participação e da oportunidade das lideranças das regiões sugerirem obras era nova e ainda estava sendo difundida, e que aquelas prioridades ganhariam força não mais como obra individual, mas como obra coletiva da região, sendo aquele o motivo dos Deputados estarem ali apoiando as regiões. Concluiu a sua manifestação desejando um bom trabalho a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e disse que era muito importante a participação da comunidade local na escolha das prioridades para o PPA e para a LOA. Afirmou que no seu primeiro mandato estava fazendo questão de participar do maior número de audiências possível para ouvir as comunidades e ver suas prioridades, e parabenizou a presença daqueles que estavam ali naquela audiência. Afirmou que era importante as pretensões estarem incluídas no PPA, caso contrário elas não iriam ser executadas e os Deputados não teriam como cobrar dos responsáveis os anseios da população. Prosseguindo, o **senhor Presidente** retomou a palavra e registrou a presença do senhor Agostinho Senem, secretário executivo da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi). Em seguida, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que saudou os presentes e disse que estavam ali reunidos num momento de grande desafio, que era definir as demandas da comunidade, para as quais normalmente os recursos não eram suficientes, e afirmou que faria algumas provocações, porque discutir Orçamento era uma provocação para todos. Observou que o Estado tinha grandes demandas e que pelas suas andanças pelos Municípios e pelas conversas com as organizações, com os movimentos sociais, com o funcionalismo público estadual, com os



agricultores familiares, com os empresários, podia afirmar que dois eram os eixos de demanda do Orçamento do Estado, que era o da infraestrutura, especialmente no que se tratava de rodovia, de recuperação de estradas – exemplificando com o fato de que nas duas últimas noites teve que trocar dois pneus do seu carro –, e o ligado à área da política geral, citando que a Cidasc precisava urgentemente de investimentos; que a Epagri tinha que contratar mão de obra, pois estavam saindo oitocentos funcionários pelo PDI; e que os Municípios estavam bancando a questão da assistência social, porque o Estado não estava repassando recursos para essa área. Falou, também, que existiam outras grandes demandas para aquela região, como as da área da educação, que necessitava de investimentos, as da área da saúde, da segurança pública, sendo imensos os desafios, mas que o governo federal estava fazendo investimentos importantes, como o do Fundam, através do qual tinha sido feito um empréstimo do governo federal para o Estado de algo em torno de R\$ 70 milhões que tinha sido destinado a Rio do Sul para o saneamento básico, bem como estavam sendo construídos vários postos de saúde e policlínicas na região, o que contribuía para o desenvolvimento da região, faltando então o Estado fazer a sua parte. Destacou que a responsabilidade de todos ali era muito grande, pois os Deputados estavam abrindo mão das emendas individuais pelo coletivo, já que o compromisso era o de respeitar o que seria definido pelas regiões, mas que viviam um drama em função das comunidades cobrarem dos Parlamentares as políticas que atingiam o conjunto da sociedade, sejam as da área da saúde, da educação, das políticas sociais, dos servidores públicos, que pediam mais gente para atender na Polícia Militar, nos Bombeiros, na Epagri, na Cidasc, razão pela qual ficavam com a grande responsabilidade de discutir o sistema. Finalizando a sua manifestação, disse que com aquelas colocações manifestava também as suas angústias, bem como o compromisso de assumir e lutar junto com todos pelas emendas que surgiriam daquela plenária e que depois iriam para a Alesc. A seguir, manifestou-se o **senhor Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito de Rio do Sul**, que saudou os componentes da mesa e os demais presentes e disse que pelo fato de aquele ser um momento especial, gostaria de fazer uma reflexão quanto à falta de credibilidade que o homem público passava, principalmente os que estavam à frente do Executivo e do Legislativo, observando que ali se encontravam alguns Deputados representando os quarenta Deputados da Alesc, que respondiam por todas as regiões e não somente uma, razão pela qual precisavam trabalhar por toda Santa Catarina. Comentou que todos eles estavam com a credibilidade muito abalada e que teriam uma grande dificuldade dali para frente em convencer as pessoas de que o que eles estavam propondo era uma coisa boa e correta. Indo além, disse que eles tinham na região 28 pequenos Municípios que viviam praticamente do extrativismo e que atualmente, com a força do povo da região, tinham conseguido superar aquela situação. Afirmou também que os Prefeitos daquela região ali se encontravam porque atualmente todos careciam de infraestrutura de uma maneira geral, como a 470, que estava ligada ao governo federal, mas que poderia ser uma ação desencadeada em conjunto, de investimentos ligados à agricultura, ao Hospital Regional, ao Hospital e Maternidade Samaria, enfim, que os hospitais da região precisavam de uma atenção muito grande. Afirmou que era preciso que todos se unissem em torno daquelas dificuldades para que a região, que tinha se transformado em referência e era orgulho daqueles moradores do Alto Vale do Itajaí, não sofresse um revés e deixasse de manter a sua contribuição para o Estado de Santa Catarina, tendo em vista ser uma região dependente. Esperava que eles pudessem mudar aquela história que estavam vivendo em relação ao momento político, em que todos os setores estavam sendo extremamente criticados – fato que não era daquele momento, mas que vinha se somando ao longo do tempo –, através de ações efetivas. Pediu desculpas a todos pelo fato de o público não ter sido maior, acreditando que talvez tivesse sido por falta de uma mobilização maior, mas salientou que estava muito claro para todos que também poderia ter sido pelo fato de as coisas não terem uma finalização. Observou que todos tinham um papel importante naquele processo de fazer acontecer, Prefeitos, companheiros que ajudavam na administração pública e Deputados, e exemplificou dizendo que recentemente tinha havido



eleições em nível de Estado e em nível federal, oportunidade na qual os Prefeitos haviam recebido muitas promessas e repassado à população, mas que no momento em que passou a eleição, os compromissos tinham acabado, o que dificultava muito a credibilidade de todos. Concluiu a sua participação agradecendo aquela oportunidade e dizendo que eles defendiam e queriam continuar defendendo os Deputados para que Santa Catarina realmente crescesse, especificamente o Alto Vale do Itajaí. Na sequência, o **senhor Presidente** consultou a Vereadora Zeli da Silva, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, se gostaria de fazer uso da palavra, tendo a Vereadora declinado do espaço. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **Vereador José Thomé, representando o Vereador Jeferson Alexandre Vieira, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul**, que saudou os presentes e disse que todos tinham interesse em discutir os investimentos do Estado naquela região. Agradeceu a oportunidade de fazer uso da palavra, afirmando que estava representando a base das comunidades ligadas às entidades, às associações, às classes das comunidades, e fez referência à presença do senhor Osmar Peters, presidente da Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí (Fusavi), e do gestor do Hospital Regional Alto Vale, afirmando que a saúde não só da Regional de Rio do Sul, não só do Alto Vale que congregava quatro Regionais, mas de todo o Brasil passava por dificuldades, razão pela qual o seu pedido era no sentido de que o Estado cumprisse com os compromissos firmados com o hospital em 2010 de repasses estratégicos, a fim de que os atendimentos fossem não só mantidos, mas ampliados. Observou que eram referência em cardiologia e que estavam se organizando para receber a oncologia, precisando de um suporte efetivo do Estado, razão pela qual esperava que aquela fosse uma das prioridades elencadas, repetindo que não era só para a Regional de Rio do Sul, mas para toda a região do Alto Vale do Itajaí, e disse que também sabia das dificuldades que o homem do campo enfrentava, citando que ali estava seu amigo Albano Hammes, que representava o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Rio do Sul. Ressaltou que a comunidade só acreditaria na política e nos políticos quando de fato a ação acontecesse na base, transformando para melhor a vida de cada um dos munícipes, e que para aquilo acontecer o exercício público e o desprendimento tinham que ser grandes. Encerrou a sua manifestação dizendo que os participantes daquela audiência do Orçamento Regionalizado esperavam que daquela reunião gerassem bons frutos e um bom desenvolvimento para a Regional de Rio do Sul. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que a realização daquelas audiências públicas fazia parte de um processo pedagógico e exemplificou dizendo que no dia anterior, quando a rádio de Ituporanga havia pedido a ele que explicasse de maneira simples o que era Orçamento Regionalizado para que os ouvintes entendessem, ele havia respondido que era o que eles estavam fazendo ali, ou seja, garantindo o trigo para quem quisesse fazer o pão. Na sequência, concedeu a palavra ao **senhor Mário Martinho Wloch, integrador de Ensino Médio e Profissional, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, senhor Ítalo Goral**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e justificou a ausência do Secretário da SDR, dizendo que ele ali não estava por problemas de saúde na família. Explanou o processo que antecedeu aquela audiência pública, que foi a realização do seminário regional para levantamento das demandas para o Plurianual 2016/2019, e explicou a metodologia usada no seminário. Informou que no período da manhã haviam reunido o grupo em seis eixos e que em cada um dos eixos tinham discutido as prioridades para a região, sendo que depois cada grupo escolheu três demandas, totalizando dezoito demandas, as quais foram apresentadas no período da tarde ao grande grupo, que através do voto priorizou as demandas. O seminário finalizou com a geração de um relatório das prioridades, o qual entregou ao Presidente da mesa, Deputado Kennedy Nunes, para que fosse utilizado no momento da discussão das prioridades, quando os presentes definiriam as doze prioridades para o PPA e as três para LOA. Concluiu a sua manifestação desejando um bom trabalho a todos e agradecendo pela oportunidade. Ao fazer uso da palavra, o **senhor Presidente** disse que a briga estaria boa e que ali iriam construir cidadania.



Falou que a Regional tinha dezoito demandas, mas somente doze seriam definidas para o PPA 2016/2019, dentre elas três seriam colocadas no Orçamento de 2016, e que naquele momento a mesa de autoridades seria desfeita, encerrando a primeira etapa dos trabalhos, para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado, que se revestiam de grande importância para o Parlamento catarinense e para o Executivo estadual. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Romualdo Goulart, da Secretaria da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupo para que a comunidade pudesse debater em cima das ações definidas na reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que em nome da Secretaria de Estado da Fazenda, que era o órgão responsável pela elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento anual, ali se encontrava acompanhando aquele trabalho da Assembleia Legislativa e auxiliando no processo de escolha das demandas para inclusão no PPA e na LOA. Falou que o planejamento governamental estava vivendo um momento especial e ressaltou que a cada quatro anos o governo do Estado tinha que encaminhar para a Alesc, por força constitucional, um plano de governo no qual constariam as demandas escolhidas pela região, devendo aquilo acontecer até o final de agosto. Afirmou que a Constituição do Estado também determinava que o processo de elaboração deveria ser precedido de audiências públicas e para tal o governo do Estado se utilizou de todas as SDRs espalhadas pelo Estado. Disse que por orientação do governo do Estado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul tinha realizado no mês de maio um grande seminário, tendo participado 332 pessoas, através do qual tinham sido levantadas as grandes demandas, e que naquele dia a Assembleia Legislativa estava ali referendando aquele trabalho e coordenando o debate sobre a escolha das doze demandas para o PPA 2016/2019 e das três para a LOA 2016. Afirmou que tinha conhecimento do grande volume de demandas na área da infraestrutura e que de alguma maneira todas as 36 SDRs necessitavam de pavimentação, de construção de pontes, sendo obras caras que demandavam recursos e tempo, razão pela qual era preciso que constassem do PPA para que o governo pudesse iniciar os estudos necessários para a execução das obras ou dos serviços. Concluiu a sua manifestação desejando uma boa reunião. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(O grupo se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Rio do Sul.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Rio do Sul:

1	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR Rio do Sul
2	Terrapl/pavim/OEA/superv estrada da Madeira, trecho Agrônômica / Trombudo Central – SDR Rio do Sul
3	Implantação de sistemas de esgoto sanitário para os Municípios de abrangência da SDR Rio do Sul
4	Escola em tempo integral - SDR Rio do Sul
5	Manutenção/equipamento para saúde da região aos hospitais dos Municípios de abrangência da SDR Rio do Sul
6	Construção do anel viário sul em Rio do Sul e construção de ponte transenchenente em Agrônômica, ligando a estrada da madeira à BR-470 - SDR Rio do Sul



7	Revitalização da SC-112 ligando Trombudo Central/Atalanta
8	Construção e manutenção de um centro de tecnologia e inovação em Rio do Sul
9	Aquisição de veículos para combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar em Trombudo Central - SDR Rio do Sul
10	Construção de espaços esportivos cobertos nos Municípios da abrangência da SDR Rio do Sul
11	Ampliação de rede de energia elétrica para trifásica nas áreas rurais aos Municípios de abrangência da SDR Rio do Sul
12	Construção de uma policlínica de referência regional - SDR Rio do Sul

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Rio do Sul:

1	Revitalização da SC-112 ligando Trombudo Central/Atalanta- SDR Rio do Sul
2	Terrapl/pavim/OEA/superv estrada da Madeira, trecho Agrônômica / Trombudo Central - SDR Rio do Sul
3	Construção do anel viário sul em Rio do Sul e construção de ponte transchente em Agrônômica ligando a estrada da madeira à BR-470 - SDR Rio do Sul

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Rio do Sul: como titular, o senhor José Constante; e como suplente, o senhor Romildo Abraão Coelho. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao senhor Presidente para que ele procedesse ao encerramento da audiência. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, agradeceu a participação de todos, fez referência às próximas audiências e disse que como não havia mais nada a tratar, encerraria aquela audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] [Leiturista:Dulce M da Costa Faria.]*

**DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



22ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **TAIÓ**

Data: 08/07/15

Horário: 14H30min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório Câmara Municipal**
Rua Coronel Feddersen, 1640
Taió

CONSELHEIROS:

Titular: Ursula Hosang –Presidente Hospital e Maternidade Dona Lissell

Suplente: Marcia Parecida Rosa de Lima- Assessora de Gabinete

Total de participantes: 82





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - TAIÓ

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Conclusão execução do projeto e Pavimentação Asfáltica entre Vitor Meireles/Itaiópolis passando e Santa Terezinha até a BR-116.
2	Implantação de um Polo Regional Hospitalar em Taió com ênfase em obstetrícia.
3	Readequação da SC 425 Mirim Doce BR 470.
4	Recursos para manutenção e investimento nos Hospitais da Regional.
5	Ajuste do projeto e execução da obra, acesso entre Taió e Mirim Doce.
6	Construção, reforma e ampliação de escolas. SDR-Taió.
7	Instalação do Quartel no Município de Salete.
8	Revitalização da SC-114 trecho Taió Salete.
9	Pavimentação Asfáltica Salete Rio do Campo.
10	Instalação de trevos, lombadas e sinalização, nas rodovias estadual da SDR-Taió.
11	Instalação do Quartel no município de Pouso Redondo.
12	Realizar projeto executivo e realização da obra de Pavimentação Asfáltica entre os municípios de Salete e Witmarsum.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - TAIÓ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Conclusão execução do projeto e Pavimentação Asfáltica entre Vitor Meireles/Itaiópolis passando e Santa Terezinha até a BR-116.
2	Implantação de um Polo Regional Hospitalar em Taió com ênfase em obstetrícia.
3	Revitalização da SC-114 trecho Taió Salete.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: TAIÓ

Municípios: Taió, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Osney Soares	TAIO
02	Sandra B. Loengen	Salte sc.
03	Guilherme Klaus dos Santos	Fpolis/SeF/SL
04	ONICO WOLFF	Blumenau
05	Totonio Roman Bonetti	PR.
06	Leante da Silveira	P Redondo
07	Nea - Sarotta	de Estrela
08	Vanildo Valle	TAIO
09	GILBERTO CEROTTI	SET./Fpolis
10	Marcia Pedreira	Taió
11	Costela P. Purnhagen	Taió
12	Juciana Durbanca	TAIO
13	Juliana Sandri Xavier.	Taió
14		
15	Orvaldo Fernandes Junior	TAIO.
16	Gionei de Souza	TAIO
17	Alades Pivatto	Salte
18	CLEMAR ZANELLA	TAIO
19	Lucilio Bonemi	
20	Edson Krueger	Taió
21	Rezanhe	Taió
22	ERIBERTO B. PICKLER	TAIO
23	Oliane Böeing	Fpolis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TAIÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	JEAN WUHLMANN	SC
25	JIAGO MAGSTRI	TAIÓ
26	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
27	INA PAULA LIMA	Blumenau
28	Raul Linhof Junior	Rio de Sel
29	Marcia Sapelli Knipper	Salete
30	CARLOS ALBERTO JENTUMAS	TAIÓ
31	Antônio C. Coutinho	Rio de Sel
32	Karen Kaluski	Rio do Campo
33	Julia Moreira Paz	Rio do Campo
34	Rodrigo Preis	Rio do Campo
35	OSMILDO DALMARCO	TAIÓ
36	Jorandi Janta	Salete
37	Mário Hellmann	Salete
38	FRANZ A. JOSE F.	TAIÓ
39	Alfredo Brüggen	Taió
40	Luize B. Stilo	Taió
41	MOACIR DE MELO	Sta Terezinha
42	Eduardo Schmidt	Salete
43	OTAVIO MATTIOLA	Soinville
44	mauriza marta	Taió
45	Wilson Blankowski	Sta Terezinha
46	Aluisio Requeiro	Salete
47	José de Aguiar	Salete
48	Adriano J. Jairo	Salete

Dep. Est



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TAIÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Marcelo Pianezer	Taió
50	Sergio Volentini	Taió
51	NEIDE ROPELATO MORAES	Salte
52	MAURICIO EKUNDARAK	DEPUTADO
53	Eltor Gomes	Blumenau
54	Edna M. Bostes	BONU
55	CRISAN A. LOPI	RIO DO SUL
56	ARISTIDES ELUI VALENTINI	TAIO
57	Promires H. Graf	Rio do Campo
58	Genir A. Junckes	Santa Terezinha
59	VITOLDO PAULMACK	SANTA TEREZINHA
60	OSNI KOTHMAN	SALTO
61	Everton do Prado	TAIO
62	ILDO SCHNEIDER	IBIRAMA
63	Osni J. J.	Taió
64	DIRECCO L. DRESCH	Dep. Est.
65	JOÃO AMIN	ALESC
66	Rodrigo Riegers	Fpolis/Alesc
67	Amador K. Belli	Salte
68	Carlos E. de Souza Neves	Fpolis
69	Aristeu Farias	Taió
70	Mario Luiz Klueber	Mirim Doce
71	Carlos Liebsch	Mirim Doce
72	VALQUIRIA SCHWARZ	STA TEREZINHA
73	Thiago de Souza	Fpolis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: TAIÓ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Roberta Maurício Cruz	Salete
75	Veroni Alves	Rio do Campo
76	Verete Franco	João Reinaldo
77	Cassiano A. MAMFON	TAIO
78	Miguel Ho sang I	TAIO
79	Roberto M. Beck	TAIO-SC
80	Volmer Fonghelini	Toio
81	RAMIRO FEIJUNDES	ALESC
82	ALEXANDRE SALVADOR	TAIO
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 22ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE TAIÓ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE TAIÓ EM 08 DE JULHO DE 2015

Aos 8 dias do mês de julho de 2015, às 14h30min, no auditório Manoel Corrêa de Negreiros da Câmara de Vereadores de Taió, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Taió e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima segunda audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura e membro da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; a Deputada Estadual Ana Paula Lima Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o senhor Tiago Maestri, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió; o senhor Aristides Eloi Valentine, Prefeito de Taió em exercício; a senhora Vereadora Marliza Martins, de Taió; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Após a formação da mesa de autoridades, convidou para conduzir os trabalhos da audiência o **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e informou que estava representando o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa. Disse que esteve presente nas audiências públicas do Orçamento Estadual em Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga, Timbó e ia terminar o dia em Curitiba, e comunicou que no dia seguinte começaria a audiência pública em Canoinhas, depois seria em Mafra, terminando o dia em Jaraguá do Sul. Comunicou ainda que a segunda rodada do Orçamento Regionalizado ia ser encerrada em Joinville e em Florianópolis no período vespertino, destacando que no início do



mês de agosto ia acontecer a terceira rodada do OR no sul do Estado. Convidou para fazer parte da mesa a representante dos Vereadores de Taió, a Vereadora Marliza Martins. A seguir registrou a presença das seguintes autoridades: senhor Vereador Eduardo Schuedler, de Salete; senhor Moacir de Melo, gerente de Educação da 34ª SDR de Taió; senhor Genir Junckes, Prefeito de Santa Terezinha no exercício 2005/2012; senhor Vereador Edson Krueger, de Taió; senhor Arthur Roberto Vogel Filho, 1º tenente BM, Comandante do Corpo de Bombeiro de Taió; senhor Vereador Osni Kuhnen, de Salete; senhor Vereador Marcio Hellman, de Salete; senhor Rodrigo Preis, Prefeito de Rio do Campo; senhor Vitoldo Paulhak, assessor e representante do senhor Valdecir Ferens, Prefeito de Santa Terezinha; senhor Carlos Alberto Ventura, gerente da Casan de Taió; senhor Eriberto Borges Pickler, secretário de Agricultura de Taió; senhor Pedrinho Dário Althoff, Secretário de Obras de Taió; senhor Marcelo Pianezzer, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Taió; senhora Sandra Bittencourt Longen, Secretária da Saúde de Salete; senhora Márcia Sapelli Kniess, Secretária de Turismo de Salete; senhora Vereadora Anadir Koch Belli, Presidente da Câmara de Salete; senhor Vereador Alicio Ragueira, de Salete; senhor Juarez de Andrade, Prefeito de Salete; senhor Vereador Vilson Blonkowsky, de Santa Terezinha; senhora Maria Luiza Kestring Liebsch, Prefeita de Mirim Doce; senhor Vereador Veroni Alves, Presidente da Câmara de Rio do Campo; senhor Vereador Jardel Fronza, Presidente da Câmara de Pouso Redondo; senhora Ursula Hosang, presidente do Hospital e Maternidade Dona Lisette de Taió; senhor Laerte da Silveira, Secretário de Administração de Pouso Redondo, representante da senhora Nair Goulart, Prefeita de Pouso Redondo; senhor César Augusto Lodi, gerente da Epagri da Regional de Rio do Sul; senhor Raul Imhof Junior, gerente da Cidasc da Regional de Rio do Sul; senhora Neide Ropelato Moraes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Salete; senhor Alessandro de Oliveira, auditor fiscal, representando do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; senhor Tercílio Bonessi, representando o Deputado Estadual Doutor Vicente; Karen Cristina Lock Kaleski, rainha da 9ª Festa das Origens e do Colono de Rio do Campo; Júlia Moreira Paz, 2ª princesa da 9ª Festa das Origens e do Colono de Rio do Campo; Thamires Hames Graf, 1ª princesa da 9ª Festa das Origens e do Colono de Rio do Campo; senhor Vereador Odair José Cirico, de Salete; senhor Carlos Liebsch, Secretário de Administração de Mirim Doce; senhora Vereadora Valquiria Schwarz, de Santa Terezinha. Após os registros anunciou a realização da 9ª Festa das Origens e do Colono de Rio do Campo nos dias 24, 25 e 26 de julho e convidou os presentes a participarem do evento. Na sequência, disse que a audiência teria duas partes, sendo que no primeiro momento fariam uso da palavra os componentes da mesa e no segundo momento o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, e o pessoal da Secretaria da Fazenda iriam debater com a plateia para que fossem elencadas as prioridades para os próximos quatro anos do Plano Plurianual, que tinha validade de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, e que por isso todos tinham uma grande responsabilidade quando fossem levantar a mão para votar, pois a decisão ali tomada valeria para os próximos quatro anos. Observou que costumava dizer que o Plano Plurianual era o trigo de quem fazia o pão, porque podia faltar o sal, o fermento, podia faltar tudo, mas se faltasse o trigo o pão não sairia. Dito isso, esclareceu que o que todos faziam naquele dia era colocar o trigo dentro do saco para os próximos quatro anos, afirmando ter certeza de que fariam boas escolhas. Esclareceu ainda que após serem elencadas as doze prioridades haveria um momento em que o voto iria valer para escolher as três prioridades para o Orçamento de 2016. Disse que aquela seria a metodologia da reunião. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Aldo Schneider, 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que após as saudações iniciais disse que pretendia ser objetivo em sua fala para que o tempo fosse dedicado ao objetivo maior da reunião. Falou que o Orçamento Regionalizado era um dos poucos instrumentos de participação direta da sociedade catarinense, ajudando a decidir obras e ações para o Estado de Santa Catarina. Comentou que a reunião tinha duas vertentes, uma seria a discussão de três



prioridades para o Orçamento geral do Estado para o ano de 2016 e a outra vertente era a questão do Plano Plurianual, explicando que o Plano Plurianual podia passar até por três Governadores. Salientou que o trabalho que estavam fazendo era extremamente importante e que se as prioridades estavam no PPA existia a possibilidade de serem concretizadas, mas que se ali não estivessem elencadas a probabilidade de não serem efetivadas era muito grande. Agradecendo a todos e colocando o gabinete à disposição, disse que tinha o compromisso de fazer o melhor pelo Vale do Itajaí. Em seguida cumprimentou a Prefeita Maria, de Mirim Doce, que acabara de chegar. Ato contínuo, **o senhor Presidente** passou a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura e membro da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina** que saudou os Deputados e autoridades componentes da mesa e demais presentes. Destacou que estavam ali para estimular a definição das prioridades regionais, as quais se tornariam também um compromisso da Assembleia Legislativa. Informou que as prioridades contempladas eram um total de doze e que o Plano Plurianual era válido pelos próximos quatro anos, sendo que seriam três prioridades por ano. Dito isto, mencionou que ficariam acompanhando o Orçamento do Estado quando ele fosse enviado para a Assembleia Legislativa e que se alguma das prioridades não fosse incluída, eles teriam o compromisso de fazê-la ser incluída. Esclareceu que mesmo estando no Orçamento não havia a garantia absoluta de realização da obra, mas que se não estivesse no Orçamento não haveria chance de ser realizada. Afirmou que aquele era um passo importante e que estimulavam e defendiam aquele mecanismo, pois todos deviam participar. Expôs que o objetivo deles naquela tarde era apoiar as decisões que fossem retiradas durante a audiência, para que de fato elas fossem executadas. Na sequência, **o senhor Presidente** passou a palavra para o **senhor Deputado Estadual Jean Kuhlmann, membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou todos. Destacou a importância burocrática da questão legal, porque a obra tinha que estar no Orçamento para poder ser executada. Diante do exposto, afirmou que não bastava colocar apenas no papel, mas que era necessário trabalhar em conjunto para que tudo aquilo se tornasse realidade. Disse também que mais do que discutir um assunto e colocá-lo como prioridade, o importante era a pressão da Assembleia e dos Prefeitos em cima do Governador para que as obras saíssem do papel. Comentou que as doze prioridades escolhidas deviam ter o consenso de todos e que as pessoas queriam ações concretas em prol de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Falou que os Deputados, as Deputadas, os Prefeitos e os Vereadores tinham os mesmos objetivos, que eram o de tornar o sonho daquele dia realidade. Retomando a palavra, **o senhor Presidente** lembrou que a audiência do Orçamento estaria acontecendo na 34ª região e que naquela audiência seriam definidas as prioridades de Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Santa Terezinha e Taió. Em seguida, passou a palavra para a **senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que saudou o senhor Tiago Maestri, Secretário de Desenvolvimento Regional de Taió, e demais autoridades. Comentou que na Assembleia havia quarenta Deputados, que dentre estes três eram mulheres com agremiação partidária diversa e que lá faziam um bom debate de ideias, complementando que discutiam o Orçamento respeitando sempre as pessoas. Disse ao Prefeito que estava contente porque tinha visto várias placas do governo federal no ginásio de esportes, na praça, na saúde e na educação, e que aquilo era importante. Ressaltou ainda que democracia era não olhar partido e, sim, as pessoas que moravam na cidade, acrescentando que por aquele motivo a Assembleia Legislativa estava lá para discutir com todos o Orçamento do Estado de Santa Catarina, que era de extrema importância. Comentou que a Secretaria de Desenvolvimento Regional já tinha elencado uma série de prioridades, mas que aquilo não justificava que naquele dia as pessoas teriam que concordar com as prioridades. Afirmou que se houvesse entendimento para incluir outra prioridade para a região, o momento de mudança era aquele. Explicou que Orçamento



Regionalizado acontecia desde 1998, mas que era a primeira vez que os Deputados e as Deputadas votavam um projeto de resolução que era impositivo e que, sendo assim, até 2019 poderiam realizar obras importantes para a região. Comunicou que fazia parte da Comissão de Defesa Civil e disse que lá estavam sendo realizadas grandes obras, principalmente nas barragens de Taió, também com recursos do governo federal. Informou ainda que no próximo dia 15 de julho iria acontecer uma audiência pública no Município de Braço do Trombudo para discutir o impacto ambiental das barragens de contenção de cheias dos rios Taió e Braço do Trombudo, montante da cidade de Rio do Sul. Ressaltou ser importante a participação de todos para entenderem o que estava acontecendo, justificando que na barragem de Taió estavam sendo realizadas obras e muitos moradores daquela localidade estavam preocupados com a situação. Desejou a todos um bom debate e agradeceu a todos. Prosseguindo, o **senhor Presidente** convidou para fazer uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que após saudar todos comentou que esteve no Município de Salete, onde havia participado de uma festa fantástica. Disse que se faziam presentes naquela audiência porque acreditavam no Orçamento Regionalizado. Colocou ainda que a SDR daquele Município tinha elencado trinta prioridades e que aquela era a oportunidade de o grupo escolher algumas delas e defini-las. Diante disto, afirmou que como os Deputados tinham o compromisso com Santa Catarina, tinham ido até ali apoiar e acompanhar o Orçamento junto com os Vereadores, Prefeitos e as lideranças locais, para que tudo efetivamente acontecesse. Aproveitou para reafirmar o compromisso de todos em lutar diante daquele momento difícil da política brasileira, acrescentando que todos tinham consciência para explicar ao cidadão o que não dava para fazer. Disse ainda que o cidadão estava cansado de elencar dez promessas e acontecer uma ou duas delas, e que por isso era preciso agir com seriedade e comprometimento. Dando continuidade, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que após os cumprimentos iniciais agradeceu a presença de todos. Expôs que todos conheciam o desafio do Orçamento, que sabiam da grande demanda e que tinham apenas um volume x de recursos. Afirmou a necessidade de serem claros porque havia um limite no Estado, em torno de R\$ 1 bilhão de investimentos/ano, com sobra de quase R\$ 25 milhões do Orçamento para investimentos e para fazer as políticas acontecerem. Frisou a necessidade de se abrir mão de grande parte das emendas na discussão do Orçamento na Assembleia Legislativa para respeitar as prioridades de cada região. Relatou que acompanhavam todos os anos as audiências públicas do Orçamento e destacou que sempre aparecia o debate sobre diversos assuntos, tais como: infraestrutura; recuperação das rodovias estaduais e construção de novas, comentando que o Prefeito Rodrigo sabia da luta deles em ligar a BR-177 do planalto norte ao Paraná; e políticas públicas gerais e da assistência social. Diante do exposto, falou que os Municípios estavam assumindo a área da assistência social e tantas outras políticas que eram do Estado, como os convênios com a Epagri, a Cidasc e a Polícia Militar. Concluindo, agradeceu a presença de todos e comunicou que estavam abertos à discussão, acrescentando que estavam assumindo o compromisso de defender as emendas levantadas tanto do Plano Plurianual como da LOA. Ato contínuo, o **senhor Presidente** retomou a palavra e registrou a presença da senhora Anadir Koch Belli, Presidente da Câmara de Vereadores de Salete; do senhor Vereador Jardel Fronza, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo; e do senhor Vereador Veroni Alves, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Campo. Após, passou a palavra para o **senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que saudou os presentes e ressaltou a importância da participação de todos. Disse ao Secretário que tinham visto que uma das prioridades para o PPA de 2016 a 2019 seria finalizar o projeto executivo e realizar obras de pavimentação asfáltica entre Vitor Meireles e Santa Terezinha até a BR-116, além da



implantação de polo regional hospitalar em Taió com ênfase em obstetrícia, entre outras. Relatou ainda que estiveram em Rio do Sul e tinham visto como era importante a participação de todos, acrescentando ter presenciado a aflição do Prefeito daquela cidade com o mau tempo, porque o rio estava enchendo e se as águas chegassem a 6,5 metros a cidade infelizmente iria sofrer. Acrescentou que o Prefeito, sabendo disto participara da audiência porque estava ciente da sua responsabilidade na discussão e votação das prioridades. Destacou que aquele momento era importante porque o povo catarinense estava tendo a oportunidade de decidir suas prioridades. Agradeceu todos e despediu-se. Prosseguindo, o **senhor Presidente** registrou a presença da senhora Salvelina e, na sequência, passou a palavra para o **senhor Aristides Eloi Valentine, Prefeito em exercício de Taió**, que saudou os presentes e autoridades da mesa. Após cumprimentar a Vereadora Marliza Martins, de Taió, disse que a Câmara de Vereadores de Taió tinha o maior número de mulheres Vereadoras eleitas em Santa Catarina. Ressaltou a importância da participação da Regional na audiência para que o povo escolhesse suas prioridades e agradeceu a presença dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa que estavam prestigiando o povo daquela região. Concluiu citando mais uma vez a presença da vó Salvelina, cujo neto Marco Véio fez sucesso por todo o país. Ato contínuo, a palavra foi passada à **senhora Vereadora Marliza Martins da Câmara de Vereadores de Taió**, que saudou a todos. Afirmou que aquele momento era muito importante porque iam escolher as prioridades, e solicitou que elas não ficassem apenas no papel. Disse que era preciso estarem unidos para cobrar aquilo que acreditavam ser prioridade para os Municípios, acrescentando que aquele era o momento para debaterem democraticamente, junto com o Secretário Tiago. Disse que a política era sempre boa, desde que a briga fosse saudável e que era daquela forma que iriam lutar. Informou que muitos Deputados estavam presentes e agradeceu a todos. Prosseguindo, o **senhor Presidente** passou a palavra para o **senhor Tiago Maestri, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió**, que cumprimentou os integrantes da mesa e demais presentes, dando as boas-vindas aos convidados. Falou que aquele dia era histórico à cidade de Taió e região porque havia muitas autoridades no evento. Disse ser importante o PPA, salientando que o que não estivesse priorizado e votado pela maioria, não seria realizado. Mencionou também que como gestor público era preciso haver um grupo responsável para levar adiante o crescimento da cidade, do Estado e do País, e agradeceu a presença de todos. A seguir, o **senhor Presidente** registrou a presença da senhora Ursula Hosang, presidente do Hospital e Maternidade Dona Lisette de Taió e justificou a ausência do Vereador Joel Sandro Macoppi, de Taió. Prosseguindo, disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, fazendo uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele



constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda tinha realizado no mês de maio com as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Taió. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para as SDRs de Taió.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Taió:

1	Conclusão e execução do projeto e pavimentação asfáltica entre Vitor Meireles/ Itaiópolis passando em Santa Terezinha até a BR-116.
2	Implantação de Polo Regional Hospitalar em Taió com ênfase em obstetrícia.
3	Readequação da SC-425 Mirim Doce BR-470.
4	Recursos para manutenção e investimentos nos hospitais da Regional.
5	Ajuste do projeto e execução da obra, acesso entre Taió e Mirim Doce.
6	Construção, reforma e ampliação de escolas na SDR de Taió.
7	Instalação do Quartel no município de Salete.
8	Revitalização da SC-114 trecho Taió/Salete.
9	Pavimentação asfáltica Salete/Rio do Campo.
10	Instalação de trevos, lombadas e sinalização nas rodovias estaduais da SDR de Taió.
11	Instalação do Quartel no município de Pouso Redondo.
12	Realizar projeto executivo e realização da obra de pavimentação asfáltica entre os municípios de Salete e Witmarsum.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Taió:

1	Conclusão e execução do projeto e pavimentação asfáltica entre Vitor Meireles/ Itaiópolis passando em Santa Terezinha até a BR-116.
2	Implantação de Polo Regional Hospitalar em Taió com ênfase em obstetrícia.
3	Revitalização da SC-114 trecho Taió/Salete.

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Taió: como titular, a senhora Ursula Hosang; e como suplente, a senhora Marcia Parecida Rosa de Lima. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, que agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt]

**DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



23ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **CURITIBANOS**

Data: 08/07/15

Horário: 18H30min – Quarta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**

Rua Archias Gans, 288

Centro

Curitibanos

CONSELHEIROS:

Titular: José Antonio Guidi - Prefeito

Suplente: Aldo Dolberth - Vice-Prefeito

Total de participantes: 71





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CURITIBANOS

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Pavimentação da SC-120, trecho Curitibanos - BR-282 (p/ São José do Cerrito) - SDR - Curitibanos
2	Pavimentação asfáltica da SC-451 – Frei Rogério/Liberata - SDR - Curitibanos
3	Pavimentação asfáltica da rodovia Ulysses Gaboardi – BR-116 (Campus da UFSC) - SDR - Curitibanos
4	Implantação da central de abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA) na região de Curitibanos - SDR - Curitibanos
5	Implantação e ampliação da rede de esgoto nos municípios da região e revitalização dos recursos hídrico - SDR - Curitibanos
6	Construção da perimetral SC-120 – Curitibanos/Anel viário - SDR - Curitibanos
7	Garantia de repasse para custeio e manutenção do hospital regional de Curitibanos - SDR - Curitibanos
8	Construção, reforma e ampliação de escolas - SDR - Curitibanos
9	Melhoramento na infraestrutura e segurança pública, instalação de câmeras de vigilância para melhor segurança ao cidadão - SDR - Curitibanos
10	Apoio financeiro para a construção de casas popular para famílias carentes- SDR - Curitibanos
11	Revitalização da SC-120, ligando Curitibanos a Lebon Regis
12	Construção de um centro de eventos regional - SDR - Curitibanos

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CURITIBANOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação da SC-120, trecho Curitibanos - BR-282 (p/ São José do Cerrito) - SDR - Curitibanos
2	Pavimentação asfáltica da SC-451 – Frei Rogério/Liberata - SDR - Curitibanos
3	Construção da perimetral SC-120 – Curitibanos/Anel viário - SDR - Curitibanos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CURITIBANOS

Municípios: Curitibanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Edson Rodrigues	Curitibano
02	Ju cos Babilio	Curitibano
03	Amaury Silva	Curitibano
04	Algemir de Melo Medeiros	Curitibano
05	Henrique Guion	ALESC
06	Vilma Fontana Maciel	Curitibano
07	Thelma Ferreira	Curitibano
08	DANIEL SANTIAGO BARBOSA	CURITIBANOS
09	Leão Leonardo de Medeiros	Sta Cecilia
10	Antônio Luiz Apuzelli	Sta Cecilia
11	Tasso Luiz Rhoden	Sta Cecilia
12	JOÃO C. CONDEIRO	Frei Rogério
13	HIDEKI WASHIKI	Frei Rogério
14	WILLIAM THIAGO BASS	Ponte Alta
15	Roberto Adriano Röper	Frei Rogério
16	Francisco Inácio Luvise	Sta Cecilia
17	Antonio A. Gnetta	Curitibano
18	Marisa B. G. Guion	Curitibano
19	Dulce G. de Almeida	Curitibano
20	Eliane Haedo Fontana	Curitibano
21	ARCILJO ALVES	Curitibano
22	Luiz, Dnt: Veiga Beckert	PM
23	DJALMA SANTOS NIBOS	ORMSC



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CURITIBANOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Leon Franco Morlin	Itajaí
25	FELIS CAMARGO	Itajaí
26	Olíane Böeing	Fpolis
27	Sini Blind	Blum/ São. sul
28	GILBERTO CERUZA	SEF / Fpolis
29	Neto Saretta -	Itajaí
30	Guilherme R. dos Santos	Fpolis/SE
31	ALDO DOBBEATI	curitibanos
32	Ita Magina	Itajaí
33	Leide Furlan	Antônio Lacerda
34	Adriano Furlan	Curitiba
35	Stelrei F. de Souza	Curitiba
36	Rogério Franquesini	Curitiba
37	Cristina M.ª Moraes Eulharelh	Curitiba
38	DRACEU DRESCH	Curitiba
39	JOSE ANTONIO GUIDI	Curitiba
40	Michael Moratim da Silva	Curitiba
41	Ulysses Gabandit.	Curitiba
42	João R. Camargo	Curitiba
43	Marcio Polletto	Curitiba
44	TISON	Curitiba
45	Sidnei Furlan	Curitibanos
46	João Luiz Nascimento	Curitibanos
47	João Paulo	Curitibanos
48	Roberto Sorelli.	Curitibanos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CURITIBANOS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Ruy Braun	Curitibanos
50	Atômio B. Tenreiro	Fra. Rogério
51	Milseu Maciel da Silva	Curitibanos
52	Julio Julio de Lij	Curitibanos
53	ANDRÉ RIBEIRO DE FIGUEIREDO	CURITIBANOS
54	OTACIR MOTTOLA	JOINVILLE
55	MARY AP. PELEGRINI	CTBANOS
56	Uauá de fatima Paludo	CTBANOS
57	Daniel França de Vargas	S. Cristóvão do Sul
58	Diamara Bedit	SCSul
59	FABIANO DOS S. SILVEIRA	CURITIBANOS
60	Marcio Benckemais.	Bonita Alta.
61	Luiz C. Dufres J.	CTBANOS
62	Paulo André de Lencastre	Fra. Rogério
63	Anderson Luiz de Lencastre	Fra. Rogério
64	Angelina de Lorenzi	Fra. Rogério
65	Edson	Curitibanos
66	Ediângela Macali da Rosa	Curitibanos
67	Erica S Macali	Curitibanos
68	Edgar Antônio da Rosa	Curitibanos
69	Leomardo Cavalli	Curitibanos
70	William Spiniço	Curitibanos
71	Edr Mesquita	Curitibanos
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 23ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE CURITIBANOS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
CURITIBANOS NO DIA 08 DE JULHO DE 2015, ÀS 18H30MIN**

Aos oito dias do mês de julho de 2015, às 18h30min, no plenário do Poder Legislativo de Curitiba, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Curitiba e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima terceira audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o senhor Roque Stanguerlin, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba; o senhor José Antonio Guidi, Prefeito de Curitiba; o Vereador Arcílio Alves, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba; e Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado da Assembleia Legislativa. Ato contínuo, convidou a fazer uso da palavra e para presidir os trabalhos da audiência pública o **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que cumprimentou todos os presentes e parabenizou todos os Vereadores e a comunidade de Curitiba pela belíssima Câmara de Vereadores; também agradeceu ao Prefeito pela receptividade. A seguir, registrou a presença das seguintes autoridades, senhora Sisi Blind, Prefeita de São Cristóvão do Sul; senhor Hideki Iwasaki, Prefeito em exercício de Frei Rogério; senhor Aldo Dolberth, Vice-Prefeito de Curitiba; senhora Neide Terezinha Furlan, Secretária Municipal da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Curitiba; senhor Amaury Silva, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Curitiba; Vereador João Reus de Camargo, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba; senhor Antônio Bitencourt,



Presidente da Câmara Municipal de Frei Rogério; Vereadores de Curitibanos Ivan França Moreira, Luiz Cesar Abrahão, João Maria de Nascimento, Sidnei Furlan, Marcio Damiani Poletto de Souza, João Flaris Camargo, Valdir Pomerrenning, e Vereadora Vilma Natalina Fontana Maciel, a quem convidou para fazer parte da mesa dos trabalhos representando as mulheres ali presentes; Tenente-Coronel Luiz Antônio Veiga Beckert, Comandante da 2ª Região de Polícia Militar de Curitibanos; senhor Daniel Santiago Barbosa, Defensor Público de Curitibanos; senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretária de Estado da Fazenda; do Subtenente BM Djalma Santos Niles, representando Tenente-Coronel BM Edson Tadeu, comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Curitibanos; senhor Roberto Adriano Roper, coordenador Regional da Defesa Civil; professora Mestra Mary Aparecida Pelegrini, diretora do *campus* de Curitibanos da Universidade do Contestado. Prosseguindo, disse que aquela era a vigésima terceira reunião que eles estavam fazendo cumprindo o que determinava a Constituição do Estado. Relatou que, haviam começado aquele segundo roteiro, na segunda-feira, de manhã, e que até o momento atual, não contando com os Municípios daquela região nem com as pessoas que estavam ali, mas até o Município de Taió, atenderam 60 Municípios, mantiveram contato com 705 lideranças, sendo que prepararam 96 itens para o Plano Plurianual e 48 prioridades para o Orçamento 2016, totalizando oito audiências, sendo a de Curitibanos a nona audiência pública. Prosseguindo, contou que no primeiro roteiro realizavam três audiências por dia, começando por Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira; São Lourenço, Maravilha e Palmitos; Chapecó, Xanxerê e Concórdia; Joaçaba, Caçador, Videira, e por fim, Campos Novos e Lages. Indo além, disse que após aquela audiência em Curitibanos, no dia seguinte, estariam pela manhã, em Canoinhas; à tarde, em Mafra, e à noite em Jaraguá do Sul; e, na sexta-feira, pela manhã, em Joinville, à tarde em Florianópolis. Dito isso, informou que o terceiro roteiro seria no mês de agosto, na região sul do Estado, em Laguna, Tubarão, Criciúma e Araranguá. Desse modo, conseguiriam ouvir todo o Estado de Santa Catarina, e observou que a responsabilidade dos presentes era grande, porque eles iriam garantir as doze prioridades para a região nos próximos quatro anos, e dessas, três para o Orçamento de 2016. Explicou que o Plano Plurianual iria começar a valer a partir de 1º de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2019. Ressaltou ainda que, senão estivesse no PPA, o governo não iria conseguir colocar no Orçamento do ano 2016. Explicou que àquela reunião se desenvolveria em duas partes, a primeira seria a oitiva dos componentes da mesa e, a segunda, mais técnica com a escolha das ações para a região. Registrou ainda a presença do senhor Fabiano dos Santos Silveira, Delegado da Polícia Civil de Curitibanos; do Vereador Márcio Hemkemaier, de Ponte Alta do Norte. Dito isso, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os componentes da mesa e os demais presentes. Reiterou a fala do Deputado Kennedy de que aquela audiência era a oportunidade que a Assembleia Legislativa dava, de forma constitucional - eles eram obrigados a fazer todos os anos -, à sociedade de elencar as prioridades, através das suas lideranças, que eram desejo da região. Prosseguindo, explicou que não eram apenas aquelas prioridades que iriam para o Orçamento, pois tinha as prioridades estabelecidas pelo governo e as emendas feitas pelos Parlamentares, mas observou que as prioridades definidas pelos presentes, deveriam ser respeitadas por ser a vontade da maioria da região. A seguir, reconheceu que a produtividade da região de Curitibanos fazia a diferença no contexto econômico de Santa Catarina, e que eles mereciam elencar as doze prioridades para o PPA e, dessas, três prioridades para o Orçamento de 2016, observando que cabia ao governo do Estado fazer com que elas acontecessem na realidade. Ressaltou que era importante que as prioridades contemplassem não só o Município sede, mas também todos os Municípios que faziam parte da regional. Registrou ainda que acreditava que a SDR já havia feito uma discussão antecipada das prioridades. Finalizou



desejando que fossem bem-vindos à região e que fossem elencadas prioridades importantes para a região e para Santa Catarina. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e disse que a Assembleia Legislativa havia suspenso as sessões ordinárias para que os Deputados pudessem acompanhar as audiências, ouvindo a comunidade regional na definição das suas prioridades. Informou que o instrumento do Orçamento Regionalizado havia sido criado pela Assembleia Legislativa a partir de uma Emenda Constitucional do Ex-Deputado e Ex-Prefeito de Joinville, Carlito Merss, e que assim oportunizou-se que as regiões definissem as obras prioritárias a serem colocadas no Orçamento do Estado. Frisou que ao longo dos anos não havia um comprometimento na execução das obras escolhidas como prioridades, mas que o processo havia evoluído primeiro, aprovando uma Emenda Constitucional que tornava a decisão do Orçamento Regionalizado impositivo, ou seja, obrigatório. Observou que ainda faltava regulamentação de como aquilo se daria. Prosseguindo, em segundo lugar, disse que os Deputados haviam assumido o compromisso, na Assembleia Legislativa, de que, se alguma obra escolhida como prioridade, não fosse contemplada no Orçamento do Estado, quando chegasse à Assembleia Legislativa para apreciação, seria incluída pela Comissão de Finanças e Tributação, por emenda do Relator do Orçamento, com o apoio de todos os Deputados. Reiterou a importância do fortalecimento do debate regional com a comunidade local definindo as prioridades, assim sendo, as obras que saíssem dali, não seriam obras de um Prefeito, de um Vereador, de um Deputado, mas sim da comunidade regional, encampadas por todos. Encerrou, desejando um bom trabalho a todos e que esperava que fosse definido um bom conjunto de obras para a região. Na sequência, **o senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, registrou a presença do senhor Luiz Carlos Righes Júnior, Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo de Curitiba; da Vereadora Liamara Leobet, Presidente da Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul. A seguir, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, rapidamente, disse que não poderia deixar de registrar que tinha uma relação afetiva muito grande com Curitiba. Prosseguindo, historiou um pouco de sua vida política na região começando como chefe de gabinete da Assembleia Legislativa, quando era Presidente o Deputado Estadual Onofre Santo Agostini, um dos maiores Parlamentares da história da Assembleia; e que quando foi Prefeito, desde a primeira vez, de Arroio Trinta estabeleceu uma relação espetacular com os sucessivos Prefeitos de Curitiba. Disse que há poucos dias havia recebido o Prefeito Dudão (maneira carinhosa como era tratado pelos amigos), de Curitiba, que apresentou um projeto ousado que ele tinha de um conjunto habitacional pensando no futuro e na qualidade de vida dos curitibanos. Indo além, observou que Curitiba era o centro de uma região importante do Estado, e exercia liderança entre as demais devido a sua topografia e devido à qualidade das pessoas que exerciam suas funções com brilhantismo. Prosseguindo, somou-se aos discursos dos Parlamentares que o antecederam e disse que era solidário em cobrar, junto ao governo do Estado, as principais ações que seriam definidas naquela noite. Afirmou que aquele era um momento muito importante e memorável, porque estavam pensando no futuro e, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida das pessoas, que era a essência do trabalho dos políticos. Agradeceu a oportunidade e desejou sucesso à reunião. Na sequência, **o senhor Presidente** concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e membro da Comissão de Finanças e Tributação**, que após os cumprimentos de praxe, disse que estavam fazendo um grande esforço para visitar todas as regiões, e que quando discutiram, na Comissão de Finanças e Tributação, de fazer todas as regionais, ele entendia de que era importante a Assembleia estar mais próxima da comunidade para discutir o Orçamento. Indo além, disse que o Orçamento era



um dos únicos mecanismos que os presentes tinham de ter contato com aquele debate e de poderem dar opinião. Disse que aquele esforço, muitas vezes, havia sido pouco valorizado, como alguns Deputados disseram ali, porque a porcentagem dos investimentos era muito pequena e ela continuava sendo pequena. Desse modo, eles compreendiam que, no debate do Orçamento, a demanda sempre era muito maior do que as possibilidades, e os gestores públicos ali sabiam muito bem do que ele estava falando. Afirmou que as demandas que a sociedade trazia eram muito grandes, mas precisavam discutir qual a possibilidade de ampliar a arrecadação dos recursos para o Estado e rever a forma como se administrava o Estado para ter mais recurso. Prosseguindo, disse que o Orçamento era perto de R\$ 25 bilhões e que sobrava menos de 1% para investimento. Contou que normalmente, nas audiências públicas, as prioridades elencadas eram questões da infraestrutura, que era importante, porém, existiam outras demandas que a sociedade carecia e que eles, enquanto Deputados, estavam abrindo mão de apresentar emendas ao Orçamento e priorizando o que vinha das regiões. Desse modo, os presentes tinham uma responsabilidade maior do que a dos Deputados, quando se falava em Orçamento, que tinham o dever de aprovar as prioridades elencadas pela região, e que eles estavam respeitando o que vinha da região como prioridade. Observou ainda que existia um acordo, na Comissão de Finanças e Tributação, que o que não fosse incluído como prioridade da região no Orçamento pelo Executivo, eles iriam incluir, através de emenda do Relator do Orçamento. A seguir, perguntou e ele mesmo respondeu, como que se fazia aquilo, explicando que tinha as demanda da infraestrutura das rodovias - que no evento do ano anterior já tinha ido para a pauta -, da ligação com São Cristóvão e tantas outras, mas eles também tinham uma pressão muito grande da sociedade na questão da segurança pública, que vinha com força de todas as regiões para melhorar a segurança no Estado; o tema da saúde, que era gritante e exigia investimentos; a área da educação, que todos falavam que tinha que ser prioridade; o tema da agricultura, a região era extremamente agrícola; o problema de muita gente saindo da Epagri e da Cidasc, e era preciso contratar mais gente para atender os agricultores; e tantas outras demandas. Dito isso, contou que estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos e que a região carecia de grandes demandas na área de assistência social. Observou que aquele era o desafio a ser discutido no Orçamento e que ele queria provocar um pouco à plenária, porque eles na Assembleia não tinham mais possibilidade de apresentar emendas. Desse modo, as emendas tinham que vir das regiões e dos Municípios para que eles tivessem o máximo de abrangência quanto às questões a serem discutidas no Orçamento. Prosseguindo, comentou que eles tinham recursos federais como o Fundam, que eram recursos de financiamento, que vieram através de uma articulação estadual/federal, mas estavam ali para discutir os recursos do Estado para investimento na região. Em seguida, **o senhor Presidente** passou a palavra ao **Prefeito José Antonio Guidi (Dudão), de Curitiba**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e desejou que fossem bem-vindos a Curitiba, para a discussão as prioridades da região, bem como, do Município de Curitiba. Disse que muitos dos que estavam ali sabiam que os Prefeitos estavam na berlinda e que era preciso fazer uma reforma institucional, política, econômica para representar os Municípios conforme as cobranças que tinham no dia a dia. Informou que já haviam discutido as prioridades, e que depois o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional daria conhecimento à plenária das ações elencadas. Finalizou, ressaltando que sempre era um avanço realizarem audiência. Desejou que todos fossem bem-vindos. Na sequência, a palavra foi concedida ao senhor **Roque Stanguerlin, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, ressaltou a importância daquelas audiências e disse que eles tinham a felicidade de os cinco Municípios da Amurc fazerem parte da SDR de Curitiba. Prosseguindo, falou que a discussão era salutar e que eles haviam conversado com os Prefeitos e tiraram 31 prioridades para a região, e dessas, elencaram as doze prioridades para o PPA. Afirmou que tinha certeza absoluta que a platéia daria apoio às prioridades na área da educação,



na área de infraestrutura, nos recursos para o Hospital Regional, e na área de infraestrutura, porque a discussão era importante. Registrou que eles tinham ações do governo do Estado, que estava aplicando mais de R\$ 100 milhões só na infraestrutura da SC 120, Curitibanos/São José do Cerrito. Reiterou que eles tinham mais prioridades e eles aprenderam, em Curitibanos, que quanto mais pediam mais ganhavam e que ninguém ficava pobre pedindo. Disse que tinha certeza que os Deputados iriam auxiliar, juntamente com o governador Raimundo Colombo e com o Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, para que eles pudessem realizar as prioridades regionais para o desenvolvimento daquela região que tanto havia contribuído para o crescimento do Estado de Santa Catarina. Agradeceu a oportunidade. Ato contínuo, o senhor Presidente passou a palavra ao **Vereador Arcílio Alves, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitibanos**, que cumprimentou os presentes e disse que era um orgulho recebê-los em Curitibanos. A seguir, agradeceu a participação de cada um na escolha das prioridades para a região, e observou que esperava o apoio incondicional de todos para viabilizar as doze prioridades a serem incluídas no PPA e, dessas, as três prioridades para o Orçamento de 2016. Reiterou que era um orgulho receber todos os presentes em Curitibanos e agradeceu a oportunidade. Ato contínuo, antes de passar a segunda etapa da reunião, o **senhor Presidente**, informou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, como falou o Secretário, já havia feito uma reunião na qual escolheram 31 prioridades para a reunião, e, dessas definiram 12 para o PPA. Relatou que eles estavam vendo, naquelas audiências, que algumas nomenclaturas eram muito parecidas, outras não eram específicas para colocar no PPA, e que, às vezes, vinha da comunidade algum pedido novo para ser incluído no PPA. Desse modo, explicou que o Secretário fazia um trabalho prévio com todos os Prefeitos da região, uma pré-escolha, mas que era aquele ambiente que iria referendar ou ratificar as prioridades para a região a serem incluídas no PPA e na LOA de 2016. Agradeceu a presença dos Deputados e disse que, a partir daquele momento, o que iria valer era a mobilização deles. Desse modo, terminada a fase da fala das autoridades, desfez a mesa dos trabalhos e passou a palavra ao **senhor Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos naquela noite para discutir o planejamento do governo e o Orçamento para 2016. Registrou que aquele processo acontecia, desde 1997, na Assembleia Legislativa, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecer em seu artigo 48, que os Poderes constituídos, federal, estadual e municipal, tinham que fazer audiências públicas para o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária. Prosseguindo, disse que aquele era momento que eles tinham para participar da elaboração do Plano. Explicou que o Plano Plurianual, conforme dizia no artigo 120 da Constituição do Estado, iria expor de forma regionalizada os objetivos, as metas da administração pública, para despesas de capital, que eram as obras de instalações; outras delas, decorrentes, que eram pagamento de água, de luz, de telefone, de pessoal; e aquelas despesas de duração continuada, que era com saúde, com educação, assim sendo, tudo estava englobado dentro do Plano Plurianual. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao técnico da Secretaria de Estado da Fazenda, senhor Guilherme Kraus dos Santos, e que depois se reuniriam em grupo para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de



constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, juntamente com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Curitibanos. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Nelson Henrique Moreira**, disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. (*O grupo de trabalho se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Curitibanos.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Nelson Henrique Moreira** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Curitibanos para o PPA 2016/2019:

1	Pavimentação da SC- 120, trecho entre Curitibanos – BR-282 (p/São José do Cerrito) - SDR de Curitibanos
2	Pavimentação asfáltica da SC-451 – Frei Rogério/Liberata - SDR de Curitibanos
3	Pavimentação asfáltica da rodovia Ulisses Gaboardi – BR- 116 (<i>campus</i> da UFSC - SDR de Curitibanos
4	Implantação da central de abastecimento do Estado de Santa Catarina (Ceasa) na região de Curitibanos - SDR de Curitibanos
5	Implantação e ampliação da rede de esgoto nos Municípios da região e revitalização dos recursos hídricos - SDR de Curitibanos
6	Construção da perimetral SC-120 – Curitibanos/Anel viário - SDR de Curitibanos
7	Garantia de repasse para custeio e manutenção do Hospital Regional de Curitibanos - SDR de Curitibanos
8	Construção, reforma e ampliação de escolas - SDR de Curitibanos
9	Melhoramento na infraestrutura e segurança pública, instalação de câmeras de vigilância para melhor segurança ao cidadão - SDR de Curitibanos
10	Apoio financeiro para a construção de casas popular para famílias carentes - SDR de Curitibanos
11	Revitalização da SC-120, ligando Curitibanos a Lebon Regis - SDR de Curitibanos
12	Construção de um centro de eventos regional - SDR de Curitibanos

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Curitibanos para a LOA 2016:

1	Pavimentação da SC- 120, trecho entre Curitibanos – BR-282 (p/São José do Cerrito) - SDR de Curitibanos
2	Pavimentação asfáltica da SC-451 – Frei Rogério/Liberata - SDR de Curitibanos
3	Construção da perimetral SC-120 – Curitibanos/Anel viário - SDR de Curitibanos



A seguir, anunciou os conselheiros escolhidos para Curitibanos: como titular, o senhor José Antonio Guidi e, como suplente, o senhor Aldo Dolberth. Após o registro das prioridades elencadas, passou a palavra ao Deputado Estadual Kennedy Nunes para proceder ao encerramento. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, nada mais havendo a tratar, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

**DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



24ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **CANOINHAS**

Data: 09/07/15

Horário: 09h30min – Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua Três de Maio, 150
Centro
Canoinhas

CONSELHEIROS:

Titular: Luiz Alberto R. Faria-Prefeito

Suplente: Wilson Pereira-Vice-Prefeito

Total de participantes: 122





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CANOINHA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Revitalização da SC-135, ligando Porto União a Caçador.
2	Reabilitação da SC-477, Trecho Canoinhas/Major Vieira – BR-116.
3	Construção, ampliação e aquisição de equipamentos para unidades sanitárias – SDR- Canoinhas.
4	Implantação de perimetral de Três Barras - SC-303 - ligação BR-151.
5	Pavimentação da SC- 303, trecho entre a BR-280 até Timbó Grande.
6	Construção de Centro Eventos de Canoinhas - SDR - Canoinhas.
7	Incentivo à implantação de áreas industriais - SDR – Canoinhas.
8	Construção do Centro Cirúrgico do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.
9	Tornar a unidade do HEMOSC de Canoinhas uma unidade distribuidora de sangue, e não apenas coletora como ocorre atualmente, de modo a atender os hospitais de toda a região. Ser uma distribuidora.
10	Criação de Núcleos Industriais, Tecnológicos e agroindustriais/FIES. Abrangência da SDR-Canoinhas.
11	Construção de uma ponte ligando Porto União a Irineópolis no Distrito de Santa Cruz.
12	Criação de duas escolas de Ensino Médio, onde funcionam as extensões no Distrito de Felipe Schmidt e na localidade de Rio D'Areia do Meio.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR- CANOINHAS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Reabilitação da SC-477, Trecho Canoinhas/Major Vieira – BR-116.
2	Incentivo à implantação de áreas industriais - SDR – Canoinhas.
3	Construção do Centro Cirúrgico do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CANOINHAS

Municípios: Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	ANSELMO CARLOS	FLORIANÓPOLIS
02	BRUNO R. OLIVEIRA	FLORIANÓPOLIS
03	GEAN LORIANO	FPOLIS
04	RICARDO DASTONI	PORTO UNIÃO
05	RUY BRUYER DE CAVALHO	IRINEÓPOLIS
06	CRISTIANE JUNILAN	Canoinhas
07	Paulo Kovalicki	CAMARA P. UNIÃO
08	Ricardo do Pledge	
09	Eva Rossi / Romanowski	Educação
10	Juelli Maciel	Canoinhas
11	Guilherme Klaus do Toldo	fpolis.
12	Stas J. do Prado	
13	Robson L. Curvelo	
14	Cláudio Severgnini	
15	Christian Martins	Porto União
16	Selma Bley	Canoinhas
17	Kennedy Nunes	ALESC
18	PAULO FARIAS	CANOINHAS
19	Jana Klau dia S. Araújo	Canoinhas
20	DEP. SILVIO DREVECK	S. BENA DO S.
21	Eva Colapera	Canoinhas
22	Mazey Antonio Bussler	Canoinhas
23	DETO PASSOS	CANOINHAS.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CANOINHAS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Alceu Lung	Porto União
25	Michelle Janieski	Porto União
26	Eva Rosoni Romanowski	Canoinhas
27	Gilberto Canoinhas	SEF/Epais
28	TOMIR J. SAMOS	CANOINHAS
29	Silvia Maria Pradofante	Canoinhas
30	Isidra Schaefer	Canoinhas
31	CLAUDIO H. MATHIAS	CANOINHAS
32	PAULO TOKINSKI	CANOINHAS
33	Joereio Mielke	
34	OSNI FAGGI	PMRV CANOINHAS.
35	Antonio Gilberb Canoinhas	SDR CANOINHAS
36	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
37	Alexandre Assis Tomporosi	UNC/CNHAS.
38	Egon Kautschbaum	ALESC
39	Quintino Everton Jungles	Canoinhas
40	RAULO EDUARDO LOCHA FAIS Jr	CANOINHAS
41	Paulo H. Krautshoff	Canoinhas
42	Renato Quetianski	CANOINHAS
43	Jean Vanderlei	Canoinhas
44	Isidra Miller	Canoinhas
45	ALFREDO LANS SWITETUS	Canoinhas
46	WILMAR SUDOSKI	CANOINHAS
47	BETO PATIA	CANOINHAS
48	PAULO GLINSKI	CANOINHAS-SC



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CANOINHAS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	José Alexandre docha	Foz de Itajaí
50	GUSTAVO CORREIA	CANOINHAS
51	MOSÉ CARLOS PANCRATZ	II
52	Francisco Haag	II
53	CATALINA LAZARE	ALESC
54	RICARDO MARTIN	26ª SDR
55	Elis Vieira Magalhães	B.U.T.
56	Isabela F. Lourenço	M. José
57	Dandra G. Nascimento	Campanha 26ª Base
58	Suelen Alves Urszinski	Canoinhas
59	Maria Tereza Barbara	26ª GERSA
60	Walter M. Knesel B.	CANOINHAS
61	Roberto	J. J. J.
62	Gildo Hoffmann	F. Barros
63	Alfredo César Duarte	Preto V. João
64	DERBY FONTANA NETO	CANOINHAS
65	Patricia Krüger Schiessl	CANOINHAS
66	Selange Stelzer	Canoinhas
67	James Miguel Lanke	CANOINHAS
68	Julio César Spadoti	Canoinhas
69	MARCOLO TOKARSKI	II
70	Tatiana Bulonik	Canoinhas
71	RODOLFO ZIPPEKER - CIDASC	CANOINHAS
72	Carlos Schiessl	Preto V. João
73	ANDREIA SILVA	26ª GERSA. Canoinhas



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CANOINHAS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Danielle Emmaes Brey	Canoinhas
75	MAURICIO ESTUDARSK	DEPUTADO
76	Edson Luz Biluk	Conselho de Bombeiros
77	ARAO JOSÉ BURGAS	Canoinhas
78	Carine Weiss Carneiro	SENAR/SC
79	EDSON ANTOCHESKI	REGIONAL APECE CIVIL
80	JOSÉ SEFIN	Canoinhas
81	Gilson Luiz Guimarães	Sec. Planejamento
82	Ricardo Souza de Oliveira	SDR. CNI
83	Marcos Paulo S. Simões	São Barras
84	Wesley F. Dias	Porto União
85	FERNANDO BARULHO	PORTO VÍCIO
86	Luiz O. Cardoso	T. BOM SDR
87	Letícia Schulka Picante de Souza	Canoinhas
88	GILSON LUZ GADOTTI	MATOS COSTA
89	FRANCIELI COSTA COLLA	26ª Gm. Comanda
90	Valdir Rogério Dallabrida	UPC
91	DIRECU DRESCH	Canoinhas
92	Roberto R. H. Alves	Canoinhas
93	Fzane M.ª Leiva	Canoinhas
94	José Luiz Leão e z	CAM. CANOINHAS
95	Marcia Grieschen Pereira	Bela Vista do Toldo.
96	Dayana Grein	26ª GERSA
97	FRANCIELI COSTA	VEREADOR
98	BENE CRIVELLO	Canoinhas



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CANOINHAS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Carlos Rogério Pinto	P. União
100	MARCOLO STORCK	P. União
101	CEU'O GAMESKI	CANOINHAS
102	OTANIR MATTIO CA	Jornville
103	PERCY STORCK	Porto União
104	Anderson Luiz de Lima (SSC)	Canoinhas
105	Marcelo Augusto Costa (SSC)	Canoinhas
106	GILBERTO BRITTO	P. União
107	EDUARDO R. CARPINSKI	P. União
108	Flávia Lúcia Haensch	Canoinhas
109	Tara Búia Leandro Leite	Canoinhas
110	Caio AUGUSTO	Porto União
111	Edmilson Luiz Freitas	Canoinhas
112	Samuel P. Santos	Canoinhas
113	Dalmo Clau de Oliveira	Jornville
114	Geovani Baggio	Itell
115	ARILDO P. CALVO SO	Itell
116	Ednei Baggio	Jornville
117	Carlos Eduardo Virelli	Canoinhas
118	Wagner Bilitchi	Canoinhas
119	Flora Glória de Lima	Itanópolis
120	Sandra Renate P. Nagel	Itanópolis
121	Antonio Paris Carreira	Canoinhas
122	Dono de prefer	Dep. Est.
123		

Dep. Es



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 24ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE CANOINHAS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
CANOINHAS NO DIA 09 DE JULHO DE 2015, ÀS 9H30MIN**

Aos nove dias do mês de julho de 2015, às 9h30min, no Plenário João Seleme da Câmara de Vereadores, de Canoinhas, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Canoinhas e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima quarta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o senhor Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o senhor Ricardo Pereira Martin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR), de Canoinhas, representante do Governador Raimundo Colombo; o senhor Beto Faria, Prefeito de Canoinhas, representante dos demais Prefeitos presentes naquela audiência; o senhor Vereador Gilmar Martins (Gil Baiano), Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, representando os demais Vereadores presentes naquela audiência; e o senhor Nelson Henrique Moreira, representando a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, fez o registro da presença do senhor Renato Pike, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas; do senhor Guilherme Krauss, gerente de Avaliação do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; da senhora Vereadora Cris Arrabar, de Canoinhas; do senhor Vereador Vilmar Sudoski, de Canoinhas; do senhor Vereador João Grein, de Canoinhas;



do senhor Vereador Paulo Glinski, de Canoinhas; do senhor Vereador Neno Pangratz, de Canoinhas; do senhor Argos José Burgardt, Secretário de Administração e Finanças do Município de Canoinhas; do ex-Prefeito Paulo Farias, de Canoinhas; do senhor Prefeito Orildo Antônio Severgnini, de Major Vieira; do senhor Ricardo Dragoni, Secretário de Finanças do Município de Porto União, representando o Prefeito Anísio de Souza, de Porto União; do senhor Vereador Christian Martins, de Porto União, representando a Câmara de Vereadores de Porto União; da senhora Vereadora Mara Carla Eufrásio Shimoguri, de Três Barras; do senhor Vereador Paulo Kovalski, de Porto União; do senhor Vereador Alceu Jung, de Porto União; do senhor Vereador Elcio Vieira Magalhães, de Bela Vista do Toldo; do senhor Marco Antônio Bubniak, coordenador do IGP de Canoinhas; do senhor Joércio Mielke, Secretário de Desenvolvimento Rural, de Canoinhas; do Subtenente da Polícia Militar Osni Paggi, Comandante da Polícia Rodoviária do Município de Canoinhas; do senhor Ivo Dolinski, coordenador regional da Fatma; do senhor Antônio Gilberto de Carvalho, gerente de saúde da SDR de Canoinhas; do senhor Alessandro de Oliveira, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; do senhor Alfredo Lang Scultetus, presidente da Associação Empresarial de Canoinhas; da senhora Carine Weiss Carneiro, supervisora da regional planalto norte do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); do senhor Tenente-Coronel dos Bombeiros Militar Edson Luiz Biluk, comandante do 9º Batalhão de Bombeiros Militar, de Canoinhas; do senhor ex-Vereador Beto Passos, de Canoinhas; do senhor Derby Fontana Neto, diretor administrativo do Hospital Santa Cruz de Canoinhas; da senhora Eva Rosane Magalhães de Melo, administradora escolar, representando a Gerência de Educação do Estado de Santa Catarina; do senhor Vereador Carlos Roderlei Pinto, de Porto União; do senhor Vereador Gilson Luiz Gadotti, de Matos Costa; do senhor Vereador Chiquinho da Silva, de Canoinhas; do senhor Bene Carvalho, Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Canoinhas; do senhor James Miguel Lanke, supervisor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Canoinhas; do senhor Rodolfo Zipperer, gerente regional da Cidasc, de Canoinhas; da senhora Solange, orientadora da Secretaria Municipal de Educação, de Canoinhas, representando o senhor Hamilton Wendt, Secretário Municipal de Educação, de Canoinhas; da senhora Márcia Pereira, presidente da APAE de Bela Vista do Toldo. Ato contínuo, convidou o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Darci de Matos, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa**, deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado, cumprimentando os presentes. Afirmou que aquela audiência tinha o objetivo de definir as doze prioridades da Regional a serem inseridas no PPA 2016-2019 e as três prioridades para o Orçamento de 2016, democraticamente, ao propiciar a ampla participação da comunidade. Explicou como ocorreria a dinâmica do trabalho no que se referia à ordenação das manifestações. Externou sua satisfação por estar naquela que era a região dos Deputados Antonio Aguiar e Maurício Eskudlark. Disse que o Orçamento se revestia da maior importância pelo fato de o governo, através da Alesc, estar concretizando as obras elencadas como prioridade no Orçamento, fundamentando que de nada adiantaria a comunidade definir as obras se o governo não as transformasse em realidade, e deu certeza que o governo iria realizá-las; e pelo fato de a essência do Parlamento, ou seja, a interação com a comunidade significar muito para o Parlamento catarinense. Após, salientou que aquele era um evento muito importante para todas as Regionais do Estado. Então, agradeceu a presença de todos e desejou uma ótima reunião aos presentes. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **senhor Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que todos os que lá compareciam estavam preocupados com o planalto norte, salientando que aquela era uma audiência do Orçamento Regionalizado diferente das anteriores porque o Orçamento tinha



passado a ser impositivo. Afirmou que o Orçamento impositivo tinha sido aprovado na Assembleia e que o 1% definido no Orçamento como impositivo o governo deveria cumprir perante à Lei de Responsabilidade Fiscal, fundamentando que era por aquela razão que aquela audiência era diferente das demais realizadas nos anos anteriores. Registrou que a Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa estava percorrendo todas as Regionais do Estado com o intuito de debater o Orçamento participativo. Considerou o fato de a comunidade estar preocupada com o futuro do planalto norte muito positivo e registrou que ele, como Deputado Estadual na quinta legislatura, já tinha discutido por muitas vezes os sonhos daquela Regional. E citando alguns desses sonhos que foram realizados, listou os trinta milhões aplicados pela Casan no Município de Canoinhas; o Fórum que recebeu verba de 18 milhões por parte do Poder Judiciário; a compra do Colégio Sagrado Coração de Jesus que representava a história de todos os alunos que por lá tinham passado; o acesso a Santa Cruz de Timbó que após dez anos em obra tinha sido inaugurado pelo Governador Raimundo Colombo. Parabenizou os presentes pelas demandas por eles elencadas para o Orçamento de 2016 e assinalou que o planalto norte precisava de uma diferenciação no ICMS, caso contrário a região continuaria desigual em relação às demais regiões do Estado, a exemplo da região litorânea que recebia investimentos mesmo nos momentos de crise. Sobre esse ponto, a atual crise pela qual o País passava, pontuou que ela passaria e que, após aquela lastima, o Estado teria que crescer, salientando que o planalto norte também deveria ser contemplado com tal crescimento, principalmente no que se referia aos investimentos estaduais. Registrou que ele, assim como os demais Deputados lá presentes, estava imbuído em prol do planalto norte e aproveitou o momento para agradecer a presença dos Parlamentares naquela importante reunião para a Regional. Chamou a atenção da comunidade para o expressivo número de Deputados lá presentes numa clara demonstração de valorização por parte dos Parlamentares por aquela região. E deixando um abraço a todos, encerrou a sua fala. **O senhor Presidente** retomou a palavra e registrou a presença do senhor Célio Galeski, Secretário Municipal de Habitação, de Canoinhas; e do senhor Alexander Marcelo Costa, diretor da Unidade Prisional de Canoinhas. Informou que lá estava representando o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcos Vieira, e que a Regional de Canoinhas compreendia os Municípios de Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União, Três Barras e Canoinhas. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, que saudou a todos e, revelando ser jornalista, diria alguns números para enriquecer o debate. Referindo-se às palavras do Presidente Darci de Matos, quando esse mencionou que aquela era a vigésima quarta audiência do Orçamento Regionalizado para o ano de 2016, relatou a trajetória das audiências já ocorridas naquele ano pelo Estado. Enumerou, contando com aquela audiência, 73 Municípios participantes, 879 lideranças debatendo o Orçamento, 108 itens levantados para o Plano Plurianual (PPA) e 27 prioridades para o Orçamento de 2016. Ressaltou que as audiências já realizadas e as futuras eram de extrema importância porque a cultura da cidadania estava sendo criada ao montar o bolo do Orçamento estadual. Avaliando que muitos ainda não detinham pleno conhecimento daquele instrumento, explicou que o Plano Plurianual valeria de 1º janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, salientando a importância da escolha das prioridades a serem inseridas no PPA por aquela comunidade. Avisou que se a ação não constasse no PPA, não poderia ser elencada no Orçamento do ano posterior. Ainda explicando, fez a analogia de que o PPA era o trigo para se fazer o pão, para o qual poderia faltar o fermento, o sal, mas o trigo era de fundamental importância. E especificou que o PPA, as doze ações, era como o trigo para o pão. Mais uma vez disse que se a ação não constasse do PPA o governo não teria como executar tal ação. Comentou sobre as reuniões organizadas pela SDR de Canoinhas, a partir das quais foi elaborada uma proposta de ações a serem elencadas, e destacou que aquela era a assembleia soberana para ratificar, ou retificar, as propostas que a SDR tinha feito, uma vez



que o que a validava era o voto da comunidade. Confessou que o momento de votação das demandas pela comunidade o realizava como Parlamentar porque era um momento de pura cidadania. Encerrando, desejou bom trabalho a todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Edmilson Luiz Verka, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Canoinhas, e passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes, dizendo que era uma alegria estar presente naquela audiência. Lembrou o tempo em que a estrada até Porto União era caótica, assinalando que o planalto norte atualmente era uma região privilegiada em termos de estradas. Comentou sobre suas andanças pelas estradas no oeste catarinense e, comparando-as com as estradas da Bahia, nas quais os caminhões transitavam a 10 quilômetros por hora, desviando dos buracos, lastimou que muitas estradas catarinenses, principalmente as federais, estavam na mesma situação que as rodovias baianas. Dito isso, reforçou que o planalto norte catarinense estava bem contemplado no quesito rodovias. Afirmou que os Deputados poderiam aprovar as prioridades levantadas pela Secretaria Estadual da Fazenda e pela Secretaria de Desenvolvimento Regional na Alesc sem consultar as comunidades, mas que a preferência dos Parlamentares era ir até as Regionais para ouvir as lideranças e as comunidades e oportunizar a elas a escolha das prioridades que mais necessitavam para sua região. Sobre as prioridades elencadas nas reuniões do Orçamento realizadas nos anos anteriores, disse que 70% delas estavam sendo executadas. Destacou que o Estado de Santa Catarina era diferenciado, evoluído em todos os termos, democrático, detentor da melhor qualidade de vida e da maior expectativa de vida do País, e que por tudo aquilo deveriam preservar a qualidade de vida de todos os cidadãos catarinenses. Disse ainda que os Deputados lá estavam porque tinham compromisso com a região e iriam avalizar as escolhas da Regional, afirmando que continuariam a brigar na Assembleia pelas prioridades que constariam no PPA e no Orçamento de 2016. Pontuou que os problemas de Porto União e da região eram conhecidos e adiantou que com o aval dos munícipes o trabalho dos Deputados se tornaria facilitado. Encerrando sua participação, desejou bom-dia a todos, uma ótima reunião e que Deus os abençoasse. Após, o **senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e destacou dois pontos, sendo o primeiro na mesma direção adotada pelo Deputado Kennedy Nunes, quando esse mencionou a oportunidade de inclusão das demandas no PPA, legitimando a impossibilidade de execução de qualquer tipo de obra ou serviço público que não estivesse elencado no PPA. Acrescentando, afirmou que nem tudo o que estivesse elencado no Plano Plurianual seria executado, somente o que fosse realmente possível. Avistou a chegada do Deputado Estadual Dalmo Claro de Oliveira ao recinto daquela audiência, comunicando a todos da sua chegada. Concluindo o primeiro ponto, frisou a importância da apresentação das demandas prioritárias para a Regional. Quanto ao segundo ponto, disse da importância daquele momento para a apresentação das demandas para a LOA, e mais uma vez disse que nem todas seriam levadas a cabo, avaliando que mesmo elas não sendo executadas, elas serviriam de parâmetro para os Deputados reivindicarem junto ao governo estadual quando da possibilidade de alavancar recursos para as regiões. Por fim, destacou que eram nos Municípios, nas Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores que as pessoas procuravam os serviços públicos, e salientou que era na essência que se dava a oportunidade de valorização dos Municípios, e lastimou que nos últimos anos o inverso estava ocorrendo, porque os Municípios tinham o compromisso de ofertar serviços públicos, mas o retorno de receita era muito aquém das demandas. Encerrando sua participação, agradeceu a presença de todos, colocou-se à disposição para representar a região na defesa de suas demandas e deixou-os um abraço. Dando seguimento, o **senhor Presidente** retomou a palavra e convidou o Deputado Estadual Dalmo Claro de Oliveira para juntar-se às autoridades presentes na mesa, e, na sequência, passou a palavra ao



senhor Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa, que saudou os presentes. Após as saudações, fez um registro especial ao Deputado Antônio Aguiar pelo empenho do Parlamentar para com a cidade de Canoinhas e região, destacando que a Regional estava muito bem representada na Alesc e que estava de parabéns pela atuação exemplar do Deputado Antônio Aguiar. Analisando as falas dos oradores que o antecederam, disse que a importância e a razão principal daquela audiência tinham ficado muito bem definidas. Comentou sobre o livro “Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial”, de autoria do professor da Universidade do Contestado Valdir Roque Dallabrida, que fora distribuído naquela audiência, para sugerir um estudo aprofundado sobre ele, especialmente pelo governo estadual e federal. Pontuou o capítulo do livro intitulado “Desenvolvimento, Sustentabilidade Ambiental e Indicações Geográficas Agropecuárias”, e reportando-se ao Deputado Darci de Matos, com o qual estivera nas regiões de Caçador, de Curitiba, de Canoinhas, avaliou que muito ainda havia para ser feito em termos de desenvolvimento e investimento no agronegócio e no setor produtivo catarinense e brasileiro, especialmente naquelas regiões que eram detentoras de grande potencial agrícola. Explicou que havia comentado sobre o livro porque a obra lhe havia aberto os olhos para a necessidade de um amplo estudo responsável sobre aquele tema. Frisou, como o caminho mais justo e curto para a prática da justiça social, o desenvolvimento econômico e frisou que Santa Catarina havia grande potencial para crescer econômica, social e culturalmente para a felicidade dos catarinenses. Finalizando, desejou sucesso e felicidades a todos e lhes deixou um abraço. Já o **senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa**, após cumprimentar os presentes, disse que muitos poderiam pensar o que ele, Deputado representante da Capital catarinense, estaria fazendo em Canoinhas para participar da audiência do Orçamento Regionalizado, e explicou que lá estava numa demonstração clara de que para os Deputados era importante que o processo do Orçamento nas regiões fosse o mais legítimo possível e que a participação popular juntamente com os Deputados para ouvir as demandas valesse a pena. Acrescentou que a definição das prioridades para as Regionais poderia se realizar em reunião fechada sem a ouvida das lideranças e da comunidade, entretanto entendia, assim como os demais Deputados, que a discussão com a sociedade aproximaria o Parlamento dos catarinenses e legitimaria a escolha das prioridades. Analisando que o papel dos Deputados era legitimar o voto, enalteceu que essa legitimação não deveria acontecer somente no Parlamento, mas também no embasamento da escolha das emendas com a comunidade. Dito isso, parabenizou a Comissão de Finanças e Tributação, em nome de seus membros e dos servidores da Alesc que estavam percorrendo o Estado, subsidiando qualitativamente aquelas audiências. Registrou que os Parlamentares seriam cobradores do governo estadual na efetivação das obras. Após, aproveitou aquela oportunidade, como Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para falar da importância de os Municípios se credenciarem junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente para dar início ao processo de licenciamento nos próprios Municípios, tornando-os autossustentáveis uma vez que as taxas de licenciamento ficavam com os Municípios. Discorreu sobre a Lei Complementar 140 que definia aquilo que a lei poderia licenciar e aquilo que só a Fatma poderia licenciar, externando que não se justificava muitas vezes licenciar um posto de combustível, deslocar uma estrutura de Canoinhas até Porto União, por exemplo, para fazer a vistoria, o relatório, deliberar em dois, três meses o que poderia ser feito em dois, três dias. Adiantou que a Comissão de Meio Ambiente queria realizar no segundo semestre um grande seminário com o intuito de estimular os Municípios a adotarem a prática de descentralização e de aproximação da população às decisões governamentais, já que um dos papéis do Parlamento municipal era trazer boas sugestões que ajudassem na gestão pública. Registrou que fazia questão de estar presente naquela audiência para prestigiar o líder do seu partido, o Deputado Antônio Aguiar, confirmando que o Parlamentar era um defensor da região, era um Deputado



que dedicava o seu mandato à região, era um Deputado com conhecimento, que liderava o processo legislativo e que levava verdadeiramente as demandas da região ao conhecimento do Estado. Realçou que Canoinhas e região não tinham um Deputado na Alesc, mas um Deputado apoiado pelos demais 39 Deputados para que as ações da Regional pudessem ser concretizadas. Parabenizou a região pela liderança que a representava, avisou que poderiam contar com o trabalho dos Deputados e com a Assembleia para que todas as prioridades lá definidas se efetivassem. Em seguida, o **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e cumprimentou o professor Dallabrida pelo seu trabalho. Confessou seu gosto pelo debate sobre desenvolvimento regional, para o qual dedicava parte do seu trabalho. Salientou que o Estado brasileiro e o Estado catarinense tinham o papel determinante de provocar o desenvolvimento das regiões catarinenses. Evidenciou que os Deputados tinham o grande desafio de olhar para o conjunto dos setores, o que para a iniciativa privada era difícil porque olhava para o espaço mais rentável; e que o Estado tinha um grande papel naquela estratégia, o de proporcionar incentivos fiscais para que empresas se instalassem nas diversas regiões do Estado e não somente no litoral. Ainda evidenciou que o Estado tinha o papel de criar políticas de incentivo, o que era um grande desafio para o Estado, sinalizando que a região naquele debate do OER precisava discutir justamente aquele ponto, ou seja, como dividir os poucos recursos públicos disponíveis. Acrescentou que os políticos gostavam de fazer obras que aparecessem, como as obras de infraestrutura, alertando que o Estado investia em rodovias pelo interior do Estado, mas não investia na agricultura familiar, o que tornaria tais rodovias sem serventia devido ao êxodo rural. Então enalteceu a importância de se manter a juventude no interior, incentivando os potenciais humanos lá existentes, e de se olhar para além da infraestrutura. Como exemplo do que havia dito, citou o Centro de Pesquisa da Epagri que contribuía para a discussão de alternativas de produção para manter os agricultores, que eram a fortaleza da região, e de diversificação da produção de alimentos além daqueles que a região produzia. Após, citou várias emendas listadas nos anos anteriores que foram efetivadas, principalmente de infraestrutura, e outras que necessitavam de atenção. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, contou que a maior reclamação que a Comissão recebia dos Municípios catarinenses era a pouca ajuda por parte do Estado na área social, na saúde, na educação, na segurança pública. Novamente, salientou a importância de se olhar além da infraestrutura, focando no fortalecimento dos investimentos para a agricultura familiar e outros setores para estimular a permanência dos jovens e das famílias no interior do Estado. Ainda disse que os Deputados estavam abrindo mão das suas emendas na Assembleia para dar espaço às emendas das Regionais e assumiu o compromisso de lutar por elas no Parlamento para que efetivamente saíssem do papel. Encerrou agradecendo a oportunidade de se manifestar. Após, o **senhor Deputado Estadual Dalmo Claro de Oliveira** saudou os presentes e disse que não iria repetir o que já havia sido dito pelos seus Pares; apenas destacou a importância das reuniões do Orçamento. Reiterando as palavras do Deputado Natalino Lázare, concordou que o Estado era detentor de um imenso potencial de desenvolvimento na indústria, na agropecuária, na agroindústria, no comércio, na saúde, na educação e na assistência social, avaliando que o Estado e a União precisariam dar condições para que essas potencialidades aflorassem e os catarinenses conquistassem um desenvolvimento sustentável e adequado. Complementou que tudo aquilo seria conquistado com melhores aplicações na infraestrutura e nas áreas sociais, porque proporcionaria aos cidadãos uma qualidade de vida ainda melhor. Parabenizou todos pela presença, parabenizou o expressivo número de Deputados presentes pela qualidade da representatividade e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Fazendo uso da palavra, o **senhor Ricardo Pereira Martin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) de Canoinhas, representante do Governador Raimundo Colombo**, saudou os presentes e deu testemunho de algumas ações concluídas na região por mérito de audiências do Orçamento



ocorridas nos anos anteriores, especialmente no que se referia à rodovia BR-280. Ainda citou a conclusão da obra do trecho entre a BR-280 até Santa Cruz do Timbó, inaugurada pelo Governador Raimundo Colombo, e os avanços na questão energética da região. Dito isso, ressaltou a importância dos municípios apontarem e defenderem tudo o que era importante para a região. Agradeceu a presença dos Parlamentares, em nome do Governador, e a parceria entre o governo do Estado e os Três Poderes, que fazia do Estado referência nacional e internacional. Terminando, agradeceu a oportunidade de se manifestar e desejou um bom-dia de trabalho. O **senhor Beto Faria, Prefeito de Canoinhas, representante dos demais Prefeitos da Regional**, saudou todos e, observando que 25% do Parlamento estadual lá estavam presentes, o que demonstrava a grande representatividade e importância da região, além da sensibilidade dos Deputados para com a região, agradeceu a presença marcante da bancada estadual naquela reunião. Disse aos Deputados que a AmplaNorte, Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense, tinha sido dividida em função da reunião do Orçamento em Mafra e em Canoinhas, e que a região tinha avançado muito na direção do desenvolvimento regional. Complementou que o desenvolvimento da região ocorreu devido à condição importante de os Prefeitos anteriores terem promovido a criação da AmplaNorte, compreendida pelos dez Municípios do planalto norte. Contou que os Prefeitos dessa Associação tinham promovido agendas a nível estadual e federal, das quais os Deputados participaram, para a construção de um plano de desenvolvimento regional com vistas ao desenvolvimento integrado de toda a região. Adicionou que tal plano, através de uma ação interministerial, com a supervisão da Secretaria de Planejamento do Estado catarinense, estava previsto em quatro pilares de desenvolvimento fundamentais: infraestrutura, educação, economia, gestão pública. Afirmou que a AmplaNorte lá estava para solicitar o empenho dos Parlamentares para que as ações elencadas pela Associação se tornassem realidade, e destacou a importância do projeto executivo da pavimentação da SC-303, para ligar quatro Municípios do planalto norte à região serrana, sendo eles Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Timbó Grande, uma vez que era o grande calo daquela SDR. Encerrando, disse que a comunidade agradecia a participação e a sensibilidade de todos os Deputados lá presentes. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença da Vereadora Sandra Renate Pierkarzewicz Maydl, Presidente da Câmara de Vereadores, de Irineópolis; e da Vereadora Cleusa Clarice, de Irineópolis; e passou a palavra ao **senhor Vereador Gilmar Martins (Gil Baiano), Presidente da Câmara de Vereadores, de Canoinhas, representante dos demais Vereadores da Regional**, que saudou os presentes e disse que era uma honra receber os Deputados naquela manhã naquela Casa Legislativa. Salientou que a Câmara de Canoinhas era parceira da Prefeitura, e, reportando-se à fala do Prefeito, também mencionou a SC-303 como um calo para os Prefeitos da Regional. Pediu atenção especial e um estudo minucioso antes da construção de qualquer rodovia para não ocasionar problemas para os agricultores, os quais eram o alicerce do mundo. Da mesma forma, pediu atenção para a SC-477, que ligava Canoinhas a Catanduvas em razão da intransitabilidade que se encontrava. Encerrando, agradeceu a presença de todos, desejou sucesso a audiência para que dela frutificassem bons resultados. Dando sequência à reunião, o **senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Nelson Henrique Moreira, representando a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Nelson Henrique Moreira, representando a Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de**



Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Canoinhas. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Nelson Henrique Moreira** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR de Canoinhas.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Nelson Henrique Moreira** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Canoinhas:

1	Revitalização da SC-135, ligando Porto União a Caçador
2	Reabilitação da SC-477, trecho Canoinhas/ Major Vieira – BR-116
3	Construção, ampliação e aquisição de equipamentos para unidades sanitárias – SDR-Canoinhas
4	Implementação de perimetral de Três Barras – SC-303, ligação PR-151
5	Pavimentação da SC-303, trecho entre a BR-280 até Timbó Grande
6	Construção de centro de eventos de Canoinhas – SDR-Canoinhas
7	Incentivo à implantação de áreas industriais nos Municípios de abrangência da SDR-Canoinhas
8	Construção do Centro Cirúrgico do Hospital Santa Cruz de Canoinhas
9	Tornar a unidade do Hemosc de Canoinhas uma unidade distribuidora de sangue, e não apenas coletora como ocorre atualmente, de modo a atender os hospitais de toda a região
10	Criação de núcleos industriais, tecnológicos e agroindustriais/ FIES
11	Construção de uma ponte ligando Porto União a Irineópolis no Distrito de Santa Cruz
12	Criação de duas escolas de ensino médio, onde funcionam as extensões no Distrito de Felipe Schmidt e na localidade de Rio D'Areia do Meio

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Canoinhas:

1	Reabilitação da SC-477, trecho Canoinhas/ Major Vieira – BR-116
2	Incentivo à implantação de áreas industriais nos Municípios de abrangência da SDR-Canoinhas
3	Construção do Centro Cirúrgico do Hospital Santa Cruz de Canoinhas



Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Canoinhas: como titular, o senhor Beto Faria; e como suplente, o senhor Wilson Pereira. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, passou a palavra ao **senhor Presidente *ad hoc*, Deputado Estadual Kennedy Nunes**, que agradeceu a participação de todos e mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*]

**DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



25ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **MAFRA**

Data: 09/07/15

Horário: 14H30min – Segunda-Feira

Local Audiência Pública.: **Plenário Câmara Municipal**
Av. Coronel José Severiano Maia, 441
Mafra

CONSELHEIROS:

Titular: Fernando Tureck -Prefeito

Suplente: Eder Gielgen -Presidente Câmara Vereadores

Total de participantes: 69





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR- MAFRA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção do contorno viário da SC-114 em Itaiópolis - SDR - Mafra.
2	Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade - SDR - Mafra.
3	Apoio ao sistema viário rural - SDR - Mafra
4	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR - Mafra
5	Implantação do SES - SDR - Mafra
6	Reabilitação da SC-114, trecho BR-116 - Itaiópolis - SC-477- SDR - Mafra
7	Reabilitação da SC-418, trecho São Bento do Sul - Fragosos – SC-418 até Joinville - SDR - Mafra
8	Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - Entr. SC-114 – Distrito de Itaió - Entr. SC-112 - Dr. Pedrinho- SDR - Mafra
9	Construção de unidade prisional avançada - SDR - Mafra
10	Construção de hospital materno e infantil - SDR - Mafra
11	Ampliação e adequação da maternidade existente - SDR - Mafra
12	Manter o Programa Santa Catarina Rural na SDR - Mafra

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - MAFRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade - SDR - Mafra.
2	Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR - Mafra
3	Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - Entr. SC-114 – Distrito de Itaió - Entr. SC-112 - Dr. Pedrinho- SDR - Mafra



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MAFRA

Municípios: Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	OLGA NILTO SIMÕES DE OLIVEIRA	MAFRA
02	Nivaldo Karva	
03	Edra Gielger	
04	Henrique Seccon	ALESC
05	Simul Campelo	MAFRA
06	Mirinda de Leste	MAFRA
07	Alfina V. Nunes	MAFRA
08	Gilberto Lenatti	SBT / Itaiópolis
09	Guilherme K. dos Santos	SBS Itaiópolis
10	Amadeu Souza Martins	Mafra
11	Consuelina Meneira da Silva	Papanduva
12	Edson Guerra Junior	Mafra
13	Faust Johnson	Campo Alegre
14	Angela Dutra	Campo Alegre
15	José Roberto Leal Lopes	Campo Alegre
16	Verônica Vossow	Campo Alegre
17	LEXNERDY Nunes	ALESC
18	LUIZ CLÁUDIO DALMOLIN	S. BENTO SUL
19	Cristiano de Silva	SBS - UDESC
20	William Leal	SBS - UDESC
21	Juliano Scherubert	DPEISC
22	Azizaro S.B. Augusto	SBS - UDESC
23	Márcio Cassan Machado	S. BS.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: MAFRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	<i>[Handwritten signature]</i> JOÃO BATISTA	SBS
25	Flavio Wacholski	SBS
26	IUAN JUTRA	MAFRA
27	ACESSANDNO DE OLIVEIRA	TCE/SC
28	Danielo Machado	mafra
29	Hebert W. A.	MAFRA
30	NATALIA LAZARE	ALESC
31	Roxane Selij	Mafra
32	Joleano Schubert	Rio Negro
33	Jane Obern	Rio Negro
34	Bernadete Grein	mafra
35	GABRIEL RIBEIRO	LAGES
36	Autonio Acunian	<i>[Handwritten signature]</i>
37	DIVACEN ORESCH	<i>[Handwritten signature]</i>
38	Vicente Caporoso	Joaquim
39	BEAN LOUREIRO	PROTA
40	Jair J. Ramos	<i>[Handwritten signature]</i>
41	Heio Daniel Costa	<i>[Handwritten signature]</i>
42	ABEL SCHNOGREN	MAFRA
43	Beto Martin	Vidia
44	Dimilton Pereira Filho	MAFRA
45	Alamir Mengarda	Iguai do Sul
46	NELSON BOGA	OUR MAFRA
47	João Venoz Spahr	MAFRA
48	EDMILSON SALOMON	S. PEDRO SUL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: MAFRA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Egon Benteffman	S.B.S.
50	Luiz A. Mollitau	PREF SCS
51	Tadeu do Nascimento	S.B.S.
52	Paulo H. Zeringue	MAFRA
53	Jucelino D. Petto	mafra
54	Christiane Kuel Cavalheiro	mafra
55	Emmuel da Weiss	mafra
56	Joaquim Alexandre Mochato	Itaiópolis
57	VILMAR PEREIRA	SDR - MAFRA
58	OTAVIR MATTIOLA	JOINVILLE
59	CIDEMAR J. RUTKAYNSKI	Mafr.
60	Clecio Witt	MAFRA
61	Hilson D. Steidel.	Mafr.
62	Helena Schelbauer Goffi	mafra
63	Luiz Augusto S. Lopes	mafra.
64	Jefferson Regi	mafra
65	Jairiane Sazank.	mafra.
66	Fernando Zuch	S. E. S.
67	Carine Weiss Carneiro	M. Castello
68	MATHEUS ALEXANDRE DE SOUZA	MAFRA MAFRA
69	ERLON VOIGA	MAFRA
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 25ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE MAFRA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MAFRA
NO DIA 9 DE JULHO DE 2015, ÀS 14H30MIN**

Aos nove dias do mês de julho de 2015, às 14h30min, no Plenário Vereador Alaumi Mathias dos Santos, da Câmara Municipal de Mafra, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública os representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Mafra e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a 25ª audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para tomar assento à mesa o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alesc; o Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Antonio Aguiar; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesc; o Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Alesc; o Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e líder do governo do Estado de Santa Catarina na Assembleia Legislativa; o senhor Abel Schroeder, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra; e o Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Mafra. Na sequência, a mestre de cerimônias registrou a presença do senhor Luiz Cláudio Dalmolin, professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) de São Bento do Sul, representando o Reitor Antonio Heronaldo de Sousa; do Vereador Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Bento do Sul; do Vereador Josnei Rogerio Cchaloupeck, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Campo Alegre; do Vereador Girseliano Moreira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Papanduva; do Vereador Raul Johanson, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Campo Alegre; do Vereador Edenilson Schelbauer, do Município de Mafra; do Vereador Luís Alfredo Nader, do Município de Mafra; do Vereador Clesiomar Witt, do Município de Mafra; da Vereadora Ana Lúcia Piski, do Município de Campo Alegre; do



Vereador Hebert Gilso Werka, do Município de Mafra, e suplente de Deputado Estadual; do senhor Elcio Guerra Junior, Defensor Público do Município de Mafra; da Vereadora Liliana Schroeder, do Município de Rio Negrinho; do senhor Helio Daniel Costa, secretário executivo da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (Amplanorte), do Município de Mafra; da senhora Bernadete Grein, gerente regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) da região de Mafra; do senhor Jair Jorge Ruthes, gerente comercial da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan) de Mafra; do senhor Alessandro de Oliveira, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; do senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Gilberto Cerutti, analista de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Camilo de Lellis H. Machado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mafra; do senhor Henrique Seccon, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Romildo Titon; e do senhor Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após fazer o registro, convidou o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, abriu a audiência fazendo uma saudação aos presentes em nome do Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, que não pôde se fazer presente, salientando o grande número de Deputados presentes àquela audiência. Informou que a audiência envolvia os Municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo e que ali, de forma democrática e transparente, seriam definidas as doze prioridades para o PPA 2016/2019 e as três para o Orçamento 2016, mas que já tinha havido uma discussão prévia, liderada pelo Secretário Abel, existindo como resultado um esboço do que deveria ser debatido e votado naquele momento. Assim sendo, explicou a metodologia da audiência dizendo que primeiramente seriam ouvidos os membros da mesa; que em seguida a coordenação dos trabalhos seria passada ao senhor Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, para que fizesse uma exposição do assunto, bem como faria o senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria de Estado da Fazenda; e que depois seria feita a reunião de grupo para a escolha das prioridades, seguida do retorno à plenária para o relato das ações escolhidas e para o encerramento da audiência pública. Finalizando a abertura da audiência, disse que era um prazer estar ali e que todos sabiam a importância de a Alesc ir às comunidades debater com as lideranças e a sociedade organizada o Orçamento do Estado, que dali em diante seria impositivo, razão pela qual tinha a convicção de que aquilo definido ali seria realizado pelo Governador Raimundo Colombo. Dando seguimento à audiência, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Antonio Aguiar**, que cumprimentou nominalmente os componentes da mesa e disse que aquela era uma audiência diferente, tanto que estavam em um grande número de Deputados, tendo em vista terem aprovado na Alesc o orçamento impositivo e que, portanto, as decisões tiradas daquela audiência teriam peso de lei, sendo que o Governador responderia por responsabilidade fiscal se não incluísse no Orçamento as decisões que seriam tomadas ali. Afirmou que eles teriam 1% do Orçamento, algo em torno de R\$ 246 milhões, para ser dividido entre as ações e que lutariam para fazer com que aquele 1% fosse distribuído no planalto norte, especialmente naquela Regional. A seguir, observou que fariam a escolha de doze ações para o PPA e de três ações para o Orçamento do próximo ano, e que aquela grande representação de Deputados mostrava o interesse do Parlamento em fazer com que aquela região se desenvolvesse, salientando que mereciam o discurso da descentralização porque fazendo uma retrospectiva constatariam que depois da descentralização as obras do planalto norte tinham acontecido, sendo necessário expandir aquele processo para todo o Estado. Dizendo que o planalto norte precisava de medidas eficientes, como a diferenciação do ICMS, salientou ser



aquela uma medida de efeito que faria com que os empresários se estabelecessem no planalto norte e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Na sequência, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Fernando Tureck, Prefeito de São Bento do Sul, e passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e líder do governo do Estado de Santa Catarina na Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que já participava havia mais de oito anos das audiências públicas do Orçamento Regionalizado, destacando que era a oportunidade que se tinha de colocar as reivindicações da região no Plano Plurianual. Ratificando o que tinha dito o Deputado Kennedy Nunes em Canoinhas, afirmou que se não fossem postas as ações no PPA elas não poderiam ser executadas, razão pela qual o PPA era mais importante que o Orçamento anual; e finalizou o seu pensamento com a afirmação de que aquelas audiências também serviam de oportunidade para levar as necessidades da região ao governo do Estado ou ao governo federal, através dos Parlamentares em nível federal. A seguir, informou que há pouco tempo tinha recebido algumas demandas, as quais considerava importante estarem no Plano Plurianual, como a SC-418, de Rio Negrinho a Campo Alegre; o Loteamento Alpestre, no Bairro Lençol, em São Bento do Sul; o acesso à Univille, em São Bento do Sul; o trevo de acesso à Avenida dos Imigrantes, na divisa com São Bento do Sul e Campo Alegre; o trevo de acesso a Bateias, em Campo Alegre; e que o momento do debate seria muito rico para a inclusão dessas demandas no PPA. Concluiu a sua manifestação agradecendo a todos a presença e opinando que teriam uma tarde proveitosa no sentido de ver atendidas as demandas por meio do Parlamento catarinense. Ato contínuo, manifestou-se o **senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou as autoridades e os demais presentes e disse que rapidamente daria o seu depoimento sobre a importância daquelas audiências públicas. Questionando por que estavam ali quase 25% de Deputados presentes e não apenas os Deputados da região, afirmou que os Deputados da região estavam sempre levantando a bandeira das necessidades que ali existiam, mas que no momento da discussão e da votação os quarenta Deputados que estavam no exercício do mandato é que ajudariam a região. Disse, ainda, que poderiam estar em gabinete fazendo as escolhas pela região, mas que era preciso fazer isso de maneira mais participativa e democrática, razão pela qual ali se encontrava a Alesc, através dos Deputados, oportunizando aos representantes do Poder Público, da iniciativa privada, das lideranças comunitárias e aos demais presentes a definição das doze obras para o PPA e das três para o Orçamento anual. Observando que o papel inicial dos Deputados era dar o testemunho da vontade popular e democrática, bem como cobrar do Poder Executivo a concretização do que seria escolhido, ressaltou que pelos depoimentos recebidos a credibilidade das audiências públicas aumentava a cada ano e que inclusive o próprio governo, mesmo ainda não existindo o caráter impositivo, já entendia que aquele debate feito pela Alesc trazia os anseios mais legítimos e importantes para a sociedade. Encerrando a sua manifestação, parabenizou todos os que ali se encontravam e dedicavam um pouco do tempo em prol da coletividade, e disse que esperava que naquela audiência fizessem as melhores escolhas para a região e que se sentia orgulhoso em estar ali participando daquele processo democrático. Na sequência, a palavra foi concedida ao **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que era uma grande satisfação estar ali debatendo aquele tema complexo do Orçamento do Estado. Citou grandes demandas existentes no Estado, como a do funcionalismo público de várias áreas (segurança, saúde, educação, Epagri, Cidasc) e a da infraestrutura, nas rodovias estaduais, com recuperação ou construção de novas estradas, mas ressaltando que os recursos eram poucos para dar conta de tantos desafios. Posto isso, afirmou que praticamente todos os anos ele tinha participado das audiências públicas para o grande debate do desenvolvimento das diversas regiões do Estado (cada uma com as suas realidades e demandas) e que o Orçamento precisava



atender o conjunto das regiões. Concordando com o que tinha dito o Deputado Antonio Aguiar, observou que uma das principais questões que se precisava discutir no Orçamento, dentro da política de incentivos fiscais – que em Santa Catarina era grande, em torno de R\$ 5 bilhões por ano –, era como os incentivos fiscais poderiam dar uma condição melhor para as regiões mais distantes, já que normalmente as empresas se instalavam em regiões litorâneas pela facilidade de infraestrutura. Observou, também, que como Presidente da Comissão de Direitos Humanos recebia informações a respeito dos grandes desafios na área social, razão pela qual era preciso debater políticas sociais, mas que felizmente nos últimos anos houve ampliação de investimentos federais que contribuíram para a região, como era o caso da 280 que tinha sido federalizada até Porto União, do Instituto Federal que ali estava se instalando, do de Canoinhas que já estava funcionando, dos investimentos em habitação popular. Reafirmando que os desafios eram grandes, mas que estava ali se comprometendo a respeitar o que seria decidido e a brigar para que as decisões fossem executadas, considerou que ainda era um percentual baixo, mas também reconhecia que tinha havido avanços nessa questão. Concluiu a sua participação dizendo que estava à disposição para contribuir na construção do Orçamento Regionalizado. Ato contínuo se manifestou o **senhor Deputado Estadual Gabriel Ribeiro**, que cumprimentou os presentes e agradeceu ao Vereador Eder, Presidente daquela Casa, a cedência do espaço. Disse que era uma satisfação estar naquela Casa Legislativa mais uma vez, já que na semana anterior lá esteve na eleição do Prefeito Wellington, quando aquela Casa tinha lhe dado o direito de exercer o mandato até o final de 2016 para promover o desenvolvimento do Município, que possuía muitos desafios. Em seguida, afirmou que naquele dia estavam ali para ouvir das lideranças quais as prioridades que seriam incluídas no PPA, razão pela qual considerava aquele momento importante para o futuro do planalto norte, esperando que do debate saíssem escolhas sábias. Ainda afirmou que tinha certeza que o planalto norte estava passando por um processo de transformação, pois eram inúmeras as ações do governo do Estado, e que, apesar de o Brasil estar vivendo um momento de crise, o Estado tinha números muitos positivos que davam a todos segurança e certeza que o Estado passava realmente por um processo profundo de gestão pública, sendo um orgulho para todo o Brasil e um exemplo a ser seguido pelos Estados. Por fim, parabenizou a todos pela presença, especialmente os Deputados por estarem em grande número, e colocou-se à disposição de todos. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Doutor Vicente**, que saudou os presentes, especialmente as mulheres, em nome das Vereadoras Ana Lúcia Piski, de Campo Alegre, e Liliana Schroeder Jurich, de Rio Negrinho, lamentando o fato de não ter uma representante mulher à mesa, e às mulheres pediu uma salva de palmas. A seguir, afirmou que o Brasil, Santa Catarina e todos os Municípios viviam o grande desafio de aplicar em políticas que não onerassem cada vez mais o Estado, e que recentemente tinha visto a mão estendida do Governador de Santa Catarina na direção de reduzir o número de cargos para diminuir as dificuldades que tinham todos os Prefeitos, que o Governador tinha e que a Presidente pelo menos deveria ter. Observou que a responsabilidade de todos ali era a de escolher itens que não onerassem mais as contas e que repercutissem positivamente em relação ao desenvolvimento, afastando o problema da geração de empregos. Dito isso, exemplificou com o fato de que no dia anterior, em Guaramirim, mais de duzentos funcionários de uma fiação tinham trancado a 280 pelo fato de a empresa ter fechado, e daquela maneira a questão ia se sucedendo. Dizendo que na manhã daquele dia, quando tinha tocado no assunto em Jaraguá do Sul durante a abertura de um congresso municipal da terceira idade, havia percebido o semblante das pessoas preocupado com a questão, falou que ele estava muito mais preocupado tendo em vista que era ruim se apresentar como político pela situação que estava posta. Encerrou a sua manifestação saudando todos e observando que aquele era um momento importante para rever pessoas, interagir com todos e conhecer um pouco mais a realidade da região, e que esperava que saíssem dali boas opções. Ato contínuo o **senhor Deputado Estadual Natalino Lázare, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa,**



cumprimentou todos os membros da mesa e os demais presentes, fazendo uma saudação especial ao Vereador Hebert Werka, suplente de Deputado Estadual do Partido da República (PR), e agradecendo-lhe a legenda que ajudou a fazer porque permitiu ao partido ter dois Deputados, e ele era um deles – por isso a sua gratidão. Em seguida, afirmou que já tinha sido dito muito claramente o objetivo daquela audiência, ponderando ser aquela uma das ações mais democráticas das quais já tinha presenciado na sua vida pública, pois partia da base a escolha das prioridades que seriam inseridas no Orçamento do Estado. Fazendo referência ao que havia dito o Deputado Doutor Vicente, observou que, em que pese a sociedade não acreditar muito na classe política, na sua avaliação ela transcendia um pouco àquele sentimento externo observado nas ruas, pois tudo dependia da política, e que por isso era preciso acreditar na política séria, naqueles que faziam a política com idealismo, sendo que a maneira mais rápida e justa de construir justiça social era com desenvolvimento econômico. Concluiu a sua manifestação dizendo que se associava aos demais Deputados para referendar as prioridades do planalto norte. Dando continuidade à audiência pública, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, fez uso da palavra para registrar a presença do Vereador Erlon Veiga, do Município de Mafra. Na sequência, concedeu a palavra ao **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa**, que saudou todos os presentes e disse que para ilustrar a importância daquelas audiências apresentaria alguns dados sobre as que já tinham acontecido naquele ano. Isso posto, afirmou que naquela semana estavam realizando a segunda rodada de audiências do Orçamento Regionalizado para ouvir as comunidades do Estado; que tinha sido iniciada pelo extremo oeste, tinha passado pelo meio-oeste e tinha terminado na serra; e que naquela semana estavam na segunda rodada, iniciada por Itajaí. Afirmou, ainda, que aquela era a 11ª audiência da semana e a 25ª do total geral, já tendo sido ouvidas 965 pessoas de 80 cidades naquela semana, e que tinham sido elencadas 120 ações para o Plano Plurianual e 30 ações para o Orçamento 2016, frisando que estavam com a cultura de começar a fazer o bolo orçamentário do governo do Estado. A seguir, observou que as prioridades que seriam escolhidas fariam parte do PPA para os próximos quatro anos, pois começaria a valer do dia 1º de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2019, razão pela qual a decisão a ser tomada ali era muito importante. E, fazendo uma brincadeira com as palavras, disse que o PPA era o trigo de quem queria fazer o pão, e explicou a necessidade de a ação estar no PPA a fim de poder ir para o Orçamento do próximo ano, caso contrário não poderia ser realizada a ação, reforçando ser muito importante a decisão de todos ali. Informando que a Secretaria Regional já tinha algumas propostas tiradas de uma reunião prévia, mas que aquela assembleia era soberana e poderia trocar alguma obra ou ação, exemplificou a importância de escolher bem as prioridades para pôr no PPA dizendo que em uma das audiências daquela semana não haviam escolhido nenhuma prioridade no PPA sobre educação. Acrescentando que tinha ficado perplexo com aquilo, assim como em outra audiência não tinham definido o cascalho para as ruas, sendo isso cobrado pelo Secretário, salientou também a importância da presença da população observando que em outras duas audiências a sede da SDR não tinha mobilizado as pessoas, mas as cidades pequenas estiveram presentes com um grande número de pessoas e acabaram por levar todas as prioridades no momento da votação. Finalizou a sua manifestação desejando a todos um bom trabalho na audiência e que pudessem pensar na região e nos próximos quatro anos. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra**, que cumprimentou todos os presentes e observou que aquela era uma data marcante para Mafra porque estavam ali nove Deputados Estaduais, aos quais agradecia a presença e pedia um olhar especial ao planalto norte. Afirmando que a região tinha colocado três metas para o próximo ano nas áreas da educação, saúde e infraestrutura, e que estavam fazendo o seu dever de casa, agradeceu ao Secretário Abel o empenho durante as discussões das doze prioridades. Por fim, disse que os Deputados estavam desempenhando um papel importante, o qual era levar a Casa



Legislativa do Estado mais próxima da população, e concluiu a sua manifestação deixando um abraço fraternal a cada um dos presentes. Como última autoridade a falar, manifestou-se o **senhor Abel Schroeder, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra**, que saudou os presentes; reiterou que aquele era um momento histórico para todos os Municípios do planalto norte porque, conforme já tinha sido dito, pela primeira vez estavam ali com nove Deputados, representando 25% do total da Alesc; e acrescentou que também incluía nisso o suplente de Deputado Werka, que fazia parte daquela Câmara de Vereadores, mas que certamente naquele ano ainda assumiria a sua cadeira no Parlamento catarinense. Em seguida, afirmou que também tinha sido um momento histórico o seminário do PPA realizado no dia 22 de maio, do qual tinham participado os órgãos estaduais da região, as Prefeituras, as Câmaras de Vereadores, os Serviços Autônomos Municipais de Água e Esgoto (Samaes), enfim, toda a comunidade; e que naquela oportunidade foram elencadas várias prioridades, das quais já tinham sido escolhidas doze para o PPA e três para a LOA. Dizendo que aquilo seria era uma decisão regional, pois abrangeria todos os Municípios da Regional de Mafra, e que aquela maneira de governar o Estado de Santa Catarina tinha começado na Alesc com o Orçamento Regionalizado, observou que foi muito antes de o Executivo fazer a sua descentralização. Encerrando a sua manifestação, contou acreditar que aquela tarde seria muito proveitosa. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** declarou que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos da audiência pública e desfez a mesa de autoridades. Explicando como se daria o passo seguinte da reunião, informou que para coordenar a próxima etapa dos trabalhos, que consistia em uma exposição por parte dos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda e da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc, e na discussão e votação das doze ações para inclusão no PPA 2016/2019 e das três para a LOA 2016, fazia uso da palavra o senhor Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Ato contínuo, o **senhor Nelson Henrique Moreira** cumprimentou os presentes e teceu comentários sobre as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, dizendo que desde 1997 a Alesc vinha realizando aquelas audiências e que era muito gratificante ver, ao longo daqueles dezoito anos, muitas obras sendo realizadas pelo Poder Executivo – fruto daquele trabalho. Exemplificando, citou algumas obras, como o Hospital Regional de São Miguel do Oeste, o Hospital Regional de Biguaçu, que seria inaugurado por aqueles dias, várias SCs, várias rodovias pavimentadas, hospitais recebendo aparelhos; e reafirmou que as obras eram fruto daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. A seguir, ressaltou que a parceria existente entre o Poder Legislativo catarinense e o Poder Executivo, especificamente a Secretaria de Estado da Fazenda, era muito grande, e que esperava que aquela parceria gerasse boas obras para toda a sociedade de Santa Catarina. Disse, também, que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, técnico da Secretaria da Fazenda; que depois se reuniriam em grande grupo para que a comunidade pudesse debater em cima das ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado da Fazenda, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional; e que dentre aquelas seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três ações para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão das prioridades, já que a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente, explicou o significado do PPA e como o seu processo de construção teve início, e afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente, que começou em 2012, e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Ressaltando que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado faria em todas as suas regiões até 2019, informou que, como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio



das 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades dela. Assim sendo, frisou que a Secretaria da Fazenda, juntamente com órgãos setoriais como Saúde, Educação, Segurança Pública e outros, analisou os problemas existentes e propôs as soluções para esses problemas, e tudo foi condensado no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Mafra. Finalizando a sua manifestação, declarou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil e pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição de todos para balizar a discussão ou até mesmo para minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Nelson Henrique Moreira** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho reuniram-se a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Mafra.)* Após amplo debate, foram encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, e o **senhor Nelson Henrique Moreira** retomou a palavra relatando as doze prioridades aprovadas por maioria pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Mafra:

1	Construção do contorno viário da SC-114 em Itaiópolis – SDR Mafra
2	Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade – SDR Mafra
3	Apoio ao sistema viário rural – SDR Mafra
4	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR Mafra
5	Implantação do SES – SDR Mafra
6	Reabilitação da SC-114, trecho BR-116 – Itaiópolis – SC-477 – SDR Mafra
7	Reabilitação da SC-418, trecho São Bento do Sul – Fragosos – SC-418 até Joinville – SDR Mafra
8	Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva – entroncamento SC-114 – Distrito de Itaió – entroncamento SC-112 – Doutor Pedrinho – SDR Mafra
9	Construção de unidade prisional avançada – SDR Mafra
10	Construção de hospital materno-infantil – SDR Mafra
11	Ampliação e adequação da maternidade existente – SDR Mafra
12	Manter o Programa Santa Catarina Rural na SDR Mafra

Em seguida, também fez o relato das três prioridades aprovadas por maioria para a LOA 2016, definidas pela Regional de Mafra:

1	Manter convênio para adequação da atenção da média e alta complexidade – SDR Mafra
2	Construção, ampliação e reforma de escolas – SDR Mafra
3	Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva – entroncamento SC-114 – Distrito de Itaió – entroncamento SC-112 – Doutor Pedrinho – SDR Mafra

Ato contínuo, o **senhor Nelson Henrique Moreira** anunciou os conselheiros escolhidos para Mafra: como titular, o senhor Fernando Tureck; e como suplente, o senhor Eder Gielgen. Após o relato das prioridades elencadas e do nome dos conselheiros escolhidos pela plenária, devolveu a palavra ao senhor Presidente para que procedesse ao encerramento da audiência pública. Assim sendo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, retomou a palavra registrando a presença do Prefeito Wellington Bielecki, de Mafra, recém eleito pela Câmara de Vereadores de Mafra, a quem pediu uma salva de palmas e concedeu a palavra. Na sequência, o **senhor Wellington Bielecki, Prefeito de Mafra**, cumprimentou todos e justificou a sua



ausência àquela audiência pelo fato de já ter na sua agenda uma reunião, em Videira, com a empresa Frigorífico Master. Dito isso, parabenizou o empenho da Alesc, em nome do Deputado Darci de Matos, que sempre contribuía com o planalto norte, frisando que a questão saúde estava em primeiro lugar e que torcia para as prioridades que tinham sido elencadas ali fossem executadas e para que aquela microrregião fosse bem representada por todos os Deputados presentes, já que era uma região que realmente necessitava de ajuda. Mais uma vez pediu desculpas pela sua ausência, mas informou que naquela semana tinha iniciado o governo e que estava muito empenhado no trabalhando e acreditava que boas notícias chegariam até lá, pois estaria trabalhando para melhorar o bem-estar da população. Finalizou a sua manifestação agradecendo a presença de todos e colocando-se à disposição da população. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, disse que havia sido uma boa reunião, oportunidade em que tinham sido elencadas democraticamente as prioridades da região; agradeceu a participação de todos ali; e, não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] [*Leitura final: Denise V. Silva*]

**DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



26ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **JARAGUÁ DO SUL**

Data: 09/07/15

Horário: 18h30min – Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: **Campus Jaraguá do Sul-Geraldo Werninghaus**
Instituto Federal de Santa Catarina
Rua dos Imigrantes, 445 Bairro Rau
Jaraguá do Sul

CONSELHEIROS:

Titular: Silvio Mainka-Vereador

Suplente: IVO SCHMITT FILHO-GERENTE ADMINISTRATIVO

Total de participantes: 64





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - JARAGUA DO SUL

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Dragagem e desassoreamento de rios - SDR - Jaraguá do Sul.
2	Implantação de rodovia do arroz ligando SC-413 ao Bairro Figueirinha.
3	Apoio Financeiro aos Hospitais dos Municípios de abrangência da SDR - Jaraguá do Sul.
4	Construção, Ampliação e reforma de escolas na jurisdição da SDR de Jaraguá do Sul, prevendo escola em tempo integral.
5	Pavimentação Asfáltica da Rua Rio de Janeiro interligando o município de Schroeder com a rodovia do arroz SC-413, município de Guaramirim.
6	Pavimentação asfáltica SC-414, trecho Massaranduba/Luis Alves/Blumenau.
7	Pavimentação asfáltica da Estrada Bananal – ligação a São João do Itaperiu.
8	Construção de uma ponte do Zanotti, entre os municípios de Guaramirim e Jaraguá do Sul.
9	Elaboração e execução de projeto e pavimentação – Mobilidade urbana regional (Anel viário dos 7 municípios).
10	Projeto executivo e pavimentação para a ligação de Jaraguá do Sul/Molha – Massaranduba.
11	Construção do contorno viário da SC-416 ligando a BR-280, em Nereu Ramos.
12	Duplicação da BR-280 trecho urbano e estadualização – execução efetiva das obras, incluindo ponte entre os municípios de Guaramirim/Jaraguá do Sul.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - JARAGUÁ DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Apoio Financeiro aos Hospitais dos Municípios de abrangência da SDR - Jaraguá do Sul.
2	Construção, Ampliação e reforma de escolas na jurisdição da SDR de Jaraguá do Sul, prevendo escola em tempo integral.
3	Duplicação da BR-280 trecho urbano e estadualização – execução efetiva das obras, incluindo ponte entre os municípios de Guaramirim/Jaraguá do Sul.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JARAGUÁ DO SUL

Municípios: Jaraguá do Sul, Corupá, Guaramirim, Massaranduba e Schroeder.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	HILMAR RUBENS HERTZ	SCHROEDER - SC
02	MARCELO DA SILVA	JARAGUÁ DO SUL
03	DISALBERTO DE FUCCA MOREIRA	" " "
04	DR. U. M. M. P.	Jaraguá dep. Est.
05	VIANTE CARLOS	Jaraguá dep. Est.
06	Ademir Szidoro	" " "
07	Antonio Acinar	Corupá
08	MARCIA ALBERTON	JARAGUÁ
09	Neri Heintzen	IGUAÍ DO SUL
10	Jenise Patlau	It
11	Dea. Wilson Weiss	Guaramirim.
12	KENNEDY NUDES	Alto
13	Sidney Gomes	Jaraguá do Sul
14	Gabriel Sacreppa Will	Jaraguá do Sul
15	Alamir Mengarda	Iguai do Sul
16	Romigues G. D. M. S.	São Fco do Sul
17	Gerardo Micheluzzi	Massaranduba
18	SILVIO MARRAS	MASSARANDUBA
19	ACMIR TREVISANI	" "
20	Muel Tubero	Jaraguá do Sul
21	KARMA P. S. S. S.	Jaraguá do Sul
22	Yvel JANTON	Jaraguá do Sul
23	JOSÉ CARLOS LUTHEGGER	Jaraguá do Sul



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JARAGUÁ DO SUL

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Emanuela C. Wolff	Joa' sul
25	Eugenio Houll. CARVALHO	Joa' sul.
26	Sammira B.A. Leutprecht	J. S.
27	Luiz Modesto Costa	Jaraguá do Sul
28	VANDERLEI SASSE	MOSSARANDUBA
29	Pedrinho O. Spezzug	MOSSARANDUBA
30	Janete Maria Pedrosa	Joa' sul.
31	ALEXANDRE ALBERTO SCHULTZ	Comper
32	Ilton Rizer	Guaraní
33	Rudibeit TANK	Schweeder
34	Harildo Konell	Schweeder
35	ANTONIO CARLOS DA LUZ	Jaraguá sul
36	Juan Paul Boggeri	Guaramirim
37	Fabiano Spina	MOSSARANDUBA
38	ALCIDES J. PAVANELLO	Joa' do sul.
39	Armanda Deson Jari	maracá del.
40	Suliana Demarechi	Amvati
41	Karina Railene Heller	Jaraguá Amvati
42	CLEYSON STEIN.	Joa' do sul.
43	Jean Wladimir Figueira	Guaraní
44	LEONEL TRACI FLORIANI	Joa' do sul (leexo)
45	EVERTON DEMARCA	Joa' do sul
46	Françozini P. B. Portillo	Joa' do sul
47	VALÉRIO VERDINEM	Guaraní
48	Tania Dantas	Schweeder



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JARAGUÁ DO SUL

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Emerson Ross da Silva	Jaraguá do Sul
50	LUIZ CARLOS TAMANINI	CORUPÁ
51	Eddy F. Eipper Pres CAMARA	CORUPÁ
52	Adriano BENEDETTI	SEL/ Foz de Iguaçu
53	Guilherme Haas	SEL/ Foz de Iguaçu
54	CLAUDIO FINA V	CORUPÁ
55	JORGE FELDMANN	EDARA MIRIM
56	Ana Lúcia Busarello	Jaraguá do Sul
57	Roberto Vinícius Busarello	Jaraguá do Sul
58	Olisângela Tedi Jensen	Jaraguá do Sul
59	Belquis Carioni Buzzi	Jaraguá do Sul
60	Adilson Braun	Jaraguá do Sul
61	EMIR FRANZINI	JARAGUÁ DO SUL
62	Motias Tomazok	Quilombinho
63	TIVO SCHMIDT FILHO	Jaraguá do Sul
64	Sérgio de Mattos	Jaraguá do Sul
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 26ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE JARAGUÁ DO SUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO
DE JARAGUÁ DO SUL EM 09 DE JULHO DE 2015**

Aos 9 dias do mês de julho de 2015, às 18h30min, no auditório do *campus* Geraldo Werninghaus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em Jaraguá do Sul, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Jaraguá do Sul e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **O senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º, *a*, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno, estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima sexta audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação representando naquele momento o senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o senhor Leonel Pradi Floriani, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul; o senhor Dieter Janssen, Prefeito de Jaraguá do Sul; o senhor Jean Carlo Leutprecht, presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo de Jaraguá do Sul. Logo após, registrou a presença das seguintes autoridades: Jaime Neghérbon, Vice-Prefeito de Jaraguá do Sul; Vereador Silvio Mainka, Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba; Rudibert Tank, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Schroeder; Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim; Armino César Tassi, Vice-Prefeito de Massaranduba; Jean Paulo Bazzani, presidente da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim; Emerson Flores, presidente da Fundação Cultural de Guaramirim; Jorge Feldmann, Secretário Municipal de Agricultura de Guaramirim; Vereador Claudio Finta, de Corupá; Iran Vedi Siqueira, Secretário Municipal de Planejamento Urbano de Guaramirim; Tânia Dantas, diretora da Defesa Civil de Schroeder; Luiz Carlos Tamanini, Prefeito de Corupá; Vereador Eddy Edgar Eipper, Presidente



da Câmara Municipal de Corupá; Matias Tomczack, coordenador da Unidade Básica de Saúde de Guaramirim, representando o senhor Jair Tomilli, Secretário Municipal de Saúde; Denilson Weiss, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Guaramirim; Denise Bettoni, assessora parlamentar representando o Deputado Federal Marco Tebaldi; Dinalberto de Luca Moreira, assessor parlamentar representando a Vereadora Natália Lúcia Petry, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul; Emanuela Christian Wolf, Secretária Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente de Jaraguá do Sul; Ademir Izidoro, diretor presidente do Samae de Jaraguá do Sul; Sidney Hideo Gomes, Defensor Público do Estado de Santa Catarina, Regional Jaraguá do Sul; Neri Heinzen, presidente da Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Baixo Vale do Itapocu; Marcelo da Silva, diretor da Associação das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu – Apevi; Vereador Geraldo Michelluzzi de Massaranduba; Vereador Vanderlei Sasse de Massaranduba; Vereador Pedrinho Osmar Spézia de Massaranduba; Alcides Pavanello, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul; Lio Tironi, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul; Cacá Pavanello, ex-Vereador de Jaraguá do Sul; Hilmar Rubens Hertel, ex-Prefeito de Schroeder; Guilherme Kraus, gerente de Avaliação do PPA da Secretaria de Estado da Fazenda; Nelson Henrique Moreira, da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, representando o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Alesc. Após a formação da mesa de autoridades, convidou para conduzir os trabalhos da audiência **o senhor Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**, que cumprimentou os presentes e deu por aberta a audiência pública do Orçamento Regionalizado em Jaraguá do Sul, registrando a presença de um público representativo com qualidade. Frisou estarem todos cumprindo democraticamente a determinação da lei e do Regimento da Assembleia. Informou que os Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Massaranduba, Corupá e Schroeder escolheriam naquela noite as doze prioridades do PPA para os próximos quatro anos e destas definiriam as três prioridades absolutas para o Orçamento de 2016. Explicou a metodologia da audiência pública mencionando que primeiramente haveria o pronunciamento das autoridades da mesa e posteriormente a manifestação do doutor Guilherme, da Fazenda e do doutor Henrique, representante da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc. Concluiu sua fala afirmando com convicção que aquele evento era importante para todos, pois a essência do Parlamento era a interação dos representantes e da comunidade, sendo que com a aprovação do Orçamento impositivo tudo o que fosse elencado naquele evento seria efetivamente concretizado pelo Governador Raimundo Colombo. Deixou claro a todos que a Secretaria Regional já havia feito uma discussão prévia sobre as prioridades com as autoridades e os Municípios que compunham a SDR de Jaraguá do Sul. Em seguida passou a palavra para **o senhor Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou os presentes, mencionando de forma simples e direta que todos deviam escolher as prioridades dentre os vários itens elencados sob o comando do Secretário Regional Leonel Pradi Floriani. Disse ainda que, dos itens decididos em reunião anterior, as autoridades e a comunidade que estavam presentes pinçariam e elencariam as prioridades para o PPA de 2016 a 2019, lembrando que das doze ações elencadas, três seriam colocadas para o ano de 2016. Reafirmou que todos estariam decidindo coisas importantes e tendo atitudes imediatas para serem cumpridas pelo Governador. Comunicou que um técnico da Fazenda e outro da Assembleia, após a manifestação dos componentes da mesa, estariam sistematizando aquilo que fora votado ou retirado dos itens para serem deliberados por aquela audiência. Garantiu que em todas as audiências as prioridades foram alvo de debate e bastante discutidas com embasamento técnico, o que tinha garantido a tranquilidade nas escolhas. Agradeceu o comparecimento de todos e despediu-se. Prosseguindo, **o senhor Presidente** concedeu a palavra **ao senhor**



Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que saudou as autoridades da mesa e os presentes. Ressaltou a importância do Plano Plurianual e explicou que as demandas e reivindicações da região somente seriam executadas se estivessem elencadas e votadas, e que somente dessa forma se poderia cobrar do governo. Falou que nos últimos anos os Municípios passaram por períodos de dificuldades por não terem uma receita maior para atender os serviços públicos na saúde, na agricultura, na educação e no saneamento básico. Esclareceu que os Municípios estavam muito aquém quando se falava em receita, porque ela se concentrava, a grande maioria, no governo federal, mas que era obrigação dos representantes buscarem mais recursos para os Municípios. Manifestou o seu compromisso e o seu trabalho em prol de Jaraguá do Sul e se colocou à disposição. Ato contínuo a palavra foi passada ao **senhor Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou a mesa e disse que estava no seu quinto mandato, que já tinha participado de várias audiências públicas do Orçamento, mas que nunca tinha sentido tanta firmeza e determinação porque o Orçamento tinha sido definido como impositivo. Comentou que naquele dia iriam definir os próximos quatro anos de Jaraguá do Sul e destacou que aquela era uma reunião de credibilidade para os Deputados que aprovaram o Orçamento impositivo, mesmo em se tratando de 1% dos R\$ 246 milhões. Afirmou que cada região receberia o seu quinhão e que aquilo deveria ser cumprido pelo governo do Estado, pois se tornara lei e o não cumprimento implicava em crime de responsabilidade fiscal. Agradeceu a atenção e desejou que todos os presentes pudessem decidir com seriedade o futuro de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder, Massaranduba e Corupá. Em seguida, foi concedida a palavra ao **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar**, que cumprimentou as autoridades e em nome do senhor Dieter Janssen, Prefeito de Jaraguá do Sul, cumprimentou todos os presentes. Afirmou que aquele dia era muito importante, pois todos estariam escolhendo as doze prioridades para o PPA e, destas, três para a LOA. Observou que aquela audiência em Jaraguá do Sul era a décima primeira da semana e detalhou o itinerário percorrido até então, informando que no dia seguinte seria em Joinville e em seguida em Florianópolis. Dito isso, mencionou que naquela semana a Assembleia Legislativa, através dos Deputados, tinha visitado os representantes de 85 Municípios, dando atenção especial às 937 lideranças por que passaram discutindo Orçamento do Estado. Disse também que, contando com as prioridades eleitas naquela audiência, totalizariam 132 prioridades para o Plano Plurianual e 33 para o ano de 2016. Comparando o PPA com o trigo na feitura de um pão, afirmou que poderia faltar qualquer ingrediente, mas que se não tivesse trigo, o pão não sairia. A respeito do PPA, explicou que as prioridades do governo seriam aquelas escolhidas por todos naquela audiência e que as mesmas valeriam de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019. Adiantou que após elencarem as doze prioridades, deveriam ser escolhidas três para a LOA, sendo que era necessário ter seriedade porque cada escolha votada teria o alvará da sua comunidade. Ato contínuo, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Luiz Carlos Tamanini, Prefeito de Corupá; do senhor Jaime Neghérbon, Vice-Prefeito de Jaraguá do Sul; e do Vereador Eddy Edgar Eipper, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Leonel Floriani, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul**, que cumprimentou todos e ressaltou a importância do Orçamento Regionalizado porque envolvia a comunidade e as autoridades na escolha das doze prioridades. Falou ainda ter havido dificuldades em elencar as prioridades junto com os Prefeitos, em função de todas serem importantes para cada Município da 24ª SDR. Lembrou que cada prioridade devia ser pensada com antecipação para que pudesse ter planejamento. Comentou terem sido escolhidas as prioridades importantes para as cidades que pertenciam à SDR, sem qualquer tentativa de induzir voto durante a escolha. Elencou algumas questões fundamentais para a Regional, tais como: a



macrodrenagem da Bacia do Itapocu, em razão das dificuldades que assolavam a região, como enchentes e os deslizamentos; a infraestrutura de mobilidade; e o apoio aos hospitais da região da SDR. Comunicou que aquelas ações tinham sido eleitas como as mais relevantes durante as discussões no Conselho e solicitou que elas fossem incluídas nas prioridades. Prosseguindo, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Jorge Feldmann, Secretário Municipal de Agricultura de Guarimir; do Vereador Claudio Finta, de Corupá; do senhor Alcides Pavanello, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul; do senhor Lio Tironi, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul; do senhor Cacá Pavanello, ex-Vereador de Jaraguá do Sul; do senhor Hilmar Rubens Hertel, ex-Prefeito de Schroeder; e do senhor Valmor Pianezzer, ex-vereador de Schroeder. Passou a palavra para o **senhor Dieter Janssen, Prefeito de Jaraguá do Sul**, que cumprimentou todos dando as boas-vindas. Disse que não tinha sido fácil escolher as prioridades porque todas eram importantes e lembrou que sem a parceria do governo do Estado era difícil realizar obras dentro do Município. Concordou com a manifestação do Secretário Leonel em relação à questão do desassoreamento dos rios Itapocu e Jaraguá, assunto priorizado por ser algo que afetava todos os Municípios daquela região. Também citou como importantes a questão dos hospitais e a situação das escolas estaduais da região, que precisavam de reforma. Registrou a visita do senhor Governador do Estado nos Municípios de Corupá e Jaraguá do Sul. Falou da energia distribuída pela Celesc e disse que por se tratar a região de uma área industrial, aquela prioridade ainda não tinha ficado entre as três da LOA para 2016. Comentou sobre a questão dos acessos viários e dos anéis em trechos que atingiam as cidades da região e informou que alguns já tinham projetos prontos, de suma importância, como o caso da Rodovia do Arroz que ligava Massaranduba e Corupá a Blumenau. Deixou claro que eram inúmeras as prioridades, mas que as escolhidas ficaram na área da saúde, da infraestrutura e incluíam o desassoreamento. Anunciou que fora lançado no dia anterior um produto com a marca do Município, “Jaraguá é Gigante”, que iria ajudar na divulgação dos eventos da cidade, e informou que os presentes estavam sendo agraciados com camisetas, canecas e outros brindes. Agradeceu a presença de todos. Na sequência, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Jean Carlo Leutprecht, presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo de Jaraguá do Sul**, que, após as saudações iniciais, comunicou que estaria assumindo uma cadeira por dois meses na Assembleia Legislativa e que por isso participaria, no sul do Estado, das próximas audiências do Orçamento. Assumiu o compromisso de ajudar a decidir junto com o governo os destinos dos recursos para aquela região. Agradeceu a oportunidade e desejou sucesso a todos. O **senhor Presidente**, retomando a palavra, registrou a presença do senhor Matias Tomczack, coordenador da Unidade Básica de Saúde de Guarimir, representando o senhor Jair Tomelin, Secretário Municipal de Saúde. Disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Nelson Henrique Moreira, representante da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalhos. O **senhor Nelson Henrique Moreira, representante da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, fazendo uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc.



Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda tinha realizado no mês de maio com as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc, analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento, à Regional de Jaraguá do Sul. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o **senhor Nelson Henrique Moreira** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Jaraguá do Sul.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Nelson Henrique Moreira** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Jaraguá do Sul:

1	Dragagem e desassoreamento dos rios – SDR –Jaraguá do Sul.
2	Implantação da Rodovia do Arroz ligando SC-413 ao bairro Figueirinha.
3	Apoio financeiro aos Hospitais dos Municípios de abrangência da SDR de Jaraguá do Sul.
4	Construção, ampliação e reforma das escolas na jurisdição da SDR de Jaraguá do Sul, prevendo a escola em tempo integral.
5	Pavimentação asfáltica da rua Rio de Janeiro interligando o Município de Schroeder com a Rodovia do Arroz SC-413, Município de Guaramirim.
6	Pavimentação asfáltica da SC-414, trecho Massaranduba/Luiz Alves/Blumenau.
7	Pavimentação asfáltica da Estrada Bananal – ligação a São João do Itaperiu.
8	Construção de uma ponte do Zanotti, entre os Municípios de Guaramirim e Jaraguá do Sul.
9	Elaboração e execução de projeto e pavimentação – Mobilidade Urbana Regional (Anel Viário dos 7 Municípios).
10	Projeto executivo e pavimentação para a ligação de Jaraguá do Sul/Molha – Massaranduba.
11	Construção do contorno viário da SC-416 ligando a Br-280, em Nereu Ramos.
12	Duplicação da BR-280 trecho urbano e estadualização – execução efetiva das obras, incluindo ponte entre os municípios de Guaramirim/Jaraguá do Sul.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Jaraguá do Sul:

1	Apoio financeiro aos Hospitais dos Municípios de abrangência da SDR de Jaraguá do Sul.
2	Construção, ampliação e reforma das escolas na jurisdição da SDR de Jaraguá do Sul, prevendo a escola em tempo integral.
3	Duplicação da BR-280 trecho urbano e estadualização – execução efetiva



das obras, incluindo ponte entre os municípios de Guaramirim/Jaraguá do Sul.
--

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Jaraguá do Sul: como titular, o senhor Silvio Mainka, e como suplente, o senhor Ivo Schmitt Filho. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos**, que agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Jacquelinde de O. V. Bitencourt]

**DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



27ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: JOINVILLE

Data: 10/07/15

Horário: 09h30min – Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da Câmara Municipal**
Av. Hermann August Lepper, 1100
Bairro Saguacú
Joinville

CONSELHEIROS:

Titular: Dirceu Augusto Silveira Junior-Delegado

Suplente: Lourdes Salete Cezori de Aquino-Sociologa

Total de participantes: 69





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - JOINVILLE

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Desassoreamento e dragagem do rio Cachoeira e bacia do Piraí - SDR - Joinville
2	Fortalecimento da Defensoria Pública, com cronograma de instalação de núcleos para atender toda população - SDR - Joinville
3	Construir e equipar leitos hospitalares e unidades de tratamento intensivo para atendimento dos municípios pertencentes a SDR de Joinville
4	Construção de uma Central Regional de Emergência -CRE, para atender os municípios pertencentes à SDR de Joinville
5	Construção, reforma e ampliação de escolas nos municípios pertencentes a regional da SDR - Joinville
6	Mapeamento e correção de pontos críticos das rodovias estaduais que não dependem mais de manutenção preventiva ou corretiva - SDR - Joinville
7	Revitalização com a ampliação e reforma do complexo de Segurança Pública no Bairro Boa Vista – SDR - Joinville
8	Contratação de agente temporários para segurança pública
9	Construção de uma Unidade Prisional Regional Feminina na Região de Joinville - SDR - Joinville
10	Investimento para a conclusão do Centro de Inovação Tecnológica em Joinville - SDR - Joinville
11	Apoio financeiro aos municípios pertencentes a SDR de Joinville para infraestrutura de equipamentos dos setores: esporte, turismo e cultura - SDR - Joinville
12	Construção de unidade de atenção básica em saúde, nos bairros João Costa, Comasa e Boa Vista - SDR - Joinville

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - JOINVILLE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Construção de uma Unidade Prisional Regional Feminina na Região de Joinville - SDR - Joinville
2	Construção de unidade de atenção básica em saúde, nos bairros João Costa, Comasa e Boa Vista - SDR - Joinville
3	Contratação de agente temporários para segurança pública



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOINVILLE

Municípios: Joinville, Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	1º Tenente Luciano de Guizman	CBMSC Jle
02	Gilson Carlos da Costa	SDR- Joinville
03	Antonio Edival Pereira	SDR Reg. Joinville
04	FABIO DE CASTRO HOMAZINI	Defensoria Pública -
05	Denise Correa	Joinville
06	GILBERTO CERONI	SEFI/Epolis
07	Guilherme Klaus dos Santos	Epolis/Epolis.
08	VALÉRIO VERBINIM	Garuva
09	TICIANNE D. RUBIRA	Joinville
10	Luizina L. Gazzoni	Defensoria Pública / Joinville
11	ANTONIO ACURIA	Carvoeiros
12	Simone M. Juvenal	Carvoeiros
13	Eulmar Volkerde	Carvoeiros
14	JUANES SIENA	Carvoeiros
15	Caio Vilas Boas da Costa Pacheco	Joinville Defensoria Pública
16	Jefferson Deckmann	Joinville
17	Luiz Claudio Gulbert	Joinville
18	Paulo Cesar Ramos	Bão do Sul
19	EDSON JOSÉ PEREIRA	Joinville
20	Miltiane Maria Pereira Pereira	Willians
21	Fernando Rafael	Joinville
22	VAGNER CASAGRANDE	Joinville
23	RODOLFO DE RAMOS	JOINVILLE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOINVILLE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Dr. SILVIO FREDECK	S. Berta Sul
25	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
26	AFONSO JOÃO RAMOS	Joinville-sc
27	Ana Paula Keller	Joinville
28	AFONSO FRANCISCA SILVA	Joinville
29	Reinaldo Pulesti	Joinville
30	Gabriel Baggio	Joinville
31	Edo Pereira A.M.	Joinville
32	Josmar de Jesus	Joinville
33	ARLTO MERS	Joinville
34	KENNEDY NUNES	Joinville
35	Alamir Mengarda	Içara do Sul
36	Egon Bento Bredon	S.B.S
37	Tomaz de Souza	S.F.S
38	Jahim Claus de Oliveira	JL
39	Ednei Borges	JL
40	Domingos Miranda	JL
41	Wilson Reis	JL
42	Umar Doretto	JUC
43	FILARIO DALMAZ	FEHOSC
44	MARCIO ESPINHOVA	AJLL
45	Arnoldo Acosta	BARUVA.
46	JADELWE LIGOCI	DEINFRA
47	AMILTON TEIXEIRA	JL
48	João Batista Souza	JL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: JOINVILLE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Ademir Maelbras	JOINVILLE
50	Adolfo Moreira	Jlle
51	Rodrigo Fodini	Jlle.
52	Adm	Jlle
53	Christiane do Nascimento	Jlle.
54	Jonilson de Azevedo	Froehs
55	GUSTAVO COSTA	
56	ROVANI DELMONICO	S.J.T.
57	Francisco de Assis	JANUÁRI
58	Marcelo Mattos	JOINVILLE
59	Nelson de Azevedo	Jlle.
60	Ana Carolina Gomes	B. Velha
61	celso André de Azevedo	Jlle.
62	Felipe D. Inácio	Jlle
63	João Luiz Gomes	Jlle.
64	Neana Kárie de Rocha	Jlle
65	João Paulo de Azevedo	BARRA VELHA
66	Guilherme de Azevedo	Jlle.
67	Daraí Tomaz de Azevedo	Joinville
68	Elton Zetter Guerra	Joinville
69	Jose Carlos Chaves	Joinville
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 27ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE JOINVILLE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
JOINVILLE NO DIA 10 DE JULHO DE 2015, ÀS 9H30MIN**

Aos dez dias do mês de julho de 2015, às 9h30min, no Plenário Vereador Arinor Vogelsanger da Câmara de Vereadores de Joinville, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A senhorita Soraia Boabaid, mestre de cerimônias, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina estava realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigéssima sétima audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação e líder do PMDB na Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e líder do governo do Estado na Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dalmo Claro; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Afonso João Ramos, gerente de Convênios, Contratos e Licitações, representando a senhora Simone Schramm, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville; o senhor Luiz Cláudio Gubert, diretor executivo da Secretaria Municipal do governo de Joinville, representando o Prefeito Udo Döhler, de Joinville; o senhor Carlito Merss, autor da Lei Complementar 157/97, que deu origem às audiências públicas do Orçamento Regionalizado; o Vereador Rodrigo Fachini, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville; o Prefeito Rovâni Delmonego, de São João do Itaperiú. Logo após, fez o registro da presença das seguintes pessoas: senhor Aroldo Acordi, Secretário Municipal de Estratégias Rurais; Coronel Pré-Militar Edson José Porfírio, Comandante-Geral do Comando Pré-Militar Onça Pintada – Brasil; senhor Márcio Espíndola, vice-presidente Administrativo-Financeiro da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajoinpeme); senhora Juciane da Cruz May, 1º Tenente BM, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Joinville; senhor Fábio de Castro Thomazini, Defensor Público de Joinville; senhor Alessandro de Oliveira, auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de



Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Gilberto Cerutti, técnico de Planejamento da Secretária de Estado da Fazenda; senhor Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa; senhora Lenice Correa, assessora parlamentar, representando o Deputado Estadual Patrício Destro, Presidente da Comissão Civil da Assembleia Legislativa; senhor Reinaldo Paulista, secretário do Conselho de Associação de Moradores de Joinville. Após o registro, convidou para fazer uso da palavra e presidir os trabalhos da audiência pública o senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que cumprimentou todos os componentes da mesa, citando nominalmente cada um, e os demais presentes. Registrou a ausência do Deputado Estadual Patrício Destro devido à realização de uma cirurgia. Iniciou o seu pronunciamento fazendo menção ao senhor Carlito Merss, Ex-Deputado Estadual, que esteve um tempo em Brasília, depois que foi Prefeito de Joinville, e atualmente estava de volta a cidade. Observou que todos estavam ali por conta de uma lei aprovada, de autoria do Deputado Estadual Carlito Merss, à época, que definiu que os Deputados deveriam discutir o Orçamento com as lideranças do Estado de Santa Catarina. Prosseguindo, disse que era uma ideia que democratizava o debate, que dava transparência e que envolvia a comunidade. Dessa forma, parabenizou o senhor Carlito Merss pela autoria daquela lei tão importante, que fazia com que o Parlamento interagisse com todas as regiões do Estado. Informou que no ano corrente eram mais de 30 audiências do Orçamento Regionalizado em Santa Catarina. Dito isso, informou que naquele dia iriam definir doze prioridades para o PPA, para os próximos quatro anos, e, dessas doze prioridades, três seriam elencadas para o Orçamento do ano de 2016. Explicou que as prioridades a serem definidas não seriam necessariamente somente de Joinville, pois a SDR era composta pelos Municípios de Garuva, Itapoá, São Francisco, Barra do Sul, Barra Velha e São João do Itaperiú. Em seguida, explicou que na primeira parte da reunião os componentes da mesa fariam seus pronunciamentos e, a seguir, passaria a coordenação dos trabalhos ao servidor Nelson Henrique Moreira, da Alesc e ao doutor Guilherme Kraus dos Santos, da Fazenda, para que pudessem fazer o detalhamento do Orçamento, o debate das prioridades, e a votação das doze ações do PPA e as três ações da LOA para a região, e, posteriormente, o encerramento da reunião. A seguir, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo senhor Deputado Estadual Dalmo Claro de Oliveira, que saudou todos os presentes e parabenizou o senhor Carlito Merss pela iniciativa de ter aprovado aquela lei. Disse que aquele era um momento importante em que a sociedade podia participar democraticamente do encaminhamento da organização do Orçamento do Estado de Santa Catarina. Observou que as diversas regiões do Estado tinham inúmeras potencialidades e que a sociedade avançava sob o aspecto social e sob o aspecto empresarial, mas havia a necessidade de que o Poder Público desse as condições e os investimentos necessários para o desenvolvimento da região. Assim sendo, os presentes iriam participar da escolha do que era prioridade para a região na área de infraestrutura, na área de logística, na área social, para que a população tivesse condições adequadas de vida. Reiterou a importância daquele momento e disse que esperava que fosse uma reunião muito produtiva. Na sequência, o senhor Presidente, concedeu a palavra ao senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação, que cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, disse que era um prazer estar ali, na vigésima sétima reunião do Orçamento Regionalizado de Santa Catarina de 2016, e agradeceu ao Vereador Rodrigo Fachini, Presidente da Câmara de Vereadores, pela cedência do espaço e expressou a sua alegria de estar naquela Casa onde havia aprendido muito no tempo em que foi Vereador. Dirigindo-se ao Ex-Deputado Carlito Merss, contou que por onde passava sempre dizia que Lei do Orçamento Estadual era de autoria do Ex-Deputado, e observou que na década de 1990 já tinha o DNA daquela nova cultura de gestão que eles estavam começando a viver. Prosseguindo, disse que o modelo atual de gestão estava falido e havia chegado ao seu limite, e



que o novo modelo que estava se definindo, na opinião dele, passava exclusivamente por aquilo que eles estavam fazendo ali, que era ouvir a comunidade para fazer o Orçamento. Frisou que naquela manhã eles iriam tomar uma decisão muito séria, porque a comunidade escolheria as doze prioridades para o Plano Plurianual, e, como ele era meio didático, explicou que o Plano Plurianual eram as ações para os próximos quatro anos de governo, ou seja, iria valer do dia 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, e se as ações não estivessem no PPA, o governo não poderia colocar no Orçamento vigente. Reiterou a importância de ficarem definidas, no PPA, as obras ou ações para a região, caso contrário, eles tinham absoluta certeza de que elas não iriam acontecer. Comentou que o Ex-Deputado Carlito Merss havia lhe dito que estava ali, porque o Orçamento iria se tornar impositivo, e que era verdade, porque já estavam adiantados na regulamentação da lei que tornava o Orçamento participativo e impositivo. A seguir, historicizou sobre as audiências do Orçamento - observando que realizavam três por dia -, que começaram na segunda-feira, pela manhã, em Itajaí, Brusque e Blumenau; Timbó, Ibirama e Ituporanga; Rio do Sul, Taió e Curitiba; Canoinhas, Mafra e Jaraguá do Sul. Informou que, até aquele momento, já haviam falado com 992 líderes de 93 cidades, e que eles já estavam carregados, no segundo roteiro, com 144 propostas para o PPA e 36 para o Orçamento do ano que vem, fora o primeiro roteiro, do meio-oeste, oeste e serra. Indo mais além, disse que encerrariam aquela etapa, à tarde, em Florianópolis, e que o terceiro roteiro seria no sul do Estado completando aquele processo de preparação do Orçamento do Estado. Lembrou que os Deputados tinham assumido o compromisso, tinham feito um acordo, de que, se por acaso o governo não elencasse as prioridades oriundas daquelas reuniões, a Comissão de Finanças e Tributação as incluiria através de emenda do Relator do Orçamento. Ressaltou que eles estavam aprendendo a fazer aquele processo, sendo que os grandes Municípios não sabiam a força que tinham naquelas reuniões, pois as prioridades seriam escolhidas por votação. A seguir, fez um parêntese para dizer que sabia que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional já havia feito uma prévia e iria apresentar os doze itens tirados pela SDR, mas que aquela plenária estava apta a excluir ou incluir ações no Orçamento, e, se tivesse alguma mudança, eles iriam acatar a vontade da maioria. Continuando a explicação, disse que das doze prioridades elencadas, deveriam escolher as três para o Orçamento de 2016. A seguir, contou que com aquelas audiências tinham percebido que os Prefeitos das cidades menores lotaram os ônibus para que na hora da votação tivessem mais votos. Assim sendo, eles conseguiram eleger as suas prioridades, e as cidades maiores, que não se mobilizaram, perderam, e citou o ocorrido em São Lourenço do Oeste, onde o Prefeito de Quilombo levou três ônibus e na hora da votação elegeu as prioridades de Quilombo. Ressaltou que aquele era um processo que estava em evolução e desejou que Deus desse sabedoria a todos na hora da escolha das obras e ações para o PPA dos próximos quatro anos. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos, registrou a presença do senhor Onévio Antonio Zobot, engenheiro agrônomo da Epagri; da senhora Ana Carolina Lucena Cravo Gomes, Procuradora-Geral do Município de Barra Velha, neste ato representando o Prefeito Claudemir Matias Francisco; do senhor Otanir Mattioli, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Dirceu Dresch. Na sequência, concedeu a palavra ao senhor Deputado Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Líder do PMDB na Assembleia Legislativa, que iniciou sua fala cumprimentando todos os componentes da mesa e os demais presentes, e fez uma saudação especial ao senhor Carlito Merss, que era o autor daquela Emenda Constitucional maravilhosa que fazia com que a democracia se tornasse mais presente entre eles, e que aquele sim era um Orçamento democrático. Saudou os servidores da Assembleia Legislativa que não mediram esforços para que todas aquelas reuniões tivessem êxito. Disse que aquela era uma reunião diferente das outras, tendo em vista que os Deputados aprovaram que o Orçamento fosse impositivo. Indo além, disse que pela primeira vez eles tinham 1% do Orçamento para os Municípios e, desse modo, se o Governador, Raimundo Colombo, e o Vice-Governador, Pinho Moreira, não cumprissem com o Orçamento impositivo



seriam enquadrados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Afirmou que tinha certeza que aquela reunião daria bons frutos aos Municípios, observando que era apenas 1%, mas que representava um grande avanço para Santa Catarina. Logo após, fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e líder do governo na Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Enalteceu o trabalho dos colegas Deputados de Joinville que demonstravam na Assembleia Legislativa competência, seriedade e representatividade, não só para Joinville, mas também para a região. Afirmou que eles sabiam que a Assembleia Legislativa era a caixa de ressonância das reivindicações da comunidade e que os Deputados de Joinville e os demais ali presentes eram um exemplo de dedicação à comunidade. Prosseguindo, disse que aquela lei de autoria do Deputado, à época, Carlito Merers, dava a oportunidade dos presentes colocarem no Plano Plurianual de investimento do Estado o que iria valer para os próximos quatro anos. Frisou que todos sabiam que se uma ação não estivesse incluída no Plano Plurianual não seria executada. Relatou que muitas vezes surgiam recursos que não estavam contemplados no Plano Plurianual e, obrigatoriamente, tinham que fazer alterações, e essas não conseguiam ser feitas em tempo hábil. Reiterou a importância de elencar as prioridades para que fossem executadas e exemplificou, dirigindo-se aos colegas Deputados, que dentre as doze prioridades, deveria estar a revitalização do acesso de Piraberaba - a chamada estrada Dona Francisca-, que passava pela cidade industrial indo até o centro. Prosseguindo, argumentou que em determinados trechos era necessário uma duplicação e em outros intercessões, pois estava se tornando inviável o acesso ali, tanto para as pessoas quanto para os veículos. Ademais, agradeceu a oportunidade e desejou sucesso na escolha das prioridades. A seguir, fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Doutor Vicente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa, que saudou os componentes da mesa e os demais presentes. Contou que no dia anterior ele tinha coordenado a reunião em Jaraguá do Sul, e, como morava ali, ficou até o final do debate e observou que ciclicamente as preocupações se repetiam todos os anos: saúde, educação. Frisou que o ideal seria que aqueles problemas já estivessem solucionados, mas, não, novamente estavam batendo na mesma tecla: saúde, educação, transporte, infraestrutura, que eram necessidades básicas para o cidadão. A seguir, chamou a atenção dos presentes para um detalhe interessante ocorrido no dia anterior, e contou que a reunião estava indo muito bem, até que no debate, todos pararam para analisar o que eles queriam para a região, e, dessa reflexão, foi introduzida como prioridade da região a construção e ampliação de escolas prevendo a introdução do ensino em tempo integral em todas. Desse modo, ressaltou a importância da participação de todos no debate, pois a sociedade precisava evoluir - as associações de moradores, as entidades representativas - e rever o modelo de gestão implementado no País, nos Estados e nos Municípios, para poder cortar gastos e sobrar mais recursos para investimentos prioritários. Concluiu, desejando que dali saíssem as ações determinadas pelo povo de Joinville e região, e que tivesse uma excelente reunião. A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Afonso Ramos, representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Ressaltou que participava daquelas reuniões desde 2011 e percebia que algumas ações estavam acontecendo, como por exemplo, o contorno de Garuva, as escolas de ensino médio inovadoras em Joinville, a construção dos Cras e Cres na área social, a reforma do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt estava acontecendo, na ala a, b, c, o centro cirúrgico, novas instalações, que foram obras definidas nas reuniões do PPA. Observou, que algumas obras ainda não haviam sido executadas, e que eles sabiam das limitações do Orçamento, entretanto se as ações não fossem incluídas no PPA seria mais difícil de acontecerem, como havia sido referido pelo Deputado Silvio Dreveck. Indo além, disse que o PPA poderia ser alimentado por algum financiamento, por recursos da Fonte Cem, ou por outros recursos, que poderiam permitir que as obras acontecessem se elas estivessem elencadas no PPA. Prosseguindo, frisou a



importância daquela audiência para a sociedade debater as prioridades da regional, sendo que a SDR, além das prioridades do ano anterior, elencou doze ações que apresentariam, e, naturalmente, outros representantes da sociedade, ali presentes, também iriam colocar suas demandas naquela reunião. Agradeceu a oportunidade e desejou bom trabalho a todos. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos, registrou a presença do senhor Dirceu Silveira Júnior, Delegado Regional da Polícia Civil de Joinville; do senhor Paulinho Rocha, suplente de Vereador de Joinville; da Pastora Léia, Vereadora de Joinville; e da senhora Simone Schramm, Secretária de Estado Desenvolvimento Regional de Joinville. A seguir, dirigindo-se ao Ex-Deputado Carlito Merss, que havia sido o relator do Orçamento do Brasil, disse que eles estavam falando de orçamento, e que, no dia anterior, havia sido dito pelo Deputado Dirceu Dresch, que no Estado, tirando o percentual dos Poderes e do Custeio, restava 3% para investimento, e que certamente para os Municípios também era mais ou menos aquele índice, que era um absurdo. Desse modo, reportando-se aos Deputados presentes, disse que o debate era importante, mas ele, entre aspas, era redundante, se o Pacto Federativo não fosse levado adiante, sendo que havia promessa do Presidente da Câmara Federal e do Presidente do Senado de que iriam tratar daquele tema. Afirmou que o Pacto Federativo era de fundamental importância, porque 70% dos recursos era drenado para Brasília, 22% para o Estado e somente 13% para o Município, que era onde as coisas aconteciam. Ressaltou que o Governador Raimundo Colombo não iria investir somente 3% da Receita Corrente, que ele iria buscar recursos de financiamento e, ainda no próximo ano investiria R\$ 4 bilhões, R\$ 5 bilhões oriundos de financiamento do Banco do Brasil, do BNDES e financiamentos internacionais. Indo além, disse que não podiam ficar só em cima dos financiamentos, porque um dia alguém teria que pagar aquela conta. Prosseguindo, disse que enquanto o Congresso Nacional não rever o Pacto Federativo, que era a grande bandeira do saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, todos iriam continuar com o pires na mão e sem conseguir resolver os problemas dos Municípios. Dito isso, desfez a mesa dos trabalhos e passou a coordenação da audiência para os técnicos da Fazenda e da Assembleia Legislativa. A seguir, o senhor Nelson Henrique Moreira, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, cumprimentou os presentes e agradeceu a participação de todos na escolhas das doze prioridades para o Plano Plurianual e as três prioridades para a Lei Anual de 2016. Cumprimentou o Ex-Deputado Carlito Merss, que teve a brilhante ideia de apresentar um projeto de Lei Complementar na Assembleia Legislativa, Lei 157, que deu a possibilidade da sociedade catarinense de participar da discussão do planejamento e do Orçamento público. Cobntinuando, para eles terem uma ideia, aquilo só veio a acontecer no ano de 2000, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 48, parágrafo único determina que os entes da federação, tanto federal, estadual ou municipal, devam fazer audiências públicas tanto para o Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual e também a LDO. Assim sendo, a Assembleia já vinha com aquele processo bem antes da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Registrou que aquela era a vigéssima sétima audiência pública realizada no ano corrente, já participaram mais de 2.500 pessoas das audiência públicas e para eles, que estavam neste processo desde 1997, era muito salutar. Informou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville havia mostrado que vários obras foram executadas, estavam sendo executadas e seriam executadas pelo Porder Executivo na regional de Joinville. A seguir, concedeu a palavra ao senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda, saudou os presentes e disse que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) ali se encontravam para auxiliar na discussão, tendo em vista ser a SEF que elaborava o Plano Plurianual e o Orçamento, encaminhando-os à aprovação da Alesc. Didaticamente explicou o que significava o PPA e de que forma o seu processo de construção teve início. Afirmou que 2015 era o último ano do PPA vigente que começou em 2012 e que as audiências do Orçamento Regionalizado completavam uma das etapas de constituição do PPA 2016/2019. Salientou que o



PPA servia para diminuir os problemas regionais, pois nele constariam todos os bens e serviços que o Estado iria realizar em todas as suas regiões até 2019; e informou que como a base do PPA era resolver problemas, a Secretaria da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que a Secretaria da Fazenda, junto com os órgãos setoriais, como Saúde, Educação, Segurança Pública, etc., analisou os problemas e propôs soluções, que foram condensadas no documento que estava sendo entregue naquele momento à Regional de Joinville. Assim sendo, afirmou que era com base naquele documento feito pela sociedade civil, pelos órgãos que atuavam na região que a discussão seria pautada; e finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o senhor Nelson Henrique Moreira, disse que a partir daquele momento os presentes se reuniram para debater as prioridades a serem elencadas para o PPA e para a LOA. Assim sendo, suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado. *(O grupo se reuniu a fim de escolher as ações prioritárias para a SDR de Joinville.)* Após um amplo debate realizado entre os representantes das comunidades pertencentes à Regional de Joinville, o senhor Nelson Henrique Moreira encerrou as atividades desenvolvidas pelo grupo e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária da regional de Joinville para o PPA 2016/2019:

1	Desassoreamento e dragagem do rio Cachoeira e bacia do Pirai – SDR Joinville
2	Fortalecimento da Defensoria Pública, com cronograma de instalação de núcleos para atender toda população – SDR Joinville
3	Construir e equipar leitos hospitalares e unidades de tratamento intensivo para atendimento dos Municípios pertencentes à SDR Joinville
4	Construção de uma Central Regional de Emergência – CRE, para atender os Municípios pertencentes à SDR de Joinville
5	Construção, reforma e ampliação de escolas nos Municípios pertencentes a regional da – SDR Joinville
6	Mapeamento e correção de pontos críticos das rodovias estaduais que não dependem mais de manutenção preventiva ou corretiva – SDR Joinville
7	Revitalização com a ampliação e reforma do complexo de Segurança Pública no Bairro Boa Vista – SDR Joinville
8	Contratação de agentes temporários para segurança pública– SDR Joinville
9	Construção de uma Unidade Prisional Regional Feminina na Região de Joinville – SDR Joinville
10	Investimento para a conclusão do Centro de Inovação Tecnológica em Joinville– SDR Joinville
11	Apoio financeiro aos Municípios pertencentes a SDR de Joinville para infraestrutura de equipamentos dos setores: esporte, turismo e cultura – SDR Joinville
12	Construção de unidade de atenção básica em saúde, nos bairros João Costa, Comasa e Boa Vista – SDR Joinville

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Joinville para a LOA 2016:



1	Construção de uma Unidade Prisional Regional Feminina na Região de Joinville – SDR Joinville
2	Construção de unidade de atenção básica em saúde, nos bairros João Costa, Comasa e Boa Vista – SDR Joinville
3	Contratação de agentes temporários para segurança pública– SDR Joinville

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para a Regional de Joinville: como titular, o senhor Dirceu Augusto Silveira Junior; e como suplente, a senhora Lourdes Salette Cezari de Aquino. Após o registro das prioridades elencadas, passou a palavra ao Deputado Darci de Matos para proceder ao encerramento. O senhor Presidente, Deputado Estadual Darci de Matos, nada mais havendo a tratar, agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]*

**DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**



28ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Data: 10/07/15

Horário: 14h30min – Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório do Plenarinho da ALESC**
Rua Jorge Luz Fontes, 310
Florianópolis

CONSELHEIROS:

Titular: José Natal Pereira - Vice-Prefeito São José

Suplente: Roberto Stahelin - CONSEG

Total de participantes: 93





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - FLORIANÓPOLIS

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Pavimentação entre Anitápolis/Santa Rosa de Lima (SC108).
2	Pavimentação entre São Bonifácio - São Martinho (SC435).
3	Pavimentação entre Angelina - Marjor Gercino (SC108).
4	Pavimentação entre São pedro de Alcantara / Angelina (SC 281).
5	Restauração SC 407 Biguaçu/Antônio Carlos.
6	Ligação interna Biguaçu/Tijucas via Sorocaba.
7	Avenida das universidades (ligação São José/Palhoça).
8	Melhorias da SC 281 São José /São Pedro.
9	Construção da sede do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina.
10	Construção de quartéis de bombeiros militar nos municípios de Antônio Carlos, Rabcho Queimado, Florianópolis e São José.
11	Construção, ampliação e reforma das Unidades Escolares da Grande Florianópolis.
12	Expansão da rede trifásica para os municípios da Grande Florianópolis.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - FLORIANÓPOLIS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação entre São pedro de Alcantara / Angelina (SC 281).
2	Melhorias da SC 281 São José /São Pedro.
3	Construção da sede do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

Municípios: Florianópolis, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	SHEILA SABAG	FLORIANÓPOLIS
02	Cláudio Márcio C. da Gama	"
03	Aparecida Eli Boellro	"
04	Vitor Santos	"
05	Márcia Ap. Mantovani Souza	São José
06	Silvana Maria Fugott	Fpolis
07	Lina Cláudia da Cunha	São José
08	Jana Letícia J. do S. Koffmann	São José
09	Vandaci Magagnoli Kair	São José
10	Dora S. Andrade	São José
11	Pedro L. Almeida	Florianópolis
12	Amabildo Nozzeno Stahelini	S.P. Alcântara
13	Alexandre de Souza	São José
14	ANGELO CAMPOS	FLORIANÓPOLIS
15	Paulo J. Ruyter	Fpolis
16	ANTONIO A. SOUSA	Fpolis
17	Angela N. K. Colombi	São José
18	Regis Jonatas Costa	Florianópolis
19	Deber Fabiano Goulart	São José
20	ILIANO DE FALCO	São José
21	José A. L.	Florianópolis
22	Geiter V.S. Brühler	Fpolis
23	MATSON CÉ	SÃO JOSÉ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	ANDERSON DE MENEZES - FIESC	Flópolis
25	Osvaldo Luiz Laurentino	São Pedro de Alcântara
26	Donald R. Souza	S. J. dos Rios
27	EDIO FERREIRAS	S. J.
28	Loiana Cordeiro	São José
29	Carmen Ramos	Florianópolis
30	Romualdo Goulart	SEF/DION
31	Leici Veronesi	Rancho Viejo
32	VACINO LUIZ	S. Pedro de Alcântara
33	Jose Orlando Borges	Florianópolis
34	LUIZ BEIRITH	Reinhold
35	Patricia Romero	Florianópolis
36	Patricia Regina Souza Trindade	Florianópolis
37	Caroline Köhler Teixeira	Florianópolis
38	VERDI FURMUTO	Fosco
39	Raquel Sabat	Flópolis
40	Michele Dominon	Flópolis
41	Luciane L. Guehne	Florianópolis
42	Sudmida Drummond	Florianópolis
43	Georgete L. F. Saei	Flópolis
44	Gláucio Carnarum	Flópolis
45	ROBERTO STACHELON	S. P. ACCANTARA
46	Márcio Wagner Casuffo	S. Paulo/SC
47	João Amador	ALESC
48	Lucas C.C. de Amorim	Flópolis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Rosimari R. de Oliveira	Fpolis.
50	RAFAEL BARNETO Nicoluzzi.	Fpolis.
51	ERNESTO JOSÉ STÄHELIN	SÃO PEDRO ALCANTARA ^{DR}
52	Glomar Rho Bento	São José - SC
53	Francisco de Assis Medeiros	São José - SC
54	Estevão Raimundo Dutra	São José - SC
55	GUSTAVO DUARTE DO VALLE PEREIRA	SÃO JOSÉ - SC
56	Sris J. de Souza Nascimento	Florianópolis
57	IMÁRIO MARECHES	ALSC
58	RODRIGO BRAGA	ALSC
59	JOSÉ NATAL PEREIRA	SÃO JOSÉ
60	Selma Haroldo Ramos	SDR-São José
61	MARCELO TESSARI	SDR SÃO JOSÉ
62	MURILLO SILVA	SDR Fpolis
63	Edson José da Silva Filho	São Pedro Alcantara.
64	DANIEL SILVEIRA	SÃO PEDRO ALCANTARA
65	CHARLES UEBER	SÃO PEDRO ALCANTARA
66	Dina Beiduschmidt	Palhoça
67	Laurino Peters	São Benedito
68	José Milton de Silva	Angelina
69	Manoel Antonio Medeiros SR.	ANGELINA
70	Leonardo Ramos	Angelina
71	Rodrigo B. S.	Angelina
72	Albino Bernini	ANG
73	Ana Luiza Almeida Schwmacher	ANG



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: GRANDE FLORIANÓPOLIS

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Samuel B. Schmitz	Florianópolis
75	Maíra Peres Scheu	S.P. de Alcântara
76	João Aloísio Zimmermann	S. Pedro de Alcântara
77	Adeliana Dal Pont	São José
78	Regata Junqueira	Florianópolis
79	Romeu Dutra Neto	Florianópolis
80	Os - Costa	São Pedro
81	Jessane Ribos Lanzarin Spengler	São José
82	Rogério Vaidi Braun	Florianópolis
83	Raul G. Salomun	S. José
84	Diego ROSA CORREIA	JUCESC
85	WILSON FORMIGHER	PPS
86	Marcão Fritzen	ALERC
87	Maurício Bráulio de Souza Pôrto	189 SDR
88	Alexandro Henrique Martins	SMS/São José/SC
89	João Fernando Motter	Biguacú
90	Kelen Cristina Giadtner	Biguacú
91	Carlos Induca Frons	Florianópolis
92	GILBERTO CERUTI	SEF/HPLIS
93	Guilherme Moraes dos Santos	SEF/Flópolis
94		
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 28ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, NO DIA 10 DE JULHO DE 2015, ÀS 14H30MIN

Aos dez dias do mês de julho de 2015, às 14h30min, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), por iniciativa da Assembleia Legislativa, reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O **senhor Cláudio Fernando Wolff, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima oitava audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Mario Marcondes, 4º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; o senhor Gilson José Botelho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; a senhora Adeliana Dal Pont, Prefeita de São José, representando os demais Prefeitos da Regional; o senhor Leonardo Hammes, Vice-Prefeito de Angelina, representando os demais Vice-Prefeitos da Regional; a Vereadora Cleci Veronezi, Presidente da Câmara de Vereadores de Rancho Queimado, representando o senhor Isaac Diniz, Prefeito de Rancho Queimado, e os demais Vereadores presentes; o senhor Antônio Eronaldo de Souza, Reitor da Udesc; Romualdo Goulart, Diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; e o senhor Pedro Cavaleiro de Almeida, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais da Grande Florianópolis. Após, fez o registro das seguintes autoridades: Marco Antonio Medeiros Junior, Prefeito de Anitápolis; José Nilton da Silva, Prefeito de Angelina; Edson José da Silva Filho, Vice-Prefeito de São Pedro de Alcântara; José Natal Pereira, Vice-Prefeito de São José;



Vereador Valdino Kuhn, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara; Raquel Sabat, defensora pública, coordenadora do núcleo da Capital; Moacir José Schell, Vereador de São Pedro de Alcântara; João Aloísio Zimmermann, Vereador de São Pedro de Alcântara; Osni Koester, Vereador de São Pedro de Alcântara; Amarildo Nazareno Stähelin, Vereador de São Pedro de Alcântara; Anderson de Menezes, Secretário Executivo da Câmara de Energia da FIESC; Rodrigo Hames, Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo de Angelina; Tcharles Veber, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Pedro de Alcântara; Daniel Silveira, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de São Pedro de Alcântara; Matson Cé, Secretário Municipal de Planejamento de São José; Waldemar Stuepp, Secretário Municipal de Educação de Anitápolis; Gilson Peiter Testoni, Secretário Municipal de Fiscalização e Tributação de São Pedro de Alcântara; Paulo César Salum, auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina; Lucas Calafiori Catharino de Assis, membro da Comissão de Direito Tributário da OAB de Santa Catarina, representando o senhor Tullo Cavallazzi Filho, Presidente da OAB de Santa Catarina; Verdi Furlanetto, Diretor Adjunto da Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis, representando o senhor Artur Nitz, Delegado-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina; Cleber Fabiano Goulart, Secretário Adjunto Municipal de Administração de São José; Luiz Beirith, Secretário Adjunto Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia de São José; Gilmar Pedro Bento, Secretário Adjunto Municipal de Segurança e Defesa Social de São José; Vera Andrade, Secretária Adjunta Municipal de Governo de São José; Aparecida Eli Coelho, coordenadora do Conselho Local de Saúde do Córrego Grande; Gelson Neri, coordenador da Cáritas Brasileira da Regional de Santa Catarina; Marilza Aparecida Martins da Silva, diretora de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Santa Catarina (SindSaúde), representando a senhora Edileuza Fortuna Garcia, presidente do SindSaúde; João Joffily Coutinho, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina; Cristina Prudêncio Collaço, chefe de seção de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Superintendência Regional de Santa Catarina; Sheila Sabag, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, de Santa Catarina; Murilo Silva, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; Ernei José Stähelin, diretor de apoio operacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; José Orlando Borguezan, gerente da Epagri da Grande Florianópolis; Mateus Santana, representando a Vereadora Sandra Martins, de São José; Cláudio Márcio Araújo da Gama, administrador, representando a senhora Célia Fernandes, coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM); Fábía Regina Souza Trindade, representando o Grupo de Artesãos e Artistas do Sul da Ilha; Édio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito; Carmem Ramos, coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero (UFSC); Roberto Stähelin, presidente do Conseg de São Pedro de Alcântara; Alaécio Amorim, Diretor Sindical para o Setor Público da Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina (Fecontesc); Diego Rosa Correia, gerente de Planejamento e Avaliação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), representando o senhor André Bazzo, presidente da Jucesc; Samuel Bortoluzzi Schmitz, coordenador de Relações Institucionais da SCGás, representando o senhor Cósme Polêse, presidente da SCGás; e o senhor Nelson Henrique Moreira, coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Ato contínuo, convidou o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, deu início à audiência pública cumprimentando as autoridades e os demais presentes e agradecendo a presença dos servidores da Alesc que prestariam seus serviços naquela audiência, assim como tinham prestado nas demais audiências do Orçamento Regionalizado realizadas pelo Estado, tornando-as um sucesso. Após, explicou estarem realizando a última audiência do Orçamento Regionalizado da segunda



rodada, já tendo feito nas Regionais de Itajaí, Brusque, Blumenau, Timbó, Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul, Taió, Curitibanos, Canoinhas, Mafra, Jaraguá do Sul e Joinville, e avisou que nos dias 6 de agosto e 7 de agosto estariam realizando as últimas audiências nas Regionais de Laguna, Tubarão, Criciúma e Araranguá, registrando que daquela forma a Assembleia cumpria o papel de reunir as partes interessadas para deliberar sobre as demandas de cada região. Acrescentou que naquele dia tratariam das ações a serem incluídas na Lei Orçamentária do ano seguinte e tratariam da elaboração do PPA 2016/2019. Informou que a Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da sua equipe técnica, tinha levantado as demandas do Estado e que eram sobre as ações da Regional da Grande Florianópolis que os participantes iriam definir quais as mais importantes a serem colocadas no PPA do quadriênio 2016/2019, das quais três seriam incluídas no Orçamento do Estado do ano de 2016. Afirmou que o Poder Executivo vinha aumentando consideravelmente, ao longo dos anos, a quantidade de ações executadas, diferentemente do que ocorria há quinze anos quando não mais que 17% das ações chegavam a ser efetivadas pelo Poder Executivo, graças à sintonia entre Poder Legislativo e Poder Executivo e à insistência dos Deputados; frisou que o governo do Estado tinha passado a executar uma quantidade maior de ações inseridas tanto no PPA quanto na LOA, não de forma impositiva, mas de comum acordo entre Poder Executivo e Legislativo. Contou que a Alesc, com o único intuito de aumentar o número de ações executadas pelo governo estadual, tinha aprovado no ano anterior uma emenda à Constituição estadual, através dos artigos 120, *a*, e 120, *b*, que tornava impositiva a execução das ações escolhidas tanto no PPA quanto na LOA, avisando que para aquele ano a imposição ainda não seria válida por que os dois artigos inseridos na Constituição não estavam regulamentados. Acrescentou que a regulamentação seria feita por intermédio de lei complementar e que a iniciativa da propositura da referida lei complementar era privativa da Comissão de Finanças ou do Poder Executivo. Diante disso, disse que a Comissão de Finanças, da qual era o Presidente, haveria de tomar a iniciativa de propor o projeto de lei complementar para regulamentar os artigos 120, *a*, e 120, *b*, da Constituição; que, em tramitando na Comissão de Finanças e em se aprovando no âmbito da Comissão, deveria ser levado até o final do ano de 2015 à ciência da referida Comissão e à deliberação do Plenário da Alesc; que, em se aprovando no Plenário, deveria ser encaminhado para a sanção do Governador do Estado; que, em sendo sancionado para o ciclo de audiências do ano de 2016, as ações inseridas para o Orçamento do ano de 2017 seriam impositivas. Por fim, sinalizou que estavam a um passo de realmente verem as ações listadas efetivamente executadas. Em seguida, informou que a audiência seria feita em etapas, sendo que primeiramente seria ouvida a mesa, após seria feita uma apresentação por parte da Secretaria de Estado da Fazenda e da Coordenadoria do Orçamento da Assembleia e finalmente o debate para a escolha das doze ações a serem inseridas no PPA e das três ações a serem inseridas na LOA. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e comentou sobre sua participação nas audiências do OER realizadas no planalto norte catarinense, especificamente em Mafra e em Canoinhas, nas quais testemunhou a expressiva participação dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários municipais e lideranças comunitárias daquelas Regionais, numa clara demonstração da credibilidade que o resultado das audiências públicas regionalizadas tinha quando da elaboração do Orçamento e do Plano Plurianual. Disse que seria muito simples a Assembleia reunir os nove membros da Comissão de Finanças e Tributação para definir isoladamente, num gabinete, as prioridades para o PPA e para a LOA de cada ano, mas que a Assembleia entendia que aquela escolha deveria ser participativa e democrática, por isso oportunizava aos representantes dos Municípios catarinenses a discussão e a definição dos investimentos prioritários para os próximos quatro anos, referindo-se ao PPA, e os que deveriam iniciar no próximo ano, referindo-se ao Orçamento. Porque aquela Regional, por tradição, não era participativa e não valorizava as



audiências públicas, externou sua satisfação de ver a quase unanimidade da participação dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores da Regional, numa clara demonstração de que a Grande Florianópolis acreditava naquele processo de audiências públicas porque sabia que os Deputados cobriam do governo do Estado a efetivação das obras elencadas, caindo por terra a tradição por ele mencionada. Ainda disse da sua satisfação de ver naquela audiência todos os Deputados que representavam aquela Regional, quando nas audiências em outras Regionais apenas um Deputado representante da Regional se fizera presente. Pontuou que ele e o Deputado João Amin eram de Florianópolis, mas representavam toda aquela Regional, a Grande Florianópolis, assim como a Deputada Dirce da Palhoça, o Deputado Mario Marcondes de São José, e o Deputado Marcos Vieira que era de Florianópolis, mas estendia sua representação por toda Santa Catarina. Após, deu boas-vindas a todos, desejou um amplo debate e salientou que aquele evento era uma forte demonstração de que a região, especialmente os menores Municípios, precisava do apoio do Poder Público, da Assembleia Legislativa, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, e da construção de um elo com o governo do Estado. Agradeceu a oportunidade de se manifestar, advertiu a todos para que fizessem a escolha correta de acordo com as necessidades da Regional, afirmando que os Parlamentares não participariam da escolha, mas deliberariam aquilo que a Regional decidiria e defenderiam os interesses da Grande Florianópolis. Encerrando sua fala, desejou sucesso à audiência. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do PPA da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor João Fernandes Motter, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica de Biguaçu; e da Kellen Cristina Grudtner, representando o senhor John Kennedy Lara da Costa, Secretário Municipal da Fazenda de Biguaçu. Em seguida, afirmou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estava tramitando na Assembleia e que seria votada na semana seguinte àquela, e disse que, em razão de o PPA não estar definido, o texto da LDO estava tramitando sem os anexos. Contou que o Presidente da Alesc, Deputado Gelson Merisio, tinha apresentado uma emenda à LDO modificando o cálculo de repasse aos Poderes e órgãos do Estado de Santa Catarina. Sobre a referida emenda, explicou que cada órgão e cada Poder recebiam um percentual da Receita arrecadada pelo Estado, independentemente da Receita crescer além da inflação ou decrescer; que a assessoria do Presidente Merisio, através de cálculos, constatou que nos últimos anos a Receita do Estado tinha crescido mais que a inflação; que a Receita, em 2014, foi de 20 bilhões e que era previsto um orçamento de 25 bilhões para 2015, denominando esses 5 bilhões a mais como excesso de arrecadação. Após aquela explicação, disse que entendia os critérios do Presidente da Assembleia que, em razão do crescimento da Receita além da inflação, sugeria a alteração da base de cálculo da remessa dos valores aos Poderes, passando aos Poderes o duodécimo correspondente ao ano anterior acrescido da correção monetária, ficando o excesso da arrecadação no caixa do Poder Executivo para efetivar as obras necessárias para a Regional que eram de interesse da população, acrescentando que, caso a Receita crescesse abaixo da inflação, valeria o percentual estipulado em lei, como já acontecia. Após ter dado uma ideia da proposta de emenda do Deputado Merisio, informou que a referida emenda estava na Comissão de Finanças, em sua posse, na condição de Relator da LDO, e como tal tinha estudado muito aquela matéria. Adiantou que seu voto seria de acatamento da emenda, transformando-a em emenda do Relator e fazendo-a constar do seu relatório. Adicionou que ela teria que ser levada à discussão e deliberação dos demais membros da Comissão de Finanças e Tributação, alertando que o fato de a emenda ser incorporada ao seu relatório não significava a garantia de que seria aprovada; que, em sendo rejeitada, o texto original da lei passaria à discussão e votação em Plenário; que, em sendo aprovada, iria para Plenário para deliberação. Registrou que aquela situação seria colocada na quarta-feira da semana posterior àquela, na reunião da Comissão de Finanças, na qual apresentaria o seu relatório e o seu voto, e que na segunda-feira próxima os Deputados tomariam conhecimento do relatório, oportunizando aos Parlamentares conhecê-lo



com antecedência. Dando prosseguimento à audiência do OER, oportunizou ao Deputado Gean Loureiro, que era membro da Comissão de Finanças e Tributação, o exercício da presidência daquela audiência, num gesto de prestígio para com os Deputados da Comissão. (*O Deputado Estadual Marcos Vieira cumprimenta o Deputado Gean Loureiro e retira-se do recinto.*) Fazendo uso da palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gean Loureiro**, agradeceu o gesto do Deputado Marcos Vieira e esclareceu que a deferência recebida não o diferenciava dos demais Deputados da Grande Florianópolis, salientando que todos os Deputados estavam dirigindo conjuntamente aquele evento uma vez tinham os mesmos interesses. A seguir, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e, comentando sobre sua participação nas audiências no meio-oeste, no oeste, no alto vale catarinense, enfatizou que não poderia deixar de participar daquela na Capital do Estado e que torcia para que as doze prioridades a serem incluídas no PPA e as três na LOA contemplassem os anseios dos moradores daquela Regional. Observou que não estava nas doze prioridades anteriormente listadas pela SDR uma obra que, no seu entendimento, era de vital importância para Florianópolis, São José e Biguaçu, a extensão da Beira-Mar Continental, e imediatamente pediu para a assessoria da Alesc que incluísse a referida obra para, caso bem votada pelos participantes daquela audiência, constar dentre as três prioridades para a LOA. Em relação ao Hospital Regional de São José, pediu um instituto de oftalmologia anexo ou uma verba destinada à qualificação daquele hospital que atendia todo o Estado, não somente a Grande Florianópolis. Reforçou seu pedido de inserção, acrescentando que se não fosse da escolha daquela plenária, aceitaria de bom grado, desde que fosse oportunizado aos presentes manifestarem-se a respeito do seu pedido de inclusão daqueles dois itens. Confessou estar surpreendido com a expressiva participação dos presentes naquela reunião que ocorria numa sexta-feira à tarde, avaliando-a positivamente, e relatou na audiência feita no Município de Timbó, por exemplo, não houve a participação efetiva da região do alto vale; e que a de Ituporanga contou com a presença de um grande número de pessoas. Comentou sobre a audiência realizada em Dionísio Cerqueira que tinha o aeroporto como a maior demanda daquela região, mas que, diante do fato de os Prefeitos de Palma Sola e de São José do Cedro terem feito uma grande mobilização, a demanda de estadualização e revitalização do trecho entre aqueles dois Municípios tornou-se a prioridade número um daquela audiência pública. E ao comentar tal fato, salientou a importância de todos naquela audiência em Florianópolis para a escolha das prioridades que beneficiassem realmente a região. A pedido do Prefeito de Anitápolis, destacou o item “pavimentação entre Anitápolis e Santa Rosa de Lima” como uma das ações a ser elencada entre as prioridades daquela Regional. Encerrando, parabenizou todos pela participação naquele evento e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. A **senhora Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e disse que tinha participado, assim com os demais Deputados, de várias audiências regionalizadas e que tinha percebido que a comunidade delas participava para reivindicar seus pleitos e não para ouvir a fala prolongada dos Parlamentares. Portanto, salientou que aquele momento era a oportunidade de os membros da Regional se manifestar, e que ela e os seus colegas de Parlamento eram parceiros da Regional e estavam unidos em prol do crescimento e do desenvolvimento da Grande Florianópolis. Concluiu agradecendo a oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** anunciou que a senhora Adeliara Dal Pont, Prefeita de São José, abria mão da sua fala, e passou, de imediato, a palavra ao **senhor Deputado Estadual Mario Marcondes, 4º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e concordou com a Deputada Dirce que aquele momento era de os Parlamentares escutarem mais e falarem menos, e salientou que lá estavam para fortalecer as reivindicações que adviriam dos participantes. Chamou atenção para a escolha de ações que beneficiassem todos os Municípios que compreendiam aquela Regional e não somente esse ou aquele Município. Afirmou que os Deputados lá estavam para apoiar, ouvir os



pleitos da região, estimando que fossem atendidos pelo governo estadual, e desejou boas-vindas a todos e que olhassem de forma coletiva visando o engrandecimento da região. Fazendo uso da palavra, o **senhor Antônio Eronaldo de Souza, Reitor da Udesc**, saudou os presentes e pontuou que a Udesc lá estava para auxiliar na luta e no reconhecimento das demandas daquela Regional. Disse que a Universidade recentemente tinha doado uma edificação importante para São José e que a entidade estava atuando na Grande Florianópolis com vinte cursos de graduação, doze mestrados, seis doutorados, uma clínica de fisioterapia que fazia mil atendimentos por mês, ensinando cinco mil estudantes. Destacou que a Udesc era a primeira no *ranking* de colocação em termos de cursos de graduação. Concordou que estradas e hospitais eram extremamente importantes para a Regional, mas para operacionalizá-los eram necessários engenheiros, administradores; conseqüentemente era preciso o professor de matemática, o pedagogo para formar esses profissionais; então enalteceu a contribuição da Universidade em todo aquele processo. Naquele sentido, demonstrou preocupação com a fala do Deputado Marcos Vieira sobre o projeto de lei que poderia alterar os repasses do duodécimo, porque a Udesc poderia ser prejudicada no que se referia à expansão e à qualidade dos cursos em andamento, se houvesse a possibilidade de retirada de recursos. Informou que a Udesc formaria mais quinhentos pedagogos, trezentos licenciados, centenas de engenheiros e de administradores, avaliando que não faria sentido retirar recursos da Udesc para colocar na educação. Considerou meritório o fato de algum órgão ter sobras de recursos, mas tirar da Udesc, da educação para a educação não fazia sentido. Encerrou, agradecendo a oportunidade de se manifestar. O **senhor Presidente** informou o recebimento de dois ofícios entregues pela Prefeita Adeliana Dal Pont, de São José, nos quais solicitava a inclusão da obra de duplicação e de construção de trevo, barreira de concreto, acostamento, iluminação, sinalização e calçada na rodovia SC-281, e da obra de ligação daquela SC ao contorno viário da Grande Florianópolis dentre as prioridades, os quais repassou aos técnicos da Comissão do Orçamento para serem deliberados posteriormente. Considerou a deliberação das obras a serem elencadas difícil diante do fato de que os recursos eram curtos perante as demandas apresentadas pelas Regionais em todo o Estado, e especificou que a Regional da Grande Florianópolis trouxera demandas referentes às rodovias que interligavam os Municípios da Regional, às escolas, à segurança pública. Disse que todas as demandas eram necessárias e que após conhecerem como se daria a deliberação das doze prioridades para o PPA e das três para a LOA poderiam acordar as demandas conjuntamente. Dito isso, contou que numa audiência do OER realizada no oeste, da qual o Município sede não tinha participado, os demais Municípios daquela Regional tinham escolhido as demandas que os favoreciam diretamente. Ao dizer isso, não soube avaliar se aquela era ou não uma boa estratégia porque considerava da maior importância o desenvolvimento da região como um todo, principalmente porque os Municípios menores eram os que mais precisavam de apoio, esclarecendo que não estava desmerecendo as necessidades dos Municípios maiores, mas enfatizando que pequenos e grandes Municípios estavam interligados. E exemplificou a rodovia mencionada nos ofícios entregues a ele pela Prefeita Adeliana, que defendia uma obra a ser realizada no Município de São Pedro de Alcântara, que era o maior interessado na efetivação daquela obra, mas que atingiria os demais Municípios da região. Analisou que a presença da comunidade e a luta pela inclusão no Orçamento de uma obra importante para a região como um todo, mas ligada ao Município, dimensionava a importância do canal de comunicação entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e os Municípios que a compreendiam. Pontuou que o Prefeito de Florianópolis e a Prefeita de São José tinham a condição política, pelo tamanho do Município que representavam, para falar diretamente com o Governador ou com o Secretário de Estado, enquanto que os Prefeitos das cidades menores não tinham tal oportunidade; somente conseguiam conversar com o Secretário Regional para expor as demandas. Após, evidenciou que deveriam fazer uma grande reflexão a respeito do primeiro desabafo feito pelos Prefeitos dos pequenos Municípios nas Secretarias de Estado Regionais para que houvesse o amadurecimento



e uma correta deliberação sobre o futuro das SDRs. Enfatizou que a presença dos Prefeitos naquela audiência era uma clara demonstração de que não adiantava ter somente um canal na Assembleia, era preciso ter um canal na Secretaria de Estado Regional para aproximá-la dos pequenos Municípios, porque em eles se desenvolvendo toda a região se desenvolveria. Mais uma vez agradeceu a presença das autoridades já nominadas e os demais presentes, e passou a palavra ao **senhor José Natal Pereira, Vice-Prefeito de São José**, que passou a sugerir a inclusão de várias obras ao OER para Regional, e retomando a palavra o **senhor Presidente** explicou que não eram os Deputados que colocavam os itens em deliberação porque haveria uma explicação técnica por parte da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda para que houvesse um entendimento quando da deliberação das prioridades. O **senhor Gilson José Botelho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**, informou que as propostas elencadas tinham advindo dos seminários realizados na SDR, que levantaram 78 propostas colocadas em pauta, e após a discussão entre as quase 200 pessoas presentes foram elencadas as 12 prioridades que seriam apreciadas para o PPA. Avaliou que os seminários realizados trouxeram um norte à SDR porque mostraram o caminho pelo qual a Regional da Grande Florianópolis queria seguir. A seguir, o **senhor Presidente**, diante das manifestações feitas, disse que os participantes precisavam entender que o OER era composto por uma série de rubricas orçamentárias já definidas; muitas vezes eram rubricas gerais que permitiam determinado tipo de investimento, se tivesse uma decisão do Poder Executivo no momento adequado; que aquelas eram metas definidas para serem realizadas, mas não impedia que outras pudessem ser realizadas. Desse modo, disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Nelson Henrique Moreira, representante da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Nelson Henrique Moreira, representante da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda** que saudou os presentes e disse que estavam vivendo um momento constitucional muito importante e que o governo do Estado teria que encaminhar à Assembleia Legislativa até o dia 30 de agosto o seu plano de governo para os próximos quatro anos, 2016-2019. Explicou que a elaboração desse plano foi feita de acordo com o que legislava a Constituição estadual, que dizia respeito à abertura de espaço para a sociedade opinar acerca das ações prioritárias a serem inclusas no plano de governo; que o governo do Estado tinha utilizado suas Secretarias Regionais para levantar junto às autoridades municipais e regionais as demandas que deveriam ser priorizadas e que caracterizariam o desenvolvimento da região; e que a Secretaria tinha organizado o material e o trazia para que juntamente com a Assembleia fossem referendadas e para que o governo estadual as colocasse no PPA e na LOA. Afirmou que era intenção do governo do Estado, daqui a quatro anos, concluir algumas obras e iniciar outras, avaliando que eram obras de infraestrutura vultosas que requeriam projetos, análise de viabilidade, análise de meio ambiente e, acima de tudo, recursos. Lembrando que o Estado estava dividido em 36 Secretarias Regionais, todas elas com necessidade de obras vultosas, disse que o Estado não teria condições de implantar todas as rodovias, por exemplo, mas que estariam sinalizadas para que o governo iniciasse os estudos de viabilidade, iniciasse os projetos e que as priorizasse porque eram obras elencadas pela comunidade. Encerrando, agradeceu pela oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Nelson Henrique Moreira** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos



da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR da Grande Florianópolis.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Nelson Henrique Moreira** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional da Grande Florianópolis:

1	Pavimentação entre Anitápolis/ Santa Rosa de Lima (SC-108)
2	Pavimentação entre São Bonifácio/ São Martinho (SC-435)
3	Pavimentação entre Angelina/ Major Gercino (SC-108)
4	Pavimentação entre São Pedro de Alcântara/ Angelina (SC-281)
5	Restauração da SC-407, Biguaçu/ Antônio Carlos
6	Ligação interna Biguaçu/ Tijucas via Sorocaba
7	Avenida das universidades, ligação São José/ Palhoça
8	Melhorias da SC-281, São José/ São Pedro
9	Construção da sede do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina
10	Construção de quartéis de bombeiros militar nos Municípios de Antônio Carlos, Rancho Queimado, Florianópolis e São José
11	Construção, ampliação e reforma das unidades escolares da Grande Florianópolis
12	Expansão da rede trifásica para os Municípios da Grande Florianópolis

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional da Grande Florianópolis:

1	Pavimentação entre São Pedro de Alcântara/ Angelina (SC-281)
2	Melhorias da SC-281, São José/ São Pedro
3	Construção da sede do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para a Grande Florianópolis: como titular, o senhor José Natal Pereira; e como suplente, o senhor Roberto Stähelin. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, agradeceu a participação de todos e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*] [*Leitura final: Almerinda Lemos Thomé*]

DEPUTADO ESTADUAL GEAN LOUREIRO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



29ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **LAGUNA**

Data: 06/08/15

Horário: 9h30mint – Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: Auditório da Câmara Municipal
Rua Roberto Pedro Prudêncio
Laguna

CONSELHEIROS:

Titular: *Evandro João dos Santos-Prefeito Paulo Lopes*

Suplente: *Manoel Viana –Prefeito Imarui*

Total de participantes: 115





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - LAGUNA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Pavimentação SC 437 trecho Imarui a Pescaria Brava - SDR - Laguna.
2	Pavimentação da GRP-010, acesso Paulo Lopes/Garopaba (16 Km – 11 Km Garopaba 5 Km Paulo Lopes) – SDR - Laguna.
3	Recapeamento asfáltico da BR-101 ao centro da cidade, acesso sul Av. Renato Ramos da Silva, acesso norte Marieta e Manoel Florentino, Av. 21 de julho e rua 03 de outubro, município de Imbituba – SDR - Laguna.
4	Pavimentação do acesso BR-101 – trecho de acesso norte via Barbacena ligando João Marronzinho – Praia do Mar Grosso – Laguna – SDR - Laguna.
5	Implantação da UTI com 10 leitos no Hospital Senhor Bom Jesus dos Passos – SDR - Laguna.
6	Construção e reforma das Unidades Básicas de Saúde dos bairros Progresso, Passagem da Barra, Barranceira, Cabeçudas, Campo de Fora, Academia Avançada de Saúde, Policlínica e PAM (Laguna); Unidade de Saúde Lúcia Helena, Manoel Rodrigues, Inácio Manoel Pereira (Paulo Lopes) Unidade Sanitária Central de Imaruí – SDR - Laguna.
7	Construção do Quartel do Bombeiro Militar de Laguna - SDR - Laguna.
8	Pavimentação do acesso a Praia do Sol/Praia do Gi/Mar – SDR - Laguna.
9	Construção do Quartel da Polícia Militar de Imbituba - SDR - Laguna.
10	Construção e estruturação de Abrigo de Mulheres em situação de violência, município de Laguna – SDR - Laguna.
11	Desassoreamento dos canais de navegação das lagoas e rios do complexo Laguna (Galerias no acesso a ponte de cabeçudas) e a viabilização financeira para sua execução – SDR - Laguna.
12	Construção do Quartel da Polícia Militar de Laguna - SDR - Laguna..

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação SC 437 trecho Imarui a Pescaria Brava - SDR - Laguna.
2	Pavimentação da GRP-010, acesso Paulo Lopes/Garopaba (16 Km – 11 Km Garopaba 5 Km Paulo Lopes) – SDR - Laguna.
3	Pavimentação do acesso BR-101 – trecho de acesso norte via Barbacena ligando João Marronzinho – Praia do Mar Grosso – Laguna – SDR - Laguna



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGUNA

Municípios: Laguna, Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Francis Batista de Aguiar	Laguna
02	Jorge de Oliveira - 19 SEREIO	LAGUNA
03	DAVEI MACHADO.	GAROPABA
04	DANIEL JOSÉ DA SILVA	GAROPABA
05	Parécido de L.B Amorim	Garopaba
06	Silvane G. Gonçalves	Garopaba
07	Beatriz Gonçalves Elias	Garopaba
08	Luís Amorim de Oliveira	Garopaba
09	Pilo de Campos Batista Rosa	Garopaba
10	João Carlos de Fátima	GAROPABA
11	Jose A Oliveira	Garopaba
12	Admi Aguiar Freire	GAROPABA
13	Jessica de Amorim	GAROPABA
14	Elizabeth A. de Amorim	GAROPABA
15	Luiz Carlos Souza	S. José. S.
16	Margarite A. Baize Goncalves	Garopaba
17	Marglene de S. Aguiar	Garopaba
18	Luís Amorim de Oliveira	S. José. S.
19	Adriana Ferreira de Lima	Garopaba
20	Sebastião Amorim de Almeida	Garopaba
21	Fancielli Amorim	Garopaba
22	Luís Amorim de Oliveira	Garopaba
23	CARLOS LAZZARETTI	F. Felis.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGUNA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Wagner Adonis Fogaça	ALESC/Fpolis.
25	Leonardo Santana de Lima	LAGUNA
26	Rafael A. F. Pereira	GAROPABA
27	Luiz Felipe Brito	Durideli
28	Rodrigo Luiz de Moraes	LAGUNA
29	Adelmo S. Nelo	GAROPABA
30	Paulo Cesar Martins	GAROPABA
31	ANTONIO MANSUR ELIAS NETO	GAROPABA
32	Theroneo Timóteo Pacheco	Garopaba
33	Luiz Benício	psst - Garopaba
34	LISTIANO DE SOUZA	GRB. DEP. KENNEDY
35	Alexandro de Souza	GRB. DEP. KENNEDY
36	Sulipe Corrêa	Gov. Dep. Vampiro
37	Antônio B. Mattos	Imaruí
38	Vanderlei de L.	Imaruí
39	Vanderlei Sellert	Imaruí
40	Luiz da Silva	Imaruí
41	Eymário B. Mattos	Imaruí
42	Olma Vilma Passarelli	Imaruí
43	Luiz Roberto de Lencas	Imaruí
44	Rosângela Faria da Silva	Perceira Brava
45	Luiz Carlos de Lencas	LAGUNA
46	Renato de Lencas	SEP/DIR/EPOLIS
47	Dani Batista	Imaruí Coropdo
48	Marcelo Pires de Souza	macacu



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGUNA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Luiz Paulo da Moura	LAGUNA
50	Amadeu Paulino	Bagunc
51	Vilson Elias Vieira	-FEU "
52	Edson Corquim Ferreira	Instituta/Garopaba
53	Luiz Armando "VAMPIRO"	ASSEMBLEIA
54	Fabiano S. Bonazzi	Baguna
55	Leandro Ben Salha	baguna
56	Lehua P. P. Amorim	Garopaba
57	Guaraciara de Souza	Sangrelos
58	Deonir Botista	Garopaba
59	Alcides Martins	PISCARIA BRAVA.
60	Danielle Lacerda	Fpolis
61	Procuria E. Knopp	
62	Jupiro de O. Tasso (radio Gariboldi)	LAGUNA
63	João Neri de Oliveira	LAGUNA
64	Leonei Paron	LAGUNA
65	Orlando Vargem	LAGUNA
66	Valter	LAGUNA
67	Ada Fátima de Souza	LAGUNA
68	Wanda Vargas	Cooperlag Laguna
69	Rafael de Souza	Cooperlag
70	Junior Almeida	LAGUNA
71	Sergio Monoran	LAGUNA
72	Marcos Roberto	LAGUNA
73	Dina Weidenscheidt	LAGUNA

Deputados



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGUNA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Ronaldo Moreira	Florianópolis
75	Karla Schuller	Florianópolis
76	CARLOS TEIXEIRA	CRICIÚMA
77	FERNANDA AMAROSA	GRANDE LAGUNA
78	Eustáquio Proença	Eustáquio
79	Edmilson V. Machado	Sombrio
80	Robson Copoal	Ituporanga
81	MANOEL MOTA	DEP. ESTADUAL
82	Jaime C. de Souza	Imaruí
83	JOCELA SA BRAGA	IMARUÍ
84	Karine Cardoso Fontana	Imaruí
85	Fernanda J. de Saense	Imaruí
86	EMANOEL MATOS	Imaruí
87	M ^o do Carmo Crescêncio Matos	Imaruí
88	Vanderleia Ivete M. Mattos	Imaruí
89	MARCUS FLETTUS	FLORIANÓPOLIS
90	Edenise M ^o Francisco	Imbituba
91	Juanine C. de F. de Melo	Imbituba
92	Dennis S. F. F. F.	Florianópolis
93	Nelson MATOS	Ituporanga
94	MARCOS ANTONIO BORGES	La Jua
95	Flávia Santos	Ituporanga
96	Enando José dos Santos	Ituporanga
97	Oliziani Santos Oliveira	Vercedora Paulo Lopes
98	Susana R. Santos	Secretário Paulo Lopes

SEC.
SDR.

DEP.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: LAGUNA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Amélie Luícia Corrêa	Imaruí
100	Joel Gustavo Silva	Paulo Lopes
101	Adriane dos P. Dizeso	Imaruí
102	Karla Marques de Oliveira	Imaruí
103	Júlia S. Mattos	Imaruí
104	Wander Luiz da Rocha Flor	Imaruí
105	Agnes J. Schubert	Imaruí
106	João Ilha e Silva	Imaruí
107	Domingos Djalma A. Goulart	Imaruí
108	Antônio Michel J. Lourenço	Imaruí
109	Hilda F. Ramos	Imaruí
110	AURELIO B.V. FILHO	Imaruí
111	Eleana A. de Saiz	Imaruí
112	Helio L. de Saiz	Imaruí
113	J. Alberto S. Ferreira	Imaruí
114	BEAN LUCAS	Imaruí
115	ANDERSON ROSSI	Imaruí
116		
117		
118		
119		
120		
121		
122		
123		

Dep.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 29ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO A REGIONAL DE LAGUNA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAGUNA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 9H30MIN

Aos seis dias do mês de agosto de 2015, às 9h30min, no Plenário Anita Garibaldi da Câmara Municipal de Laguna, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Laguna e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhora Nicoli Madeira, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a vigésima nona audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual José Nei Alberton Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro; o Deputado Estadual Jean Leutprecht; o Deputado Estadual Manoel Mota; o Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna; Vereador Roberto Carlos Alves, Presidente da Câmara de Vereadores de Laguna; Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado da Justiça e Cidadania; Robson Elegar Caporal, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna, representando o senhor Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual. Logo após a composição da mesa, fez o registro da presença de: Paulo Sérgio de Araújo, Prefeito de Garopaba; Fernando Ambrósio, Secretário de Turismo de Garopaba; Orlando Rodrigues, Vereador de Laguna; Carlos Teixeira, defensor público de Criciúma; Telma Pires Pacheco Amorim, diretora-geral do Instituto Federal de Santa Catarina, *campus* Garopaba; Luiz Paulo Rezende, Secretário da Fazenda e Secretário da Administração e Serviços Públicos de Laguna; Vilson Elias Vieira, Vereador de Laguna; Kleber Roberto Lopes da Rosa, Vereador de Laguna; Eline Vieira Roussenq, Vice-Prefeita de Imaruí; Romualdo Goulart, Diretor de Planejamento e Orçamento do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda; Rosilene Faísca da Silva (Léia),



Vereadora de Pescaria Brava; Vereador Luiz dos Passos, Presidente da Câmara de Vereadores de Imaruí; Marcelo Vargas, cooperador da Cooperativa de Triagem e Reciclagem de Laguna (Cooperlag), representando o presidente da Cooperlag, senhor Batista; Vanderlei Cunha, Vereador de Imaruí; Vanderley Selhorst, Vereador de Imaruí; Adilson da Silva Melo, presidente da Associação de Moradores do Bairro Siriú; Rodrigo Luz de Moraes, Vereador de Laguna; Luiz Felipe Remor, Vereador de Laguna; Vereador Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores de Garopaba; Honorato Timóteo Pacheco, Secretário Municipal de Administração de Garopaba; Luiz Carlos Souza, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; João Batista Lapoli, gerente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura de Laguna; Custódio de Souza, chefe de gabinete do Deputado Estadual Kennedy Nunes, representando o referido Parlamentar. Ato contínuo, convidou o Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer**, deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Convidou o senhor Carlos Teixeira, defensor público de Criciúma, para também compor a mesa de autoridades. Salientando a importância daquele momento, afirmou que as audiências do Orçamento eram um instrumento utilizado pela Assembleia para ir ao encontro da população catarinense, para a escolha das doze prioridades para o Plano Plurianual que iria direcionar os investimentos e as ações do governo estadual no quadriênio 2016/2019, e das três prioridades para o Orçamento de 2016. Comparou o PPA a uma espinha dorsal de aplicação dos recursos estaduais, porque se a obra, ou ação, não constasse no Plano Plurianual não poderia ser realizada; por isso salientou a importância daquela reunião como um caminho encontrado pelo Estado para a escolha das verdadeiras prioridades de Santa Catarina. Disse que os quarenta Deputados abriram mão da indicação de emendas, de projetos, para indicar ao governo do Estado as prioridades elencadas pela sociedade catarinense. Disse ainda que o Orçamento seria impositivo a partir do próximo ano, diante da tratativa da Comissão de Finanças da Assembleia juntamente com o governo do Estado para adequar a lei ao imperativo da imposição do Orçamento, esclarecendo que cada projeto aprovado pelas comunidades seria obrigatoriamente executado pelo governo. E mais uma vez salientou a importância da presença de todos naquele evento, assim como a presença dos dez Deputados que lá estavam numa clara demonstração do interesse e do compromisso que tinham pela região sul catarinense. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e disse que, desde a sua chegada ao local da audiência, era visível os esforços da comunidade de Garopaba para chamar a atenção da Assembleia Legislativa para aquela que era claramente a prioridade máxima da Regional: a GRP 010. Avaliou que aquela deveria ser uma reivindicação há muito tempo pedida por aquela comunidade, razão pela qual acreditou que dificilmente ela não constaria da lista de prioridades da Regional. Referindo-se à fala do Presidente, Deputado José Milton, complementou que, diante do fato do Orçamento ser impositivo a partir do próximo ano, as reivindicações elencadas teriam mais peso na Assembleia e no governo estadual. Colocou-se à disposição da Regional na defesa dos interesses que elencariam e afirmou que acompanharia o andamento que o governo do Estado daria às emendas priorizadas pela região. Encerrando, deixou seu cumprimento a todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **senhor Presidente** retomou a palavra, registrou a presença do Deputado Estadual Cleiton Salvaro, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa, e pediu aos Deputados que fariam uso da palavra para dispensar os cumprimentos e cumprir o prazo de dois minutos para fazer suas considerações. Dando seguimento, passou a palavra ao **Deputado Estadual José Nei Alberton Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da**



Assembleia Legislativa, que cumprimentou os presentes e disse que aquele era um momento importante para o Parlamento catarinense e para a comunidade regional de definição das verdadeiras prioridades e que muito mais importante era ouvir os pleitos da comunidade, porque não eram os Parlamentares que indicariam as obras a serem executadas pelo governo do Estado. Complementou que cabia aos Parlamentares a luta para que as obras fossem materializadas. Evidenciou que a inclusão de uma ação ou de uma obra no PPA não garantia a efetiva implantação da obra ou da ação, mas era a primeira condição para que tal obra ou ação pudessem virar realidade. Dito isso, mais uma vez disse da importância daquela audiência e cumprimentou todos os que lá estavam naquele produtivo debate. Concluindo, deixou um abraço a todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **senhor Presidente** registrou a presença do Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruí; e do Evandro João dos Santos, Prefeito de Paulo Lopes; e, de imediato, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro**, que saudou todos e, complementando as palavras do Deputado José Nei Ascari, chamou atenção de todos para as prioridades importantes para a região sul do Estado, como as rodovias e as unidades de saúde, afirmando que os Deputados lá estavam para interagir com o Executivo na realização daqueles antigos anseios da Regional. Terminando, agradeceu a oportunidade de se manifestar e desejou um bom-dia de trabalho a todos. A **Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 3ª Secretária da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e registrou que, enquanto Deputados, lá estavam para fortalecer os pedidos da plenária e para brigar pelas demandas. Disse que entendia o pleito da Regional pela rodovia entre Garopaba e Paulo Lopes, a GRT 010, por ser de fundamental importância para aquela região turística. Registrou que aquela era a audiência do Orçamento Regionalizado com maior representação de Deputados das quais tinha participado e, concluindo, agradeceu a oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do Lucenir Lemos Guterro, Vereador de Imaruí; e da Vereadora Janaína Lemos Botega, Presidente da Câmara de Vereadores de Pescaria Brava. Em seguida, passou a palavra a **Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado de Justiça e Cidadania**, que cumprimentou todos e, como Deputada domiciliada em Laguna, pediu que todos se unissem em favor da GRT 010, estrada que há cinco anos fazia parte dos pleitos da Regional, pontuando que aquela rodovia significava desenvolvimento turístico e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico. Afirmou que o desejo dos Deputados era desenvolver a região sul catarinense e que lá estavam para ouvir as demandas que a plenária iria decidir, registrando que o tempo em que as decisões eram tomadas de cima para baixo tinha acabado e que quem sabia das reais necessidades eram os que viviam o dia a dia da região. Então, pediu empenho aos Parlamentares para lutarem pela efetivação da GRT 010. Encerrando, deixou um beijo a todos. Após, o **senhor Presidente** registrou a presença de: Eliziane Santos de Oliveira, Vereadora de Paulo Lopes; Aderbal Moreira Cardoso, Secretário Municipal de Obras, de Pescaria Brava; Maria do Carmo, Secretária Municipal de Educação, de Imaruí; Edilson de Oliveira Caetano, Vereador de Pescaria Brava; Marciano Costa Firmiano, Vereador de Pescaria Brava; Agenor Garcia Philippi, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, de Imaruí; Ronaldo Moreira, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Serafim Venzon; Emanuel Matos, Secretário Municipal de Administração e Finanças, de Imaruí. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Jean Leutprecht**, que cumprimentou os presentes e disse, como Deputado de Santa Catarina, que lá estava representando o Deputado Cesar Valduga, titular da cadeira. Após, afirmou que defenderia as bandeiras da região e cobraria suas execuções junto ao governo do Estado. Terminando, desejou sucesso, um bom trabalho e que Deus estivesse com todos. Já o **Deputado Estadual Manoel Mota** cumprimentou todos, especialmente a bancada do sul catarinense, maior número de Parlamentares presentes naquela audiência, e contou que em muitas oportunidades participara de audiências como aquela para elencar as prioridades da região, lastimando que o governo do Estado nunca tomara conhecimento delas, considerando-as como indicação, e vibrando diante do grande avanço que



representava a aprovação do Orçamento impositivo, a partir do próximo ano, para a garantia das obras. Pediu que a comunidade não se esquecesse do Hospital de Laguna quando da escolha dos pleitos. Revelou que durante sua vida política lutava pela interpraías, e pediu que ela estivesse dentre as prioridades porque ligaria o Rio Grande do Sul a Laguna, trazendo mais de mil veículos por dia ao Município. Sinalizou a obra que ligava BR-101, Pescaria Brava e Imaruí como obra de segurança nacional, por ser uma alternativa quando ocorresse algum incidente que inviabilizasse o trânsito na ponte de Laguna. E considerou todas as obras pleiteadas por aquela Regional importantes para Santa Catarina e para a região sul, destacando que aquela região era detentora de um enorme potencial de desenvolvimento. Encerrando, deixou um abraço aos presentes, parabenizando-os pela presença. O **senhor Presidente**, retomando a palavra, convidou o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, para também compor a mesa de autoridades, registrou a presença da professora Karmensita Almeida Rocha Cardoso, Gerente Regional de Educação, de Laguna; da Suzana Raupp Santos, Secretária de Assistência Social do Município de Paulo Lopes. E passou a palavra ao **Deputado Estadual Cleiton Salvaro, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e disse que aquele momento, no qual todos os Deputados representantes da região sul catarinense lá estavam, era de reivindicação das obras necessárias para aquela Regional. Evidenciou que os Deputados deveriam se unir à população para juntos buscar a efetivação das obras e que o papel dos Parlamentares era fiscalizar as atividades do Governador. Parabenizou os presentes por lá estarem defendendo as demandas em prol da região e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa**, saudou todos e registrou, como Deputado representante da Capital, que lá estava para apoiar a maior, a mais forte, a mais representativa bancada do Estado na Assembleia Legislativa, a da região sul. Afirmou que os Deputados membros da Comissão de Finanças estavam unidos aos Deputados representantes das diversas regiões catarinenses naquela audiência do Orçamento Regionalizado. Disse que era do conhecimento dos Parlamentares que a ligação de Garopaba a Paulo Lopes era uma prioridade. Disse ainda que a escolha das prioridades das Regionais poderia ser feita na Assembleia, mas os Deputados preferiram exercer a cidadania levando às regiões do Estado a audiência do Orçamento para as lideranças e os municípios definirem as demandas necessárias para suas regiões. Dito isso, aconselhou a comunidade a continuar participando daqueles eventos para dar respaldo à bancada do sul quando da concretização das ações. Como Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, convidou todos a participar da audiência pública que seria realizada naquela noite, em Jaguaruna, para discutir o Plano de Gerenciamento Costeiro da região e proporcionar segurança jurídica a novos investimentos, realçando a importância de Laguna nas áreas econômica, turística e ambiental para a região sul do Estado. Colocou-se à disposição da região para lutar pelo seu desenvolvimento e desejou sucesso a todos na escolha das prioridades da região. O **Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, saudou os presentes e disse que eram doze prioridades, dentre as quais três para o próximo ano, e que o palco naquele dia era a plenária; que o governo do Estado nos últimos dez anos vinha respeitando as decisões elencadas por consequência do Orçamento Regionalizado, adicionando que em algumas regiões do Estado 65% das obras estavam em execução, o que significava dizer que as escolhas que a Regional daria naquele momento, na essência, passariam a valer na prática. Disse ainda que era preciso confiança por parte da Regional porque o governo passou a respeitar as decisões do OER quanto à escolha das prioridades. Concluindo, estimou que pudessem ter um grande encaminhamento e deixou um abraço a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença de Celso Fernandes, Secretário de Comunicação do Município de Laguna, e passou a palavra ao **Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio**



Ambiente e Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa, que cumprimentou todos e disse que estava participando daquela reunião do OER para ouvir as prioridades da Regional, destacando o grande potencial turístico da região que no seu ponto de vista deveria ser explorado a médio e longo prazo, estimando que num breve espaço de tempo as obras prioritárias para a região se concretizassem. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Everaldo Santos, Prefeito de Laguna, representando os demais Prefeitos presentes**, que saudou todos e disse que era muito importante para Laguna, cidade com 339 anos, a segunda mais antiga do Estado, receber a Assembleia naquele evento, o qual considerou um presente para os municípios, tamanha a importância que o evento representava. Após, citou algumas obras importantes para Laguna que já estavam listadas para o PPA, e mencionou a ponte Anita Garibaldi que tinha incluído Laguna no cenário nacional por ter recebido aquela moderna ponte estaiada em curva. Destacou o constante crescimento da região e a importância da integração entre os Municípios que compreendiam aquela Regional; por tudo aquilo pediu apoio a todos os Deputados catarinenses, acreditando que eles ouviriam os pleitos e os colocariam no Orçamento, para daquela forma a região passar a ser respeitada pelo governo estadual. Terminando, deixou um abraço a todos e registrou que lá estavam para debater e defender as obras importantes para Laguna e região. Por último, o **senhor Robson Elegar Caporal, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna, representando o senhor Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina**, saudou os presentes e disse da satisfação de lá estar para discutir as prioridades daquela Regional. Contou que o Plano Plurianual tinha sido feito na presença de todos os Prefeitos e autoridades da Regional, por isso continha as prioridades realmente importantes para a região, na medida em que a desenvolveria. Listou as obras da ponte Anita Garibaldi, do porto de Imbituba, do porto de Laguna e do aeroporto de Jaguaruna e pediu o apoio dos Deputados já que eram os defensores do desenvolvimento da região sul. Em nome do Governador Raimundo Colombo, afirmou que lá estava junto com a comunidade em defesa da integração do sul catarinense e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **senhor Presidente** registrou que cada um dos Deputados que lá estava teria o compromisso de ajudar na conquista das prioridades que seriam elencadas pela comunidade a partir daquele momento. Ainda registrou que os doze Deputados presentes demonstravam a importância da audiência e o respeito pela participação de todos. Então, disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. O **senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário do governo do Estado, representando a Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que estavam vivendo um momento constitucional muito importante e que o governo do Estado teria que encaminhar à Assembleia Legislativa até o dia 30 de agosto o seu plano de governo para os próximos quatro anos, 2016-2019. Explicou que a elaboração desse plano foi feita de acordo com o que legislava a Constituição estadual, que dizia respeito à abertura de espaço para a sociedade opinar acerca das ações prioritárias a serem inclusas no plano de governo; que o governo do Estado tinha utilizado suas Secretarias Regionais para levantar junto às autoridades municipais e regionais as demandas que deveriam ser priorizadas e que caracterizariam o desenvolvimento da região; e que a Secretaria tinha organizado o material e o trazia para que



juntamente com a Assembleia fossem referendadas e para que o governo estadual as colocasse no PPA e na LOA. Afirmou que era intenção do governo do Estado, daqui a quatro anos, concluir algumas obras e iniciar outras, avaliando que eram obras de infraestrutura vultosas que requeriam projetos, análise de viabilidade, análise de meio ambiente e, acima de tudo, recursos. Lembrando que o Estado estava dividido em 36 Secretarias Regionais, todas elas com necessidade de obras vultosas, disse que o Estado não teria condições de implantar todas as rodovias, por exemplo, mas que estariam sinalizadas para que o governo iniciasse os estudos de viabilidade, iniciasse os projetos e que as priorizasse porque eram obras elencadas pela comunidade. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Laguna.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Laguna:

1	Pavimentação da SC-437 trecho Imaruí a Pescaria Brava – SDR de Laguna
2	Pavimentação da GRP-010, acesso Paulo Lopes-Garopaba (16km-11km Garopaba 5 km Paulo Lopes) – SDR Laguna
3	Recapeamento asfáltico da BR-101 ao centro da cidade, acesso sul, Av. Renato Ramos da Silva, acesso norte Marieta e Manoel Florentino, Av. 21 de julho e rua 03 de outubro, Município de Imbituba – SDR Laguna.
4	Pavimentação do acesso BR-101, trecho de acesso norte via Barbacena, ligando João Marronzinho – Praia do Mar Grosso – Laguna – SDR Laguna.
5	Implantação da UTI com dez leitos no Hospital Senhor Bom Jesus dos Passos
6	Construção e reforma das Unidades Básicas de Saúde dos bairros Progresso, Passagem da Barra, Barranceira, Cabeçudas, Campo de Fora, Academia. Avançada de Saúde, Policlínica e PAM (Laguna); Unidade de Saúde Lúcia Helena, Manoel Rodrigues, Inácio Manoel Pereira (Paulo Lopes) Unidade Sanitária Central de Imaruí – SDR Laguna.
7	Construção de Quartel do Bombeiro Militar de Laguna – SDR Laguna
8	Pavimentação do acesso a Praia do Sol/ Praia do Gi/ Mar – SDR Laguna.
9	Construção do Quartel da Polícia Militar de Imbituba – SDR Laguna
10	Construção e estruturação de abrigo de mulheres em situação de violência, Município de Laguna – SDR Laguna.
11	Desassoreamento dos canais de navegação das lagoas e rios do Complexo Lagunar (galerias no acesso a ponte de Cabeçudas) e a viabilização financeira para sua execução – SDR Laguna.
C	Construção do quartel da Polícia Militar de Laguna – SDR Laguna.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Laguna:

1	Pavimentação da SC-437 trecho Imaruí a Pescaria Brava – SDR de Laguna
2	Pavimentação da GRP-010, acesso Paulo Lopes-Garopaba (16km-11km Garopaba 5 km Paulo Lopes) – SDR Laguna
3	Pavimentação do acesso BR-101, trecho de acesso norte via Barbacena ligando João Marronzinho – Praia do Mar Grosso – Laguna – SDR Laguna.

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Laguna: como titular, o senhor Evandro João dos Santos; e como suplente, o senhor Manoel Viana de Sousa. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, convidou o Deputado Estadual Manoel Mota para proceder ao encerramento da audiência. O **senhor Presidente ad hoc, Deputado Estadual Manoel Mota**, disse que as decisões tomadas naquela audiência



davam mais força para os Deputados do sul catarinense lutar pela concretização das ações elencadas, necessárias ao pleno desenvolvimento da região. Agradeceu a participação de todos e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*] [*Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt*]

DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



30ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: TUBARÃO e BRAÇO DO NORTE

Data: 06/08/15

Horário: 15h – Quinta-Feira

Local Audiência Pública.: **Salão Nobre-UNISUL-Bloco A**
Avenida José Acácio Moreira, 787
Bairro Dehon
Tubarão

CONSELHEIROS:

Titular: Ginaldo Rafael Correia - Gerente Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Suplente: Albertina Domingos Vicente - Secretária Executiva CDR.

Total de participantes: 66

CONSELHEIROS:

Titular: Soraya Michels Richter - Vereadora

Suplente: Maria Celvi Tenfeu - Diretora Geral

Total de participantes: 37

Total Geral: 103 participantes





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - TUBARÃO

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção e implantação da Policlínica de Referência Regional.
2	Desassoreamento dos rios, lagos e canais.
3	Construção, Ampliação e Reformas nas Escolas da jurisdição da SDR-Tubarão.
4	Ampliação, Manutenção e melhorias das redes elétrica que alimentam as escolas da jurisdição da SDR-Tubarão.
5	Pavimentação Asfáltica Rodovia SC-390 Serra Mar e a Rodovia Ageu Medeiros.
6	Pavimentação Asfáltica – Execução do projeto de pavimentação, Acesso ao Aeroporto na Rodovia SC 442, Pela Ernesto Lacombe, Em Jaguaruna.
7	Alargamento da pista para 45 metros, conclusão do projeto do terminal de passageiros e construção do terminal de cargas do Aeroporto Regional Sul – Conclusão do Projeto Original.
8	Programas de construções de casas populares.
9	Pavimentação Asfáltica. Construção das duas pontes em concreto armado Entre o Bairro Congonhas/ Tubarão e o Bairro Jabuticabeira/ Jaguaruna.
10	Construção de quadra coberta e auditórios, equipados com mobília e materiais adequados para uso dos mesmos.
11	Manutenções periódicas e construções de novos espaços esportivos como campos de futebol amador, ginásios de esportes e academias ao ar livre, equipar arena multiuso com equipamentos
12	Pavimentação Asfáltica ligando o município de Treze de Maio/Rio Vargedo/Morro da Fumaça



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - TUBARÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Construção, Ampliação e Reformas nas Escolas da jurisdição da SDR-Tubarão.
2	Pavimentação Asfáltica Rodovia SC-390 Serra Mar e a Rodovia Ageu Medeiros.
3	Alargamento da pista para 45 metros, conclusão do projeto do terminal de passageiros e construção do terminal de cargas do Aeroporto Regional Sul – Conclusão do Projeto Original.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TUBARÃO

Municípios: Tubarão, Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO	
01	Kennedy Nunes	JPI	Dep.
02	Josias Caspary	JOI	Dep.
03	Moacir Siqueira	Fpolis	
04	Thiago Cantans da Silva	Fpolis	
05	Galva Adonis Fogaes	Fpolis/ALESC.	
06	Analise L. Krug	Florianópolis	
07	Adriano de Bem	Fpolis	Dep.
08	João Orlando de Lencastre	Tubarão	
09	WANDERLEI B. MATTOS	TUBARÃO	
10	ANSOLMO GRANZOTTO	FLORIANÓPOLIS.	
11	Jose Milton Schettler	Florianópolis.	
12	Milton Corin	Florianópolis	
13	Luiz A. Vicente	TCE/SC	
14	ACESSALMO DE OLIVEIRA	TUBARÃO	
15	MILTON DE CAMPOS	TUBARÃO	
16	Paula Correa de	Ju/ano	
17	Guanda Ni GOTTI	"	
18	José de Bem Marcel de Bem	TUBARÃO	
19	Abelino Waldemar Fois	Jaguaruna	
20	ANDERSON ROSTI	FIPOLIS	
21	MANDEL MOTA		
22	Romulo Costa	SEF/VIC/ Fpolis	
23	LOISE DE PIERI	CÂMARA DE VEREADORES	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TUBARÃO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	MARCUS VINÍCIUS MULLER	TUBARÃO
25	ERICKSON MARTINS	TUBARÃO
26	Celso Herdmann	TUBARÃO
27	Ronaldo Moreira	Florianópolis
28	Tereza Lucia P. Pacheco	Alele
29	Selma M. Costa	CAPIVARI
30	Vivente Costa	CAPIVARI DE BAIXO
31	Ana Cristine Druze Medeiros	Tubarão
32	Luciano Zilli	JUSSARAI
33	Carla Maria Prada Leira	TUBARÃO
34	CARLOS LAZZARONI	Flórida
35	Kénia Pacheco	(*)
36	LUCAS ESMERALDINO	
37	RODRIGO BRAGA	
38	Otonio Cento	
39	Clonoplas no mansinas	
40	Adriano Cardoso	
41	Arquiteto Moisés	
42	Dominis P. Barros	Jornalista
43	Lucio Alves	
44	Márcio Práximo	
45	João Carlos Lourenço	
46	Samira B. A. Leutprecht	Jaraguá do Sul
47	Regina de Sá	Leguna / SC
48	João Acco Junior	TB



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TUBARÃO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Bruno Tony de Souza	Tubarão
50	CAIO CESAR TOKARSKI	TUBARÃO
51	Nelson Mattos Junior	Laguna
52	Albertina W. Jucate	Tubarão
53	Jairso - Jairo - Fernando	AQUARIUM
54	OLAVIO MOLCHOTTI	TUBARÃO
55	Jorge Cruz Pereira: Falta Regional	Jaguarama
56	Am. Non Simas - falta Regional.	Jaguarama
57	Recho Garcia	Tubarão
58	CHRISTIAN AYALA	TUBARÃO
59	AILTON GHEZZO DE PIENS	PRETE DE MATO
60	Jairo de Souza	TRELE DE MATO
61	HELENA HENRIQUES RAMOS	TUBARÃO-SC
62	ALBERTO JOSÉ MEDEIROS JR.	CRUSVELL
63	Jairo Sampaio (Assessor)	Tubarão
64	Ricardo Andrei Capistrano	Proliano Poliz
65	DEP SERAFIM VENZO N 48-9835 9976	Jaguarama
66	Nelson Henrique Moreno	ALCA
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - BRAÇO DO NORTE

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção da Segunda ponte em São Ludgero – (Centro).
2	Construção do anel viário em Braço do Norte.
3	Restauração SC-370 entre Grão-Pará a Braço do Norte.
4	Restauração SC-108 entre Rio Fortuna a Braço do Norte.
5	Pavimentação Asfáltica da SC-435 – entre São Martinho a São Bonifácio.
6	Pavimentação Asfáltica da SC-108, trecho Santa Rosa de Lima/Anitápolis.
7	Conclusão da construção do Hospital Santa Teresinha em Braço do Norte.
8	Implantação e construção da Delegacia Regional da Mulher com atendimento a criança e ao adolescente em Braço do Norte.
9	Expansão da Udesc em Braço do Norte.
10	Construção, reforma e ampliação das escolas nos município de abrangência da SDR- Braço do Norte.
11	Conclusão da pavimentação da SC-370, entre Grão-Pará e Urubici na Serra do Corvo Branco.
12	Implantação e construção Comarca do Poder Judiciário em São Ludgero.

PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - BRAÇO DO NORTE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Construção da Segunda ponte em São Ludgero – (Centro).
2	Pavimentação Asfáltica da SC-108, trecho Santa Rosa de Lima/Anitápolis.
3	Conclusão da construção do Hospital Santa Teresinha em Braço do Norte.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BRAÇO DO NORTE

Municípios: Braço do Norte, Armazém, Grão Pará, Rio Fórtuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	EDISON J. VANDRESEK	STA ROSA DE LIMA
02	REGÍLIO SCHOK	Sta Rosa de Lima
03	ROSEAN JEAN BRET	SÃO MARTINHO
04	JULIO MARCO VAMPINO	ASSEMBLEIA Dep.
05	Edipe Casagrande	Gabinete Dep. Vampino
06	ANDRÉA ROSSI	GABINETE DEP VAMPINO
07	Triago Cordeiro Marcelino	Florianópolis
08	Dep. Eli S. Moura	Fpolis
09	Karla Jhunetta	Florianópolis
10	Walva Adonis Fogaça	Fpolis / ALESC.
11	RICARDO GUIDI	ALESC Dep.
12	Nelson B. Moraes	Fpolis
13	Guilherme Pina	Fpolis
14	Marcos Aurélio Raimundo	BRAÇO DO NORTE
15	Luiz Schmitt	S R do Braço
16	Jefferson S. Bica	Município
17	Maseli de Souza	Laguna
18	DEAN LAUROIRO	PRAIAS Dep.
19	AMILTON ASCANI	GRÃO PARÁ
20	PEDRO ZAMON DA SILVA	GRÃO-PARÁ - CON
21	Cláudio Luiz Mendes	Sta Rosa de Lima
22	Alfredo M. Bedner	Sta R. de Lima
23	JAIMÉ WENSING	ARMAZÉM



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: BRAÇO DO NORTE

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Sergio MALLMANN	Imbuizem
25	OSVALDO DA SOUZA ARAÚJO	B. NORTE
26	Chênia Benci	B Norte
27	Elton n. d. Silva	
28	SILVÂNIO K. MATEOS	
29	ROBERTO V. MARCELINO	SDR. B. NORTE.
30	Imahel Dicken	Brasão do Norte
31	Maria Celis Tenfere	B. do Norte
32	Mariana Wunling Ghizoni	
33	EDVAN DELLA GIUSTINA	B. DO NORTE
34	Szeice M. Martins	B. 36º Gersa BV.
35	Auria de Bone Ceolin	
36	Volnei Walter	São Judas
37	Gerardo M. Michelis Richter	B. Norte
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 30ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE TUBARÃO E BRAÇO DO NORTE, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO NO DIA 6 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 15H

Aos seis dias do mês de agosto de 2015, às 15h, no auditório do Salão Nobre da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Tubarão e de Braço do Norte e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades de cada Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A senhorita Nicole Madeira, mestre de cerimônias, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a trigésima audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para compor a mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Líder do Bloco Social Progressista na Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual José Nei Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Pesca e Aquicultura e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Jean Leutprecht; a senhora Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado de Justiça e Cidadania; o senhor Caio César Tokarski, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão; o senhor João Olavio Falchetti, Prefeito de Tubarão, representando todos os Prefeitos presentes; o Vereador Otávio Citadin, Presidente da Câmara de Vereadores de Pedras Grandes; o magnífico Reitor Sebastião Salésio Herdt, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul); o senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Na sequência, a mestre de cerimônias registrou a presença das seguintes pessoas: Jairo de Souza, Prefeito em exercício de



Treze de Maio; Luiz Schmidt, Vereador de Santa Rosa de Lima; Izaltino Masiero, Vereador de Pedras Grandes; Christian Ayala, Vereador de Tubarão; Eraldo Pereira da Silva, Vereador de Tubarão; Lucas de Souza Esmeraldino, Vereador de Tubarão; Nilton de Campos, Vereador de Tubarão; Amilton Ascari, Prefeito de Grão Pará; Edison José Vandresen, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento de Santa Rosa de Lima; Adriano Cardoso, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Pedras Grandes; José Acco Júnior, Secretário Municipal de Cultura e Esportes de Tubarão; 1º Tenente Maycon Prudêncio Joaquim, Comandante da Polícia Militar de Gravatal; Major Marcos Aurélio Ramm, Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar de Braço do Norte, representando o Coronel Adenicio João Marques, Comandante da 8ª Região de Polícia Militar de Tubarão; Domingos Baesso Bardini, Secretário Municipal de Transportes e Obras de Pedras Grandes; Luciano Zaboti, gerente de Administração da SDR de Tubarão; Celso Heidemann, diretor executivo da Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel); Ronaldo Moreira, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Serafim Venzon; Alessandro de Oliveira, auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina; Robson Jean Back, Vice-Prefeito de São Martinho; Rogério Schotten, Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio de Santa Rosa de Lima; Camila Cascaes Nunes, chefe de gabinete, representando o Vereador Luiz Gonzaga dos Reis, de Tubarão; Álvaro José Medeiros Júnior, Vice-Prefeito de Gravatal; Vereador Claudionir Mendes, Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima; Alberto Henrique Becker, Vereador de Santa Rosa de Lima; Jaime Wensing, Prefeito de Armazém; e Sérgio Miguel Mallmann, Secretário Municipal de Agricultura de Armazém. Após o registro, convidou o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, cumprimentou todos os componentes da mesa nominalmente e os demais presentes. A seguir, agradeceu o magnífico Reitor a cedência do espaço da Unisul para a realização daquela audiência, que englobava duas Regionais, a de Tubarão e a de Braço do Norte, e também agradeceu os servidores da Assembleia pelo suporte que estavam dando para a realização daquelas 32 audiências públicas, sendo que ainda faltavam Criciúma e Araranguá, que seriam feitas no dia seguinte. A seguir, convidou a fazer parte da mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa, e o senhor Roberto Kuerten Marcelino, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte. Prosseguindo, informou que a dinâmica da audiência pública se daria em duas etapas, a abertura com a oitiva dos componentes da mesa e a ouvida técnica, coordenada pelos técnicos da Assembleia e da Secretaria de Estado da Fazenda, com o conseqüente debate das ações e sua votação; e fez questão de registrar que estavam com um quorum altíssimo de Deputados e de participantes da SDR de Tubarão e de Braço do Norte. Justificou que a realização daquelas 32 audiências públicas do Orçamento Regionalizado - englobando as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - era pelo fato de naquele ano terem a dupla função de definir as prioridades para o PPA 2016/2019 e para a LOA 2016, tendo em vista que nada constaria do Orçamento do Estado se não estivesse inserido no PPA. Registrou que de todo o levantamento realizado pelo governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, tinham sido elencadas as doze ações do PPA para a Regional de Tubarão, das quais teriam que indicar três ações para a LOA; e as doze ações para a Regional de Braço do Norte, das quais também teriam de escolher três ações para o Orçamento de 2016 do Estado de Santa Catarina. Observou que os presentes poderiam questionar se as ações escolhidas naquela audiência pública seriam executadas de forma impositiva, como estava sendo falado, respondendo que ainda não, apesar de já estarem no caminho para que aquilo acontecesse. A seguir, historicizou sobre as audiências públicas realizadas e a execução das ações que haviam sido escolhidas para o PPA e o Orçamento ao longo dos anos, observando que inicialmente o governo do Estado executava em



média 15% das ações elencadas e que em 2014 tinha ultrapassado a casa dos 48% de execução das ações escolhidas, o que representava um avanço, mas que era preciso avançar mais, porque não adiantava a Assembleia Legislativa cumprir com o seu preceito constitucional de reunir a sociedade civil organizada com os Poderes Públicos constituídos, se o Executivo tinha a liberdade de escolher aquilo que iria executar. Informou que daquele modo a Assembleia Legislativa, com o intuito de acelerar o processo de execução de todas as ações, tinha aprovado no final de 2014 uma emenda à Constituição do Estado inserindo os artigos 120A e 120B que tornavam o resultado das audiências públicas do Orçamento Regionalizado impositivo, mas salientou que ainda precisavam regulamentar os referidos artigos da Constituição Estadual. Informou que já havia um acordo na Comissão de Finanças e Tributação para que naquele segundo semestre a Comissão elaborasse o projeto de lei complementar para regulamentar os referidos artigos da Constituição, que era uma prerrogativa da Comissão de Finanças e Tributação ou do Poder Executivo. Prosseguindo, disse que o projeto de lei sendo aprovado iria para a sanção do governador e viraria lei; se fosse vetado, a Assembleia tinha poder para derrubar o veto e promulgar a lei. A seguir, registrou a presença do senhor Lourivaldo Schuelter, Prefeito de Rio Fortuna; do senhor José Lembeck, Vereador de Rio Fortuna; e do Vereador Eduardo Wiggers, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Fortuna. Em seguida, passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo Deputado Estadual José Nei Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa, que após os cumprimentos de praxe parabenizou o Deputado Marcos Vieira pelo trabalho que a Comissão de Finanças e Tributação realizava em todo o Estado, buscando informações para a elaboração daquela peça importantíssima para Santa Catarina. Ressaltou a importância daquele momento para o Parlamento catarinense e para a comunidade, porque eles estavam ali para discutir as prioridades daquela região, e reforçou o que tinha dito o Deputado Marcos Vieira, de que a inclusão de uma ação no Plano Plurianual não era garantia de sua realização, mas era a primeira condição para que pudesse ser materializada, efetivada. Disse que a responsabilidade da elaboração daquela peça orçamentária era da Assembleia, mas que democraticamente tinha decidido ouvir a comunidade, sendo que o momento mais importante daquela audiência era a manifestação dos presentes, pois que iria culminar com a relação das prioridades para a região. Contou que no início dos trabalhos ele falava com o professor Salésio, Reitor da Unisul, sobre a importância daquele debate ali na região, porque eles estavam comemorando conquistas importantes, como o aeroporto, a duplicação da BR-101, o porto de Imbituba e outras obras estruturantes que estavam saindo do papel, e reiterou a importância daquele debate para que eles pudessem encontrar o melhor caminho para a região, razão pela qual era preciso que as metas e os objetivos da região estivessem bem definidos a fim de que a representação política, empresarial, comunitária e a imprensa da região pudesse trabalhar na materialização daqueles projetos. Desejou que fossem todos bem-vindos e que o debate fosse produtivo para que ao final produzissem uma bela relação de prioridades. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Estadual José Nei Ascari. O senhor Presidente, Deputado Estadual José Nei Ascari, agradeceu a deferência e disse que assumia aquela missão consciente do tamanho da responsabilidade que significava aquele momento para a região e para Santa Catarina. Ato contínuo, concedeu a palavra ao Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Líder do Bloco Social Progressista na Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e ressaltou a importância do Orçamento Regionalizado, dizendo que estava evoluindo a cada ano e era o instrumento que eles tinham de participação popular no Orçamento do Estado, bem como era a oportunidade de a Assembleia Legislativa também interagir e ouvir os catarinenses. Contou que aquela era a trigésima reunião do Orçamento Regionalizado e que eles iriam produzir o PPA do próximo quadriênio e a LOA 2016 com as reivindicações da região, observando que ali estavam vários Prefeitos e Vereadores que sabiam que qualquer ação



que não estivesse no PPA não poderia constar no Orçamento, e como consequência não poderia acontecer, salientando a importância daquele encontro e da participação de cada um dos presentes. Contou que ele e a Deputada Ada De Luca acompanhavam uma série de obras e ações do último Orçamento e viram que boa parte delas estava sendo executadas, mas registrou que sabiam das necessidades da região e do sul do Estado e que muitas outras obras e ações precisavam acontecer. Observou que no Orçamento não podiam constar apenas obras de infraestrutura, pois tinham que pensar na segurança pública, na saúde, nos hospitais filantrópicos, e relatou que pelas suas andanças pelas regiões do Estado tomou conhecimento que as escolas dali até Passo de Torres estavam precisando de investimentos. Finalizou a sua manifestação pedindo que refletissem sobre os projetos para o Orçamento, porque era necessário ter o equilíbrio nas ações para que o governo do Estado pudesse atuar nas áreas que eram importantes para a população, e parabenizou todos os presentes que deixaram as suas cidades para ajudar a construir o Orçamento de 2016 e o PPA do próximo quadriênio, desejando uma ótima reunião a todos. Na sequência, fez uso da palavra o Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que, após os cumprimentos de praxe disse que queria dar o testemunho da importância da realização das audiências públicas regionalizadas. Contou que haviam percorrido o Estado inteiro e estavam encerrando aquele trabalho na região sul de Santa Catarina, e que o grande número de participantes, tanto de Parlamentares quanto da sociedade civil organizada, era uma demonstração de que efetivamente a decisão tomada ali seria concretizada na prática com as obras e os investimentos definidos. Indo além, disse que a região do sul do Estado era a que tinha o maior número de Parlamentares, contando com uma bancada forte, unida e que tinha a participação de quase todos os partidos da Assembleia Legislativa, que deixavam de lado as cores partidárias e colocavam em primeiro lugar os interesses do sul do Estado. Prosseguindo, discorreu sobre a representação de cada um dos Deputados ali presentes e dirigindo-se ao magnífico Reitor, fez referência a importância da Unisul para o Estado de Santa Catarina. Encerrou a sua manifestação afirmando que o que fosse escolhido ali como prioridade os Deputados iriam cobrar que fosse concretizado, já que tinham aberto mão das suas prerrogativas para irem ao encontro da sociedade e discutir democraticamente o que era prioridade para a região. A seguir, a palavra foi concedida ao Deputado Estadual Kennedy Nunes, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que cumprimentou todos os presentes e disse que era um prazer voltar ali na trigésima audiência do Orçamento Estadual Regionalizado, das quais só não esteve presente em três por conta da sua agenda. Disse que aquele era um novo sistema de gestão pública, tendo como um dos pilares ouvir as pessoas para definir o Orçamento, pois que o sistema de gestão anterior havia falido, e reiterou a importância da decisão que iriam tomar naquela data, pois que teriam que ter uma visão muito ampla do que estariam precisando dali a quatro anos. Relatou alguns dados das audiências do Orçamento Regionalizado feitas até aquele momento: nas trinta reuniões já realizadas, tinham finalizado 360 itens para o PPA 2016/2019; ouvido mais de 3 mil lideranças, ressaltando que embora as 99 pessoas que estavam ali fosse um número pequeno, elas representavam as milhares de pessoas dos 14 Municípios que compunham aquela Regional. Explicou que não era só a escolha das doze prioridades para o PPA que a plenária definiria, mas também as três prioridades para o Orçamento 2016, e contou que em Ituporanga o Prefeito de uma cidade pequena daquela regional havia levado dois ônibus e que no momento da votação das três prioridades para a LOA tinha conseguido eleger as suas prioridades, sendo que o Prefeito de Ituporanga, que era uma cidade maior, tinha ficado de fora, e ressaltou que eles teriam que aprender a defender a prioridade para a sua região. Finalizou a sua participação parabenizando os presentes por prestarem aquele serviço a sua comunidade e desejando que conseguissem enxergar o dezembro de 2019, mês em que ia a validade daquele PPA para o qual iriam escolher prioridades. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao Deputado



Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa, que iniciou a sua fala cumprimentando os componentes da mesa nominalmente e registrando a presença do Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa. Prosseguindo, comentou que como exercia o sétimo mandato de Deputado Estadual, havia convivido ao longo daquele período com o fato de enganarem a população, pois faziam as audiências públicas para escolher as prioridades e o governo não as incluía no Orçamento, executando menos de 5% das obras elencadas, mas que nos dois últimos governos esse percentual havia crescido bastante, tendo a convocação de que aquilo que fosse priorizado ali seria executado até 2019. Afirmou que os oito Deputados do sul tinham a obrigação de levar as prioridades ali elencadas ao Governador para decidir como seria a execução daquelas prioridades, com o apoio dos demais Parlamentares da Assembleia, e registrou que Santa Catarina tinha duas regiões que mereciam investimentos, que era a região serrana e a região sul do Estado, observando que haviam conquistado muito nos últimos tempos, mas que estavam longe daquilo que mereciam. A seguir, ressaltou que o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101 formavam o tripé do desenvolvimento de Santa Catarina e que era preciso criar infraestrutura para gerar emprego, renda e qualidade de vida para todos. Concluiu a sua manifestação colocando-se à disposição de todos e dizendo que as bandeiras eleitas naquela data seriam as suas bandeiras de trabalho no dia a dia do Parlamento de Santa Catarina. Logo após, a palavra foi concedida ao Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que após os cumprimentos de praxe disse que mais uma vez estavam participando de uma reunião do Orçamento Regionalizado, o que considerava muito importante, porque era ali que iriam ser definidas as prioridades da região de Tubarão e de Braço do Norte. Observou que torcia para que dali saíssem as principais prioridades daquelas Regionais, que eram muito importantes para o desenvolvimento, e que fossem colocadas em prática o mais rápido possível, sendo que era naquela linha que os Deputados iriam trabalhar a partir daquele momento. Finalizou a sua manifestação agradecendo a oportunidade. A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Pesca e Aquicultura e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e falou da importância daquele momento. Aproveitou para pegar um gancho na fala do Deputado Marcos Vieira e disse que quanto à execução das ações do Orçamento Regionalizado, o percentual ficava em praticamente 15%, mas que nos dias atuais havia aumentado para uma média de 40% a execução das ações. Afirmou que na região de Braço do Norte e de Tubarão eles haviam tido conquistas importantes através do Orçamento Regionalizado, que estavam elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e citou algumas obras que estavam em andamento, tais como a SC-390 - chamada de Serramar; a SC-370; o Hospital Regional público de Braço do Norte; o aeroporto regional, e outras inúmeras obras que estavam naquelas discussões. Indo mais além, disse que tinham outras pautas que precisavam ser discutidas, como a ligação da cidade de Tubarão ao Farol de Santa Marta; a ligação entre Treze de Maio e Morro da Fumaça; as policlínicas regionais; a estruturação das escolas; e a segunda parte do aeroporto Humberto Bortoluzzi, que era o terminal de carga. Afirmou que naquela tarde de trabalho eles tinham que elencar as prioridades e concluiu a sua manifestação desejando uma boa tarde de trabalho a todos. Dando continuidade, fez uso da palavra o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa, que saudou todos os presentes e disse que estava no seu quinto mandato, razão pela qual já tinha participado de inúmeras audiências do Orçamento Regionalizado, e que sempre fazia referência ao ex-Deputado Gilmar Knaesel, que havia sido um dos maiores incentivadores daquele processo, num momento em que nenhum governo dava o mínimo de crédito para o Orçamento Estadual Regionalizado. Ressaltou que ali estavam 12 Deputados perseverantes participando



daquele momento importante. Lembrou que no primeiro mandato dele a arrecadação do Estado estava em torno de R\$ 175 milhões, e que, naquele dia, estavam falando R\$ 1,7 bilhão, o que era um acréscimo extremamente significativo. Observou que várias obras foram realmente acontecendo, e que aquele momento era uma prerrogativa que o Parlamento colocava à disposição da sociedade civil organizada. Agradeceu a participação dos Deputados que vinham de outras regiões para dar apoio ao sul, e ele sempre procurava estabelecer a pauta elencada pela três entidades de classe que eram: a Associação Empresarial de Tubarão (Acit), Associação Empresarial de Criciúma (Acic) e a Associação Empresarial de Araranguá (Aciva) com as universidades integradas. Afirmou que as obras elencadas eram obras estruturantes que iriam dar capilaridade para que a região pudesse se exercer economicamente. Reiterou que era uma oportunidade que o Parlamento concedia à comunidade para que naquele pequeno percentual do Orçamento pudesse fazer a escolha das doze prioridades para o PPA e, dessas, três para o Orçamento de 2016. Encerrou desejando que tivessem o maior proveito possível com discernimento e responsabilidade para escolher as obras que fossem dar assistência a toda região. Logo após, fez uso da palavra o Deputado Estadual Jean Leutprecht, que iniciou sua fala saudando a plateia que representava ali as duas regionais, a de Tubarão e a de Braço do Norte, e que, sem dúvida nenhuma, iriam apresentar os anseios dos diversos Municípios da região sul do Estado, naquela reunião, que iria discutir as doze propostas para o PPA e as três para a LOA. A seguir, cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Prosseguindo, disse que estavam finalizando aquele processo depois de terem realizado trinta eventos como aquele. Contou que ele era novo na Assembleia Legislativa e que levaria aquela experiência com ele. Informou que na sequência o Deputado Estadual Cesar Valduga, titular do mandato na Assembleia, daria continuidade na cobrança das demandas daquela região. Afirmou que era muito importante o que estava acontecendo ali naquela data, conforme o Deputado Kennedy havia dito, que era um novo modelo de gestão para Santa Catarina. Finalizou parabenizando todos os Deputados que fizeram parte daquele processo e a toda equipe da Assembleia que há muito tempo estava preparando aquelas reuniões que estavam acontecendo, principalmente os presentes que estavam ali para discutir e elencar as propostas para o PPA e a LOA para depois cobrar a sua execução dos Deputados e do governo do Estado. Em seguida, fez uso da palavra a senhora Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado de Justiça e Cidadania, que iniciou sua manifestação agradecendo ao Reitor pela cedência do espaço para a realização daquela audiência; cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Prosseguindo, disse que estava no terceiro mandato e que sempre havia valorizado muito as audiências públicas, principalmente aquelas que tratavam das reivindicações de cada região. Contou que, naquela manhã estavam em audiência em Laguna e que havia sido sensacional, porque Garopaba havia levado um ônibus para eleger as suas prioridades. Indo além, disse que era obrigação dos Deputados participarem daquelas audiências, porque eles eram funcionários do povo e deveriam estar ao lado dele participando das decisões importantes da região. Ressaltou que não adiantava alguém dizer que precisava fazer alguma coisa no Município, porque quem sabia as necessidades da região era quem vivia o dia a dia da comunidade. Parabenizou os presentes por estarem ali para ajudar o Deputado a ser o porta-voz da Regional perante o governo do Estado. Disse que não iria ser repetitiva e que ficaria ali à disposição para qualquer questionamento. Lembrou que o presídio feminino de Tubarão era uma promessa dela e do ex-Deputado Joares Ponticelli. Diante do exposto, informou que o presídio custaria R\$ 12 milhões, mas ainda não estava pronto devido à fiscalização do TCE, sendo que toda a documentação já estava pronta. Observou que era preciso fazer as coisas com muito cuidado para não ter problemas mais diante. Assim sendo, pediu o apoio de todos os Deputados para ajudar na liberação daquela licença pelo TCE. Encerrou dizendo que eles podiam contar com aquela Deputada que nunca havia se furtado de nada. Prosseguindo, fez uso da palavra o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, que saudou os presentes e falou da alegria dele em participar daquele



evento. Observou que ele e os demais Deputados ali presentes, que não eram do sul de Santa Catarina, estavam se incorporando à Bancada do Sul, pois na hora da votação do PPA e da LOA todos os Deputados iriam participar daquelas decisões, e registrou que eles sabiam o que havia sido feito, o que estava sendo executado e o muito que ainda faltava ser feito. Desse modo, era preciso que todos estivessem irmanados, independente de cor partidária, naquele projeto de fazer Santa Catarina cada vez melhor. Encerrou sua manifestação se colocando à disposição de todos. A seguir, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Nei Ascari, registrou a presença do Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa a quem convidou a fazer parte da mesa e, de imediato, passou a palavra para sua manifestação. O Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa, iniciou a sua fala cumprimentando os componentes da mesa e os demais presentes que participavam daquele momento importante contribuindo com sugestões práticas para o Orçamento do Estado. Afirmou que existia uma preocupação muito grande, por parte da Assembleia Legislativa, de colher sugestões de todas as regiões do Estado e, depois, cuidar para que de fato fossem cumpridas. Comentou que os políticos, nos dias atuais, eram desacreditados, principalmente por causa dos Orçamentos tanto municipal, estadual ou da União, pois, das emendas que eles colocavam no Orçamento, o percentual de execução delas não passava de 25%. Registrou que ele era Deputado desde 1994, e reiterou o descrédito dos políticos, porque de cada dez ações elencadas oito não eram executadas, fazendo do político um grande mentiroso. Assim sendo, diante daquele fato, a Assembleia Legislativa havia tomado providência para tornar o Orçamento impositivo, sendo que faltava apenas a regulamentação daquela lei. Desse modo, as ações elencadas como prioridade pelas regionais teriam que de fato serem executadas. Agradeceu a atenção. A seguir, o senhor Presidente, comentou que com a chegada do Deputado Serafim Venzon a mesa estava composta por 13 Deputados, que era a maior participação de Parlamentares naquele ciclo de audiências públicas realizadas em 2015 em Santa Catarina. Prosseguindo, concedeu à palavra ao senhor Roberto Kuerten Marcelino, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, que rapidamente cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. A seguir, disse que, naquela tarde, eles estavam formalizando aos legítimos representantes do sul e aos demais Deputados ali presentes, o que elencaram como prioridades nas reuniões que realizaram com a comunidade. Ressaltou que o governo do Estado proporcionava aquele debate democrático, através da Assembleia, possibilitando que a população decidisse o que era prioridade para a sua região. Reiterou que naquele momento estavam formalizando aos Deputados as prioridades da região para que eles ajudassem a comunidade na execução daquelas ações. Enfatizou que não tinha dúvidas de que o Governador João Raimundo Colombo, que era um visionário, que tinha poder de interpretação daquilo que era prioridade, que havia transformado e iria continuar transformando a região sul do Estado. Afirmou que para que aquelas prioridades elencadas, naquela data fossem sucesso, o Governador podia contar com o apoio, a determinação e o empenho deles, como em 2011, com aproximadamente 70% do que foi elencado em Braço do Norte em andamento ou concluído. Finalizou agradecendo aos presentes e aos Deputados por estarem juntos naquela luta irmanados pelas prioridades da região, e esperava que em 2019, nos seus 50 anos do Deputado Kennedy Nunes, estivessem também comemorando as conquistas daquela audiência do Orçamento Regionalizado. Dando continuidade o senhor Presidente, concedeu a palavra ao senhor Caio César Tokarski, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes, e rapidamente fez uma referência sobre o trabalho realizado pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional que tiveram a missão de realizar seminários para discutir o Orçamento. Registrou o seu agradecimento a todos que contribuíram naquele trabalho. Contou que em 2003, quando era servidor da Assembleia aquele processo estava iniciando recheado de muitas dúvidas, e que as pessoas



participavam incrédulas sobre a efetivação daquilo que elas apontavam como prioridades. Observou que com o passar dos anos havia evoluído aquele processo e eles estavam vendo, na região em particular, que das últimas doze prioridades, seis aconteceram, a sétima que era a questão do presídio regional feminino, como a Deputada Ada de Luca havia falado, havia esbarrado em uma questão burocrática. Afirmou que eles gostariam que todas as prioridades acontecessem, mas era um trabalho que precisavam construir, porque muitas vezes não dependia apenas de vontade política, de vontade administrativa do governo, mas esbarrava em outros fatores. Enfatizou que estava muito feliz por estar participando daquele evento na condição de Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, como representante do governo do Estado, e também como político, já que era Vereador licenciado. Afirmou que o maior desafio do político dos dias atuais era interferir positivamente na vida das pessoas, pois as barreiras eram muitas. Encerrou desejando um bom trabalho a todos. Ato contínuo, o senhor Presidente, concedeu a palavra ao senhor João Olavio Falchetti, Prefeito de Tubarão, representando dos os Prefeitos presentes, que cumprimentou os presentes e desejou que todos fossem bem-vindos a chamada “Cidade Azul”. A seguir, afirmou que era uma ação muito valorosa chamar a população para opinar sobre as prioridades da região, porque assim, eles ajudavam a fiscalizar as obras. Encerrou desejando uma boa reunião a todos. A seguir, o senhor Presidente, concedeu ao magnífico Reitor Sebastião Salésio Herdt, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que dispensou o protocolo tendo em vista que todos já haviam sido citados. A seguir, manifestou a sua alegria em acolher ali todos aqueles Deputados, e registrou o respeito que tinha por aquela representação e o quanto aquilo significava do ponto de vista da dedicação com a coisa pública. Afirmou que, quanto mais os Deputados se dedicassem ao bem comum, mais felicidade e mais alegria trariam a eles mesmos. Reiterou as homenagens aos Deputados pela presença significativa na região e falou que tinha duas observações a fazer, olhando um pouco os 14 Municípios que compunham as duas regionais. A primeira delas, quando elaboravam um Plano Plurianual tinham que enxergar Santa Catarina dentro de um ente federativo e, dentro desse, Santa Catarina era um Estado extremamente produtivo, organizado e educado, porque tinha a maior rede de acesso ao ensino superior do País. Assim sendo, ele achava que os Deputados tinham que levar à bancada federal o desejo deles de justiça na distribuição dos recursos que eles estavam produzindo ali. Assim sendo, e eles que estavam discutindo o Plano Plurianual tinham que olhar para frente. Reiterou que tinham que levar à bancada federal o debate da distribuição de renda do que se produzia no País. Afirmou que Santa Catarina recebia muito pouco de volta diante do que produzia. Dessa forma, a base do Plano Plurianual era a existência de recursos que suportasse as demandas. Prosseguindo, como Universidade, tinha um segundo pedido a fazer, observando que as prioridades estruturantes eram importantes para gerar desenvolvimento, mas o governo federal tinha que participar daquilo, não podia sair só do Orçamento do Estado. Reiterou que nas obras estruturantes tinha que constar um forte apoio do governo federal para que o Orçamento do Estado pudesse atender os Municípios. Observou que a vida dos Municípios não era só obra, mas era educação, cultura, e que a comunidade daquela região tinha uma tradição cultural forte e um povo diversificado que requeria no seu plano o apoio a sua cultura. Afirmou, que quanto mais fosse investido, melhor seria para a base do capital humano se desenvolver. Agradeceu a oportunidade e a vinda dos Deputados à região. A seguir, o senhor Presidente, agradeceu ao magnífico Reitor a cedência daquele espaço para que eles pudessem ali reunir as lideranças da região. Prosseguindo, informou que a Assembleia Legislativa havia criado um fórum para debater a questão do pacto federativo, do qual participavam dois Deputados ali presentes, o Deputado Kennedy Nunes e o Deputado Leonel Pavan, com discussões extremamente avançadas de contribuição aquele debate que acontecia no Congresso Nacional. A seguir, comunicou que a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Estadual Gean Loureiro, ali presente, promoveria uma audiência pública sobre o Gerenciamento Costeiro na cidade de Jaguaruna, na Câmara de



Vereadores, às 18h, que era um tema que preocupava muito Municípios do litoral do sul do Estado e todos estavam convidados para participarem daquele evento. Concluídas as falas dos componentes da mesa, disse que iriam passar para a etapa mais técnica da audiência, que seria coordenada pelo senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa e pelo senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, que teriam a incumbência de conduzir o debate sobre as prioridades regionais. Agradeceu a presença de todos e desfez a mesa dos trabalhos, passando a palavra para o senhor Adilor Guglielmi (Dóia). O senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Romualdo Goulart, técnico da Secretaria da Fazenda, e que depois se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, que cumprimentou os presentes e disse que em nome da Secretaria de Estado da Fazenda, que era o órgão responsável pela elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento anual, estavam acompanhando aquela audiência pública da Assembleia Legislativa para auxiliar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na definição das prioridades que seriam incluídas no PPA e na LOA. Registrou que estavam vivendo um momento constitucional muito importante, e que no dia 30 de agosto do corrente ano, o governo do Estado deveria encaminhar o projeto de lei do novo Plano Plurianual. Informou que para realizar aquele trabalho o governo do Estado havia utilizado as estruturas das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional para realizar seminários regionais para o levantamento das grandes demandas com a comunidade local. Dessa forma, cada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional levantou as suas prioridades e que, naquela tarde, eles iriam definir, naquela plenária, as doze prioridades para o PPA e, dessas, as três para a LOA 2016. Observou que não haveria necessidade do Poder Legislativo apresentar emendas, porque o próprio Poder Executivo já iria encaminhar no projeto de lei as doze demandas que ali fossem elencadas. Prosseguindo, disse que as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional iriam totalizar 438 demandas que deveriam ser realizadas ao longo dos próximos quatro anos. Observou, que a grande maioria era obras na área de infraestrutura e transporte, obras caras que demandavam tempo de maturação e uma série de recursos disponíveis no governo do Estado para a realização delas. Ressaltou que o governo do Estado estava fazendo um grande esforço no sentido de poder atender as prioridades elencadas pelo Orçamento Estadual Regionalizado, tanto que um grande número de ações já havia sido realizado. Disse que esperava, como técnico na área de orçamento público, que o governo conseguisse superar o momento de crise que estavam passando para atender as reivindicações de todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), disse que a partir daquele momento os presentes se reuniriam para debater as prioridades a serem elencadas para o PPA e para a LOA. Assim sendo, suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e com os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda. *(Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para as SDRs de Tubarão e de Braço do Norte.)* Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Braço do Norte para o PPA 2016/2019:



1	Construção da Segunda ponte em São Ludgero – (Centro).
2	Construção do anel viário em Braço do Norte.
3	Restauração SC-370 entre Grão-Pará a Braço do Norte.
4	Restauração SC-108 entre Rio Fortuna a Braço do Norte
5	Pavimentação Asfáltica da SC-435 entre São Martinho a São Bonifácio.
6	Pavimentação Asfáltica da SC – 108, trecho Santa Rosa de Lima/Anitápolis.
7	Conclusão da construção do Hospital Santa Teresinha em Braço do Norte
8	Implantação e construção da Delegacia Regional da Mulher com atendimento a criança e ao adolescente em Braço do Norte.
9	Expansão da Udesc em Braço do Norte.
10	Construção, reforma e ampliação das escolas nos Município de abrangência da SDR – Braço do Norte.
11	Conclusão da pavimentação da SC-370, entre Grão-Pará e Urubici na Serra do Corvo Branco.
12	Implantação e construção Comarca do Poder Judiciário em São Ludgero.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Braço do Norte para a LOA 2016:

1	Construção da Segunda ponte em São Ludgero – (Centro).
2	Pavimentação Asfáltica da SC– 108, trecho Santa Rosa de Lima/Anitápolis.
3	Conclusão da construção do Hospital Santa Teresinha em Braço do Norte

Para a Regional de Tubarão, fez o relato das doze prioridades aprovadas para o PPA 2016/2019:

1	Construção e ampliação da Policlínica de Referência Regional.
2	Desassoreamento dos rios, lagos e canais.
3	Construção, ampliação e Reforma nas Escolas da Jurisdição da SDR- Tubarão.
4	Ampliação, Manutenção e melhorias das redes elétricas que alimentam as escolas da jurisdição da SDR de Tubarão.
5	Pavimentação Asfáltica Rodovia SC-390 Serra Mar Criar e a rodovia Ageu Medeiros
6	Pavimentação Asfáltica – Execução do projeto de pavimentação, Acesso ao aeroporto na rodovia SC - 442, Pela Ernesto Lacombe, em Jaguaruna
7	Alargamento da pista para 45 metros , conclusão do terminal de cargas do Aeroporto Regional Sul – Conclusão do Projeto Original.
8	Programa de Construções de casas populares.
9	Pavimentação Asfáltica. Construção das duas pontes em concreto armado entre o Bairro Congonhas/Tubarão e o Bairro Jabuticabeira/Jaguaruna.
10	Construção de quadra coberta e auditórios, equipados com mobília e materiais adequados para uso dos mesmos.
11	Manutenção periódica e construção de novos espaços esportivos como campo de futebol amador, ginásio de esportes e academias ao ar livre, equipar arena multiuso com equipamentos.
12	Pavimentação Asfáltica ligando o Município de Treze de Maio/Rio Vargedo/Morro da Fumaça.

A seguir, informou as três prioridades aprovadas pela Regional de Tubarão para a LOA 2016 :

1	Construção, ampliação e Reforma nas Escolas da Jurisdição da SDR- Tubarão.
2	Pavimentação Asfáltica Rodovia SC-390 Serra Mar Criar e a rodovia Ageu Medeiros.
3	Alargamento da pista para 45 metros, conclusão do terminal de cargas do Aeroporto Regional Sul – Conclusão do Projeto Original.



Ato contínuo, anunciou também os conselheiros escolhidos para Braço do Norte: como titular, a senhora Soraya Michele Richter; e como suplente, a senhora Maria Celir Tenfeu. Para Tubarão, os conselheiros escolhidos foram o senhor Ginaldo Rafael Correa, como titular; e como suplente, a senhora Albertina Domingos Vicente. Após o relato das prioridades elencadas e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao senhor Presidente para que procedesse ao encerramento da audiência pública. **O senhor Presidente, Deputado Estadual José Nei Ascari,** agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.*]

DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ NEI ASCARI
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



31ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **CRICIÚMA**

Data: 07/08/15

Horário: 9h30min – Sexta-Feira

Local Audiência Pública.: **Auditório da SDR**
Rodovia sc-443- km,01
Bairro Próspera
Criciúma

CONSELHEIROS:

Titular: *Clesio Fachin-Secretario de Administração e Finanças*

Suplente: *Nelson da Silva*

Total de participantes: 250





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CRICIÚMA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação da SC-440, trecho Urussanga/Santana - Barro Branco.
2	Pavimentação da SC-445, trecho Forquilha/Maracajá.
3	Construção de Centro de Oncologia e Pediatria, no Hospital Infantil Santa Catarina – SDR-Criciúma.
4	Construção do Anel de Contorno Viário de Cocal do Sul.
5	Desassoreamento dos rios Urussanga/Mãe Luzia - SDR-Criciúma.
6	Pavimentação da rodovia trecho Siderópolis/Nova Veneza.
7	Construção e Pavimentação da quarta etapa do Anel Viário de Criciúma.
8	Construção de Clínica de reabilitação para dependentes químicos SDR-Criciúma.
9	Construção, Ampliação e Reforma nas escolas de abrangência da SDR-Criciúma.
10	Realizar convênios para manutenção dos Hospitais de abrangência da SDR-Criciúma.
11	Ampliação do Projeto Bem-Te-Vi, nos municípios de abrangência da SDR-Criciúma.
12	Construção do Quartel do Bombeiro Militar de Içara.
13	Pavimentação do trecho Pedreiras Barra Velha, município Balneário Rincão.
14	Construção da sede própria da AMA (Associação dos Amigos dos Autistas).
15	Construção do Hospital Regional de Criciúma.



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - CRICIUMA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Construção de Centro de Oncologia e Pediatria, no Hospital Infantil Santa Catarina – SDR-Criciúma.
2	Construção do Anel de Contorno Viário de Cocal do Sul.
3	Construção do Hospital Regional de Criciúma.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Municípios: Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Patrick Bez Zinolo	Cocal do Sul
02	Telma Rosamari Della	Cocal do Sul
03	Wilson Al. Moura	Ale. S.
04	Zulma Pizzolo Cardoso	Criciúma
05	Marcia de Rocha	Criciúma
06	Adriano P. Zello	Cocal do Sul
07	Adriana G. Agostinho da Luz	Criciúma
08	Tea Lourdes Lomin	Criciúma
09	Françiane Spader	Criciúma
10	Michel Alisson da Silva	Criciúma
11	Walva Adonis Fogarini	ALESC / Siderópolis
12	M ^{te} Aparecida Marghella	Cocal do Sul
13	Elisabete de Jesus	Cocal do Sul
14	Rosane Antônia Trevisol	Criciúma
15	Virgínia R. Oliveira	Criciúma
16	Sérgio Mateus Madeira	Criciúma
17	Quirine Loureiro	Criciúma
18	Adalberto J. Cedrine	M. de Funchal
19	Alessandro Martins	Criciúma
20	M ^{te} Jose Ben	Cocal do Sul
21	Janaína Zacaron	Cocal do Sul
22	Francineza da Silva	Cocal do Sul
23	Francineza da Silva	Cocal do Sul



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Mirella Zaccaron	Cocal do Sul
25	Ediana R. Maximiano	Cocal do Sul
26	Taynara Miranda	Cocal do Sul
27	Reozona Ap. B. Bido Alamo	Cocal do Sul
28	Marta Frumentin	Cocal do Sul
29	Paul Roberto	Cocal do Sul
30	Solange da R. Pagnon Teixeira	Criciúma
31	Emamy Mochi	Travessão
32	Angela M. Ayo	Cocal do Sul
33	Patrícia L. Cosquendo Senise	Criciúma
34	Maria Luiza De Rdt	Cocal do Sul
35	Homero De Bone Falco	
36	Ulysses Rossi	Uruçopo
37	[Signature]	Cocal do Sul
38	[Signature]	Criciúma
39	EVERTON F. FRUMENTIN	Cocal do Sul
40	CLEDIO FAETIN	Cocal do Sul
41	Ana Paula Vieira Ronchi	Criciúma
42	Adriano Chung Feliciano	Ilona
43	DARCI RODRIGUES JUNIOR	Cocal do Sul
44	Deoclecio M. Silvestre	Cocal do Sul
45	ALGIR COPPIN OLIVEIRA	Cocal do Sul
46	Dalva M. Silva Famen	Cocal do Sul
47	Trigo Camin Colombo	Criciúma
48	SIDNEY D. DE OLIVEIRA	Cocal do Sul



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Ana Paula S. Buchinel	Cocal do Sul
50	Luciana Gelli Ribeiro Simplicio	Cocal do Sul
51	Morgan Dora	Cocal do Sul
52	Paulo	Cocal do Sul
53	Pedro G. Lodi	
54	Helio Antonio Cardozo	Cocal do Sul
55	Dalib Martins	Cocal do Sul
56	Elisângela F. Roque Sirovino	Criciúma
57	Lauro Polizans	Cocal do Sul
58	Salpi Romário	Cocal do Sul
59	Luciano Brolas	Cocal do Sul
60	EUGÊNIO BERGMANN	COCAL DO SUL
61	Jaques José dos Santos	COCAL DO SUL
62	Volnei Da Silva	COCAL DO SUL
63	Letícia Vieira Cepaldon	União da Serra
64	LOTHAR BACKES	FORQUILHINHA
65	Juraci Brocca	Criciúma
66	MARIANA D. NASPOLINI	Criciúma
67	William Boga do Santos	Cocal do Sul
68	Paulo	Cocal do Sul
69	Alexsandro Zanetti	Cocal do Sul
70	Paulina F. de Moraes	Cocal do Sul
71	Wane Salati (Silva)	Cocal do Sul
72	Rosemy C. Barbosa	Cocal do Sul
73	Raimundo S. Genonimo	Criciúma



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Alui nascimento Spradac	Criciúma
100	ALGO PASSAROS	FORQUILHINHA
101	Paulo Teixeira	Forquilha
102	Sijau Loch	Forquilha
103	Edison A. Spymanti	Forquilha
104	Leidiane M. M. Leccari	Cocal do Sul
105	Rosana Márcia Grema Zover	Cocal do Sul
106	Aldoir PERICO	COCAL DO SUL
107	Isisiane Tron	Grande Sertão
108	Edwanda Coimbra Sil	Criciúma
109	M ^{te} Josefina Albertin Roch	Criciúma
110	DARLAN BITENCOURT CAMPA	ITAPUA
111	JOSÉ RENOVATO JOPASSOLLI	Cocal do Sul
112	Mauro A. Ceron	Cocal do Sul
113	REYATO ROTA MARQUES	Cocal do Sul
114	José Perico Neto	Cocal do Sul
115	Villy Amado Vampiro	Assaí
116	Silm Diego Moura	Cocal do Sul
117	José Americo	Cocal do Sul
118	BEAN Lauriano	Froil
119	RANZO S. UZTCA	B. RENCI
120	ANSOLMO GRANZOTTO	FLORIANÓPOLIS
121	CUSTARDO DE SOUZA	FLORIANÓPOLIS
122	nichedson Vieira	Cocal do Sul
123	ALBERTO DE SOUZA	BALNEÁRIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA - 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
124	Elaine Louisa	Cocal do Sul
125	Milobomb Pittoroli	
126	Adicéia M da Vedara	Cocal do Sul
127	Mercen Luiz Furlan	Cocal do Sul
128	Adriana de F. Rosso	Cocal do Sul
129	Lindomar Maccari	Cocal do Sul
130	ORRERO DE BONER	Urussanga
131	Luiz Henrique Bitencourt	Cocal do Sul
132	Gisely Kristine B. S. Romi	Criciúma
133	Willen A. P. P. P.	Jorge Melchior
134	Jose Augusto Rodrigues	Itauna
135	Anderson Rossi	Criciúma
136	Antônio Renato Ricardo	Cocal do Sul
137	Profa. Janice A. de Oliveira	Cocal do Sul
138	Profa. Albertina De Lorenzi Carré	Cocal do Sul
139	Maria Aparecida do Livramento	Cocal do Sul
140	Carlos Rosso Netto	Behrencia Rincão
141	Donilda J. M. de Bitencourt	Criciúma
142	Dairian Bonin Pacheco	Urussanga
143	ALGEMIR DO SILVA DAMASIO FIGUEIRA	URUSSANGA
144	Mariléia Fernandes Bethiol	Urussanga
145	Salesio Liera	Criciúma
146	WALTER TILCOSKY	FORQUILHON
147	Juliana Mariana de Souza	Criciúma
148	Disap C. Silveira - UNESC	Criciúma



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
149	IVANORINS GALLI	COCAL DO SUL
150	VALTE CARREK	COCAL DO SUL
151	OSVALDO GENE	COCAL DO SUL
152	GENESIO J. CIZENNA	
153	MARCO JONAS	CRICIÚMA

154 ALEXSANDRO CAMS DE S. S. CRICIÚMA
1º

154
85
239

239
14
253

~~154~~



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ~~BRASÃO DO NORTE~~ **CRICIÚMA**

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Deise midello	Criciúma
50	ANIBAL PATRÍCIO	D. RINCO
51	Diana S. Colombo Dietz	Sec. Educaçã/Criciúma
52	Adeleis Maga	Cocal do Sul
53	Cílene G. Jacupato	Cocal do Sul
54	ARMANDO SARTOR	Forquilha
55	Luiz Segurmatini deiper	ESF Valencinos
56	Lívio Espindole	Criciúma
57	Evandro de Anacleto Frag	Criciúma
58	Márcio NEVES	CRICIÚMA
59	Jose Sclipe Cosentino	Forquilha
60	Flávio Ronchi	Criciúma
61	Mayara de Faveri Da Rolt	Criciúma
62	Somália Silva	Itaja
63	Marina Maria Nalario	União
64	ARLENE CAROL MARIANO	Criciúma
65	Barbara Teixeira	CRICIÚMA.
66	Eder Ferreira da Silva	Forquilha
67	CEGONER CREMOSO	Criciúma
68	VALTER MELLÉ	CRICIÚMA-SC
69	Adriano Vieira	Cocal SC
70	Flávia Mariani	Criciúma-SC
71	RONALDO PAGEL SOARES	CRICIÚMA SC
72	EMÍLIO ABEL FRASSETTO	URUSSATUBA
73	Eduarde Zanella	Cocal do Sul

25



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: CRICIÚMA

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	Sandro Domingues Harolt	Criciúma
75	ATAÍRO DITTENCOURT	"
76	Sobino Conto Soaquim	Criciúma
77	Mar. Falt. Fucci	Uruçema
78	Marcos Neves	Criciúma
79	Johno Mendes	Forquilha
80	Francielle Caspary de Freitas	Criciúma/MESE
81	Kênia Pacheco	(X)
82	Jelly de Almeida	Criciúma
83	CARLOS LAZZARETTI	Foz de I.
84	Silene Sandra S. Siqueira	Forquilha
85	Romulo Godart	SER/DIOR
86	marilze Lima Rodette Augustinho	Criciúma.
87	GIULIANO ELIAS Colossi.	Criciúma-PMC
88	Elyza J. Sampaio	Coal do Sul
89	Cynthia Zomer	Coal do Sul
90	Miriam Beti Salvato	Criciúma
91	Fernando de Fátima	Coal do Sul
92	Magede T. Schwalm	Criciúma
93	Delipe Corrêa	Coal do Sul
94	Adriana Aparecida Pagnon	Morro da Formosa
95	Solise de Al	Criciúma
96	Maria dos Reis Beccatelli	Criciúma
97	DIRECE DRASCH	Criciúma
98	Isabel Bampi de Souza	Souza.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: TUBARÃO

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
74	JOSÉ SÉRGIO BARRA	CRICIÚMA
75	DENISE FIDEL FELIPE	CRICIÚMA
76	Fernando Pereira Silveira	Florianópolis
77	Rosângela Rosa de Souza	Siderópolis
78	Adiles Lima	Siderópolis
79	Arturo Ant. José. Sind. motor.	CRICIÚMA
80	Expliciano O. Freitas	CRICIÚMA
81	Vivian Eudália Rodrigues	CRICIÚMA
82	Jose Paulo Junqueira	CRICIÚMA
83	RICARDO A. CARISTRANO	Florianópolis
84	Karla Schuller	Florianópolis
85	Ronaldo Moreira	Florianópolis
86	Caetano Ledet Zin	Içara
87	Interfassa - C. C. C. L.	
88	Valter Ombem	Orleans
89	Roger Guimarães de Melo	Bal. Rincão
90	Maria Canever da Silva	Bal. Rincão
91	Jera Lucia P. Paolucci	Alele
92	João Picollo	Bal. Rincão
93	Renata Lima Zaccaro	Bal. Rincão
94	JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR	SARAE RINCÃO
95		
96		
97		
98		



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ~~BRACODO NORTE~~ **Criciúma**

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
99	Anderson L. Wernke	FORQUILHINHA
✓ 100	Marcelma da Silva Martins Bezerra	Forquilha
101	LUIS HENRIQUE LIMA	COCAL DO SUL
✓ 102	OS-AR S. FRANÇA	AGUAS FRIAS
103	Eliet Bingham Hoffmann	Itaunas
✓ 104	Jadete D. Stipanicki	Dorland
105	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
✓ 106	Joelson Monteiro	FORQUILHINHA
107	Waldemar Albino	Forquilha
✓ 108	Rosalia Perigo	Cocal do Sul
109	Sueli Resin	Criciúma
✓ 110	DIMAS KAMMER	FORQUILHINHA
111	Miriam de Conceição	União
✓ 112	Maria de Lourdes M. Loda	SISERP. P.
113	ROQUE SAKIAN	21º SDR/GERAG
✓ 114	Ricardo Broggi	21º SDR/GERAG
115	Samuel L. Brogi - 1 Ten BM	ICARS - 2º/4º BPM
✓ 116	João Mouto Silveira	Cocal do Sul
117	CARLOS TEIXEIRA	CRICIÚMA
✓ 118	Alberto Ramalho	Nova União
119	Vanderli Alexandre	Forquilha
✓ 120	Roberto F. dos Santos	União
121	Diego Cyng Tanguilla	Forquilha
✓ 122	Samir Roberto JSS	COCAL DO SUL
123	WALDEMAR BURIÇO FILHO	COCAL DO SUL

5



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 31ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE CRICIÚMA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
CRICIÚMA NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 9H30MIN

Aos sete dias do mês de agosto de 2015, às 9h30min, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Criciúma e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades de cada Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três seriam direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A **senhora Nicoli Madeira, mestre de cerimônias**, deu início ao evento e registrou estar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997; e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a trigésima primeira audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para que tomassem assento à mesa o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro; o Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Cleiton Salvaro, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Manoel Mota; o Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual José Nei Alberton Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Jean Leutprecht; o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Rodrigo Minotto, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul da Assembleia Legislativa; a senhora Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado da Justiça e Cidadania; o senhor Nelson da Silva, gerente administrativo-financeiro de Planejamento, representando João Rosa Filho Fabris, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, de Criciúma; João Reus Rossi, Prefeito de Treviso, representando os demais Prefeitos presentes; Vereadora Roseni Citadin, Presidente da Câmara de Vereadores de Cocal do Sul; o Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da



Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa; e Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Logo após a composição da mesa, fez o registro da presença de: Roberto José Sávio Caetano, Secretário Municipal de Administração e Finanças, de Nova Veneza; Adriano Possamai Della, assessor parlamentar, representando Geovania de Sá Rodrigues, Deputada Federal; Jorge Godinho da Silva, vice-presidente do Partido Solidariedade; Maria Canever da Silva, Secretária Municipal de Educação, de Balneário Rincão; Renata Zaccaron, Secretária Municipal de Saúde, de Balneário Rincão; João Picollo, Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, de Balneário Rincão; Diego Torres, defensor público de Criciúma; Carlos Azeredo da Silva Teixeira, defensor público de Criciúma; 3º Sargento José Américo, Comandante do Grupamento da Polícia Militar de Cocal do Sul; Tenente Samuel Ambrosio, Comandante do Corpo de Bombeiros de Içara; Antônio Márcio Campos Neves, Delegado da Polícia Civil da Divisão de Investigação Criminal de Criciúma; Aldoir Périco, presidente da APAE de Cocal do Sul; Arilson Carlos Nazario, diretor de Divulgação do Sindicato dos Policiais Cíveis de Santa Catarina, de Criciúma; Luciano Brolesi, presidente da Associação de Moradores do bairro Boa vista, do Município de Cocal do Sul; Alexandre Zanetti, vice-presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Cocal do Sul; Major Darci Rodrigues Junior, Comandante da 2ª Companhia da Polícia Militar Rodoviária, de Cocal do Sul; Antônio Rebelo Ricardo, presidente do Partido Progressista do Município de Cocal do Sul; Lourival Pizzolo, superintendente do Deinfra de Criciúma e região; Alessandro de Oliveira, auditor fiscal do Tribunal de Contas de Santa Catarina; Coronel Lênio Espíndola, Comandante da 6ª Região de Polícia Militar, de Criciúma; Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário do governo do Estado, representando a Secretaria de Estado da Fazenda; Fernando de Fáveri Marcelino, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, de Cocal do Sul; Luciane Ceretta, pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), representando Gildo Volpato, reitor da Unesc; Leidiane Mangili Marcelo Cecconi, assessora, representando Elvío Scarpato, Secretário Municipal de Obras e Agricultura de Cocal do Sul; James Perico Neto, presidente do Conselho da Cidade, de Cocal do Sul; Aldo Candido Morona, presidente do Conselho Municipal de Saúde, de Cocal do Sul; Valdir Francisco, presidente da Associação de Moradores e Cocal do Sul; Valdir Alano, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, de Cocal do Sul; Nivaldo de Freitas, vice-presidente da Associação de Moradores, de Cocal do Sul; Michel Alisson da Silva, coordenador da Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia da UNESC. Ato contínuo, convidou o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcos Vieira, para conduzir os trabalhos da audiência pública. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, deu início à audiência pública do Orçamento Regionalizado cumprimentando as autoridades e os demais presentes, bem como agradecendo a presença de todos. Avisou que aquela audiência seria feita em duas etapas, sendo a primeira a ouvida das autoridades à mesa e a segunda a suspensão da reunião para que a equipe técnica tratasse efetivamente do objetivo maior daquela audiência: a escolha das ações por parte da comunidade regional. Dito isso, salientou a importância de todos naquele evento porque seria através daquela audiência pública do Orçamento que elencariam, para a Regional de Criciúma, as três ações a serem inseridas no Orçamento de 2016 e as doze ações a serem inseridas no PPA, que passaria a vigorar de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019. A respeito da forma como seriam executadas as ações escolhidas, questionou se o Poder Executivo as executaria de forma impositiva ou quando houvesse o desejo do Governador do Estado em efetivá-las. E para responder o questionamento que ele mesmo fizera, passou a listar uma série de eventos: há dezesseis anos, havia um clamor da sociedade no sentido de ver as ações elencadas executadas mais rapidamente possível, por que, até então, o governo do Estado as realizava a seu bel prazer ou quando houvesse disponibilidade de recursos; tal clamor teve aceleração numa época em que se passou a ter o esvaziamento das audiências



públicas regionalizadas, em razão de a sociedade não acreditar na execução das obras elencadas; por fruto de um entendimento na Alesc, fora aprovada uma emenda à Constituição de Santa Catarina, a qual foram inseridos os artigos 120 *a* e 120 *b*, que obrigavam o Poder Executivo a executar ou resolver todas as ações escolhidas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Sobre esse item, avisou que tais artigos ainda não eram autoaplicáveis porque precisavam de regulamentação, e para isso a Comissão de Finanças e Tributação da Alesc no próximo semestre elaboraria um projeto de lei complementar para regularizá-los; que em sendo aprovado na Comissão de Finanças esse projeto de lei complementar seria levado à apreciação dos Deputados no Plenário da Alesc, restando saber se o Governador o vetaria ou sancionaria; em sendo sancionado viraria projeto de lei complementar; em sendo vetado caberia à Alesc ainda o recurso constitucional de derrubar o veto, ou não. Sobre a derrubada do veto disse que, se chegasse a tal ponto, queria acreditar que a Assembleia daria um passo extremamente importante na derrubada do referido veto. Deu certeza que, com a aprovação do projeto de lei complementar, o roteiro das audiências públicas do Orçamento Regionalizado do ano de 2016 seria muito mais representativo, até porque o que fosse elencado no ano que vem seria colocado no Orçamento e o governo teria a obrigação de executar, sob pena de responsabilidade civil. Após ter feito aqueles apontamentos, registrou a presença do Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, convidando-o para fazer parte da mesa de autoridades. E passou a palavra aos componentes da mesa, iniciando pelo **Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, que saudou os presentes e deu as boas-vindas aos Deputados representantes da Regional, assim como aos Deputados representantes das demais regiões do Estado, numa clara demonstração de respeito para com a população de Criciúma e região. Disse que, nos seus 18 anos de mandato como Deputado, sempre referendava o ex-Deputado Gilmar Knaesel, um dos protagonistas incansáveis no processo das audiências regionalizadas do Orçamento num momento em que o Parlamento estava indiscreto com relação à questão do Orçamento Regionalizado perante os governos que o sucederam. Lembrando que no primeiro mandato a arrecadação fora de R\$ 175 milhões em 1999, e que atualmente a arrecadação estava em R\$ 1,7 bilhão, e uma monta de um Orçamento anual de R\$ 24 bilhões, evidenciou que as demandas eram superiores à disponibilidade de recursos. Afirmou que era prerrogativa do Parlamento disponibilizar às comunidades catarinenses que se organizassem e reivindicassem as ações prioritárias para a sua Regional nas audiências do Orçamento Regionalizado. E para exemplificar o que havia dito, citou as obras rodoviárias importantes para aquela região, algumas em andamento, outras em fase inicial, como fruto das reuniões do OER, e especificou que aquela audiência contava com um quórum suprapartidário, na qual a bancada do sul catarinense se integrava para trazer as obras estruturantes que permeavam o desenvolvimento da região. E pediu uma saudação especial e uma salva de palmas aos munícipes de Cocal do Sul, lá representados pelo senhor Ademir Magagnin e pela senhora Cirlene Gonçalves Scarpato (Dona Aninha) (*palmas*), que organizaram aquele pleito em prol do anel viário de Cocal do sul. Encerrando, salientou que a participação de todos tinha feito toda a diferença para aquela audiência, parabenizando-os, e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa**, cumprimentou todos e disse que mais uma vez estava participando de uma audiência do Orçamento, na qual a população iria elencar as prioridades importantes para a sua região, e que a Assembleia tinha o papel de conhecer tais necessidades e lutar por elas perante o governo estadual. Estimou que os presentes tivessem sabedoria para escolher as verdadeiras prioridades para o sul do Estado, fator preponderante para o seu desenvolvimento; e que o governo do Estado executasse as prioridades que seriam elencadas o mais rapidamente possível. Concluindo, agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **Deputado Estadual Cleiton Salvaro, Vice-Presidente da Comissão de**



Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa, cumprimentou os presentes e, citando a frase de Henrique Salvaro “o louco matou a pau”, o qual tinha como mestre, disse que era exatamente daquilo que precisavam. Ou seja, quando se via uma plenária lotada e o dobro de pessoas acompanhando a audiência do lado de fora, precisavam de interação da comunidade com a classe política. Deu certeza de que aquela audiência pública traria desenvolvimento, saúde, educação, economia, porque quando a comunidade se unia e se fortalecia com a classe política o sul catarinense podia voltar a crescer. Então, agradeceu a presença dos Deputados representantes de outras regiões que lá estavam presentes e destacou que a bancada do sul estava trabalhando unida às lideranças da Regional. Encerrando, agradeceu a oportunidade de se manifestar e parabenizou os presentes. O **senhor Presidente** retomou a palavra e registrou a presença de Custódio de Souza, chefe de gabinete, representando o Deputado Estadual Kennedy Nunes; Johnny Felipe, Prefeito de Urussanga; Ademir Magagnin, Prefeito de Cocal do Sul; Décio Góes, Prefeito de Balneário Rincão; Vanderlei Alexandre, Prefeito de Forquilha; Jader Westrup, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, de Criciúma, representando Márcio Búrgio, Prefeito de Criciúma; Cirlene Gonçalves Scarpato (Dona Aninha), Vice-Prefeita de Cocal do Sul; Sidney Duarte de Oliveira, Vereador de Cocal do Sul; Telma Possamai Della Bez Birolo, Vereadora de Cocal do Sul; Volnei da Silva, Vereador de Cocal do Sul; Izoete Duarte Vieira Gastaldon, Vereadora de Urussanga; Omero de Bona, Vereador de Urussanga; Vanderlei José Zilli, Vereador de Criciúma; Luiz Henrique Bittencourt, Vereador de Cocal do Sul; Angela Maria Mendes Anjo, Vereadora de Cocal do Sul; José Carlos Mello, Vereador de Criciúma; Salésio Lima, Vereador de Criciúma; Juarez de Oliveira, Vereador de Forquilha; Edson Aurélio, Vereador de Criciúma; Elson Roberto Ramos, Vereador de Urussanga; Vereador Rangel Loch, Presidente da Câmara de Vereadores, de Forquilha; Dimas Kammer, Secretário Municipal de Infraestrutura, de Forquilha; Rogério Dagostim, Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico, de Forquilha; Alberto de Souza, Secretário Municipal de Administração e Finanças, de Balneário Rincão; Anibal Valdemiro Patrício (Bala), Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, de Balneário Rincão; Clélio Fachin, Secretário Municipal de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, de Cocal do Sul; Raquel Romagna Quarezemin, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, de Cocal do Sul; Adular José Cechinel, Secretária Municipal de Obras, de Morro da Fumaça; Evandro Gava, Prefeito de Nova Veneza; Fabrício Kusmin Alves, Prefeito de Lauro Müller. Dando continuidade à audiência, passou a palavra ao **Deputado Estadual Rodrigo Minotto, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou todos e disse que era uma alegria participar daquela audiência pela demonstração e pela união da região, e mencionando a Secretária Ada De Luca que vinha se esforçando para trazer benefícios e serviços de qualidade para o sul catarinense, registrou que os Parlamentares lá estavam para unir forças às reivindicações da Regional. Referindo-se às palavras do Deputado Marcos Vieira, de que se existisse um artigo na Constituição catarinense que obrigasse o governo do Estado a executar o estabelecido nas audiências do OER, pontuou que era exatamente aquilo que queria fazer – exigir do governo do Estado a execução das obras elencadas - em benefício da população nas diversas áreas sociais. Registrou que não deveria ficar somente no papel, tinham que cobrir e exigir que o sul do Estado tivesse o tratamento que merecia pela sua representação política, pelo seu povo, para que a região realmente tivesse o tratamento que merecia. Agradeceu a presença de todos e, encerrando, disse para irem em frente porque a luta continuava por aquilo que acreditavam, ainda mais que aquela expressiva participação da comunidade já estava fazendo toda a diferença. O **Deputado Estadual Gean Loureiro, o Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia**



Legislativa, saudou os presentes, especialmente os Deputados do Sul de Santa Catarina, a bancada mais forte da Assembleia, parabenizando-os porque aquela bancada conseguia trazer para o Parlamento os temas importantes para a região sul, que se unia ao Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, que era do sul do Estado, num trabalho intenso de boa representação. Ao dizer isso, registrou que cabia aos Deputados representantes das demais regiões catarinenses apoiar as iniciativas da Regional de Criciúma. E deu certeza que as escolhas definidas pela Regional seriam respaldadas pelos Parlamentares pela confiança que os Deputados tinham na representação e no trabalho que a bancada sul do Estado vinha fazendo. Parabenizou-os, desejando que as melhores escolhas fossem feitas. Afirmou que as escolhas das ações a serem incluídas tanto no PPA quanto na LOA poderiam ser definidas em gabinete, na Alesc, mas os Parlamentares tiveram por preferência realizar as audiências do OER nas diversas regiões do Estado para que a escolha fosse feita democraticamente, com a participação da sociedade catarinense. Encerrando, desejou sucesso e que as melhores escolhas fossem feitas, uma vez que as melhores escolhas para o sul catarinense seriam as melhores para o Estado de Santa Catarina.

O **Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro** saudou todos e disse que a bancada do sul, da qual fazia parte, estava muito feliz por ver aquela audiência contando com a participação de lideranças importantes. Após, passou a relatar as áreas da Regional que necessitavam de atenção, como saúde, segurança pública, lá representadas pelas lideranças e autoridades que diziam respeito a tais áreas. Mais uma vez disse que aquela massiva participação era importante e demonstrava que o OER estava mais presente à realidade das comunidades. Sinalizou que a obra mais necessária era as de pavimentação, principalmente a do anel viário de Cocal do Sul, não desmerecendo as demais ações importantes para a região, e salientando que a região tinha inúmeras reivindicações e aquelas que mais fossem trabalhadas seriam incluídas nas ações a serem levadas ao governo do Estado para que este as efetivasse. Novamente cumprimentou a todos e fez um cumprimento especial àqueles que não tinham mandato, àqueles que representam o povo e que lá estavam trabalhando e participando na construção por um sul catarinense mais forte, e encerrou a sua participação agradecendo a oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado mais votado na região sul catarinense e natural de Criciúma. (*O Deputado Marcos Vieira entrega a presidência da audiência ao Deputado Luiz Fernando Vampiro.*) Agradeceu a presença de todos, mais uma vez, e avisou que ficaria no recinto para assistir o desenrolar da audiência. Dando sequência à reunião, assumindo a presidência da audiência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro**, de imediato passou a palavra ao **Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa**, que saudou todos, parabenizando-os pela participação naquela audiência. Apontou, como único caminho para mudança, a participação e a mobilização que via nas comunidades da região da Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) que lá se faziam presentes. Dito isso, acrescentou que através da mobilização da Regional podia aprender o que realmente era participação para mudar a qualidade de vida de uma comunidade, e mais uma vez parabenizou a comunidade que lá estava para lutar pelos seus anseios. Após, sinalizou um dos objetivos do Orçamento Regionalizado, ouvir as comunidades na defesa pelas suas verdadeiras necessidades, e assim como havia feito o Deputado Valmir Comin, também mencionou o Deputado Gilmar Knaesel que criou o instrumento do OER, considerando tal instrumento de tamanha importância para os Parlamentares, uma vez que defenderiam as reais necessidades de uma comunidade. Pediu a todos que tivessem noção de que estavam lá tratando de um orçamento de alguns bilhões de reais do Estado, que infelizmente era amplamente consumido pela máquina estatal, mas que tinha recursos e que, se pedissem e lutassem, conseguiriam trazer os recursos para os seus pleitos. E comentou sobre as várias ações que estavam sendo feitas no sul do Estado naquele momento, em virtude das reivindicações da comunidade, da mobilização e da forma



política com a qual a comunidade podia contar, lá representada naquela mesa de autoridades. Destacou a importância daquele momento, advertindo para o fato de que muitas vezes eram instados a pensar em obras de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento; por isso pediu que não fossem esquecidas as obras que priorizavam as ações do dia a dia, como as escolas de Lauro Müller a Nova Veneza, destacando que eram nas escolas que estava o futuro da sociedade catarinense, além das áreas da segurança pública, da saúde, as obras estruturantes, as rodoviárias. Apoiou a causa do anel viário de Cocal do Sul, que sediava uma das maiores empresas do Estado que vinha crescendo a cada ano e que vinha prejudicando o acesso ao centro da cidade. Mais uma vez cumprimentou todos os envolvidos na luta pelas ações que trariam melhoria na qualidade de vida daquela população e registrou que aquela era a intenção de lá estar. Concluindo, colocou-se à disposição de todos pela defesa dos anseios e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **senhor Presidente** aproveitou a oportunidade para cumprimentar o Deputado Marcos Vieira pelo ato que tinha feito em solidariedade à região sul catarinense, de lhe ter cedido a presidência da audiência, agradecendo-o pelo carinho de lhe ter oportunizado presidir aquela sessão. Após, passou a palavra a **senhora Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado de Justiça e Cidadania**, que cumprimentou os presentes e, dizendo que estava no seu terceiro mandato e havia participado de todas as audiências do Orçamento desde a primeira, destacou que lá estava para ouvir as comunidades que se organizaram e lá se faziam presentes, porque sabia das prioridades necessárias, porque sabia que nada seria aceito por imposição, de cima para baixo, porque queria a efetivação de uma participação democrática das comunidades. E após parabenizou as comunidades que se organizaram e lá estavam presentes, advertindo que deveriam ter muita responsabilidade quando da escolha das prioridades, porque após a escolha não seria possível fazer qualquer alteração. Pediu a todos que participassem, debatessem e questionassem os Deputados naquele processo democrático porque lá estavam não só para escutar. Concluindo, deixou um beijo no coração de todos e colocou-se à disposição de todos para lutar em prol dos anseios da comunidade. O **senhor Presidente**, retomando a palavra, registrou a presença do Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, afirmando que o Parlamentar também estava irmanado nas causas do sul catarinense, e avisou que o referido Parlamentar abria mão de fazer uso da palavra. Então, passou a palavra ao **Deputado Estadual Manoel Mota**, que cumprimentou todos e disse que a presença massiva daquela comunidade demonstrava muita força e esperança, porque após a região ver realizados o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101, fora criada uma expectativa de infraestrutura para desenvolver a região, razão pela qual a participação de todos naquele momento era de fundamental importância. Como detentor que era do maior número de mandatos no Parlamento catarinense e por ter vivido muitos momentos do Orçamento Regionalizado, fez um balanço dizendo que há 15 anos as audiências como aquela só serviam de indicação para o governo estadual de quais obras a população catarinense queria ver realizadas, mas que muito tinham avançado porque antes só tinham 10% de investimentos efetivados e atualmente chegavam a 50%, através do trabalho que a Alesc vinha fazendo nas audiências do Orçamento. Ao dizer isso, acreditou que valia a pena lutar, ter esperança, porque o que seria eleito por aquela comunidade serviria como bandeira para os Deputados lutarem e defenderem no dia a dia. Acrescentou que a bancada do sul nunca estivera tão coesa como naquele momento, analisando que aquela situação evidenciava que a bancada teria a grandeza de marcar uma audiência com o Governador para levar o sentimento daquela população. Novamente cumprimentou todos pela presença, colocou-se à disposição de todos no que dizia respeito à defesa dos pleitos da Regional, parabenizou-os e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. O **Deputado Estadual José Nei Alberton Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa**, cumprimentou todos e disse que naquele dia estariam encerrando um ciclo de 32 audiências públicas realizada em todo o Estado,



destacando que não poderiam encerrar de maneira melhor, ou seja, com uma grande participação de Deputados e uma grande participação da comunidade regional naquele importante momento de definição de um dos mais importantes projetos que tramitava no Parlamento, o projeto que definia o PPA e o Orçamento Estadual. Reconheceu que a região sul catarinense teve conquistas importantes que estavam sendo comemoradas em todos os Municípios da região, mas muitas necessidades ainda existiam, muitas das quais já relatadas pelos Deputados que o antecederam na fala, como o anel viário de Cocal do Sul, dizendo ter certeza que aquela obra seria inserida dentre as prioridades da Regional. Parabenizou todos que lá estavam, deu certeza de que aquele seria um debate extremamente produtivo, que a região iria relacionar as suas verdadeiras prioridades democraticamente, avisando que após aquela audiência viria uma etapa importantíssima, ou seja, o trabalho da representação política, sobretudo da bancada parlamentar do sul do Estado que estava muito unida e, independentemente das questões partidárias, estava trabalhando com força e com unidade para buscar a implementação e a materialização dos projetos que seriam definidos pela comunidade presente. Terminando, deixou um abraço a todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O **Deputado Estadual Jean Leutprecht** saudou os presentes e destacou que podia comprovar o grande trabalho que os Deputados representantes da bancada do sul catarinense faziam na Alesc, em defesa da região sul do Estado. Contou que tinha forte relação familiar em Criciúma e Nova Veneza, e que fazia questão de estar naquela audiência por saber da importância do sul para o Estado de Santa Catarina e da grande defesa da bancada do sul na Assembleia. Parabenizou todos e avisou que ficaria por curto período na Assembleia, mas fazia questões de brigar pelas questões do sul do Estado. Então, desejou sucesso àquela reunião e afirmou que defenderia na Assembleia os pedidos daquela expressiva Regional. O **Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era importante ver um expressivo número de pessoas prestigiando as audiências do Orçamento Regionalizado, porque dava aos Deputados maior compromisso de fiscalizar e cobrar o governo do Estado na execução das obras elencadas. Salientando que, quando as ações não estavam no papel, elas não teriam como ser efetivadas, mas quando estavam no papel era importante não gerar expectativa de que seria cumprida, registrou que os Deputados tinham o papel de fiscalizar o Poder Executivo quando da execução das obras para desenvolver o Estado e trazer melhor qualidade de vida aos catarinenses. Concluiu, avaliando que a participação de todos era importante para a região e agradecendo a oportunidade de se manifestar. O **Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público**, cumprimentou todos e, saudando carinhosamente a bancada do sul, disse que era visível a insistência da bancada do sul em lutar em prol dos anseios da região sul, porque a comunidade aprendera a se mobilizar e se fazia representar expressivamente. Como os demais, também salientou a importância daquele momento de escolha das prioridades, e deu certeza de que a Assembleia se empenharia para a efetivação das obras elencadas, visto que em sendo executadas atenderiam as necessidades da Regional e melhorariam os conceitos de credibilidade nos quais os políticos estavam inseridos, ou seja, de que nem sempre o que era colocado no Orçamento era executado pelo governo do Estado. Após, citou uma mensagem do professor Charles Darwin, mesmo sendo uma conceituação referente à evolução da espécie, avaliou que caberia ao atual momento político: “Os que sobreviviam não eram os mais espertos, nem os mais fortes, mas os que conseguiam se adaptar às novas condições.” Concluindo, desejou a todos um bom-dia. O **Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, saudou todos os presentes e disse que para ele era uma alegria enorme participar de um evento com aquela envergadura e daquela natureza, que iria beneficiar o sul do Estado, uma das regiões mais prósperas, mais importantes do Estado e do Brasil. Afirmou que a região sul catarinense era altamente significativa nas decisões dos projetos de Santa Catarina, por estar muito bem representada na Alesc, com a bancada mais forte; na esfera federal com quatro



Deputados Federais; no Governo Executivo com o Vice-Governador. Dito isso, registrou que lá estava para incorporar à luta pela defesa das prioridades da região porque elas ajudariam o Estado por inteiro, e deu certeza de que a obra do anel viário de Cocal do Sul faria parte das prioridades que iria defender. **O senhor João Reus Rossi, Prefeito de Treviso, representando os demais Prefeitos presentes**, cumprimentou todos e disse que tudo já tinha sido falado e que via que os Deputados estavam dando à região a garantia de que as doze prioridades colocadas no papel se tornariam realidade. Afirmou que a obra do anel viário de Cocal do Sul estaria entre as prioridades elencadas e chamou atenção de todos para que nas demais prioridades elencadas fossem contempladas obras nas áreas de segurança pública, de saúde e de educação. Analisou que Criciúma, por ser a cidade sede da Regional, deveria estar estruturada para dar condições aos Municípios menores de se desenvolverem. Concluindo, desejou uma ótima reunião de trabalho, que chegasse num entendimento tal que possibilitasse à região sul se desenvolver cada vez mais, parabenizou a presença de todos e agradeceu a oportunidade de se manifestar. **O senhor Presidente** registrou a presença de Jorge Luiz Koch, delegado regional de Criciúma, e passou a palavra a **Vereadora Roseni Citadin (Nega), Presidente da Câmara de Vereadores, de Cocal do Sul, representando os demais Vereadores presentes**, que cumprimentou todos os presentes e deu parabéns a comunidade de Cocal de Sul que lá estava expressivamente representada, contando que os munícipes daquela cidade eram participativos no que dizia respeito aos projetos em prol daquele Município. Concordou que todas as prioridades elencadas naquela reunião eram importantes, tanto na saúde, na educação, e deu ênfase e importância à obra do anel viário de Cocal do Sul. Agradeceu os Deputados da região sul por estarem firmes e desenvolvendo um bom trabalho na região. Pediu aos Parlamentares que levassem o projeto de Cocal do Sul para a Assembleia para que ele fosse efetivado. Encerrando, agradeceu a oportunidade de se manifestar. **O senhor Presidente** disse que estava encerrada a primeira etapa dos trabalhos e desfez a mesa de autoridades para que o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, pudesse dar andamento à segunda etapa de trabalho. **O senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa**, cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, junto com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao **senhor** de imediato passou a palavra **Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário do governo do Estado, representando a Secretaria de Estado da Fazenda**, que saudou os presentes e disse que estavam vivendo um momento constitucional muito importante e que o governo do Estado teria que encaminhar à Assembleia Legislativa até o dia 30 de agosto o seu plano de governo para os próximos quatro anos, 2016-2019. Explicou que a elaboração desse plano foi feita de acordo com o que legislava a Constituição estadual, que dizia respeito à abertura de espaço para a sociedade opinar acerca das ações prioritárias a serem inclusas no plano de governo; que o governo do Estado tinha utilizado suas Secretarias Regionais para levantar junto às autoridades municipais e regionais as demandas que deveriam ser priorizadas e que caracterizariam o desenvolvimento da região; e que a Secretaria tinha organizado o material e o trazia para que juntamente com a Assembleia fossem referendadas e para que o governo estadual as colocasse no PPA e na LOA. Afirmou que era intenção do governo do Estado, daqui a quatro anos, concluir algumas obras e iniciar outras, avaliando que eram obras de infraestrutura vultosas que requeriam projetos, análise de viabilidade, análise de meio ambiente e, acima de tudo, recursos. Lembrando que o Estado estava dividido em 36 Secretarias Regionais, todas elas com necessidade de obras vultosas, disse que o Estado não teria condições de implantar todas as rodovias, por exemplo, mas que estariam sinalizadas para que o governo iniciasse os estudos de



viabilidade, iniciasse os projetos e que as priorizasse porque eram obras elencadas pela comunidade. Retomando a palavra, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** e disse que a partir daquele momento suspenderia os trabalhos da audiência pública para que os presentes se reunissem com os técnicos da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Alesc e da Secretaria de Estado da Fazenda. (*Os grupos de trabalho se reuniram para escolher as ações prioritárias para a SDR de Criciúma.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelos grupos, o **senhor Adilor Guglielmi (Dóia)** retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela plenária para o PPA 2016/2019, definidas pela Regional de Criciúma:

1	Pavimentação da SC-440, trecho Urussanga/Santana – Barro Branco
2	Pavimentação da SC-445, trecho Forquilha/ Maracajá
3	Construção de Centro de Oncologia e Pediatria, no Hospital Infantil Santa Catarina – SDR Criciúma
4	Construção do Anel de Contorno Viário de Cocal do Sul
5	Construção e Pavimentação da quarta etapa do Anel Viário de Criciúma
6	Construção de clínica de Reabilitação para Dependentes Químicos SDR-Criciúma
7	Construção, Ampliação e Reforma nas escolas de abrangência da SDR-Criciúma
8	Realizar Convênio para Manutenção dos Hospitais de Abrangência da SDR-Criciúma
9	Construção do Quartel do Bombeiro Militar de Içara
10	Pavimentação do trecho Pedreiras Barra Velha, Município Balneário Rincão
11	Construção da Sede Própria da AMA (Associação dos Amigos dos Autistas)
12	Construção do Hospital Regional de Criciúma

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas para a LOA 2016, definidas pela Regional de Criciúma:

1	Construção de Centro de Oncologia e Pediatria, no Hospital Infantil Santa Catarina – SDR Criciúma
2	Construção do Anel de Contorno Viário de Cocal do Sul
3	Construção do Hospital Regional de Criciúma

Anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Criciúma: como titular, o senhor Clélio Fachin; e como suplente, o senhor Nelson da Silva. Após o relato das prioridades elencadas pela plenária e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro**, que deixou um cumprimento especial a todos que participaram efetivamente, agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou que a bancada do sul estava unida em prol da região sul catarinense e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.]

DEPUTADO ESTADUAL LUIZ FERNANDO VAMPIRO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



32ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Regional: **ARARANGUÁ**

Data: 07/08/15

Horário: 15h – Sexta-Feira

Local Audiência Pública: **Auditório da Câmara Municipal**
Rua Expedicionário Iracy nLucinha, 253
Bairro – Urussanguinha
Araranguá

CONSELHEIROS:

Titular: Wagner Da Rosa – Prefeito Maracaja

Suplente: Ivonnei Zanette – Prefeito Meleiro

Total de participantes: 67





PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ARARANGUA

PLANO PLURIANUAL – PPA – 2016-2019

1	Construção da Barragem Rio do Salto incluindo o município de Meleiro.
2	Construção, Ampliação e Reforma de escolas com garantia de acessibilidade, preventivo contra incêndio, biblioteca escolar, laboratórios (informática, física, química, biologia e matemática) com ampliação de rede lógica em todas as 42 unidades escolares.
3	Aquisição de aparelho de RM (Ressonância Magnética), para atender a região do Extremo Sul e servir de referência para Macrosul.
4	Descentralização de recursos para os pequenos Hospitais da Região.
5	Pavimentação Asfáltica da SC-108 Jacinto Machado/Praia Grande.
6	Pavimentação Asfáltica da SC-443 Trecho Meleiro/Nova Veneza.
7	Pavimentação do acesso Sul da BR-101 ao Balneário Arroio Silva
8	Implantar serviços de Alta Complexidade no Hospital Regional de Araranguá (Ortopedia, Neurologia, Cardiologia e Oncologia).
9	Construção de três centros de acolhimento de Menores Infratores com garantia de custeio nas comarcas de Sombrio, Santa Rosa do Sul e Turvo.
10	Construção e Ampliação de anexos do Presídio Regional de Araranguá garantindo a ampliação do número de vagas.
11	Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Araranguá para receber as redes de urgência e emergência, rede cegonha (UTI-Neonatal) RAPS.
12	Construção do elevador do Piritu na SC-290.
13	Pavimentação Asfáltica trecho Maracajá Comunidade de Ilhas município de Araranguá
14	Pavimentação Asfáltica da SC-100 Rodovia Interpraias trecho Jaguaruna Passo de Torres
15	Revitalização da SC-485 trecho Sombrio/Jacinto Machado



PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE 2015

SDR - ARARANGUÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – 2016

1	Pavimentação do acesso Sul da BR-101 ao Balneário Arroio Silva .
2	Implantar serviços de Alta Complexidade no Hospital Regional de Araranguá (Ortopedia, Neurologia, Cardiologia e Oncologia).
3	Construção do elevador do Piritu na SC-290.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015
LISTA DE PRESENÇA SDR: ARARANGUÁ

Municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
01	Ronaldo Soares	Araranguá
02	Romualdo Goulart	SEE/DION
03	Alex Brustel	São João do Sul
04	JALDER DORNETE	CELESC. AGA
05	CUSTÓDIO DE SOUZA	FPO LIS.
06	Anderson Passi	FBLIS
07	Walva Adonis Fogaça	ALESC/Fpolis
08	Luciana Leônidas Onório	Timbé do Sul
09	ALDRADO MINOTTO	DR. ESTANIL/CRIC
10	Edmilson V. Machado	Sombrio B.D. Ze' Milton
11	Fernando Silveira	Timbé do Sul
12	Nelson A. Moura	ALESC.
13	RONALDO P. DA SILVA.	
14	Antônio da F. Silveira	Balneário Gaivota
15	Eclair A. Coelho	Timbé do Sul
16	Rony da SILVA	ARARANGUÁ.
17	CLEIDIMILSO RAUPP	PRAIA GRANDE.
18	Carlos LAZZARETTI	Fpolis
19	Vilmar F. Cam.	Araranguá
20	Daniel B. Contato	SOMBRIO
21	Carlos Afonso de Souza	ARARANGUÁ
22	Zeni Araranguá Duarte Aquino	Araranguá
23	Antônio V. Mendes	Meleiro



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PUBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ARARANGUÁ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
24	Deleci Guedes Mezari	Meleiro
25	Gustavo Dias da Cunha	Sombrio
26	NATIVAL JOSÉ RECCIA	Meleiro, SC.
27	Ana Luísa E. Knapp	Floraquely de
28	JOSÉ NEI ZAVETTE	MELEIRO - SC
29	Pl. V. Claudomir Lóndes	MARACAJÁ
30	Stemi Correa	Sombrio
31	Ronaldo da Silva	Sombrio
32	MOISÉS MOTA	Araranguá
33	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	TCE/SC
34	Ademir da Silva	SOMBRIO
35	Agostinho C. Gomes	SOMBRIO
36	Clezio MANOEL MOTTA	CLD ARARA
37	Wagner da Rosa	MARACAJÁ
38	Jose Nei A. Arari	Meleiro
39	DARCEU DRESCH	ARARANGUÁ
40	Amisio H. Premoli	ARARANGUÁ
41	OSMARG FRANÇA	AGUAS FRIAS
42	Israel Bonfim de Souza	STO AMARO
43	Manoel Sulpício Mattos	ARARANGUÁ
44	ROLDIVALDI DASSOLAR	MARACAJÁ
45	Osvaldo Luiz de Souza	ARARANGUÁ
46	Roberto Carlos Junqueira	ARARANGUÁ
47	Maíre Adriano Valgas	ARARANGUÁ
48	Alberto Cardoso Cicelle	ARARANGUÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL

AUDIENCIA PÚBLICA – 2015

LISTA DE PRESENÇA SDR: ARARANGUÁ

Nº DE ORDEM	NOME	MUNICÍPIO
49	Veraclauder Leal	Araranguá
50	SERAFIM VENZON	Araranguá
51	Karla Schmitt	Florianópolis
52	Ronaldo Moreira	Florianópolis
53	MARCOS AREÃO	BOMBAS
54	CRISTIAN DINIZ ANDRADE - PMSC 1938PM	Araranguá
55	Ricardo ANDRÉ CARVALHO	Florianópolis
56	Valdir Amato	Araranguá
57	DIEGO A. DE HARO	Araranguá
58	Jair D. Duarte	Araranguá
59	Adri Riva	Araranguá
60	LUIZ GONZAGA PEREIRA	Araranguá
61	JOSÉ CARLOS DA ROSA	Araranguá
62	EVANORO SCARINI	Araranguá
63	Dioneli TOTTARO	Araranguá
64	VANINA MARINELLI	BOMBAS
65	João A. Perazzo	Araranguá
66	ORAIR DA SILVA	Araranguá
67	Jaqueline Cassol	Araranguá
68		
69		
70		
71		
72		
73		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 32ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL REGIONALIZADO,
ABRANGENDO A REGIONAL DE ARARANGUÁ, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE
ARARANGUÁ NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 15H

Aos sete dias do mês de agosto de 2015, às 15h, no Prédio Vereador Gerci Pascoali, da Câmara de Vereadores de Araranguá, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), reuniram-se em audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Araranguá e a sociedade civil organizada com o objetivo de debater e definir as doze prioridades da Regional para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, das quais três serão direcionadas para a Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA), conforme regra estabelecida pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A senhorita Nicoli Madeira, mestre de cerimônias, seguindo o protocolo, deu início ao evento e registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprindo determinação legal com base no artigo 120, parágrafo 5º A, da Constituição Estadual; no artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000; nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 157/1997 e no parágrafo 3º do artigo 295 do seu Regimento Interno. Ainda registrou estar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizando, através da Comissão de Finanças e Tributação, a trigéssima segunda audiência pública regional de 2015 com a finalidade de propiciar ampla participação da sociedade catarinense na definição das prioridades para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Em seguida, convidou para compor à mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; o Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Líder do PP da Assembleia Legislativa; a senhora Ada Faraco de Luca, Secretária de Estado de Justiça e Cidadania; o Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Pesca e Aquicultura e da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado José Nei Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e membro da Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Estadual licenciado Rodrigo Minotto; o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa; o Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Líder da Bancada do PSDB da Assembleia Legislativa; o senhor Ademir da Silva (Dema), Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá; o senhor Jonnei Zanette, Prefeito de Meleiro, representando todos os demais Prefeitos da Regional; o senhor Rony da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, representando todos os demais Vereadores; e o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa. Após o registro, convidou para fazer uso da palavra e para conduzir os trabalhos da audiência pública o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, cumprimentou todos os componentes da Mesa e os demais presentes. A seguir, disse que fazia questão de cumprimentar nominalmente a todos os Deputados presentes, porque a Assembleia Legislativa estava dando uma demonstração de que



era necessário aproximar a sociedade civil organizada dos Poderes Públicos constituídos. Indo além, explicou a importância de a Assembleia ir a todas as regiões de Santa Catarina discutir e, depois, no processo de escolha, elencar as ações mais importantes da região a serem inseridas no PPA e na Lei Orçamentária Anual (LOA). A seguir, registrou a presença dos seguintes Prefeitos: senhor Sandro Roberto Maciel, de Araranguá; senhor Evandro Scaini, de Balneário Arroio do Silva; senhor Wagner da Rosa, de Maracajá; senhor Eclair Alves Coelho, de Timbé do Sul, representando a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc); senhor Ronaldo Prereira da Silva, de Balneário Gaivota; e senhor Valmir Daminelli, Vice-Prefeito de Sombrio, representando o senhor Zênio Cardoso, Prefeito de Sombrio. Prosseguindo, registrou a presença dos seguintes Vereadores: senhor Ademir Cardoso, Presidente da Câmara de Sombrio; senhor Antônio da Silva Silveira, Presidente da Câmara de Balneário Gaivota; senhor Natival José Recchia, de Meleiro; senhor Roldinei Dassoler da Silva, de Maracajá; senhor Ronaldo Soares, de Araranguá; Daniel Bitencourt Cardoso, de Sombrio; senhor Cleidimilson Raupp de Souza, de Praia Grande; e senhor Luiz Brás Paulino, de Araranguá. Registrou ainda a presença das seguintes autoridades: senhora Gislaine Cunha, Secretária Municipal de Saúde de Sombrio; senhor Ari José Soto Riva, Delegado Regional de Araranguá; senhor Diego Archer de Haro, Delegado da 1ª Delegacia de Araranguá; senhor Jair Pereira Duarte, Delegado da Delegacia da Mulher; Major Cristian Dimitri Andrade, Subcomandante do 19º Batalhão da Polícia Militar, representando o Tenente-Coronel Antônio Carlos Mota Machado, Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar de Araranguá; Luiz Gonzaga Pereira, Presidente do Lions Clube Araranguá; senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda; senhor Custódio de Souza, chefe de gabinete, representando o Deputado Estadual Kennedy Nunes; Alessandro de Oliveira, auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de SC. Prosseguindo, reiterou que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina anualmente realizava um ciclo de audiências públicas do Orçamento Regionalizado cumprindo um preceito constitucional de aproximar a sociedade civil organizada dos Poderes Públicos constituídos na escolha das ações a serem inseridas no Orçamento do Estado no PPA e na LOA. Explicou que propositadamente, no ano corrente, a Comissão de Constituição e Justiça havia agregado o calendário em 32 audiências públicas para atender de forma mais ampla as 36 Regionais. Desse modo, eles tinham dupla responsabilidade naquelas audiências públicas, quais eram, a de escolher as três ações para a LOA e também elencar as doze ações a serem incluídas no Plano Plurianual, tendo em vista, que o atual Plano Plurianual se extinguiria no dia 31 de dezembro do corrente ano. Assim sendo, era necessário elaborar um novo projeto de lei inserindo as doze ações do vale de Araranguá para o próximo PPA que valeria de 1º de janeiro de 2016 até o final de 2019. Dando continuidade, disse que em Araranguá se encerrava o ciclo de realização daquelas audiências públicas, sendo que, felizmente, na sua maioria, com grande sucesso, como a ocorrida naquela data, na cidade de Criciúma com a participação de 300 pessoas na reunião. A seguir, explicou a dinâmica da audiência pública. A primeira etapa dela seria a ouvida dos componentes da mesa e, depois, encerrada aquela primeira etapa, o coordenador do Orçamento Regionalizado, Adilor Guglielmi (Dóia) junto com o Romualdo França, da Secretaria da Fazenda iriam coordenar a discussão das ações que deveriam ser escolhida pelos presentes. Ato contínuo, concedeu a palavra ao Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação e líder do PP na Assembleia Legislativa, que após os cumprimentos de praxe, deu os parabéns aos presentes por estarem participando da discussão do Orçamento do Estado de Santa Catarina. Indo além, disse que estavam falando de valores significativos de uma receita média de R\$ 1.6 bilhão e eles iam discutir as ações onde o governo deveria aplicar aqueles recursos. Prosseguindo, contou que anos atrás o Vale do Araranguá tinha que ir a Criciúma, numa audiência conjunta, discutir as suas prioridades, e, no corrente ano, a Comissão de Finanças da Assembleia, a quem competia discutir o Orçamento do Estado, estava ali para ouvir a sociedade. A seguir, perguntou o que eles estavam fazendo ali e ele mesmo



respondeu que os Deputados Estaduais abriram mão do direito de indicarem emendas individuais para respaldarem as emendas indicadas pela população. Prosseguindo, comentou que na região do Vale do Araranguá, por estar mais na ponta do Estado, o índice de execução das doze prioridades do último PPA não chegava a 20%, ou seja, não estavam sendo atendidas. Indo além, exemplificou com a Serra do Faxinal, com a recuperação de rodovias, com o hospital regional e com outras obras que foram encaminhadas e acabaram não acontecendo. Indo mais além, disse que, por aquele motivo, a Assembleia Legislativa havia aprovado, no ano anterior, uma emenda que tornava o Orçamento Regionalizado impositivo, ou seja, as ações elencadas pelas Regionais deveriam ser executadas. Observou que apenas estava faltando a regulamentação daquela lei pela Comissão de Finanças. Desse modo, eles tinham várias obras estruturantes que precisavam ser realizadas, tais como, projeto de pavimentação de rodovias, acesso sul do Arroio do Silva, a rodovia que liga Maracajá até Forquilha, a rodovia que liga Meleiro até nova Veneza, e citou outras obras. E comentou que rodovia da Serra do Faxinal não precisava mais estar no Orçamento, porque já estava licitada e com a empresa que iria executar a obra contratada. Assim sendo, chamou a atenção para o fato de que os presentes iriam aprovar as prioridades da Regional e, observou que com o apoio da CDL de Araranguá sempre colocavam questões na área da segurança pública, na área da saúde - mais dez leitos de UTI, equipamentos de ressonância magnética e transformar o hospital em alta complexidade -, na área da educação, prever recursos para manutenção das 42 escolas que era básico. Enfatizou que tinham de pensar bem nas ações para não ficarem quatro anos sem que o governo pudesse atender pelo fato de não estar no Orçamento nem no PPA. Reiterou que as prioridades seriam elencadas pelos presentes e que os Deputados, depois, iriam garantir aquilo que eles aprovassem lá na Assembleia Legislativa. Agradeceu a oportunidade. Em seguida, o senhor Presidente, concedeu a palavra à senhora Ada Faraco de Luca, Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, que cumprimentou os presentes e, em nome do Deputado Marcos Vieira, todos os Deputados. A seguir, disse que eles estavam ali para uma coisa muito séria e que ela fazia política com responsabilidade, portanto, eles na hora de escolherem as prioridades deveriam pensar muito bem nas necessidades da comunidade e que essas realmente pudessem ser executadas, pois eles não estavam ali para vender sonho nem ilusão. Observou que o Brasil inteiro estava passando por uma crise que afetava a todos e eles não podiam deixar o Estado acéfalo. Reiterou que eles tivessem responsabilidade nas escolhas das doze ações a serem incluídas no PPA, e, que delas, deveriam indicar três ações para o Orçamento de 2016, e frisou que se as ações não estivessem na LOA, depois não poderiam fazer nada. Disse que ela estava no terceiro mandato e que os presentes podiam contar com aquela Deputada. Registrou que todos os Municípios estavam bem representados e que ela estava à disposição deles, sempre na luta. Dando continuidade, o senhor Presidente, passou a palavra ao Deputado Estadual Valmir Comin, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa, que disse que seria bem breve e, na pessoa do senhor Presidente, saudou os colegas Deputados e os demais presentes. A seguir, remontou ao passado, nos dezoito anos em que estava como Deputado e desde quando tinham uma arrecadação de R\$ 175 milhões, e que atualmente superava a casa de R\$ 1.7 bilhão. Disse que estavam falando de um Orçamento para o ano de 2016 na ordem R\$ 24 milhões, que era um valor significativo, mas as demandas sempre eram muito maiores. Explicou que o Parlamento estava abrindo mão de sua prerrogativa de encaminhar emendas ao PPA e disponibilizando à comunidade elencar as ações para a sua região. Disse que eram doze prioridades para o PPA, dentre as quais, três seriam elencadas para o Orçamento do próximo ano. Ressaltou que esperava que as lideranças tivessem discernimento e capacidade para escolher as principais ações possíveis de efetivamente serem executadas pelo governo. Observou que, de uns dez anos para o momento atual, o governo estava realizando as decisões que eram tomadas no Orçamento Regionalizado numa demonstração de respeito ao Parlamento Catarinense. Encerrou desejando êxito àquela reunião. Logo após, fez uso da palavra o Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente



e membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Prosseguindo, disse que estavam mais uma vez ali para discutir o Orçamento Regionalizado que, na opinião dele, era uma reunião muito importante, porque iriam ser definidas as prioridades da região. Desse modo, ele pediu sabedoria e bom senso de todos os presentes na escolha daquelas prioridades que poderiam ter reflexo no desenvolvimento econômico e social de toda a região. Frisou que esperava muito daquela região na escolha das prioridades e, mais ainda, do governo do Estado na execução daquele projeto nos próximos anos. Por fim, agradeceu a oportunidade e desejou um ótimo final de semana a todos. Na sequência, o senhor Presidente, passou a palavra ao Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, que, dirigindo-se ao Presidente Marcos Vieira, em sua pessoa cumprimentou todos os Deputados e os demais presentes. Iniciou sua fala dizendo que seria rápido, porque ele estava ali para compartilhar das reivindicações da comunidade e que - mesmo não sendo da bancada de Deputados do sul de Santa Catarina, que era altamente representativa - eles estariam juntos nos pleitos que ali fossem aprovados. Afirmou que os presentes podiam contar com os quarenta Parlamentares que estavam imbuídos para trabalhar e representar os presentes em seus pleitos na Assembleia Legislativa. Finalizou agradecendo a oportunidade. A seguir, fez uso da palavra o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Pesca e Aquicultura e da Comissão de Direitos Humanos, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes. Prosseguindo, falou da importância significativa daquela reunião prioritária. Observou que o senhor Ademir da Silva (Dema), Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá, já havia feito uma pré-seleção das ações importantes do Vale do Araranguá, principalmente na área da saúde, que eram ações muito reivindicadas, quer fosse na área da alta complexidade do hospital, quer fosse no aparelho de ressonância magnética; na infraestrutura, as ligações entre os Municípios; na educação; na segurança, com a uma nova forma de segurança através do Programa Bem-Te-Vi; e outras ações importantes. Reiterou que os Deputados estavam ali para ouvir a comunidade e apoiá-los nas ações, na execução das obras e na conclusão delas no Orçamento do próximo ano. Agradeceu a oportunidade e desejou uma boa tarde de trabalho a todos. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que iniciou sua fala cumprimentando todos os Deputados, na pessoa do Deputado Marcos Vieira e saudou todas as demais lideranças ali presentes. Prosseguindo, ressaltou a importância daquele momento para todos, e contou que ele era o Deputado com o maior número de mandatos na história do Parlamento de Santa Catarina. Desse modo, já havia vivido muito momentos de ilusão, de frustração, porque faziam as audiências públicas e, depois, o governo não executava as obras. Indo além, registrou que os últimos governos avançaram muito na execução das ações elencadas no Orçamento Regionalizado e que iam avançar ainda mais, com a regulamentação do Orçamento impositivo. Reiterou a importância daquele momento para a região sul do Estado. Continuando, comentou sobre algumas obras, como a da Serra da Rochinha, a Serra do Faxinal, que até o presente momento nada havia sido feito. Dirigindo-se ao senhor Wagner, Prefeito de Maracajá, disse que a ligação da ilha já havia sido contemplada, na audiência de Criciúma, pela manhã. Afirmou, que todos sabiam que ele sempre lutou pela interpraiais que, na opinião dele, a obra era a mais importante da região, porque era investimento em toda região. Contou que a estrada de Laguna ao Camacho já havia sido inaugurada e que para ter continuidade tinha que fazer parte do Orçamento. Frisou que a população esperava dos políticos resultados, e que o Porto de Imbituba, a BR-101 e o aeroporto de Jaguaruna eram o tripé do desenvolvimento da região, que precisava de infraestrutura. Indo além, citou que a saúde e a segurança pública também tinham que ser contempladas. Destacou que tinha convicção que com as doze prioridades elencadas e, dessas, as três prioridades para o Orçamento, eles poderiam marcar uma audiência entre o Governador e os



Deputados do sul para pedir apoio para a região. Agradeceu a presença de todos e disse que era assim que eles iriam construir a qualidade de vida da região do Vale do Araranguá. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, agradeceu ao Deputado Manoel Mota e de imediato, de comum acordo com os demais Deputados presentes, passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Manoel Mota. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, que disse ser uma honra presidir o restante da audiência pública. Dando continuidade a audiência pública, concedeu palavra ao Deputado Estadual José Nei Ascari, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que cumprimentou todos os presentes e disse que o projeto que definia o Orçamento do Estado para 2016 e o projeto que tratava do Plano Plurianual eram indiscutivelmente as principais matérias que tramitavam no Parlamento Catarinense. Desse modo, aquele era um momento importante para a Assembleia que estava percorrendo todas as regiões catarinenses para ouvir as pessoas e também para a comunidade que tinha a oportunidade de interferir diretamente na elaboração daquelas matérias. Afirmou que aquela reunião seria produtiva e que eles definiriam as verdadeiras prioridades para os quinze Municípios que compunham a Regional. Prosseguindo, disse que os Deputados, sobretudo os do sul, que eram em número de oito, com unidade, fariam a articulação e a luta necessária para materializar as ações priorizadas pelos presentes. Encerrou dizendo que era um prazer estar ali para juntos trabalharem na busca daqueles objetivos. Na sequência, o Presidente, Deputado Manoel Mota, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Licenciado Ricardo Minotto, que cumprimentou todos os componentes da mesa e os demais presentes. Registrou que a união suprapartidária dos Deputados do sul demonstrava a força que tinham, juntamente com Deputados de outras regiões do Estado, para trazer os benefícios para a região. Desse modo, pensava que, dos quatorze itens elencados, que ficariam em doze, todos eram fundamentais para o Vale do Araranguá, e precisavam do apoio da Assembleia Legislativa na hora de cobrar do governo do Estado a efetiva execução dessas ações. Informou que eles iriam cobrar a execução daquelas ações nos próximos quatro anos. Agradeceu a presença de cada um dos presentes e desejou uma boa audiência a todos. Na sequência o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que cumprimentou todos os presentes e disse que era uma satisfação estar ali mais uma vez discutindo o Orçamento. Falou que o Orçamento era extremamente importante, porque ele definia os investimentos do dinheiro público para os próximos quatro anos. Indo além, disse que já havia olhado as propostas apresentadas naquele debate pela Regional e achou muito interessante, porque não viram em outras regiões tanta diversidade nas propostas elencadas para o PPA como as deles. Afirmou que a infraestrutura na verdade era importante e era uma das coisas que no dia a dia a sociedade mais cobrava. Referindo-se a fala do Deputado José Milton, falou que aquela região era forte na agricultura familiar e que eles tinham de discutir as políticas de como fortalecer a Cidasc, a Epagri, para prestar um bom serviço aos agricultores. Registrou a presença do pessoal da Defensoria Pública, e prosseguindo, disse que tinham que discutir educação, que era prioridade; a segurança pública, mais investimento, mais efetivo; o tema da saúde. Desse modo, eles traziam um conjunto de temas importante para os próximos quatro anos. Informou que os Deputados haviam assumido o compromisso, desde a criação da lei do Orçamento Regionalizado pelo Deputado Carlitos Meress, de na Assembleia Legislativa lutar e trabalhar para que as emendas oriundas do Orçamento Regionalizado fossem incluídas, aprovadas e executadas pelo governo. Agradeceu a oportunidade e desejou uma boa audiência a todos. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, esclareceu que aumento do quadro de servidores do Estado não se enquadrava no PPA. A seguir, concedeu a palavra ao senhor Ademir da Silva (Dema), Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá, que cumprimentou os presentes e relatou que eles haviam feito uma reunião onde escolheram cinquenta ações para o PPA, e que, depois do debate, reduziram as prioridades em



quatroze propostas, das quais duas ainda deveriam ser excluídas. Destacou que ele era oriundo do ramo privado e estava representando o governo do Estado há seis meses, e estava cansado de ouvir que as coisas não aconteciam. Frisou que eles precisavam mudar aquela realidade e fazer com que as três obras escolhidas para o Orçamento fossem realizadas. Comentou ainda sobre os problemas da Serra do Faxinal, da Serra da Rocinha, da barragem do Rio do Salto, das 42 escolas da região que estavam em estado crítico e precisavam de atenção especial. Finalizou dizendo que esperava, como representante do governo, que as doze prioridades elencadas pela Regional com a participação da população tivessem um resultado melhor. Agradeceu a oportunidade e desejou um bom encontro a todos. A seguir, o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, concedeu a palavra ao senhor Sandro Roberto Maciel, Prefeito de Araranguá para fazer o uso da palavra em nome de todos os Prefeitos presentes. O senhor Sandro Roberto Maciel, Prefeito de Araranguá, cumprimentou nominalmente cada um dos componentes da mesa e, a seguir, os demais presentes. Desejou boas-vindas a todos os que estavam ali e tinham simpatia pela região. Contou que participava do Orçamento Regionalizado há muito tempo, antes de exercer mandato público, e percebeu uma repetição constante das mesmas propostas, o que demonstrava aquilo que o Deputado José Milton havia falado, da baixa execução das propostas. Prosseguindo, disse que era importante terem critérios para escolher aquilo que pudesse ser executado, dentro daquele momento difícil que o País estava atravessando. Desejou sucesso à plenária e que do encontro tirassem as melhores conclusões. Agradeceu a oportunidade. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, disse que a partir daquele momento eles passariam a parte técnica da audiência, quando os presentes elegeriam as doze prioridades do PPA e, dessas, as três ações a serem incluídas no Orçamento de 2016. Contou ainda que naquela manhã, em Criciúma, a plenária estava lotada porque cada Prefeito tinha um contingente grande de eleitores para votar nas prioridades do seu Município. Assim sendo, passou a palavra ao senhor Adilor Guglielmi (Dóia), coordenador do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar participando, com os Deputados Estaduais, daquelas audiências do Orçamento Regionalizado. Explicou que naquela etapa dos trabalhos passaria a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, e que, depois disso, se reuniriam em grupos para que a comunidade pudesse debater em cima de ações definidas em reunião realizada anteriormente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, dentre as quais seriam escolhidas doze ações para o PPA 2016/2019 e três para a LOA 2016. Desse modo, de imediato passou a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, que cumprimentou os presentes e disse que em nome da Secretaria da Fazenda, que era o órgão responsável pela elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento anual, eles estavam acompanhando aquela audiência pública da Assembleia Legislativa para auxiliar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na definição das prioridades que seriam incluídas no PPA e na LOA. Registrou que estavam vivendo um momento constitucional muito importante, porque a Constituição Federal e a Constituição Estadual determinavam que os governos deviam encaminhar a cada quatro anos um plano de governo para vigorar por quatro anos. Desse modo, era aquilo que os Deputados haviam falado ali, que o PPA iria vigorar de 2016 a 2019, e observou que era um obrigação de cada governo enviar o Plano Plurianual para a Assembleia Legislativa. Explicou que no Plano Plurianual estavam os programas de governo, as ações com as metas e os valores que seriam executados nos Orçamentos anuais. Contou que a Secretaria de Estado da Fazenda realizou no mês de maio, por meio das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, eventos regionais para que fossem levantadas com a sociedade civil organizada as principais dificuldades. Frisou que das prioridades levantadas, no dia corrente, eles iriam eleger as doze ações para o PPA 2016/2019 e, dessas, as três ações para o Orçamento de 2016. Assim sendo, afirmou que se as prioridades não estivessem incluídas no PPA o governo não teria como



executá-las posteriormente. Finalizou a sua fala dizendo que os servidores da Secretaria da Fazenda estavam à disposição para balizar a discussão ou até mesmo minorar algumas dúvidas que pudessem surgir sobre o PPA ou sobre o Orçamento. Retomando a palavra, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), disse que a partir daquele momento os presentes se reuniram para debater as prioridades a serem elencadas para o PPA e para a LOA. Assim sendo, suspendeu os trabalhos da audiência pública para que os grupos se reunissem com os assessores da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado. (*O grupo de trabalho se reuniu para escolher as ações prioritárias para a SDR de Araranguá.*) Encerradas as atividades desenvolvidas pelo grupo, o senhor Adilor Guglielmi (Dóia), retomou a palavra e relatou as doze prioridades aprovadas pela Regional de Araranguá para o PPA 2016/2019:

1	Construção da barragem rio do Salto incluindo o Município de Meleiro.
2	Construção, Ampliação e Reforma de Escolas com garantia de acessibilidade, preventivo contra incêndio, biblioteca escolar, laboratório (informática, física, química, biologia e matemática) com ampliação de rede lógica em todas as 42 unidades escolares.
3	Aquisição de aparelho de RM (Ressonância Magnética), para atender a região do extremo sul e servir de referência para Macrosul.
4	Pavimentação Asfáltica trecho Maracajá comunidade de Ilhas Município de Araranguá
5	Pavimentação Asfáltica da SC-108 Jacinto Machado/Praia Grande
6	Pavimentação Asfáltica da SC-447, Trecho Meleiro/Nova Veneza
7	Pavimentação do Acesso Sul da BR-101 ao Balneário Arroio do Silva.
8	Ampliação serviço de Alta Complexidade no Hospital Regional de Araranguá (Ortopedia, Neurologia, Cardiologia e Oncologia).
9	Pavimentação Asfáltica da SC-100 Rodovia Interpraias trecho Jaguaruna/Passo de Torres.
10	Revitalização da SC- 485 trecho Sombrio/Jacinto Machado.
11	Recuperação do Complexo Lagunar em Sombrio.
12	Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Araranguá para receber as redes de urgência e emergência, rede cegonha (UTI-Neonatal) Raps.

Em seguida, fez o relato das três prioridades aprovadas pela Regional de Araranguá para a LOA 2016:

1	Pavimentação do Acesso Sul da BR-101 ao Balneário Arroio do Silva.
2	Ampliação serviço de Alta Complexidade no Hospital Regional de Araranguá (Ortopedia, Neurologia, Cardiologia e Oncologia).
3	Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Araranguá para receber as redes de urgência e emergência, rede cegonha (UTI-Neonatal) Raps.

Ato contínuo, anunciou, também, os conselheiros escolhidos para Araranguá: como titular, o senhor Wagner da Rosa, de Araranguá; e como suplente, o senhor Jonnei Zanette, de Meleiro. Após o relato das prioridades elencadas e do nome dos conselheiros escolhidos, devolveu a palavra ao senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, que agradeceu a participação de todos, mais uma vez ressaltou a importância daquele momento e como não havia mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria.]

DEPUTADO ESTADUAL MANOEL MOTA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA